



PRÉMIO DE MÉRITO CIENTÍFICO - 2016
UNIVERSIDADE DO MINHO

Atribuído ao coordenador desta edição
MOISÉS DE LEMOS MARTINS

RALI
DADDE

PROMESSA E TRAVESSIA

Coordenação de Moisés de Lemos Martins



LUSO- FONIA E INTER- CULTURA- LIDADE

PROMESSA E TRAVESSIA

Coordenação

Moisés de Lemos Martins

lúmus

A Coleção Comunicação e Sociedade é dirigida por Moisés de Lemos Martins, do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho.

LUSOFONIA E INTERCULTURALIDADE – PROMESSA E TRAVESSIA

Coordenação: Moisés de Lemos Martins

Capa: António Modesto

© EDIÇÕES HÚMUS, 2015

Apartado 7081 – 4764-908 Ribeirão – V. N. Famalicão

Tel. 926 375 305

Email: humus@humus.com.pt

Impressão: Papelmunde, SMG, Lda. – V. N. Famalicão

1.ª edição: Novembro de 2015

Depósito legal: 399999/15

ISBN: 978-989-755-180-2

Esta coleção resulta da colaboração entre as Edições Húmus e o Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade.

ÍNDICE

- 07 Apresentação: Lusofonias – Reinvenção de Comunidades e
Combate Linguístico-Cultural
Moisés de Lemos Martins
- 25 **I. PARTE**
NARRATIVAS DA LUSOFONIA
- 27 Média digitais e lusofonia
Moisés de Lemos Martins
- 57 Narrativas da Lusofonia: memória e identidade na telenovela brasileira
Maria Immacolata Vassallo de Lopes
- 75 Entre-fronteiras: o cinema como lugar xeo-político
Margarita Ledo Andión
- 89 Histórias de mulheres do Brasil contemporâneo: as heroínas de hoje
Ana Carolina Escosteguy
- 103 Se a Lusofonia é um sonho, quem é o sonhador?
De uma poética da lusofonia e de uma lusofonia poética
Luísa Marinho Antunes
- 113 Liminaridade e descentramento: identidades lusófonas e suas narrativas
Luís Cunha
- 129 Lusofonia e Literatura: haverá cânone(s) lusófono(s)?
Annabela Rita
- 153 Da necessidade de desconstrução do “equivoco lusocêntrico”
Lurdes Macedo
- 177 **II. PARTE**
POLÍTICAS DA LÍNGUA
- 179 Cidadania e comunicação na crise do milênio: os desafios da comunidade
acadêmica no espaço lusófono
José Marques de Melo
- 197 Política linguística: Terra de ninguém, terra de todos. Notas a partir
de um posto de observação moçambicano
Armando Jorge Lopes
- 227 O editor de livros e a promoção da cultura lusófona. A trajetória de
Francisco Alves (1848-1917)
Aníbal Bragança

- 245 Sugestões de critérios convergentes prévios para a formação e definição de um cânone lusófono
Fernando Cristóvão
- 253 Língua e imaginário: uma questão de comunicação
Juremir Machado da Silva
- 263 Políticas linguísticas no âmbito da lusofonia
Neusa Barbosa Bastos
- 279 Televisão, política linguística e direito à informação: desafios para o ensino da comunicação em Moçambique
Eliseu Mabasso
- 295 “À mistura estão as pessoas”: Lusofonia, política linguística e internacionalização
Regina Pires de Brito
- 313 Lusofonia e globalização. A possibilidade de refazer utopias
José Eduardo Franco
- 333 **III. PARTE**
INTERCULTURALIDADE E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS
- 335 Representações sociais da história nacional. Estudos comparativos em contexto lusófono
Rosa Cabecinhas
- 355 Imprensa jornalística das colônias de expressão portuguesa: Visão de conjunto
Antonio Hohlfeldt
- 375 ‘Como seiva viva em tronco forte’. A Agência Noticiosa Lusitânia e o projeto imperial do Estado Novo
Maria Manuel Baptista
- 387 Fluxos culturais assimétricos e reflexões comunitárias
Benjamin Abdala Junior
- 405 Imaginário Lusófono e portugalidade no consumo de massas em Portugal
Isabel Ferin Cunha
- 433 A Lusofonia enquanto experiência estética. Considerações em torno da existência de um cânone lusófono
José Carlos Venâncio
- 451 A mensagem luso-tropical do colonialismo português tardio: o papel da propaganda e da censura
Cláudia Castelo
- 471 Uma travessia pelo sertão lusófono
Paulo Bernardo Vaz
- 485 Pós-colonialismo e o desafio das fronteiras midiáticas. As intervenções de Mia Couto, diálogos verbais e escritos
Vera Lucia Harabaqi Hanna

APRESENTAÇÃO
LUSOFONIAS – REINVENÇÃO DE COMUNIDADES
E COMBATE LINGUÍSTICO-CULTURAL

PRESENTATION
LUSOPHONIES – COMMUNITIES REINVENTION
AND LINGUISTIC-CULTURAL STRUGGLE

Moisés de Lemos Martins
UNIVERSIDADE DO MINHO/CECS

Lusofonia e Interculturalidade. Promessa e Travessia debate a questão lusófona, em três aspetos principais. No atual contexto da globalização, que é uma realidade de cariz eminentemente económico-financeiro, comandada pelas tecnologias da informação, esta obra interroga o sentido das narrativas (literárias e mediáticas, e também das narrativas de histórias de vida) sobre a construção de uma comunidade geocultural transnacional e transcontinental lusófona. Interroga, igualmente, as políticas da língua e da comunicação como combate simbólico pela afirmação de uma comunidade plural, na diversidade de povos e culturas lusófonas. E interroga, ainda, a complexidade do movimento de interpenetração das culturas, o qual, com gradações diversas, que compreendem colonialismo, neocolonialismo e pós-colonialismo, na relação entre povos, traduz o encontro, a assimilação e a dominação, na interação entre nós e o outro.

Sendo este o plano geral da obra *Lusofonia e Interculturalidade*, misturaram-se nela distintos regimes do olhar, específicos das Ciências Sociais e Humanas, que vão da sócio-anthropologia, à psicologia social, à ciência política e às ciências da comunicação, e da linguística, aos estudos literários, à história e às ciências da educação.

Os investigadores convidados para esta coletânea refletem a partir de diferentes contextos nacionais, mas movem-se todos no espaço pluricontinental em que a língua portuguesa é língua oficial. Na maior parte dos casos trata-se de estudiosos que há dezenas de anos interrogam o modo

como o Português modelou a história e a cultura de diferentes povos e se estabeleceu como fator da sua identidade, ou seja, como tempo e como espaço que os situa, histórica e culturalmente. Na senda dos estudos pós-coloniais, pode dizer-se que *Lusofonia e Interculturalidade* interroga a interpenetração identitária de nós com o outro, aberta pela expansão portuguesa dos séculos XV e XVI, uma realidade complexa e contraditória, onde se misturam águas ainda revoltas e em convulsão¹. Projetando a Lusofonia como realidade híbrida, miscigenada, e como construção, *Lusofonia e Interculturalidade* assume, todavia, o risco de comprovar a conhecida tese atribuída a Bernard Shaw, de que podemos ter uma língua comum para mais facilmente nos desentendermos².

Na comunidade lusófona, de mais de 250 milhões de falantes, apenas uma minoria concebe as suas pertenças a partir da língua comum. Nestas circunstâncias, podemos perguntar-nos se o lugar da Lusofonia pode ser coisa diferente de um lugar de “lusofonias”, para falar como Mia Couto (2009). Ou seja, podemos perguntar-nos se o lugar da Lusofonia pode ser outra coisa que um lugar de não conhecimento e de não reco-

1 Sobre a complexidade e o caráter controverso do termo e do conceito Lusofonia, assim como sobre a sua contextualização, no quadro das várias *fonias* (Francofonia, Anglofonia e Hispanofonia), escreveu Carlos Alberto Faraco, linguista brasileiro, o texto “Lusofonia: utopia ou quimera? Língua, história e política”. E caracteriza-a, com marcada ironia e distanciamento: “Diz-se Lusofonia com uma vibração especial das cordas do coração, com um senso de lírica pertença a uma indefinida comunidade transnacional e intercontinental unida pelo imaginário da mesma língua e de tudo que a acompanha” (Faraco, 2012: 32).

O linguista português Ivo Castro (2010) é, todavia, muito ácido relativamente ao sentido geral do texto de Carlos Alberto Faraco, vendo nele “um forte ataque à ideia de Lusofonia” (Castro, *Ibid.*: 66), e também o “pretexto” para combater “a política de cooperação no ensino e na difusão da língua promovida por Portugal, sobretudo através do Instituto Camões” (*Ibid.*: 68).

2 Convoco aqui uma notável paráfrase de Mia Couto (2007) a uma conhecida citação atribuída a Bernard Shaw: “England and America are two countries separated by a common language” [Inglaterra e Estados Unidos são dois países separados por uma língua comum]. Afirma Mia Couto: “Detenho-me na palavra descolonização [...] Ainda hoje, para muitos portugueses o que aconteceu em África foi que Portugal, com o 25 de Abril, aceitou, enfim, descolonizar os territórios africanos. Ora, parece-nos a nós, africanos, que é preciso acertar o sujeito do verbo. Não foi Portugal que descolonizou os países africanos. A descolonização só pode ser feita pelos próprios colonizados. E nós, todos nós, sem exceção, éramos colonizados. Descolonizámo-nos uns aos outros, uns e outros” (Couto, *Ibidem*).

nhecimento das comunidades deste espaço geocultural transacional e transcontinental³.

Muitos se interrogam, por outro lado, se a questão lusófona pode remeter, porventura, para coisa diferente de uma centralidade portuguesa no relacionamento dos países que têm o Português como língua oficial. Ou seja, muitos se interrogam se aqueles que tomam a questão lusófona como assunto de primeira importância no estudo das relações interculturais, no atual mundo globalizado, não estarão a disfarçar uma visão neocolonial na relação entre povos. Muitos se interrogam, também, se o seu empreendimento poderá ser outra coisa que uma serôdia recauchutagem da teoria luso-tropicalista e do refúgio imaginário de uma nostalgia imperial. E, com efeito, se a questão lusófona se resumisse aos seus equívocos neocoloniais, sem dúvida que dever-se-ia “acabar de vez com a lusofonia” (António Pinto Ribeiro, 2013), porque não é destino para país algum deixar-se apagar pela centralidade portuguesa (Nataniel Ngomane, 2012).

A ideia de Lusofonia inscreve-se no contexto do atual debate sobre a globalização, que é, como referi, uma realidade de cariz eminentemente económico-financeiro, comandada pelas tecnologias da informação.

Esta ideia de globalização dá-nos uma identidade definida, ou seja, definitiva, uma identidade de indivíduos móveis, mobilizáveis, competitivos e performantes no mercado global. Exprime, além disso, uma conceção cosmopolita de cultura, a cultura-mundo, uma cultura da unidade, servida por uma única língua, o inglês. A globalização cosmopolita, fundada nas tecnologias da informação e na economia, não pode ser contrariada por indivíduos solitários e impotentes, nem por estados-nações em crise.

A globalização cosmopolita é contrariada, todavia, pela globalização multiculturalista, que reúne os povos de áreas geo-culturais alargadas, promove e respeita as diferenças, dignificando, do mesmo passo, as lín-

3 Dou o exemplo de Moçambique e convoco Mía Couto (2009: 192-193): “O governo moçambicano fez mais pela língua portuguesa que os 500 anos de colonização. Mas não o fez por causa de um projecto chamado lusofonia. [...] Fê-lo pelo seu próprio interesse nacional, pela defesa da coesão interna, pela construção da sua própria interioridade”.

guas nacionais. A globalização multiculturalista é feita pela mistura, pela miscigenação de etnias, línguas, memórias e tradições⁴.

É este o contexto em que se inscreve a Lusofonia, um movimento multicultural de povos que falam uma mesma língua, o português. A Lusofonia, ao invés da homogeneização empobrecedora e de sentido único, estabelecida pela globalização cosmopolita, tem a virtude do heterogêneo e a sedução de uma rede tecida de fios de muitas cores e texturas, uma rede capaz de resistir à redução do diverso a uma unidade artificial.

Não podemos, no entanto, deixar de nos manter vigilantes sobre os muitos equívocos que atravessam o conceito de Lusofonia:

1. Os equívocos de uma centralidade portuguesa;
2. Os equívocos da reconstituição, em contexto pós-colonial, de narrativas do antigo império, hoje com propósitos neocoloniais, sejam eles conscientes ou inconscientes;
3. Os equívocos do luso-tropicalismo, renascente e redivivo, de uma “colonização doce”, que hoje tanto pode glorificar o antigo país colonial como exaltar os atuais países independentes;
4. E ainda, os equívocos de algum discurso pós-colonial, que propõe a narrativa de uma história de ressentimento, um discurso que exige uma vindicta histórica, uma revanche serôdia, a pretexto de resgatar a memória de um passado colonial⁵.

Mais do que objeto de mera curiosidade histórico-linguística ou até histórico-cultural, a ideia de Lusofonia é hoje tema em que é investida paixão. E, de igual modo, nela são investidos interesses: políticos, estratégicos, económicos e sociais, e sobretudo interesses culturais. Tais interesses têm a ver não apenas com aquilo que os países lusófonos foram como colónias, línguas e culturas no passado, mas também, sobretudo, com o presente e com o destino do “continente imaterial” que estes países constituem (Martins, 2006: 15-18).

4 Sobre a tensão entre a globalização cosmopolita e a globalização multiculturalista, ver (Martins, 2011). “Globalization and Lusophone world. Implications for Citizenship”.

5 Sobre os equívocos da Lusofonia, ver Martins (2014), “Língua Portuguesa, globalização e lusofonia”.

As figuras de Lusofonia e de comunidade lusófona não remetem para um imaginário único. Remetem, obrigatoriamente, para *múltiplos* imaginários lusófonos. Neste sentido, aquilo que os portugueses entendem por Lusofonia só em parte poderá coincidir com aquilo que Brasil, Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo-Verde, São Tomé e Príncipe, Timor-Leste e Galiza imaginam e concebem como tal. Com efeito, o imaginário lusófono tornou-se, definitivamente, o imaginário da *pluralidade* e da *diferença* (Lourenço, 1999: 112). Por essa razão, dar sentido à Lusofonia é entendê-la como inextricavelmente portuguesa, brasileira, angolana, moçambicana, guineense, cabo-verdiana, são-tomense, timorense, galega, assim como de todas as diásporas destes povos. Como assinala José Luiz Fiorin (2006: 46), “É necessário que não haja autoridade paterna dos padrões lusitanos. (...) A lusofonia não será pátria, porque não será um espaço de poder ou de autoridade. Será matria e será fratria, porque deve ser o espaço dos iguais, dos que têm a mesma origem. Se assim não for, ela não terá nenhum significado simbólico real, será um espaço do discurso vazio de um jargão político sem sentido”. Ou seja, o espaço cultural da Lusofonia e a comunidade e a confraternidade de sentido e de partilha comuns só podem realizar-se pela assunção da pluralidade e da diferença e pelo conhecimento aprofundado de uns e de outros.

Não pode, todavia, deixar de pesar na Lusofonia o facto de residirem no Brasil 85% dos falantes do português. E da mesma forma, também não é alheio ao destino da Lusofonia o facto de esta expressão ser sobretudo utilizada em Portugal, tanto em termos políticos, estratégicos, económicos e comerciais, como em termos sociais e culturais, quando, em contrapartida, os africanos a encaram, de um modo geral, com grande reserva, senão mesmo com hostilidade⁶.

Está ainda por fazer um mapeamento rigoroso da origem, da história e dos usos da palavra e do conceito Lusofonia. Ivo Castro, por exemplo, contesta a conclusão a que chega Carlos Alberto Faraco de que a ideia de

6 Analisando os portais governamentais dos países da CPLP, Regina Brito e Neusa Bastos publicam, em 2011, no *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona*, um artigo sobre matérias relacionadas com a Lusofonia, que confirmam a adesão entusiasta de Portugal à questão lusófona, por um lado, a relativa naturalidade com que a Lusofonia aparece no portal do Governo brasileiro, por outro, e ainda a discrição, senão a significativa ausência, de tratamento desta questão nos outros portais governamentais (Brito & Bastos, 2011).

Lusofonia seja “uma construção portuguesa, criada como instrumento de influência sobre as antigas colônias africanas e de travão das acções do Brasil no espaço lusofalante” (Castro, 2010: 66). E a origem, a história e as práticas da comunidade lusófona de ciências da comunicação constituem um testemunho exemplar, em abono do ponto de vista de Ivo Castro. Foi em Sergipe, na Universidade Federal, e não em nenhuma universidade portuguesa, que em 1998, foi criada a a Federação Lusófona de Ciências da Comunicação - Lusocom. E o primeiro Presidente desta Federação foi o investigador brasileiro, José Marques de Melo, Professor emérito da Universidade de São Paulo, que aliás havia sido, também, o principal instigador da sua criação.

Mas Carlos Alberto Faraco vai mais longe no seu diagnóstico e aventura-se por afirmações que nos parecem um tanto temerárias, ao assinalar, por exemplo, que em dez anos, de 1997 a 2007, não há nenhum livro brasileiro que tenha a palavra Lusofonia no título, a não ser *Os sabores da lusofonia*, de Hamilton, em 2005 - “não por acaso um livro de culinária”, como comenta, ironizando (Faraco, 2012: 40).

Esta informação está longe de ser rigorosa. Em 2002, Vamireh Chacon, cientista político, Professor da Universidade de Brasília, publicou *O Futuro Político da Lusofonia*, numa edição transcontinental (Lisboa e São Paulo), pela Editorial Verbo. Em 1998, foram publicados pela Universidade Federal de Sergipe os livros de atas do *II Lusocom, Encontro Lusófono de Ciências da Comunicação* (assim referido na capa), em dois volumes. Destacam-se três artigos, que integram o I volume: “Lusofonia midiática: a cooperação Brasil-Portugal”, do Professor brasileiro, José Marques de Melo; “As ciências da comunicação no espaço lusófono (perspectiva e proposta)”, do Professor português, Aníbal Alves; e “Comunicar Lusofonia”, do investigador angolano Albino Ramos.

Por sua vez, a Universidade Pontifícia Católica de São Paulo, a partir de 2004, passou a agregar ao seu tradicional Congresso de Língua Portuguesa, um Congresso bienal, então na 11.ª edição, o Congresso Internacional de Lusofonia. Deste modo, o primeiro livro a ser publicado no âmbito destas realizações científicas, teve o seguinte título: *Língua Portuguesa – Reflexões Lusófonas*. Na nota de apresentação deste livro, publicado em 2006, a organizadora da edição, Professora Neusa Bastos, esclarece-nos sobre o seu entendimento de Lusofonia: “Entendemos por lusofonia o conjunto

dos falantes de português como língua materna ou não, sendo portanto um sistema de comunicação linguístico-cultural no âmbito da língua portuguesa em todas as suas variantes linguísticas” (Bastos, 2006: 9).

Cinco artigos desta obra têm no título a palavra Lusofonia. Um dos artigos, da autoria do Professor moçambicano, Eduardo Namburete, da Universidade Eduardo Mondlane, introduz uma nota de discordância: “Língua e lusofonia: a identidade dos que não falam português”. Escreve então: “Lusofonia pode significar *nós*, mas um *nós* que é apenas consensual sob o ponto de vista político, dos governos dos Estados. O *nós* da lusofonia ainda é controverso entre académicos e estudiosos, visto que ainda desperta posições muito degladiantes e, muitas vezes, fantasmas do passado” (Namburete, 2006: 63). Mais adiante, Namburete esclarece o seu propósito: procura discutir “o lugar das línguas nativas dos países africanos colonizados por Portugal, com particular referência a Moçambique, em relação à língua portuguesa, que é, muitas vezes, apresentada como sendo o denominador comum no âmbito da lusofonia” (*Ibid.*, 65)⁷.

Logo em 2003, dá-se a criação, no Brasil, da revista científica, *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona*. Foi responsável pela edição a Federação Lusófona de Ciências da Comunicação - Lusocom. A iniciativa de criação da revista é a Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares em Comunicação (Intercom), com sede em São Paulo. E são indicadas como entidades associadas da Intercom, a Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação (Sopcom), a Associação Angolana de Estudos de Comunicação (Angocom), a Associação Moçambicana de Estudos de Comunicação (Amescom) e a Asociación Galega de Investigadores en Comunicación (Asgip). Tanto em 2003, como em 2004, são assinalados na capa o título da revista e o nome da entidade científica que a edita. A partir de 2005, a revista torna-se temática. Por essa razão, além do nome do título da revista e da referência à Lusocom, também o tema passa a constar na capa. Título do tema em 2005: *Comunicação, Identidades, Migrações e Culturas na*

7 A propósito do uso do termo Lusofonia, deve ser assinalado, que a Professora da Sorbonne, Armelle Enders, uma grande especialista da cultura brasileira, havia imposto, a partir de 1995, a expressão “África lusófona”, com o livro que então publicou em Paris, nas Éditions Chandeigne, intitulado *L’Afrique Lusophone*. Este livro viria a ser traduzido em português, pela Editorial Inquérito (Lisboa), em 1997.

Lusofonia. E em 2006: *Do Local ao Global nos Meios de Comunicação Lusófonos: especificidades nacionais, fluxos e contra-fluxos*⁸.

Em 2003, dois artigos em sete do *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona* têm a palavra Lusofonia no título, sendo um, todavia, de autores portugueses. Benalva Vitório, Professora da Universidade Católica de Santos (Brasil), escreve o artigo: “Lusofonia: proposta para a reinvenção de uma comunidade” (Vitório, 2003). E Lídia Silva e Jorge Ferraz de Abreu, ambos Professores da Universidade de Aveiro, escrevem: “Cidades digitais – o novo ‘urbanismo’ potencial catalizador da lusofonia” (Silva & Abreu, 2003). Em 2004, apenas um artigo tem Lusofonia no título. Trata-se do artigo: “Considerações em torno da relação entre língua e pertença identitária no contexto lusófono” (Brito & Martins, 2004). Curiosamente, um dos autores é brasileiro, da Universidade Presbiteriana Mackenzie, de São Paulo, sendo português o outro, da Universidade do Minho. Trata-se do primeiro artigo em coautoria, que traduz uma efetiva cooperação luso-brasileira.

Em 2005, três artigos em quinze têm a palavra Lusofonia no título. Dois são de autoras portuguesas e apenas um de autoria brasileira. Isabel Ferin Cunha, Professora da Universidade de Coimbra, escreve: “Das imagens dos media aos media: fragmentos do espaço lusófono” (Cunha, 2005). E Lídia Silva intitula o seu artigo: “Qual o papel da Internet na promoção da (in)existência de laços entre os investigadores da comunidade lusófona?”

8 Apenas em 2007, o *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona* passa a ser editado em Portugal, numa parceria entre a Sopcom e o Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS), da Universidade do Minho. São editados, nestas circunstâncias, cinco volumes.

Em 2012, todavia, a comunidade galega de ciências da comunicação, então rebatizada como Agacom (Asociación Galega de Investigadores e Investigadoras de Comunicación), passa a editar a revista. E fá-lo até 2014. Em 2015, é de novo a Intercom quem edita o *Anuário*. Mas em 2006, já a Universidade de Santiago de Compostela realizara o VII Congreso de Comunicación Lusófona, sob o tema *Comunicación Local no Espazo Lusófono* (aliás, também título do respetivo livro de atas, editado em 2007). Apenas dois artigos têm a Lusofonia no título, um de autores portugueses, outro de autores brasileiros. Moisés de Lemos Martins, Helena Sousa e Rosa Cabecinhas publicam: “Lusocom: Estudo das políticas de comunicação e discursos no espaço lusófono”. E Regina Brito, Rosemeire Faccina e Vera Lúcia Busquets publicam: “Comunicação intercultural no espaço lusófono. A música e a cultura brasileiras em Timor Leste”.

Sobre o *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona*, consultar: www.lusocom.org

(Silva, 2005). Por sua vez, Benalva Vitério escreve: “Identidade lusófona como proposta pedagógica” (Vitério, 2005). Em 2006, último ano em que o *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona* é editado no Brasil, nenhum artigo dos treze publicados na revista tem a palavra Lusofonia no título. Mas é de assinalar um artigo de colaboração luso-brasileira, escrito por Jorge Pedro Sousa, da Universidade Fernando Pessoa, do Porto, e Maria Érica Lima, da Universidade Metodista de São Paulo. O artigo intitula-se: “A cobertura do atentado contra a escola de Beslan em seis newsmagazines portuguesas e brasileiras” (Sousa & Lima, 2006).

Entretanto, de 1997 e 2014, a comunidade lusófona, sobretudo de brasileiros, portugueses e galegos, mas também de moçambicanos, angolanos, cabo-verdianos, guineenses, são-tomenses e timorenses, realiza onze Congressos da Lusocom: o I Congresso, na Universidade Lusófona, em Lisboa; o II, na Universidade Federal de Sergipe, em Aracajú (Brasil); o III, na Universidade do Minho, em Braga; o IV, na Universidade de Santos, em São Vicente (Brasil); o V, na Universidade Eduardo Mondlane, em Maputo; o VI, na Universidade da Beira Interior, na Covilhã; o VII, na Universidade de Santiago de Compostela; o VIII, na Universidade Lusófona, em Lisboa; o IX, na Universidade Paulista de São Paulo; o X, na Universidade de Lisboa; o XI, na Universidade de Vigo, em Pontevedra. Ou seja, cinco Congressos da Lusocom são realizados em Portugal, três no Brasil, dois na Galiza e um em Moçambique⁹.

Quando a Intercom e a Sopcom abrem, em 2007/2008, esta área de estudos sobre questões lusófonas, o que então se procura, antes de mais, é fazer um levantamento das comunidades lusófonas de ciências da comunicação nos diversos países da Lusofonia, sobretudo em Portugal e no Brasil, mapeando o campo, quanto aos projetos de ensino, às linhas de pesquisa e aos desafios científicos que há que enfrentar. Tratando-se de comunidades que se desconhecem completamente, procura-se, então, através de congressos anuais, preencher o fosso que as separa, de modo a que rapidamente se possa passar à fase da criação de redes de cooperação científica, antes de mais entre investigadores de Portugal e do Brasil, estendendo também a cooperação à comunidade galega de ciências da

9 Sobre os Congressos da Federação Lusófona de Ciências da Comunicação (Lusocom), consultar www.lusocom.org

comunicação, e tendencialmente, a todo o espaço lusófono, seja de países de língua oficial portuguesa, seja de falantes nas suas muitas diásporas¹⁰.

Num tempo pós-colonial e globalizado, as opções linguísticas e culturais exprimem a luta pela ordenação simbólica do mundo. O que se joga nesta luta é a divisão da comunidade internacional em áreas culturais, dando forma àquilo a que Samuel Huntington (1996), adotando uma “metodologia do alarme” contra o fundamentalismo islâmico (Moreira, 2004: 4), chamou a guerra das culturas.

Esta guerra simbólica, uma guerra político-cultural, foi identificada e antecipada, desde os anos trinta do século passado por Gilberto Freyre, o primeiro pensador a formular uma teoria geral do fenómeno do encontro de etnias e culturas, no quadro unificador do modelo político da colonização europeia (Moreira, 2000: 18; Chacon, 2002: 134). Dando conta de um

10 Para os investigadores que fundaram o Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS), na Universidade do Minho, em 2001, a questão lusófona tornou-se objeto de estudo alargado, logo a seguir ao I Congresso da Lusocom, realizado em Lisboa, em 1997. “Espaço lusófono – língua portuguesa e identidade lusófona”, assim se intitulou o primeiro projeto de investigação neste domínio. Consultar: <http://www.comunicacao.uminho.pt/cecs/publicacoes.asp?startAt=2&categoryID=1056&newsID=4229> (acesso a 12.02.2014)

Em 1999, o CECS, em parceria com a Sopcom, realizou o III Encontro Lusófono de Ciências da Comunicação, sob o tema *As Ciências da Comunicação no Espaço Lusófono*. Consultar: www.lasics.uminho.pt/lusocom/.

As atas deste Congresso foram publicadas em dois volumes da revista *Comunicação e Sociedade*, o vol 2 (2000) e o volume 3 (2001). Consultar: <http://revistacomsoc.pt> Em 2005, o CECS realizou a I Conferência Internacional Comunicação e Lusofonia. Consultar: https://web.archive.org/web/20051226232858/http://www.comunicacao.uminho.pt/eve/conf_comlusofonia.htm (acesso a 12.02.2014).

O livro de atas desta Conferência foi publicado, em 2006, por Moisés de Lemos Martins, Helena Sousa e Rosa Cabecinhas, com o título: *Comunicação e Lusofonia. Para uma abordagem crítica da cultura e dos média*.

Entretanto, a partir de 2007 e até 2011, o CECS, em parceria com a Sopcom, editou o *Anuário Internacional da Comunicação Lusófona*. Temas da revista: *Os Média no Espaço Lusófono* (2007); *Comunicação e Cidadania* (2008); *Memória Social e Dinâmicas Identitárias* (2009); *Lusofonia e Sociedade em Rede* (2010) e *Lusofonia e Cultura-Mundo* (2011). Consultar: www.lusocom.org

Em síntese, pode dizer-se que, nestes anos, se generalizou o uso da palavra Lusofonia no título dos artigos. Assim como se generalizou a autoria coletiva de artigos. Mas apenas em casos muito específicos, a autoria é partilhada entre investigadores de países diferentes. Refiro-me a um ou outro caso de orientandos de doutoramento que partilham a autoria com os seus orientadores.

mundo pela primeira vez globalizado, em que, pelo domínio dos mares, a História ocidental se converteu pela primeira vez em História mundial, o luso-tropicalismo propôs-nos a ideia de espaço multi e intercultural. Não nos propôs sobretudo, nem necessariamente, o ‘modo português de estar no mundo’ (Cláudia Castelo, 1998), por se tratar do “mundo que o português criou” (Freyre, 1940), como o Estado Novo salazarista o adotou nos anos cinquenta e sessenta¹¹. Propôs-nos, sim, um multiculturalismo com uma língua como pátria, ou seja, propôs-nos um multiculturalismo com um corpo vivo, sonoro, sensível, e também imaterial, que torna possível sonhar e inventar o mundo aos indivíduos e povos que falam Português.

Diga-se, entretanto, ainda com as palavras de Eduardo Lourenço, que cada um apenas tem verdadeiramente a pátria que se inventa, quer dizer, a casa ideal onde o que é e o que faz se lhe volve transparente e fora do qual se sente, por assim dizer, *perdido*. E é por essa razão e nesse sentido que “não é Portugal ou os países lusófonos que falam português, é a língua portuguesa que fala Portugal e esses países” (Lourenço, 1999: 185). Como acentua Mia Couto (1993: 7), referindo-se a Moçambique, “necessitamos de uma certa terapêutica na relação com a nossa herança europeia e asiática. A Europa e a Ásia não são apenas realidades geográficas exteriores. A Europa e a Ásia existem dentro de nós, africanos, como fios de um tecido em construção. Esse tecido é a nossa modernidade”.

Deste modo, diante do imparável processo da globalização cosmopolita, que pela economia e pela tecnologia se erguem diante de nós, deslocalizando-nos, desfazendo fronteiras, diluindo memórias, virtualizando paisagens, aquilo que motiva a Lusofonia como coisa sua é a globalização multiculturalista, dentro de áreas culturais específicas.

Aquilo que se joga nesta luta simbólica entre globalização cosmopolita e globalização multiculturalista é o poder de definir a realidade, assim como também o poder de impor, internacionalmente, essa definição, quero dizer, essa di/visão. Neste entendimento, a figura de Lusofonia não é uma coisa diferente da realidade social das distintas comunidades nacionais onde se processa esse combate simbólico. E é pelo facto de as representações sociais da realidade não serem estranhas à própria realidade social dos países que

11 Sobre “O global numa visão lusocêntrica”, interrogando “o mundo português” da Exposição de 1940, consultar Martins, Oliveira, & Bandeira (2011).

as formulam, que, a meu ver, devem ser reavaliadas as formulações que tendem a negar à figura de Lusofonia não apenas a eficácia simbólica, como também toda a eficácia política.

Este entendimento impede-me de consentir na ideia de que nada há realmente que se possa designar, com verdade, como cultura e comunidade lusófonas. E, do mesmo modo, de que a comunidade lusófona não tem ainda sujeito próprio, uma vez que nada haveria que pudéssemos considerar como uma mitologia vivida em comum ou como uma auto-imagem identitária partilhada. Ou de que nada haveria que pudéssemos interpretar como a partilha efetiva de valores e de modos de estar no mundo com que a comunidade lusófona se confrontasse¹².

Basta pensarmos na experiência que está a ser vivida no campo das migrações pela Comunidade de Povos de Língua Portuguesa (CPLP), e também no campo das suas distintas literaturas. Servidos um e outro por particulares políticas da língua, quer o campo das migrações, quer o campo das distintas literaturas lusófonas, constituem a cabal demonstração de que a cultura e o progresso são filhos da mistura. Podemos dizer, por outro lado, que a simples existência desta Comunidade permite acalentar a esperança de que a convergência dos países culturalmente solidários, prestando uma solidária homenagem a iguais valores de paz e de desenvolvimento, possa tornar mais forte e mais escutada a voz com que afirmam a sua presença na ordem internacional em mudança (Martins, 2006: 10).

12 Este entendimento é, no entanto, classificado por Mónica Fontana (2009) como uma idealização romântica, fundada numa monumentalização da língua. Seria sobre esta idealização que se estabeleceria a retórica da irmandade, da solidariedade, da cooperação e da tolerância. E Carlos Alberto Faraco, por sua vez, radicaliza este argumento: “Nesse discurso de exaltação e celebração, não há, evidentemente, espaço para uma leitura crítica da exploração colonial. Ou do papel central que os luso-brasileiros exerceram no tráfico internacional de escravos africanos durante 300 anos; não há espaço para discutir o estado de imensa miséria social, econômica e cultural em que foram deixados, no momento da independência, os territórios africanos e asiáticos que estiveram sob o domínio português; não há espaço para deixar visíveis a ideologia e as práticas racistas do colonialismo português na África; não há também espaço para compreender a heterogeneidade dos diferentes países, salvo se ela puder ser reduzida ao exótico e devidamente folclorizada (a culinária, por exemplo) [...] e, mais ainda, não há espaço para se reconhecer e discutir o fato de que a língua portuguesa funciona socialmente também como forte fator de discriminação e exclusão nas sociedades em que é falada” (Faraco, 2012: 41-42).

Num tempo pós-colonial, marcado, todavia, pela globalização, interculturalismo e multiculturalismo, o espaço cultural da Lusofonia, que tem implícita a ideia de pertença identitária, pelo facto de um conjunto de povos e suas diásporas falarem uma mesma língua, não dispensa nunca a consideração, em distintas regiões do globo, de realidades nacionais multiculturais heterogéneas, com a língua portuguesa a ter que se relacionar com outras línguas locais e a ter que entrar, em muitos casos, em competição com elas.

Ainda uma nota final nesta apresentação de *Lusofonia e Interculturalidade*. Nas atuais circunstâncias de globalização do mundo pela potência tecnológica, preservar a língua própria, no caso a língua portuguesa, expoente máximo da cultura daqueles que a falam, “é saber fortificá-la, tanto na comunicação diária, como na comunicação global” (Martins, 2012: 249)¹³. E da mesma forma que os profissionais da comunicação social e os professores de língua e cultura portuguesa devem entender-se como instrumentos ativos dessa fortificação, assim também os investigadores de Ciências Sociais e Humanas devem desempenhar papel equivalente. Sabemos que entre Portugal e Brasil e também entre estes países e os países africanos de língua oficial portuguesa, o intercâmbio pedagógico, científico, cultural e artístico, assim como o intercâmbio de alunos e professores, e ainda, o intercâmbio editorial, continuam a ser deveras incipientes. Mas a língua portuguesa não pode deixar de funcionar, nestes casos, como um importante instrumento estratégico, político, comercial, cultural e científico.

Uma língua apenas pode fazer valer a sua força pela informação e pelo conhecimento que veicula. Ora, esta força da língua, tanto deve ser demonstrada pela imprensa escrita, pela rádio e pela televisão, como também o deve ser em termos literários e em termos científicos, culturais e artísticos. A produção editorial, particularmente a produção cultural, artística e científica, não pode descurar a comunicação eletrónica, dado o facto de a força de uma língua se medir, hoje, sobretudo, pelos conteúdos disponibilizados neste meio. Contra o empobrecimento e a anemização da língua portuguesa, é hoje, pois, função de primordial importância na

13 Retoma e reescrevo, até final, parte das páginas 249 e 250 do artigo que escrevi sobre “Revistas científicas de ciências da comunicação em Portugal: da divulgação do conhecimento à afirmação do Português como língua de pensamento” (Martins, 2012).

política editorial, cultural e científica, dos países que a falam, a escrita nesta língua.

O combate linguístico tem várias frentes. Mas tanto na comunicação social tradicional, como na comunicação eletrónica, deve ser disponibilizada em vernáculo a maior variedade de informação, literária, científica, cultural, visual, musical e económica, de modo a que a língua portuguesa se torne acessível ao maior número de falantes, nativos e não nativos desta língua.

E é possível pensar mais além. Temos à partida 250 milhões de falantes de português. Ou seja, temos à partida 250 milhões de consumidores de produtos linguístico-culturais e artísticos: informação, literatura, pensamento, produções audiovisuais e digitais, música, televisão, cinema, jogos eletrónicos. Uma língua é humor e ironia, e é também elaboração de poesia, prosa literária e pensamento. Além disso, só numa língua materna é possível a expressão de sentimentos complexos, como a expressão artística, a reflexão filosófica e a manifestação espiritual e sentimental, que não cabem na linguagem simplificada que uma segunda língua pode permitir. E do mesmo modo que cabe à comunicação social e aos professores de língua e cultura empenharem-se neste combate pelo fortalecimento da língua portuguesa, assim também é um desafio para os investigadores das Ciências Sociais e Humanas do espaço lusófono empenharem-se no combate pela afirmação da sua diferença plural e pelo reconhecimento da diversidade dos povos e culturas que a constituem.

Referências

- BASTOS, N. (2006). Apresentação. In Bastos, N. (org.). *Linguística Portuguesa. Reflexões Lusófonas* (pp. 9-11). São Paulo: EDUC – IP/PUC.
- BRITO, R. & Bastos, N. (2011). Percepções da Lusofonia em portais governamentais, *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona* (pp. 105-119). Coimbra: Grácio & Sopcom/CECS.
- BRITO, R., Faccina, R. & Busquets, V. (2007). Comunicação intercultural no espaço lusófono. A música e a cultura brasileiras em Timor Leste. In Ledo, A. (Ed.) *Comunicación Local no Espazo Lusófono* (pp. 287-299). Santiago de Compostela: Asociación Galega de Investigadores/as en Comunicación.
- BRITO, R. & Martins, M. L. (2004). Considerações em torno da relação entre língua e pertença identitária no contexto lusófono. In *Anuário Internacional de Comunica-*

- ção *Lusófona* (pp. 69-77). São Paulo: Lusocom – Federação Lusófona de Ciências da Comunicação. <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/1679>.
- CASTELO, Cl. (1998). *O Modo Português de Estar no Mundo. O Luso-Tropicalismo e a Ideologia Colonial Portuguesa (1933-1961)*. Porto: Afrontamento.
- CASTRO, I. (2010). As Políticas Linguísticas do Português. *Textos Selecionados* (pp. 65-71). *XXV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Porto: APL.
- CHACON, V. (2002). *O Futuro da Lusofonia*, Lisboa/São Paulo, Verbo.
- COUTO, M. (2009). Luso-Afonias. A Lusofonia entre Viagens e Crimes. In *E se Obama fosse africano e outras Interinvenções* (pp. 183-198). Lisboa: Editorial Caminho.
- COUTO, M. (2007). O nosso idioma. O Português de Moçambique. Conferência proferida na Conferência Internacional sobre o Serviço Público de Rádio e Televisão no Contexto Internacional: A Experiência Portuguesa, no âmbito dos 50 anos da RTP. Centro Cultural de Belém, Lisboa, 19 de junho de 2007. Consultar: <https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/artigos/rubricas/idioma/lingua-portuguesa-cartao-de-identidade-dos-mocambicanos/1279> (acesso a 12.02.2014).
- COUTO, M. (1993). Celebrar uma Cultura Mulata. In 'Xipalapala Artes e Letras', ano II, n.º.88, *Notícias*, Maputo, 20/12.
- CUNHA, I. F. (2005). Das imagens dos media aos media: fragmentos do espaço lusófono. In *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona* (pp. 9-31). São Paulo: Lusocom – Federação Lusófona de Ciências da Comunicação.
- ENDERS, A. (1995). *L'Afrique Lusophone*. Paris: Éditions Chandeigne.
- FARACO, C. A. (2012). Lusofonia: utopia ou quimera? Língua, história e política. Tânia L. et al. (orgs.). *ROSAE. Linguística, História, História das Línguas e Outras Histórias* (pp. 31-50). Salvador: EDUFBA. [Conferência proferida no I Congresso Internacional de Linguística Histórica. Salvador da Bahia, 29 de julho de 2009].
- FIORIN, J. L. (2006). A lusofonia como espaço linguístico. In: Bastos, N. (org.) *Língua Portuguesa: Reflexões Lusófonas* (pp. 25-48). São Paulo: EDUC.
- FONTANA, M. (org.). (2009). *O português do Brasil como língua transnacional*. Campinas: Editora RG.
- FREYRE, G. (1940). *O Mundo que o português criou*. Lisboa: Edição Livros do Brasil. 2.ª edição.
- HUNTINGTON, S. (1996). *The Clash of Civilizations. Remaking of World Order*. Lisboa: Gradiva.
- LOURENÇO, E. (1999). *A Nau de Ícaro seguido de Imagem e Miragem na Lusofonia*. Lisboa: Gradiva.

- MARTINS, M. L. (2014). Língua Portuguesa, globalização e lusofonia. In Bastos, N. (org.). *Língua Portuguesa e Lusofonia* (pp. 15-33). São Paulo: EDUC – IP/PUC. <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/29178>
- MARTINS, M. L. (2012). Revistas científicas de ciências da comunicação em Portugal: da divulgação do conhecimento à afirmação do Português como língua de pensamento. *Intercom*, vol. 35-1, pp. 233-251. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-58442012000100012
- MARTINS, M. L. (2011). Globalization and Lusophone world. Implications for Citizenship. In Pinto, M. & Sousa, H. (Eds.) *Communication and Citizenship. Rethinking crisis and change* (pp. 75-84) (IAMCR Conference, 2010). Coimbra: Grácio/CECS. <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/25344>
- MARTINS, M. L. (2006). Lusofonia e Luso-tropicalismo. Equívocos e possibilidades de dois conceitos hiper-identitários. In Bastos, N. (org.). *Linguística Portuguesa. Reflexões Lusófonas* (pp. 49-62). São Paulo: EDUC – IP/PUC. <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/1075>
- MARTINS, M. L., OLIVEIRA, M. & BANDEIRA, M. (2011). O “mundo português” da Exposição de 1940 em postais ilustrados. O global numa visão lusocêntrica. *Revista de Comunicação e Linguagens* 42 (pp. 265-277). Lisboa: Relógio d’Água/CECL. <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/24149>
- MARTINS, M. L.; SOUSA, H. & CABECINHAS, R. (2007). Lusocom: Estudo das políticas de comunicação e discursos no espaço lusófono. In Ledo, A. (Ed.) *Comunicación Local no Espazo Lusófono* (pp. 301-310). Santiago de Compostela: Asociación Galega de Investigadores/as en Comunicación. <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/24127>
- MARTINS, M. L.; SOUSA, H. & CABECINHAS, R. (Eds.) (2006). *Comunicação e Lusofonia: para uma abordagem crítica da cultura e dos média*. Porto: Campo das Letras. <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/30019>
- MOREIRA, A. (2000). Revisitar Gilberto Freyre. In Moreira, A. & Venâncio, J. C. (orgs.). *Luso-tropicalismo. Uma Teoria Social em Questão* (pp. 17-22). Lisboa: Vega.
- MOREIRA, A. (2004). O Regresso de Gilberto Freyre. In: *Instituto D. João de Castro. Roteiros* (pp. 12-24). Nova série – dezembro, n. 3. [Conferência proferida na Fundação Gilberto Freyre, Recife, a 21 de maio de 2004].
- NAMBURETE, E. (2006). Língua e lusofonia: a identidade dos que não falam português. In Bastos, N. (org.). *Linguística Portuguesa. Reflexões Lusófonas* (pp. 63-74). São Paulo: EDUC – IP/PUC.

- NGOMANE, N. (2012). Quem quer ser apagado?. *Semanário Sol* - edição moçambicana. 06/01/2012.
- RIBEIRO, A. P. (2013). Para acabar de vez com a lusofonia. In *Público* (Ípsilon), 18.01.2013.
- SILVA, L. (2005). Qual o papel da Internet na promoção da (in)existência de laços entre os investigadores da comunidade lusófona?. *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona* (pp. 189-204). São Paulo: Lusocom – Federação Lusófona de Ciências da Comunicação.
- SILVA, L. & Abreu, J. (2003). Cidades digitais – o novo ‘urbanismo’ potencial catalizador da lusofonia. In *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona* (pp. 57-75). São Paulo: Lusocom – Federação Lusófona de Ciências da Comunicação.
- SOUSA, J. P. & Lima, É. (2006). A cobertura do atentado contra a escola de Beslan em seis newsmagazines portuguesas e brasileiras. In *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona* (pp. 43-62). São Paulo: Lusocom – Federação Lusófona de Ciências da Comunicação.
- VITÓRIO, B. (2005). Identidade lusófona como proposta pedagógica. In *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona* (pp. 151-158). São Paulo: Lusocom – Federação Lusófona de Ciências da Comunicação.
- VITÓRIO, B. (2003). Lusofonia: proposta para a reinvenção de uma comunidade. In *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona* (pp. 11-23). São Paulo: Lusocom – Federação Lusófona de Ciências da Comunicação.

Links

<http://revistacomsoc.pt>
<http://www.comunicacao.uminho.pt/cecs/publicacoes.asp?startAt=2&categoryID=1056&newsID=4229>
www.lasics.uminho.pt/lusocom/
www.lusocom.org
https://web.archive.org/web/20051226232858/http://www.comunicacao.uminho.pt/eve/conf_comlusofonia.htm

I.PARTE
NARRATIVAS DA LUSOFONIA

MÉDIA DIGITAIS E LUSOFONIA

DIGITAL MEDIA AND LUSOPHONY

Moisés de Lemos Martins*

CENTRO DE ESTUDOS DE COMUNICAÇÃO E SOCIEDADE, UNIVERSIDADE DO MINHO.
moisesm@ics.uminho.pt

Resumo:

É meu propósito, neste texto, discutir a Lusofonia através de um conjunto de conceitos ligados aos média digitais interativos, rompendo os limites da ligação entre produtores e recetores de conteúdos nas relações multi, inter e transculturais. Vou insistir na ideia de que os média digitais interativos significam novas práticas nas relações interculturais: por um lado, formas digitais interativas de comunicação intercultural e, por outro, textualidades multimodais (“hipertextualidades”) na produção do sentido lusófono.

O percurso que proponho tem um cariz preponderantemente epistemológico. Tomando a Lusofonia como figura de interesse geoestratégico e cultural e os média digitais como objeto de análise, é minha preocupação fundamental interrogar a inovação, a hibridez e a interatividade digitais e verificar de que modo se articulam com as relações multi, inter e transculturais.

Palavras-chave: Lusofonia, comunicação intercultural, média digitais interativos, comunicação multimodal, tecnologia da comunicação, Museu da Língua Portuguesa em São Paulo, Museu Virtual da Lusofonia.

* Moisés de Lemos Martins é professor de Sociologia da Cultura e da Comunicação na Universidade do Minho (Braga, Portugal), sendo nesta universidade Diretor do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS), que fundou em 2001. É autor de vários livros, entre os quais: *O olho de Deus no discurso salazarista* (1990); *Para uma inversa navegação – O discurso da identidade* (1996); *A linguagem, a verdade e o poder – Ensaio de semiótica social* (2002); *Crise no Castelo da Cultura – Das estrelas para os ecrãs* (2011). Fundou, em 1999, a revista *Comunicação e Sociedade* e, em 2013, *Anuário Lusófono de Estudos Culturais*, permanecendo como diretor de ambas. Preside, desde 2012, à Confederação Iberoamericana das Associações Científicas e Académicas de Comunicação (Confibercom), depois de ter presidido, de 2005 a 2015, à Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação (Sopcom) e, de 2011 a 2015, à Federação Lusófona de Ciências da Comunicação (Lusocom).

Abstract:

It is my purpose in this text to discuss Lusophony through a set of concepts underlying interactive digital media, breaking the boundaries of the relationship between producers and receivers of content in multicultural, intercultural and cross-cultural relations.

I will insist on the idea that the digital and interactive media mean new practices in intercultural relations, that is, on the one hand, interactive digital forms of intercultural communication and, on the other, multimodal textualities (“hipertextualidades”) in the production of Lusophone sense.

The course I propose is primarily epistemological in nature. Taking the Portuguese-speaking world as a figure of geostrategic and cultural value and digital media as an object of analysis, it is my main concern to question innovation, hybridity and interactivity and check how articulate such ideas with the multicultural, intercultural and cross-cultural relations.

Keywords: Lusophony, intercultural communication, interactive digital media, multimodal communication, communication technology, Museum of the Portuguese Language at São Paulo, Virtual Museum of Lusophony.



1. A Lusofonia em novas formas de comunicação e novas textualidades

De 2009 a 2013, estive em execução no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho um projeto de investigação sobre “Narrativas identitárias e memória social: a (re)construção da Lusofonia em contextos interculturais”¹. Foi linha condutora desse projeto a interrogação da Lusofonia como uma representação identitária, à escala transcontinental, que é do maior interesse geoestratégico e cultural e se

1 Coordenado pela investigadora Rosa Cabecinhas e financiado pela FCT (Ref. PTDC/CCI-COM/105100/2008), este projeto contou com a participação de um número alargado de investigadores, a maior parte dos quais do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (<http://www.lasics.uminho.pt/idnar/?p=19>).

Este projeto relançou um outro sobre tema idêntico, realizado a partir de 1998, ano da constituição da Federação Lusófona de Ciências da Comunicação (Lusocom), cuja execução se prolongou até 2007 (cf. Martins, Sousa e Cabecinhas, 2006 e 2007).

encontra constantemente reativada pelas novas condições sociais, originadas na civilização tecnológica subjacente à sociedade em rede.

Tendo presente os conceitos de inovação, hibridez e interatividade, associados às novas condições tecnológicas do ciberespaço, vou insistir na seguinte ideia: os média digitais interativos têm consequências para a Lusofonia, dado que significam novas práticas de comunicação intercultural na produção do sentido lusófono, ou seja, por um lado, formas de comunicação digital interativa e, por outro, textualidades multimodais (“hipertextualidades”).

Resumindo o meu ponto de vista, no que concerne aos média digitais interativos, retomo, em termos esquemáticos, o texto de Teresa Cruz (2011), introdutório ao livro coletivo que organizou sobre *Novos Média. Novas Práticas*. Os média digitais interativos significam a inovação, ou seja, implicam práticas que impõem uma intervenção tecnológica, que nos hibrida com as máquinas. Aliás, é essa a tese defendida por Carlos Alberto Scolari em *Hipermediaciones*, obra escrita em 2008, em que é feita a análise do território epistemológico, onde se cruzam as teorias da comunicação com as tecnologias digitais. Por outro lado, dado que se trata de práticas que impõem uma intervenção tecnológica, há que discutir nos média digitais interativos, antes de mais nada, a programação e o *design*².

São três os objetos empíricos que estão na base do presente estudo. Em primeiro lugar, chamo a atenção para o colossal trabalho de programação e de *design* que existe no Museu da Língua Portuguesa, um museu virtual, inaugurado em São Paulo, em 2006, numa área de mais de 4000 m², e que é uma fabulosa realização tecnológica, sendo ao mesmo tempo uma realização cognitiva e pedagógica e, ainda, uma realização lúdica e gozosa, de grande efeito estratégico, multi, inter e transcultural, para o espaço da Lusofonia³.

2 Sobre os média digitais, escrevi o artigo “Média digitais: hibridez, interactividade, multimodalidade”, na *Revista de Comunicação e Linguagens* (Martins, 2012). Noutro contexto e tendo em vista outros objetivos, o atual estudo consiste numa reescrita desse artigo, em vários aspetos.

3 Sobre o efeito estratégico multi, inter e transcultural dos média, confira-se Andreas Hepp (2015), *Transcultural Communication*. Esta obra analisa diferentes média (*mass media* clássicos e média digitais), não apenas através dos processos da sua regulação, mas também dos processos de apropriação.

Vou ter presente, igualmente, o trabalho desenvolvido no âmbito do projeto de investigação, já referido, “Narrativas identitárias e memória social: a (re)construção da Lusofonia em contextos interculturais”, muito particularmente o estudo que apresenta e discute o papel do ciberespaço na invenção da identidade lusófona. Tendo como *corpus* um conjunto alargado de páginas Web (cerca de três centenas e meia), cobrindo três meses de atividade no ciberespaço lusófono, foi possível fixar uma cartografia da língua portuguesa no espaço virtual (Macedo, Martins & Macedo, 2010). Posteriormente, na base de quinze blogues, de Portugal, Brasil e Moçambique (cinco de cada país), foi possível interrogar a lusofonia como uma figura complexa, e mesmo paradoxal, sem centro e com sentidos múltiplos, que se interpelam uns aos outros, remetendo para uma comunidade multi, inter e transcultural (Macedo, Martins & Cabecinhas, 2011)⁴.

Finalmente, convoco para o debate sobre a Lusofonia no ciberespaço o projeto conduzido pelo Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho, de um Museu Virtual da Lusofonia, que integra o projeto estratégico deste centro de estudos, a realizar entre 2015 e 2020 (<http://www.comunicacao.uminho.pt/cecs/publicacoes.asp?startAt=2&categoryID=1056>). Este projeto tem como objetivo transformar conteúdos informativos *online* em bases de conhecimento, que exprimam, numa primeira fase, as singularidades culturais de comunidades portuguesas, brasileiras e moçambicanas, e que numa segunda fase se expandam, no mesmo sentido, aos demais países do espaço lusófono.

Podemos dizer que, em termos gerais, as bases de conhecimento (*knowledge bases*) consistem em modos de organização dos conteúdos digitais, que convertem em conhecimento a informação, inerente a esses conteúdos. O projeto “Comunicação Pública da Arte: o caso dos museus de arte globais e locais”, executado de 2006 a 2011, no Centro de Estudos de Comunicação e Linguagens, em Lisboa, apresenta-nos alguns exemplos desta transmutação dos conteúdos⁵.

4 Sobre o papel do ciberespaço na invenção da identidade lusófona, ver, também, Macedo *et al.*, 2013.

5 Reunindo uma equipa de sociólogos, programadores e *designers*, este projeto articulou as metodologias sociológicas com os métodos de intermídia, propondo uma nova forma de organização dos média e do conhecimento que eles transmitem. A esse processo, o coordenador do projeto, Pedro Andrade (2011), chamou-lhe “hibrimídia”. Em seu entender, “hibrimídia” consiste na transmutação de média originários em média originais.

O modo como vamos concretizar este propósito supõe que os conteúdos informativos sejam produzidos pelas próprias comunidades, podendo o Museu Virtual da Lusofonia constituir, deste modo, uma experiência mobilizadora de comunicação intercultural, de conhecimento mútuo e de reforço do sentido de comunidade no espaço da Lusofonia.

Os diversos *sites* experimentais, realizados em 2011 pelo projeto Comunicação Pública da Arte, são testemunhas desta nova realidade, característica da Web 3.0, que agrega o plano substantivo do conhecimento ao plano estrutural subjacente à fusão dos média.

Esta terceira idade da Internet, a Web 3.0, ou Web Semântica, é fundada em bases de conhecimento (*knowledge networks*), entre outros dispositivos digitais do saber:

<https://sites.google.com/site/compubartenglish/> <https://sites.google.com/site/peacewarsenglish> <https://sites.google.com/site/livrosexperimentaisenglish/> <https://sites.google.com/site/web3novelenglish/>

Segundo Pedro Andrade (2013), é Georg Hans Gadamer (2004) quem melhor esclarece o trabalho de tradução da informação em conhecimento. Vemos a referência à dimensão lógica das bases do conhecimento em Wittgenstein (1998), por exemplo nas *truth tables*. Mas foi Gadamer quem mostrou de que modo os jogos de linguagem podem ver o seu significado traduzido.

Seguindo a ordem enunciada, vou fixar-me no Museu da Língua Portuguesa, em São Paulo. Como sabemos desde Saussure, a língua é, em si mesma, um empreendimento virtual. Imponhamos-lhe agora uma intervenção tecnológica, ou seja, transportemo-la para o nível da comunicação digital interativa e das hipertextualidades multimodais de produção de sentido, tornadas possíveis pela tecnologia informática e multimédia. Por exemplo, na sala “Beco das Palavras”, quão portentoso e engenhoso foi o trabalho realizado de programação e de *design* para mostrar, numa atividade de criação interativa, a origem e o significado das palavras do léxico do português. Esta obra implica uma infinidade de artefactos informáticos instalados em computadores, que podem ser manipulados pelo visitante, tanto por toques digitais como pelo acionamento de botões.

Dito de outro modo, o “hibrimédia” traduz e sintetiza dois ou mais média iniciais, em ligação ou confronto, num meio híbrido, de natureza diferente dos média de origem.

Além dessa exibição etimológica do léxico do português, quão prodigioso foi o trabalho de programação e de *design*, num processo que vai da programação industrial à obra de autor, para sintetizar o som de todas as palavras. Este processo representa, ainda, as migrações dos sons, das palavras e dos povos. Tais migrações, num processo de aculturação e de interculturalidade multissecular, produziram a língua portuguesa na diversidade atual de seus usos e expressões, de Portugal à Galiza e ao Brasil, e da Guiné-Bissau a Cabo Verde, a São Tomé e Príncipe, a Angola, a Moçambique e a Timor-Leste⁶. E não pode deixar de ser assinalada, por outro lado, a apropriação estética feita pelo utilizador deste gigantesco trabalho de programação e de *design*, num processo que se reveste, não apenas de caráter ludopedagógico e gozoso para o visitante do Museu, mas também de afirmação da sua diferença, e ainda de reforço do sentido da sua pertença comunitária.

Na era da técnica, as novas práticas de comunicação significam, da mesma forma, uma alteração do sentido da leitura, assim como uma transmutação do sentido do olhar. Hoje, por exemplo, ler o jornal, ver televisão ou ir às exposições de um museu virtual são exercícios de comunicação que incluem, todos, práticas de navegação *Web*. Ou seja, práticas de comunicação em condições de tempo, espaço e interlocução específicos: *downloads*, pirateados ou não, visualizações no *YouTube*, discussões nas redes sociais, expansão de artigos em *posts* de blogues, expansão de imagens em vídeos no *YouTube*, escolha de certos percursos no Museu da Língua Portuguesa clicando para certas realidades e ignorando outras possibilidades, etc.

Os média digitais significam, por outro lado, a hibridez, enfim, uma síntese tornada possível pela realidade técnica e que abre espaço para seres artificiais, mundos virtuais e experiências simulacrais, de que o Museu da Língua Portuguesa, em São Paulo, é ainda uma magnífica ilustração. Nestas circunstâncias, trata-se de discutir os conceitos de sintetização e de simulação, mas já com a linha de separação entre o real e o virtual definitivamente quebrada. Além disso, consideremos conceitos como

6 Não incluo a Guiné Equatorial no lote dos países lusófonos, embora este país tenha sido adotado como lusófono pela Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa (CPLP), em 2014, na X Cimeira desta comunidade, realizada em Díli, capital de Timor Leste. A Guiné Equatorial não foi, todavia, colonizada por Portugal, nem os seus habitantes falam português.

transmedia storytelling, ou *cross-media*, ou ainda, convergência de média, para retomar a clássica expressão da obra de Henry Jenkins (2006), em *Convergence Culture*. Estes termos teóricos mais vieram misturar os níveis da presença real e da presença virtual, ao remeterem para conteúdos mediáticos que se processam em diversos média e diversas plataformas, como as redes sociais, os blogues, o *YouTube*, o *Twitter*, etc., e que perfazem aquilo que podemos caracterizar como “um caos semântico” criativo, próprio da constituição de “um novo território de investigação”, segundo a expressão de Scolari (2008: 72)⁷.

Com efeito, uma coisa é, por exemplo, o processo caracterizado por Roman Jakobson (2003), em *Linguística e Comunicação*, de tradução intersemiótica, ou de transmutação para o processo “de interpretação dos signos verbais por meio de sistemas de signos não verbais”. E coisa bem diferente é aquela a que se refere a *transmedia storytelling* ou *cross-media*, que significa a expansão da narrativa, por meio de vários média.

É este o contexto de discussão em que gostaria de colocar o atual debate sobre a Lusofonia, um debate sobre a expansão da narrativa multi, inter e transcultural, pelo recurso a média digitais interativos. Retomando o exemplo do Museu da Língua, em São Paulo, chamo a atenção para o “elogio da língua portuguesa”, proclamado na “Praça da Língua”, uma das salas do Museu. A antologia de poetas e prosadores da literatura de língua portuguesa, que aí é convocada, apresenta-se urdida, nuns casos, com imagens que contextualizam os poetas e os prosadores, os prolongam, noutros, e os corrigem também, compondo, afinal, o virtuoso “caos semântico” criativo de que fala Carlos Scolari.

Trata-se, com efeito, de “uma galáxia textual” (Scolari, 2011: 130), produzida por uma espécie de explosão narrativa, que nos envolve a nós próprios e nos converte em protagonistas, já que a referida “Praça da Língua”, na verdade, mais se assemelha a um “planetário da língua”,

7 Carlos Scolari (2011: 128) utiliza como sinónimos os conceitos de *transmedia storytelling* e *cross-media*, o último dos quais, reconhece, é todavia mais usado nos meios profissionais do que nos meios académicos. O termo *transmedia storytelling* foi cunhado por Henry Jenkins (2003). François Jost (2011: 95) prefere falar de “luta intermídia”, em vez de utilizar o termo *convergência*. Ver, também, sobre *transmedia storytelling*, Christian Salmon (2007), que propõe um ponto de vista crítico sobre a *storytelling*: “uma máquina de fabricar histórias e de formatar espíritos”.

dada a dinâmica combinação de áudio e imagens projetadas⁸. Não é difícil vermo-nos a nós próprios como personagens da mesma epopeia, a sulcar os mares no meio do turbilhão das ondas, a rasgar florestas e a estremecer pela surpresa do canto de pássaros exóticos e, finalmente, a entrar em comunhão com a Babel de vozes de todas as paragens, onde a língua portuguesa é falada. Em síntese, nós próprios prolongamos, polifonicamente, a narrativa, convocando outros poetas e outros prosadores, sendo também poetas e prosadores. E mais do que isso, podemos fotografar imagens e textos e enviá-los por telemóvel, para distantes paragens, com comentários nossos, sinalizando certos aspetos e parodiando outros. E podemos relançar a narrativa em *posts* de blogue, ou em redes sociais, retomando vídeos, filmes, fotografias e textos, numa atividade lúdica, de “bricolage”, uma atividade que Derrida (1967: 418ss), retomando Lévi-Strauss, caracteriza como “mitopoiética”⁹.

2. A Lusofonia como fluxo narrativo

Talvez a figura do fluxo seja a melhor chave de compreensão do nosso estado tecnológico, uma situação em que reiteramos a nossa condição de animais de fala mítica, pela mistura em permanência do passado, do presente e do futuro de nós mesmos (Martins, 2011c; 2009). Prolongando e expandindo a narrativa, no caso a narrativa lusófona, participando no

8 É comum referirmo-nos ao nosso tempo como a era das imagens, atribuindo-lhes, todavia, uma espessura exclusivamente visual (Martins, 2007: 5-7; Martins, 2011a). Sobre a centralidade do som no entendimento da contemporaneidade, propondo uma teoria semiótica que privilegia o *escutar* por relação ao *ver*, Rui Coelho defendeu em julho de 2015, na Universidade do Minho, uma tese de doutoramento em Ciências da Comunicação intitulada: *O meu ponto de vista é uma escuta. O poder do som nos filmes de Manoel de Oliveira*.

9 Convoco, neste contexto, o texto de Deleuze (1985), “Os poderes do falso” (in Deleuze, 1985. *Cinéma 2, L’Image-temps*) e o uso que dele faz Maria da Luz Correia, em “Recreações, dos postais fotográficos aos postais digitais” (Correia, 2014: 41-42). Numa espécie de arqueologia dos procedimentos tecnológicos, que hoje faz confluir os mundos da presença real e da presença virtual, Maria da Luz Correia lembra as “criações lúdicas” do postal fotográfico fantasista, dos começos do século XX. Em seu entender, apesar de ter um “estatuto de indício do real”, o postal fotográfico fantasista explora os “cristais do falso”, segundo a expressão de Deleuze, “onde real e virtual cabem num mesmo cliché”, dada a miríade de enquadramentos que a fotografia reproduz e o leque de instantâneos que o postal engendra. Com efeito, tanto na fotomontagem como na encenação fotográfica, a sugestão da possibilidade de corte e colagem do visível permite já simular a mistura do real e do virtual, que é hoje um procedimento comum das novas práticas mediáticas.

jogo do ciberespaço e da cibercultura, o fluxo é uma metáfora da vida, tendendo ambos, fluxo e vida, a desenvolver-se na tensão entre equilíbrio e desequilíbrio. Os fluxos fazem corrente e as correntes vivem da duração. Não são traços ou linhas que substancializem e reifiquem o movimento, ou que fixem e rigidifiquem a vida. As vivências e as experiências são fases da corrente que é a duração de uma vida.

Fluir ao “ritmo da vida” (Maffesoli, 2004) é viver nuns casos energeticamente, e noutros quase desfalecendo. Um fluxo vive de impulsos, sendo pois do domínio da descontinuidade. A continuidade de um fluxo não nos garante a estabilidade. Qualquer equilíbrio conseguido encontra-se sempre ameaçado pela instabilidade. O *continuum* do curso de um fluxo (de uma vida) é, pois, uma abstração, uma substancialização, uma reificação. Podendo ser sempre palpitante, o equilíbrio do curso de um fluxo não pode deixar de ocorrer no meio de um turbilhão (enfim, no meio do tumulto da vida). Alfred Schütz, leitor de Bergson, assinala que existe no fluxo uma “energia potencial”. Pois bem, aquilo que anima esta passagem do *continuum* narrativo para o fluxo narrativo é a vibração deste energetismo.

A figura do fluxo não tem centro e participa do ser ilimitado para que remete a intransitividade dos verbos *fluir* e *ressoar*¹⁰. Viver sob o signo do fluxo, seja este luz, som ou sensibilidade, significa viver mais segundo o paradigma do tempo e da audição, e menos segundo o paradigma do espaço e da visão. O paradigma acústico, auditivo, é o paradigma do tempo, com sons, ressonâncias, durações, vibrações, ritmos, cadências, modulações, que são modos de ser não propriamente reticulares, mas de compactação ou compressão, e também de ampliação, do espaço e do tempo, que prolongam e expandem a narrativa¹¹.

10 Num artigo publicado na revista *Poétique*, Paolo Fabbri (2010) analisa as virtualidades do uso do “modo infinitivo” pelos futuristas, sobretudo por Marinetti, num movimento que se conjuga com o nosso propósito sobre o fluxo. Depois de assinalar que o contributo semiológico de Marinetti se cruza, “de maneira imprevista”, com Deleuze, no modo como pensa “os signos e a linguagem, o tempo e a subjetividade”, Fabbri (*Ibid.*: 454) sublinha que “diferentemente dos outros modos, o ‘conceito’ de infinitivo, com a elegância sintática do seu ajustamento ao substantivo, exprimiria a continuidade, a duração, a fluidez da vida e da intuição que a compreende”. E convoca explicitamente Marinetti, numa frase lapidar: “Verbo no infinitivo = divindade da ação” (*apud* Fabbri, *Ibid.*: 455).

11 Jacques Derrida (1967: 423) lembra que “este movimento do jogo, autorizado pela falta, pela ausência de centro ou de origem, é o movimento da *suplementaridade*. Não é possível determinar o centro ou esgotar a totalização, porque o signo que substitui o

Por sua vez, o paradigma visual é mais o paradigma das substâncias, das coisas e dos estados de coisa; afinal é o paradigma do espaço e do território. Para falarmos como McLuhan, o paradigma visual projeta um espaço euclidiano: um espaço centrado, enclausurado, controlado, linear e estático, abstraído do mundo que o rodeia. Em contrapartida, o regime dos *objetos técnicos*, que são plenos de “sex-appeal”, como assinala Perniola (1994), é um regime de fluxos, ou seja, um paradigma acústico, que não se fixa em nenhum território. Bernardo Soares, pseudônimo de Fernando Pessoa, escreveu em *O Livro do Desassossego* “Minha pátria é a língua portuguesa”, isto é, a minha pátria é um regime de fluxos, que vive de descontinuidades, por nele se incluir uma miríade caótica de sons, ressonâncias, durações, vibrações, ritmos, cadências, modulações. Ou ainda, nas palavras de Bernardo Soares: “As palavras são para mim corpos tocáveis, sereias visíveis, sensualidades incorporadas. Talvez porque a sensualidade real não tem para mim interesse de nenhuma espécie – nem sequer mental ou de sonho –, transmutou-se-me o desejo para aquilo que em mim cria ritmos verbais, ou os escuta de outros. Estremeço se dizem bem. Tal página de Fialho, tal página de Chateaubriand, fazem formigar toda a minha vida em todas as veias, fazem-me raivar tremulamente quieto de um prazer inatingível que estou tendo. Tal página, até, de Vieira, na sua fria perfeição de engenharia sintática, me faz tremer como um ramo ao vento, num delírio passivo de coisa movida” (Bernardo Soares, 2001, trecho 259, pp. 204-205).

Em fluxo, de luz, som e sensibilidade, a língua portuguesa é, com efeito, um objeto sem território específico, é um objeto em *devenir*, sem centro, apenas com novas práticas de memória e sonho, por parte daqueles que a habitam, em Portugal, no Brasil, em Moçambique, ou em qualquer outro país de língua oficial portuguesa, e mesmo nos países da diáspora. À imagem do “*bricolage* mitopoiético”, referido por Derrida (1967: 419), as narrativas transmediáticas da língua fundam-se no abandono declarado da relação a um *centro*, a um *sujeito*, a uma *referência* privilegiada, a uma origem ou a uma *arché* absoluta. Na realidade, “não existe unidade nem

centro, que o *supre*, que toma o lugar dele na sua ausência, esse signo acrescenta-se, é adicional, *suplementa-o*”.

princípio absoluto no mito” (Derrida, *Ibidem*). Porque o mito, como diz Fernando Pessoa na *Mensagem*, “é o nada que é tudo”¹².

Transposta, pois, para um dispositivo de comunicação multimídia, ou seja, para formas de comunicação digital interativa e para hipertextualidades multimodais, a língua portuguesa é assim um objeto híbrido, em processo centrífugo, uma galáxia textual, visual e sonora, que perfaz um “caos semântico” criativo, para voltarmos à expressão de Carlos Scolari. Nestas circunstâncias, em expansão transmediática, a narrativa lusófona de uma língua comum poder-se-á viver sem fantasmas neocoloniais. Quer dizer, sem centro, em devir e em expansão, a nossa língua comum pode deixar-se habitar pela memória de todos os seus falantes¹³.

3. A travessia lusófona

Sabemos que um dos momentos-chave dos Tempos Modernos¹⁴ foi a *circum-navegação*, em que audaciosos exploradores descobriram novos mundos e alargaram, desse modo, as percepções habituais, as maneiras de ser e os diversos imaginários dos seus contemporâneos¹⁵.

12 Fernando Pessoa (1934) [1986], poema Ulysses, em II Castellos, *Mensagem*, p. 1146.

13 Além dos oito países de língua oficial portuguesa (Portuga, Brasil, Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné Bissau, São Tomé e Príncipe, Timor Leste), o português é falado na Galiza, em Malaca e em Goa, e ainda pelos portugueses da diáspora: em França, na Alemanha, na Suíça, no Reino Unido, na Venezuela, nos Estados Unidos da América, no Canadá, etc.

14 Por “Tempos Modernos” entendemos uma cinética do mundo, que irrompe no Ocidente pela associação da ciência ao desenvolvimento e ao progresso, sendo a ciência constituída como um indicador de um e de outro.

15 Pode dizer-se, neste sentido, que a expansão marítima portuguesa teve um momento mítico fundador, de que a *Carta de Pêro Vaz de Caminha* ao rei português, D. Manuel I, sobre o *achamento* do Brasil, é uma boa expressão – um tempo mítico de descoberta e encontro. Mas não podemos deixar de ter em atenção, também, o facto de se ter passado logo a uma segunda fase, de integração, e mesmo a uma terceira, de dominação. A ideia da “diversidade do mundo”, que a expansão marítima europeia colocou a descoberto, ficou, pois, comprometida, praticamente logo no início, pelas necessidades imperialistas do capitalismo comercial. Também Todorov (1991), em *A Conquista da América*, reflete sobre a questão da alteridade no encontro com o outro civilizacional, interrogando a lógica das interdependências, que se exercem a três níveis: axiológico, praxiológico e epistémico. O nível axiológico das interdependências prende-se com os juízos de valor que temos sobre o outro. No nível praxiológico colocam-se as práticas concretas de assimilação, submissão ou indiferença relativamente ao outro. Por sua vez, o conhecimento

José Pimentel Teixeira (2014) faz, todavia, uma advertência a todos aqueles que apenas convocam o passado para pensar a identidade portuguesa. Essa obsessão passadista fundaria a imagem de uma “portugalidade” assente no estribilho da “excepcionalidade portuguesa”¹⁶.

Coloquemos, todavia, a expansão marítima portuguesa e a circum-navegação na aurora dos Tempos Modernos, agora descentrados e polimorfos¹⁷. O historiador Joaquim Barradas de Carvalho (1974, 1981) é de opinião que os navegadores portugueses dos séculos XV e XVI, de um modo geral “renascentistas não humanistas” (Carvalho, 1974: 39-40), estão nas origens do pensamento moderno. Em seu entender, os navegadores portugueses inscrevem-se no movimento de “*matematização do real*”, que prepara a revolução de Galileu, Descartes e Newton (*Ibid.*: 45 e 46)¹⁸. Com efeito, a literatura de viagens e a literatura científica, dos séculos

que temos sobre a identidade do outro caracteriza o nível epistémico. Adotando um ponto de vista enquadrado pela comunicação intercultural, Todorov contraria a lógica da cultura da unidade, a que obedeceu a expansão marítima ocidental. Nesta lógica, que desconhece (ou omite) os processos comunicacionais de segregação, dominação e tomada de poder, “o território, ou melhor, o mundo era uno; a Igreja era uma; o Estado era uno; a família era uma; a história era igualmente uma, e ainda por cima declinava uma narrativa da salvação; enfim, a verdade era única e eterna” (Martins, 2014: 18). Sobre a ideia de “diversidade do mundo”, com que se confrontou a expansão marítima europeia, assim como sobre a questão da alteridade no encontro com o outro civilizacional, ver Macedo (2013, Parte I). Ver também, a este respeito, Martins (2014, especificamente as páginas 16-24, “culturas da unidade e culturas da mistura”).

16 Sobre a figura da ‘portugalidade’ e da sua associação à ideia de lusofonia, defendeu Vítor Sousa uma tese de doutoramento em Ciências da Comunicação, na Universidade do Minho, em 2015, com o título “Da ‘Portugalidade’ à Lusofonia”. Confira-se, ainda, a desconstrução do “equivoco lusocêntrico de lusofonia” em Martins (2006, 2011b e 2014) e Lourenço (2004).

17 Adoto, pois, a tese clássica de Georges Lefebvre (1971: 53), que considera “as grandes descobertas” como o facto essencial do Renascimento. Mas tenho sobretudo em atenção a obra de Henrique Leitão (2009), um físico teórico que se tornou historiador da ciência, na obra *Os Descobrimentos Portugueses e a Ciência Europeia*, onde se confirma que a expansão marítima europeia (portuguesa, espanhola, holandesa e inglesa) foi, talvez, a maior transformação política, social, administrativa e económica dos séculos XV e XVI. E muito particularmente saliento dois artigos de Henrique Leitão, publicados em parceria com Joaquim Alves Gaspar, na revista *Imago Mundi*, em 2014, sobre a contribuição decisiva dos estudos portugueses de matemática e cartografia (muito particularmente de Pedro Nunes, em 1537), para a criação da Tabela de Rumos, instrumento matemático usado por Mercator para a projecção cilíndrica do globo terrestre, em 1569.

18 Numa outra fórmula de Joaquim Barradas de Carvalho: um “experencialismo” do Renascimento “que exclui o Humanismo” (Carvalho, 1974: 28).

XV e XVI, em Portugal, ao mesmo tempo que aceleravam o processo de generalização dos números árabes (Carvalho, 1981: 45-102), colocam uma questão à natureza, confrontando-a com a sua medida. Tratava-se de uma literatura de homens práticos (de capitães de navios e de comerciantes), que apenas se baseava nos antigos, Gregos e Romanos, para os refutar, corrigir e ultrapassar, em nome da experiência e da experimentação (Carvalho, 1981: 103-196)¹⁹.

O navegador e cosmógrafo Duarte Pacheco Pereira (que fez a primeira viagem ao Brasil, em 1498, e escreveu o *Esmeraldo de Situ Orbis*, entre 1505

Pode discutir-se a ideia de o renascimento português dispensar o humanismo. Vemos, por exemplo, que o grande matemático Francisco de Melo (1490-1536), da geração imediatamente anterior a Pedro Nunes, escreveu as suas obras em latim. Em contrapartida, parece obter maior consenso a articulação entre conhecimento científico e técnicas de marear. Luís Filipe Barreto (1983, 1986) retoma esta ideia de que os portugueses promoveram um conhecimento ‘experencialista’, prático, ligado à observação e aos sentidos. No entanto, em seu entender, uma tal ideia de conhecimento, embora se tenha afastado, em diferentes graus de profundidade, do paradigma medieval, de modo nenhum seria ‘experimentalista’. Segundo Barreto, a revolução científica moderna significa a desconfiança relativamente aos sentidos, num movimento de matematização do real. E teria sido Galileu a iniciar esse movimento de superação daquilo que Barreto considera como a ingenuidade empiricista dos primeiros descobridores portugueses.

Já o referi, todavia, não é esta a ideia que ultimamente se tem consensualizado na comunidade científica. Os recentes estudos sobre a expansão marítima portuguesa (Leitão, 2009) e (Leitão e Gaspar, 2014a; e 2014b) demonstraram que, no século XVI, os debates europeus sobre as questões científicas ligadas à modernidade passavam todos por Portugal.

- 19 Entende Henrique Leitão que o problema português de História da Ciência reside no facto de ela não ter sido bem feita. Por um lado, os historiadores da ciência recorreram, sobretudo, a filósofos, literatos e humanistas, e não aos portugueses renascentistas que tenham sido homens de ciência. Com efeito, “para analisar o progresso na matemática, física, astronomia ou química era preciso ter conhecimentos técnicos nestas áreas”; e os historiadores não tinham (Leitão, em entrevista ao *Expresso*, n. 2199, *Atual*, 20 de dezembro de 2014). Por outro lado, os mesmos historiadores têm descrito o desenvolvimento das ciências no Portugal renascentista como momentos *ex nihilo*, não o inscrevendo na tradição científica anterior, que desembocou na expansão marítima. Por exemplo, as tradicionais descrições sobre o desenvolvimento da matemática em Portugal, por regra, começam com Pedro Nunes. E todavia Pedro Nunes inscreve-se já numa tradição notável, desconhecia até há pouco tempo. Da geração imediatamente anterior a Pedro Nunes, temos, com efeito, o notável matemático Francisco de Melo, de quem Henrique Leitão e Bernardo Mota (2014) acabam de publicar o primeiro volume *Francisco de Melo: Obras Matemáticas*. Mas de uma geração anterior a Francisco de Melo, existiu ainda o grande matemático Álvaro Tomás.

Confira-se, sobre estes assuntos, a entrevista de Henrique Leitão ao *Expresso*, acabada de citar.)

e 1508), o militar, marinheiro e cartógrafo D. João de Castro (que escreveu o *Tratado da Esfera*, de 1545 a 1548), o cosmógrafo Pedro Nunes (que era então o principal matemático da Península Ibérica), o naturalista, médico e farmacólogo Garcia de Orta (que publicou em Goa, em 1563, *Colóquio dos simples e drogas e coisas medicinais da Índia*) são as figuras de proa desta revolução na Europa, que fez a conexão das técnicas (de navegação) com as ciências²⁰.

Foi, com efeito, em Portugal e em Espanha que se registaram pela primeira vez os primeiros grandes fenómenos de acumulação de dados sobre o mundo natural, a uma escala planetária, não só na cartografia, mas também na botânica, zoologia, medicina, geologia, meteorologia. Assim como apareceram instituições para gerir toda esta informação, num processo que depois alastrou a toda a Europa.

Fazendo uma transposição de séculos, pergunto: não é possível dizermos que a partir da *navegação* eletrónica se está a passar qualquer coisa de semelhante à descoberta do Novo Mundo, a modelação de uma cultura totalmente diferente da cultura que marcou a modernidade, com clara influência nas perceções, nos modos de vida e nos imaginários sociais²¹?

A *circum-navegação* é uma figura que nos ajuda a pensar a travessia a fazer, na experiência tecnológica, que é a experiência contemporânea por excelência. À semelhança da época dos Descobrimentos e da Expansão,

20 A este propósito, Joaquim Barradas de Carvalho dá como exemplo a relação próxima que D. João de Castro manteve com Pedro Nunes, em clara oposição ao que acontecia na Europa por essa época, como assinala, convocando o historiador Frédéric Mauro: “a técnica permanece distante da ciência”; “a ciência e a técnica ainda se não reuniram” (Carvalho, 1974: 39-40). Também Henrique Leitão explica o aparecimento da ciência moderna como o resultado de um processo de confluência entre níveis eruditos da ciência e prática artesanal técnica (*Expresso, Ibidem*). A proposta de Henrique Leitão contraria, aliás, a ideia de que a interpretação da história deva centrar-se nas figuras de proa. Em seu entender, a modernidade científica tem a ver com transformações que envolvem toda a sociedade. Por essa razão, interessa à historiografia da ciência “o trabalho de artesãos, os desenvolvimentos tecnológicos à volta das indústrias, o modo como níveis menos educados da população participam neste processo” (*Ibidem*).

21 Foi esta a linha condutora de Stéphane Hugon (2010), no texto que reproduz a sua tese de doutoramento e a que deu o título *Circumnavigations. L’imaginaire du voyage dans l’expérience Internet*. Colocando-se do ponto de vista de “uma sociologia dos espaços eletrónicos”, Hugon interroga, entre outros aspetos, “uma cultura da deambulação”, “uma genealogia da deriva”, “o que significa habitar”, “o que é uma paisagem” e, ainda, “a dinâmica comunitária”.

o homem contemporâneo faz hoje, através da tecnologia, uma travessia, deslocando-se da cultura do uno para a cultura do múltiplo. A cultura do uno é logocêntrica, etnocêntrica, imperialista e colonialista. Caracteriza-se, pois, pela exclusão, assimilando e destruindo a diferença. É nesse sentido, aliás, que opera a tradição judaico-cristã, ao impor a *sun/bolé* (uma imagem que reúne) à *dial/bolé* (uma imagem que separa), assim como a tradição greco-latina, que sobrepõe o *logos* (como instância soberana de decisão) ao *pathos* e ao *ethos*. Em contrapartida, a cultura do múltiplo e da mistura associa-se à participação, à comunicação intercultural, à diferença, a uma cultura pós-colonial (Martins, 2014, 2011a, 2011b).

Lembremo-nos de Thomas Kuhn que, ao refletir sobre as descobertas científicas e tecnológicas, pôde mostrar-nos de que modo elas constituíam a causa e o efeito daquilo a que chamamos um paradigma. Em sentido estrito, podemos compreender o paradigma como uma matriz que permite a eclosão de uma vida nova. E o que se encontra nos dias de hoje em gestação é exatamente aquilo a que chamamos cibercultura. Neste paradigma torna-se visível a hibridez do tempo, onde a energia das máquinas e as emoções dos homens se misturam como numa amálgama. E o ciberespaço, enquanto ambiente de produção informática, tanto constitui a viagem que esperamos fazer, como o oceano em que importa navegar.

A experiência da tecnologia eletrónica combina, assim, uma *passagem* com uma *travessia*. Podemos fazer a passagem de um rio de uma margem para outra. A passagem fala-nos de uma experiência controlada, dominada, sem mistério nem magia, ou seja, também sem poesia. Nas passagens esperamos uma viagem sem sobressalto, tranquila, sem grandes obstáculos a transpor. Nas passagens existe, igualmente, a habitualidade de um caminho conhecido. Coisa diferente é, todavia, a experiência da travessia de um oceano, por exemplo, que nos coloca em sobressalto permanente, dada a novidade e a perigosidade. A *circum-navegação* assinala classicamente a experiência da travessia de oceanos e da ultrapassagem do limite estabelecido, de mares, terras e conhecimentos. Aquele que primeiro a empreendeu não chegou sequer ao destino. Sabemos, com efeito, que Fernão de Magalhães morreu nas Ilhas Molucas, afrontando os perigos com que se deparou na travessia.

A *circum-navegação* é, pois, a meu ver, uma boa metáfora para caracterizar a atual experiência lusófona, uma experiência, hoje, largamente

tecnológica. Na circum-navegação clássica houve o sextante, o astrolábio e a esfera armilar. Mas havia sobretudo as estrelas para nos conduzirem na noite. Deixámos, entretanto, de olhar para as estrelas e passámos a olhar para os ecrãs, como assinala Virilio (2001: 135). Ou seja, da história de sentido em que se inscreviam as estrelas, o Ocidente abriu caminho para os ecrãs (Martins, 2011a). E nesta travessia atribuiu-se uma “pele tecnológica” (Kerckhove, 1997), uma pele para a afeção, ou seja, para o estar-junto, para o ser-com-outros.

No Ocidente, as estrelas têm, de facto, virtualidades narrativas: sempre nos conduziram nas travessias (de mares, desertos e tentações), tinham sentido, ou melhor, inscreveram-nos numa história de sentido, entre uma génese e um apocalipse. E ao inscreverem-nos numa história da salvação, sempre nos impediram de naufragar. Na cultura ocidental temos até a estrela por excelência, aquela que surgindo a oriente conduziu o Ocidente durante vinte séculos. A estrela que conduziu os Reis Magos permitiu, desse modo, a narrativa da Epifania – o mistério de um Deus incarnado, refundando no cristianismo a civilização ocidental.

Ao adotar o imaginário dos ecrãs, a nova *circum-navegação*, uma *circum-navegação* eletrónica, concretiza o paradigma da cibercultura, uma travessia em direção à Nova América de um novo arquivo cultural, que reativa o antigo, o arcaísmo, enfim a mitologia (Martins, 1998; Jenkins, 2006) e, ao mesmo tempo, reconfigura em permanência a comunidade, pelo desejo de ser-com-outros²². É a história, mas a história toda, tanto a da colonização como a do pós-colonialismo, que é, hoje, recapitulada neste desejo de comunidade. Portanto, a travessia que os povos do espaço lusófono, falantes do português, são convocados a fazer é a de uma mobi-

22 É verdade, no entanto, que a circum-navegação tecnológica nos expõe aos maiores perigos. Dou como exemplo a atual tematização do debate sobre a língua, que nalguns casos chega a assemelhar-se a uma alucinada narrativa messiânica. Numa entrevista concedida ao *sítio* “Inteligência Económica”, por ocasião do lançamento da obra *Potencial Económico da Língua Portuguesa*, Luís Reto, Reitor do ISCTE-IUL, que coordena a obra, exclama: “Esta é a hora do português” (<http://inteligenciaeconomica.com.pt>). E colocando, de imediato, a língua portuguesa na rota da economia, avisa que a navegação será agora em direção a um novo arquivo cultural, em que a língua seja “produto” e “valor económico”, sendo avaliada a sua importância em termos de percentagem no PIB (*Ibidem*). Lançada, assim, a língua portuguesa ao mar da sua transformação “numa potência económica mundial” (*Ibidem*), o seu rumo seria, por um lado, “a comunidade lusófona” e, por outro, “o valor criado para fora, para uma economia em rede” (*Ibidem*).

lização tecnológica para o interconhecimento, o diálogo e a cooperação. É, também, a da sua reunião numa zona geoestratégica e cultural alargada, no respeito pelas diferenças e na dignificação das línguas nacionais (em Angola, Moçambique, Timor Leste, etc.)²³, que se afirme diante da globalização hegemónica, de carácter financeiro e especulativo, falado a uma só língua, o inglês. É, finalmente, a travessia do apego ao valor do heterogéneo, à sedução de uma rede tecida de fios de muitas cores e texturas, uma rede de povos e países diversos, capazes de resistir à sua redução a uma unidade artificial.

4. Um Museu Virtual da Lusofonia – práticas híbridas de inovação e interação transculturais

Sabemos que a contemporaneidade se caracteriza pelo fenómeno da globalização dos mercados e pela mobilização tecnológica. Sobretudo com a explosão da técnica, o nosso tempo acelerou e nós fomos, em consequência, alienados da nossa condição propriamente histórica. O objetivo passou a ser o mercado e o que nos está a acontecer é o controle tecnológico e a mobilização acelerada nesse sentido.

Para melhor explicar este processo de aceleração tecnológica do nosso tempo, gostaria de convocar o texto de Heidegger sobre a técnica, escrito em 1954. Debruçando-se sobre a natureza da técnica, Heidegger (2002: 13-15) começa por lembrar a tradição aristotélica, assinalando que a técnica supõe uma *causa materialis*, uma *causa formalis*, uma *causa finalis* e uma *causa efficiens*. E dá como exemplo a fabricação de um cálice, que supõe um material, por exemplo a prata – *causa materialis*; que supõe também uma forma, por exemplo a figura de uma taça – *causa formalis*; que supõe ainda um fim, por exemplo o culto – *causa finalis*; e que, finalmente, supõe um artesão (o ourives), que produz o efeito, fazendo o cálice – *causa efficiens*. Acontece, todavia, que na era da técnica, uma modernidade “de meios sem fins”, como adverte Agamben (1995), a *causa finalis* desaparece, deixa de constituir uma causalidade (*Ibidem*: 14), e a *causa efficiens* muda de natureza. Do que se trata agora não é do artesão, como faz notar Heidegger, mas “da eficácia e da eficiência de um fazer” (*Ibidem*), ou seja, da

23 Com considerações em torno da relação entre língua e pertença identitária em contexto lusófono, tendo em atenção Moçambique e Timor Leste, ver Brito & Martins (2004a, 2004b).

utilidade social no processo de produção. Pode então dizer-se que a *causa efficiens* exige operatividade e eficácia; e a *causa efficiens* já não é o ourives, mas um efeito do mercado, uma mercadoria²⁴.

A operatividade e a eficácia da *causa efficiens* não são, hoje, outra coisa que um efeito do mercado, a um ponto desconhecido pelo próprio Heidegger, pois tem o seu destino associado à globalização²⁵. Por sua vez, falar de globalização e de integração dos mercados é falar de tecnologias da comunicação e da informação, que são a condição de possibilidade dessa integração. Por outro lado, mencionar as tecnologias da comunicação e da informação é falar, também, de redes sociotécnicas, que estão diretamente conectadas com uma sociedade que tem na informação e no conhecimento a sua força geradora. As redes disseminam informação e conhecimento: um portal, um *site*, um blogue, o *Facebook*, o *YouTube*, o *Twitter*, encerram essa dupla função, instrumental e cognitiva. Servindo os povos, as comunidades humanas, as instituições, as empresas, outras organizações, os negócios, as redes sociotécnicas trabalham, pois, para o desenvolvimento humano (Macedo, Martins & Macedo, 2010; La Rocca & Martins, 2009).

Mas também são úteis para o desenvolvimento cívico, que é parte do desenvolvimento humano. Ao favorecerem a troca e o debate de ideias, assim como o ativismo na rede, em favor de causas sociais, políticas e culturais, as redes sociotécnicas edificam e reforçam o sentido de cidadã-

24 Kittler (2011: 11) retoma o argumento aristotélico para salientar que “o artista como autor se fica por uma de entre as quatro causas (*aitiai*)”, sendo elas as seguintes: o material (*hylé*) e a forma apreendida (*eidos*), o resultado a partir do feitor da obra e finalmente, ou quando muito, o movimento em direção ao alvo (*telos*), transformando a coisa isolada na sua realidade (*energeia*).

25 A ideia de encarar a própria língua como mercadoria, “como produto” (Reto, 2012), como língua de conhecimento e comércio, é uma excelente ilustração da atual cinética do mundo – um movimento de mobilização tecnológica. No estudo, já referido, *Potencial Económico da Língua Portuguesa*, coordenado por Luís Reto, os principais capítulos têm a seguinte designação: “Efeitos de rede e valor económico da língua”; “Valor da língua e das indústrias culturais e criativas em percentagem do PIB”; “Comércio externo e investimento direto estrangeiro (IDE)”; “Fluxos migratórios e turismo”.

Foi ainda por razões de economia política, para se impor no mundo global, hegemonicamente falado em inglês, que os Governos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) se envolveram, desde 1991, num longo e moroso processo de reforma ortográfica, conhecido como Acordo Ortográfico. Sobre o “Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa e o Significado da Lusofonia: Análise Comparativa”, Michelly Santos de Carvalho defendeu na Universidade do Minho, em 2015, uma tese de doutoramento em Ciências da Comunicação.

nia de uma comunidade, constroem e aprofundam o seu sentido crítico e democrático²⁶.

Aquilo em que eu gostaria de insistir, todavia, dado que é esse o contexto em que inscrevo o debate sobre a Lusofonia, é no facto de a rede constituir um refúgio imaginário, uma experimentação, a criação de um mundo outro, a fabricação de um lugar de sonho, onde nos é possível respirar nas condições que estabelecemos (Maffesoli & Martins, 2011).

Ideia distinta sobre a contemporaneidade têm, por exemplo, Anderson (1983) e Castells (2003). Ambos insistem na necessidade de pertença a grupos sociais alargados, sendo estes considerados, tanto em termos nacionais, como em termos étnicos, religiosos ou linguísticos, exprimindo sempre uma necessidade de pertença, que possa produzir um sentido partilhado de identidade e de história.

Se pensarmos a Lusofonia nestes termos, como comunidade transcontinental de pertença, que produz um sentido partilhado de identidade e de história, devemos imediatamente acrescentar que uma tal comunidade está muito longe de se encontrar concretizada. Com efeito, no espaço lusófono apenas uma significativa minoria dos cidadãos, que falam, pensam e sentem em português, concebem as suas pertenças a partir da língua comum. É essa a conclusão a que se chega com os resultados da investigação, já referida, sobre o papel do ciberespaço na invenção da identidade lusófona (Macedo, Martins & Macedo, 2010; e Macedo, Martins & Cabecinhas, 2011). Procurando dar um primeiro passo no sentido da compreensão do processo de estabelecimento de relações, no espaço virtual, entre cidadãos que pensam, sentem e falam em português, os contributos apresentados constituem, por outro lado, uma cartografia deste espaço virtual da língua portuguesa²⁷.

26 Veja-se, neste sentido, por exemplo, sobre literacia, cidadania e média, e muito particularmente sobre experiências, atores e contextos da educação para os média: Pinto, Pereira, Pereira & Ferreira (2011). E assinala-se, também, o importante contributo das comunicações *online* em língua portuguesa para a promoção de um mundo global multicultural (Martins, Cabecinhas & Macedo, 2010; e Martins, Cabecinhas & Macedo, 2011).

27 Esta cartografia é acompanhada pela análise das políticas para a Sociedade da Informação e dos indicadores de desenvolvimento deste paradigma nos países que constituem a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Entretanto, Maria Manuel Baptista caracteriza a Lusofonia como “um lugar de ‘não-reflexão’, de ‘não-conhecimento’ e, sobretudo, de ‘não-reconhecimento’, quer de si próprio, quer do outro” (Baptista, 2006: 24). Neste sentido, a comunidade geoestratégica e cultural da Lusofonia, potencialmente composta por mais de 250 milhões de pessoas espalhadas por todo o mundo, pode ser interpretada como uma “comunidade imaginada”, noção proposta por Anderson (1983: 6) para denominar um grupo cujas dinâmicas identitárias se realizam sobretudo no plano simbólico²⁸.

Paralelamente, as novas condições sociotécnicas, ao estabelecerem um inédito ecossistema comunicacional, fizeram emergir o poder gigantesco de uma sociedade civil doravante organizada em rede. Esta circunstância significa a assunção na cena pública da voz de uma multidão de novos atores sociais, que tomaram de assalto as redes digitais e escapam à autoridade dos poderes constituídos. A este propósito, Lovink (2008) salienta o *empowerment* da Web 2.0, cujas consequências para a cultura devem ser não apenas identificadas, como também interpretadas²⁹.

Também Beeson (2003) advoga que as comunidades podem exprimir e até revigorar o seu potencial, produzindo múltiplas narrativas sobre a sua própria história, através da utilização dos dispositivos de comunicação digital. Propõe ainda este autor que o uso da Web não deve ser concebido como instrumento que permita transferir estas comunidades para as redes eletrónicas. O seu uso deve permitir antes a preservação e fortalecimento das comunidades, ganhando redobrada importância, por outro lado, o poder da sua imaginação³⁰. É neste sentido que podemos falar de “comunidades imaginativas” (Beeson, 2003: 125).

28 Consultar, também, neste sentido a obra de Nestor Canclini (2007), *A Globalização Imaginada*.

29 Trata-se de uma leitura, a um tempo generosa e otimista, sobre o *empowerment* das massas, que através das redes sociotécnicas se tornaram atores no espaço público. Uma tal leitura deve ser temperada, a meu ver, pelo facto de a actual mobilização tecnológica do humano não ter apenas aspetos gozosos. Por um lado, instaura a crise permanente do humano; por outro, impõe uma retração progressiva do pensamento, ao mesmo tempo que acelera o processo de conversão de toda a experiência em emoção (Martins, 2011a).

30 Sobre o sentido da transformação da cultura popular pelos blogues e pelos *twitts*, ver também Cross (2011), *Bloggerati, twiterati: How blogs and Twitter are transforming popular culture*.

Os resultados dos estudos de Macedo, Martins e Macedo (2010) e Macedo, Martins e Cabecinhas (2011), sobre páginas Web e blogs de editores lusófonos (em Portugal, no Brasil e em Moçambique), tendo como objeto as relações multi, inter e transculturais, apontam para a possibilidade de “comunidades imaginativas” no seio da comunidade geoestratégica e cultural que é a comunidade lusófona. Contudo, segundo a Internet World Stats (2014), a taxa de penetração da Internet entre a população lusófona (34,7%) é inferior à do conjunto da população mundial (42,3%) e as taxas de infoexclusão na maioria dos países de língua portuguesa são também muito elevadas. Deste modo, grande parte dos cidadãos lusófonos vê interditado o acesso às redes de comunicação digital³¹.

De acordo com Bachan & Raftree (2011), as ferramentas da Web, quando adequadamente planeadas, monitorizadas e avaliadas, permitem que a divulgação de conteúdos, concebidos através da Comunicação para o Desenvolvimento, constitua a amplificação da voz de comunidades tradicionalmente excluídas dos circuitos de comunicação e poder. É neste sentido que podemos falar da conversão de informação em bases de conhecimento para o desenvolvimento social, cultural e cívico. É este o sentido que o Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho atribui ao projeto que tem em curso sobre o Museu Virtual da Lusofonia (<http://www.comunicacao.uminho.pt/cecs/publicacoes.asp?startAt=2&categoryID=1056>).

É certo que os média digitais interativos significam, antes de mais, a interatividade, e não necessariamente, nem em primeira mão, a interação. Ou seja, os média digitais interativos, podendo significar práticas sociais que remetem para a liberdade e a autonomia dos atores sociais, remetem, da mesma forma, para os constrangimentos da ação social, a qual ocorre sempre em condições específicas de tempo, espaço e interlocução. No caso em estudo, as condições específicas dos média são as condições de tempo, espaço e interlocução possibilitadas pelo ciberespaço e pela cibercultura.

31 Assinalo a penetração da Internet, em percentagem da população, a 30 de junho de 2014, comparando a penetração para os países lusófonos e a penetração dentro de cada continente. Em África: países lusófonos 18,9% (total em África: 26,5%); na Europa: Portugal 54,2% (total na Europa 70,5); no Brasil 54,2% (total na América do Sul 56,8%); na Ásia: Timor Leste 1,1 (total na Ásia 34,7%). <http://www.internetworldstats.com/stats.htm>

Não podemos, pois, deixar de interrogar nas relações multi, inter e transculturais da sociedade em rede, esta amálgama de ativismo, automatismo, criação e entretenimento, que encontramos nas novas formas de comunicação digital interativa e nas hipertextualidades multimodais de produção de sentido, entre as quais se encontram as formas de hipertexto, que vemos, por outro lado, associadas à ideia de jogo e de interatividade³².

Os média digitais interativos significam, na forma miniatural de circuitos digitais de funcionamento, procedimentos técnicos que constituem uma realidade autónoma, autotélica e programável. Para dar um exemplo, essa é a lição a retirar dos *Role Playing Games* (RPG). Hoje, é possível produzir qualquer imagem, seja ela histórica ou meramente imaginada, assim como produzir qualquer afinação musical, simulando-as “por meio de algoritmos, aparentemente sem sequer tocar nos materiais” (Kittler, 2011: 19).

Com efeito, esta situação pode articular-se com a ideia de “comunidade imaginativa”, reconfortando-a. Os média digitais interativos não são, de modo nenhum, uma mera representação analógica, que remeta para a cópia do mundo ou para a correspondência com ele. São sobretudo uma representação que remete para aquilo a que Baudrillard (1981) chamou simulação e produção de simulacros de mundo, o que também quer dizer a procura e a produção da configuração de “comunidades imaginadas”. A simulação e o simulacro são do domínio da inovação, ou seja, são produções e produtos que supõem uma intervenção tecnológica. Funcionam como metáforas do mundo, não por estabelecerem uma relação de semelhança com ele, mas por estabelecerem antes uma imaginativa semelhança de relação com ele. Por essa razão, podemos dizer, antes de mais nada, que a simulação e o simulacro daquilo que possa constituir um museu virtual da Lusofonia obrigam a que nos média digitais interativos discutamos as práticas de simulação e de simulacro produzidas e autorizadas pela programação e pelo *design*.

No entanto, os média digitais interativos, neste aspeto específico de serem práticas de simulação e de simulacro, não são assim tão inovadores. A rutura fundamental, tanto na genealogia dos média, como na história

32 Veja-se, neste sentido, José Augusto Mourão (2001), *Para uma poética do hipertexto*. Veja-se, também, Nelson Zagalo (2009), “*Média criativos e interactivos*”.

da imagem, dá-se por meados do século XIX, com a revolução ótica, inaugurada pela máquina fotográfica, uma nova máquina de visão.

Nessa altura em que a fotografia exerce um fascínio considerável e os correios se constituem como um modo de contacto dinâmico com preponderância nos laços sociais, são por sua vez os postais ilustrados que interrompem o quotidiano com vistas e retratos, que tanto lembram as impressões realistas dos irmãos Lumière como as aventuras fantasistas de Méliès (Correia, 2014: 30).

Visão híbrida, a imagem fotográfica define-se pelo jogo entre o homem e a máquina, o operador e o aparelho (*Ibidem*: 31). Juntando *mimesis* e *ludus*, “a imagem sintética define-se pelo negativo”, uma vez que nela se retrai a presença humana, precipitando, em consequência, uma crise da representação (*Ibidem*) e um “trauma da significação”, para falar como Rosalind Krauss o fez a propósito da fotografia³³.

Foi, com efeito, o postal fotográfico do início do século XX o primeiro *medium* a transformar “a sóbria máquina de reproduzir o real num malicioso engenho de o manipular” (*Ibidem*). Esse procedimento compreende colagens fotográficas e *puzzles* epistolares, ou seja, processos lúdicos de recreação e processos de montagem, que envolvem fotógrafos, editores e remetentes.

No entanto, vêm a ser os contemporâneos dispositivos eletrónicos de programação e de *design*, numa linha de continuidade e de cisão com a máquina fotográfica, que generalizam o processo de produção de imagens como práticas de simulação e de simulacro, entre a troca lúdica e a partilha diária de imagens digitais nos ambientes reais e virtuais dos nossos telemóveis e computadores, como outrora ocorreu com os postais fotográficos. Mas é nestas vivências e nestas experiências que se afirma o desejo de ser com outros, reforçando o estar-junto comunitário. É essa a razão pela qual podemos dizer que, apesar de dispositivos eletrónicos, explicados pela programação e pelo *design*, um museu virtual da Lusofonia pode constituir um lugar lusófono de invenção multi, inter e transcultural.

33 É Rosalind Krauss (2002: 76-93) quem usa esta expressão para descrever o impacto do aparecimento da fotografia no trabalho de Marcel Duchamp.

Para uma leitura alargada dos aspetos relativos ao jogo entre o homem e a máquina, o operador e o aparelho, que nos postais ilustrados juntam *mimesis* e *ludus*, ver Martins e Correia (Org.) (2014), *Do Post ao Postal*.

A programação e o *design* supõem um processo que junta *mimesis* e *ludus*, e também *recreação* e *montagem*. Neste sentido, situa-se numa linha de continuidade com a tradição do divertimento fotográfico, para que remete o processo de recreação³⁴. Recrear é jogar, sendo o jogo uma ação divertida, distraída e fictícia. E é também repor em jogo, apropriar-se do que está em jogo e participar. E inclui-se ainda numa linha de continuidade com o procedimento da montagem, nos termos em que foi caracterizado por Walter Benjamin. De acordo com este filósofo e sociólogo alemão, a montagem é a *mimesis* própria das técnicas de reprodução mecânica, usadas na imprensa, no cinema, na rádio e na fotografia. Consiste numa confecção de conteúdos a partir de “fragmentos múltiplos” e teria uma propriedade excitante, por um lado, e uma qualidade organizadora, por outro (Benjamin, 1992: 152-153).

Esta forma de ver, própria dos olhos mecânicos, pode ter consequências sensoriais e psíquicas perturbantes, pelo seu caráter ilusionista, engendrando uma crise do real (*Ibidem*: 99). No entanto, estes novos aparelhos de reprodução, com os quais, todavia, pode ser construído um museu virtual, coincidem numa forma peculiar de mostrar, que se cumpre numa função apresentadora do real. O seu uso converte e modifica os próprios aparelhos, gerando a crise das noções de “autor” e de “espectador”, que se tornam participantes do processo (*Ibidem*: 151).

A ideia de Lusofonia vive deste movimento de aparelhamento técnico da cultura, que é, afinal, um processo coletivo de configuração e construção identitárias, e também de tecelagem e produção de memórias sociais. Trata-se de um processo que exprime a vida de comunidades imaginativas, traduzida numa galáxia de fluxos, ressonâncias, ritmos, cadências, sonoridades, durações multi, inter e transculturais, que impedem a Lusofonia de se fixar em coisa definida, ou seja, definitiva, permitindo antes o desenho de transfigurações mitopoéticas de novas possibilidades de futuro.

34 A noção de recreação é empregue pela primeira vez no domínio da expressão visual para referir a fotografia amadora e significa emprego do tempo livre e divertimento dos sentidos. A popularização do termo deve-se a obras de vulgarização científica, como é o caso de *As recreações fotográficas* (1891), de Albert Bergeret (citado por Clément Chéroux, 1998). Essas obras de vulgarização científica são manuais que ensinam como posar e manipular clichés.

Referências

- AGAMBEN, G. (1995). *Moyens sans fin. Notes sur la politique*. Paris: Payot & Rivages.
- ANDERSON, B. (1994) [1983]. *Imagined Communities: Reflections on the origins and spread of nationalism*. London: Verso.
- ANDRADE, P. (2013). Sociological ontology of the digital public sphere: the case of Web 2.0/3.0, *Revista de Comunicação e Sociedade 'Esfera Pública Digital: fragilidades e desafios'*, n. 23, pp. 202-216.
- ANDRADE, P. (2011). *Sociologia Semântico-lógica da Web 2.0/3.0 na Sociedade da Investigação: significados e discursos quotidianos em blogs, wikis, mundos/museus virtuais e redes sociais semântico-lógicas*. Lisboa: Edições Caleidoscópio.
- BACHAN, K. & Raftree, L. (2011). *Integrating Information and Communication Technologies into Communication for Development Strategies to Support and Empower Marginalized Adolescent Girls*. Report prepared for the XIIth UN Round Table on Communication for Development.
- BAPTISTA, M. M. (2006). A lusofonia não é um jardim ou da necessidade de “perder o medo às realidades e aos mosquitos”. In Martins, M. L., Sousa, H. & Cabecinhas, R. (Eds.), *Comunicação e Lusofonia – Para uma abordagem crítica da cultura e dos media* (pp. 23-44). Porto: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade e Campo das Letras.
- BARRETO, L. F. (1983). *Descobrimientos e Renascimento*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- BARRETO, L. F. (1986). *Caminhos do Saber no Renascimento Português*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- BAUDRILLARD, J. (1981). *Simulacres et simulation*. Paris: Galilée.
- BEESON, I. (2003). Imaginative communities: turning information technology to expressive use in community groups. In Hornby, S. & Clarke, Z. (Eds.), *Challenge and Change in Information Society* (pp. 104-126). London: Facet Publishing.
- BENJAMIN, W. (1992). *Sobre Arte, Técnica, Linguagem e Política*. Lisboa: Relógio d'Água.
- BRITO, R. & Martins, M. L. (2004)a. *Moçambique e Timor-Leste: onde também se fala o português*. III Congresso da Sopcom, UBI, Covilhã. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1822/1005>. A
- BRITO, R. & Martins, M. L. (2004b). Considerações em torno da relação entre língua e pertença identitária em contexto lusófono. *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona*, p. 9, <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/1679>
- CANCLINI, N. G. (2007). *A Globalização Imaginada*. São Paulo: Editora Iluminuras.

- CARVALHO, J. B. (1981). *Portugal e as Origens do Mundo Moderno*. Lisboa: Livro Horizonte.
- CARVALHO, J. B. (1974). *Rumo de Portugal. A Europa ou o Atlântico*. Lisboa: Livros Horizonte.
- CARVALHO, M. S. (2015). *Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa e o Significado da Lusofonia: Análise comparativa*. Tese de doutoramento em Ciências da Comunicação. Braga: Universidade do Minho.
- CASTELS, M. (2003). *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura*. II – *O Poder da Identidade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- CHÉROUX, C. (1998). Les récréations photographiques, in *Études Photographiques* 5, Novembre 1988, URL: <http://etudesphotographiques.revues.org/index167.html>. Consultado a 15 de novembro de 2014.
- COELHO, R. (2015). *O Meu Ponto de Vista é uma Escuta. O poder do som nos filmes de Manoel de Oliveira*. Tese de Doutoramento em Ciências da Comunicação. Braga: Universidade do Minho.
- CORREIA, M. L. (2014). Recreações, dos postais fotográficos aos postais digitais. Martins, M. L. & Correia, M. L. (Eds). *Do Post ao Postal* (pp. 29-59). V.N.Famalicao: Húmus.
- CROSS, M. (2011). *Bloggerati, twiterati: How blogs and twitter are transforming Popular Culture*. Santa Barbara: Praeger.
- CRUZ, M. T. (2011) (Org.). *Novos Media Novas Práticas*. Lisboa: Vega.
- DELEUZE, G. (1985). *Cinéma 2, L'Image-temps*. Paris: Les Éditions de Minuit.
- DERRIDA, J. (1967). *L'Écriture de la différence*. Paris: Seuil.
- FABBRI, P. (2010). Grammaire d'un repas futuriste, *Poétique* 164. Paris: Seuil, pp. 164-460.
- GADAMER, H-G. (2004). *Truth and Method*. New York: Crossroad.
- HEIDEGGER, M. (2002) [1954]. A questão da técnica, *Ensaios e Conferências* (pp. 11-38). Petrópolis: Ed. Vozes.
- HEPP, A. (2015). *Transcultural Communication*. Oxford: Wiley-Blackwell.
- HUGON, S. (2010). *Circumnavigations. L'Imaginaire du voyage dans l'expérience Internet*. Paris: CNRS Éditions.
- JAKOBSON, R. (1970). *Linguística e Comunicação*. São Paulo: Cultrix.
- JENKINS, H. (2008). *Convergence Culture – Where Old and New Media Collide?* New York: New York University Press.
- JENKINS, H. (2003). Transmedia storytelling. *Technology Review*, January.

- JOST, F. (2011). Novos comportamentos para antigas mídias ou antigos comportamentos para novas mídias?. *Matrizes*, ano 4, n. 2, pp. 93-109.
- KERCKHOVE, D. de (1997). *A Pele da Cultura – Uma investigação sobre a nova realidade electrónica*. Lisboa: Relógio d'Água.
- KITTLER, F. (2011). Técnicas artísticas, in Cruz, Maria Teresa, *Novos Media Novas Práticas* (pp. 10-19). Lisboa: Vega.
- KRAUSS, R. (2002) [1990]. *O Fotográfico*. Barcelona: Ed. Gustavo Gili.
- LA Rocca, F. & Martins, M. L. (2009). Dialogo tra Fabio La Rocca e Moisés de Lemos Martins: l'esposizione in rete della vita quotidiana (Immaginario – Il mondo di Facebook), in *Pol.is* – Centro di iniziativa politico-culturale. Roma e Milano: Bevivino Editore, p. 109, <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/23764>
- LEFEBVRE, G. (1971). *La Naissance de l'historiographie moderne*. Nouvelle Bibliothèque Scientifique, dirigida por Fernand Braudel. Paris: Flammarion.
- LEITÃO, H. & Gaspar, J. A. (2014a). Squaring the Circle: How Mercator Constructed His Projection in 1569. *Imago Mundi*, 66, pp. 1-24.
- LEITÃO, H. & Gaspar, J. A. (2014b). Globes, rhumb tables and the pre-history of the Mercator projection. *Imago Mundi*, 66, pp. 180-195.
- LEITÃO, H. (2014). Entrevista ao *Expresso*, n. 2199, *Atual*, 20 de dezembro.
- LEITÃO, H. (2009). *Os Descobrimentos Portugueses e a Ciência Europeia*. Lisboa: Alêtheia Editores.
- LOURENÇO, E. (2004). *A Nau de Ícaro seguido de Imagem e Miragem na Lusofonia* (3ª edição). Lisboa: Gradiva.
- LOVINK, G. (2008). *Zero Comments. Blogging and Critical Internet Culture*. New York and London: Routledge.
- MACEDO, L. (2013). *Da Diversidade do Mundo ao Mundo Diverso da Lusofonia: A reinvenção de uma comunidade geocultural na Sociedade em Rede*. Tese de doutoramento em Ciências da Comunicação. Braga: Universidade do Minho.
- MACEDO, L.; Martins, M. L.; Cabecinhas, R.; Macedo, I. (2013). Researching identity narratives in cyberspace: some methodological challenges. In Cabecinhas, R.; Abadia, L. (Org.). *Narratives and Social Memory* (pp. 119-133). Braga: CECS – Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade. <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/29813>
- MACEDO, L.; Martins, M. L.; Cabecinhas, R. (2011). Blogando a lusofonia: experiências em três países de língua oficial portuguesa. *Anuário Internacional de*

- Comunicação Lusófona*, p. 121, <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/36686>
- MACEDO, L.; MARTINS, M. L.; MACEDO, I. (2010). 'Por mares nunca dantes navegados' – Contributos para uma cartografia do ciberespaço lusófono. In Martins, M. L., Cabecinhas, R. & Macedo, L., *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona 2010*. Vol. Lusofonia e sociedade em rede. Coimbra: Grácio Editores, p. 11, <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/36699>
- MAFFESOLI, M. (2004). *Au Rythme de la Vie*. Paris: La Table Ronde.
- MAFFESOLI, M. & MARTINS, M. L. (2011). Ciberculturas, *Revista de Comunicação e Linguagens* 42, p. 41, <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/23794>
- MARTINS, M. L. (2014). Língua Portuguesa, globalização e lusofonia. In Bastos, N. (org.). *Língua Portuguesa e Lusofonia* (pp.15-33). São Paulo, EDUC – IP-PUC. <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/29178>
- MARTINS, M. L. (2012). Média digitais: hibridez, interactividade, multimodalidade. *Revista de Comunicação e Linguagens* 43/44, pp. 49-60. <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/25606>
- MARTINS, M. L. (2011a). *Crise no Castelo da Cultura. Das Estrelas para os Ecrãs*. Coimbra: Grácio Editor. <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/29167>
- MARTINS, M. L. (2011b). Globalization and Lusophone world. Implications for Citizenship. In Pinto, M. & Sousa, H. (Org.). *Communication and Citizenship: Rethinking crisis and change* (pp. 75-84). Coimbra: Grácio Editor. <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/25344>
- MARTINS, M. L. (2011c). Technologie et rêve d'humanité. *Les Cahiers Européens de L'Imaginaire* 3, p. 56, <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/24245>
- MARTINS, M. L. (2009). Ce que peuvent les images. Trajet de l'un au multiple. *Les Cahiers Européens de l'Imaginaire* 1, p. 158-162. <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/24132>.
- MARTINS, M. L. (2007). Nota Introdutória. A época e as suas ideias. *Comunicação e Sociedade* 12, p. 5, <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/24115>
- MARTINS, M. L. (2006). A lusofonia como promessa e o seu equívoco lusocêntrico. In Martins, M. L.; Sousa, H. & Cabecinhas, R. (Eds.) *Comunicação e Lusofonia: Para uma abordagem crítica da cultura e dos media* (pp. 79-87), Porto: Campo das Letras. <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/29957>
- MARTINS, M. L. (1998). A Biblioteca de Babel e a Árvore do Conhecimento. *O Escritor* 11/12, pp. 235-240. <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/30068>

- MARTINS, M. L., Cabecinhas, R. & Macedo, L. (Eds.) (2010). *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona 2010*. Vol. *Lusofonia e Sociedade em Rede*. Coimbra: Grácio Editor/Lusocom, Sopcom, CECS. http://www.lusocom.org/livros/201209201547-anu_rio_2010.pdf
- MARTINS, M. L., Cabecinhas, R. & Macedo, L. (Eds.) (2011). *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona 2011*. Vol: *Lusofonia e Cultura-mundo*. Coimbra: Grácio Editor/ Lusocom, Sopcom, CECS. http://www.lusocom.org/livros/201208311230-815_2800_1_pb.pdf
- MARTINS, M. L. & Correia, M. L. (Org.) (2014). *Do Post ao Postal*. V.N.Famalicão: Húmus. <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/35295>
- MARTINS, M. L.; Sousa, H. & Cabecinhas, R. (Eds.) (2006). *Comunicação e Lusofonia: Para uma abordagem crítica da cultura e dos média*. Porto: Campo das Letras, <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/30019>
- MARTINS, M. L.; Sousa, H. & Cabecinhas, R. (Eds.) (2007). Lusocom: estudo das políticas de comunicação e discursos no espaço lusófono. In Ledo, M. (Org.). *Comunicación Local no Espazo Lusófono* (pp. 301-310). Santiago de Compostela: Agacom. <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/24127>
- MORA, B. e Leitão, H. (2014). *Francisco de Melo: Obras Matemáticas*. Vol. I: Texto Latino e Tradução. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos e Biblioteca Nacional de Portugal.
- MOURÃO, J. A. (2001). *Para uma Poética do Hipertexto*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.
- PERNIOLA, M. (2004) [1994]. *O Sex Appeal do Inorgânico*. Ariadne: Lisboa.
- PESSOA, F. (1934) [1986]. *A Mensagem*. In *Obra Poética e em Prosa*, vol. 1 *Poesia*. Introdução, organização, bibliografia e notas de António Quadros e Dalila Pereira da Costa. Porto: Lello & Irmão Editores.
- PINTO, M., Pereira, S., Pereira, L. & Ferreira, T. (2011). *Educação para os Media em Portugal: Experiências, Actores e Contextos*. Lisboa: ERC.
- RETO, L. (Ed.) (2012). *Potencial Económico da Língua Portuguesa*. Lisboa: Texto Editores.
- SALMON, Ch. (2007), *Storytelling. La Machine à fabriquer des histoires et à formater les esprits*. Paris: La Découverte.
- SCOLARI, C. A. (2011). A construção de mundos possíveis se tornou um processo coletivo (entrevista). *Matrizes*, ano 4, n.2, pp. 127-136.
- SCOLARI, C. A. (2008). *Hipermediaciones. Elementos para una Teoría de la Comunicación Digital Interactiva*. Barcelona: Gedisa.

- SOARES, B. (2001). *O Livro do Desassossego*. Edição de Richard Zenith, 3.^a edição, Assírio e Alvim.
- SOUSA, V. (2015). *Da 'Portugalidade' à Lusofonia*. Tese de doutoramento em Ciências da Comunicação. Braga: Universidade do Minho.
- TEIXEIRA, J. P. (2014). O olhar português em África: a perenidade da crença na 'excepcionalidade portuguesa' e seus efeitos. IX Congresso Ibérico de Estudos Africanos. Coimbra, setembro. http://www.researchgate.net/profile/Jose_Teixeira12/publications (acedido a 10 de maio de 2015).
- TODOROV, T. (1991). *A Conquista da América. A Questão do Outro* (3.ed.). São Paulo: Martins Fontes.
- VIRILIO, P. (2001). Entretien avec Paul Virilio. *Le Monde de l'Éducation* 294: 135-138.
- ZAGALO, N. (2009). *Media criativos e interactivos*. In Pinto-Coelho, M. Z. (Org.). *Não Poupes no Semear. Trinta Anos de Comunicação, Aníbal Alves*. Coimbra: Grácio Editor, pp. 215-218.
- WITTGENSTEIN, L. (1998). *Tractatus Logico-Philosophicus*. New York: Dover Publications.

Links

- <http://www.comunicacao.uminho.pt/cecs/publicacoes.asp?startAt=2&categoryID=1056>
- <https://sites.google.com/site/compubartenglish/>
- <https://sites.google.com/site/peacewarsenglish>
- <https://sites.google.com/site/livroexperimentaisenglish/>
- <https://sites.google.com/site/web3novelenglish/>
- <http://www.internetworldstats.com/stats.htm>
- <http://inteligenciaeconomica.com.pt>
- <http://www.lasics.uminho.pt/idnar/?p=19>

NARRATIVAS DA LUSOFONIA: MEMÓRIA E IDENTIDADE NA TELENOVELA BRASILEIRA

NARRATIVES OF LUSOPHONY: MEMORY AND IDENTITY IN THE BRAZILIAN TELENOVELA

Maria Immacolata Vassallo de Lopes*

ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTE UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

immaco@usp.br

Resumo:

O artigo tem por objetivo lançar luz sobre a ficção televisiva e seu papel na construção da memória social e da identidade cultural tomando como objeto a telenovela brasileira. Apresenta exemplos dessa construção através de nossa pesquisa realizada no OBITEL – Observatório Ibero-americano da Ficção Televisiva. Partimos da concepção da telenovela como “lugar de memória” e como documento de época, assim como *narrativa da nação* e como *recurso comunicativo*. A telenovela cria um repertório compartilhado e, por isso, é um lugar onde a memória pode ser exercitada e em que representações e imaginários sobre o modo de vida são depositados e depois reapropriados. Ela é, ao mesmo tempo, memória, arquivo e identidade. Esses pontos de partida permitiram que o conceito de identidade nacional fosse revisitado criticamente e que as representações da nação na telenovela assomassem como *locus* complexo de construção e reconstrução identitárias onde se manifesta a especial capacidade dessa narrativa de conectar dimensões temporais diversas e de criar uma *memória midiática* dentro da nação.

Palavras-chave: telenovela brasileira; narrativa da nação; recurso comunicativo; memória midiática; identidade nacional.

* Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo; mestrado e doutorado em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo; pós-doutorado na Universidade de Florença, Itália. Professora titular da Escola de Comunicações e Artes da USP. Atua nas áreas de epistemologia e metodologia da comunicação, recepção da comunicação, ficção televisiva. Coordena o Centro de Estudos de Telenovela da USP e o Centro de Estudos do Campo da Comunicação da USP. Criadora e coordenadora da rede de pesquisa internacional OBITEL – Observatório Ibero-Americano da Ficção Televisiva e da rede de pesquisa OBITEL – Brasil. Presidente da IBERCOM – Associação Ibero-Americana de Comunicação (2012-2015). Diretora de *MATRIZES*, Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da USP. Membro do conselho editorial de periódicos nacionais e internacionais. Publicou artigos e livros no país e no exterior em suas especialidades. É pesquisadora 1A do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Abstract:

The article aims to shed light on the television fiction and its role in the construction of social memory and cultural identity taking as object the Brazilian telenovela. It presents examples of this construction through our research within the OBITEL – Iberoamerican Observatory of Television Fiction. We start from the analysis of the telenovela as a “place of memory”, and a document of an age; as a *narrative of the nation* and as a *communicative resource*. The telenovela creates a shared repertoire and therefore it is a place where memory can be exercised and where representations and imaginaries about the way of life of are deposited and after reappropriated. It is at the same time, memory, archive and identity. These starting points allowed that the concept of national identity was critically revisited and that the representations about the nation in the telenovela could come to light as a complex *locus* of construction and reconstruction of identity, as a place that expresses the special ability of this narrative in connecting many temporal dimensions and creating a *media memory* within the nation.

Keywords: Brazilian telenovela; narrative of the nation; communicative resource; media memory; national identity.



1. Introdução

Sentidos da telenovela como “narrativa da nação”

Numa síntese extrema, podemos pensar o novo papel da televisão segundo pelo menos quatro modalidades complementares, que podemos definir como tematização, ritualização, pertencimento e participação. O primeiro nível – a *tematização* – contém seja os elementos mais ostensivos, referenciais e descritivos relativos, sobretudo à dimensão do mostrar e do documentar, seja os elementos mais interpretativos, relativos à dimensão do narrar e do comentar. Estas duas dimensões, ditas “locutivas” e “ilocutivas” da comunicação, são inseparáveis e constituem o nível da tematização. Aqui, a ficção na televisão emerge como o gênero por excelência através do qual a identidade nacional é representada, e temos trabalhado esse nível através de *indicadores culturais* (tempo, lugar, contexto, protagonistas, temas). O segundo nível é relativo à *ritualização* da relação com o meio e diz respeito à capacidade da televisão de sincronizar os tempos sociais da nação, construindo um ritmo próprio interno que mimetiza o dos espec-

tadores ou de criar grandes rituais coletivos, seja documentando fenômenos ocorridos (catástrofes, acidentes, mortes), seja produzindo eventos (festivals, concertos), seja organizando *media events* (funerais, escândalos, casamentos). Acresce ainda a capacidade da televisão de conectar dimensões temporais de presente, passado e futuro, por meio da comemoração e da construção de uma memória coletiva e por meio da antecipação e da construção de expectativas a respeito de eventos ou âmbitos específicos (a ciência, a técnica, a política). Este é o nível que provoca, mesmo que de forma elementar, um sentido de *pertencimento*. E, finalmente, a televisão pode contribuir para a identidade nacional, não tanto porque narra conteúdos, constrói tempos sociais ou cria sentidos de pertencimento, mas principalmente porque dá espaço para representações, constituindo um *fórum eletrônico* (Newcomb, 1999) no qual as diversas partes sociais podem ter acesso ou ser representadas, e no qual, ao menos potencialmente, exprime-se a sociedade civil. Neste autor encontramos a sugestiva definição da natureza eminentemente “coral” da ficção televisiva, remetendo ao antigo teatro grego onde *o coro expressa as idéias e emoções do grupo... a atenção do coro está focada nas respostas convencionais, largamente compartilhadas, que se apropriam dos conceitos socialmente aprovados* (Newcomb, 1999: 38).

Não resta dúvida de que a novela constitui um exemplo de narrativa que ultrapassou a dimensão do lazer, que impregna a rotina cotidiana da nação, construiu mecanismos de interatividade e uma dialética entre o tempo vivido e o tempo narrado e que se configura como uma experiência, ao mesmo tempo, cultural, estética e social. Como experiência de sociabilidade, ela aciona mecanismos de conversação, de compartilhamento e de participação imaginária. A novela tornou-se uma forma de *narrativa da nação* (Lopes, 2003) e um modo de participar dessa *nação imaginada*. Os telespectadores se sentem participantes das novelas e mobilizam informações que circulam em torno deles no seu cotidiano. As relações do público com as novelas são mediadas por uma variedade de instituições, pesquisas de audiência, relações pessoais, contatos diretos com autores, além da imprensa e da mídia especializada.

Tão importante quanto o ritual diário de assistir os capítulos das novelas é a informação e os comentários que atingem a todos, mesmo àqueles que só de vez em quando ou raramente assistem a novela. As pessoas,

independentemente de classe, sexo, idade ou região acabam participando do território de circulação dos sentidos das novelas, formado por inúmeros circuitos onde são reelaborados e ressemantizados. Isto leva-nos a afirmar que *a novela é tão vista quanto falada*, pois seus significados resultam tanto da narrativa audiovisual produzida pela televisão quanto das intermináveis narrativas (presenciais e, agora, digitais) produzidas pelas pessoas.

Sentidos da telenovela como “recurso comunicativo”

A história da telenovela brasileira pode ser vista em três fases: sentimental (1950-1967), realista (1968-1990) e naturalista (desde 1990). Com base nessa periodização, ao passar a dar ênfase a este último estilo de linguagem, a telenovela passa a tratar seus temas com uma forte representação *naturalista*, em que o discurso é identificado como a própria realidade/verdade (Xavier, 2005), o que faz com que ela ganhe verossimilhança, credibilidade e legitimidade enquanto ação pedagógica. Em um sentido complementar e de um certo modo, a evolução do estreitamento do vínculo entre ficção e realidade, combinada com a evolução de uma dimensão pedagógica que, cada vez mais, vai se expressando de forma explícita e deliberada, pode provocar uma *leitura documentarizante*, quer dizer, *uma leitura capaz de tratar toda [ficção] como documento*, conforme afirma Roger Odin (1984)¹ A *leitura documentarizante* é um efeito de posicionamento do leitor e centra-se sobre a imagem que o leitor faz do enunciador: “na leitura documentarizante, o leitor constrói a imagem do enunciador, pressupondo a realidade desse enunciador, o leitor constrói um eu – origem real” (Odin, 1984: 17). Assim sendo, essa leitura é capaz de *tratar todo filme como documento*, tanto o ficcional quanto o documentário propriamente dito. Uma das formas de ativar esse tipo de leitura é partir dos recursos estilísticos utilizados no texto audiovisual (modo de produção interno): funcionamento dos créditos, foco embaçado, tremulação de imagem, som direto, olhar para câmera, entre outros. Nesse livro, o autor afirma que um filme pertence ao conjunto de documentário quando ele integra explicitamente em sua estrutura a instrução de pôr em ação a leitura documentarizante, quando

1 Cabe salientar que essa argumentação de Odin encontra fundamentação empírica nas observações por mim realizadas sobre a telenovela como narrativa da nação.

ele programa a leitura documentarizante a partir das figuras estilísticas mencionadas.

Abordar a telenovela como recurso comunicativo é identificá-la como narrativa na qual dispositivos discursivos naturalistas ou documentarizantes que passam a ser deliberadamente explicitados combinados com diversificações da matriz melodramática na novela passaram a ser conhecidos como *merchandising social*.

Por outro lado, é a matriz cultural do *melodrama* que opera como *gênero* constitutivo principal da telenovela como narração e como articulador do imaginário. Como vimos, a telenovela brasileira vem conquistando, ao longo de sua existência, uma *estratégia de comunicabilidade* à base da junção da matriz melodramática com o tratamento realista como fundamento de verossimilhança. É essa estratégia *híbrida* de ficção e realidade que é advertida com intensidade ao longo da narrativa.

Segundo Yúdice (2004), a questão da cultura no nosso tempo, caracterizada como uma cultura de globalização acelerada, pode ser considerada como um recurso, como *reserva disponível* (Heidegger, 1997) para a melhoria sociopolítica e econômica, fonte de aumento de sua participação nesta era de envolvimento político decadente. A globalização pluralizou os contatos entre os diversos povos e facilitou as migrações, fazendo dos usos da cultura algo maior do que um expediente nacional.

Hoje, a complexidade da sociedade deve ser vista a partir também da “complexificação” dos indivíduos, o que sugere mais do que nunca a importância da comunicação como possibilidade de abertura, reconhecimento e compreensão dos outros. Dentro desse contexto, a comunicação pode ser entendida e praticada como *recurso disponível*, se pensarmos o desenvolvimento da comunicação – através o uso das novas linguagens e dos ambientes, das próteses ou tecnologias – como o rompimento das barreiras e a explosão das fronteiras. Para alargar a capacidade de inclusão, para construir novos equilíbrios entre inovação e tradição, para tornar partilhada uma concepção da cultura humana como capacidade permanente de aprender. Conseguindo modificar o ambiente, enfrentando a incerteza e promovendo as mudanças. Pensar a comunicação nestes termos significa pensá-la como ação humana para a inclusão e a recepção, para construir e manter uma ordem social partilhada, ampliando sempre a quantidade

de significados a incluir. A comunicação, assim entendida e praticada, torna-se *recurso* para se abrir e ouvir o diferente, o outro.

Como se pode perceber, realizamos aqui uma ampliação da tese de Yúdice de cultura como *recurso*, para além de sua utilidade política e econômica explícita. É necessário completá-la com a concepção de *recurso comunicativo* (Lopes, 2009) para que a cultura possa ser comunicada. Com a descoberta desse recurso é como uma “alavanca” que pode ser ativada para conter os conflitos destrutivos, para ativar círculos virtuosos votados à cooperação e para construir as bases de uma esfera pública mundial. Aquela que pode ser considerada uma premissa indispensável para regular a comunidade internacional baseando-se em significados compartilhados e valores mínimos unificados. Esta “alavanca” só pode basear-se no reconhecimento comum do valor universalizante da pessoa humana, dos seus direitos dos seus deveres que se fundam na unicidade e na diversidade de cada ser humano. A cultura da comunicação baseia-se na percepção do outro e no reconhecimento do indivíduo-pessoa como ator principal e responsável do agir comunicativo. A inserção da diversidade, a coexistência pacífica e o desenvolvimento autossustentável, as representações e as reivindicações de diferenças culturais são todos *recursos* comunicativos.

É nesse sentido que a institucionalização singular da telenovela na cultura e sociedade brasileira pode ser concebida como a descoberta dessa “alavanca” que pode ser ativada na persecução da cidadania cultural, no reconhecimento das forças cooperativas bem como dos conflitos que emergem nessa caminhada.

2. Narrativas televisivas e memória social

Tomamos neste artigo a *memória televisiva* como parte da *memória midiática* (*media memory*) (Neiger *et al.*, 2011). Ambas são, de partida, um fenômeno complexo, multidimensional e interdisciplinar integrando campos maiores dos estudos da memória e dos estudos da mídia e da comunicação.

Segundo a história das mentalidades, a memória oral e as histórias de vida intervêm na historiografia oficial, pois fazem emergir pontos de vista ocultos e contraditórios. Enquanto “lugares da memória” (Nora, 1989), a “memória coletiva” (Halbwachs, 2006) trabalhada pelas instituições, e

a memória individual do narrador/recordador (Benjamin, 1986) se mesclam e fazem com que a descrição da narrativa seja diferenciada e viva, mostrando a complexidade do acontecimento lembrado. O afloramento do passado se combina com o processo presente da percepção, pois é do presente que partem os chamados aos quais as lembranças respondem. Bergson (2010) chamou a esse entremeado fenômeno de “trabalhos da memória”.

Memórias coletivas não existem em abstrato. Sua presença e influência só podem ser percebidas através de seu uso permanente que se dá nas formas públicas de rituais, cerimoniais, comemorações e nos meios de comunicação.

É aí que se coloca a questão da capacidade e da autoridade da televisão operar como agente da memória coletiva em razão do fato de que as fronteiras das coletividades se tornaram inseparáveis do uso dessa mídia. Nos gêneros midiáticos (notícia, documentário, docudrama, ficção), nos processos de produção-recepção (culturas e classes sociais) e nos diferentes meios (televisão, imprensa, rádio, mídias digitais) estão localizados os espaços e lugares preferenciais em que se narra a memória de uma nação.

A relação entre memória social e ficção televisiva pode ser explicada a partir do signo do reavivamento da memória social e afetiva². A ficção televisiva e a telenovela, em particular, instauram, por meio dos *rastros e das marcas* deixadas pelas narrativas, mas também pelos personagens, pelo *tempo social* (Elias, 1984) e suas representações, produções de sentido que redimensionam os sentimentos de pertencimento e de identidade que ancoram a construção da memória social. Barbosa (2007: 25) considera que “os rastros são signos de representação. Seguir um rastro significa percorrer um caminho já trilhado pelos homens do passado”.

O rastro que seguimos conduz a caminhos que se confundem e se cruzam, mas cujas características permitem observar as camadas do palimpsesto que o compõe, e que se constitui em local privilegiado para se dimen-

2 A relação entre as narrativas ficcionais e os telespectadores é construída através de uma convivência diária e de longa duração, o que faz com que as cenas passem a integrar a memória afetiva, tornando os elementos que as compõem parte das “experiências vividas” dos espectadores. As sensações, as emoções e as interpretações de experiências passadas ganham novos significados à medida que a memória reinterpreta os fatos. A memória afetiva é, para a psicanálise, uma das funções básicas do cérebro humano, e é através dela que os atos ganham significado (Green, 1982).

sionar as maneiras em que a narrativa da telenovela desempenha, como mostramos, o papel de *narrativa da nação* (Lopes, 2003).

A telenovela, com seus enredos, imagens e sons, nos transporta a um universo que é ao mesmo tempo ficção e espelho da realidade, em uma espécie de jogo subjetivo, possibilitando aos telespectadores diferentes experiências a partir de suas tramas ficcionais. Muito além de apenas entreter, elas trabalham tanto no imaginário coletivo quanto nas memórias histórica e ficcional. A televisão, como parte integrante da família – ocupando lugares privilegiados da casa – torna as cenas, as personagens e os acontecimentos das telenovelas elementos do cotidiano. Esta relação entre as narrativas ficcionais e os telespectadores, depois de uma convivência diária e duradoura, faz com que as cenas passem a integrar as memórias afetivas, tornando-se “experiências vividas” dos espectadores (Mendes, 2008). Este processo reflete a forma como os indivíduos se apropriam de determinados acontecimentos do passado, elaborando e incorporando à sua memória “elementos, personagens, histórias, músicas, rituais e visões de mundo que reforçam sua identidade” (Herschmann & Trotta, 2007: 72). Assim, ao longo dos últimos cinquenta anos, esse produto televisivo destacou-se, entre outras coisas, como “forma de memória que registra, no curso do tempo, o processo de transformação da sociedade brasileira” (Motter, 2001: 76).

As imagens e os sons, por meio da representação e dos significados atribuídos pelos indivíduos, têm grande importância nas recordações.

No caso da televisão, a afetividade adquire proporções coletivas. Os mesmos programas, cultuados por milhares de telespectadores, permanecem vivos, cada um à sua maneira, na memória daqueles que os assistiram. Essa memória coletiva confere outra dimensão às lembranças. Como explica Halbwachs (2006), se a lembrança própria pode se basear também na de outras pessoas que dela compartilham, aumenta a confiança na precisão da recordação. Assim, “os fatos passados assumem importância maior e acreditamos revivê-lo com maior intensidade, porque não estamos mais sós ao representá-los para nós” (2006: 30). Quando assistimos a reprises ou a programas especiais que relembrem trechos das telenovelas, reavivamos as lembranças que são associadas aos elementos emocionais que fazem parte da história do próprio telespectador, então revivemos um determinado sentimento. Segundo Nora

(1989), enquanto a história representa o passado, a memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente. Assim, “a telenovela atua como um produtor e uma fonte de armazenamento de dados do presente atuando na composição da memória coletiva como uma vertente de grande potência pelo seu poder de abrangência e reiteração” (Motter, 2001: 18).

A memória renasce em figura coletiva apenas porque uma consciência individual tomou a decisão de fazê-lo pois, antes de tudo, “é preciso ter vontade de memória” (Nora, 1989: 22). Essa vontade de memória é impulsionada pelo fenômeno que a telenovela representa no Brasil, como *narrativa da nação*, por promover a unidade e identidade nacional, criando um processo de *culto à ficção* e responsável pela formação de um repertório compartilhado.

A telenovela, portanto, ao renovar aspectos da memória, trabalha por torná-la um fenômeno coletivo. Ricoeur (2007) atenta, porém, para o fato de que é impossível narrar tudo. Os núcleos de ação, as personagens, o foro familiar, profissional etc. são escolhas do autor para contar determinada história. Mas para que isso aconteça, não basta o autor recolher testemunhos individuais. É necessário que as memórias tenham pontos de contato, que dialoguem, para que a lembrança seja reconstruída sobre uma base comum (Halbwachs, 2006). Apenas fazendo parte do mesmo grupo podemos compreender que uma lembrança seja ao mesmo tempo reconhecida e reconstruída. A referência a determinados aspectos de uma ficção objetiva cria uma atmosfera de familiaridade com a maioria dos telespectadores, que possuem um repertório comum.

Para Bosi (1987), a memória coletiva é feita, justamente, pela memória afetiva, pelas recordações de cada indivíduo capaz de memorizar e reter o que é significativo dentro de um conteúdo comum. A memória da pessoa é, portanto, intrinsecamente ligada à memória do grupo que, por sua vez, une-se à esfera maior da tradição que é, ao fim e ao cabo, a memória coletiva de cada sociedade (Halbwachs, 2006). A partir, portanto, das respostas obtidas nas entrevistas, das recordações pessoais, as lembranças foram reelaboradas e ressemantizadas criando um novo enredo: “Pela memória, o passado não só vem à tona das águas presentes, misturando-se com as percepções imediatas, como também empurra, ‘desloca’ estas últimas,

ocupando o espaço todo da consciência” (Bosi, 1987: 9). Marilena Chaui³ pontua que lembrar “não é reviver, mas refazer. É reflexão, compreensão do agora a partir do outrora; é sentimento, reaparição do feito e do ido, não sua mera repetição”.

O modo de lembrar é individual tanto quanto social: o grupo transmite, retém e reforça as lembranças, ma a narrativa da telenovela, ao trabalhá-las, vai paulatinamente coletivizando a memória individual e, no que lembra e no como lembra faz com que fique o que signifique. Assim, para a memória, “fica o que significa”.

3. A ficção televisiva como memória social e afetiva

Ao longo dos últimos cinquenta anos⁴, a telenovela destacou-se, entre outros aspectos, como “uma forma de memória que registra, no curso do tempo, o processo de transformação da sociedade brasileira” (Motter, 2001: 76). Essa memória se elabora por meio do jogo constante entre presente e passado e se enuncia por discursos, mas também pelos espaços e temporalidades ficcionais que remetem de maneira indelével a um momento histórico e social. Tal jogo permite a criação de “uma complexa estratégia retórica de referência social” (Bhabha, 2003: 206). Sobre esse aspecto de construção processual da memória coletiva e do sentido de pertencimento, Lopes (2004: 135) enfatiza que “a capacidade da televisão de conectar dimensões temporais de presente, passado e futuro por meio da comemoração e da construção de uma memória coletiva [...] provoca, mesmo que de forma elementar, um sentido de *pertencimento*”.

As memórias fazem parte de um *arquivo ao mesmo tempo pessoal e coletivo* e assim são retratadas e reproduzidas pela mídia a fim de eternizá-las. Além dos fatos históricos, documentais e das práticas culturais cotidianas, a memória pode surgir ou ser reativada pela televisão, que, por participar ativamente do processo de construção e resgate de um momento específico, gera uma relação emocional e afetiva muito mais intensa. Essa afetividade, no caso da televisão, adquire proporções coletivas. Nos dias de

3 Na apresentação do livro *Memória e Sociedade* de Ecléa Bosi, p. 20-22. Citada por Ecléa Bosi (1987).

4 A telenovela diária foi lançada em 1963 na extinta TV Excelsior.

hoje, a influência das mediações das novas tecnologias de mídia funcionam “como veículo para todas as formas de memória” (Huyssen, 2000: 20-21).

Passamos, em seguida, a analisar alguns recursos comunicativos de operações mnemônicas da ficção televisiva no Brasil, quais sejam, a sua interpretação do passado e da história do País e a sua revisão da própria produção passada.

A ficção relembra o passado: história e época

Uma vez que o sistema midiático passou a ter um papel decisivo nos processos de construção da sociedade (sua onipresença no cotidiano, sua predominância na memória coletiva atual), é possível ponderar sobre a relação da mídia com a história, como faz Edgerton (2000: 7) em seu artigo “A televisão como historiador”:

A televisão é o principal meio pelo qual a maioria das pessoas aprende história hoje. Como a televisão afetou profundamente e alterou todos os aspectos da vida contemporânea – da família à educação, governo, negócios e religião – os retratos não ficcionais e ficcionais desse veículo transformaram igualmente os modos de dezenas de milhões de espectadores de pensar sobre os personagens históricos.

A reconstrução histórica do passado tem sido feita basicamente de dois modos. O modo direto focaliza personagens ou fatos da história e o modo indireto, incide em tramas que são ambientadas no passado não originadas necessariamente por algum fato realmente acontecido.

A minissérie tem sido o formato que mais tem explorado o passado ficcional ou histórico. As chamadas *minisséries brasileiras*, produzidas pela Globo, valem-se de um tratamento estético diferenciado – desde sua primeira produção, *Lampião e Maria Bonita* (1982) – e abordam, em produções com roteiros originais ou adaptados de obras literárias, fatos sociais e políticos que marcaram a história do país.

Focalizamos aqui o período de sete anos em que existe o monitoramento do OBITEL, de 2006 a 2012.

Em 2006, a Globo produziu a minissérie *JK*, que acompanhou a vida do ex-presidente Juscelino Kubitschek, dos anos 1902 a 1976. Em 2008,

outra minissérie da Globo, *Queridos amigos*, ambientada em 1989, relembra as lutas do final da década de 1960 contra o regime militar no Brasil. O SBT exibiu, em 2011, a telenovela *Amor e revolução*, sobre o período da ditadura militar no Brasil. A reconstituição do passado também foi tratada através de temas bíblicos, como nas três minisséries *A história de Ester*, *Rei Davi* e *Sansão e Dalila*, exibidas pela Record em 2011.

Minisséries biográficas de cantores reconstruíram épocas da música popular brasileira. A Globo produziu *Maysa – Quando fala o coração*, em 2009, baseada na vida da cantora Maysa, retratando as décadas de 1950 a 1970; *Dalva e Herivelto* (2010) mostrava, além da vida amorosa dos protagonistas, a “era do rádio” no Brasil entre as décadas de 1930 e 1960; a minissérie *Chico Xavier*, mostrava o médium mineiro divulgador da doutrina espírita no Brasil, e a série de docudramas *Por toda minha vida* exibiu, desde 2006, biografias de 15 personalidades da música popular brasileira de épocas passadas.

A telenovela também visita o passado quando conta histórias ambientadas em outras épocas e seus costumes. *Alma gêmea* (Globo, 2006), situada na década de 1920, e *Bang bang* (Globo, 2006), que remetia ao tempo do faroeste americano. Outras telenovelas foram *Os ricos também choram* (SBT), passada na década de 1930; *Paixões proibidas* (Band), com cenários do início do século XIX; e *Cidadão brasileiro* (Record), que retratou a vida do protagonista ao longo da segunda metade do século XX.

No ano de 2007, a Globo apresentou as minisséries *Amazônia*, que retratou a formação da região e os problemas ambientais ao longo século XX, e *A pedra do reino*, adaptação da obra armorial de Ariano Suassuna, cuja trama se passava entre os séculos XIV e XIX. A emissora exibiu ainda as telenovelas *Desejo proibido*, mostrando a crise cafeeira dos anos 1930, e *Eterna magia*, os meados do século XX. Em 2008, produziu a minissérie *Capitu*, adaptação do romance de Machado de Assis, ambientado no século XIX, e a telenovela *Ciranda de pedra*, romance de Lygia Fagundes Teles que retratava os anos 1950. Entre os Casos Especiais, a Record exibiu *Os olhos de Pedro Antão e Sertão: Veredas*, adaptações de clássicos da literatura, e a Globo, *O natal do menino Imperador*, retratando a chegada, em 1808, da Família Real ao Brasil. Em 2009, foram exibidos a minissérie e o especial *Decamerão – A comédia do sexo* (Globo), baseados nos contos de Boccaccio, e o telefilme *Uns braços* (Record), adaptado do conto de Machado de Assis, ambientado em 1875.

Em 2011, a Globo produziu a telenovela *Cordel encantado*, com uma interessante e bem-sucedida combinação do Nordeste brasileiro com a corte europeia no começo do século XX, e a minissérie *O bem-amado*, um *remake* da história passada nos anos 1970. A Record apresentou o unitário *As mãos de meu filho*, adaptação do conto de Érico Veríssimo retratando os anos 1920, e o telefilme *Menino Grapiúna*, do romance de Jorge Amado ambientado nos anos 1920. Em 2012, através da reconstituição detalhada da cidade do Rio de Janeiro do início do século XX, a telenovela *Lado a lado* (Globo) abordou os conflitos sociais decorrentes do fim da escravidão e da emancipação da mulher. Finalmente, a minissérie *Subúrbia* (Globo) mostrou o cotidiano na década de 1990 de uma comunidade negra na periferia do Rio de Janeiro. A boa audiência obtida certamente deveu-se também à memória do passado vista em sua confluência com a percepção do presente (Bergson, 2010).

A ficção relembra a ficção: reprises e remakes

Um dos mais tradicionais dispositivos de memória da ficção televisiva é a *reprise*. A Globo apresenta toda tarde, desde 1980, o programa *Vale a pena ver de novo*, que retransmite telenovelas da própria emissora que tiveram destaque em épocas passadas. De 2006 a 2012, foram 17 telenovelas. Funcionando como arquivo de preservação da memória da emissora está o *Projeto Memória* das Organizações Globo, que tem o portal *Memória Globo*⁵ como seu arquivo *online*. Por meio dele é possível acessar cenas, fatos marcantes, curiosidades e informações sobre os programas exibidos desde 1965. O projeto também publicou cinco livros com registros de programas, relatos de autores e uma biografia.

Em 2010 foi lançado o Canal Viva, da Globosat, na TV paga, cuja programação reprisa minisséries, seriados, filmes, novelas e variedades produzidos pela TV Globo, sendo a maioria ícones de uma época. O canal já transmitiu 12 telenovelas das décadas de 1980 e 1990. Pensado para atender a um público composto por donas de casa e à demanda da classe C, que, cada vez mais, adere à TV paga, o canal tem tido entre os adolescentes um considerável público que comenta e repercute a programação nas redes

5 <http://memoriaglobo.globo.com/>

sociais. Atualmente, o Canal Viva está acima da média de crescimento do mercado de TV por assinatura e do aumento da base de assinantes, figurando entre os dez canais mais vistos. Através da programação desse canal, é possível ver um programa pela primeira vez, no caso da audiência jovem, e revê-lo no caso de audiência de adultos. Tece-se aí uma rede de memórias, um vaivém de tempos passados e presentes, de idades passadas e presentes: tanto ao ver atores e atrizes como eram no passado como ao ver como a ficção era feita no passado; tanto ao recordar um tempo da própria vida passada como assistir à ficção original e o sentimento de ver a sua *reprise* nos dias de hoje. Num jogo de espelhos de tempos e espaços e de acúmulo de camadas do que chamamos de *palimpsesto da recepção* (Lopes *et al.*, 2002).

O SBT e a Record também inserem em sua programação *reprises* de telenovelas e minisséries, às vezes no próprio horário nobre e no mesmo ano de sua estreia. Vale destacar que o SBT reprisou telenovelas memoráveis da extinta TV Manchete: em 2008, *Pantanal* (1990); em 2009-2010, *Dona Beija* (1986); e em 2010-2011, *A história de Ana Raio e Zé Trovão* (1990-1991).

Através da produção de *remakes*, os telespectadores são levados a produzir através da memória novas significações das histórias anteriormente contadas. Mas, principalmente são levados a resgatar sua “memória midiática” feita de experiências e sentimentos anteriormente vividos. Em 2006, a Globo produziu dois *remakes* de telenovelas, *O Profeta* (1977) e *Sinhá moça* (1986), e a Record exibiu a telenovela *Bicho do mato* (1972). Em 2008, a Globo regravou as telenovelas *Ciranda de pedra* (1981); em 2009, *Paraíso* (1982); e em 2010, *Ti-ti-ti* (1985). Ainda em 2010 a Record adaptou a minissérie *A história de Ester* (1998), e o SBT, a telenovela *Uma rosa com amor* (Globo, 1973). Em 2011, a Globo exibiu o *remake* da telenovela *O Astro*, escrita por Janete Clair em 1977.

Em 2012, a Globo produziu os *remakes* das telenovelas *Gabriela*, baseada num romance de Jorge Amado, exibida com grande sucesso em 1975, e *Guerra dos sexos*, original de 1984. Em 2013, dois grandes sucessos da década de 1970 devem seguir a tendência das releituras: pela Globo, *Saramandaia* (Globo, 1976), e pela Record, *Dona Xepa* (Globo, 1977).

A memória televisiva como “media event”: o carnaval relembra a telenovela

Além da presença nas diversas mídias móveis, nas mídias exteriores, na internet, em revistas, livros, TV paga, a telenovela teve destaque no Carnaval de 2013, numa convergência, se assim podemos dizer, de dois verdadeiros *media events* da cultura do país. A escola de samba Grêmio Recreativo Escola de Samba São Clemente, do Rio de Janeiro, tornou-se *lugar de memória* da telenovela ao desfilar memórias sociais e afetivas a ela relacionadas no Sambódromo. Antes, produziu um *site* e uma revista eletrônica⁶ revelando todo o processo que foi a recuperação da memória da telenovela com detalhes sobre os critérios de seleção dessa memória. A escola de samba fez uma pesquisa sobre as telenovelas mais lembradas (porque queridas) do público perguntando a cerca de 200 pessoas nas ruas, no *Facebook* e no seu *site* “Que novela marcou sua vida?”. Com base nas respostas, as lembranças foram reelaboradas, ressemantizadas, reapropriadas na criação de um enredo: afinal, “pela memória, o passado não só vem à tona das águas presentes, misturando-se com as percepções imediatas, como também empurra, ‘desloca’, estas últimas” (Bosi, 1987: 9). Retratando personagens e situações do universo das telenovelas, o enredo falou dos receptores, dos produtores e artistas e, também, dos títulos, capítulos, cenas e personagens de 54 telenovelas. As mais lembradas eram todas da Globo, sendo 28 produzidas nas décadas de 1970 (*Selva de pedra, O bem amado, Roque Santeiro, Dancin’ days*) e de 1980 (*Ti-ti-ti, Sinhá moça, O salvador da pátria*).

Uma história da telenovela foi recordada e televisionada através da memória social em forma de uma narrativa cantada, dançada, coreografada e desfilada por uma escola de samba. Caberia falar de uma “história popular televisiva”, configurada mediante a intersecção de exercícios de dramatização, condensação argumentativa, simplificação, tratamento dúctil do passado e de compartilhamento, como espaço de mediação, de uma “comunidade imaginada”, de uma certa memória comum. Essa memória é

6 Endereço eletrônico: <http://www.saoclemente.com.br>. Acessado em 6 de abril de 2013. Revista eletrônica G.R.E.S. São Clemente: http://www.eupensomais.com.br/revista/saoclemente/?pg=auth&evento=revista&id_ConviteDestino=saolemente#/SAO%20CLEMENTE/14. Acessado em 06/04/2013.

naturalmente nutrida por referentes existenciais, o que permite práticas de identificação guiadas por mecanismos de lembrança e de reconhecimento.

4. A modo de conclusão

dentro do novo cenário cultural e comunicativo contemporâneo, constata-se que vivemos um *boom* de memória, uma volta ao passado, em parte, marcada pelo fenômeno do arquivamento. A ficção televisiva, em especial, é criadora de um repertório compartilhado e onde a memória pode ser exercitada, como um lugar onde representações e imaginários sobre o modo de vida de uma época são depositados, podendo depois ser reapropriados. Ela é, portanto, ao mesmo tempo, memória, arquivo e identidade, um *locus* complexo de construção e reconstrução identitárias, lugar onde assoma a capacidade da narrativa ficcional televisiva de conectar dimensões temporais de presente, passado e futuro, de (re)criar a memória coletiva dentro da nação. Hoje os processos de digitalização nos permitem achar artefatos e narrativas de nossa herança cultural em, até há pouco tempo, inimagináveis mídias e plataformas. A acessibilidade a recursos escritos, visuais, sonoros e audiovisuais aumentaram incrivelmente. É nessa nova ecologia midiática que assoma a importância da ficção televisiva com força redobrada na construção da memória midiática da nação.

Referências

- BENJAMIN, W. (1986). O Narrador. In W. Benjamin, *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, pp.197-221.
- BERGSON, H. (2010). *Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. São Paulo: Martins Fontes.
- BHABHA, H. K. (2003). *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG.
- BOSI, E. (1987). *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: T.A. Queiroz Editor.
- EDGERTON, G. (2001). Television as historian: an Introduction. In G. R. Edgerton & P.C. Rollings, (eds.), *Television Histories: Shaping Collective Memory in the Media Age*. Lexington, KY: University Press of Kentucky, pp.1-31.
- ELIAS, N. (1984). *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

- GREEN, A. (1982). *O discurso vivo. Uma teoria psicanalítica do afeto*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- HALBWACHS, M. (2006). *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro.
- HEIDEGGER, M. (1997). A questão da técnica. *Cadernos de Tradução*, 2: 40-93.
- HERSCHMANN, M. & Trotta, F. (2007). Memória e legitimação do Samba & Choro no imaginário nacional. In A.P.G. Ribeiro & L. M. A. Ferreira (orgs.), *Mídia e Memória: a produção de sentidos nos meios de comunicação*. Rio de Janeiro: Mauad X, pp.71-92.
- HUYSEN, A. (2000). *Seduzidos pela memória*. Rio de Janeiro: Aeroplano.
- LOPES, M. I. V. et al. (2013). A telenovela como fenômeno midiático. In M. I. V. Lopes & G. Orozco Gómez (orgs.), *Memória Social e Ficção Televisiva em Países Ibero-Americanos*. Porto Alegre: Sulina. Disponível em <http://obitel.net>. Acesso em 12/7/2013.
- LOPES, M. I. V. (2009). Telenovela como recurso comunicativo. *MATRIZES*, v. 3, n.1: 21-47.
- LOPES, M. I. V. (2004). Para uma revisão das identidades culturais em tempos de globalização. In M. I. V. Lopes (org.), *Telenovela. Internacionalização e Interculturalidade*. São Paulo: Loyola, pp.121-137.
- LOPES, M. I. V. (2003). A telenovela brasileira: uma narrativa sobre a nação. *Revista Comunicação & Educação*, 26: 17-34
- LOPES, M. I. V. et al. (2002). *Vivendo com a telenovela. Mediações, recepção e teleficionalidade*. São Paulo: Summus.
- MENDES, M. B. T. (2008). A ficção seriada na TV brasileira: uma prática sociossemiótica. *Revista Estudos Linguísticos*, v. 37: 273-280.
- MEYEROWITZ, J. (1994). *No Sense of Place*. Oxford: University Press.
- MOTTER, M. L. (2001). A telenovela: documento histórico e lugar de memória. *Revista USP*, 48: 74-87.
- NEIGER, M., Meyers, O. & Zandberg, E. (eds.) (2001). *On Media Memory. Collective Memory in a New Media Age*. London: Palgrave MacMillan.
- NEWCOMB, H. (1999). *La televisione da forum a biblioteca*. Milano: Sansoni.
- NORA, P. (1989). Between memory and history: les lieux de mémoire. *Representations* 26, Spring. Disponível em: <http://www.history.ucsb.edu/faculty/marcuse/classes/201/articles/89NoraLieuxIntroRepresentations.pdf> (Acesso em 12/7/2013).

- ODIN, R. (1985). Film documentaire, lecture documentarissante. In R. Odin & J. C. Lyant (eds.), *Cinémas et réalités* (pp. 263-278). Saint-Etienne: Université de Saint-Etienne.
- RICOEUR, P. (2007). *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Unicamp.
- XAVIER, I. (2005). *O discurso cinematográfico: a opacidade e a transparência*. São Paulo: Paz e Terra.
- YÚDICE, G. (2004). *A conveniência da cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG.

ENTRE-FRONTEIRAS: O CINEMA COMO LUGAR XEO-POLÍTICO

BETWEEN-FRONTIERS: THE CINEMA AS A GEO-POLITICAL PLACE

Margarita Ledo Andión*

UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA
margarita.ledo@usc.es

Resumo:

Un pequeno filme, de nome *Galicia*, perdido dende o ano 1936 e recén corcosido en 2011, de modo provisorio, a partires da aparición de varias bobinas nun arquivo ruso, é cosiderado pola historiografía o primeiro filme nacional galego. Se na tradición autoral moderna –de Godard a Comolli– unha das acepcións máis comprometidas do cinema foi pensalo como un obxecto artístico “capaz de facer ver”, no cinema contemporáneo esta función acolle un novo valor cando se analiza dende un espazo socio-comunicativo específico –singular ou plural– e se vincula coa construción/constitución dun proxecto político que, pola súa vez, alonga as súas ás pola paisaxe incerta do coñecemento, da interculturalidade e, en definitiva, da diversidade como novo principio cidadá. Ao abeiro da posibilidade de acceso a este cinema–outro a través dos novos modos de consumo cultural, un filme devén un traballo de escrita e, ao mesmo tempo, unha marca-país, unha proposta de visión e unha interface para un espazo-proxecto que, coma o así denominado “lusófono”, inclúe varias e variadas aproximacións.

Palabras-chave: *Galicia*; Carlos Velo; cinema nacional; espazos de comunicación; xeo-lingüística e xeo-política crítica

* Presidenta da AGACOM, Catedrática de Comunicación Audiovisual, cineasta e escritora, e directora-investigadora do Grupo de Estudos Audiovisuais, coordena o programa de doutoramento “Comunicación e Información contemporáneas” e lidera o proxecto I + D + i “Para o espazo dixital europeo: o papel das pequenas cinematografías en VO”. Os seus estudos sobre imaxe e representación reflíctense en obras como *Cine de Fotógrafo*, Gustavo Gili, Barcelona, 2005, Premio Fundació Espais d’Art Contemporani. É vice-presidenta primeira da AE-IC e participa de inúmeras sociedades e comités de publicacións científicas. É membro da Real Academia Galega e Premio Nacional da Cultura Galega 2008, na modalidade de cinema e audiovisual.

Abstract:

A tiny film, *Galicia*, which was lost since 1936, is considered by historians the first national Galician film and has been, in 2011, provisionally reconstructed after the discovery of some bobines in a Russian archive. If in the modern *auteur* thought – from Godard to Comolli – one of the most committed acceptions about cinema was to define it as “an artistic object able to make you think” into the contemporary cinema, it acquires a new value by analysing it whitin an especific social-communicative space – plural or singular – and by linking it to the construction/deconstruction of a political project. Even more, this kind of projet usually goes beyond the inestable landscape of knowledge, interculturalism and, in brief, diversity as a new citizenship value. Under the possibility to access this cinema of otherness through the new forms of cultural consumption, a film becomes a writing work and, at the same time, a country brand, a proposal of seeing and a interface for a space-project that, as the so-called ‘Lusophone’, includes multiple and varied approaches.

Keywords: *Galicia*; Carlos Velo; national cinema; communcation spaces; geo-linguistic and critic geo-politics



Para introducir a persoaixe desta narrativa, un pequeno filme de nome *Galicia* ao que se lle perde o rastro na guerra civil española, botamos man dunha apreciación

Múltiple e sinuosa do mestre Manoel de Oliveira: o azar é a máscara do destino. So esta atmósfera faremos o percurso desta obra de pouco máis de vinte minutos dende a análise fílmica para, a seguido, describir os puntos máis incidentais da súa recuperación e o sentido dunha proposta de reconstrución ate entrarmos, por fin, na lectura de *Galicia* como filme-nación, como filme que nos representa e como peza angular que nos vencella, aos e ás cidadás de Galiza, cunha certa tradición e que poderá funcionar –pensamos– como interface para a súa partilla na configuración alargada e contemporánea do espazo lusófono.

A redor do filme *Galicia*, corcosido de maneira provisoria en 2011 a partires da aparición de varias bobinas nun arquivo ruso, coexisten tempos diversos, un bo número de sospeitas e un proceso de pesquisa que deveu, en sí mesmo, unha aposta de re-coñecemento. O primeiro indicio

poden localizalo na Covilhá e no Congreso Lusocom que se celebrou en 2004 ao abeiro da Universidade da Beira Interior. Co nome “Enre cine e foto: o sorriso a cámara” (Ledo Andión, 2005: 205-212) apresentabamos o único fragmento de 8 minutos de duración coñecido ate aquel entón de *Galicia*, e cuxa temática desenvolvía aspecto do habitat socio-cultural do agro galego. E canda ele, a toma de posición a prol dun obxecto de comunicación e de cultura que, pola súa significación como primeiro filme nacional galego, convertese dende ese momento no noso particular obxecto de desexo e no vestixio que nos ia alentar de cara a intensificarmos o estudo de cada fotograma na procura de sinais que termaran e nos conduciran aos fragmentos desaparecidos.

E foi este obxectivo, a necesidade de recuperar un filme nalgures agochado, o que nos levou a ver no interior dun outro filme, en *Ispanija* de Esfir Shub, que colle corpo en 1939 a través da posta en relación e da montaxe de materiais de diversa autoría filmados na guerra civil, imaxes de orixe mariñeira que deducimos seren tiradas de *Galicia*. Así o fixemos saber en 2006 nun texto publicado en revistas científicas e así o mantivemos na nosa intervención no curso de verán organizado pola Universidade da Coruña e o Centro Galego de Artes da Imaxe, CGAI. En ambas as ocasións covidabamos as e os historiadores do cinema a confirmar ou a desbotar a nosa hipótese. Mais a Historia, ese vello edificio, non adoita escoitar as achegas do ámeto da Comunicación. E o tempo pasou.

Aínda en 2011¹ co gallo desta descuberta, nun artigo que nos solicitou o diario *El País*, para alén de insistir na pista rusa, aprofundabamos no filme como escrita e como marca dunha nación imaxinada, Galiza:

Pendientes de atopar *Por unha nova Galicia* (Ramón Barreiro, 1933), o filme de Velo segue a ser o referente dunha escolla autoral que fai do cinema un obxecto capaz de expresar e operar como construtor duha nova visión sobre nós mesmos inmersos, xa, no século da “paixón polo real” e da arte de masas coa xusteza dun movemento de cámara, o ritmo interno dunha secuencia, o retrato angulado que fala a linguaxe do dispositivo, a duración dun plano ou o que percibimos entre dúas imaxes.

1 Margarita Ledo, ‘Fragmentos (novos) dun discurso amoroso’. *El País*, Análisis:Luces (28/01/2011).

Velaí que en decembro de 2010 entraba pola porta da Facultade de Ciencias da Comunicación da Universidade de Santiago de Compostela un tal Vladimir Magidov quen, como carta de presentación, traía canda sí un dvd co rótulo “Galicia” no que, entre outros materiais, aparecían secuencias coñecida e outras novidosas da película. Quen agora lles fala tiña, naquel entón, a encomenda de organizar o 13 Congreso da Asociación Española de Historiadores del Cine, AEHC, que so o título “Aurora e Melancolía” iría tratar do cinema español durante a II República (1931-1939) e que se celebrou en Compostela entre o 10 e o 12 de marzo de 2011. E este congreso deveu outro sinal para, en colaboración con dúas persoas da equipa coa que andabamos a realizar un filme [*A cicatriz branca*, Galiza, 2012], co cámara Pablo Cayuela Miguel e co montador Ramiro Ledo Cordeiro, activáramos un certo ollar arqueolóxico á volta das imaxes rusas co albo de confirmar cais eran de Carlos Velo, cais delas pertencían ao filme *Galicia* e se a montaxe das secuencias correspondían, efectivamente, ás do filme obxecto de análise, co albo de, unha vez identificados todos os fotogramas, iniciar unha operación de reconstrución de *Galicia*.

Analisar, recuperar, refacer foron pasos ineludíbeis para podermos, de contado, entrar nesta obra como discurso, e dicir, para ver de ler *Galicia* non soamente como filme autoral senón como filme nacional, como un filme comunal que nos representa, que é tamén o que me interesa achegar nesta sesión para, como avantamos, chamar a atención sobre a pertinencia dunha toma de posición a prol de determinados bens culturais que poderán ser trabes mestras na andamiaxe dos espazos de comunicación, entre eles o espazo lusófono.

Voume referir, brevemento, no estudo *Galicia 1936-2011* que apresentabamos no devandito congreso da AEHC, “Aurora e Melancolía” (Ledo Andión, Ledo Cordeiro & Cayuela, 2011) porque foi o que nos permitiu demostrar que tiñamos nas mans a práctica totalidade dos 600 metros de película que, segundo tiña declarado o seu director, constituían o filme *Galicia*.

O proceso e os materiais de traballo que denominamos “fontes” e que se poden seguir polo miúdo no Estudo son 1) a fita de 8 minutos que ate o de agora era exhibida como todo o que se coñece do filme *Galicia*²

2 Na edición do ano 2012 do festival “DocumentaMadrid” e na sección que se lle adicou ao cineasta Carlos Velo, aínda se presentaban eses 8 minutos como o único material existente de *Galicia*, erro que lle foi comunicado aos organizadores a través da AEHC.

e que, cunha locución de propaganda da autoría de Fernando Mantilla, forma parte da versión presentada na Exposición Internacional de París de 1937; 2) os retallos do filme *Ispanija*, organizado por Esfir Shub no 1939 na URSS con materiais filmados en España durante a guerra civil, que se identificaron coa mosca Rai3; 3) e na fin, as bobinas que o profesor ruso Vladimir Magidov deposita no CGAI en decembro de 2010, con código de tempos como elemento diferenciador.

Veremos que a nivel metodolóxico o primeiro paso foi constatar que as imaxes das 3 fontes pertencen a *Galicia* procurando a presenza ou o rastro deses 8 minutos oficiais na fonte 2 e 3 ate poder definir unha relación de identidade e complementaridade. O segundo chanzo xa foi tentar reconstruír secuencias enteiras. O terceiro, onde os devanditos pola súa vez son guieiro, oriéntase cara a orde correlativa de certas secuencias para, por fin, irmos cara a unha proposta de montaxe segundo as diferentes declaracións que sobre esta obra ten feito o cineasta.

Canda esta equipaxe imos xa cara os lugares do cineasta para fixármolos tanto no ideario como na singularidade política que acolle arestora a denominación “nacional” e a súa atribución a un filme realizado no contexto da Segunda República española (1931-1939) e no proceso histórico vindicativo dos dereitos de Galiza. Advertimos, tamén, da diferenza e/ou a semellanza de sentido que o termo acolle cando entra na Academia nos anos sesenta da man dos estudos fílmicos, neste caso para connotar a emerxencia dun cinema-outro en áreas como a latinoamericana, e para adxetivar, en ocasións, os movementos dos novos cinemas europeos.

Como peza mestra da nosa lectura de *Galicia* botamos man do texto de Benedict Anderson *Imagined Communities* que é, asimismo, o que nos axudou a establecer determinadas categorías para grupos de imaxes:

1. O territorio-paisaxe construído ao longo do tempo, que agroma na marca dos castros e das pallozas, dos petos de ánimas, das cruces de pedra
2. O coñecemento e aproveitamento de recursos dese territorio
3. Filmar o traballo e o seu valor de uso e de troca: o liño, a colleita do millo ou da sardiña, a feira
4. A idea de igualdade, tamén entre xéneros: a muller no labor e no espazo público, nas relacións de intercambio

E a procurar, dende o cinema:

5. A consciencia de construír unha obra na fixación de determinadas iconas, na lóxica interna de certas secuencias, na persoaxe singular e plural, nas xeometrías no espazo, no lecer de ollar/de contemplar o mar e a terra
6. Os primeiros planos –esa alma do cinema-, o rostro do outro, o meu rostro no rostro do outro, e o aceno inigualábel do real nos *tableaux*, nas escenas, canda a relación que establecen dentro/fóra da tea
7. A incorporación/identificación do espectador canda a aprendizaxe da visión: a descuberta do dispositivo, da nova linguaxe por exemplo nas transicións ou nas angulacións

E é así que ao observarmos *Galicia* a partir de indicadores contemporáneos, a fita emerxe como modelo para un cinema galego nacional: na lingua, en primeiro lugar, neste caso presente nas cantigas; na representación das relacións sociais; na presenza do imaxinario nos rituais ou na inscrición de lugares que descodificamos como sinécdoque do territorio, territorio que nesta peza nodal expande as súas ás para alén dos castros, dos cons, da terra e do mar, ate o país-paisaxe e o sentimento desa paisaxe, que existe porque alguén olla para ela, porque alguén –o cineasta– se compromete coa Terra.

Os modelos para o filme *Galicia*

“Quería ver Cartelle [a aldea de nacenza] na pantalla”, esta consciencia de que o real e a súa imaxe teñen un estatuto diferente, está na orixe, precisamente, do proxecto de Velo *Finis Terrae-Galicia*, cuxos descartes –e o detalle é ben significativo– destinaríanse a un outro filme encol do invisíbel, sobre a saudade³, no que o cineasta –sempre seguindo o inmenso devalo

3 No 1967 *Nuestro Cine*, nùm.63, publica as seguintes declaracións de Velo: ..“luego, yo solo, hice *Galicia Saudade*, que fue premiada –el primer premio que obtuve en cine– en la Exposición Internacional de París, durante la guerra civil”. Contrastados os textos de Romà Gubern no catálogo da devandita exposición de 1937, coordinado por Josefina Alix e editado en 1987 polo Centro Reina Sofía/Ministerio de Cultura, e o que o mesmo autor escribe en *Los años rojos de Buñuel* 2011, Madrid, Cátedra, constatase que Film Popular, radicada en Barcelona, envía a París un filme co título “Galicia Saudade”. Secomasí, entre os premiados fálese dun recoñecemento a Mantilla por “Finisterre” como se se

e imprecisión das súas impresións– tería de traballar a atmósfera como figura filmica a través da sensación que establece co espectador e que ten a ver –como o propio título deste filme sen rastro– coa perda.

Velaiquí que no 14 Congreso da AEHC, ao abeiro do Departamento de Comunicación Audiovisual da Universidade do País Vasco, que decorreu en Bilbao do 28 ao 30 de novembro de 2013, Fernando Camarero, autor do “Catálogo de documentales cinematográficos agrarios” informounos da súa visita recén aos arquivos rusos –co noso Estudo embaixo do brazo, dixo-, e da localización, nunha fita rotulada como “El Escorial” (un dos filmes de encárraga que Velo realizara nos anos trinta) dunha peza co nome “Santiago de Compostela” que xa está depositada en Fimoteca española e que confirma o tantas veces proclamado por Carlos Velo de que coa metraxa non utilizada de *Galicia* tería montado un outro filme.

Pero, quen era este rapaz de 25 anos que deixa como legado patrimonial *Galicia*?

Para unha lectura máis acaída de certas querencias que deveñen en estilemas deste cineasta, imos recapitular sobre algún dos esgos biográficos e intelectuais que o singularizan.

Carlos Velo (Cartelle-Ourense, 1909/México D.F. 1988)⁴, é o fillo inadaptado dun médico rural da casta do antigo réxime que se educa, anos de bachalerato, en Ourense coa xeración, así chamada, do Seminario de Estudos Galegos, SEG. A estirpe, pois, que deixa a súa pegada no Velo mozo correspóndese con aquela pequena burguesía ilustrada que recollera as consignas da Renacemento literaria e política da segunda metade do XIX e que intervén na historia do século XX cun entrenzado de ideoloxía (o nacionalismo), iberismo, teoría do progreso, emprendementos culturais (editoras, xornais, teatro, corais...) e máis acción política, participando nas Cortes Constituíntes da Segunda República e organizándose como Partido Galeguista, o por veces anomeado “partido dos escritores”

tratase doutra fita. Diversos títulos, referencias cruzadas, o comentario de Miguel Anxo Fernández de que Velo tería tachado nun Programa do Festival do Carballiño unha película por non considerala súa... a historia continúa.

4 Ledo Andión, M. (2005). Vous-avez dit Carlos Velo?/Did you say Carlos Velo? *Cinema du réel*. Paris: BPI/Centre Georges Pompidou. Fernández, M. A. (1996). *Carlos Velo: Cine e exilio*. Vigo: A Nosa Terra.

Aos vinte e dous anos Velo vai para a cidade de Madrid onde alarga o seu gusto polas relacións invisíbeis, polas comparacións, polo paradoxo en se arredando do mandato paterno –estudar Medicina– para achegarse á Bioloxía, ás sesións cinematográficas da Residencia de Estudantes –lugar de intervención de Lorca, de Buñuel– e, coa boa nova da República, á Federación Universitaria Escolar onde, en colaboración coa produtora Filmófono e con Fernando G. Mantilla, chegará a organizar o cineclubes como parte do programa educativo das Misións Pedagóxicas.

Velo olla e escolca unha e outra vez certas películas “para ver cómo estaban feitas”. E vaise de viaxe a París na procura de filmes e onde fica prendido da figura de Jean Painlevé, da mirada introspectiva do cinema-ciencia, da forma que lúe na abstracción. Mais o seu traballo como cineasta no seo da República española dura soamente dous anos, dende *La ciudad y el campo*, en 1934, e deica *Finis Terrae-Galicia*, da que roda as derradeiras imaxes en 1936.

Secomasí, Carlos Velo fai o seu cinema máis persoal a partir de modelos tal *A Terra* de Dovchenko, para o xogo de transferencias coa contorna natural e cultural; *A liña Xeral* de Eisenstein para os efectos corais e de clase; máis o Flaherty de *Homes de Arán*, talvez o seu paradigma realista e no que poderíamos localizar a dirección de persoas, a posta en escena, a construción dunha medida relación espazo-temporal entre os seus materiais e no plano, canda a mostración do dispositivo, unha cuestión que nos daría para falar da grande liberdade creativa de Velo e da súa separación das convencións documentais, avantando a linguaxe cara ao cine moderno.

Coa consciencia de que cómpre peneirar moi fino nos indicios que terman da intención autoral nesta fita, pendentes sempre dos sinais que constan en diferentes documentos visuais e escritos, o primeiro paso que demos cara a *Galicia* consistíu, xa que logo, na comparación das devanditas 3 fontes de imaxes, na escolca de duplicidades e unicidades entre o ate de agora coñecido, o agro (eses 8 minutos da película que distribuira Film Popular), coas imaxes galegas de *Ispanija* que no seu día, aló no 2005, na revisión de arquivos para o documental *Liste, pronunciado Lister* (Galiza, 2007) localizabamos e usabamos nesta longametraxe –por parte, as secuencias mariñeiras– advertindo que un novo filme, *Lister*, devíña un documento para seguir as pegadas que por camiños múltiples fora deixando a película desaparecida e que, como avantamos, fixemos

público aló polo ano 2006 en diferentes escenarios e revistas científicas (*A Trabe de Ouro, Trípodos*), para alén do material da tal lata que se identifica como GALICIA, que chega como positivo orixinal o 22 de maio de 1940 dende o Comité de Cinematografía aos Arquivos do Estado ruso de cine-foto-fonodocumentos e que tiña sido utilizada previamente, en 1939, por Esfir Shub para *Ispanija* onde –o detalle non é menor– tamén se incorpora material sonoro que pensamos pertence ao filme *Galicia* e fai que emerxa unha nova angueira, neste caso a localización da banda son.

Retornando ao obxectivo nodal da análise comparada que, como dixemos, era verificar que as 3 fontes contiñan imaxes de *Galicia* e que as imaxes das 3 fontes pertencían a Velo, a necesidade desta confirmación levou a Ledo Cordeiro e Cayuela Miguel cara a materialidade do filme para nel analizar o plano, localizar transicións no seu interior ou dunha secuencia cara a outra, comezar a xuntar segmentos dun mesmo plano, a ordear secuencias e, na fin, a ensaiar a xeito de hipótese con ás, unha das variacións posíbeis da montaxe que latexa no filme.

Foi necesario, xa que logo, labrar cada fragmento da película co gallo de pescudar e escolmar os sinais do contrabandista –as transicións, os atallos, todas as marcas da organización de secuencias para a creación de sentido– que, canda a súa xeración e no contexto histórico da Segunda República, conduz ao cineasta de Cartelle a imaxinar a nación-Galiza mentres pensa o cinema como arte de masas e como un novo obxecto acaído para a posta en discurso desta obra que nos explica.

Achegámonos, pois, a cómo ideou Velo o filme *Galicia* reclamaba ensaiar unha montaxe pegada á fala do autor a propósito desta película. Fíxose en base ás declaracións últimas nun programa de televisión (1983), contrastándooas con declaracións anteriores (por exemplo do 1967, en *Nuestro Cine*) e coas que publica *Tempos Novos* aínda en 2011 pero que pertencen a unha entrevista tamén de comén dos oitenta.

Do significado nacional-popular de *Galicia*:

Se os e as analistas contemporáneas, sempre no ronsel de Benedict Anderson, advirten na novela –e noutros obxectos culturais coma o xornal ou neste caso o cinema– un dos lugares para soerguer as identidades nacionais e chaman a nosa atención para a “referencia a paisaxes, comporta-

mentos sociais e modos de vida” (Lois & Calvo, 2011: 56), *Galicia*, como discurso, apórtanos un sen fín de posibilidades para pescudar nos modos de narrar a pertenza, esa peza-chave da construción cidadá e, segundo as condicións históricas, nacional-popular. Se afondáramos no concepto de *cronotopos* de Bajtin, esas unidades espazo-temporais onde se desenvolven os nós argumentais, citamos dende un traballo ben recén dos profesores da Universidade Complutense de Madrid, María Lois e Heriberto Cairo, o filme de Velo sitúaaas en determinadas intrahistorias que son, asemade, a fibela coa que Velo, un creador de vinte e poucos anos, entrelaza a súa ollada primixenia co real: o liño, a feira ou a colleita no mar deveñen marcas singulares que converten o territorio no lugar dos devanceiros, é dicir en tradición. Como signo de distinción, o territorio –en canto nación imaxinada– é unha tentativa de representación a se diferenciar doutras representacións na Resistenza latente (os “séculos escuros” en se alongando dos Reyes Católicos ate o albor da Ilustración), na Renacemento (mediado o XIX en diante) e en ter vontade de se harmonizar co territorio oficial [do estado plurinacional], a traveso dun programa político federal, na Segunda República española.

A maior abundamento, o uso dunha lingua sen institucionalizar, o galego, (apréndenos a xeopolítica crítica, por exemplo John Agnew ou os compiladores de *Rethinking Geopolitics*, G.Ó Tuathail e S. Dalby (1998)) é outra das marcas desta construción. A presenza de Castelao, de Dieste, de Xocas, de Bal y Gay, da xeración que conduz o Partido Galeguista cara a Fronte Popular, son outro síntoma que debemos activar para entender un filme que é tamén o autor dese filme.

Dende o texto que Anderson publicara a comén do 1983 son inúmeros os e as estudosas que retornan a ele dende novas entradas, tal e como fai Philip Schlesinger para observar, conscente do pensamento dominante, que aínda denantes da súa constitución en estado pódese forxar unha conciencia nacional a través do consumo colectivo de bens. Indo máis alá, caracterizando o cinema nacional como obxecto e como problema para o coñecemento, nun texto que tamén devén seminal, “The sociological scope of ‘nacional cinema’” (2000), o profesor da Universidade de Glasgow, en que analiza o cinema dende un marco sociocomunicativo e revisa as propostas funcionalistas á luz de novos elementos que fan a súa aparición nos noventa, de modo sobranceiro o da diversidade, o das nacións sen

estado en relación ao estado-nación, secomasí a identificación do espazo nacional de comunicación coa esfera pública, achega outras variantes á razón de voltarmos de maneira incesante dende *Galicia* a *Velo*, como un autor onde cultura e pertenza se implican na República tal ese período –tamén inacabado– no que toman corpo novos suxeitos históricos nacionais, suxeitos que en ocasións chegan a se expresar e a se representar en obras de cinema.

Fixándonos outra volta en Anderson, cando considera a estrutura da novela do XIX – ou a dos xornais– como unha forma provista de técnicas para “re-presentar” unha comunidade imaxinada, a da nación, esta posición empúrranos cara a outras producións que, no acto do relato, constrúen a Nación coma o lugar no que reside, onde é posíbel a idea de soberanía popular –contra a monarquía que emanaba de Deus– e, sobremaneira, porque –cito– “because, regardless of the actual inequality and exploitation that may prevail in each, the nation is always conceived as a deep, horizontal comradeship” (Anderson, 1983: 7), a pesares da desigualdade e a explotación que prevalece en cada unha delas, a nación sempre é concebida como camaradería horizontal e profunda. É dicir, imaxinamos a nación, a nación é sempre imaxinada so o signo da igualdade, so este grande principio fundacional cidadán.

O cine como obxecto artístico capaz de facer ver toma corpo en *Galicia*, unha fita á que lle poderíamos transferir o que di José Manuel Costa (2001) a propósito dun documentalista, Robert Flaherty, que *Velo* sempre amou. Tamén ele, cos seus ollos á espreita, procurou que o mundo fluíra para o interior da cámara, “e son estes ollos e esta cámara quen, á custa de tanto verén, acaban por nos facer ver a nós”.

Con *Galicia*, *Velo* perseguía o seu modelo, ese real que só existe coa cámara, que para a cámara harmoniza nun aceno as variacións do próximo, a verdade de cada material. E a perda da guerra levou canda si unha película que, alén do seu valor simbólico, mantén na súa mesma fragmentaridade, na súa factura incompleta, o signo tráxico dunha época xunto con algunhas anticipacións que o cineasta desenvolverá, máis adiante, no cinema azteca e na compañía doutra xeración exemplar: Carlos Fuentes, *Rulfo*, Fernando Gamboa, *Barbachano Ponce*... e da súa man ese cinema novo de nome *Raíces*, esa fita infinda, *Torero*, ese *Velo* que aínda no derradeiro número de *Vieiros*, 1968, publicaba Imaxes para unha película’ reco-

llidas por un cosmonauta brasileiro de nome Guevara e milagrosamente conservadas nunha ola de barro após a catástrofe que asulagou Galicia no ano 2000, escribía talvez como anticipación ao “Prestige”. E é o argumento dun filme de rapaza-rapaz, coa emigración, a perda, o retorno e, na fin, a recuperación da amada:

Foi na colleita da herba cando a coñeceu. De raparigos xogaron xuntos no monte. Agora ela era moi recatada e púxose roiba cando il lle apreixou un peito ca man. Era coma un cabaciño pequeno. Ela, que era de xente que se arraxaba ben, inda que se incomodou non deixou de sorrirlle. E foron bailar na festa da Patrona. Pasearon pola feira e víronse no fiadeiro. Ó cabo ela diulle palabra. Entón xa andiveron soios e souberon das lúas nos piñeirais i o barullo das follas de carballo no chan. Il cantáballe ruadas polas noites do sábado. Ela bordoulle un paniño de seda. Daquela, chegou unha forte inverniá. (...)

Unha inverniá que durou 75 anos. Unha longa inverniá que é, tamén, a parábola do filme *Galicia*.

Referências

- ALVAREZ POUSA, L. (2011). Carlos Velo: así foi o proceso creativo de *Galicia*. *Tempos Novos*, núm. 165: 64-70.
- ANDERSON, B. (1983). *Imagined Communities. Reflections on the Origin and Sprea of Nationalism*. Londres: Verso.
- COSTA, J. M. (2001). Para além do documentário. *O Olhar de Ulisses*, 4, *Resistência*, Porto: Porto 2001 – Capital Europeia da Cultura/Cinemateca Portuguesa.
- FERNÁNDEZ, M. A. (1996). *Carlos Velo: Cine e exilio*. Vigo: A Nosa Terra.
- LEDO Andión, M. (2005). Enre cine e foto: o sorriso a cámara. In A. Fidalgo & P. Serra (orgs.), *Estética e tecnoloxías da Imagem*, Actas do III Sopcom, VI Lusocom, II Ibérico (pp.205-212). Covilhã: UBI.
- LEDO Andión, M. (2005). Vous-avez dit Carlos Velo?/Did you say Carlos Velo? *Cinéma du réel*. Paris: BPI/Centre Georges Pompidou
- LEDO Andión, M. (2006). Na descuberta de Terra do chicle. Carlos Velo, México, 1952. *A Trabe de Ouro*, revista galega de pensamento crítico, tomo III, ano XVII, nº 67: 73-82.

- LEDO Andi3n, M. (2007). Ante la aparici3n de Tierra del chicle, Carlos Velo, M3xico, 1952. *Trípodos*, Barcelona: Vol. 1, n.º 21: 199-216.
- LEDO Andi3n, M.; Ledo, R. & Cayuela, P. (2011). *Galicia 1936-2011. Estudos sobre o filme de Carlos Velo*. Grupo de Estudos Audiovisuais, Santiago de Compostela: USC.
- LOIS, M. & Calvo, H. (2001). Novela e naci3n: as transformaci3ns do imaxinario espacial nacional. O caso Galego. *A Trabe de Ouro*, revista galega de pensamento cr3tico, tomo IV, ano XXII, Santiago de Compostela: outubro-novembro-decembro, n.º 88: 55-77.
- Ó TUATHAIL, G. & Dalby, S. (eds.) (1998). *Rethinking Geopolitics*. Londres: Routledge.
- SCHLESINGER, P. (2000). The sociological scope of 'national cinema. In M. Hjørt, & S. Mackenzie (eds.), *Cinema & Nation*. Londres: Routledge.

HISTÓRIAS DE MULHERES DO BRASIL CONTEMPORÂNEO: AS HEROÍNAS DE HOJE¹

WOMEN'S STORIES WITHIN CONTEMPORARY BRAZIL:
THE HEROINES OF TODAY

Ana Carolina Escosteguy *

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL-PUCRS
carolad@puccrs.br

Resumo:

O crescimento da economia brasileira da última década (2002-2012) repercutiu na mídia, promovendo representações afirmativas dos segmentos sociais que alteraram a estrutura da pirâmide social do país. Na primeira parte da exposição, esboço algumas das consequências dessa nova visibilidade, cenário que constitui o questionamento que exploro na segunda parte: Que modos de ser estão se constituindo, nesse mesmo grupo social, em articulação com a cultura da mídia contemporânea? Metodologicamente, opta-se por uma articulação entre uma exploração empírica e uma análise da cultura midiática. Como resultado, destaca-se a convergência entre valores e convenções narrativas presentes na mídia e nas vozes das informantes. Entre essas convenções, destaca-se a presença de características do gênero melodramático e de um caráter heroico.

Palavras-chave: identidades; narrativas; mulheres; heroínas; Brasil.

* Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (2000). Tem Pós-doutorado no Communication and Media Research Institute (CAMRI) da University of Westminster (Reino Unido), (2010/2011). Professora Titular da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e pesquisadora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Tem desenvolvido e orientado projetos na área de comunicação e cultura da mídia, com ênfase em Estudos Culturais, especialmente sobre identidades culturais. Entre suas publicações, destaca-se o livro *Cartografias dos Estudos Culturais – uma versão latino-americana*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001 (versão ampliada e em acesso aberto pode ser consultada em http://www.autenticaeditora.com.br/autentica/cartografias_dos_estudos_culturais_-_uma_versao_latino-americana/41).

1 Esta comunicação tem como base a pesquisa “A visibilidade da vida ordinária de mulheres destituídas na mídia”, financiada pelo Programa Especial de Inclusão Social, Igualdade e Cidadania do CNPq, coordenada por mim. Seu referencial teórico, estratégias metodológicas e resultados foram apresentados em distintos eventos no ano de 2013.

Abstract:

Brazil has experienced a significant economic growth in the last decade (2002-2012). This recent economic growth has been accompanied by a greater visibility of the lower economic classes in Brazilian media. In the first part of the article some consequences of this new media visibility are presented as the cultural context for the subject explored in the second part: the production of identities. The methodological purpose here is an articulation between a media culture analyses with an empirical research. The results show a convergence between values and narrative conventions that are circulating in the media with the life stories of the women interviewed. Among these conventions, one highlights the presence of characteristics of the melodrama genre and a heroic nature.

Keywords: identities; narratives; women; heroines; Brazil.



Dados da última década (2002-2012) informam que se intensificou a mobilidade na base da pirâmide social brasileira, uma parcela considerável da população superou a condição da pobreza e houve um fortalecimento do mercado de trabalho, sobretudo no setor de serviços. Mais de 19 milhões de brasileiros ultrapassaram a linha da pobreza desde 2003. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2012, havia 40,9 milhões de brasileiros em situação de pobreza no país, em 2003, número que foi reduzido para 19,1 em 2012. Cerca de 3,5 milhões de pessoas saíram da pobreza somente em 2012. Entre os componentes que explicam essa situação está o crescimento da renda². Não se trata aqui de recuperar nem discutir dados da economia brasileira nem da estruturação de sua pirâmide social. O que interessa destacar é que segmentos sociais, tradicionalmente excluídos, foram incorporados ao mercado de consumo graças ao aumento da renda, aos programas governamentais de distribuição de renda (entre eles, Bolsa Família, Brasil Sem Miséria, Brasil Carinhoso) e ao crescimento da oferta de crédito aos indivíduos de baixa renda, na última década. Esse

2 Ver http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/131001_comunicadoipea159_apresentacao.pdf, acessado em 11/10/2013. Análise detalhada dos dados encontra-se no *Comunicado do Ipea nº 159*, intitulado *Duas décadas de desigualdade e pobreza no Brasil medidas pela PNAD/IBGE*.

contexto de melhoria da economia brasileira – que hoje já revela sinais de relativa estagnação – repercutiu na mídia nacional, revelando uma promoção midiática desses mesmos segmentos que alteraram a estrutura da pirâmide social do país.

Na primeira seção desta exposição, esboço algumas das consequências dessa nova visibilidade, cenário que constitui o questionamento que exploro na segunda parte: Que modos de ser estão se constituindo, nesses mesmos grupos sociais, em articulação com a cultura da mídia contemporânea? Essa questão está baseada no entendimento de que os processos de comunicação são “fenômenos de produção de identidade, de reconstituição de sujeitos, de atores sociais” e os meios de comunicação “são um fenômeno cultural através do qual as pessoas (...) vivem a constituição do sentido de sua vida” (Martín-Barbero, 1995: 71). Daí a articulação entre uma exploração empírica e uma análise da cultura midiática que produz representações sobre esse grupo social que protagonizou a mobilidade social, vivida na última década, no Brasil. Mediante essa opção, pretende-se fugir dos estudos circunscritos à produção, ao texto ou ao consumo/recepção³.

1. A promoção midiática dos desprivilegiados

Como exemplos da nova visibilidade dos desprivilegiados, na última década (2002-2012), destaca-se na produção ficcional televisiva seriada, veiculada na Rede Globo, *Cidade dos Homens* (Globo, 2002 a 2005), que veio na esteira do sucesso de *Cidade de Deus* (filme dirigido por Fernando Meirelles, 2002), *Antônia* (Globo, 2006 a 2007) e *Ó Pai Ó* (Globo, 2008/2009). A Rede Record, segunda em audiência na época⁴, quase simultaneamente a *Cidade dos Homens*, estreou a série *Turma do Gueto* (Rede Record, 2002 a 2004), estrelada praticamente por atores negros, revelando a vida cotidiana das favelas de São Paulo.

3 Para consultar a discussão teórica e metodológica realizada na execução da pesquisa, consultar Escosteguy & Sifuentes, 2011; Escosteguy *et al.*, 2012; Escosteguy & Braun, 2013; Escosteguy *et al.*, 2013.

4 Em concorrência acirrada, em 2012, a rede Sistema Brasileiro de Televisão (SBT) assume a vice-liderança em audiência, posto ocupado pela Record.

No entanto, os dois seriados que tiveram maior repercussão foram *Cidade dos Homens* (2002 a 2005), centrado nas histórias de dois adolescentes negros, moradores de favelas cariocas, que enfrentavam situações típicas de seu meio social, e *Antônia* (2006 a 2007), trama que tinha como personagens centrais quatro jovens negras cantoras de *rap*, moradoras da periferia paulistana. Esses dois seriados foram, também, transformados em filmes. Eles se destacam, pois não estão centrados no registro da violência, explorando dramas existenciais da juventude, no primeiro caso, e de jovens mulheres negras, no segundo.

O ponto de convergência desse conjunto é que o cenário, com alguma variação, está situado na periferia, na favela ou, pelo menos, em condições precárias de moradia, e seus personagens são extraídos das camadas desfavorecidas da população brasileira os quais sofrem distintas formas de exclusão social – em especial de classe, de gênero e de raça.

Dada sua larga penetração no contexto nacional, a telenovela é outro produto midiático importante nesse processo de promoção de representações sobre as camadas pobres da população. A primeira telenovela que teve como locação central a favela foi *Vidas Opostas*, veiculada entre 2006 e 2007 pela Rede Record que conquistou a vice-liderança nacional a partir de 2005, crescendo em audiência exatamente nas classes populares. A trama se desenvolve no Rio de Janeiro, mas contrasta a exuberância da natureza com problemas sociais, centrados no tráfico de drogas e no universo da criminalidade – assaltos, sequestros, corrupção, violência contra a mulher, entre outros.

No lastro da Rede Record, a Globo produziu *Dois Caras* que esteve no ar entre outubro de 2007 e maio de 2008. A diferença fundamental entre as produções das duas concorrentes é que enquanto *Vidas Opostas* tentou investir numa visão mais “realista” das desigualdades sociais, *Dois Caras* apresentou uma versão nitidamente glamourizada da favela, que servia apenas de cenário para a narrativa, passando longe dos problemas sociais da periferia.

A partir daí, uma série de telenovelas da Globo guinaram para a apresentação, no núcleo central do enredo, de personagens das classes populares. A presença destes na trama não constituiu nenhuma novidade nos mais de 40 anos de telenovela brasileira, mas, sim, seu deslocamento de papéis secundários para figurarem como protagonistas da narrativa, bem

como a centralidade da favela ou de bairros suburbanos como o cenário principal de locação, desbancando sobretudo a Zona Sul, região rica do Rio de Janeiro, local recorrente nas telenovelas da Globo. Assim, por exemplo, *Cheias de Charme* (veiculada no horário das 19h, em 2012) teve como protagonistas três empregadas domésticas e *Salve Jorge* (veiculada entre outubro de 2012 e maio de 2013, no horário das 21h), o Complexo do Alemão, uma das regiões mais violentas da Zona Norte do Rio de Janeiro, o espaço onde vivia uma das personagens principais dessa novela. Antes disso, a emblemática *Avenida Brasil* (março a outubro de 2012, horário das 21h) contrastava um núcleo dramático que vivia num “lixão” e outro no subúrbio, embora também contasse com um núcleo secundário situado na Zona Sul do Rio de Janeiro. Esta foi considerada a novela que, de fato, alçou os representantes dos estratos sociais que ascenderam socialmente na última década a posição de destaque. Esse foi o caso, por exemplo, da personagem Monalisa, paraibana, que chega ao Rio de Janeiro para tentar a sorte, arranja emprego de manicure e mediante muito trabalho e dedicação, além, é claro, de “sorte”, termina sua saga como proprietária de uma rede de salões de beleza. Essa figura encarna o protótipo da mulher batalhadora que, apesar de frustrada no amor, pelo menos em larga parte do enredo, trabalha arduamente, sustenta a família e cria praticamente sozinha o filho. Fazendo jus às características da narrativa melodramática, ao final, recompõe o principal par romântico da narrativa.

Em termos de programas de cunho jornalístico, distingue-se *Central da Periferia* (Globo, 2006), mais tarde transformado em *Minha Periferia* (Globo, 2007). *Central da Periferia*, exibido de abril a novembro de 2006, foi o primeiro programa televisivo que afirmava a periferia como um lugar onde existia criatividade, exaltando a produção cultural existente nas periferias de grandes cidades brasileiras. Veiculado aos sábados, era composto por um misto de reportagem com entrevistas de pessoas da comunidade em foco na ocasião, onde sempre se destacava um show musical. Em 2007, foi transformado em quadro do programa dominical *Fantástico*, passando a chamar-se *Minha Periferia*. Nesse formato, o quadro baseou-se em histórias de pessoas das camadas mais pobres da sociedade que alcançaram melhores condições econômicas e sociais mesmo vivendo na favela.

Também num registro positivo, em 2010, a Rede Globo produziu o programa jornalístico *Brasileiros*, composto por doze episódios, veiculado

semanalmente, no período entre junho e setembro/2010, às 23h, em rede aberta. Tratava-se de programa que “mostra histórias de pessoas comuns que estão fazendo uma grande diferença, que dedicam tempo e usam novas ideias para transformar a realidade”, como informa o próprio site da Globo (<http://brasileiros.globo.com/platb/programa/>, acessado dia 20/8/2011). Todas as histórias revelavam um engajamento em trabalho social, ficando explícito que as pessoas tinham sido escolhidas porque lutaram para superar preconceitos, abraçaram uma cultura da iniciativa, não esmoreceram diante de dificuldades, conseqüentemente, não se resignaram a uma vida ordinária. Ao contrário, reagiram com empenho, energia e criatividade diante da realidade.

Embora nem todas as histórias veiculadas fossem de pessoas das camadas mais pobres da população, o primeiro episódio era composto pela história de Flávio Sampaio, um bailarino que fundou uma escola de dança num antigo acampamento de lavradores sem-terra. Já na abertura do primeiro bloco, destacava-se que para realizar “esse sonho”, Flávio teve que “enfrentar preconceitos e deboches”, detalhando tanto a difícil relação entre o bailarino e seu pai, um pescador, quanto com o grupo social do seu entorno, uma comunidade pobre do Ceará. Enfim, nesse episódio, o protagonista da narrativa superava todas as dificuldades, com afinco, perseverança e imaginação, configurando-se como um “vencedor”.

O uso de testemunhos de pessoas “comuns”, em especial das classes desprivilegiadas, tem sido, também, um recurso recorrente da mídia impressa. Se, em período anterior, a utilização desse tipo de depoimento estava frequentemente associado a coberturas jornalísticas de desastres naturais, às notícias policiais ou à “humanização” de dados estatísticos sobre tais camadas sociais, agora a afirmação de um outro modo de vida, calcado no trabalho duro e disciplina, reposiciona essa pessoa como “batalhadora e vencedora”. Em análises de distintos registros jornalísticos que circularam em diferentes tipos de veículos – um jornal diário de referência com circulação regional, um jornal diário popular com circulação regional, uma revista de atualidades com circulação nacional e uma revista feminina mensal de circulação nacional⁵ – observou-se que, nesses testemunhos, a “realidade” tanto pode ser narrada diretamente pelos atores sociais

5 São eles: o jornal *Zero Hora*, o jornal *Diário Gaúcho*, a revista *piauí* e a revista *Cláudia*.

envolvidos em sua própria história de vida, ou seja, enquanto narrativas escritas na primeira pessoa⁶, quanto pode ser narrada por um jornalista que, obrigatoriamente, conta com o testemunho do sujeito da história que é posta em circulação⁷. Este último é o procedimento dominante.

Uma ilustração desse tipo de material é a reportagem, publicada no jornal *Zero Hora* (10/05/2008), composta por cinco trajetórias de vida. Cada história é contada pelo jornalista que constrói um perfil para cada uma das mulheres entrevistadas. No entanto, todas, moradoras da periferia da cidade de Porto Alegre (capital do estado do Rio Grande do Sul/Brasil), eram mulheres-provedoras que sustentavam sozinhas suas famílias. Por exemplo, um dos perfis era o de Claudina, 64 anos, doméstica, três casamentos, que se orgulhava de ter criado sozinha seis filhos, reconhecendo, ao final, que “passar o que passei e estar aqui, não é para qualquer uma. Me louvo de ser mulher e mãe” (*Zero Hora*, 10/05/2008).

De um lado, relatos como esse revelam-se como um contraponto positivo à negatividade frequentemente associada às pessoas comuns, sobretudo dos estratos mais baixos da sociedade, identificadas geralmente como “vítimas”⁸. Por outro, esse tipo de narrativa que enfatiza a superação dos reveses da vida, cria a falsa impressão que dependendo do empenho e do esforço, se obtém o que se almeja, sem considerar outros fatores socioculturais. Ou seja, apagam-se muitas das diferenças sociais e culturais decorrentes das distintas condições de vida desses sujeitos que passam a ser compreendidas como se fossem as mesmas para todas as classes sociais.

Embora o uso do recurso do testemunho adquira diferentes propósitos em cada um dos veículos mencionados, pode-se afirmar que, de distintas maneiras, os perfis se revelam como expressão do vivido. Dando conta do âmbito do dia a dia, da vida ordinária, lugar que se tornou “o ponto de referência das novas esperanças da sociedade”, dado que as grandes narrativas e esquemas teóricos entraram em crise, esses relatos dão a ver

6 Por exemplo, a seção *diário* da revista *piauí*, publicação mensal com tiragem de 70 mil exemplares, lançada em setembro de 2006, que investe numa proposta de *literary journalism*.

7 Com exceção da revista *piauí*, os demais veículos produzem materiais dentro dessa modalidade.

8 Araújo (2006: 55) identifica a profusão desse tipo de personagem na programação popular da TV brasileira.

modos minúsculos de marcar desvios da uniformização e da disciplina que irrompem no cotidiano. É por essa razão que “o novo herói da vida é o homem comum imerso no cotidiano” (Martins, 2008: 52).

Entendemos que essas representações midiáticas do sujeito comum e, sobretudo, dos desprivilegiados, não são homogêneas: ou seja, apesar da vigência de uma forte demarcação dentro de um registro da violência, os grupos desfavorecidos têm sido vistos também através de características mais positivas, embora este seja um processo bem mais recente e incipiente. De todo modo, essas representações preferem determinados sentidos, fortalecem certas crenças, induzem a determinados comportamentos e estão intimamente articuladas com o que Stuart Hall (1997) denomina como a “regulação através da cultura”. É nesse sentido que se efetiva o poder da mídia: ou seja, essa forma de regulação busca que o sujeito internalize condutas, normas e regras, configurando um determinado modo de ser.

Ainda que o cenário recém-apresentado seja apenas ilustrativo, nossa intenção foi demonstrar que a reconfiguração socioeconômica da última década (2002-2012) repercutiu na visibilidade de que determinados estratos sociais adquiriram na mídia. Aqui chamamos a atenção, sobretudo, para o caráter afirmativo da presença de personagens oriundos das classes desprivilegiadas. Esse processo pode ser visto basicamente de dois pontos de vista, o político e o cultural. Do político, destaca-se que a mídia optou por denominar tais personagens de “nova classe média”, dando realce para seus rendimentos e poder de consumo, o que gera um determinado entendimento da estrutura social do país onde está implicada a democratização de oportunidades. Do ponto de vista cultural, as representações midiáticas valorizaram e, em alguns casos, celebraram formas culturais e tipos sociais existentes nos subúrbios e periferia, realçando, também, um determinado modo de vida atrelado à afirmação do sucesso econômico de estratos sociais que lá vivem. Ainda que tangencialmente, também visibilizaram que o poder aquisitivo somente confere aos emergentes uma inclusão no sistema econômico, pois o modo pelo qual consomem revela um estilo de vida e uma visão de mundo próprios, associados à sua origem e, portanto, até o momento distante dos demais membros de sua “nova” posição social. De todo modo, se cada época tem seus sentimentos predominantes, traduzidos em modelos de vida e de comportamento, a mídia elegeu como valor máximo do nosso tempo o êxito individual, calcado na determinação, no

esforço e no sacrifício, via o trabalho árduo, sobretudo para representar os estratos que ascenderam socialmente na última década.

2. A voz das mulheres do Brasil contemporâneo

O recorte apresentado sobre a produção de identidades relacionadas à mídia está concentrado nas mulheres, pertencentes aos estratos sociais que configuram o que vem sendo chamado de “a nova classe média”, termo contestado por sociólogos, aqui utilizado apenas como referência aos trabalhadores pobres que ascenderam economicamente na última década. Como diz Pochmann (2012: 20), “uma parcela considerável da força de trabalho conseguiu superar a condição de pobreza, transitando para o nível inferior da estrutura ocupacional de baixa remuneração; embora não seja mais pobre, tampouco pode ser considerada de classe média. Esta, por sinal, praticamente não sofreu alteração considerável, pois se manteve estacionada na faixa de um terço dos brasileiros.”

A estratégia metodológica escolhida foi a de entrevistas biográficas onde numa conversa o indivíduo era instigado a “contar sua vida”. O que se buscava era uma abordagem que pudesse contemplar a interação dos sujeitos com a mídia, sem delimitá-la a um momento determinado. Essa forma de condução da entrevista permitiu esquivar-se de uma indagação direta sobre o que de fato é nossa preocupação: a produção de identidades relacionadas à mídia (Escosteguy *et al.*, 2012).

O resultado disso – as histórias coletadas – é o que se está entendendo como narrativa identitária, pensando a narração como uma forma de organização da subjetividade e, portanto, os depoimentos como reveladores de um modo específico de ser que também se constitui no próprio ato do relato. E onde, obviamente, estão envolvidas questões referentes à estruturação da sociedade e à cultura (Escosteguy & Braun, 2013).

Na série de histórias coletadas junto a mulheres, trabalhadoras na função de cabelereira, manicure, depiladora e/ou massagista, o passado, mencionado pelas entrevistadas, não é, necessariamente, uma referência envolvendo suas origens familiares mas, sim, fatos marcantes, como gravidez precoce, migração do espaço rural para o urbano, abandono dos pais. Embora algumas dessas histórias tenham tomado como ponto de partida o momento atual, é possível afirmar que todas as histórias mostraram-se mais

como narrativas em retrospectiva, envolvendo um processo de reflexão entre passado e presente, postulando uma ordem para os acontecimentos de suas vidas e estabelecendo uma cronologia do triunfo.

Todas elas ressaltaram sua própria atuação como desencadeadora de sua respectiva trajetória. As narradoras posicionaram-se sempre no centro de suas histórias. E, sobretudo, os reveses – maternidade precoce, doenças, separação, divórcio, excesso de mudanças de cidades em função dos companheiros ou a morte de um familiar – foram transformados em motivações para que elas seguissem adiante. Nenhuma delas mostrou comiseração diante de tais percalços, ao contrário, todos são relatos marcados pela autovalorização. Apesar dos obstáculos e infortúnios vividos, todas fizeram questão de destacar sua disposição para enfrentá-los.

Por exemplo, Luciana relata que uma dessas provas foi a necessidade de criar sua filha sozinha – e a atitude tomada foi a de “lutar, guerrear e vencer”.

Aquela menina frágil, com medo de tudo, não existe mais. Que a vida faz... primeiro separa... o pânico de ficar sozinha. Criar tua filha. Aí tu te dá conta que tu tem que tomar conta daquilo, que depende de ti, tu tem que ter uma atitude. Tu é mãe, agora! Não é só mais filha, agora. Aí tu tem que lutar e guerrear e vencer e... tu não pode ficar esperando: aí, e agora? O que vai acontecer? Tem que fazer as coisas acontecerem. (Luciana)

Outro depoimento é o de Marisa que ressalta a dedicação e o sacrifício como valores centrais para ser reconhecida e tornar-se exemplo, mesmo que dentro da própria família.

[...] eu digo que eu sempre dei de exemplo pros meus filhos assim, que a gente não pode desistir das coisas. Que a gente tem que batalhar e seguir em frente e... sabe... não desistir. Porque os obstáculos aparecem. Às vezes tu desanima, diz não vou mais, não vou querer mais... Não! A gente tem que... se tu tem um objetivo na vida, tu tem que seguir em frente. (Marisa)

Para essas mulheres, a superação dos reveses dá-se através de valores como abnegação, sacrifício, dedicação, vivenciados no cotidiano, a partir dos quais as entrevistadas parecem sentir-se valorizadas. A capacidade para enfrentar árduas provas revela a figura de um herói, embora no caso destas

mulheres, bem distante de seus valores clássicos – principalmente, no que diz respeito a renúncia à vida pessoal. Ao invés disso, elas são inspiradas e motivadas por objetivos pessoais.

De modo geral, consideramos que as histórias de vida das mulheres entrevistadas são relatos exemplares que visibilizam as heroínas de hoje: mulheres capazes de superar os distintos desafios da vida em nome, sobretudo, da família, da dedicação aos filhos e do amor; mulheres que, embora imersas na vida diária e buscando seu próprio bem-estar e realização pessoal, fazem inúmeros sacrifícios e empenham muito esforço para alcançar a recompensa final.

Além da identificação nas narrativas identitárias de um *caráter* heroico, mas calcado na vida cotidiana, observamos seu entrelaçamento com a presença de características da narrativa melodramática. Notamos que todas as narrativas têm um forte apelo emocional, sobretudo relacionado com a vida familiar, bem como invariavelmente têm um desfecho positivo e um efeito edificante onde nenhuma circunstância de caráter social ou econômica é lembrada como impedimento para a realização de sonhos. Características típicas da narrativa melodramática onde todos os conflitos são superados em nome do amor, da virtude e da justiça. Contudo, nas narrativas coletadas, o melodrama é transformado já que é o trabalho, no lugar do amor, que produz o êxito – pessoal.

3. Para concluir

As análises elaboradas até o momento sobre a crescente visibilidade da periferia, dos estratos sociais desprivilegiados e, principalmente, daqueles que ascenderam socialmente na última década (2002-2012), bem como sobre as narrativas identitárias coletadas junto a um grupo de mulheres trabalhadoras do setor de serviços de embelezamento, revelam ser convergentes, em especial se destacados determinados valores sociais e modelos de vida. De um lado, as representações midiáticas promovem, sobretudo, os indivíduos que alteraram a estrutura da pirâmide social brasileira, privilegiando relatos de triunfo individual, sustentado no trabalho árduo, no esforço e na determinação, lastro para a constituição do herói do Brasil contemporâneo, promovido pela mídia. De outro lado, as narrativas identitárias coletadas junto às mulheres revelam-se como

histórias de muito sacrifício, mas recompensado invariavelmente com desfecho positivo e efeito edificante. Do nosso ponto de vista, a estrutura melodramática e o caráter heroico, detectados nesses relatos podem ser relacionados aos modos pelos quais as identidades estão sendo constituídas mediante práticas culturais, atravessadas pela ação da mídia, onde é reconhecida a presença de distintas formas narrativas baseadas no gênero melodramático – seja na ficção (nas telenovelas e nos seriados), seja no jornalismo (nas distintas formas de jornalismo popular, mas também em determinadas práticas do jornalismo “de qualidade”). Por essa razão, podemos relacionar esse modo das mulheres entrevistadas contarem suas histórias com a maneira, também, usada pela mídia para produzir relatos dramáticos e personalizados.

É desse modo que percebemos uma convergência entre os valores e o modo de narrar das informantes e aqueles presentes em muitos relatos biográficos que circulam na mídia *mainstream*, em especial na televisão que justamente é um dos meios mais mencionados e presente na vida das entrevistadas⁹. Considerando que, na atualidade, as narrativas biográficas midiáticas são, fundamentalmente, histórias de sucesso, de autoafirmação e de superação, tais relatos estariam posicionando as mulheres na mesma direção subjetiva. Contudo, os atravessamentos entre as narrativas midiáticas e as vozes das informantes não podem ser compreendidos através de uma lógica linear e de mão única, isto é, decorrentes de alterações provocadas diretamente pela mídia nos agentes sociais. Ao contrário, trata-se de um processo que é mais bem compreendido se visto pelo prisma do conceito de mediação que “ênfatisa a heterogeneidade de transformações que a mídia ocasiona de um lado a outro de um espaço social dividido e complexo (...)” (Couldry, 2008: 375), isto é, diz respeito a uma dinâmica multidirecional e tem conseqüências de longo alcance.

9 Depois da narração das histórias pessoais, foi aplicado um questionário socioeconômico, contendo perguntas sobre consumo e hábitos relacionados à mídia, dado que não se indagou diretamente sobre a presença desta na vida das informantes. As mídias mais consumidas são: TV, jornal, internet e revista. Apenas uma das informantes ouve rádio com frequência. Os meios de comunicação, especialmente jornais e revistas, costumam ser consumidos no salão de beleza, onde as entrevistadas passam grande parte do dia. Já em relação à TV, dizem assisti-la em casa, local onde também se dá o acesso à internet, embora nos respectivos ambientes de trabalho a TV ocupe um lugar de destaque e esteja com frequência ligada.

Evidência desse processo é a persistência da matriz cultural do melodrama na voz das informantes. Enfim, mesmo que isso possa não se constituir propriamente numa novidade, essas narrativas dizem algo sobre uma das identidades do Brasil contemporâneo, a das novas heroínas de hoje.

Referências

- ARAÚJO, C. (2006). Dramas do cotidiano na programação da TV brasileira. In V. França (ed.), *Narrativas televisivas: programas populares na TV* (pp. 47-68). Belo Horizonte: Autêntica.
- COULDRY, N. (2008). Mediatization or mediation? Alternative understandings of the emergent space of digital storytelling. *New Media & Society*, 10 (3): 373-391.
- ESCOSTEGUY, A. C. & Sifuentes, L. (2011). As relações de classe e gênero no contexto de práticas orientadas pela mídia: apontamentos teóricos. *Revista e-compós*, 14 (2): 1-13.
- ESCOSTEGUY, A. C.; Sifuentes, L.; Silveira, B. R.; Oliveira, J.; & Braun, H.G. (2012). Mídia e identidade de mulheres destituídas: uma discussão metodológica. *Revista Galáxia*, 23: 153-164.
- ESCOSTEGUY, A.C. & Braun, H.G. (2013). Histórias de mulheres como narrativas identitárias: considerações teóricas e metodológicas. *Revista Rizoma*, 1 (1): 46-55.
- ESCOSTEGUY, A. C. e Sifuentes, L.; Wottrich, L. H.; & Silva, R. C. (2013). História de mulheres: heroínas de uma narrativa melodramática. *Revista Intexto*, 28: 100-117.
- HALL, S. (1997). A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. *Revista Educação e Realidade*, 22 (2): 15-46.
- MARTÍN-BARBERO, J. (1995). Secularización, desencanto y reencantamiento mass-mediático. *Revista Dia-logos de la Comunicación*, 41: 71-81.
- MARTINS, J. de S. (2008). *A sociabilidade do homem simples*. São Paulo: Contexto.
- POCHMANN, M. (2012). *Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira*. São Paulo: Boitempo.

SE A LUSOFONIA É UM SONHO, QUEM É O SONHADOR? DE UMA POÉTICA DA LUSOFONIA E DE UMA LUSOFONIA POÉTICA

IF LUSOPHONY IS A DREAM, WHO IS THE DREAMER? A POETICAL LUSOPHONY OR A LUSOPHONE POETRY

Luísa Marinho Antunes*

UNIVERSIDADE DA MADEIRA/CLEPUL
marinho@uma.pt

Resumo

Aurelia Donzelli coloca a questão do sonho da lusofonia e do sujeito do sonho em *Language, Ideology, and the Human: New Interventions* (DONZELLI, 2012) a propósito do ensino da língua portuguesa em Timor Leste. Necessidade prática, a sua aprendizagem e divulgação não deixa de ter uma dimensão ideológica específica que a autora considera dificultar a autonomia cultural da jovem nação, porque o sonho da língua é sonhado de fora para dentro. A lusofonia corre o risco de ser, assim, perspetivada como uma ideia poética imaginada por políticos conscientes e intelectuais sonhadores. Se uma língua pode ser imposta a nível oficial, não pode ser imposta como língua do artífice, daquele que a trabalha na sua máxima expressão e retira das suas potencialidades a expressão do sonho do homem. Homem e ideias carecem de poesia e a poesia no espaço lusófono faz-se na liberdade da língua. A língua do sonho para os poetas lusófonos e para os seus leitores é a língua que faz sonhar todos de diferentes formas, em diversos lugares do mundo.

Palavras-chave: Lusofonia; francofonia; língua; literaturas lusófonas.

* Docente da Universidade da Madeira desde 1994, com o Doutoramento em Literatura Comparada – Literatura Portuguesa/Literatura Brasileira, na Universidade da Madeira, em 2004. É autora de *Romance Histórico e José de Alencar: Contributo para os Estudos da Lusofonia* (2009) e de vários textos na área da Literatura Comparada. Membro do Comité Científico de várias revistas nacionais e internacionais, destaca *Kamen' – Rivista di Poesia e Filosofia*, na qual tem vindo a publicar a tradução e tratamento crítico de vários autores lusófonos. Seleccionou, traduziu e organizou *Macchina Lirica: la Poesia di Herberto Helder*. Membro do CLEPUL (Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias da Universidade de Lisboa) e do Conselho Científico do CISESG (Centro de Estudos Europeus Sirio Giannini, IT).

Abstract:

Aurelia Donzelli questions the “dream of lusophony” and its subject in *Language, Ideology, and the Human: New Interventions* (Donzelli: 2012) when considering the teaching of Portuguese in East Timor. Even though this is seen as a practical need of the new country, the learning and dissemination of the Portuguese language is not without a specific ideological dimension that the author considers to hinder the cultural autonomy of the young nation, because the dream of the language is dreamed from the outside to the inside. Lusophony runs the risk of being thus perceived as a poetic idea imagined by conscious politicians and intellectual dreamers. However, if a language can be imposed on an official level, it cannot be imposed as the language of the artist, the one that works the language at its maximum expression and withdraws from its potentialities the expression of the dreams of man. Man and ideas need poetry and poetry in the Lusophone space lives in and by the freedom of the language. The language of the dream for the Portuguese-speaking poets and their readers is the language that enables all to dream in different ways, in different places of the world.

Keywords: Lusophony; francophony; language; lusophone literature.



Aurelia Donzelli coloca a questão do sonho da lusofonia e do sujeito do sonho em *Language, Ideology, and the Human: New Interventions* (2012: 131-158) a propósito do ensino da língua portuguesa em Timor Leste. Necessidade prática, a aprendizagem da língua portuguesa e a sua divulgação não deixa de ter uma dimensão ideológica específica que a autora considera dificultar a autonomia cultural da jovem nação, porque o sonho da língua, em vez de ser natural à população, é sonhado de fora para dentro. O que Donzelli coloca em discussão é o carácter dicotómico da lusofonia e das políticas de expansão da língua: inocentes na sua vontade de que todos façam parte do sonho, e impositivas nessa mesma vontade.

De igual forma, ao abordar a situação da língua portuguesa, nomeadamente em Timor, Miguel Vale de Almeida, em *Um Mar da Cor da Terra. “Raça”, Cultura e Política da Identidade* (Almeida, 2000), publicado em língua inglesa em 2004, questiona-se sobre o conceito de lusofonia, considerando uma certa propensão para o discurso mítico de alguns autores (sublinhando a exceção de Eduardo Lourenço). Na lusofonia, que constata ter vindo a

subir de valor como instrumento de conquista do “reino espiritual”, o dos produtos culturais, e de reestruturação do campo institucional, político e material, num simulacro de império, acaba por reconhecer apenas o sonho português de uma espécie de reação da identidade lusa face à Europa.

Isto porque o autor crê que a lusofonia se tornou central apenas no Portugal pós-colonial, mais especificamente no momento de incorporação do país na União Europeia, atuando como grande tema para reconfigurar a identidade portuguesa global (Almeida, 2000: 161). A esta motivação alia a resiliência do lusotropicalismo disfarçado na lusofonia e, como escreve, nos seus avatares, o que faz da lusofonia um processo ambíguo na sua oscilação entre um *ethos* neocolonialista e um projeto político multinacional alinhado contra o capitalismo neoliberal americano. Lusocêntrica, pós-colonial, oposta ao império anglófono, reformulação do lusotropicalismo de Gilberto Freyre, a lusofonia ignoraria, assim, a existência de trânsitos culturais e trocas contínuas com a Europa, América e África.

A argumentação de Almeida coloca algumas questões no que toca à lusofonia que podem ser facilmente colocadas em causa, como, por exemplo, no que concerne à ideia de que a lusofonia privilegia ou dá ênfase aos laços entre os países que a constituem, deixando de considerar as relações de tipo mais alargado e menos endogâmico. Justamente em relação à ignorância das trocas culturais entre os países da lusofonia e o resto do mundo, a ideia soa forçada quando o reconhecimento de uma propensão para o cosmopolitismo é o que marca justamente as culturas lusófonas. Além disso, a ideia da organização de um bloco linguístico, político e cultural tendo na base a língua, à semelhança do que estava a acontecer no mundo anglófono, é anterior à adesão de Portugal à União Europeia. De facto, tinha sido já preconizada, como nota Fernando Cristóvão (2003), bem antes de Fernando Pessoa, em 1902, por Sílvio Romero, que olhava ao tempo a realidade europeia e mundial com alguma preocupação, em *Elemento Português* (1902). Se a ideia de lusofonia é lusocêntrica, o lusocentrismo teria, assim, raízes intelectuais no Brasil.

São só os portugueses a necessitar da lusofonia? E porque se colocam os falantes da lusofonia o problema de um objetivo ideológico sub-reptício? Ou de um programa escondido? Comparando com a francofonia, tendo em mente o diagnóstico das temáticas mais tratadas segundo Dennis Ager em *‘Francophonie’ in the 1990’s: Problems and Opportunities*, os problemas

que no geral enfrenta e que a bibliografia documenta são diversos dos da lusofonia, ainda a questionar-se a partir do seu interior. Entre eles estão o estatuto e o uso do francês, o problema do francês em conflito com outras línguas, particularmente com o inglês, e a competição com outras línguas em contextos de nações plurilingues, o francês na esfera económica, o francês e a sua presença em organizações internacionais e a organização formal e sistemática de cooperação internacional que favoreça a língua francesa no mundo (Ager, 1996: 43-117). Sem prejuízo de outros assuntos, como a questão cultural e da identidade de cada um dos países da francofonia, a relação com a ideia de francofonia parece mais descomplexada do que a lusofonia em território lusófono.

Em 2008, Bernard Cerquiglini, reitor da Agência Universitária da Francofonia, prefaciou uma obra dirigida por Papa Alioune Ndao, *La Francophonie des Pères Fondateurs*, salientando a ideia de que a francofonia não é franco-francesa, porque é fruto da convergência dos pontos de vista dos Pères Fondateurs, como Habib Bourguiba e Léopold Sédar Senghor, sobre o seu destino comum com a antiga metrópole, distinguindo ideologia colonial de herança linguística e cultural (Cerquiglini, 2008: 5-6). A francofonia seria o frutificar da herança linguística num quadro de uma língua partilhada, sendo o francês, que antes servira como arma de resistência ao colonizador, à semelhança do que aconteceu nos territórios ocupados pelos portugueses, concebido como língua de pensamento, de cultura, de emancipação e modernização dos seus países. As políticas linguísticas bilíngues ajudaram também na coesão da vida quotidiana, fornecendo uma língua franca aos habitantes dos vários países. Além disso, salienta Cerquiglini, é o francês como língua partilhada que lhes confere um quadro multicultural e multilateral.

As palavras do reitor da Agência Universitária Francesa vão no caminho oposto de uma desconfiança que se sente ainda hoje na lusofonia e que, por vezes, se torna visível nas formas menos esperadas. Em 2004, no prefácio a *Desempenho da leitura: sete ensaios de literatura portuguesa*, Italo Moricone considera que o leitor formado pelas tradições linguísticas e literárias brasileiras da lusofonia poderá levantar dúvidas sobre a eficácia do gesto desafiador de Marcus Alexandre Motta, o autor, porque a sua linguagem produz impacto de estranhamento “parece portuguesa às vezes. Nossa língua portuguesa, nossa língua estrangeira. Transforma-se o

amador na coisa amada. Os aparentes lusitanismos de vocabulário e sintaxe como que contaminam o olhar especulativo exercitado nos ensaios” (Moricone, 2004: 10).

Moricone considera que a linguagem crítica de Motta é uma linguagem em progresso que se afasta do cânone, não só pelos lusitanismos como pelo pensamento. Mas, como a literatura, também a linguagem crítica não poderá sonhar e inventar a língua? Não pode um crítico português recorrer a brasileirismos se eles expressarem melhor o seu pensamento? Guimarães Rosa, em entrevista a Arnaldo Saraiva, em 1966, considera que foi a necessidade de capturar coisas vivas, “junta à minha repulsa física pelo lugar-comum (e o lugar-comum nunca se confunde com a simplicidade)” que o conduziu à necessidade íntima de enriquecer e embelezar a língua, tornando-a mais flexível e viva: “quero aproveitar tudo o que há de bom na língua portuguesa, seja do Brasil, seja de Portugal, de Angola ou Moçambique até de outras línguas: pela mesma razão, recorro tanto às esferas populares como às eruditas, tanto à cidade como ao campo. Se certas palavras belíssimas como ‘gramado’, ‘aloprar’, pertencem à gíria brasileira, ou como ‘malga’, ‘azinhaga’, ‘azenha’ só ocorrem em Portugal – será essa razão suficiente para que eu as não empregue, no devido contexto? Porque eu nunca substituo as palavras a esmo. [...] E faço-o sempre com o maior respeito, e com alma. Respeito muito a língua” (Saraiva, 1966: 4).

A lusofonia corre o risco de ser, tendo em conta certos discursos, perspectivada e generalizada como uma ideia poética imaginada por políticos conscientes das vantagens de um espaço comum e intelectuais sonhadores, utópicos, seguidores de Vieira, Romero, Pessoa, Agostinho da Silva.

Mas, se uma língua pode ser imposta a nível oficial, não pode ser imposta como língua do artífice, do que a trabalha na sua máxima expressão e retira das suas potencialidades a expressão do sonho do homem. Jorge de Sena, em 1972, a propósito do trabalho poético de José Craveirinha (1922-2003), assinalava as dificuldades de fazer poesia “africana” nas nações de África ainda sob domínio português, porque era mais fácil ser africano lá onde a cultura europeia se retirou com os que a personificavam, onde poucos cultos escrevem usando o modelo francês ou inglês sobre a africanidade do seu universo (Sena, 2005: 166-167). Mas, para os países para onde foi levada uma língua e uma cultura menos europeia e mais

metropolitana era natural que a poesia demonstrasse essa polarização, uma divisão que, no entanto, se processa na língua em forma de integração.

O que Jorge de Sena queria explicar era que a língua portuguesa já não era sentida pelos poetas como imposição cultural, mas era tão própria que encontrava formas de diferenciação na diversificação e inclusão, numa antropofagia que gerava força. De facto, entendida como o faz hoje Fernando Cristóvão, na lusofonia o Centro é também considerado Periferia, e as Periferias Centro, no respeito das antinomias e diferenças, procurando-se a unidade na diversidade (Cristóvão, 2013). Ou seja, a lusofonia deve ser entendida como reconhecimento e consolidação das diversas variantes nacionais linguísticas na unidade da língua comum. A lusofonia, de facto, não é apenas a soma geográfica de territórios com uma língua comum; é um espaço, como afirma Fernando Cristóvão, que facilitou e facilita a circulação de “um certo património de ideias, de sentimentos, monumentos e documentação”, uma afinidade criada pela dinâmica histórica e uma aproximação que a língua facilita (Cristóvão, 2013) Isto é, existe um mundo dos afectos que é possível, em clima de estabilidade, ser desenvolvido pelos milhões de falantes que se entendem e se identificam pela língua, ainda que a lusofonia signifique diversas dinâmicas e se revista de importâncias díspares nos diferentes países de língua portuguesa. No entanto, o facto é que dois falantes de uma mesma língua, potencialmente, têm mais hipóteses de se aproximar, dialogar, sair de si e transformar-se, como escrevia Todorov (1995).

Mais do que devaneio poético, a língua portuguesa no espaço lusófono é a língua usada como material para criar poesia, para escrever teorias científicas, para falar aos corações, sem que o artista, o cientista sinta a imposição ou o estranhamento. Mia Couto escreveu “A minha língua portuguesa, repito a minha língua portuguesa, é a pátria que estou inventando para mim. Essa língua nómada não a quero perder [...]” (Couto, 2011: 185-186). Em uma das suas crónicas, o romancista moçambicano escreveu que os maiores escritores ingleses são oriundos da Ásia, as bailarinas de flamengo vêm da América do Sul, etc. descen-trando, assim, a língua da matéria para as outras pátrias individuais. A geopolítica da língua, na qual se baseia a lusofonia, não é entendida como lusitanidade, mas como possibilidade de afirmação cultural, artística, afetiva de povos e indivíduos.

Mia Couto afasta-se do que considera uma percepção redutora e utilizaria que converte os idiomas num assunto técnico da competência exclusiva dos linguistas, porque a língua/as línguas que sabemos, cada um de nós, são múltiplas e nem sempre se regem por normas e códigos, dada a vocação divina da palavra. Leio Manoel de Barros (2011):

A única língua que estudei com força foi a portuguesa.
Estudei-a com força para poder errá-la ao dente

As línguas e culturas trocam genes, porque as tradições não são mônades, não se anulam, como escreveu Daniela Marcheschi, em *Prismas e Poliedros* (2004: 30-34) compõem-se como estratos, sobrepõem-se como finas folhas transparentes para criar novas configurações, figurações, imagens, desenhos que são o reflexo de cada povo, das estratificações históricas, de cada um e da sua forma de intervenção no mundo que cria por sua vez outras combinações.

No grande espaço da lusofonia, a palavra poética, na sua liberdade, é permeável às influências do lugar e também à escuta das palavras poéticas dos outros poetas lusófonos, modificando a língua. Deve-se a Camões, a Drummond, a Craveirinha, a Pessoa ou a Cabral de Melo Neto, a Hélder como a Arménio Vieira. Na criação poética, artística, não há as dúvidas, desconfianças, avanços e recuos das políticas e dos conceitos que se desdortinam, escondem ou espreitam da lusofonia. O seu trabalho conjunto, a sua fecundação contínua, essa é a lusofonia. Através da reinterpretação da língua, os autores encontram uma própria geografia do corpo, uma viagem em direção à representação do coração e da alma, a “sua” profunda, de ser moçambicano, brasileiro, português, angolano..., e dos outros seres que simultaneamente o habitam: o africano, o europeu, o brasileiro, o sul-americano, o novo, o velho e o enérgico. As palavras são criação e reflexo desse “instinto do eu” e “instinto de nacionalidade” que são criação de um velho-novo mundo, expressão de um sentir original ao serviço de uma missão singular – a da fixação da identidade, qualquer que ela seja. De facto, a autenticidade tem de ser procurada no próprio uso da língua, onde reside o carácter às vezes doloroso do que se herda e do que se é: o de ser uno em ser muitos em tantas maneiras.

Coloca-se, assim, em cena o diálogo produtivo das tradições, numa espécie de grande desenho feito de esboços sobrepostos em transparências,

de contribuições ou potencialidades latentes de pais diversos acolhidos num próprio circuito biológico-simbólico-pulsional. As várias tradições que compõem a história, e que são um instrumento cognitivo importante, não têm a ver só com o passado, como intuiu Ernst Robert Curtius (2010), mas também com a sobrevivência do futuro.

A língua permite a truculência, o potenciamento da dotação genética, e é na existência do latente, da flexibilidade da língua portuguesa entendida como própria por todos, não imposta, que reside a sobrevivência e importância da nossa língua no panorama de hegemonia de determinados blocos linguísticos e as tendências descaracterizadoras e os subjetivismos exasperados que colocam em causa as nações e os homens. Os autores empreendem a via de um enriquecimento externo (com adição de lexemas, incorporação de novos substantivos, adjetivos e verbos de diversas proveniências) e interno da/s língua/s (com a efetivação das suas virtualidades e atualização das potencialidades próprias). É um jogo com a linguagem que inclui inevitavelmente o outro, o receptor que usufrui e prolonga a fruição. A criatividade linguística torna-se, desta forma, um verdadeiro espaço de comunicação e de intra e inter-compreensão nas várias comunidades lusófonas, o lugar do diálogo bakhtiniano (Bakhtin, 1968).

O espaço da lusofonia reside, assim, na possibilidade potenciadora que os falantes, criadores, intelectuais e comunicadores derem ao português como “uma língua apta, rica, gramaticalmente completa e fortemente nacional, e o aparecimento de homens de génio literário escrevendo nessa língua e ilustrando-a”, como escreveu Fernando Pessoa no prefácio a *O Quinto Império*, de Augusto Ferreira Gomes (Pessoa, 1979: 80).

São os homens de cultura, os homens de génio de Pessoa e não a elite atávica, medíocre e invejosa, que criam o império da língua, estando eles onde estiverem. No entanto, como também escreve Mía Couto, não se deve perder o valor da palavra, que parece hoje despida da dimensão poética e que não carrega nenhuma utopia sobre um mundo diferente (Couto, 2011: 22). A lusofonia só existe se a língua portuguesa for usada como instrumento de ideias, de invenções e sonhos. Homem e ideias carecem de poesia e a poesia no espaço lusófono faz-se na liberdade da língua, no que o poeta Manoel de Barros (2011: 7) designa de nova língua do “Absurdez” que se fala e escreve e emancipa:

Escrever em Absurdez faz causa para a poesia
 Eu falo Absurdez
 Me sinto emancipado.

Mário Vargas Llosa (2006: 213) alerta precisamente para a irresponsabilidade de se experimentarem em campos como a política mágicas substituições de sentido e conteúdo, de aparência incólume, que fazem da vida ilusão e distanciamento da realidade. A desvalorização da linguagem priva o homem da credibilidade e do sonho, correndo o risco de ao aceitarmos “impurezas, contradições, mitos e armadilhas” ver fracassar o ideal de modernidade. Aquele que Fernando Pessoa advogava em *O Caso Mental Português*, acusando as elites de se desvirtuarem das suas funções de expressar ideias, de dar conteúdo com o auxílio crítico da inteligência ou da cultura (Pessoa, 2007: 31-34).

Como sonham a lusofonia os poetas, os escritores, os homens das letras dos vários países que a constituem? Como espaço em que a língua é *permeável*, da *permeabilidade magnética e seletiva* que caracteriza as tradições em contacto, existindo *em potência*, pois feita de partículas elementares da qual outras partículas maiores são compostas (existindo em potência, latentes, no interior da língua, ganham determinada energia, quer através do tempo, quer através do espaço, pelo trabalho do artista, fazem-se “namoros de língua”, como lhe chama Mia Couto (2005: 26), por isso, existe em “com-possibilidade”, como *propagação* (de ideias, de cultura, de laços de proximidade), de *aprendizagem*, ontológica. Trabalhada na expressão, no sentido de Ezra Pound (1968: 41-57) que exorta o poeta a levar a palavra ao grau mais alto de expressão. E de *compromisso*, *ligando expressão e conhecimento*, de artistas e intelectuais com a realidade e não com a mera atualidade, com a atenção e concentração que Pessoa defendia, como a técnica do entrançador de tabaco de Herberto Helder (1987: 12).

A língua do sonho para os poetas lusófonos e para os seus leitores é a língua sem fronteiras que faz sonhar e refletir todos de diferentes formas, em diversos lugares do mundo, não como devaneio lírico, mas como uma verdadeira concretização poética.

Se a Lusofonia é um sonho, quem é o sonhador?

Referências

- AGER, D. (1996). *'Francophonie' in the 1990's: Problems and Opportunities*. Clevedon: Multilingual Matters.
- ALMEIDA, M. V. (2000). *Um Mar da Cor da Terra. "Raça", Cultura e Política da Identidade*. Oeiras: Celta.
- BAKHTIN, M. (1968). *Dostoevskij – Poética e Stilística*. Torino: Einaudi.
- BARROS, M. (2011). *Poesia Completa*. Lisboa: Caminho.
- CERQUIGLINI, B. (2008). Avant-propos. In P. A. Ndao (ed.), *La Francophonie des Pères Fondateurs* (pp. 5-6). Paris: Éditions Karthala.
- CRISTÓVÃO, F. (2003). Os três círculos da lusofonia. *Ciberdúvidas da Língua Portuguesa*: Disponível em <http://www.ciberduvidas.com/lusofonias.php?rid=102>. Acesso em 15/12/2013.
- CRISTÓVÃO, F. (2013). Geopolítica da Língua. *Observatório da Língua Portuguesa*. Disponível em <http://observatorio-lp.sapo.pt/pt/geopolitica/reflexoes/geopolitica-da-lingua-1>. Acesso em 15/12/2013.
- CURTIUS, E. R. (2010). *L'Abbandono della Cultura*. Torino: Nino Aragno Editore.
- DONZELLI, A. (2012). The Fetish of Verbal Inflection: Lusophonic Fantasies and Ideologies of Linguistic and Racial Purity in Postcolonial East Timor. In S. Bahun & D. Radunovic (eds.), *Language, Ideology, and the Human: New Interventions* (pp. 131-158). Burlington-London: Ashgate.
- HÉLDER, H. (1987). *Photomaton e Vox*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- LLOSA, M. V. (2006). *Dicionário Amoroso da América Latina*. Rio de Janeiro: Ediouro Publicações.
- MARCHESCHI, D. (2004). *Prismas e Poliedros – Escritos de Crítica e Antropologia das Artes*, Marinho Antunes, L., Figueiredo, F. (trad). Funchal: Atlântida Editores.
- MORICONE, I. (2004). Prefácio. In M. A. Motta, *Desempenho da leitura: sete ensaios de literatura portuguesa* (pp. 9-12). Rio de Janeiro: Editora 7 Letras.
- PESSOA, F. (2007). *O Caso Mental Português*. Almargem do Bispo: Padrões Culturais Editora.
- PESSOA, F. (1979). *Sobre Portugal – Introdução ao Problema Nacional*. Lisboa: Ática.
- POUND, E. (1968). The serious artist. In E. Pound, *Literary Essays of Ezra Pound* (pp. 41-57). New York: New Directions Publishing Corporation.
- ROMERO, S. (1902). *O Elemento Português*. Lisboa: Tipografia C. Nacional Editora.
- SARAIVA, A. (2000). *Conversas com Escritores Brasileiros*. Porto: Congresso Portugal-Brasil.
- SENA, J. (2005). *Poesia e Cultura*. Porto: Edições Caixotim.
- TODOROV, T. (1995). *Le Morali della Storia*. Torino: Einaudi.

LIMINARIDADE E DESCENTRAMENTO: IDENTIDADES LUSÓFONAS E SUAS NARRATIVAS

LIMINALITY AND DECENTERING: LUSOPHONE IDENTITIES AND THEIR NARRATIVES

Luís Cunha *

INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIVERSIDADE DO MINHO, CRIA
lmcunha@ics.uminho.pt

Resumo:

As discussões sobre lusofonia tendem a privilegiar a ideia de convergência. Do que se trata, frequentemente, é de dar destaque a um conjunto de traços culturais que aproximariam povos diferentes. Neste artigo defende-se que também os traços divergentes ou conflituosos são essências na compreensão da lusofonia. Do que se trata é de pensar este conceito a partir da ideia de fronteira. A liminaridade e a intersticialidade surgem, então, como critérios definidores de uma categoria ambígua. Enquanto projeto, a lusofonia surge não como produto de uma tecnologia produtora de uma identidade consolidada (Estado-nação) mas como produto de um processo de *bricolage*.

Palavras-chave: Identidades sociais, fronteira e liminaridade, narrativas, lusofonia.

Abstract:

Discussions on lusophony tend to emphasize the idea of convergence. The point is often to highlight the set of cultural traits that would bring different people. The aim of this paper is to argue that the divergent or conflicting traits are also essential to understand lusophony. If we think about lusophony from the concept of boundary, liminal and interstitial spaces become the most important criteria for the definition of this ambiguous category. As a project, lusophony is not the result of a specialized technology in the production of consolidated identities (Nation-State) but the result of a *bricolage* process.

Keywords: Social identities, boundary and liminality, narratives, lusophony.

* Antropólogo. Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho. Centro em Rede de Investigação em Antropologia.

Oscilando entre uma utopia de comunhão benigna e as sombrias ruínas de um império que de algum modo persiste na imaginação e no delírio que sempre a caracterizou, a lusofonia revela-se um objeto inequivocamente ambíguo. Não há nessa ambiguidade um defeito de forma, pode até dizer-se que é o contrário que sucede: os seus contornos parecem limpos de arestas, de tal modo que quando se evoca a lusofonia parece dispensável clarificar aquilo de que se fala. A dificuldade não está, portanto, no modo como desenhamos o objeto na nossa imaginação mas na multiplicidade de desenhos que a lusofonia permite. Não há nesta pluralidade nada de novo. Eduardo Lourenço (1999: 177) há muito a notou e sublinhou, mas vale a pena retornar à questão, procurando ver nessa polifonia algo mais que um atributo ou traço descritivo, dando-lhe outro destaque, posicionando-a no centro do debate sobre lusofonia.

Neste debate têm predominado diferentes e desarticuladas vozes, enunciando, a partir da história e dos afetos a que dão nome e conteúdo, avaliações seguras, todas elas convictas da justeza do que propõem. Podemos ver na lusofonia uma anacrónica atualização de um delirante sonho de uma Idade do Espírito Santo? Porque não? Basta que se recorra a palavras temperadas ao sabor do tempo que vivemos para que o inadequado misticismo ceda lugar à confiança em algum *lusitano destino*. Podem, do mesmo modo e com igual desenvoltura, ser esboçados outros desenhos convincentes da natureza da lusofonia e das intenções lusófonas: ameaça neocolonial num mundo que se imagina pós-colonial; pragmático projeto de potenciação de uma língua comum; pretexto para iniciativas desportivas ou culturais em regime transnacional; expressão de afetos nascidos de contactos seculares. Estes são apenas alguns dos sentidos atribuídos à lusofonia, todos eles contendo algo de inquestionável: narrativas relativamente claras, ajustadas à leitura de quem enuncia, ao lugar e à circunstância de enunciação. O exercício que importa fazer será, então, o de pensar criticamente os contornos excessivamente definidos dessas diferentes figurações. Nesse sentido, proponho-me, nesta ocasião, pensar a lusofonia a partir da ideia de *fronteira*, relevando a *liminaridade* e *intersticialidade* como critérios enriquecedores de um debate que permanece em aberto.

Ao invés de grandes sínteses, em que facilmente se incorre quando se pensam, em abstrato, as relações coloniais ou pós-coloniais, o entendimento da lusofonia sai favorecido quando se opta por uma perspetiva que

cruza diferentes escalas de análise. Enquanto discurso exemplar acerca da incerta matéria que pela imaginação pode unir as comunidades (Anderson, 1991), a lusofonia opera, inevitavelmente, com essas diferentes escalas. Por exemplo, é usando diferentes escalas que pensamos, por um lado, a transversalidade da língua e, por outro, cada interação histórica singular vivida por populações dispersas por vários continentes. Dir-se-á que este é um exercício trivial e pouco fecundo, que olhada enquanto discurso a lusofonia não se distingue de outras narrativas identitárias, umas de maior amplitude e alcance, outras mais circunscritas, mas todas elas operando com escalas que vão do âmbito local ao supranacional. Assim é, de facto. Qualquer identidade social nasce de uma partilha reconhecida, seja ela territorial, linguística ou histórica. Esta partilha é alimentada de múltiplas formas, que convergem, em última instância, num efeito de comunhão dos sujeitos, observável tanto na defesa da solidariedade devida no seio da família como na expectável emoção desencadeada pelos acordes do hino nacional. Isto não significa, bem entendido, que essa convergência seja consensual e não conflituosa. Não só a *representação legítima* é um espaço de disputa, como nas práticas sociais quotidianas se convocam diferentes expressões de comunhão, que podem ir da família ao sentimento europeu, passando pela região, pela nação ou pela lusofonia. Não basta dizer, porém, que as identidades sociais operam com múltiplas escalas; é importante perceber o modo diferenciado como se constroem, ou seja, os instrumentos formais e informais com que contam para se legitimar. Define-se assim um nível de diferenciação que é simultaneamente técnico – os instrumentos e a tecnologia disponível são variáveis – e ideológico – as narrativas que se convocam para legitimar pertenças são, também elas, diferentes.

Ao propor que olhemos a lusofonia a partir desta linha de argumentação, pretendo dar destaque aos modos específicos de construção e de legitimação das narrativas que veem a lusofonia como expressão de pertença real ou imaginada, desejada ou indesejada. Neste sentido, atrevo-me a enunciar uma hipótese sob a forma de metáfora: na medida em que recorre menos a dispositivos instrumentais sofisticados ou de eficácia comprovada, como aqueles de que os estados-nação dispõem, do que a um modelo casuístico de colagem de fragmentos a que só a interação dá sentido, a lusofonia não é uma *máquina* mas um *artefacto*, ou seja, a sua configuração não decorre de uma tecnologia integrada mas antes de uma

lógica de *bricolage*¹. Esta hipótese e, mais ainda, a metáfora que a sustenta, carece de explicação, mas antes de ensaiar essa explicação, permito-me fazer notar ao leitor menos atento que ao propor este olhar sobre a lusofonia a coloco perante a evocação de uma *exceccionalidade*². Faço este sublinhado porque a ideia de exceção facilmente nos soa a caminho percorrido e repisado, na verdade a algo que parece assomar de cada vez que nos propomos pensar aquilo que somos ou imaginamos ser. Encontramo-la, desde logo, e em diferentes modulações, quando se pensa a *portugalidade*. Desde a evidência da vocação atlântica enunciada por Zurara (1915: 20) – “ca nos da hu a parte nos cerca o maar e da outra temos muro no reino de Castella” – ao enimesmamento identitário denunciado por Eduardo Lourenço (1983: 17) – “o nosso problema nunca foi o da *identidade* mas o [...] da *híper-identidade*”, passando pelo peso da “não-inscrição portuguesa [que] difere das outras de outros países”, tal como defende José Gil (2004: 15), entre tantos outros possíveis exemplos.

Podemos encontrar a afirmação de uma exceccionalidade idêntica nos terrenos seguramente mais instáveis e ambíguos da narrativa lusófona, quer a convoquemos a partir da literatura, pensando, por exemplo, em Fernando Pessoa; da filosofia, lembrando Agostinho da Silva; da sociologia, convocando Gilberto Freyre, ou até a partir do salvífico misticismo que encontramos no Padre António Vieira. Duas notas se impõem a propósito desta tão constante evocação de exceccionalidade. Por um lado, algo que parece evidente e inevitável ainda que pouco exercitado entre nós: a comparação, ou seja, a necessidade de confrontar essa suposta exceccionalidade com narrativas paralelas ou de idêntica natureza. Sem entrar aqui numa discussão semântica (cf. Vecchi, 2010: 17), direi apenas que a configuração de uma exceccionalidade implica um distanciamento ou uma exclusão face a uma norma ou regra. A não ser assim, o que se tem por exceção não seria senão a enunciação particular de um fenómeno geral, o

1 Uso aqui este conceito num sentido próximo ao definido por Lévi-Strauss (1962: 26 ss.): a *bricolage* intelectual, com que se propôs refletir sobre o pensamento mítico, torna-se aqui na expressão de ideias, valores e afetos, feita a partir de uma composição de materiais heteróclitos, dispersos e, eventualmente, contraditórios.

2 É justamente a partir desta ideia de *exceccionalidade* que Roberto Vecchi (2010: 18) trabalha, seguindo uma hipótese fecunda: “a exceção é uma chave poderosa – a meu ver, em toda a sua ambiguidade cortante – de apreensão do movimento que Portugal realizou ao longo da sua história”.

que, naturalmente, reconduziria o *excepcional* ao *banal*³. A outra nota, que se cruza com a primeira, prende-se com a eficácia variável das narrativas naquilo a que poderíamos chamar, na linha de Foucault, a *produção da verdade*. Procurando colocar a questão de uma forma simples, direi que a crença na excepcionalidade se sobrepõe à factualidade, dispensando a verificação objetiva da sua existência. A acumulação secular de narrativas que defendem e garantem a exceção foi suficiente para que essa exceção, eventualmente inexistente fora de uma imaginação singular, se tivesse tornado *real*, quer dizer, *verdadeira* enquanto produto reproduzível na imaginação coletiva. Raciocínio aplicável, bem entendido, tanto à excepcionalidade do país enquanto expressão de portugalidade quanto àquilo que extravasa as suas fronteiras. A vocação de império, a singularidade do exercício colonial ou algumas interpretações da lusofonia são ilustração desse estar para lá do país sem verdadeiramente dele sair; formas de redesenhar, num espaço mais amplo, um projeto político e uma ambição cultural que se legitima pela convicção de excepcionalidade (Martins, 2014: 25-26).

Volto agora à questão da diferença de escala e à metáfora a que recorri para formular uma hipótese de trabalho. Servi-me dessa metáfora para propor uma distinção entre os instrumentos e a forma de discussão e de construção de uma hipotética identidade lusófona por relação a outros regimes identitários. Quanto à diferença de escala, como atrás se disse, ela resulta evidente logo que pensamos as identidades coletivas num plano local, regional ou nacional, o mesmo sucedendo quando passamos da nação a entidades transnacionais mais ou menos estruturadas. Estes planos identitários são todos eles importantes, ativando diferentes referências de pertença de acordo com os momentos e circunstâncias específicos. Isto não significa, evidentemente, que se equivalham. Ainda que com notórias variações, pode dizer-se que nos últimos dois séculos o sentido de pertença a um estado-nação constituiu uma referência fundamental das identidades sociais. Pertença ensinada a partir de um conjunto de instrumentos e de procedimentos que configuram uma *tecnologia*, uma máquina eficaz. Dela

3 Aquela que provavelmente se tornou a obra de José Gil mais conhecida e citada, *Portugal, o medo de existir*, é um exemplo particularmente expressivo de como a ausência de comparação fragiliza fatalmente todo o argumento do autor. Trata-se de uma ausência a que o próprio José Gil alude sem retirar daí a devida consequência: boa parte do que diz não faz sentido senão como caricatura ou anedota.

faz parte a escola mas também o mapa político; a bandeira bem como o *corpus* jurídico que sustenta os direitos de cidadania; o recrutamento militar do mesmo modo que um sistema tributário unificado.

Podemos pensar a lusofonia num plano de convergência com as identidades nacionais, pelo menos na medida em que em ambos os casos se propõe o reconhecimento no *outro* de algo de que o *mesmo* comunga – uma língua, uma cidadania, uma cultura... A lusofonia não conta, no entanto, com nenhum dos instrumentos formais ou mesmo informais a que aludi: não é ensinada na escola, não tem uma bandeira, não define direitos de cidadania nem recruta militares. É outra a sua lógica interna e capacidade de mobilização, mas é diferente, também, o seu modo de gerar reconhecimento. Argumento, então, que a diferença entre estes regimes identitários (Estado-nação *versus* lusofonia) se sedimenta não só na tecnologia de que cada um deles dispõe, mas também na forma como operam. Assim, no que diz respeito às *narrativas lusófonas*, defendo que elas ocupam espaços intersticiais, ou seja, espaços deixados vagos ou insuficientemente preenchidos por outras narrativas. Tais espaços possuem características liminares, favorecendo, simultaneamente, o confronto e a cooperação, tal como sucede em qualquer espaço de *fronteira*⁴. Por outro lado, no que diz respeito aos *processos*, a lusofonia convoca mais a ideia de *bricolage* que a de uma tecnologia estruturada. Como já disse, entendo por *bricolage* uma combinação difusa mas pragmática de objetos heteróclitos. Cada um desses objetos tem um sentido específico que, todavia, se pode transfigurar no processo de composição. Se a composição é a narrativa, em torno da qual se define um sentido reconhecido, os objetos utilizados são de diferente natureza: memórias partilhadas a partir de uma história comum; circunstâncias particulares de sentido transversal, como pode ser a experiência migratória; circulação de conteúdos culturais, que podem ir das palavras à gastronomia, passando pela arte ou pela religião. É ainda importante ter em conta que o modo como esses objetos heteróclitos se combinam não vai sempre no sentido de uma convergência. Ao contrário:

4 Noutro lugar (Cunha, 2007: 156), procurei pensar a fronteira não tanto como um marcador de descontinuidades mas sobretudo como um lugar de liminaridade, caracterizado por identidades difusas, em que a presença permanente de um *outro* dialoga com a fidelização a uma identidade que não deve ser discutida. Essa tensão existe também no confronto entre diferentes narrativas lusófonas.

estruturada em relações de fronteira, a vitalidade da lusofonia depende tanto do consenso como do dissenso. A tentação da linearidade, por exemplo através da contraposição entre narrativas coloniais e pós-coloniais, revela-se, por isso, desajustada ao melhor entendimento da lusofonia.



A lusofonia não reporta a uma *identidade* à maneira da que é configurada pela nação, do mesmo modo que a *comunidade lusófona* não é uma comunidade imaginada nos termos em que Benedict Anderson propõe tal conceito. É outra a sua natureza e, atrevo-me a dizer, outra a sua *função*⁵. Toda a identidade coletiva, entendida aqui como legitimação de uma pertença, se sustenta em narrativas reconhecíveis e partilhadas. Neste sentido, pode dizer-se que uma identidade será tão mais forte quanto mais consolidado e aceite for o feixe de narrativas que a sustentam. Resulta daqui uma dificuldade: se, como defendo, a lusofonia se distingue pela heterogeneidade e carácter heteróclito dos elementos narrativos que a compõem, que consistência lhe podemos atribuir? A questão pode ser formulada de outra forma: aceitando a ideia de que o entendimento da lusofonia varia de acordo com o contexto que a define e pensa, essa pluralidade, que estilhaça o conceito, permite a sua recomposição ou dissolve-o definitivamente? Da resposta dependerá a própria *utilidade* da lusofonia como conceito pensável no âmbito dos debates sobre colonialismo e pós-colonismo. Falta-nos aqui, evidentemente, o confronto com outros sistemas coloniais e sua reconfiguração pós-colonial, de que podem ter resultado figuras como a *francofonia*, a *hispanidade* ou a *Commonwealth*. Em todo o caso, deixando de lado essa limitação, reencontramo-nos aqui com o debate da excecionalidade. Boaventura Sousa Santos (2001: 26) não rejeita a ideia de exceção, mas recusa ver nela as razões essencialistas demasiadas vezes evocadas. Na sua

5 Embora vinculado a uma interpretação demasiado linear e reativa da lusofonia, Alfredo Margarido (2000:12) acerta ao contrapor *portugalidade* a *lusofonia*: “a primeira é o resultado de uma oposição constante aos espanhóis (...) ao passo que a lusofonia seria a consequência quase passiva da expansão e da banalização da língua”. Neste sentido, julgo poder dizer que ao confronto binário que a *portugalidade* suscita, corresponde uma ideia mais complexa, a de circulação em rede, quando falamos de lusofonia.

perspetiva, é nas características do colonialismo português, determinadas pela história, nomeadamente a sua subalternidade, dramaticamente evidenciada aquando do *ultimatum* no final do século XIX, que deve ser buscada a raiz dessa excecionalidade. Abstenho-me, nesta ocasião, de aprofundar este argumento (cf. Cunha, 2011), sendo importante, no entanto, sublinhar que esta deslocação de foco é decisiva, pois permite pensar o colonialismo português como intrinsecamente *descentrado*, surgindo a narrativa pós-colonial, incluindo algumas faces da lusofonia, inevitavelmente marcada por esse descentramento.

Ainda que sem a ambição de profundidade devida ao tema, vale a pena considerarmos aqui o lusotropicalismo como ilustração desse descentramento a que acabei de me referir⁶. Na origem, e na primeira fase do trabalho de Freyre, o conceito tinha um âmbito bastante mais limitado, mesmo em relação à totalidade do território brasileiro. Por outro lado, se lhe podemos atribuir uma leitura política, esta orientava-se para o Brasil, contrariando o pessimismo dos que viam a miscigenação brasileira como obstáculo intransponível ao desenvolvimento do país. Tratava-se, neste sentido, de uma narrativa produzida num registo pós-colonial, ressaltando aqui o anacronismo do conceito. Uma narrativa descentrada relativamente à *cabeça do império* desfocada quanto ao modo como esse império – imaginado, já o dissemos – se podia pensar. A história subsequente do lusotropicalismo mostra, justamente, a fragilidade desse império como centro produtor de sentidos históricos e culturais validados e aceites. Na verdade, é recorrendo a essa narrativa periférica e pós-colonial que o colonialismo procura sustentar-se face às críticas internacionais. Dizendo de outra forma, neste caso o *centro* alimentou-se da *periferia*, recompondo em seu proveito uma narrativa circunstancialmente conveniente. O seu uso, numa altura em que os sistemas coloniais europeus declinavam irremediavelmente, mostra também a incapacidade de Portugal se perspetivar numa lógica pós-colonial, quer a pensemos no registo benigno da integração das periferias na economia-mundo, quer a encaremos, criticamente, como reformulação neocolonial.

6 Cláudia Castelo (2000) oferece-nos uma panorâmica bastante detalhada do modo como o conceito foi divulgado entre nós e do modo como se foi tornando referencial na argumentação de legitimação da fase final do nosso colonialismo.

De um lado um Portugal que se imagina império, do outro um Brasil que há já muito anos rompeu os laços coloniais; entre ambos o lusotropicalismo, uma narrativa talhada para o sucesso, ainda que por razões diferentes, em cada um dos espaços. Se no Brasil deu força e legitimidade à fantasia de uma verdadeira democracia racial, em Portugal mascarou a agonia da reta final do colonialismo, projetando uma outra fantasia, a da criação de novos *Brasis*, nomeadamente em África. Julgo ser útil olhar esta narrativa na sua capacidade de ajustamento a espaços intersticiais, no sentido em que acima os defini, mas que à luz desta ilustração podem ser mais bem entendidos. Não devemos ver na ideia de lugar intersticial um espaço vazio, como poderia ser a desocupada *terra de ninguém* que confronta duas fronteiras políticas. A ideia mais forte, ao contrário, é a de ambiguidade e indistinção; lugar fecundo para a imaginação, povoado de sombras e de fantasmas, atravessado por sonhos e por fantasias. Território de cruzamento e de passagem, nele convergem palavras e imagens que são como fios dispersos sobre os quais a narrativa trabalha, urdindo-os de forma a dar-lhes sentido. Pensemos ainda na narrativa lusotropical, no modo como é elaborada, como se sedimenta e transfigura. Proveniente da cepa senhoril pernambucana, de que nos fala Gilberto Freyre em *Casa Grande e Senzala*? Seguramente de uma realidade histórica, sendo que esta é lida e interpretada, como não podia deixar de ser, a partir de um lugar social concreto. Estamos sempre perante o autor e as suas circunstâncias, dir-se-á, mas neste caso pesa decisivamente a especificidade do lugar, num Brasil tão diverso em si mesmo. Se Freyre escreve a partir de um lugar concreto e com base numa história circunscrita a uma parte do território, de que forma se universalizam os seus argumentos? Pretendo argumentar que não é aquela específica leitura de um passado, ademais circunscrito a um lugar e tempo histórico bem determinado, que garante o sucesso da narrativa que propõe, mas antes aquilo que a complementa. Algo que é exterior, pelo menos de início, ao argumento de Freyre, mas que se encontrava disponível enquanto estrutura de significação. Falo, naturalmente, dessa teia de fios dispersos, feita de palavras e de imagens, de fragmentos soltos, pedaços de história que se reconhecem e valorizam. É essa estrutura difusa e intersticial que permite a um descendente de fazendeiros pernambucanos ver na obra dos seus antepassados a marca de uma *cultura* distante, como é defendido em *Casa Grande e Senzala*, do

mesmo modo que é a densificação dessa teia que permitirá chegar a *O Mundo que o Português Criou*, ou à arrojada premonição da emergência de uma raça lusotropical, como se pode ler em *O Luso no Trópico*⁷.

Não há, neste novelo difuso, um *centro*, apesar do lugar de destaque atribuído a Portugal, por exemplo em *O Mundo que o Português Criou*. Eduardo Lourenço, que de forma bastante ácida criticou o lusotropicalismo de Gilberto Freyre, enunciou esta ideia com acerto: “o espaço da lusofonia, não tanto no seu óbvio sentido *linguístico*, mas como espaço cultural, é um espaço senão explodido, pelo menos *multipolar*, intrinsecamente *descentrado*” (Lourenço, 1999: 188). Pela minha parte, acrescentaria a este *descentramento a ambiguidade*. É ela que permite a convergência entre o sonho imperial e a sua negação. Falo de um mecanismo complexo, mas ao mesmo tempo dúctil e adaptativo. As práticas de vigilância e de controlo, bem como a disciplina do corpo pelo trabalho, possuíam uma eficácia prática, sofrendo, ao mesmo tempo, uma rejeição teórica. Desta forma, dispensava-se a existência de legislação *formalmente racista*, substituindo-a por um mecanismo regulador de acesso à cidadania plena. Do mesmo modo, negava-se a proximidade do trabalho forçado à escravatura, atribuindo-lhe um sentido comunitário, civilizador e até evangélico, por exemplo através da defesa da dignificação pelo trabalho. A eficácia desta forma de *biopoder* (Foucault, 1997: 256ss.) dependia, em boa medida, de um discurso de *exceção* e seu reconhecimento. É em virtude dessa excecionalidade que quaisquer comparações, quer com outros colonialismos quer com outras experiências históricas, só pode ser feita orientando o foco de análise num sentido preciso, exatamente aquele que hipotrofia as debilidades do colonialismo português (Vecchi, 2010: 55). Também neste aspeto a solução encontrada por Freyre merece ser recordada. Face à colonização nórdica e protestante, racional e distanciada dos colonizados, o europeu hispânico, dispondo de menos meios, segue outra atitude: “condicionado, na maioria dos casos, pela situação de analfabetos ou quase-analfabetos (...) [segue] uma atitude como que franciscana (...) de confraternização

7 Eis a premonição em discurso direto: “talvez se esteja a desenvolver em todo o mundo luso-tropical um tipo de homem com tendências – repita-se – para moreno, nas suas predominâncias de cor, e talvez próximo do mediterrânico, por um lado, e, por outro, do árabe ou do indiano, nas suas formas mais características de corpo. Talvez venha a ser chamada um dia ‘raça’ – raça luso tropical” (Freyre, 1961: 80).

com os indígenas, com os seus valores de cultura e com a natureza vegetal ou animal dos espaços quentes” (Freyre, 1961: 247). O defeito torna-se virtude por força de um *feitio* de alma que transcende espaço e tempo.

*

O «Portugal do Minho a Timor» não é pensável nem concebível como um império idêntico aos demais. É num outro plano que o devemos situar, conjugando realidade e irrealidade. Tem forma e conteúdo, ocupa território e governa pessoas, mas parece estar sempre para lá dessa materialidade. Importa pouco que uns vejam nele o anúncio de um Quinto Império enquanto outros sublinham como de tão escassos meios nasceu um colonialismo de face humana. O que importa, afinal, é a crença na exceção e a forma como essa crença rege as narrativas que prefiguram sentidos. Por esta razão, quando passamos do sonho do império às narrativas pós-coloniais, não mudamos, verdadeiramente, de registro. A ambiguidade mantém-se, gerando adesão em alguns casos, tal como no passado sucedia com os que acreditavam na vocação civilizadora do país e das suas gentes, mas gerando também visceral rejeição, equiparável à que sentiam aqueles que se distanciavam da *lusa communitas*. No presente, esta tensão entre adesão e rejeição reajustou-se ligeiramente, passando a opor o sonho nostálgico de uma comunidade alargada que se imponha num mundo globalizado ao temor da recuperação das velhas fantasias lusocêntricas. Para perceber como se governa a tensão entre estes sinais contraditórios é necessário regressar às ideias de intersticialidade e de *bricolage*, conceitos cuja importância neste debate decorre do carácter multipolar e descentrado daquilo a que se chama lusofonia.

Ao não se conseguir afirmar como centro, Portugal vincula-se a um conjunto de atos, mas também de artifícios, que se sedimentam na palavra e em práticas quotidianas⁸. Trata-se de um exercício que pode passar tanto

8 Seria importante discutir o que devemos entender aqui por *Portugal*. Diria que demasiadas vezes o nome é usado *ad libitum*, ora remetendo para uma totalidade que engloba todos os portugueses e lhe atribui determinadas características, ora evocando um território com uma história e identidade próprias, ora ainda recorrendo a acrílicos procedimentos metonímicos que tomam a parte pelo todo. Quero com isto dizer que não discuto aqui algo que, no entanto, importaria discutir: quem se vincula aos atos, quem gere os artifícios, quem tem acesso legítimo à palavra.

por discursos laudatórios da nossa exemplar relação com os trópicos, como na defesa do envolvimento institucional em plataformas *lusófonas* dedicadas às artes, à formação académica ou aos negócios. De um ponto de vista analítico podemos, com algum rigor, separar diferentes campos de elaboração de narrativas lusófonas, percebendo diferentes agentes, estratégias e objetivos. No entanto, do ponto de vista da perceção do objeto, o que resulta é a interpenetração das várias esferas. Por exemplo, se pensarmos na esfera económica e empresarial, facilmente encontramos exemplos de um deslocamento de uma racionalidade estritamente económica para argumentos de base afetiva, que sublinham uma suposta capacidade de integração dos portugueses em contextos não europeus, o que é apenas a reformulação da velha *adaptabilidade* e *aclimatibilidade* lusotropical. A junção de elementos heteróclitos e, em alguns casos contraditórios faz-se, como argumentei, através de uma hábil *bricolage*. O seu sucesso não é garantido, mas mesmo nos casos em que se assiste a um desgaste dos argumentos o dispositivo nunca colapsa totalmente, na medida em que as *peças* que o compõem são recicláveis. Para continuarmos no exemplo do lusotropicalismo, repare-se como ele contribui decisivamente para a persistência do mito da democracia racial no Brasil, ainda que a evidência social a negasse. Fê-lo, justamente, colando fragmentos distintos, peças soltas que compuseram um quadro coerente e convincente. Colapsou inteiramente? Será justo e acertado dizer que as críticas portuguesas e brasileiras às ideias de Freyre, que tão fortemente marcaram a década de 1980, desconstruíram o mito? Se assim foi, como explicar a recuperação, na última década, da sua figura e obra, processo tão evidente quanto as críticas o haviam sido? Será isso suficiente para falar em reconfiguração do seu pensamento?

São demasiadas perguntas e excessivamente complexas para o que resta deste artigo. Não terei a ambição de lhes dar resposta, mas procurei, ainda assim, definir e justificar uma linha de investigação que me parece proveitosa. Vejo na literatura um território pouco vigiado, quando contrastado àquele em que o ensaio académico se produz e circula. Parece-me, por essa razão, um universo capaz de dar respostas a algumas das perguntas formuladas, ou, pelo menos, suscetível de alargar este debate. Hegel apontou a leitura do jornal como a prece matutina da época moderna, atribuindo à leitura do romance a função de prece noturna (cf. Fortini,

1998: 185). Certamente que hoje o diria de forma diferente. Talvez visse na televisão ou na *internet* o objeto da prece de todas as horas; talvez duvidasse da vitalidade do jornal no seu formato tradicional; talvez desconfiasse de uma tão liberal designação de literatura, onde cabe, de igual modo, a grande arte e o produto efêmero que não merece um cordel dos antigos. O romance, ou, de um modo mais abrangente, a narrativa ficcional, continua, em todo o caso, a desempenhar um papel importante na vida das sociedades. Se o sentido de pertença a uma nação já não se reforça através do romance histórico, ao jeito oitocentista, a imaginação e os afetos continuam sendo alimentados pelas histórias que os livros encerram. Afinal, “não há forma cognitiva mais adequada à cartografia das complexidades do coração do que a cultura artística” (Eagleton, 2000: 71), ou então, dizendo de outra forma, mais aproximada àquilo que aqui propomos, a literatura ajuda a ligar os fios que compõem a rede de significações a que Geertz (1973: 88) chamava *cultura*. São esses fios e a teia que compõem e que constantemente se faz e refaz, que aqui me propus trazer a debate. Também o conceito de espaços intersticiais me parece adequado para abordar a narrativa literária, sobretudo se o *corpus* analítico for construído tendo em mente esse fator.

Noutro lugar (Cunha, 2011), procurei explicar os critérios de constituição de um *corpus* analítico e alguns resultados preliminares. Usei dois critérios fundamentais. Por um lado um critério de natureza temporal, que permitisse assegurar uma matriz basicamente pós-colonial – os textos selecionados para análise devem ter uma data de publicação posterior a abril de 1974. O outro critério tem diferente natureza, procurando assegurar a transversalidade das narrativas, de tal forma que apenas são considerados textos cuja narrativa se reporte a mais que um *espaço lusófono*. Não apresentarei aqui os resultados obtidos, que são, em todo o caso ainda bastante fragmentários. No trabalho a que aludi, reporteime a três textos e três autores – *Os cus de Judas* (1979), de António Lobo Antunes, *Nação crioula* (1997), de Eduardo Agualusa e *O rastro do Jaguar* (2009) de Murilo Carvalho – com o objetivo fundamental de dar conta da *paisagem étnica* de cada uma dessas obras, procurando estabelecer diálogo entre elas. Trabalho, neste momento, a partir de um outro *corpus*, procurando refletir sobre algumas dimensões mais específicas, como são a narrativa ficcionada dos processos de constituição dos novos países de língua por-

tuguesa e ainda a guerra colonial, esse tópico discursivo tão fortemente transversal. O que quero sublinhar, repito, não são os resultados, mas possibilidades abertas por uma abordagem da lusofonia a partir de *pistas menos frequentadas*, nomeadamente aquelas que a liberdade da ficção permite. Mesmo aceitando que também as representações factuais têm, em última instância, uma dimensão ficcional, o certo é que, diferentemente do *conhecimento científico*, a literatura não depende de um critério de *verdade*, facto que lhe dá a enorme vantagem de ambicionar uma visão de *totalidade*. O modo como encena os espaços e os atos e palavras dos atores não aproxima a literatura da verdade histórica, mas abre portas e janelas para o mundo das emoções e dos afetos, ou seja, para uma certa *respiração* das comunidades. À fragmentação do real, a ficção responde com discursos que integram e propõem sentidos reconhecíveis, sendo, simultaneamente, produto e produtora de visões sobre o mundo. Assim, é pela tensão entre a subjetividade de quem escreve e o reconhecimento e legitimação do que é escrito por parte de quem lê, que importa discutir o complexo universo da literatura lusófona.

Referências

- ANDERSON, B. (2005 [1991]). *Comunidades Imaginadas. Reflexões sobre a Origem e a Expansão do Nacionalismo*. Lisboa: Edições 70.
- CASTELO, C. (2000). A recepção do Luso-Tropicalismo em Portugal. In F. Quintas (org.), *Anais do Seminário Internacional Novo Mundo nos Trópicos*. Recife: Fundação Gilberto Freyre.
- CUNHA, L. (2011). Letras que desenham identidades: interseções lusófonas na narrativa literária. In M. de L. Martins; R. Cabecinhas, & L. Macedo (eds.), *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona – Lusofonia e Cultura-Mundo* (pp. 13-36) Disponível em <http://hdl.handle.net/1822/19805>. Acesso em 12/3/2013
- CUNHA, L. (2007). Fronteras simbólicas. In A. Barañano; J.L. García; M. Cátedra & M. J. Devillard (coord.), *Diccionario de Relaciones Interculturales. Diversidad y globalización* (pp. 155-157). Madrid: Editorial Complutense.
- EAGLETON, T. (2003 [2000]). *A Ideia de Cultura*. Lisboa: Temas & Debates.
- FORTINI, F. (1989). Literatura. *Enciclopédia Einaudi, Literatura-Texto*, vol. 17 (pp. 176-199). Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- FOUCAULT, M. (2006 [1997]). *É Preciso Defender a Sociedade*. Lisboa: Livros do Brasil.

- FREYRE, G. (1961). *O Luso e o Trópico*. Lisboa: Comissão Executiva do Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique.
- GEERTZ, C. (1989 [1973]). *La Interpretación de las Culturas*. Barcelona: Gedisa.
- GIL, J. (2004). *Portugal, Hoje. O Medo de Existir*. Lisboa: Relógio d'Água.
- LEVI-STRAUSS, C. (1962). *La Pensée sauvage*. Paris: Plon.
- LOURENÇO, E. (1983). Crise de identidade ou ressaca imperial? *Prelo – Revista da Imprensa Nacional/Casa da Moeda*, nº1: 15-22.
- LOURENÇO, E. (1999). *A Nau de Ícaro Seguido de Imagem e Miragem da Lusofonia*. Lisboa: Gradiva.
- MARGARIDO, A. (2000). *A Lusofonia e os Lusófonos: Novos Mitos Portugueses*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.
- MARTINS, M. L. (2014). Língua Portuguesa, globalização e lusofonia. In N. Bastos (org.), *Língua Portuguesa e Lusofonia* (pp.15-33). São Paulo: EDUC – IP-PUC.
- SANTOS, B. de S. (2001). Entre Próspero e Caliban: colonialismo, pós-colonialismo e inter-identidade. In M. I. Ramalho & A.S. Ribeiro (org.), *Entre Ser e Estar. Raízes, Percursos e Discursos da Identidade* (pp. 24-85). Porto: Afrontamento.
- VECCHI, R. (2010). *Excepção Atlântica. Pensar a Literatura da Guerra Colonial*. Porto: Edições Afrontamento.
- ZURARA, G. E. de (1915). *Crónica da Tomada de Ceuta por el Rei D. João I*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa.

LUSOFONIA E LITERATURA: HAVERÁ CÂNONE(S) LUSÓFONO(S)?

LUSOPHONY AND LITERATURE: LUSOPHONE(S) CANON(S) EXIST(S)?

Annabela Rita *

UNIVERSIDADE DE LISBOA /CLEPUL
annabela.rita@gmail.com

Resumo:

Na diversidade que constitui a Lusofonia, poderemos falar de cânone lusófono? Em caso afirmativo, será mais adequado falar dele no singular ou no plural? Em caso negativo, por que razões não será rigoroso falar em cânone no caso das Literaturas Lusófonas? Destas questões tratará a reflexão, talvez sem resposta definitiva. *Palavras-chave:* Lusofonia; Literatura; Cânone; Cânone lusófono.

Abstract:

In the diversity that constitutes the Lusophony, can we talk about the Lusophone canon? If so, it's more appropriate to speak of it in singular or plural? If not, for what reasons it's not rigorous to speak about canon in the case of Lusophone Literatures? Of these questions, the reflection will treat, perhaps with no definitive answer. *Keywords:* Lusophony; Literature; Canon; Lusophone canon.



A interrogação do meu título coloca problemas cujos contornos procurarei cartografar¹. Nos velhos mapas, o desconhecido tinha o recorte costeiro;

* Doutorada em Literatura Portuguesa Moderna e Contemporânea pela Universidade de Lisboa, em cuja Faculdade de Letras é professora. Integrou a Missão para o Relatório sobre o Processo de Bolonha (2003-04). Foi Diretora do Centro de Literaturas de Expressão Portuguesa das Universidades de Lisboa, da Fundação para a Ciência e a Tecnologia e coordenadora de um projeto do Centro de Estudos de Culturas Lusófonas da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Integra o CLEPUL-Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

1 Todas as questões aqui abordadas foram aprofundadas e desenvolvidas no meu livro *Luz e Sombras do Cânone Literário* (Lisboa: Esfera do Caos Editores, 2014). Remeto, pois, para ele o esclarecimento complementar dos tópicos aqui abordados.

nestes, o cartógrafo interna-se na floresta frondosa, confrontando-se com o solo acidentado...

“Lusofonia, Literatura, cânone e cânone(s) lusófono(s)”: qualquer dos temas é polémico e regista imensa bibliografia.

Circunscrevamos os temas por ordem de enunciação, antes de os perspetivarmos nas combinatórias propostas. Fá-lo-ei sintetizando e simplificando em jeito esquemático.

1. Lusofonia

Muitos sobre ela refletiram, de Agostinho da Silva a Adriano Moreira, passando pelos autores do lusotropicalismo, etc., que lhe foram abrindo vias, contestando ou defendendo, problematizando ou consagrando, contrapondo-a aos outros blocos linguísticos de geoestratégia política também (anglofonia, francofonia e hispanofonia).

O “Interfaces da Lusofonia”, iniciativa no âmbito do projeto de investigação “Narrativas Identitárias e Memória Social: a (re)construção da lusofonia em contextos interculturais”² do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS)³, é um excelente exemplo do interesse e da convergência da comunidade científica e o seu Presidente, Moisés de Lemos Martins, tem uma valiosa e diversificada contribuição para o leito deste rio lusófono⁴.

Fernando Cristóvão foi um dos principais cartógrafos da Lusofonia⁵, com o *Dicionário Temático da Lusofonia* (Cristóvão, 2005) e *Da Lusitanidade à Lusofonia* (Cristóvão, 2008). Basta o verbete que a primeira das obras dedica ao conceito para constatar-mos a diversidade de critérios de definição e a história do conceito, entre polémicas e consensos. Avancemos

2 Disponível em <http://www.lasics.uminho.pt/idnar/>. Acesso em 12/7/2012.

3 Disponível em <http://www.comunicacao.uminho.pt/cecs/content.asp?startAt=26&categoryID=611>. Acesso em 17/8/2013.

4 Disponível em <http://www.ruigracio.com/MoisesLemosMartins.htm>. Acesso em 16/3/2013. Saliento: Martins, M. L. (2004, 2011); Martins, M. L.; Sousa, H. & Cabecinhas, R. (Eds.) (2006); Martins, M. L.; Sousa, H. & Cabecinhas, R. (2007).

5 Destaco, em especial: *Nacionalismo e Regionalismo nas Literaturas Lusófonas* (1997), *O Olhar do Viajante – Dos Navegadores aos Exploradores* (2003a), *Nemésio, Nemésios* (2003b), *Dicionário Temático da Lusofonia* (2005) e *Da Lusitanidade à Lusofonia* (2008).

para a sua proposta posterior dos três Círculos da Lusofonia, “três círculos concêntricos de independência e solidariedade”, que passo a convocar:

2. Literatura

Falar de *Literatura* implica evocar acordos e desacordos e refletir sobre matéria eminentemente metamórfica.

Todos concordamos com o facto de que a Literatura é linguagem e comunicação. Mas a ordem dos fatores em referência não é arbitrária e aí começa o problema: na *diferença* e na *especificidade* que a constituem.

As sucessivas tentativas de definição e de caracterização dessa linguagem e comunicação estéticas seriam, só por si, suscetíveis de formar Bibliotecas⁶. Aqui, seria excesso imperdoável! Aceitemos, pois, que é uma *cristalização cultural*⁷ e um sistema hipercodificado⁸ por convenções específicas cujas insígnias os *iniciados* tendem a reconhecer e que influem

6 *Literatura*, matéria de perspetivação disciplinar diversificada e complementar. A História, a Crítica e a Teoria da Literatura ponderam-na diacrónica, sincrónica e acronicamente, oferecendo-no-la em função de quadros de referências complementares e de conceitos operatórios que a última elabora no seu intercâmbio com as outras, que os vão testando e ‘afinando’. Outras disciplinas (a Hermenêutica, a História da Língua, etc.) colaboram no esclarecimento dos textos que mais se iluminam ainda no diálogo que mantêm uns com os outros, através do tempo, do espaço, das nacionalidades (matéria dos estudos *comparatistas* e, expandindo o conceito de *texto* à Arte, em geral, assunto dos estudos *intermediais*, por excelência).

7 No texto literário, concentra-se de modo estruturalmente depurado e elaborado essa polifonia difusa e complexa: a *cultura*. Cultura, cuja heterogeneidade tende a ser inteligida por perspetivações sistematizantes que evidenciam e fazem reconhecer linhas de força identitárias assinalando continuidades na descontinuidade. Cultura, onde se mesclam identidade e alteridade, forças centrífugas e centrípetas relevando da vida das comunidades, da sua experiência, da sua memória, do seu esquecimento, do seu sentimento de pertença e de *ser*, da sua capacidade e vontade de o preservar e de o reforçar.

8 Além das convenções linguísticas (combinadas com as sociais, morais, etc.), é uma comunicação *mediada* por *convenções* próprias que lhe conferem dimensão artística e historicidade: os géneros, a memória dos seus *clássicos* e dos seus *marginais*, do *cânone* e do *contracanto*, da consciência estética de um devir do signo literário, de matrizes e de prospetiva, de ensaística e de concretizações, de processos. E é uma comunicação mediada também pela *legitimação* intrínseca e extrínseca: a da reflexão da palavra sobre si, narcísica e anelante de outra; a da inscrição da palavra no real de que se contamina; a das instituições que a (re)conhecem e que a fazem (re)conhecer (associações de escritores, academias, programas escolares, prémios, editoras, etc.).

na criação e na leitura: pluralidade e mutabilidade semântica⁹, assimetria comunicativa (presença vs. ausência)¹⁰, de gêneros, de programas estéticos (escolas, movimentos, etc.), de referências que lhe (re)compõem o cânone e a memória (autores e obras)¹¹, de funções¹², etc. No centro, o *Cânone*,

9 É linguisticamente *ensaística*. Experimenta até aos limites do irreconhecimento a ductilidade da linguagem, a sua plasticidade, a sua potencialidade fonética, semântica e sugestiva, a sua capacidade concentracionária e expansiva, as suas possibilidades combinatórias. Explora a opacidade e a transparência do signo, desafia o nosso imaginário, revoluciona e/ou sistematiza os sistemas conceptuais, vetoriza e/ou exprime o pensamento.

10 É comunicação *in absentia*, com tudo o que tal implica. A escrita e a leitura desenvolvem-se em face de um lugar vazio imaginariamente configurado de modo a influir na comunicação. Quem escreve concebe um destinatário em género, número e 'grau' (nível de competência) ou pode conciliá-los num registo que os conjuga (irónico, simbólico, paródico, etc.). Quem lê imagina-se a ser imaginado e... Cada palavra vive da polissemia acrescentada pela sua autonomia (descontextualização) que o tempo e as circunstâncias vão expandindo na leitura. Com isso, torna-se protagonista de Histórias da Literatura e de Histórias da Leitura.

11 É eminentemente *metamórfica*: as suas fronteiras estão em permanente mutação, quer no plano teórico (da sua conceptualização), quer no plano criativo. Reconfigura-se e é reconfigurada diversamente, em função de fatores intrínsecos e extrínsecos legitimadores. É *território* movediço, onde os valores e as sensibilidades se confrontam e onde o que hoje é considerado literário pode ser relegado para as suas margens amanhã.

Vive a dupla vocação de querer ser *diferente* (original, singular, surpreendente) e de desejar, (in)confessadamente, *assemelhar-se* ao(s) modelo(s) que elege, à tradição e linhagem com que se identifica. Nessa tensão, revela-se subtil, mas profundamente *paródica* e *tabular*: a memória estética e cultural informa-a. Da alusão à assumida citação, do *pastiche* à reescrita, todas as variantes lhe modulam o verbo, suspenso de *pregnância*, vibrante de *suspeição*.

E a palavra impõe-se *iconicamente*: é imagem em trânsito, dominada pela *arte da fuga*, em que se transforma, medusante e encantatória na sua (re)configuração e na das imagens que promove na nossa imaginação. Nesse trânsito, inscreve-se e grafa-se enlutada pela perda experimentada, eufórica pela novidade que incorpora, tranquilizada pela memória preservada: constitui-se como *detalhe* ou *sinal* de programas estéticos que codifica e cristaliza, que atravessa e em que se metamorfoseia.

Releva de protocolos de escrita e promove pactos de leitura: sugere, impede ou dificulta itinerários analíticos, insinua a sua inescrutabilidade, seduz e fascina pelo modo como se impõe como *alfa* e *ômega* de si própria.

12 É *plurifuncional*. Assume diversas funções, desde a de representar ou refletir sobre o real até à de promover a alienação dele, questionando a existência ou questionando-se a si mesma, denunciando ou assinalando, observando ou observando-se, etc. E a escrita desenvolve-se oscilando entre elas, jogando com elas, deixando sinais mais ou menos dominantes ou hesitando em comprometer-se decididamente com uma delas, estética, social, ética, filosófica ou outra. Ao longo dos tempos e das histórias literárias, poderemos detetar predominâncias, mas é a pluralidade que a caracteriza.

espécie de panteão dos representativos, das referências, da constelação da nossa memória estética.

3. Cânone: do *Ocidental aos nacionais* e ao(s) *Lusófono(s)*

Harold Bloom (1997: 27) afirma que “Cânone significava originalmente a escolha de livros nas nossas instituições de ensino (...)”. Daí a *lista* de textos considerados obras-primas, textos mais marcantes, representativos...

Isso supõe os resultados sempre instáveis dos encontros e dos desencontros entre a produção e a recepção na fenomenologia da *literatura*: esses *clássicos* são os que se mantêm perante o olhar metamórfico do leitor, ao sabor das oscilações das sensibilidades epocais e dos paradigmas culturais e estéticos¹³. Daí a função *modelizante* da sua leitura (Italo Calvino, Harold Bloom, etc.)¹⁴.

Se o caso do *cânone* não é pacífico no campo religioso¹⁵, onde começou a ser tratado e conceptualizado, muito menos o é quando as diferenças e divergências são em nome de fatores mais fluidos e mais heterogêneos, multiculturalmente marcados...

Harold Bloom trata, pois, em grande angular, do *cânone ocidental*, enunciando autores consensuais entre esse Ocidente de radical greco-romano. Nós estamos já a fazer deslizar o conceito para uma angular mais restritiva, a das Literaturas *nacionais* e a(s) de uma *comunidade de nações*.

Ora, quanto mais aproximamos a objetiva e quanto mais ela recua no tempo, mais acidentada e complexa e menos consensual é a imagem... Basta ver, no caso da Literatura Portuguesa, que o *cânone* mais consensual da comunidade nacional não coincide com os autores destacados por Bloom, onde algumas ausências (Gil Vicente, Bernardim Ribeiro, P.º

13 Cf. alguma síntese dessa diversidade conceptual por Fabio Mario da Silva (2013) no seu doutoramento recente.

14 Recordo o que sobre isso dizem Harold Bloom (1991, 2001), Italo Calvino (1994) e outros.

15 Veja-se o caso do *Cânone Bíblico*, lista de escritos considerados pela Igreja Católica: não apenas o conjunto resulta de intenso debate como se renova de cada vez que novos apócrifos se encontram; o Cânone da Igreja Católica Apostólica Romana não tem total aceitação por outras confissões religiosas também cristãs. E registre-se, também, o modo como as religiões do Livro reclamam para si a primazia do *seu* cânone.

António Vieira, Almeida Garrett, Camilo Castelo Branco, Cesário Verde, etc.) contrastam surpreendentemente com tão poucas presenças e com uma delas (António Ferreira).

Passarei, agora, em revista o itinerário da primeira das nossas combi-natórias conceptuais.

4. Literaturas *Lusófonas*

Nas *águas lusas*, o verbo literário assume timbres específicos...

Se a Literatura for “Lira (...) da Consciência” (Leal, 1997:47), então, ela terá o timbre do imaginário coletivo, como reconhece Manuel Alegre (1992: 11), ao ouvi-la:

*Era um país ainda por dizer
e uma flauta cantava. Nos salgueiros pendurada
ou na palavra. Uma flauta
a tanger
a língua apenas começada. Subia
pelo nervo e pelo músculo
como quem assobia no acento agudo
e no esdrúxulo. Algures por dentro
do país mudo. Uma flauta floria
sôbolos nomes que vão
para nenhures. Algures
contra o vento. Com seus cântaros
e alegrias suas câmaras
da memória. Uma flauta ainda
sem história. Chamavam por ela
os antigos e os apelos ecoavam.*

A sua dimensão *patrimonial*¹⁶ justifica instituições que a *cartografem* no âmbito de uma territorialidade alargada designada por *mundo lusófono*¹⁷: as

16 Até as literaturas de tradição oral pertencem ao domínio do património imaterial da humanidade que a UNESCO reconhece.

17 O *Dicionário Temático da Lusofonia* (Cristóvão, 2005) consagrou definitivamente esse bloco de diversidade cultural.

academias¹⁸, as associações culturais¹⁹ e de escritores, certas instituições²⁰, prémios²¹, museu²², *observatório*²³, estudos linguísticos (da lexicologia à morfologia, sintaxe e história da língua), Bibliotecas (das tradicionais às digitais) e outras. Nesse *mundo lusófono*, como nos outros, a identidade nacional *literária* define-se no quadro da “literatura como sistema comunicativo segundo, intrinsecamente ligado ao esquema comunicativo primeiro da linguagem”, associando a consciência da comunidade nacional²⁴, podendo alguns autores reivindicar a sua pertença a duas literaturas nacionais ou a uma nacionalidade que não é a sua de facto, mas por afetos, ou a uma nacionalidade ferida na sua autonomia e politicamente dominada por outra.

4.1. Literatura Portuguesa

Perscrutemos o som da “flauta” portuguesa.

No início, era... eis-nos no campo da história e da mitologia portuguesas.

Tudo começa com a independência, autonomia e legitimação comunitárias: a constituição de um povo como *comunidade* que se (faz) reconhece(r) autónoma, singular, diferente: Portugal.

Esse autoato político está consagrado em documentos próprios que o nomeiam e constituem a sua ‘cédula’, mas foi reforçado por uma constru-

18 A Academia de Ciências de Lisboa [disponível em <http://www.acad-ciencias.pt/>], com a sua Secção de Letras [Disponível em http://www.acad-ciencias.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=62&Itemid=74], a Academia Brasileira de Letras [disponível em <http://www.academia.org.br/>], etc. (acessos em 27/12/2012).

19 P. ex., a ACLUS (Associação de Cultura Lusófona) [disponível em <http://www.fl.ul.pt/aclus/>. Acesso em 28/12/2012)].

20 Instituto Internacional da Língua Portuguesa [disponível em <http://www.iilp-cplp.cv/>. Acesso em 28/12/2012)], Sociedade da Língua Portuguesa [disponível em <http://www.slp.pt/>. Acesso em 28/12/2012)], etc.

21 O Prémio Camões.

22 Museu da Língua Portuguesa [disponível em <http://www.museudalinguaportuguesa.org.br/>. Acesso em 29/12/2012)].

23 OLP – Observatório da Língua Portuguesa [disponível em <http://www.observatorio-lp.sapo.pt/pt>. Acesso em 29/12/2012)].

24 “A literatura como sistema nacional” (Cristóvão, 1983: 13-34).

ção imaginária progressivamente alimentada que lhe confere *identidade*, mais do que apenas *nome*.

No ADN nacional que lhe informa a cultura e as suas cristalizações literárias (e artísticas, em geral), destacaria a conjugação inicial de três componentes orientadoras da tessitura ‘penelopiana’: a bélica, a religiosa e a *viator* (no mais lato sentido, contemplando a relação dialética de quem parte com *quem* e com *o que* fica).

A construção da gramática da língua acompanhará a construção do país, até no plano do discurso historiográfico: na realidade e no discurso, a geometria linguística informará o discurso e o pensamento de si e esclarecerá a geopolítica... Alguns, como António Telmo, destacaram essa coerência, chegando a registar um horóscopo nacional (Fernando Pessoa); outros, como José Eduardo Franco, assinalaram a simultaneidade e a convergência dos processos...

A elaboração de uma mitologia consagratória e messiânica que coloca a comunidade “*sob o signo de...*”, reiterado nas suas insígnias (bandeira, hino, museologia, etc.) e na sua canção mais identitária, o *fado* (“Foi por vontade de Deus...”, na voz de Amália), assumirá como seu eixo mais central o imaginário cristão. Mas, na verdade, quer a espiritualidade pagã, telúrica, quer a islâmica, quer a oriental, embebem-lhe o *verbo relacional*, o sentimento da transcendência, de um *além* marcante da teleologia da história e da existência comunitárias (uma vieirina *História do Futuro*²⁵, 1718).

Por esse sentimento e com ele se marcou e expandiu a territorialidade, se lutou e navegou, se fundaram comunidades que hoje se reivindicam de uma mesma *família* (a CPLP), se geraram sebastianismos ortodoxos e heterodoxos. A essas experiências se mescla a da diáspora e da miscigenação: anterior, simultânea e consequente.

Tudo contribuiu para que a *ânsia de ser*, eminentemente *identitária*, se tornasse um dos vetores centrais das suas manifestações culturais: não será apenas por programas estéticos que ela é considerada pela maioria dos seus *clássicos* (Camões, António Vieira, Garrett, Pessoa, etc.) como fator decisivo da definição dos *protocolos* da comunicação literária: na cultura do livro em que se inscreve, a relação de “adequação” (para usar garrettiana expressão) entre o verbo artístico e o povo-nação e/ou o seu

25 Cf. Vieira, 1992.

representante é preocupação *poiética*, e a sua capacidade de “exacerbar” (a palavra, agora, é de Cesário) releva da capacidade de melhor a *configurar*, de mais se vincular a uma *pátria-mátria*.

Tudo favoreceu uma escrita *interrompida* pela vida e desejosa de cerzi-la, *expectante* do acontecer: o fragmentarismo complexo da escrita bernardiniana, como a musicalidade e brevidade das vocalizações galaico-portuguesas, tecidas de lirismo, tragicidade e narrativ, atravessam os tempos e os textos, no diálogo que lhes faz a história.

Tudo contribuiu, igualmente, para que o *sentimento* da *ocidentalidade* (que Cesário assumiu como um título), com todas as suas matrizes (greco-romana, judaico-cristã, mas também islâmica, e, noutra vertente, de vocação intimamente ‘ecuménica’, cavaleiresca, até, oriental, etc.) e fraternidades (europeias, com destaque para as peninsulares²⁶) se fosse tingindo de outros *sentimentos* ditados pela vivência da *ausência* e da *distância* (no plano individual, familiar e coletivo) que lhe foram modalizando o verbo poético e ficcional entre canto e contracanto, registos simbolicamente expressos n’*Os Lusíadas* (1572) e na *História Trágico-Marítima* (1735-36).

Na *ausência* e na *distância*, a *perda* vibra de angústia, nostalgia, fatalidade (a lírica galaico-portuguesa, a cronística, a novelística bernardiniana, etc.). Nos que partem, como nos olhos descritos por João Roiz Castel-Branco, e chorados à guitarra, depois, por Adriano Correia de Oliveira:

*Senhora, partem tam tristes
meus olhos por vós, meu bem,
que nunca tam tristes vistes
outros nenhũs por ninguém.*

*Tam tristes, tam saudosos,
tam doentes da partida,
tam cansados, tam chorosos,
da morte mais desejosos
cem mil vezes que da vida.
Partem tam tristes os tristes,*

26 Cf. 3EL (Três Espaços Linguísticos) [disponível em <http://www.3el.org/>. Acesso em 13/1/2014)] e o espaço das Línguas Ibéricas [disponível em http://network.idrc.ca/en/ev-77353-201-1-DO_TOPIC.html. Acesso em 13/1/2014)].

*tam fora d'esperar bem
que nunca tam tristes vistes
outros nenhũs por ninguém*
(Resende, 1990: 324).

E nos que ficam, como no-lo canta Martín Codax (“Ondas do mar levado,/ se vistes meu amado?/ E ai Deus, se verrá cedo! //Se vistes meu amigo,/ o por que eu sospiro?/ E ai Deus, se verrá cedo!” (Codax, 1996: 53) ou D. Dinis (“Ai flores, ai flores do verde pino,/ Se sabedes novas do meu amigo!/ *Ai Deus, e u é?*” (Dinis, 1997: 61) em interpelação continuada por Manuel Alegre (“Se sabeis novas de meu amigo/ novas dissei-me que desespero/ por meu amigo que longe espera” (Alegre, 2005: 97).

Ou *ausência* e *distância* onde a *conquista* vibra de *estranheza* e/ou de *embaralhamento* (a narrativa de viagens ou radicada na sua simbólica), como observamos na *Carta de Pêro Vaz de Caminha* – 1500 (Caminha, 1968).

Ausência e *distância*, portanto, combinam e oscilam nas suas diversas e sucessivas representações entre o lírico, o narrativo e o trágico que os programas estéticos foram *afeiçoando* à realidade portuguesa.

4.2. Outras Literaturas Lusófonas

Falei de *lusos cantos*, que nos portugueses não se esgotam...

Do adjetivo e da sua genealogia, já reza muita crónica, mas passemos-lhe à frente: às outras Literaturas *Lusófonas*.

Língua de comunicação na territorialidade *além* peninsular, o português transportou consigo a *dimensão artística* que lhe confirmou e reforçou a *identidade* cultural.

Viajando no espaço e no tempo, a língua portuguesa desenvolveu intercâmbios: deu e recebeu, transformou-se. Nos territórios de maior permanência, foi-se miscigenando com as suas congéneres locais, estabelecendo nexos de aproximação e de distância, de afetos e de desafetos, revitalizando-se com as novas e diferentes seivas, incorporando léxico expressivo de outras paisagens (onde os sentidos são estimulados pela surpresa e estranheza de terras, mares e ares), ductilizando estruturas, assumindo cada vez mais a mudança inerente à (sua) vida.

Na sua diáspora, a língua transportou a cultura portuguesa, que exprimia, e confrontou-se com as outras culturas, que assimilou e que influenciou.

Nessa relação, destaco a diferença entre os paradigmas de *espaço* e de *tempo*, matriciais no plano da elaboração cultural, gerados na diferente relação com a natureza, radicados na mundividência e na mundivivência, configuradores de correspondentes imagísticas e simbólicas, sensibilidades e imaginários: da perspectiva eurocêntrica de um real ordenado por uma transcendência espiritualizada e institucionalizada (da Igreja, Estado, Arte, etc., e suas hierarquias), definidor de *fontes* de diversa natureza, às perspectivas africana e ameríndia de uma imanência telúrica *ilimitada* (cujos *aqui* e *agora* se absolutizam no quotidiano da *tribo* e se interpretam e exprimem nas vozes dos feiticeiros, dos velhos e dos reis/rainhas, dos régulos, e na memória cristalizada nas *sagas* repousando em matrilinearidades, de feminino sacralizado pela *terra-mater*), à perspectiva oriental, conjugando imanência e transcendência na percepção *espiritualizada* da vida e dos seres, aparentemente suspensos na *intemporalidade*. Encontro de diferentes paradigmas que se assinala em motivos simbólicos como, p. ex., o do “velho colono” (“Ali sentado só, àquela hora da tardinha,/ ele e o tempo.” (Knopfli, 2003: 151). E, em certos lugares (como Moçambique), a interculturalidade era mais profundamente inerente à vida e à sua inteligibilidade, de modo a tratar em futura crónica...

Trata-se de aventura cartografando uma teia comunicativa em que se gerou uma *identidade-mosaico* hoje designada por *lusofonia* (contrapontisticamente à anglofonia, à francofonia ou à ‘hispanofonia’²⁷) cuja Língua-“Rainha-mãe /.../ desafia a morte e o silêncio/ mãe em mim, que interroga o silêncio e o tempo / razão e instinto face à traição dos ventos,/ língua, mãe-imperial, por excelência, nobre o rosto./ E o porte” (Lemos, 2001: 15). Língua elevando-se em “Oração ao Índico” (Lemos, 2001: 40) e a outras águas, como à “Mãe África” (Craveirinha, 1980: 15-17). Língua que também canta mítica(s) ilha(s) original(is), configurada(s) na utopia afetiva e emocional da gênese (contrastando

27 Note-se que o reconhecimento mútuo dos diferentes blocos linguísticos faz-se em diferentes instâncias, incluindo no 3EL (Três Espaços Linguísticos) [disponível em <http://www.3el.org/>. Acesso em 15/12/2012)]. Ao lado da Commonwealth of Nations, a CPLP também reúne o bloco dos países de língua portuguesa.

com a das utopias intelectualizadas cristalizadas em lendárias Atlântidas e platônicas Repúblicas), ou “ilhas douradas” ou “de Próspero” (Knopfli, 2003) ou “inventadas” com “corpo de bruma” (Lemos, 1999; 2009) de icônica referência:

*A fortaleza mergulha no mar
os cansados flancos
e sonha com impossíveis
naves moiras.
Tudo mais são ruas prisioneiras
e casas velhas a mirar o tédio.
As gentes calam na
voz
uma vontade antiga de lágrimas
e um riquexó de sono
desce a Travessa da “Amizade”.
Em pleno dia claro
vejo-te adormecer na distância,
Ilha de Moçambique,
e faço-te estes versos
de sal e esquecimento.
(Knopfli, 2003: 76).*

Dessas culturas resultaram, naturalmente, as suas manifestações artísticas, interessando-nos aqui, em especial, as literárias.

A literatura oral, eminentemente simbólica e ritualística, e, em especial, em África e no Brasil, radicalmente telúrica, das diferentes comunidades (tribos, etnias, famílias, reinos, etc.) e a literatura portuguesa, já grafada, encontraram-se e desenvolveram diálogo mais ou menos íntimo, mais ou menos deslumbrado, mais ou menos marcado pela tentação de impor e/ou de consagrar diferenças e semelhanças, às vezes, até, de se oporem. Oscilando ou hesitando nos passos dessa dança de diferentes *naturezas* onde o “tambor” ritmou a “flauta” com pulsão corporal e onde se beija a *terra-mãe-amante* (“Meus lábios procuram-te avidamente/ e no delírio

do meu amor por ti/ beijo-te inteira África”²⁸, Duarte Galvão²⁹ (1963)): musicalidade, sentimento, sistema linguístico, referências, etc.; *axialidade* social das literaturas locais vs. *desinscrição*, nesses mesmos locais, da portuguesa; a vinculação à *terra-mãe* de umas, *humanamente* cartografada, e à *terra-pátria* da outra, com cartografia política, etc.

Quando as oralidades se disciplinaram na grafia e esta vibrou com o sopro daquelas, quando os diferentes imaginários (o de matriz europeia e os dos locais onde a diáspora conduziu o viajante português, múltiplo e heterogêneo) se mesclaram e reconfiguraram simbólicas, quando os ‘brasões’ assumiram diferentes ‘timbres’, novas *identidades literárias* nasceram, assumindo um quadro de referências onde a *esteticidade* europeia se mesclou com a *axialidade* social da vocalização africana, americana, oriental, cada uma delas polifônica...

As *gramáticas* das línguas, encontrando-se entre divergência e familiaridade, promovem uma pulsação pluricêntrica: a *sintaxe* deixa de ser de hierárquica linearidade e passa a ser acidentada, instável, metamórfica, oscilante...

Essas diferentes literaturas, *corpus* textual resultante desses casamentos entre os povos que hoje se consideram *lusófonos*, estão marcadas pelas suas histórias: da experiência dos primeiros encontros aos afetos e desafetos em *Casa-Grande e Senzala*³⁰ (Freyre, 1964), dos casamentos e dos divórcios políticos que as ligações humanas e o tempo verteram em ligações indissolúveis, reconfiguradas em comunidades alargadas de uma mesma língua (CPLP) onde *Cada Homem é uma Raça*³¹ (Couto, 2002), dissolvendo fronteiras étnicas na instância individual e na fraternidade comunicativa, no amor à *terra-mãe* (*Timor-Amor* de Rui Cinatti (1974)), à “pátria [que] é terra sedenta/ E praia branca; (...) o grande rio secular/ Que bebe nuvem, come terra/ E urina mar” (Moraes, 1960: 204)...

São literaturas de “palavra mágica”, “senha da vida”, “senha do mundo” (Andrade, 1979: 99), em que muitos se sentiram/sentem cliva-

28 Disponível em <http://ma-schamba.com/literatura-mocambique/virgilio-de-lemos/a-invencao-das-ilhas-de-virgilio-de-lemos/>. Acesso em 14/11/2012.

29 Pseudônimo de Virgílio de Lemos.

30 1.ª ed.: 1933.

31 1.ª ed.: 1990.

dos entre duas ou mais identidades, tematizando esse dilaceramento da divisão *matricial* no sentimento de que *Nós* [os que o vivem] *Não Somos Deste Mundo*³² (Cinatti, 1960), por a nenhum *aqui* e *agora* pertencerem inteiramente, ou que tentam resolvê-lo através da assunção de que “pátria é só a língua em que [se] di[zem]” (Knopfli, 2003: 378), ou, ainda, buscando recuar a um tempo original e mítico, d’*A Arca: Ode Didáctica na Primeira Pessoa – Tradução do sânscrito ptolomaico e versão contida* (Dias, 1971), ou, enfim, antologando-as, irmanadas, em *No Reino de Caliban* (Ferreira, 1975) e *Hora di Bai*³³ (Ferreira, 1980).

Em qualquer delas, o ADN da legitimação *identitária*, bebendo na experiência autonômica e aspirando à construção *nacional*, venceu a escrita de *cidadania*. Literaturas que evocam a tradição e se interrogam sobre “Em que língua escrever / Na kal lingu ke n na skirbi nel” (Semedo, 1996: 10-11) a vida, os padrões da história do indivíduo e da comunidade, hesitando entre a língua saboreada com o leite materno e a “língua lusa” (Semedo, 2003: 17), de infantil e escolar emoção, ou entre esta e a filha de ambas (crioulo), ponderando a dimensão patrimonial, de legado mnésico, e o desejo de mais comunicar.

São literaturas que desejam trazer “para o palco da vida/ pedaços da[s] [suas] gente[s],/ a fluência quente (...) dos trópicos” (Santo, 1978: 63). Literaturas exprimindo o encontro e o casamento linguístico e de sensibilidades, as sagas (*Yaka* de Pepetela (1985)), as utopias sonhadas e denunciadas (*A Geração de Utopia* de Pepetela, 1992), as “[e]stórias contadas” (Almeida, 1998). O exotismo discursivo e o neologismo radical ou fusional (*Macandumba* (Vieira, 1978), *Pensatempos* (Couto, 2005), ou *Estórias Abensonhadas* (Couto, 1994), a reescrita, a paródia (*Quybyrycas* (Grabatus, 1972), assinadas por Frey Ioannes Grabatus, na verdade, António Quadros, glosando *Os Lusíadas* (Camões, 1992 [1572]), o *Jaime Bunda* (Pepetela, 2001) reinventando o icónico James Bond, etc.) e a recriação, por um lado. O ritmo da oralidade “falinventada” das “vozes anotecidas” (Couto, 1987), por outro. O simbolismo emblemático da sua heráldica reconfigurada, sinalizando a trajetória comunitária da “[t]erra sonâmbula” (Couto, 1992), preservando e codificando, e a (des)memória individual e

32 1.ª ed.: 1941.

33 1.ª ed.: 1962.

coletiva, a miscigenação cultural em corações de terras de outros tons e de outros deuses: *Enterrem Meu Coração No Ramelau* (União dos Escritores Angolanos, 1982), *Mayombe*³⁴ (Pepetela, 1993), *Luuanda* (Vieira, 1963), *O Meu Poeta*³⁵ (Almeida, 1992), *Chiquinho*³⁶ (Lopes, 1984), *Karingana ua karingana*³⁷ (Craveirinha, 1982).

Delas, poliedro complexo, outras crônicas rezarão...

5. Problemas para o(s) Cânone(s) da(s) Literatura(s) Lusófona(s)

Percorridas as etapas que a questão enunciada em título por esta comunicação impõe, passemos à última combinatória dos conceitos e a alguns dos seus problemas.

5.1. Focal de grande angular

No caso das Literaturas Lusófonas, podemos, claro, pensar em acertar e definir estratégias comunitárias no sentido de tentar promover antologias literárias e manuais complementares para visar esse objetivo e em fazê-lo numa grafia única (Fernando Cristóvão).

Será tarefa morosa, conflituante, polémica... quiçá tanto ou mais do que foi o outro Acordo que ainda cliva o espaço lusófono.

Em hipótese académica, é exequível. Mas, mesmo academicamente, temos de enfrentar e resolver aspetos de criteriologia e da plataforma cultural:

- que comunidades de leitura definir: as dos três círculos da Lusofonia de que fala Fernando Cristóvão ou, mais restritamente, as de língua portuguesa dos países que a têm como oficial (podendo a CPLP ser a plataforma para o efeito)?
- seja a nível nacional, seja a nível dos outros círculos, como tratar a diversa cartografia institucional dessas comunidades (a sua natureza, diversidade,

34 1.ª ed.: 1980.

35 1.ª ed.: 1989.

36 1.ª ed.: 1947.

37 1.ª ed.: 1974.

tempo de vida, capacidade de avaliação e de intervenção) para validar a definição do seu cânone?

- que estrutura de antologias (ou séries/coleções bibliográficas) e listas de textos para uso pedagógico conceber, sendo certo que as periodologias dependem das diferentes periodologias da escrita, da leitura e da data de nascimento (independência)?
- nessa estrutura, contemplar as diferentes literaturas, sim, mas de que modo: proporcionalmente ou não à quantidade e à qualidade (e como?), consagrando o de diferente natureza (escrita e oralidade, de autor e de tradição popular, de função estética e de coesão comunitária) e periodologia (o início da escrita de autor não é simultâneo em todas as literaturas lusófonas)?
- até que ponto, nessa escolha de textos, se reveriam todas as comunidades, quer no conjunto, quer na sua leitura de cada uma delas? E se não se registasse convergência, identificação, na relação entre cada comunidade e o conjunto desse material e/ou entre elas e as/os antologias/listas/manuais que lhes correspondessem?
- no caso do cânone lusófono, tomado no singular, todos os problemas anteriores se agudizam, mas coloca-se outro: *se, até que ponto e de que modo*, haverá espaço nessa antologia/manual/série bibliográfica para as (literaturas de) línguas que convivem e coexistem comunitariamente com a portuguesa? Se elas forem consagradas nesse panorama, como grafar algumas delas (caso das línguas sem grafia) e torná-las acessíveis (com glossários, tradução, anotação)?

Enfim, admitamos que este processo, ouvindo mais atentamente os artífices e avançando, eventualmente, mais no sentido de um *Thesaurus* dos autores lusófonos³⁸, chegará a resultados razoavelmente consensuais. Já com maior tranquilidade, passaríamos a responder às perguntas de Italo Calvino (para quê e “porquê ler os Clássicos?”)...

Mesmo assim, haverá sempre que encarar a necessidade, ainda, de um longo período de construção de um conhecimento mútuo que consolidasse uma imagem compósita dessa *unidade de diversidade* feita. Sem esquecer as tendências dos programas acadêmicos que, cíclica e alternadamente,

38 Fernando Cristóvão propõe o modelo de uma “antologia ideal multiculturalista e lusófona” organizada proporcionalmente, um *Thesaurus* dos autores lusófonos “a editar em coleção de prestígio e difusão internacional” (Cristóvão, 2008: 41).

vão preferindo épocas, estilos, géneros, acabando alguns autores sorvidos pela vaga do tempo... esse é também o panorama que Bloom regista. Seria, aliás, interessante fazer a história dessa leitura, na academia e no secundário, mas também, contrapontisticamente, nas bibliotecas. Mais um capítulo na senda d' *Uma História da Leitura* de Alberto Manguel...

Em qualquer dos casos, lembro uma das questões que pode ser origem de dificuldades: o lugar e a função de certos autores que, nas fronteiras temporais e nacionais, marcaram de modo indelével a génese de uma literatura nacional grafada em língua portuguesa, mas cuja *inscrição epicentrada* os constitui como *estranhezas* n/dessas diferentes margens do rio da escrita. Adiante, voltarei a este problema e fenómeno.

E lembro uma outra fonte de problematicidade: o progressivo apagamento da Literatura nos programas académicos de alguns dos espaços nacionais, reduzindo-lhe o espaço vital para as academias, onde a tendência de predomínio da modernidade e da contemporaneidade chega à quase rasura do clássico e do medieval. Esse movimento está a tender a reduzir o *cânone nacional* a um itinerário a tracejado, com figuras salientes sem companhia na paisagem do seu tempo. A corrosão do cânone, em hipótese académica, poderá chegar à sua rarefação e à perda de validade desse vestígio que nos programas académicos se consagra, impondo a necessidade de redefinição conceptual do cânone em função quase exclusivamente dos especialistas da Literatura...

5.2. Zoom

Regresso ao problema e ao caso de estranheza que assinei e deixei suspenso: autores e/ou textos *fronteiriços*, inscritos entre literaturas nacionais e em fase de mudança política. A sua localização, natural ou reivindicada, quando matriz geradora de escrita, tende a ser reelaboradora no plano identitário da nacionalidade literária, mas também do *cânone*.

Um exemplo representativo tomado no quadro da Literatura luso-moçambicana: António Quadros (António Augusto de Melo Lucena e Quadros, n. 1933 – m. 1994), cuja tentativa heteronímica o tornou conhecido como João Pedro Grabato Dias, Mutimati Barnabé João e Frey Ioannes Grabatus. Com extensa e diversificada obra literária e nas artes visuais (pintura, escultura, cerâmica, cartazes, ilustração, infodesenho,

etc.) em Moçambique e em Portugal, fez parte do repertório de cantores como José Afonso e Amélia Muge.

Se os seus nomes e títulos literários³⁹ já insinuam a oscilação entre esferas culturais e estéticas diferentes, a leitura das obras exhibe uma espantosa tessitura que se deseja *identitária* para uma *literatura moçambicana*, trabalhando fios e desenhos que toma em diferentes origens: no cânone ocidental, no nacional português, popular e erudito, e na literatura e nas artes tradicionais populares moçambicanas, onde já seria cartografável escrita de autor, que também convoca.

A obra de António Quadros constitui-se como autêntico *labirinto de paródia* que manipula os fantasmas dos nossos *museus imaginários*, em especial nessa memória mais íntima e identitária. É o caso da *Bíblia* e d’*Os Lusíadas*, unindo sagrado e profano, ocidental e nacional. No IV Centenário Camoniano, simbolicamente, ofereceu-nos *As Quybyrycas* (1972), “poema éthyco em oitavas que corre como sendo de Luiz Vaaz de Camões em *Suspeitíssima Atribuição*” em que se ocultava Frey Ioannes Garabatus, segundo intrincada ficção das origens que Jorge de Sena lhe inventa, invocando também um suposto manuscrito de um hipotético Luís Franco Correia, cumprindo promessa feita a D. Sebastião de continuar a saga portuguesa a partir d’*Os Lusíadas*: a batalha de Alcácer-Quibir é a matéria épica que “se encontrava oculta, como tudo em *Os Lusíadas*, uma chave do acontecimento que, alacrememente, aceitamos prefaciá-lo” (Quadros, 1991:19). Na obra, o objetivo é já diverso do camoniano, o canto perdeu o tónus épico. E o timbre aproxima-se do do Velho do Restelo quando o cantor interpela D. Sebastião. Concluindo, impõe-se a sua tangencialidade à convocatória e enevoadada *Mensagem* pessoana:

Cantando-vos a aura e a vizinha
 empresa em que empenhais o mal havido
 empenharei cantar mais do que a minha
 consciência de já vos ter mentido.
 Destemperei outrora a lira asinha

39 Na literatura: *40 e Tal Sonetos de Amor e Circunstância e Uma Canção Desesperada* (1970), *O Morto* (1971), *A Arca – Ode Didáctica na Primeira Pessoa* (1971), *Meditação, 21 Laurentinas e Dois Fabulários Falhados* (1971), *Eu, o Povo* (1975), *Facto-fado* (1986), *O Povo é Nós* (1991), *Quybyrycas* (1991), *Sete Contos para um Carnaval* (1992).

cantando o luso surdo e endurecido.
 Mas hoje cantarei o error do Homem.
 Que os futuros, do error a lição tomem.
 (1, XXV)

E o timbre aproxima-se do do Velho do Restelo quando o cantor interpela D. Sebastião:

E a vós senhor da lusitana casa
 Onde o ouro de lei é lei agora
 Mais do que o bem saber ou mental brasa;
 Em Vós saúdo o ardor, mais que não fora
 Por sabê-lo de nada e o nada a asa
 Possível, neste nosso bota fora.
 Eis-me nos restos, velho, e em restelo
 Mas por amor de mim saberei sê-lo.
 (1, IV)

Concluindo, impõe-se a sua tangencialidade à convocatória e enevoadas *Mensagem* pessoana:

Nesta taça de névoa constrangida
 a um calado rumor, na pena tanta
 (dum tão cansado éco) dissolvida
 em amargores de pausa por garganta
 de onde a voz pontuou passada vida
 que é mais névoa na névoa...se adianta
 outra névoa que é nave e nela vou
 navegando nas névoas do que sou.
 (MCXII)

Com *A Arca: Ode Didáctica na Primeira Pessoa – Tradução do sânscrito ptolomaico e versão contida* (Dias, 1971), de João Pedro Grabato Dias, António Quadros impõe Noé e a *Bíblia* na sua casa de espelhos, partilhando o centro com as *As Quybyrycas* (1972).

Na obra do autor, só estes dois livros seriam suficientes para demonstrar o profundo trabalho de arqueologia e de construção identitária no quadro de uma literatura emergente, a moçambicana, mas também de uma que no leito da anterior se renovou⁴⁰. É rigorosamente esse *jogo de espelhos* que o inscreve *entre* ambas as literaturas, conferindo-lhe *indecidibilidade* e deixando ambas hesitantes, por sua vez sobre *se* o reclamar e *como* o ler. À medida que ambas as literaturas se desenvolverem e ele se for nelas distanciando, mais *estranho* se torna, mais *desconfortável* na sua classificação e na sua escolha, mais à margem dos programas académicos... apesar de ter sido tão representativo de uma curva do rio do tempo, apesar da sua pregnância estética para as suas margens...

Ora, poderá haver um *cânone* nacional ou de comunidade de nações sem autores assim? E com eles? O diálogo que eles mantêm com as suas *linhagens* (Eliot, 1962: 19-32), sendo elas de outras literaturas nacionais e/ou transnacionais, permitem tomá-los, no material académico, como só de uma literatura nacional, obrigam a consagrá-lo em ambas, impedem-nos, no primeiro caso, de estar na literatura do país mais recente devido às filiações e memória estética e/ou de pertencer à portuguesa por falta de informação cultural que os inteligibilize? O levantamento destes e de outros problemas poderá promover uma profunda alteração das pedagogias e dos modelos de bibliografia e de programas para que se possa falar de definição, construção ou existência de *cânone(s) lusófono(s)* e, provavelmente, o plural terá de ser sempre usado...

Enfim, o tempo se encarregará de responder a esta questão que hoje apenas pode ter hipóteses *bem intencionadas*... E deixarei os outros problemas que *o(s) cânone(s) lusófono(s)*, na sua definição e/ou construção, colocam para equacionar no próximo encontro...

40 Muitas foram e vão sendo as revisitações d'*Os Lusíadas* de Camões, mesmo declaradas: desde as totais, como *Os Lusíadas do séc. XIX. Poema heroi-cómico* (paródia) (Almeida, 1865), até às parciais, como a da *Paródia ao primeiro canto de Os Lusíadas de Camões por quatro estudantes de Évora em 1589* (AA.VV., 1880). E longa e rica é a história da paródia na bibliografia portuguesa (Curto, 2003: 21).

Referências

- AA. VV. (1980). *Paródia ao primeiro canto de Os Lusíadas de Camões por quatro estudantes de Évora em 1589*. Lisboa: Tipografia de G. M. Martins. Disponível em <http://www.wattpad.com/22180-par%C3%B3dia-ao-primeiro-canto-dos-lus%C3%ADadas-de-cam%C3%B5es>. Acesso em 23/7/2013.
- ALEGRE, M. (2005). *Praça da Canção*. Lisboa: Dom Quixote.
- ALEGRE, M. (1992). *Com que Pena. Vinte poemas para Camões*. Lisboa: Dom Quixote.
- ALMEIDA, F. (1865). *Os Lusíadas do séc. XIX. Poema heroi-cômico* (paródia). Lisboa: Tipografia franco-portuguesa. Disponível em http://books.google.pt/books?id=v8U-AAAAIAAJ&printsec=frontcover&dq=par%C3%B3dias+os+lus%C3%ADadas&source=bl&ots=i0R8lvBmf1&sig=qCysnSOLujs_36gKHKVOScHOBmE&hl=pt-PT&ei=Gz6JTYuqEYjAhAeD-4G-Dg&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=5&ved=0CDAQ6AEwB A#v=onepage&q&f=false. Acesso em 25/10/2012.
- ALMEIDA, G. (1998). *Estórias contadas*. Lisboa: Caminho.
- ALMEIDA, G. (1992). *O meu poeta*. Lisboa: Caminho.
- ANDRADE, C. D. (1979). *Discurso de primavera e algumas sombras*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora.
- BLOOM, H. (2001). *Como ler e porquê*. Lisboa: Caminho.
- BLOOM, H. (1997). *O Cânone Ocidental*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- BLOOM, H. (1991). *A Angústia da Influência: uma Teoria da Poesia*. Lisboa: Cotovia.
- CALVINO, I. (1994). *Porquê Ler os Clássicos?*. Lisboa: Teorema.
- CAMINHA, P. V. (de) (1968 [1500]). *A carta de Pêro Vaz de Caminha*. Lisboa: Comité Executivo das Comemorações do V Centenário do Nascimento de Pêro Vaz de Caminha.
- CAMÕES, L. (1992 [1572]). *Os Lusíadas*. Lisboa: Instituto Camões.
- CINATTI, R. (1974). *Timor-amor*. Lisboa: Edição do Autor.
- CINATTI, R. (1960). *Nós não somos deste mundo*. Lisboa: Ática.
- CODAX, M. (1996). *Cantigas*. Vigo: Editorial Galáxia.
- COUTO, M. (2005). *Pensatempos*. Lisboa: Caminho.
- COUTO, M. (2002). *Cada homem é uma raça*. Lisboa: Caminho.
- COUTO, M. (1994). *Estórias abensonhadas*. Lisboa: Caminho.
- COUTO, M. (1992). *Terra sonâmbula*. Lisboa: Caminho Couto, M. (1987). *Vozes anoitecidas*. Lisboa: Caminho.
- CRAVEIRINHA, J. (1982). *Karingana ua karingana*. Lisboa: Edições 70.
- CRAVEIRINHA, J. (1980). *Xigubo*. Maputo: Instituto Nacional do Livro e do Disco.

- CRISTÓVÃO, F. (2008). *Da Lusitanidade à Lusofonia*. Coimbra: Almedina.
- CRISTÓVÃO, F. (dir. e coord.) (2005). *Dicionário Temático da Lusofonia*. Lisboa: Texto Editores.
- CRISTÓVÃO, F. (coord.) (2003a). *O Olhar do Viajante – Dos Navegadores aos Exploradores*. Coimbra: Almedina.
- CRISTÓVÃO, F. (coord.) (2003b). *Nemésio, Nemésios*. Lisboa: Colibri.
- CRISTÓVÃO, F. (2002). *Os três círculos da lusofonia*. Disponível em <http://www.ciberduvidas.com/textos/lusofonias/10370>. Acesso em 17/3/2013.
- CRISTÓVÃO, F. (coord.) (1997). *Nacionalismo e Regionalismo nas Literaturas Lusófonas*. Lisboa: Edições Cosmos.
- CRISTÓVÃO, F. (1983). A literatura como sistema nacional. In F. Cristóvão (2005). *Cruzeiro do Sul a Norte. Estudos Luso-Brasileiros* (pp. 13-34). Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- CURTO, D. (2003). *Bibliografia da História do Livro em Portugal: séculos. XV-XIX*. Lisboa: Biblioteca Nacional.
- DIAS, J. (1971). *A Arca: Ode Didáctica na Primeira Pessoa – Tradução do sânscrito ptolomaico e versão contida*. Lourenço Marques: Edição do Autor.
- DINIS (D.) (1997). *Cancioneiro*. Lisboa: Editorial Teorema.
- ELIOT, T. S. (1962). A tradição e o talento individual. In T. S. Eliot, *Ensaio de Doutrina Crítica* (com pref., seleção e notas de J. Monteiro-Grillo) (pp. 19-32). Lisboa: Guimarães Editores.
- FERREIRA, M. (1980). *Hora di Bai*. Lisboa: Plátano.
- FERREIRA, M. (1975). *No Reino de Caliban*. Lisboa: Seara Nova.
- FREYRE, G. (1964). *Casa-grande e senzala*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- GRABATUS, I. F. (1972). *Quybyricas*. Lourenço Marques: J. P. Grabato D.
- KNOPFL, R. (2003). *Obra poética*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- LEAL, G. (1999). *A fome de Camões*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- LEMONS, V. (2009). *A Invenção das Ilhas*. Maputo: Escola Portuguesa de Moçambique.
- LEMONS, V. (2001). *Para fazer um mar*. Lisboa: Instituto Camões.
- LEMONS, V. (1999). *Ilha de Moçambique. A Língua é o Exílio do que Sonhas*. Maputo: Associação Moçambicana de Língua Portuguesa.
- LOPES, B. (1984). *Chiquinho*. Linda-a-Velha: África.
- MARTINS, M. L. (2014). Língua Portuguesa, globalização e lusofonia. In Bastos, N. (org.). *Língua Portuguesa e Lusofonia* (pp.15-33). São Paulo, EDUC – IP-PUC.

- MARTINS, M. L. (2011). Globalization and Lusophone world. Implications for Citizenship. In: Pinto, M. & Sousa, H. (Org.). *Communication and Citizenship: Rethinking crisis and change*. Coimbra: Grácio Editor, pp. 75-84.
- MARTINS, M. L.; Sousa, H. & Cabecinhas, R. (Eds.) (2006). *Comunicação e Lusofonia: para uma abordagem crítica da cultura e dos média*. Porto: Campo das Letras.
- MARTINS, M. L.; Sousa, H. & Cabecinhas, R. (Eds.) (2007). Lusocom: estudo das políticas de comunicação e discursos no espaço lusófono. In: Ledo, M. (Org.). *Comunicación Local no Espazo Lusófono* (pp. 301-310). Santiago de Compostela: Agacom.
- MORAES, V. (1960). *Antologia poética*. Rio de Janeiro: Editora do Autor.
- PEPETELA (2001). *Jaime Bunda*. Lisboa: Caminho.
- PEPETELA (1993). *Mayombe*. Lisboa: Dom Quixote.
- PEPETELA (1992). *A Geração da utopia*. Lisboa: Dom Quixote.
- PEPETELA (1985). *Yaka*. Lisboa: Dom Quixote.
- QUADROS, A. (1991). *As Quybyrycas*. Porto: Edições Afrontamento.
- RESENDE, G. (1990). *Cancioneiro geral de Garcia de Resende*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Vol. II.
- SANTO, A. (1978). *É nosso o solo sagrado da terra. Poesia de protesto e luta*. Lisboa: Ulmeiro.
- SEMEDO, O. (2003). *Histórias e Passadas que ouvi contar*. Viana do Castelo: Câmara Municipal de Viana do Castelo.
- SEMEDO, O. (1996). *Entre o Ser e o Amar*. Bissau: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa.
- SILVA, F. (2013). *Cânone Literário e Estereótipos Femininos*. Tese de doutoramento. Évora: Universidade de Évora.
- UNIÃO dos Escritores Angolanos (1982). *Enterrem meu coração no Ramelau – Poesia de Timor-Leste*. Luanda: União dos Escritores Angolanos.
- VIEIRA, A. (1992). *História do futuro*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- VIEIRA, J. L. (1978). *Macandumba*. Lisboa: Edições 70.
- VIEIRA, J. L. (1963). *Luuanda*. Lisboa: Edições 70.

DA NECESSIDADE DE DESCONSTRUÇÃO DO “EQUÍVOCO LUSOCÊNTRICO”

THE NEED TO DECONSTRUCT THE “LUSOCENTRIC MISUNDERSTANDING”

Lurdes Macedo*

CENTRO DE ESTUDOS DE COMUNICAÇÃO E SOCIEDADE DA UNIVERSIDADE DO MINHO
mlmacedo71@gmail.com

Resumo:

Este curto ensaio centra-se na reflexão crítica sobre alguns dos factos que alimentam o “equívoco lusocêntrico”, conceito tomado de empréstimo a Martins (2006, 2011, 2014), que traduz um dos entendimentos dominantes sobre a ideia de lusofonia.

Esta reflexão conduz-nos pelos caminhos da história, dos movimentos migratórios e da língua enquanto aspetos fundamentais dos processos de construção da identidade, problematizando-os quer do ponto de vista do ex-colonizador, quer do ponto de vista dos ex-colonizados.

A tensão crítica entre os dois pontos de vista remete para a necessidade de desconstrução do “equívoco lusocêntrico”, condição imprescindível para a consubstanciação da comunidade geocultural da lusofonia enquanto espaço de diversidade cultural no quadro da atual globalização de sentido único.

Palavras-chave: Lusofonia; memória social; representações sociais; globalização; colonialismo.

Abstract:

This short essay focuses on critical reflection on some of the facts that feed the “lusocentric misunderstanding” concept taken from Martins, M. L. (2011) though. This concept represents one of the dominant understandings about Lusophonie.

* Lurdes Macedo é doutorada em Ciências da Comunicação pela Universidade do Minho. Foi membro da equipa de investigação do projeto “Narrativas identitárias e memória social: a (re)construção da lusofonia em contextos interculturais”. Foi coeditora do Anuário Internacional de Comunicação Lusófona em 2010 e 2011. Tem várias dezenas de trabalhos publicados em revistas científicas nacionais e internacionais. Lecionou na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viseu entre 2009 e 2012. Leciona na Universidade Lusófona Porto desde 2008.

This reflection leads us in paths of history, migration and language as key aspects of identity construction processes, questioning them departing not only from the point of view of the former colonizer, but also from the point of view of the ex-colonized nations.

The critical tension between the two points of view refers to the need to deconstruct “lusocentric misunderstanding”, essential towards the realization of geo-cultural community of Lusophony as an area of cultural diversity in the context of current globalization.

Keywords: Lusophony; social memory; social representations; globalization; colonialism.



1. Ponto de partida

Um bom ponto de partida para o início de uma reflexão sobre o sentido da ideia de lusofonia é o facto de uma parte significativa dos cidadãos que compõem esta “comunidade imaginada” (Anderson, 1994 [1983]: 6) não lhe atribuir qualquer significado: a evidência de que em outros países do mundo existem milhões de pessoas com quem partilham a sua língua, o português, bem como muitas das suas expressões culturais, simplesmente não faz parte dos seus quotidianos. Como observam Macedo, Martins e Cabecinhas (2011), este cenário ficou a dever-se não só à enorme distância geográfica que separa os oito países de língua oficial portuguesa e as suas inúmeras diásporas espalhadas pelo mundo, como também a uma história pós-independência na qual cada um destes países se posicionou estrategicamente noutros sistemas políticos, económicos e culturais, que não o do espaço lusófono. Com efeito, no tempo presente, a consciência coletiva em torno de uma identidade lusófona parece encontrar-se ainda longe do seu estado de consubstanciação, uma vez que só uma minoria, de entre os cidadãos lusófonos, concebe as suas pertenças a partir da língua que falam.

Tal cenário remete para a importância e para a urgência de uma reflexão séria e participada sobre as possibilidades que se colocam à comunidade lusófona: para além de se tratar de uma comunidade que fala, pensa e

sente numa das grandes línguas de comunicação e cultura do mundo¹, trata-se também de uma comunidade significativamente representada em número de glotas: de acordo com a Internet World Stats², em 2012, existiam 253 milhões de falantes de português espalhados por todo mundo. Trata-se, ainda, de uma comunidade de culturas que aborda um espaço fragmentado, disperso por várias latitudes e longitudes do globo, no qual habitam cidadãos de diversos grupos étnicos e com diferentes modos de vida (*Ibidem*). Trata-se, por isso, de uma comunidade que, através das suas diferentes culturas, exprime o valor da diversidade.

Por outro lado, àqueles a quem a ideia de lusofonia desperta a arte da reflexão, parece ser difícil dissociar a narrativa contemporânea desta comunidade de culturas do passado histórico protagonizado pelos seus ancestrais.

Assim, a interpretação que cada grupo nacional pertencente à comunidade lusófona faz do seu próprio passado determina o seu posicionamento face ao presente, bem como o planeamento das suas estratégias para enfrentar o futuro. De acordo com Cabecinhas *et al.* (2006), são estas estratégias que definem as relações intra e intergrupais, num processo dinâmico que pode oscilar entre a estabilidade ou a transformação, a resiliência ou o ajustamento, a definição de novas fronteiras ou seu enfraquecimento.

Atender às diferentes vozes que pensam a lusofonia a partir das várias versões da história e das várias perspetivas sobre o presente constitui-se, portanto, como cuidado imprescindível para que uma ideia acerca desta comunidade de culturas possa ser coletivamente partilhada. Por isso mesmo, a lusofonia – concebida enquanto narrativa identitária dos povos que habitam os espaços outrora pertencentes ao império português – poderá apresentar-se, em certos casos, sob o discurso da desconstrução pós-colonial.

Neste sentido, é McMillin (2009) quem defende a ideia de que as consequências do colonialismo – que se fazem sentir até aos dias de hoje – são coletivamente partilhadas pelas sociedades que o viveram. Daí a

1 Houaiss (1992 [1984]) notava que a língua portuguesa, enquanto língua de comunicação e cultura, é sustentada por um aparato escrito que mais de 98% das restantes línguas do mundo não possuem.

2 <http://www.internetworldstats.com>

necessidade de tomar em linha de conta a abordagem pós-colonial quando se pretende atender às atuais condições das sociedades ex-colonizadas.

Todavia, há a considerar que o pós-colonialismo não está isento de pontos fracos, e mesmo de equívocos, como bem notaram Almeida (2002) e Martins (2014). Para além da recusa de todas as narrativas-mestras e do eurocentrismo que delas emana, a abordagem pós-colonial repudia as dicotomias centro/periferia ou primeiro mundo/terceiro mundo, alegadamente criadas pelo colonialismo, consubstanciando uma nova constituição discursiva do mundo. Por isso mesmo, o pós-colonialismo mais radical corre o risco de substituir a verdade única do ex-colonizador pela verdade única do ex-colonizado, fortalecendo a “Escola do ressentimento”³ a que se referia Bloom (1997: 31).

Assim, a recomposição de um discurso que integre as várias perspetivas sobre o passado e sobre o presente desta comunidade – a da antiga metrópole do império colonial, porventura mais eurocêntrica⁴, e as das suas ex-colónias, porventura mais pós-coloniais – deverá procurar não uma convergência de visões, mas antes uma síntese crítica das mesmas.

Atendendo à ideia de Baptista (2006) de que, “...o conceito de lusofonia assinala (...) um lugar de ‘não-reflexão’, de ‘não-conhecimento’ e, sobretudo, de ‘não-reconhecimento’, quer de si próprio, quer do outro” (p. 24), propõe-se o exercício de desconstrução de uma das narrativas dominantes sobre esta comunidade de língua e de culturas – o “equívoco lusocêntrico” (Martins, 2011: 75) – de modo a abrir outras possibilidades de futuro para a ideia de lusofonia.

3 A noção de “Escola do ressentimento”, proposta por Bloom, constitui uma crítica a diversos discursos desconstrutores, entre os quais o feminismo, o marxismo ou o afro-centrismo. Naturalmente, trata-se de uma visão muito discutível, uma vez que o autor adjetiva de “ressentidos” (Bloom, 1997: 42) aqueles que procuram apresentar um discurso alternativo ao das correntes dominantes, nomeadamente quando esse discurso procura reconciliar os seus autores com o seu próprio passado.

4 A inclusão desta perspetiva apresenta ainda uma outra vantagem: a de a investigadora respeitar as leituras do seu próprio espaço cultural, uma vez que é portuguesa. Como referia Chaunu (1984), é difícil realizar um trabalho científico válido se o investigador não tiver em conta o seu próprio espaço cultural.

2. O “equivoco lusocêntrico”

Um dos entendimentos dominantes sobre a comunidade geocultural da lusofonia é aquele que a perspetiva como uma espécie de prolongamento simbólico do período colonial ou como, no dizer de Martins (2011), um “espaço de refúgio imaginário” e de “nostalgia imperial” (p. 75), ideias que colocam Portugal no epicentro de uma construção que deve ser, acima de tudo, descentralizada e descentralizadora. Sob esta perspetiva, a redefinição identitária do Portugal pós-colonial parece não conseguir desligar-se do seu passado de dominação, uma vez que “o projecto da lusofonia refaz, supostamente pela positiva e ao nível simbólico-linguístico, as comunidades coloniais e a sua hierarquia simbólica... (*sic*)” (Almeida, 2004: 10). Assim, este “equivoco lusocêntrico”, ao persistir para além da independência das várias nações de língua oficial portuguesa, parece ameaçar o desenvolvimento de uma ideia de lusofonia coletivamente partilhada, nomeadamente enquanto comunidade de múltiplas culturas.

A este tipo de equivoco não é alheio o facto de a história do império colonial português conhecer várias versões: a do ex-colonizador e as dos ex-colonizados. Como observa Pedreira (2000), no caso da história colonial que colocou Portugal em relação com o Brasil, a tentativa de encontrar uma perspetiva comum, entre os historiadores dos dois lados do Atlântico, acabou por se revelar mal sucedida. O mesmo acontece em relação à história que ligou Portugal a África durante o período colonial. Neste caso, a diferença entre as várias versões da história foi acentuada pela glorificação do império levada a cabo pelo governo português durante o período do Estado Novo (Cunha, 2001; Neves, 2009) e pelas guerras coloniais – em Angola, na Guiné-Bissau e em Moçambique – que, durante mais de uma década, antecederam a independência dos países africanos de língua oficial portuguesa.

Assim, há que convocar uma ideia postulada por Canclini (2007) para que esta encruzilhada de histórias legada pelo passado possa ser descoratinada: a ideia de que as tensões entre forças globalizantes e dinâmicas da interculturalidade “podem ser concebidas como uma relação entre a épica e o melodrama” (p. 32). Ainda assim, na opinião do autor, o que mais interessa é compreender o que acontece quando ambas as concepções coexistem. Portanto, valerá a pena, antes de mais, interpretar o imaginá-

rio predominantemente épico dos portugueses quanto ao seu contributo para a narrativa evolutiva da globalização (ou seja, quanto à sua expansão ultramarina), bem como o registo predominantemente melodramático com que a história de dominação imperial é interpretada pela diversidade de povos outrora colonizados. Com este exercício procurar-se-á identificar alguns aspetos essenciais à compreensão do equívoco que enfatiza a lusofonia enquanto uma forma de neocolonialismo simbólico e extemporâneo.

3. A épica

De acordo com Lázló (2003, 2008), os modelos narrativos estão na origem da formação de representações sociais, sobretudo quando sistematicamente repetidos nos currículos escolares, nos lugares de memória e nos média. Obedecendo a simplificações esquemáticas, estas representações tendem a orientar a perceção dos indivíduos quanto à construção das suas identidades de grupo (Wertsch, 2002). Assim, a narração épica da expansão portuguesa, propalada das mais variadas formas e através dos mais variados meios, não poderia deixar de produzir representações redutoras a partir das quais emerge a ideia de um povo pioneiro, destemido e heroico.

Por seu lado, tal como notam Licata, Klein e Gély (2007), a memória coletiva – fundada nestas narrativas impregnadas de representações simplificadoras – cumpre o papel fundamental de definir e de manter as identidades de pertença, de estabelecer uma distinção positiva do grupo face a outros, de legitimar o comportamento do mesmo e de o mobilizar para a ação comum. Estando a expansão marítima profundamente enraizada na memória histórica do povo português (Cabecinhas, 2006; Cabecinhas *et al.*, 2006), conclui-se que a mesma define decisivamente a construção da sua identidade nacional. Sendo muitas vezes apresentada sob a forma de epopeia – modelo narrativo utilizado para mitificar histórias consideradas excecionais – conclui-se ainda que a expansão imperial introduz representações exageradas ou distorcidas nesse processo de construção identitária. Lourenço (1978, 2004) ou Mattoso (1998) demonstraram-no muito bem quando, nas suas lúcidas reflexões, nos remeteram para a ideia de uma “hiperidentidade” nacional no que toca ao caso português.

Por ora, importa aqui desconstruir os significados que a epopeia, enquanto modelo narrativo sob o qual é contada a expansão portuguesa,

ancora numa dimensão de conquista e de dominação no discurso da suposta heroicidade nacional.

Estudos realizados em todo o mundo sobre memória histórica demonstram que os indivíduos tendem a evocar, sobretudo, acontecimentos relacionados com guerras e conflitos (Paez *et al.*, 2008). Assim, o conflito subjacente à conquista de mares e de novos territórios, bem como à evangelização de homens considerados desiguais – ações em que os portugueses sobressaem como povo triunfante – parece explicar a predominância da narrativa épica da expansão portuguesa, precisamente pela sua capacidade de induzir um condensado de emoções no qual, de acordo com alguns estudos (*e.g.* Cabecinhas, 2006; Cabecinhas *et al.*, 2006), se misturam o orgulho, a felicidade, a alegria e o fascínio. Assim, a partir da epopeia, o coletivo torna-se, no dizer de Mattoso (1998: 36), “protagonista de uma história gloriosa, adquire personalidade, isto é, uma identidade compreensível para as mentes mais simples ou mais rudes”.

Este momento da história – o auge da expansão portuguesa – haveria de ser eternizado nos versos épicos de *Os Lusíadas*, de Luís de Camões, atravessando assim o véu do tempo na memória coletiva do povo português. Segundo Mattoso (*ibidem*:35), “o impacto d’*Os Lusíadas* sobre o imaginário nacional é de tal ordem, que se torna difícil exagerá-lo...”. O autor prossegue a sua reflexão evidenciando que o discurso poético e enfático que Camões imprimiu à sua obra possui um tom persuasivo inquestionável. Deste modo, todo o português não pode deixar de considerar que aquela é, de facto, a sua própria história⁵.

Porém, era Godinho (1984) quem notava que *Os Lusíadas* combinam nos seus versos a exaltação e, ao mesmo tempo, a condenação da expansão imperialista. Com efeito, esta história excecional de conquista dos mares não deixa de ser, ao mesmo tempo, a terrível história dos sacrifícios e das provações do outro, aquando da intrusão dos portugueses no seu espaço vital. Como, no dizer de Calafate (2006: 273), “Camões foi tudo, projectando por isso múltiplas leituras (*sic*)”, é possível encontrar na sua obra a interseção de dois olhares distintos: um, de incontido orgulho, que canta

5 Sobre *Os Lusíadas*, afirma Lopes (2011: 21): “*Os Lusíadas* são a epopeia de uma pequena pátria, que descobriu e unificou o mundo, pelo conhecimento, pelo amor e pela fé.” Trata-se, sem dúvida, de uma visão unidimensional d’*Os Lusíadas*, uma vez que ignora a componente crítica desta obra quanto aos feitos dos portugueses.

os feitos heróicos dos portugueses; outro, de indignação, que condena a soberba de tudo querer dominar. É através deste último olhar que o poeta observa as diferenças culturais entre os portugueses e os povos de além-mar e o quanto as mesmas conduziam à incompreensão e ao conflito⁶.

O facto é que, como bem observa Schwartz (2010), o império foi para a nação portuguesa “prémio e promessa” (p. 22), dado que este conferia amplitude diplomática e peso nas relações internacionais a uma metrópole pequena, pobre e periférica⁷. A este propósito, afirmava Fernández-Armesto (2010: 495): “O contraste entre a amplitude do império português e as modestas dimensões da metrópole constitui (...) um dos mais enigmáticos contrastes da história do mundo.” O autor prossegue a sua reflexão, sem deixar de inscrever o contributo da expansão portuguesa na lógica da historicidade universal e de concluir que o mesmo constitui motivo de orgulho nacional: “Os europeus ocidentais – e poucos europeus serão mais ocidentais do que os portugueses – gostam de se congratular pela forma como moldaram o passado e o presente do seu continente” (Fernández-Armesto, 2010: 499). E é essa congratulação quanto ao passado que, ao persistir na produção de discursos épicos e, simultaneamente, ao celebrar-se nesse mesmo género narrativo, concorre para uma ideia de lusofonia em tudo equivocada: aquela que teima em sonhar um império para além do seu tempo histórico.

4. O melodrama

Pelo lado dos povos ex-colonizados, é sobretudo através do género melodramático que se recordam os atos de dominação de que foram alvo no passado. No caso dos povos africanos, esses atos prolongaram-se no tempo sob as mais variadas formas, com consequências evidentes no seu

6 Neste sentido, valerá a pena recordar alguns versos extraídos da Elegia *O poeta Simónides, falando (A viagem para o Oriente)*, da autoria de Camões (1971: 163): “Vi quanta vaidade em nós se encerra / E nos outros quão pouca; contra quem / Foi logo necessário termos guerra”.

7 A título de exemplo, o *Portugal dos Pequenitos*, em Coimbra, inaugurado em 1940, constituiu uma clara representação simbólica dessa amplitude, com uma componente temática consagrada às colónias. Essa componente é hoje denominada “Países de Expressão Portuguesa” e foi concluída precisamente na última ampliação deste parque temático (<http://www.portugaldospequenitos.pt/>).

presente independente: para além dos quatro séculos de tráfico de escravos que exauriram o seu contingente demográfico, há que ter em conta que as fronteiras traçadas durante a partilha de África pelas potências europeias não tiveram em conta as especificidades culturais e étnicas dos povos autóctones, e muito menos os seus interesses, traçando geografias artificiais que obedeceram a marcos de bacias hidrográficas (como rios e lagos) ou às coordenadas do globo terrestre. De acordo com S. Menezes (2000), a forma como estas fronteiras foram traçadas está na origem das atuais dissensões internas nos países africanos e, no caso mais concreto das ex-colónias portuguesas, constituiu a causa primeira da fragmentação nacional no quadro das lutas pela independência e das guerras civis que se lhes seguiram.

As longas guerras coloniais, através das quais Portugal procurou manter as suas possessões numa África quase toda independente, bem como o assassinato de alguns dos líderes históricos dos movimentos de libertação, atribuído diretamente ou indiretamente às autoridades portuguesas do Estado Novo, completam o passado de violência em que se baseiam as memórias coletivas dos povos que habitam os países africanos de língua oficial portuguesa. Não será, por isso, de estranhar que o melodrama se constitua como género predominante nas suas narrativas identitárias, uma vez que é a luta contra a ocupação portuguesa que dá forma à narrativa-mestra da identidade nacional.

De acordo com Paez e Liu (2011), a memória coletiva quanto aos conflitos inscritos na história tem uma função motivacional no comportamento do grupo outrora dominado, estimulando-o para uma ação preventiva relativamente ao grupo outrora dominante. Assim, o medo de ressurgimento das ameaças do passado e a mágoa quanto às atrocidades vividas noutros tempos leva a que os povos insistam na luta contra os seus inimigos históricos, no intuito de eliminar eventuais perigos. Os conflitos do passado moldam, desta forma, os conflitos do presente através de formas agressivas de favoritismo em relação ao grupo de pertença, de sentimentos de dever de retaliação e do ódio generalizado em relação ao grupo supostamente oponente. Deste modo, para além de ritualizar e de manter as circunstâncias que reavivam o passado traumático no presente, a memória coletiva dos conflitos configura-se como um recurso simbólico que pode ser mobilizado para legitimar a agenda política do presente e do futuro.

Não surpreende pois que, face à descrição destes processos psicológicos grupais, encontremos uma forte resistência quanto à ideia de uma comunidade lusófona nos países africanos de língua oficial portuguesa, uma vez que a mesma pode ser interpretada como uma eventual reconfiguração da dominação colonial. Como esta dominação se fez sentir até 1975, a memória coletiva das guerras de libertação é ainda reforçada pela memória geracional que, segundo Paez e Liu (*idem*), perdura por cerca de oitenta a cem anos, uma vez que os elementos mais velhos do grupo que recorda viveram esses acontecimentos. Os autores enfatizam, ainda, que este tipo de conflito – as guerras pela independência – constitui-se como evento fundacional nas narrativas de afirmação das identidades nacionais, sobretudo quando as representações da guerra são associadas à memória redentora do sofrimento de um povo.

Assim, a memória coletiva dos povos africanos dominados no passado pelos portugueses apresenta-se como um poderoso obstáculo à constituição de uma comunidade lusófona, uma vez que a antiga metrópole do império colonial pode ainda ser perspectivada enquanto lugar de onde vem o perigo.

A título de exemplo, refira-se o pensamento de Ngomane (2012), intelectual moçambicano que defende a ideia de que o seu país não tem como ser lusófono. Insurgindo-se contra o apagamento das narrativas fundadoras do seu povo, perpetrado pelo regime colonial, o autor postula que só uma certa ignorância ou obscuros interesses políticos podem justificar a insistência no rótulo “indivíduo de expressão portuguesa” ou “lusófono”, quando se pretende adjectivar um cidadão moçambicano. Para justificar a sua posição, Ngomane enfatiza que a esmagadora maioria da população do seu país tem como língua materna uma das muitas línguas bantu e que o português oficial de Moçambique, falado quase sempre como segunda língua, não pode configurar a matriz cultural de um povo caracterizado por um panorama linguístico tão diverso⁸.

Será ainda de salientar que a curta história pós-independência das nações africanas de língua oficial portuguesa – marcada por dissensões internas e, em alguns casos, por guerras civis – conduz a que as suas

8 Ngomane (2012) conclui a sua argumentação da seguinte forma: “Lusófonos, é? Só se for no quadro do velho sonho imperial português do além-mar, do ‘Minho a Timor’. Felizmente, e que se saiba, esse sonho ruiu, desmoronando-se completamente com a independência das ex-colónias portuguesas há 36 anos. E então?” (p. 24).

culturas, ou seja, os elementos distintivos indispensáveis à afirmação das identidades nacionais, necessitem, antes de mais, da sua própria consubstanciação. A sua integração espontânea, sem mágoas e sem medos, num coletivo de identidade transnacional, como é a comunidade geocultural da lusofonia, só se afigura possível, deste modo, quando o processo de reconciliação destes povos com o seu próprio passado se encontrar definitivamente encerrado.

No Brasil, o melodrama enquanto género narrativo pode ser também descortinado na obra dos intelectuais que mais se destacaram no período pós-independência. Gonçalves Dias⁹, nome maior do romantismo brasileiro, exaltava da seguinte forma as virtudes do seu Brasil natal em relação a um Portugal onde não conseguia ser feliz, neste excerto da sua célebre *Canção do Exílio*¹⁰:

(...)
 Nosso céu tem mais estrelas,
 Nossas várzeas têm mais flores,
 Nossos bosques têm mais vida,
 Nossa vida mais amores. (...)

É na saudade da pátria, desse novo país onde o céu e a terra possuem mais primores, que o poeta entoava o seu drama íntimo: o de viver em Portugal. Esta abordagem nacionalista tornou o poema de Gonçalves Dias num dos mais emblemáticos da cultura brasileira. Prova disso é a sua frequente aparição em manuais escolares, bem como as recriações de que foi alvo¹¹ e as numerosas incursões intertextuais que inspirou. Note-se que

9 Gonçalves Dias (1823-1864) era filho de um comerciante português e de uma mestiça brasileira. Tendo nascido no Brasil, foi enviado para Portugal aos quinze anos de idade para prosseguir os seus estudos. Depois de concluir o curso de Direito na Universidade de Coimbra, regressou ao Brasil, onde se destacou como advogado, jornalista, poeta, etnógrafo e dramaturgo. É considerado o maior nome do romantismo brasileiro por ter incorporado a ideia de Brasil na literatura do seu país. Entre os seus pares, dizia dele José de Alencar que se tratava do poeta nacional por excelência (in *Dicionário das Literaturas Portuguesa, Galega e Brasileira*, 1960).

10 Excerto transcrito a partir de um painel multimédia exibido no Museu de Língua Portuguesa, em São Paulo, no dia 18 de setembro de 2012.

11 A título de exemplo, refira-se a *Canção do Exílio* de Casimiro de Abreu, ou a *Nova Canção do Exílio* de Carlos Drummond de Andrade.

os versos “Nossos bosques têm mais vida/Nossa vida mais amores” fazem parte da letra do hino nacional do Brasil, o que remete para um processo de construção identitária que ocorre através da afirmação de características distintivas positivas em relação à antiga potência colonial.

À subtileza e à contenção deste discurso não será alheia a atipicidade do processo de independência e de construção da nação brasileira. Ao invés do que aconteceu noutras colónias, a independência foi pacífica, tendo sido concretizada precisamente por portugueses. Assim, e sem que de Portugal viesse o perigo, foi também pela oposição à ex-metrópole que se construíram as primeiras narrativas de formação da identidade nacional do povo brasileiro.

A partir destas reflexões poder-se-á afirmar que o “equivocado lusocêntrico” se fundamenta em duas ideias que não são mais do que as duas faces da mesma moeda: por um lado, a crença numa relação supostamente privilegiada de Portugal com as suas ex-colónias – ou seja, a crença num certo império para além do império que “ajude [os portugueses] hoje a sentirem-se menos sós e mais visíveis nas sete partidas do mundo” (Martins, 2006: 80) – que subsiste nos setores mais conservadores da sociedade portuguesa e em certos discursos políticos e culturais; por outro lado, a ideia disseminada entre as elites das esferas africanas e brasileira de que a lusofonia serve apenas os interesses de Portugal em manter uma espécie de supremacia póstuma sobre os restantes países onde se fala o português. Trata-se, portanto, de um entendimento da lusofonia que assenta, antes de mais, em ideias parcializadas, fundadas na memória histórica do império colonial português, que, ora pela épica, ora pelo melodrama, coloca em tensão os vários povos que constituem esta comunidade de múltiplas culturas.

5. Migrações no espaço da lusofonia

Esta tensão foi acentuada pela história dos movimentos migratórios realizados dentro da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), nomeadamente daqueles que conduziram cidadãos dos países outrora colónias à antiga metrópole. É Feldman-Bianco (2007) quem nos lembra que tensões como as desencadeadas pelo tratamento discriminatório dado pelo governo português aos imigrantes brasileiros, durante os primeiros anos da década de 90 do século passado, levaram a uma espécie

de reinterpretação do passado colonial. Dos dois lados do Atlântico, este assunto mereceu a atenção dos média, quer através de cobertura noticiosa, quer através da publicação de artigos e de *cartoons* que caricaturavam o outro sob o espectro de estereótipos negativos.

Em todo o caso, a comunidade brasileira em Portugal não pararia de crescer nos anos seguintes: em 2002, esta era constituída por 24 868 indivíduos, o que representava 10,4% da população imigrante; em 2009, os imigrantes brasileiros tinham ascendido a 116 220, tornando-se assim no contingente estrangeiro mais expressivo (25%) residente em solo português (Lopes, 2011).

Também Estrela (2011) traz à luz a questão das condições de vida dos imigrantes lusófonos em Portugal. Tendo por ponto de partida a mobilização dos moradores de um bairro degradado e periférico dos arredores de Lisboa – maioritariamente imigrantes oriundos dos vários países lusófonos – após a decisão camarária de despejo coletivo, o autor questiona a legitimidade das instituições democráticas quando estas impedem a participação dos cidadãos na tomada de decisões. Na sua análise, Estrela destaca o comportamento discriminatório do executivo camarário perante os pedidos de audiência e perante a participação nos plenários da Assembleia Municipal por parte de cidadãos maioritariamente excluídos do mercado eleitoral. O autor nota, não sem uma ponta de ironia, que o mesmo executivo havia promovido geminações com municipalidades em vários países de língua oficial portuguesa.

A propósito do caso descrito por Estrela, será necessário salientar que, para além da comunidade brasileira, também as comunidades cabo-verdiana (48 845 indivíduos), angolana (26 557 indivíduos) e guineense (22 945 indivíduos) se encontravam entre as mais representadas em Portugal, no ano de 2009 (Lopes, 2011). Convirá também realçar que as dificuldades de integração destes imigrantes na sociedade portuguesa, bem como a persistência de práticas de exclusão às quais os mesmos estão sujeitos, têm, na opinião de Maciel (2010: 306), “contribuído para alimentar as tensões e perpetuar antigos quadros mentais herdados da experiência colonial”. A título de exemplo, valerá a pena recordar que, em Portugal, os negros e os mestiços com origem nas ex-colónias são ainda considerados estrangeiros, independentemente da sua nacionalidade portuguesa e dos seus esforços para serem percebidos como cidadãos em condições de igualdade (Cabecinhas, 2007; Carvalhais, 2007).

Todavia, se nas duas últimas décadas do século XX os movimentos migratórios no espaço lusófono trouxeram um elevado número de cidadãos das ex-colónias até Portugal, a verdade é que, nos últimos anos, as migrações em sentido contrário se têm vindo a acentuar: nos dias de hoje, são cada vez mais os portugueses que procuram novas experiências de trabalho e de vida no Brasil, nos países africanos de língua oficial portuguesa e em Timor¹². Sobre esta apetência, registada igualmente em anteriores períodos da história, afirma Lourenço (2004: 50): “Portugal encoraja de preferência esta emigração. O emigrante prolonga, sob uma outra forma, a nossa presença colonizadora (...) e permanece numa imensa casa onde se fala com doçura a sua própria língua.”

Tal visão neocolonialista da emigração portuguesa em direção a países que resultaram da desagregação do antigo império tende a acentuar as tensões no interior da comunidade lusófona, especialmente quando a épica do passado molda atitudes e discursos de dominação no próprio contingente de emigrados.

Os mais recentes movimentos migratórios que têm conduzido milhares de portugueses até aos países outrora colónias apresentam ainda uma particularidade que não pode ser ignorada, sobretudo quando se pensa no seu contributo para o acentuar da visão neocolonialista que importa ao “equivoco lusocêntrico”: grande parte destes novos emigrantes constitui mão-de-obra qualificada, necessária ao desenvolvimento das economias dos países de acolhimento.

Cogo e Badet (2013) referem que no Brasil, país com longa tradição de imigração, é manifesta a recente chegada de milhares de europeus com elevados níveis de escolaridade e de especialização profissional, de entre os quais sobressaem, como os mais representativos em número, espanhóis e portugueses¹³. Para além de representarem um precioso contingente de recursos humanos qualificados, matéria em que o Brasil é ainda claramente

12 Lopes (2011) enfatiza as baixas taxas de empregabilidade em Portugal, comparativamente às dos restantes países da CPLP, a partir de dados do Banco Mundial em 2009. O autor nota ainda que o Brasil é o país que melhor comportamento tem demonstrado nesta matéria, nos últimos anos, com as taxas de empregabilidade a acompanhar as taxas de crescimento económico.

13 Estes novos imigrantes têm vindo a engrossar o contingente português no Brasil que, já em 2003, representava a terceira maior diáspora lusa, com cerca de 700 000 indivíduos (Lopes, 2011).

deficitário, estes imigrantes, segundo as autoras, assumem a função de reafirmação e de reatualização da matriz europeia da cultura brasileira, percecionada como positiva nos seus valores e nas suas contribuições para o desenvolvimento do país¹⁴. Neste contexto, as considerações de Spivak (1999) acerca de práticas pós-coloniais de reprodução do colonialismo parecem produzir sentido, quando a autora postula: “yesterday’s imperialism, today’s ‘Development’”¹⁵ (p. 124).

Daqui se depreende um antagonismo de síntese incerta, uma vez que à desejabilidade da integração de uma massa humana capaz de produzir bem-estar económico e social, se opõe a indesejabilidade da reprodução de práticas que simbolizem novas formas de dominação. A este propósito, um estudo conduzido por D. Martins (2013) revela que grande parte dos novos imigrantes portugueses em países lusófonos possuía representações desajustadas sobre a realidade que os aguardava nos países de acolhimento, antes da experiência de emigração. Com efeito, esta revelou-se bem mais difícil do que o esperado, não só devido às diferenças culturais, como também por estilhaçarem a miragem de uma aceitação sem reservas e de uma integração social plenamente desejada por parte das populações locais. A desconfiança de que são alvo, sobretudo nos países africanos de língua oficial portuguesa, para além de dificultar a resolução de questões de carácter prático – como a obtenção de documentação, de autorizações, de vistos, etc. – reaviva, muitas vezes, as tensões contidas na memória de um passado colonial que não deixa de fazer parte do presente independente.

Como não reinterpretar, em todos estes factos relativos aos fluxos migratórios entre países lusófonos, narrativas épicas ou melodramáticas que opõem a hegemonia à diversidade?

14 As reflexões de M. V. Almeida (2002) sobre a tradição de receção de imigrantes europeus no Brasil são bem elucidativas sobre a desejabilidade dos mesmos, dado o seu papel no processo de branqueamento de peles e de cultura num país onde, supostamente, se cultiva a “democracia racial”. Daqui resulta uma oposição entre as autorrepresentações do Brasil enquanto nação híbrida e as autorrepresentações do “Brasil enquanto nação neo-europeia nas Américas... (sic)” (p. 192).

15 “O imperialismo de ontem, o ‘Desenvolvimento’ de hoje” (tradução nossa).

6. O Acordo Ortográfico

Nos últimos anos, o “equivoco lusocêntrico” tem também gravitado em torno de um eixo que se apresenta polémico: o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. Na realidade, como bem observam certos autores (*e.g.* Fiorin, 2008; Lopes, 2011), a necessidade de uniformização das grafias do português não é assim tão nova, já que a mesma remonta às primeiras décadas do século XX, período no qual os governantes portugueses da I República (1910-1926) introduziram simplificações ortográficas sem a devida concertação com os seus homólogos brasileiros. Mais tarde, no ano de 1945, um tratado com vista à normalização da língua escrita em Portugal e da língua escrita no Brasil chegou a constituir promessa, embora logo deitada por terra pelo facto de o Congresso Nacional Brasileiro não ter ratificado esse acordo. De acordo com Fiorin (2008), tal situação ficou a dever-se ao posicionamento da elite intelectual brasileira, que advogava que a independência em relação a Portugal não deveria ser apenas política, mas também cultural.

Porém, a dupla grafia do português – a utilizada no Brasil e a utilizada nos restantes países de língua oficial portuguesa – impunha limitações à dinâmica do próprio idioma enquanto língua internacional, uma vez que, de entre as que possuíam esse estatuto, se tratava da única que apresentava esta característica de forma manifesta (Lopes, 2011). A isto acrescia ainda o facto de as variações ortográficas usadas em cada um dos casos serem consideradas incorretas por aqueles que não as utilizavam, o que não acontecia com as variações do inglês grafado em Inglaterra e nos Estados Unidos ou do espanhol grafado em Espanha e na Argentina. Tal situação conduziu a que os documentos elaborados pelas organizações internacionais que adotam o português como língua oficial tivessem de ser escritos nas duas variantes (Fiorin, 2008), bem como à necessidade de realização de diferentes traduções, quer literárias, quer técnicas, em Portugal e no Brasil (Lopes, 2011).

Daí que as negociações com vista à ratificação de um acordo ortográfico tenham prosseguido nas últimas décadas do século passado e no início da primeira década do século XXI, com avanços e recuos que adiaram a sua efetiva aplicação. Finalmente, em 2008, o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa – assinado em 1990, por todos os países então envolvidos, e

em 2004, por Timor-Leste – foi ratificado pelo Brasil, por Cabo Verde, por Portugal e por São Tomé e Príncipe, tendo entrado em vigor no Brasil¹⁶ e em Portugal¹⁷ logo no ano seguinte. No presente momento, só Angola e Moçambique ainda não ratificaram todos os documentos conducentes à introdução desta reforma.

Embora muito centrado em questões de política da língua, o debate em torno do Acordo Ortográfico não deve deixar de atender também a questões de contorno cultural. Como bem observam Hanna, Brito e Bastos (2010), qualquer discussão em torno da unidade de uma língua requer que se estude os seus falantes e os seus falares, quer quanto à trajetória histórica de adoção da mesma, quer quanto aos traços culturais singulares e aos hibridismos locais dos diferentes grupos que a falam. As autoras prosseguem a sua reflexão, postulando que a língua portuguesa faz de todos quantos a falam lusófonos, motivo aparentemente bastante para um consenso quanto à implantação do Acordo Ortográfico. Porém, como a análise crítica das culturas lusófonas remete para a complexidade das suas interações, a unidade da língua portuguesa (apesar de todas as variantes) deve ser contrastada com a heterogeneidade dos espaços da sua oficialidade. O mesmo é dizer que as identidades culturais se desenvolvem na subjetividade de práticas e de significados, para além das políticas da língua.

A este propósito, valerá a pena trazer à luz os resultados de um estudo conduzido por Carvalho e Cabecinhas (2010) junto a uma amostra de estudantes universitários portugueses. Este estudo dá conta de como a assunção do Acordo Ortográfico é percecionada como uma submissão do português falado no país de onde a língua é originária em relação ao português “corrompido” falado numa ex-colónia (o Brasil). Por isso mesmo, tal reforma é encarada como uma ameaça à identidade nacional por parte dos sujeitos da amostra, supostamente cidadãos que se encontram entre as camadas mais esclarecidas da população portuguesa.

16 O Brasil aplicou o Acordo em janeiro de 2009, tendo estipulado um período de três anos para a transição definitiva para a nova grafia (Carvalho & Cabecinhas, 2010).

17 Pelo seu lado, Portugal aplicou o Acordo em maio de 2009, estabelecendo um período de seis anos para a transição. Deste modo, só em maio de 2015 este processo estará definitivamente concluído (Carvalho & Cabecinhas, 2010).

Na realidade, conforme notado por Fiorin (2008), as diferenças entre a grafia brasileira e a grafia portuguesa não são assim tão significativas, pelo que não existem motivos que impeçam um bom entendimento quanto à adoção desta reforma. Note-se, ainda, que as regras estipuladas no Acordo não uniformizam integralmente a ortografia da língua portuguesa, uma vez que as mesmas se pautam pela consonância entre grafia e fonia.

Deste modo, as reações geradas pelo Acordo Ortográfico mais não fazem do que adiar o desenvolvimento do mercado intracomunitário da língua – com implicações significativas nos programas de educação formal, na comunicação entre pessoas, empresas e instituições e na circulação de produtos culturais como livros e materiais didáticos (Lopes, 2001) – bem como travar a difusão internacional do idioma (Fiorin, 2008), num mundo cada vez mais globalizado.

Por outro lado, como observam Casagrande e Bastos (2010), as variantes do português têm uma natureza predominantemente estilística, “abarcando todas as manifestações interacionais entre lusofalantes, [o que] aponta para a imensa riqueza plural e para a surpreendente unidade linguística dessa língua falada por cerca de duzentos [e cinquenta e três]¹⁸ milhões de pessoas no mundo” (p. 91).

Valerá a pena concluir esta curta reflexão sobre o processo de implementação do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa reparando que este não é mais do que um reflexo do estado em que se encontra a comunidade lusófona: em construção lenta e paciente conseguida através da síntese de vários antagonismos.

7. Um novo ponto de partida: a desconstrução do “equivoco lusocêntrico”

De acordo com Wieviorka (2002), a experiência da alteridade produzida pela diversidade cultural foi sempre acompanhada de tensões e de violência, ao longo de toda a história. Ainda assim, o autor insiste na novidade desta experiência, uma vez que, a partir da segunda metade do século XX, a alteridade passou a inscrever-se no centro das mutações da vida coletiva. Daí a necessidade de abordar estas transformações a partir do lugar ocu-

18 Número apontado pela Internet World Stats em 2012.

pado pelas diferenças culturais, não só nas relações sociais, como também nas relações intersocietais, num mundo cada vez mais interdependente.

À luz destas ideias, valerá a pena discorrer acerca do significado do “equivoco lusocêntrico”, procurando clarificar o seu contributo para a construção de uma comunidade de língua portuguesa e de culturas diversas.

Esta comunidade pensada em torno do “equivoco lusocêntrico” coloca a tónica na tensão que marca as relações intersocietais entre povos lusófonos. Esta tensão é provocada pela conceção de dominação associada à lusofonia, assente na transferência das memórias do passado colonial para as condições do presente, ou seja, assente no poder dos “sistemas simbólicos” (Bourdieu, 1989: 7-8) que a ex-metrópole do império colonial português, supostamente, ainda consegue controlar.

Assim, as tensões que alimentam o “equivoco lusocêntrico” parecem estilhaçar as possibilidades de formação de uma consciência coletiva em torno da identidade lusófona, ditando o permanente adiamento da consubstanciação de uma das comunidades geoculturais mais diversas do planeta, com consequentes perdas recíprocas no contexto da atual globalização de sentido único.

Conclui-se, deste modo, que o “equivoco lusocêntrico”, em vez de perspetivar a lusofonia como um espaço de promoção da diversidade cultural, interpreta-a antes como uma forma de neocolonialismo, que sai de Lisboa em direção às suas ex-colónias, com o fim de as avassalar através dos mecanismos do “poder simbólico” a que se referia Bourdieu¹⁹ (*idem*: 7 – 8). Como foi demonstrado, esta interpretação não é destituída de sentido. Com efeito, subsistem ainda, no seio da sociedade portuguesa, algumas forças conservadoras, saudosistas e oportunistas que tendem a comprometer as condições de paridade em que os diversos agentes implicados na comunidade geocultural da lusofonia devem interagir, e que, por isso, merecem a mais atenta vigilância. Por outro lado, esta interpretação traz à luz a desconfiança, a maior parte das vezes exagerada, com que os países outrora colónias portuguesas encaram as relações com a ex-metrópole, desinvestindo em oportunidades de cooperação e de partilha de recursos

19 De acordo com o autor, o “poder simbólico” é “esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (Bourdieu, 1989: 7-8).

que interessam à afirmação da comunidade geocultural da lusofonia, no quadro do atual episódio da narrativa evolutiva da globalização.

Por isso mesmo, e retomando Canclini (2007), torna-se imperativo reinventar narrativas alternativas à épica e ao melodrama que nos deem conta das recomposições do mundo que se produzem nos dias de hoje.

Então, para que esta comunidade de múltiplas culturas encontre possibilidades que lhe permitam constituir-se, de facto, como uma dessas recomposições, será necessário fundá-la também a partir de outras narrativas. Em boa verdade, a perspectiva dominante sob a qual a história do império colonial português é contada por ambos os lados não encontra qualquer paralelismo nas atuais condições do mundo contemporâneo: esse império desapareceu radicalmente, convocando a ideia de lusofonia como sua prova mais inequívoca.

Referências

- ANDERSON, B. (1994) [1983]. *Imagined Communities: Reflections on the origins and spread of nationalism*. London: Verso.
- ALMEIDA, M. V. (2002). O Atlântico Pardo. Antropologia, pós-colonialismo e o caso “lusófono”. In Bastos, C., Almeida, M. V. & Feldman-Bianco, B. (Coord.), *Trânsitos Coloniais: Diálogos críticos luso-brasileiros*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, pp. 23-37.
- ALMEIDA, M. V. (2004). *Crioulização e Fantasmagoria*. Brasília: Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília.
- BAPTISTA, M. M. (2006). A lusofonia não é um jardim ou da necessidade de “perder o medo às realidades e aos mosquitos”. In Martins, M. L., Sousa, H. & Cabecinhas, R. (Eds.), *Comunicação e Lusofonia – Para uma abordagem crítica da cultura e dos media*. Porto: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade e Campo das Letras, pp. 23-44.
- BLOOM, H. (1997). *O Cânone Ocidental*. Lisboa: Temas e Debates.
- BOURDIEU, P. (1989). *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel.
- CABECINHAS, R. (2006). Identidade e Memória Social: Estudos comparativos em Portugal e em Timor-Leste. In Martins, M., Sousa, H. & Cabecinhas, R. (Eds.), *Comunicação e Lusofonia: Para uma abordagem crítica da cultura e dos media*, Porto: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade e Campo das Letras, pp. 183-214.

- CABECINHAS, R., Lima, M. E. O. & Chaves, A. M. (2006). Identidades nacionais e memória social: hegemonia e polémica nas representações sociais da história. In Miranda, J. & João, M. I. (Eds.), *Identidades Nacionais em Debate*. Oeiras: Celta, pp. 67-92.
- CABECINHAS, R. (2007). *Preto e Branco. A naturalização da discriminação racial*. Porto: Campo das Letras.
- CALAFATE, P. (Coord.) (2006). *Portugal como problema. Séculos V-XVI. A Afirmação de um Destino Colectivo* (Volume I). Lisboa: Fundação Luso-Americana e Público.
- CAMÕES, L. (1971). *Poesia Lírica* (seleção, prefácio e notas de Hernâni Cidade). Lisboa: Editorial Verbo.
- CANCLINI, N. G. (2007). *A Globalização Imaginada*. São Paulo: Editora Iluminuras.
- CARVALHO, M. & Cabecinhas (2010). O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa e a percepção de ameaça à identidade nacional. In Martins, M. L., Cabecinhas, R. & Macedo, L. (Eds.), *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona – Lusofonia e Sociedade em Rede*. Braga: CECS e Grácio Editor, pp.189-201.
- CASAGRANDE, N. S. & Bastos, N. B. (2010). A lusofonia e uma concepção de política linguística. In Bastos, N. M. B. (Ed.), *Língua Portuguesa, cultura e identidade nacional*. São Paulo: EDUC, pp. 79-96.
- CHAUNU, P. (1984). Introdução: do plural a um singular. In Bennassar, B. & Chaunu, P. (Coord.). *O Mundo em Expansão, Séculos XIV-XVI* (Volume I, Tomo I). Coleção História Económica e Social do Mundo (Dir. Pierre Léon). Lisboa: Sá da Costa Editora, pp. 11-23.
- COGO, D. & Badet, M. (2013). De braços abertos...A construção da imagem midiática da imigração qualificada e do Brasil como país de imigração. In Araújo, E., Fontes, M. & Bento, S. (Eds.), *Para um Debate sobre Mobilidade e Fuga de Cérebros*. Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, pp. 32-57.
- CUNHA, L. (2001). *A Nação nas malhas da sua identidade – O Estado Novo e a construção da identidade nacional*. Porto: Edições Afrontamento.
- FELDMAN-BIANCO, B. (2007). Empire, Postcoloniality, and diasporas, in *Hispanic Research Journal*, 8, pp. 267-278.
- FERNÁNDEZ-ARMESTO, F. (2010). A Expansão Portuguesa num Contexto Global. In Bethencourt, F. & Curto, D. R. (Dir.), *A Expansão Marítima Portuguesa, 1400-1800*. Lisboa: Edições 70, pp. 491-524.
- GODINHO, V. M. (1984). *Os Descobrimentos e a Economia Mundial – Volume I* (2ª Edição). Lisboa: Editorial Presença.

- HANNA, V. L. H., Brito, R. H. P. & Bastos, N. B. (2010). Políticas da língua e lusofonia: aspectos culturais e ideológicos. In Martins, M. L., Cabecinhas, R. & Macedo, L. (Eds), *Lusofonia e Sociedade em Rede, VIII Anuário Internacional de Comunicação Lusófona*. Braga: CECS e Grácio Editor, pp. 159-176.
- HOUAISS, A. (1992) [1984]. *O Português no Brasil* (3ª Edição). Rio de Janeiro: Editora Revan.
- LÁSZLÓ, J. (2003). History, identity and narratives. In J. László & W. Wagner (Eds.), *Theories and Controversies in Societal Psychology*. Budapest: New Mandate Publishers, pp. 180-192.
- LÁSZLÓ, J. (2008) *The Science of Stories: An Introduction to Narrative Psychology*. New York: Routledge.
- LIU, J. H. & Hilton, D. (2005). How the past weighs on the present: Towards a social psychology of histories. In *British Journal of Social Psychology*, 44, pp. 537-556.
- LICATA, L., Klein, O., & Gély, R. (2007). Mémoire des conflits, conflits de mémoires: Une approche psychosociale et philosophique du rôle de la mémoire collective dans les processus de réconciliation intergroupe. *Social Science Information*, 46(4), pp. 563-589.
- LOPES, E. R. (Coord.) (2011). *A Lusofonia – Uma questão estratégica fundamental*. S/l: O Sol.
- LOURENÇO, E. (1978). *O Labirinto da Saudade – Psicanálise Mítica do Destino Português*. Lisboa: D. Quixote.
- LOURENÇO, E. (2004). *A Nau de Ícaro seguido de Imagem e Miragem na Lusofonia* (3ª Edição). Lisboa: Gradiva.
- MACEDO, L., Martins, M. L. & Cabecinhas, R. (2011). Blogando a lusofonia: experiências em três países de língua oficial portuguesa. In Martins, M. L., Cabecinhas, R. & Macedo, L. (Eds) *Lusofonia e Cultura-Mundo, IX Anuário Internacional de Comunicação Lusófona*. Braga: CECS e Grácio Editor, pp. 121-142.
- MACIEL, C. L. F. (2010). *A Construção da Comunidade Lusófona a partir do Antigo Centro. Micro-Comunidades e Práticas da Lusofonia*. Dissertação de Doutoramento em Sociologia apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- MARTINS, D. (2013). *Gestão e retenção de repatriados: um estudo empírico em empresas portuguesas*. S/l: Bubok.
- MARTINS, M. L. (2006). A Lusofonia como promessa e o seu equívoco lusocêntrico. In Martins, M. L., Sousa, H. & Cabecinhas, R. (Eds.). *Comunicação e Lusofonia –*

- Para uma abordagem crítica da cultura e dos media*. Porto: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade e Campo das Letras, pp.79-87.
- MARTINS, M. L. (2011). Globalization and Lusophone World. Implications for Citizenship. In Pinto, M. & Sousa, H. (Eds.) *Communication and Citizenship. Rethinking crisis and change*. (IAMCR Conference, 2010). Coimbra: Grácio Editor/CECS, pp. 75-84.
- MARTINS, M. L. (2014). Língua Portuguesa, globalização e lusofonia. In Bastos, N. (Org.). *Língua Portuguesa e Lusofonia*. São Paulo, EDUC – IP-PUC, pp. 15-33.
- MATTOSE, J. (1998). *A Identidade Nacional*. Lisboa: Gradiva.
- McMILLIN, D. C. (2009). *Mediated Identities. Youth, Agency & Globalization*. New York: Peter Lang Publishing.
- MENEZES, S. (2000). *Mamma Angola. Sociedade e Economia de um País Nascente*. São Paulo: EDUSP e FAPESP.
- NEVES, J. (2009). The Role of Portugal on the Stage of the Imperialism: Communism, Nationalism, and Colonialism (1930-1960). In *Nationalities Papers*, 37, pp. 485-499.
- NGOMANE, N. (2012). *Lusofonia: Quem quer ser apagado?* Semanário *Sol*, edição moçambicana, 06/01/2012, p. 24.
- PAEZ, D., Liu, J. H., Techio, E., Slawuta, P., Zlobina, A., & Cabecinhas, R. (2008). ‘Remembering’ World War II and Willingness to Fight: Socio-Cultural Factors in the Social Representation of Historical Warfare across 22 Societies. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, 39, 373-380.
- PAEZ, D. & Liu, J. H. (2011). Collective Memory of Conflicts. In D. Bar-Tal (Ed.), *Intergroup Conflicts and their Resolution: a Social Psychological Perspective*. New York: Psychology Press, pp. 105-124.
- PEDREIRA, J. M. (2000). From Growth to Collapse: Portugal, Brazil, and the Break-down of the Old Colonial System (1760-1830). *Hispanic American Historical Review*, 80, pp. 839-865.
- SCHWARTZ, S. B. (2010). A Economia do Império Português. In Bethencourt, F. & Curto, D. R. (Dir.), *A Expansão Marítima Portuguesa, 1400-1800*. Lisboa: Edições 70, pp. 21-51.
- SOUSA, H. (2006). Comunicação e Lusofonia: do lugar acrítico ao lugar da procura. In Martins, M. L., Sousa, H. & Cabecinhas, R. (Eds.). *Comunicação e Lusofonia – Para uma abordagem crítica da cultura e dos media*. Porto: Campo das Letras, pp. 9-14.
- SPIVAK, G. C. (1999). *A Critique of Postcolonial Reason. Toward a History of the Vanishing Present*. Cambridge: Harvard University Press.

- WERTSCH, J. V. (2002). *Voices of Collective Remembering*. Cambridge: Cambridge University Press.
- WIEVIORKA, M. (2002). *A Diferença*. Lisboa: Fenda Edições.

Webgrafia

- CARVALHAIS, I. E. (2007). The cosmopolitan language of the state: post-national citizenship and the integration of non-nationals. In *European Journal of Social Theory*, 10(1): 99-111. [Disponível em <http://est.sagepub.com/cgi/content/abstract/10/1/99>, acessado em 25.10.2010].
- ESTRELA, R. (2011). A Luta dos Moradores do Bairro da Torre – Cultura Democrática e Lusofonia. In *Buala, Cultura Africana Contemporânea*, 28 de maio, [Disponível em <http://www.buala.org/pt/cidade/a-luta-dos-moradores-do-bairro-da-torre-a-cultura-democratica-e-a-lusofonia>, acessado a 12/09/2011].
- FIORIN, J. L. (2008). E agora, Portugal? [Disponível em <http://revistalingua.uol.br/textos.asp?codigo=11474>, acessado a 04.09.2011].

II. PARTE
POLÍTICAS DA LÍNGUA

CIDADANIA E COMUNICAÇÃO NA CRISE DO MILÊNIO: os desafios da comunidade acadêmica no espaço lusófono*

CITIZENSHIP AND COMMUNICATION IN THE MILLENNIUM CRISIS: challenges for the lusophone academic community

José Marques de Melo **

UNIVERSIDADE METODISTA DE SÃO PAULO
marquesmelo@uol.com.br

Resumo:

Refletindo sobre as implicações da ordem mundial que se impôs na esteira da Guerra Fria, o autor localiza a questão no espaço lusófono dentro do universo ibero-americano, propondo estratégias para fortalecer as identidades nacionais/regionais e lograr participação soberana na comunidade mundial de ciências da comunicação.

Palavras-chave: comunicação; cidadania; globalização; lusofonia; academia.

Abstract:

By evaluating the “new world order” effects generated by Cold War, the author includes the Lusophonian space in the Ibero-American framework. He presents

* Versão atualizada do texto apresentado ao “IAMCR 2010 Braga Conference”, na sessão plenária do dia 21 de julho de 2010, dedicada ao tema “Comunicação, Lusofonia e Cidadania” e publicado com o título “Citizenship and Communication in the Millennium Crisis: Challenges in the academic community in Lusophone space”. In M. Pinto & H. Sousa (org.) (2011). *Communication na d Citizenship: Rethinking Crisis and and Change* (pp. 85-92). A primeira versão em português foi publicada em *Comunicação & Sociedade*, 53, jun. 2010: 5-28.

** José Marques de Melo é professor do Programa de Pós-graduação em Comunicação Social da Universidade Metodista, diretor da Cátedra Unesco/Metodista de Comunicação Regional de São Paulo, professor emérito da Universidade de São Paulo e Presidente da Socicom – Federação Brasileira das Associações de Ciências da Comunicação. Foi presidente da ALAIC – Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación (1989-1992), vice-presidente da IAMCR – International Association for Media and Communication Research (1992-1996), presidente da Lusocom – Federação Lusófona das Associações de Ciências da Comunicação (1998-2002), presidente da Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (2005-2008), e também presidente da Confibercom – Confederação Ibero-Americana das Associações Científicas e Acadêmicas de Comunicação (2009-2011).

strategic tools in order to strengthen national or regional identities and to encourage autonomous participation in the world forum of communication scholarship. *Keywords:* communication; citizenship; globalization; lusophony; scholarship.



Crise do milênio

Refletir politicamente sobre as alternativas da cidadania para enfrentar as turbulências da globalização significa tomar como referência o “inevitável choque das civilizações” (Huntington, 1995) na conjuntura em que a “nova ordem mundial” se impôs na esteira da Guerra Fria.

O estadista português Mário Soares tem clareza dessa “crise do milênio”, sugerindo que “a falta de instituições mundiais capazes de enquadrar as profundas transformações que estão em curso” vem fomentando a renúncia aos “valores” culturais dos povos, em função da perda de “confiança no futuro” (Cardoso e Soares, 1998).

O que fazer para enfrentar a situação? Eric Hobsbawm (1995: 13) adverte que “um dos fenômenos mais característicos e lúgubres do final do século XX” tem sido “a destruição do passado – ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal à das gerações passadas”. Sua explicação é contundente. “Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer ligação orgânica com o passado público da época em que vivem.”

A principal consequência disso é a “despolitização” das sociedades nacionais. “No fim do século, um grande número de cidadãos se retirava da política”, enfraquecendo a “identificação coletiva com seu país”, a não ser por intermédio dos “esportes nacionais, de equipes e símbolos não-políticos” (Hobsbawm, 1995: 558).

Se o século XX simbolizou a “era dos extremos”, cuja duração foi da Primeira Guerra Mundial ao fim da Guerra Fria, ou melhor, de 1914 a 1991 (*Ibidem:* 13), a “era multicivilizacional” vaticinada para o enigmático século XXI (Huntington, 1997: 18) está sendo encarada com ceticismo e desalento.

Globalização

Apesar da capilaridade do vocábulo e da popularidade do fenômeno, o conceito de globalização continua a provocar controvérsia no ambiente intelectual. Ortiz (1994: 7) explica que a “emergência de uma sociedade global” ainda não encontrou legitimidade no pensamento acadêmico porque “as ciências sociais parecem se intimidar diante de um objeto desta magnitude”.

Hachten (1987: 9) entende que a globalização é fruto da “revolução tecnológica” responsável pela circulação instantânea das notícias em todo o planeta. O jornalista norte-americano diz que o fenômeno teve início no dia 20 de julho de 1969, quando “um número estimado de 600 milhões de pessoas em todo o mundo viram como Neil Armstrong dava o primeiro passo sobre a lua”.

Mattelart (2005: 19-25) diverge, afirmando que a mundialização é produto da “cultura do espetáculo” inaugurada em 1889 pela *Exposição Universal de Paris*. A encenação feita pelo “jornalista Crawford, auxiliado pelo ator Note Salisbury, da trupe de Buffalo Bill, com seus *peles vermelhas* e seus búfalos”, tornou-se “capa do número de 22 de junho do semanário *L’Illustration*”, despertando a curiosidade pública para o excêntrico, bizarro ou diferente.

Na literatura brasileira, a questão é matizada por variáveis de natureza metodológica. Numa perspectiva histórica, Andrade assegura que

a globalização é apenas uma fase da evolução do capitalismo, iniciada com a expansão européia no mundo, a partir do século XV, e ainda não concluída. (...) A globalização procura se aprofundar eliminando resistências e dominando paulatinamente a superfície da Terra. (Andrade, 2002: 30-31)

Do ponto de vista antropológico, “a globalização é um fenômeno emergente, um processo ainda em construção”, pressupondo “distanciamento” para “o entendimento da mundialização da cultura” (Ortiz, 1994: 15-21). Expressando a posição da sociologia, Ianni diz que

a globalização está presente na realidade e no pensamento, desafiando grande número de pessoas em todo o mundo. A despeito das vivências e opiniões

de uns e de outros, a maioria reconhece que esse problema está presente na forma pela qual se desenha o novo mapa do mundo, na realidade e no imaginário. (Ianni, 1995: 11)

Também esse é o ponto de partida da economia política para evitar a “fetichização do fenômeno”, de acordo com a ótica da “ideologia neoliberal”, pois, como reivindica Bolaño (1999: 73), a “chamada globalização é um elemento da atual transformação do sistema capitalista em âmbito mundial”.

Não podemos absolutamente perder de vista o papel que, nesse processo, desempenha a comunicação (Martins, 2011, 2014), cujas técnicas e suas práticas implantam-se progressivamente sobre o conjunto do planeta ou quase, acompanhando a generalização do capitalismo. Vale a pena insistir, como o faz Miége (1999: 13), que “a comunicação, evidentemente, corresponde a um movimento largamente transnacional, e eis por que não se hesita (...) em considerar que ela participa da tendência à globalização”.

Mas a comunicação não opera no vazio e não raciocina abstratamente. Trata-se de um fenômeno espacialmente localizado, cuja dinâmica depende de fatores geoeconômicos ou socioculturais, de natureza local, nacional ou regional.

Impõe-se a esta altura a questão principal: Como tais variáveis se configuram no espaço lusófono?

Lusofonia

Lusofonia é um conceito polissêmico, que significa “espaço geolinguístico” ou “memória de um passado comum”, mas também abarca as ideias de “sentimento”, “cultura”, “história partilhada”, “patrimônio simbólico”. Trata-se, rigorosamente, de uma “construção complexa”, como preferem dizer Moisés de Lemos Martins e seus colegas da Universidade do Minho (Martins, Sousa, Cabecinhas, 2007: 309).

Inventariando os significados correntes, Pim e Kristensen (2007: 311) sugerem que lusofonia é uma “ideia mágica”, não indo além da compreensão determinada pela língua portuguesa, exatamente por se tratar de um “continente imaterial disperso pelo mundo”.

Numa prévia exploração desse espaço lusófono, já havíamos esboçado um sentido peculiar, com a etiqueta apropriada: “comunidade cultural sem fronteiras físicas”.

Seus integrantes não desfrutam de contigüidade territorial, como ocorre nas tentativas contemporâneas de nucleação econômica. Trata-se de um agrupamento cimentado por motivações nitidamente comunicacionais, sem dúvida alentadas pela pujança da indústria cultural lusófona, cujos produtos estão circulando no triângulo Brasil-Portugal-Palops. Mas também estão presentes em todas as partes do mundo atual, difundidos pelos circuitos audiovisuais, preservando as rotas Norte-Sul dos pioneiros navegadores lusitanos, porém abrindo novos horizontes nos rumos Sul-Norte e Sul-Sul. (Marques de Melo, 1995: 22)

Herança do pós-colonialismo, a ideia de lusofonia remete a duas esferas distintas: a mítica – configurando um “fenômeno discursivo de representação social com uma lógica social específica” (Pim & Kristensen, 2007: 312) – ou a pragmática – “subordinada a funções práticas e orientada para a produção de efeitos sociais” (Martins, 2006: 82).

Dentre os efeitos vislumbrados pelo Grupo do Minho está o “combate simbólico” ensejado pela globalização em espaços periféricos como são os casos de Moçambique e Timor-Leste. No primeiro, Moçambique defronta-se com um tensão entre duas possibilidades: integrar-se ao espaço lusófono ou ao espaço anglófono. No segundo caso, Timor vacila entre três caminhos de “vida imaginária”: o lusófono, o anglófono e o indonésio (*Ibidem*).

Não se pode negar que estamos revivendo aquela utopia luso-tropical acalentada por intelectuais brasileiros, portugueses e africanos, desde o início do século passado. Sem pretender exclusivismo, creio que aos brasileiros Silvio Romero e Gilberto Freyre coube o mérito de empunhar pioneiramente a bandeira da lusofonia. Romero (1902) propôs um bloco linguístico, retomado por Silvio Elia (1989) e Freyre (1937) uma frente cultural, atualizada por Chacon (2002).

Tais projetos embasaram a constituição da CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (1989), que vem mobilizando a vontade política dos Estados nacionais. A avaliação do primeiro decênio de atividades põe em relevo sua “incipiência” e “dispersão” como consequência dos “cami-

nhos diferenciados” e dos “processos de maturação política” vigentes em cada um dos Estados membros (Pim & Kristensen, 2007: 319). De qualquer maneira, o movimento por ela desencadeado motivou a criação de várias instituições que estão fortalecendo a lusofonia em frentes culturais (como é o caso do Instituto Camões) e acadêmicas (como, por exemplo, a Federação Lusófona de Ciências da Comunicação).

Além dos onze congressos realizados no período 1997-2014 – Lisboa (1997), Aracaju (1998), Braga (1999), São Vicente (2000), Maputo (2002), Covilhã (2004), Santiago (2006), Lisboa (2009), São Paulo (2011), Lisboa (2012) e Pontevedra (2014) – esta federação vem publicando regularmente, desde 2003, o *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona*, um repositório expressivo da produção acadêmica da comunicação, no Brasil, Portugal e Galiza, e também nos países africanos de Angola, Moçambique e Cabo Verde¹.

Cidadania

Filhos diletos da modernidade, cidadania e utopia são conceitos que brotaram de uma mesma conjuntura histórica. Trata-se de produtos das “liberdades urbanas”, que Braudel (1989: 297-299) identifica como responsáveis pelo “primeiro surto desenvolvimentista” europeu. Quando as cidades começaram a sofrer ameaças regulatórias por parte dos Estados “modernos”, a cidadania foi sendo conquistada em meio a “tensões sociais” e “lutas de classes”, gerando situações de incertezas. Esses movimentos pendulares da vida cotidiana certamente motivaram Thomas Morus a satirizar as contradições da sua época. Concebendo a utopia como ilha imaginária, ele tornou a felicidade patrimônio coletivo.

Não obstante tenha sido contemporâneo do artífice do fenômeno social que hoje conhecemos pelo neologismo *mídia* (Marques de Melo, 2005: 13-22), o criador da utopia não viveu o suficiente para conhecer *A Galáxia de Gutenberg*. Mas se tivesse atravessado o portal do universo tipográfico, certamente desejaria recolher-se ardentemente ao seu refúgio utópico, tamanho o impacto provocado pela imprensa nos pilares da

1 Tanto para o que respeita a Federação das Associações Lusófonas de Ciências da Comunicação (Lusocom), como para o *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona*, ver: <http://www.lusocom.org/>

sociedade. Refletindo a intrepidez de cidadãos forjados pelo nacionalismo, pelo individualismo e pelo espírito de crítica (McLuhan, 1972), a geografia europeia expandiu suas fronteiras além-mar e a história intelectual percorreu caminhos infinitos.

Os detentores do poder, nos emergentes Estados nacionais, trataram de frear o ímpeto da cidadania, da mesma forma que os guardiães da doutrina, no precursor Estado multinacional (Igreja Católica), não hesitaram em frear o poder revolucionário da imprensa. E as nefastas consequências da engrenagem inquisitorial perduraram durante séculos. Foram neutralizadas apenas quando a cidadania se tornou hegemônica nos Estados regidos pela democracia representativa, fortalecida pelo ideário republicano.

“O século que viu Colombo, viu Gutenberg também”, proclamou retoricamente Castro Alves (1870) no poema “O livro e a América”. Mas a coincidência foi mero acidente histórico, advertiu imediatamente o poeta: isso ocorreu “por uma fatalidade. Dessas que descem de além”. Tanto assim que o itinerário da mídia impressa no continente desbravado por Colombo obedeceu a uma sequência plenamente articulada com o percurso aqui desenvolvido pela urbanização e pelo fortalecimento da *cidadania* (Marques de Melo, 2003: 59-85). Os prelos madrugaram nos territórios conquistados pelo Império Castelhana (1533), onde os colonizadores reproduziram as condições de vida desfrutadas pelos *cidadãos* que habitavam os burgos da metrópole ibérica. Eles floresceram mais tarde (1638), no espaço ocupado pela Coroa Britânica, justamente quando se intensificou a migração de comunidades religiosas. Elas construíram a malha urbana das colônias agroindustriais, onde as *práticas cidadãs* aceleraram o processo de autonomia nacional. Fenômeno contrastante ocorreu na vastidão territorial da Colônia Lusitana, onde a mídia impressa foi retardada durante três séculos (1808), como decorrência da incipiente urbanização e da consequente *ausência de cidadania*, entre outros fatores de natureza sociocultural.

Não é sem razão que Paulo Freire (1966) deplora o “mutismo do homem brasileiro”, resultante da nossa inexperiência democrática durante o regime colonial.

O Brasil nasceu e cresceu sem experiência de diálogo. De cabeça para baixo, com receio da Coroa. Sem imprensa. Sem relações. Sem escolas. Doente. Sem

fala autêntica. (...) Entre nós (...) o que predominou foi o mutismo do homem brasileiro. Foi a sua não-participação na solução dos problemas comuns. Faltou-nos, na verdade (...), vivência comunitária. (Freire, 1966: 66-70)

Desprovido de suportes midiáticos e destituído de referentes simbólicos que habilitassem ao ingresso em *A Galáxia de Gutenberg*, o povo brasileiro foi criando a própria mídia (artesanal, ardilosa, criativa). Trata-se do embrião da mídia cidadã, que ganharia densidade, mas não necessariamente legitimidade, na fase posterior à independência nacional. Luiz Beltrão (1967) denominou “sistema de folkcomunicação” ao conjunto dessas manifestações populares. Na verdade, elas permanecem vivas até os dias atuais, coexistindo dialeticamente com o “sistema de comunicação massiva”.

As classes populares têm, assim, meios próprios de expressão e somente através deles é que podem entender e fazer-se entender. Tais meios são, ainda em grande parte aqueles mesmos que lhe serviram na fase da Independência: a literatura oral, com os cantadores, as estórias e anedotas, os romances cheios de moralidade e filosofia; o jornalismo ambulante dos caixeiros-viajantes, dos choferes de caminhão, dos frades e padres missionários ou dos vigários nas “desobrigas”, dos passadores-de-bicho de engenho a engenho enchendo as “poules” e conversando fiado, dos canoieiros do São Francisco, do Amazonas e seus afluentes; ou a literatura escrita, com os folhetos de romances ou paródias de orações católicas, os almanaques de produtos farmacêuticos, os calendários e folhinhas, os livros de sorte, publicações periódicas e avulsas impressas em prelos manuais; ou, ainda, a linguagem simbólica e eloquente dos autos e entretenimentos, que se praticam nas festas religiosas e cívicas, no São João, no Natal, durante o tríduo de Momo ou nos aprontes de marchas dos blocos ou de sambas das escolas das favelas, nos candomblés e xangôs, na Semana Santa. E também pela “fala” explícita das peças de artesanato, de esculturas, de quadros, de móveis e utensílios rústicos. (Beltrão, 2003: 125)

Essa simultaneidade de sistemas midiáticos, um massivo (hegemônico) e outro popular (contrahegemônico), configura paradoxo que desafia, no espaço acadêmico, os pesquisadores da área de comunicação.

Academia

Tais referências ao mundo acadêmico suscitam a questão da inserção da comunidade lusófona na comunidade mundial das ciências da comunicação como bloco culturalmente identificado. Sabemos que foi lenta a constituição do campo científico da Comunicação, tendo como pano de fundo as convergências e as tensões entre os saberes profissionais, o pragmatismo empresarial, as estratégias governamentais e a investigação acadêmica.

Mas o processo de constituição de uma comunidade acadêmica mundial área de conhecimento da Comunicação só emergiu no período posterior à Segunda Guerra Mundial, contaminada evidentemente pela dinâmica da Guerra Fria. Desde a fundação da IAMCR (*Internacional Association for Media and Communication Research*), em Paris, em 1957, foi-se gerando a tensão entre investigação básica e investigação aplicada, entre os saberes profissionais e a reflexão crítica dos processos mediáticos.

O mundo lusófono se fez representar na fundação da entidade por meio do brasileiro Danton Jobim. Dois fatores contribuíram para essa presença histórica. Primeiro, a circunstância de ser francesa a vanguarda que pugnou pela criação dessa entidade. Fernand Terrou e Jacques Kayser, artífices da nossa comunidade, eram cientistas sociais valorizados pela Unesco e por ela foram induzidos a criar a AIERI – *Association Internationale des Études et Recherche sur l'Information*. Segundo, Danton Jobim integrava o círculo dos pesquisadores estrangeiros prestigiados pelo Instituto Francês de Imprensa, onde ele estivera no primeiro semestre de 1957 para ministrar um curso que logo virou livro, despertando o interesse para a natureza do jornalismo praticado na imprensa lusoamericana. Foi natural que seu nome fosse incluído na lista dos professores convidados para comparecer ao evento fundacional da nova associação.

Entretanto, os primeiros congressos internacionais registraram escassa participação lusófona, tendo em vista a escalada dos regimes ditatoriais no Brasil e em Portugal. Essa presença só iria ser fortalecida no bojo da democratização de ambos os países. O congresso de Barcelona (1988) constituiu marco expressivo dessa participação lusófona na AIERI/IAMCR. Mais de uma dezena de brasileiros compareceu ao evento, dos quais três, cujas comunicações, escritas em inglês, foram incluídas nos anais do evento (Pares i Maicas, 1988). Até então, apenas duas línguas mereciam reco-

nhecimento da associação – inglês e francês. Foi justamente em Barcelona que o espanhol se tornou língua oficial.

Mas o congresso seguinte – Bled (1990) – contou com 25 comunicações de brasileiros (Marques de Melo, 1991), credenciando o Brasil para sediar o congresso seguinte (Guarujá, 1992). Até aquela altura, a participação portuguesa era residual ou nula, tendo em vista a natureza recente dos estudos comunicacionais em universidades lusitanas. Mas notou-se ali a presença galega, ensejando um protocolo de intercâmbio entre São Paulo e Santiago de Compostela.

A comunidade mundial da área de conhecimento da Comunicação já se reuniu três vezes no espaço lusófono. Depois do congresso do Guarujá, a IAMCR voltou ao Brasil em 2004 para realizar o congresso de Porto Alegre. E Braga se converteu em cenário do congresso de 2010.

Sabemos que investigadores das ciências da comunicação encontram-se dispersos por muitos países e em todas as regiões do planeta, num processo singular de consolidação de suas instituições acadêmicas e profissionais, no quadro das revoluções científicas contemporâneas. Dessa maneira, estão criadas, no âmbito internacional, condições favoráveis ao intercâmbio dos investigadores lusófonos com os seus pares estrangeiros, interessados em estudos comparativos ou cooperativos. Mas logo vamos percebendo que se trata de ponte muito estreita e que pouco favorece o tráfego em mão dupla.

Tendo vivenciado “por dentro” a dinâmica da comunidade e a complexidade de um congresso internacional, não me foi difícil notar a muralha representada pela hegemonia anglófona no seio dessa comunidade acadêmica internacional. Não se trata de comportamento premeditado ou ostensivo, mas de atitude em certo sentido orgânica, quase dissimulada. Ela se confirma na literatura internacional legitimada, por exemplo, no aclamado manual de *Teoria da Comunicação de Massas*, de autoria de Dennis McQuail. Os autores referenciados são exclusivamente anglófonos e os autores consultados restritos às cinco nações do Norte que instituíram o paradigma ocidental do conhecimento científico – Inglaterra, Alemanha, França, Itália e Estados Unidos (Santos, 2007) –, ignorando ostensivamente as contribuições do Sul. Pensadores como Paulo Freire, Antonio Pasquali, Martin Barbero, Verón, Beltrán ou Kaplun são omitidos ou excluídos.

Apesar da projeção conquistada pelo Brasil, figurando no *ranking* de Braga como o país com maior volume de *papers* selecionados, depois de ter

sido o segundo país nos *rankings* de Guarujá, Sydney e Glasgow, o diálogo com os nossos pares de outras geografias não fluiu satisfatoriamente, não obstante o fato de boa parcela dos *papers* brasileiros ter sido apresentada em inglês, a língua franca da comunidade acadêmica. A interação possível, naquelas oportunidades, se deu com os segmentos francófonos ou hispânicos, cuja proximidade cultural nos atraía mutuamente e cujo isolamento intelectual nos tornava mais solidários.

Logo depois do congresso mundial do Guarujá, foram promovidas em São Paulo reuniões binacionais entre pares que se comunicam sem necessidade de tradução. Tal iniciativa foi posteriormente replicada, com a participação de outros países – Itália, Inglaterra, Dinamarca, Espanha, Portugal, Canadá, Estados Unidos e China. Dessa maneira, tínhamos julgado que continuávamos a incentivar a presença de delegações brasileiras nos congressos bienais da IAMCR. Mas logo percebemos que o espaço da associação reduzia-se, cada vez mais, aos pesquisadores fluentes em inglês, motivados pelos temas de uma agenda sintonizada com a ótica dominante na vanguarda que gira em torno da órbita anglo-americana.

Outra evidência contundente foi a criação de uma espécie de “gueto hispânico” nos congressos bienais da AIERI. Respeitando o dispositivo estatutário de que o espanhol é também língua oficial da associação, os responsáveis pela programação das atividades segmentaram os trabalhos inscritos em cada seção ou grupo de trabalho, isolando, no fim de cada jornada, aqueles escritos em espanhol. Após o intervalo, quando os grupos retornaram aos recintos onde estavam reunidos, percebeu-se que somente ficaram os hispano-falantes. Os demais se retiraram discretamente.

Estratégias

Torna-se cristalina, portanto, a necessidade de espaços nos quais os pesquisadores que possuem afinidades culturais possam se reunir e dialogar sobre o avanço do saber comunicacional. O exemplo mais interessante é o dos países nórdicos. Eles formaram o Nordicom, valendo-se do inglês como língua franca. No caso ibérico, sequer precisamos recorrer a um idioma-ponte, tendo em vista que o espanhol e o português são facilmente compreensíveis pela leitura e o *portunhol* funciona naturalmente como artifício de expressão oral.

Mais forte do que o argumento da operacionalidade comunicativa é o da contiguidade simbólica, pois vivemos em sociedades que possuem relações econômicas, políticas e culturais mais próximas do que as decorrentes de outras articulações geopolíticas. Por que não potencializar esses fatores convergentes para constituir uma comunidade iberoamericana de ciências da comunicação? Com que argumento? O dos ventos que sopram favoravelmente. Eles evidenciam uma série de fatores sinérgicos.

A celebração do bicentenário da independência nacional nos países antes dominados por lusitanos e castelhanos na América constituiu momento propício para cicatrizar as feridas remanescentes do período colonial. Chegou então o momento de sacudir a poeira histórica, estancando as tristezas do passado para embalar as alegrias do futuro. Se fizermos um inventário das conquistas geopolíticas que ocorreram nos últimos duzentos anos na Ibero-América, vamos observar que percorremos trajetórias semelhantes na periferia do capitalismo. Da mesma forma que a América Latina sofreu a marginalidade típica do subdesenvolvimento gerado pelo pacto colonial, a Península Ibérica amargou o ostracismo a que são condenados os impérios decadentes, convertidos em satélites das potências hegemônicas.

Essa condição de mútua subalternidade, durante o século XX, de certo modo reaproximou as comunidades acadêmicas desta megarregião, que se mostraram capazes de ultrapassar mágoas históricas e ressentimentos contemporâneos, engendrando formas de cooperação solidária. Nas crises de escassez de trabalho e de penúria alimentar, foram acolhidos, tanto na América Latina, como na Península Ibérica, contingentes migratórios, bem como nos momentos de déficit democrático foram asilados perseguidos políticos e dissidentes ideológicos. E agora que este espaço geocultural se defronta com o imperativo da globalização econômica, nada mais plausível que a formação de aliança estratégica no sentido de garantir espaço próprio na geografia planetária. Em vez de gravitar secundariamente em torno de eixos aleatórios, procura-se agora praticar a solidariedade política e a cooperação econômica, de modo a favorecer uma órbita cultural própria.

A fisionomia multicultural do processo de globalização pressupõe a união dos “povos parentes”, no sentido de preservar “identidades” que garantam a ocupação de espaços na geografia do mundo novo. Superar os ódios e os preconceitos enraizados no passado constitui o primeiro passo

para a cooperação duradoura. Nesse sentido, vale a pena reproduzir a oportuna lição de Chacon:

O nacionalismo é bom servo e mau senhor. Só deve ser defensivo, pragmático, autolimitado instrumento, nunca um fim em si mesmo. O melhor é o universalismo (inter)nacionalista e (inter)regionalista, respeitador das diferenças, rumo à eqüitativa divisão internacional do trabalho baseada em custos competitivos e socialmente complementares; não apenas integração dos sistemas mundiais de produção e comercialização por cima das fronteiras e sim também livre trânsito de pessoas e informações. (...) Não se pode privilegiar impunemente o passado, o passado passou, o que fica é o legado, saudades só as do futuro... (Chacon, 2005: 39)

Em função disso, nada mais útil do que sua recomendação estratégica:

Espanha e Hispano-América, Portugal e Brasil vivem em mundos diferentes, têm objetivos próprios, são mundos diferentes cada vez mais pelas diferentes composições internas e externas que assumem. Cumpre buscar novos reencontros, outras convergências. (*Ibidem*, 2005: 15)

Finalmente, é importante recordar seu recado particular aos intelectuais lusófonos:

A lusofonia é fundamental para a identidade nacional interna de Portugal, Brasil, afro-lusófonos e timorenses diante dos vizinhos e do mundo. Lusófonos e hispanófonos precisam aprender a língua do outro, até se tornarem bilíngües, trilingües com o inglês hoje, mais adiante com o idioma do próximo co-hegemônico, porque não se deve aceitar a unilateralidade. Quanto mais culturas, em geral, se conhecerem, tanto menos se estranharão e entrarão em conflito. (...) Não só as etnias, mas também os idiomas e as culturas não podem ser excludentes, xenofóbicos. (*Ibidem*, 11)

No plano acadêmico, a correlação de forças mostra-se favorável à constituição de uma comunidade acadêmica ibero-americana. Algumas evidências saltam à vista. A superação dos antagonismos regionalistas que distanciaram as comunidades habitantes dos espaços lusitanos e hispânicos permitiu, no

início do novo século, a formação de comunidades acadêmicas nacionais. Portugal adiantou-se, principalmente pela ausência do componente linguístico, que continua a perdurar na Espanha. O fato de o português dominar todo o território nacional facilitou imensamente a criação e consolidação da Sopcom. Aglutinando pesquisadores da capital e das províncias, essa nova entidade ganhou legitimidade no processo de intercâmbio com o Brasil e com os países africanos de expressão lusitana. Depois resgatou seus laços com a vizinha Espanha, promovendo colóquios ibéricos².

O caso espanhol é mais complexo, não apenas porque se trata de uma constelação de comunidades autônomas, onde vigora o plurilinguismo, mas em virtude da tensão política, herança da guerra civil, que o regime democrático não conseguiu sepultar. A tutela das universidades renomadas em relação às instituições emergentes ainda causa fissuras no relacionamento acadêmico. Todavia, o realismo político prevaleceu oportunamente, conduzindo ao Pacto de Sevilha, quando os decanos da comunidade de ciências da comunicação concordaram em estruturar a *Asociación Española para la Investigación de Comunicación* /AE-IC. O processo se completou em fevereiro de 2008, quando se reuniu o primeiro congresso nacional, sob as bênçãos de Santiago de Compostela, seguidos por outros encontros nacionais, realizados em Málaga (2010), Tarragona (2012) e Bilbao (2014).

Foram criadas, portanto, as condições mínimas para a formação de uma confederação ibero-americana de ciências da comunicação, capitalizando o legado acumulado pelos nossos pioneiros. A integração das universidades europeias ao Protocolo de Bolonha pressupõe cooperação internacional com os “países parentes” e com os “vizinhos próximos ou distantes”. O diálogo com os parentes exige o aprendizado do português e do espanhol como segunda língua estrangeira, sem minimizar a aprendizagem da língua inglesa. Dessa maneira, será possível, a curto prazo, criar fluxos de circulação das publicações nas duas línguas.

Como estratégia de ocupação de espaços na comunidade mundial torna-se indispensável que as vanguardas acadêmicas dominem o inglês para se comunicar fluentemente. Enquanto isso, o conjunto da comunidade pode se reunir nos Congressos da Confibercom, para intercambiar conhecimentos, sem pretensões de hegemonia, de parte a parte. É sem dúvida um espaço

2 Sobre a Sopcom, ver www.sopcom.pt

que pode se transformar numa espécie de fórum para aglutinação tática, no sentido de ser alcançada a unidade por meio dos objetivos estratégicos já referidos. O que não tem sentido é continuar uma guerra surda pela conquista de adesões pessoais ou grupais. A partir daí será possível chegar a porto seguro que nos garanta presença significativa na geografia planetária, comunicando amplamente a riqueza de nossa diversidade cultural.

Passo importante foi dado na Ilha da Madeira, de 16 a 19 de abril de 2009, onde foi gestada a integração de todas as associações nacionais e regionais em uma federação ibero-americana de ciências da comunicação, criando sinergia para defender os interesses comuns no seio da comunidade mundial. Visando intervir de forma consequente na arena global, foram organizados o I Congresso Mundial de Comunicação Ibero-Americana, na cidade de São Paulo, no período de 3 a 6 de agosto de 2011, e também o II Congresso Mundial de Comunicação Ibero-Americana, na cidade de Braga, no período de 13 a 16 de abril de 2014³. Trata-se de iniciativa destinada a reunir forças para ocupar os espaços institucionais a que esta megaregião geoestratégica ambiciona legitimamente.

Referências

- ANDRADE, M. C. (2002). *Globalização e identidade nacional*. Recife: Bagaço.
- BALSEMÃO, F. P. (1996). Desordem informativa mundial. In: M. Ledo (org.). *Comunicación na Periferia Atlântica* (pp. 30-46). Santiago de Compostela: Universidad de Santiago de Compostela.
- BELTRÃO, L. (1980). *Folkcomunicação, a comunicação dos marginalizados*. São Paulo: Cortez.
- BOLAÑO, C. (1999). Economia política, globalização e comunicação. In: C. Bolanõ (org.). *Globalização e regionalização das comunicações* (pp. 73-96). São Paulo: EDUC.
- BRAUDEL, F. (1989). *Gramática das civilizações*. São Paulo: Martins Fontes.
- CARDOSO, F. H. & Soares, M. (1998). *O mundo em português*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- CASTRO Alves (s.d. [1870]). O livro e a América. In *Poetas românticos brasileiros*, vol. I. São Paulo: Editora Lumen.

3 Tanto sobre a Confederação das Associações Científicas e Acadêmicas (Confibercom), como sobre os seus Congressos, ver <http://confibercom.org/>

- CHACON, V. (2005). *A Grande Ibéria*. São Paulo: Edunesp.
- CHACON, V. (2002). *O futuro político da Lusofonia*. Lisboa: Verbo.
- CERVO, A. (2000). *Depois das caravelas*. Brasília: EdUnB.
- FREYRE, G. (1975). *O brasileiro entre os outros hispanos*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- FREYRE, G. (1973). *Além do apenas moderno*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- FREYRE, G. (1971). *Novo mundo nos trópicos*. São Paulo: Nacional.
- HACHTEN, W. (1989). *El prisma mundial de las noticias*. México: Prisma.
- HOBBSAWN, E. (1995). *Era dos extremos*. São Paulo: Cia. das Letras.
- HUNTINGTON, S. (1997). *O choque de civilizações*. São Paulo: Objetiva.
- IANNI, O. (1995). *Teorias da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- MARQUES de Melo, J. (2010). *Comunicación Multicultural en Iberoamérica*. São Paulo: Confibercom.
- MARQUES de Melo, J. (2009). *Entre el saber y el poder*. Sevilla: CS.
- MARQUES de Melo, J. (2008). *História política das ciências da comunicação*. Rio de Janeiro: Mauad.
- MARQUES de Melo, J. (2003). *História do pensamento comunicacional*. São Paulo: Paulus.
- MARQUES de Melo, J. (1999). Indústria cultural lusófona. In: Bolaño, C. (org.). *Globalização e regionalização das comunicações* (pp. 98-114). São Paulo: EDUC.
- MARQUES de Melo, J. (1995). Uma comunidade cultural sem fronteiras físicas ou tecendo a identidade cultural luso-afro-brasileira. *Comunicação & Sociedade*, 23 (pp. 3-14). São Bernardo do Campo: Editora Metodista.
- MARQUES de Melo, J. (1993). *Communication for a New World*. São Paulo: ECAUSP.
- MARQUES de Melo, J. (1991). *Communication and Democracy*. São Paulo: ECAUSP.
- MARTINS, M. L. (2014). Língua Portuguesa, globalização e lusofonia. In Bastos, N. (org.). *Língua portuguesa e Lusofonia* (pp.15-33). São Paulo, EDUC - IP-PUC.
- MARTINS, M. L. (2011). *Crise no castelo da Cultura: das estrelas para os ecrãs*. Coimbra: Grácio Editor.
- MARTINS, M. L. (2006). A lusofonia como promessa e o seu equívoco lusocêntrico: In Martins, M. L.; Sousa, H. & Cabecinhas, R. (eds.) *Comunicação e lusofonia: para uma abordagem crítica da cultura e dos media* (pp. 79-87). Porto: Campo das Letras.
- MARTINS, M. L.; Sousa, H. & Cabecinhas, R. (2007). Lusocom: estudo das políticas de comunicação e discursos no espaço lusófono. In: M. Ledo (org.). *Comunicación local no espazo lusófono* (pp. 301-310). Santiago de Compostela: Agacom.
- MATTELART, A. (2005). *Diversidade cultural e mundialização*. São Paulo: Parábola.
- MC LUHAN, M. (1972). *A galáxia de Gutenberg*. São Paulo: Nacional.

- MIÈGE, B (1999). A multidimensionalidade da comunicação. In: C. Bolaño (org.). *Globalização e regionalização das comunicações* (pp. 13-28). São Paulo: EDUC.
- ORTIZ, R. (1994). *Mundialização e cultura*. São Paulo: Brasiliense.
- PARES i Maicas, M. (1988). *Communicació Social i identitat cultural*. Barcelona: UAB.
- PIM, J. E. & Kristensen, B. (2007). Comunicação Lusófona: conceitos, atores e estratégias. In: *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona* (pp. 17-42). Porto: Campo das Letras/CECS.
- ROCHA, P. M. & Sousa, J. P. (2008). *Rumos do Jornalismo na Sociedade Digital. Brasil e Portugal*. Porto: Edições UFP.
- TREMBLAY, G. (1996). La sociedad de la información. In: M. Ledo (org.). *Comunicación na Periferia Atlântica* (pp. 31-38). Santiago de Compostela: Universidad de Santiago de Compostela.

POLÍTICA LINGUÍSTICA: TERRA DE NINGUÉM, TERRA DE TODOS

Notas a partir de um Posto de Observação Moçambicano

LANGUAGE POLICY: NO MAN'S LAND, LAND OF ALL

Notes from a Mozambican Observation Post

Armando Jorge Lopes*

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

ajlpopes@zebra.uem.mz

Resumo:

A presente comunicação ocupa-se de duas frentes. A primeira frente remonta a um curso de Verão sobre a política do Português em África e na Europa, que a Universidade de Lisboa realizou na Arrábida em 1998, tendo então, no âmbito da transdisciplina da Linguística Aplicada, sugerido (comunicação publicada em 2002) a construção de uma convergência entre a planificação linguística, que considero ser a teoria científica, e a política linguística, digamos a teoria indigenizada, que é a prática. Nesta interface da Linguística Aplicada, localizada em *terra de ninguém* porque a contiguidade fronteiriça da planificação e da política linguísticas cria esse espaço especial de pertença e de reflexão por todos, pretendo aqui retomar temas-suporte do sistema ecológico da língua portuguesa, de entre outros, o tema da custódia de língua, a problemática do paradigma metodológico para este tipo de pesquisa, o tema da naturalização de língua e seus usos, o da substituição de uma língua oficial de comunicação mais ampla por outra e o tema da morte de língua.

* Linguista moçambicano, natural de Maputo, é actualmente Vice-Reitor da Universidade Politécnica de Moçambique. É Professor Catedrático Jubilado no Departamento de Linguística e Literatura da Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane (UEM), da qual também foi Director. Obteve o Mestrado em Ensino da Língua Inglesa e Linguística na *University of York*, UK (1982), e o Doutoramento em Linguística Aplicada na *University of Wales*, UK (1986). Fez dois pós-doutoramentos, tendo um sido na University of Southern California em Los Angeles (1991) e o outro na University of Cambridge, UK (1993). Publicou 10 livros (o primeiro dos quais na Imprensa da UEM em 1980) e apresentou mais de 70 comunicações a conferências em Linguística Aplicada e línguas, tendo a maior parte sido publicada em revistas especializadas internacionais e como capítulos em livro. Os seus principais interesses incluem a escrita em língua segunda, a retórica contrastiva, metodologias de ensino de línguas estrangeiras, design curricular, psicologia cognitiva, análise do discurso, política linguística, planificação linguística, alfabetização e léxicos de usos.

Na decorrência da frente da planificação e política linguísticas, a segunda frente transporta-nos para o devir, e assim tenciono reflectir sobre o conceito transdisciplinar da 'lusofonia' que, da *terra nullius*, vem clamando por conceptualização e operacionalização; ao mesmo tempo, procuro discutir franjas do assunto que, à semelhança da planificação linguística, se reveste de interfaces eminentemente sociais, culturais e históricas, e que permeiam questões tratadas na primeira frente desta comunicação.

Palavras-chave: planificação linguística, política linguística, lusofonia, transdisciplina.

Abstract:

This communication deals with two fronts. The first front dates back to a summer course on the Portuguese policy in Africa and Europe, held by University of Lisbon in Arrábida (1998), under the transdiscipline of Applied Linguistics, where it was suggested (paper published in 2002) the construction of a convergence of language planning, which I believe it is a scientific theory, and language policy (the 'indigenized' theory), which is the practice.

In this Applied Linguistics interface, located in no man's land because the border contiguity of language planning and policy creates that special space of belonging and reflection by all, I hereby want to return of the support themes of the ecological system of the Portuguese language, among others, the language of custody issue, the issue of methodological paradigm for this type of research, the issue of language naturalization and their uses, the replacement of an official language of wider communication for each other and the topic of the death of language.

As a result of the planning and language policy, the second front takes us to the becoming, and so I intend to reflect on the transdisciplinary concept of 'Lusophony that of 'terra nullius', one that calls for conceptualization and operationalization, while seeking to discuss the subject fringes that, like the language planning, is of eminently social, cultural and historical interfaces, and that permeate the issues dealt with in the first front of this communication.

Keywords: language planning, language policy, Lusophony, transdiscipline

Introdução

Há dias, como o faço algumas vezes ao longo do ano, atravessava a fronteira entre Ressano Garcia, do lado de Moçambique e Komatipoort, do lado da África do Sul. Só que desta vez foi diferente, talvez pressionado por se estar a aproximar o tempo de escrever uma comunicação para esta conferência internacional na bela cidade de Braga. Ao atravessar "a terra de ninguém" (ou *no man's land*, numa das línguas oficiais do nosso

vizinho), aquela extensão de pouco mais de duzentos metros que a ninguém pertence mas que une os dois lados, disse para mim: Está aqui o meu *paper*. Passo, então, a explicar-me e espero que a argumentação seja útil e não enfadonha.

A *lusofonia* é a formulação de uma ideia, um conceito transdisciplinar que julgo tratar melhor através da transdisciplina que é a Linguística Aplicada, tal como se lhe referiu James (1993). A Linguística Aplicada funciona como uma interface que se ocupa da terra de ninguém entre a planificação linguística, que é a teoria científica e a política linguística, que é a teoria indigenizada, ou seja a teoria da prática. A lusofonia que, em minha opinião, é um conceito transdisciplinar em construção, consta da agenda da Linguística Aplicada, que inclui os temas da custódia de língua, usos de língua, substituição, revitalização ou morte de uma língua, entre outros, temas-conceito estes essenciais, porque contíguos, para a reflexão sobre a lusofonia. Assim, temos o conceito transdisciplinar da lusofonia relacionando-se com outros conceitos transdisciplinares como os conceitos referidos, que lhe são afins, no coração da Linguística Aplicada transdisciplinar, sendo esta delimitada, por contiguidade, pela planificação linguística, de um lado da fronteira, e a política linguística, do outro. Esses conceitos são, pois, objecto de tratamento *in tandem* por parte das duas teorias.

A *política linguística* consiste num corpo de ideias, leis, regulamentos, regras e práticas que visa materializar uma pretendida mudança linguística numa determinada comunidade de falantes. Ou, como, perante uma audiência sobretudo de educadores, Luís Bernardo Honwana (2011) magistralmente procurava definir o conceito para o caso moçambicano e talvez não só, recorrendo a enfoques de natureza ideológica e histórica:

O estado é simultaneamente o objectivo final do movimento nacionalista e o instrumento para a construção da nação que, conseqüentemente, deve ter uma natureza multicultural. A política linguística vem assim substituir os processos violentos que levaram à formação das actuais línguas universais e línguas eurásicas. Ela é um elemento fundamental na validação e defesa do multiculturalismo como alternativa nacional.

Por seu turno, a *planificação linguística*, outrora conhecida por ‘engenharia linguística’, consiste num conjunto de actividades que visa conceber mudanças linguísticas numa determinada comunidade, e cuja intenção, ao nível das autoridades competentes, assenta na manutenção da ordem civil, na preservação da identidade cultural e no melhoramento da comunicação (Lopes, 2002: 19).

A planificação linguística mantém laços estreitos de relacionamento com o campo da linguística social, que estuda as forças sociais que influenciam a mudança linguística e os tipos de mudança motivados pelas forças sociais. Como apropriadamente dizem Kaplan e Baldauf, Jr. (1997: 307)¹:

Se não se entender a linguagem como fenómeno social, é praticamente impossível realizar planificação linguística, excepto no sentido mais restritivo da planificação do corpus. Isto não equivale a dizer que os insumos da linguística autónoma são irrelevantes (...). Mas a planificação em termos de estatuto requer uma abordagem muito diferente em relação à definição do conceito de língua e à compreensão da inter-relação entre as populações humanas e a(s) língua(s) usada(s) na comunicação com os outros.

Custódia de língua

A custódia da língua portuguesa pertence a cada um dos oito Estados, regiões e comunidades que a falam (Martins, 2006: 81). Muitos falantes nativos e não só orgulham-se, com naturalidade, do facto de o Português no mundo ser reconhecido como língua internacional e em expansão. Mas na verdade, o Português perde o seu estatuto mais localizado, digamos o seu *parochialismo*, e adquire a internacionalidade e intercontinentalidade, pela simples razão desta língua não ser propriedade de nenhum Estado e povo. Por outro lado, também não cabe ao falante-nativo nenhum direito especial de expressão.

1 Unless one perceives of language as a social phenomenon, it is quite impossible to undertake language planning, except in the most restrictive sense of corpus planning. This is not to claim that insights from autonomous linguistics are irrelevant; on the contrary, some of the notions available in grammatical theory are central to corpus work. But status work requires a quite different approach to the definition of language and to the understanding of the inter-relationship between human populations and the language(s) they use in communicating with each other.

Na área do ensino de línguas assume-se, por vezes, que apenas é adequada a competência linguística e comunicativa do professor falante-nativo. Assume-se, assim, que o professor falante-nativo é detentor de uma espécie de patente sobre o que constitui falar correcta e apropriadamente e sobre o que constitui escolha adequada das metodologias de ensino. Para mim, este assunto é diferente.

Embora importante o seu papel interventivo, eu acho que não compete ao falante-nativo um papel decisivo em julgamentos a propósito da evolução da língua portuguesa em Moçambique. Como também não compete ao falante-nativo de Portugal, Brasil ou Timor-Leste. Na realidade, a língua portuguesa é uma língua internacional porque nenhum país, singularmente, pode ou deve reivindicar a sua custódia. Muitos falantes-nativos sentem-se certamente satisfeitos pelo facto do Português ser um meio de comunicação internacional. Mas no processo de se tornar um meio de comunicação internacional, deixou de ser apenas a língua de um determinado lugar ou comunidade de falantes. Não se está a falar de um poder que é delegado a outros, enquanto ao mesmo tempo se retêm direitos *senhoriais* de propriedade. Outros povos detêm também esses direitos, porque a língua portuguesa pertence a todos os que a usam para a sua comunicação diária e a todos os que gostam de se exprimir nessa língua.

Em diversos contextos, incluindo os da escola, *o modelo do falante não-nativo que se expressa com fluência* não é menos apropriado que o modelo do falante-nativo que entende a situação do aprendente não-nativo no seu processo de aprendizagem e entende as estratégias que o aprendente utiliza. Não há nenhuma relação pré-determinada entre as propriedades da fluência e a condição de falante-nativo. Talvez seja necessário desmitificar o conceito de *falante-nativo*, reformulando-o para servir sociedades multilingues em que muitos aprendentes adquirem simultaneamente mais do que uma língua como línguas nativas, sendo por vezes difícil dizer que língua é a língua mãe ou a língua primeira. O que fazer então? Formular um novo conceito que incorpore denominadores sociais e culturais presentes em sociedades multilingues? Diferentemente da noção de ‘falante bilingue’, deveremos, então, teorizar um novo conceito do *falante-nativo em duas línguas*?

Posto isto, e a menos que eu a esteja a processar de forma distorcida, torna-se difícil aceitar a amplamente divulgada hipótese da *interlinguagem*

de Selinker, cuja base parece ser etnocêntrica, porque os seus defensores postulam que o assunto da norma e do padrão é assunto que pertence exclusivamente ao círculo das variedades nativas. Postulam ainda que os falantes não-nativos, ao procurar aprender a suposta norma do padrão exógeno, dificilmente alcançariam o ‘alvo’, permanecendo, assim, em pontos do percurso, que são rotulados de ‘interlinguagem’.

Sabe-se, entretanto, que muitas pessoas em contextos plurilingues aprenderam línguas segundas e línguas estrangeiras com elevado sucesso. Com muita frequência, em Moçambique e em muitos outros países africanos, as crianças crescem com duas ou três línguas em simultâneo, embora, algumas vezes, com certas limitações em diferentes áreas da competência linguística, comunicativa e discursiva. Assim, se tivéssemos de teorizar sobre o Português Moçambicano (PM) como interlinguagem, isso empurrar-nos-ia para um contexto de sérias implicações teóricas e ideológicas. É claro que existem diferentes pontos de vista, alguns com pouco consenso sobre o que realmente é o PM. Eu acho que o PM não é uma interlinguagem, e acho que não estão certos os que defendem que apenas as variantes nativas é que estão aptas a constituir-se em “norma”. Enquanto não for mais bem tratada e resolvida a questão sobre a norma e padrão de língua, devemos actuar com cuidado, imaginação e à medida das possibilidades em contextos pedagógicos e não só.

A teoria da interlinguagem é, do meu ponto de vista, um mito, e os preconceitos, estereótipos e etnocentrismo a ela associados não são apenas pertença exclusiva do chamado mundo ocidental, como, por vezes, se pretende insinuar. Mas há mais mitos relacionados, incluindo o firmado mito sociolinguístico da alternância de código (*code switching*). Na realidade, alternar em situações heteroglóssicas não se restringe a códigos apenas; a alternância ocorre também em várias áreas, tais como o sotaque, a cultura, a religião. A Linguística Aplicada ainda não foi capaz de captar o método epistemológico de um mundo dominado por muitas línguas e, neste mundo, os falantes não só alternam em termos do código, mas também, e enfaticamente, alternam em termos da cultura. Há mais de década e meia, no contexto da discussão sobre o papel das línguas bantu em Moçambique, sugeri (Lopes, 1997: 24-6) a introdução destas no maior número possível de registos, incluindo o registo do poder judicial e o registo do poder policial, registos estes em que podem ocorrer deficiências e insuficiências

em termos dos actos comunicativos interpessoais. São aqui relevantes as reflexões que Mabasso vem produzindo neste domínio como atesta o seu recente estudo (2013) sobre os eventos de alternância de código e de cultura registados e analisados em esquadras da polícia moçambicana. Assim, poderíamos considerar, para estudo deste e de outros contextos, a existência de *uma situação de alternância de código e de alternância de cultura*, e arriscaria mesmo adicionar ainda a identidade. Em suma, *alternância de código, alternância de cultura (culture switching) e alternância identitária (identity switching)*. É mais ou menos isto também o que se passa ao atravessar a nossa fronteira para o outro lado. Regra geral, e em termos médios de ocorrência, ao interagirmos com os vizinhos, no outro lado, mudamos de código — do Português para o Inglês ou Afrikaans, ou de uma língua bantu para outra língua, na maior parte dos casos, até alternarmos para a língua de partida, após o regresso; mudamos em termos de várias práticas e hábitos culturais, como por exemplo, no que comemos e como comemos; e, algumas vezes, põe-se em prática uma mudança de identidade adquirida, porque o ser humano também tende a ser múltiplo na sua identidade, como acontece, por exemplo, assumir-se um estatuto diferente quando se está nesse país, uma nacionalidade diferente, adotando-se, uma dupla ou mesmo tripla nacionalidade, accionando diferentes facetas identitárias.

Algumas vezes, e conforme as necessidades das ocasiões e as funções e papéis desempenhados num dado contexto, situações há em que o falante muda de um código A (p.ex., Português) para um código B (p.ex., Xichangana ou uma mistura entre Xichangana e Xirhonga), do código B para um código C (p.ex., Inglês) e, ao dirigir-se para as minas do Rand, do código C para um código D (p.ex., o Fanagaló), produzindo-se, deste modo, uma cadeia de códigos.

Paradigma metodológico para a pesquisa

Apesar de alguma utopia, busca-se para a Linguística Aplicada, Etnografia Educacional, Sociologia e Etnometodologia um paradigma que melhor acolha a dimensão hermenêutica na pesquisa dos assuntos até aqui discutidos e dos que se seguirão, fazendo-se, quando necessário, associar a hermenêutica à nomotética, que é essencial no caso do investigador, principalmente em África ou trabalhando sobre África, em que tem de lidar,

por um lado, com informação não documental em forma de tradição oral e história oral e, por outro, com informação expressa nos diversos saberes e tradições culturais (Lopes, 1998b: ix). Muito embora tenha, algumas vezes, adoptado abordagens nomotéticas na Linguística Aplicada, assumo-me, acima de tudo, como um hermeneuta, numa versão certamente não tão profunda como a do sociólogo Moisés de Lemos Martins, ao definir-se no seu fascinante livro *Crise no Castelo da Cultura*:

Tenho passado quase toda a minha vida a ler e a interpretar textos. (...) Ora, quem lê textos e se entrega à tarefa de os interpretar é um hermeneuta. E é assim que eu me vejo, como um hermeneuta. Interpreto textos, não apenas com preocupações académicas, mas igualmente com preocupações cívicas. (Martins, 2011: 61)

Hoje, como na África pré-colonial e pré-alfabetizada, a língua constitui-se num elemento fundamental para a manutenção da associação entre a cultura e os antepassados; e não há razão para antagonismos entre a escrita e o oral, entre as capacidades de saber ler e saber escrever e as capacidades de saber falar e saber compreender a fala, nem entre o acto de valorizar a tradição oral e o acto de promover a alfabetização e as várias práticas literárias.

Pela via nomotética observamos como e porque é que o texto significa o que, realmente, significa. Trata-se de uma abordagem aos múltiplos significados, às ambiguidades e às metáforas e a tudo o que é apresentado no produto sob forma de sons articulados audíveis ou sob forma de uma página impressa, como ocorre, por exemplo, no acto de substituição de uma palavra ou expressão por outra numa tradução, evitando-se afectar o sentido considerado mais apropriado. Esta metodologia, a nomotética, é relativamente acessível e, de algum modo, utilizamo-la na investigação.

A outra metodologia, a hermenêutica, que é de operacionalização mais difícil, mais complexa, consiste numa avaliação do texto, isto é, como e porque é que o texto é ou não efectivo para os seus próprios propósitos, em que medida é bem-sucedido ou falha. Por esta via, assume-se a interpretação não só do contexto de situação e do contexto de cultura, mas também a interpretação da relação entre as características linguísticas e discursivas presentes no texto, e a análise do cotexto e das características

do ‘ambiente’ em que o texto foi produzido, incluindo possíveis reconstituições das intenções do seu produtor. Interpretar um fenómeno ou evento é fundamentalmente um acto pessoal e, por isso, é bastante difícil estandardizar o método hermenêutico. Cada método hermenêutico ajusta-se a um contexto particular, mas a sua não-estandardização não deve ser interpretada como uma licença para fazer tudo e qualquer coisa. O que é preciso fazer é aperfeiçoar as nossas sensibilidades para não correremos o risco de efectuar interpretações sem sentido, um dilema que os historiadores e críticos literários conhecem bem, porque não há manual que adopte uma abordagem individual à aprendizagem.

Por outro lado, onde estão os modelos de trabalho de que necessitamos para a gestão do bem social, cultural, económico? A este respeito, Mia Couto dizia em 1993 o que ainda me parece actual:

Moçambique foi durante quase 15 anos laboratório de uma experiência libertadora original. Hoje [em 1993] essa experiência se ajoelhou perante a violência destruidora de uma guerra que já fez um milhão de vítimas.(...) As certezas de ontem, as ideologias de esquerda ou de direita esgotaram-se. Não foi o Leste que tombou. Foram todos os pontos cardeais. Os africanos procuraram fora modelos para a construção e gestão das suas sociedades. Esses modelos têm provado não servirem.

Talvez a falha não deva ser apenas imputada ao facto dos modelos terem sido “importados”. Mas é um facto que não soubemos razoavelmente gerir a osmose entre esse saber local e o saber de teor mais universalizante, que é natural e permanentemente “importado”. É pertinente perguntar-se qual tem sido o papel dos académicos. Estamos a produzir, difundir e competir no mundo do conhecimento? Como estão os padrões de qualidade da pesquisa e ensino na nossa academia? A este respeito, ouçamos o intelectual, cientista e académico sul-africano Malegapuru Makgoba, que é também Reitor da prestigiada Universidade de Kwazulu-Natal em Durban:

...a maior parte da produção do conhecimento ocorre a nível do doutoramento. É por isso que hoje em dia a habilitação mínima para trabalhar numa universidade é o grau de doutoramento...Esta habilitação mínima de doutoramento deve ser acompanhada de três outros requisitos indispensáveis, a

saber: publicações académicas de qualidade, inovação no ensino e capacidade de atrair bons financiamentos. O académico moderno vive, respira e morre por estes critérios.² (1997:225)

O hermenauta e o nomoteta que se prezem confrontam a ortodoxia, o dogma e não permitem ser co-optados pelo capital e pela governação. É claro que, como a vida nos tem ensinado, as questões de *poder* são complexas. Quanto mais analisamos Michel Foucault (1982), mais aprendemos que os indivíduos que exercem o poder—não só os indivíduos comuns—estão todos eles subjulgados ao poder e dele se beneficiam (como lembrava o angolano Marcolino Moco numa recente entrevista à STV, em Maputo)! Quanto mais lemos sobre o *campo de acção* e sobre as *estruturas* de Pierre Bourdieu (1986), melhor compreendemos que o capital, como forma de poder, não é apenas económico, mas sim, relevantemente, social e cultural! A história é uma história do rebento, da floração e da murchidão. É indispensável fazermos o estudo das forças que produzem mudanças na história, de molde a compreendermos a natureza do poder que faz funcionar a língua portuguesa como língua do mundo.

Naturalização de língua e seus usos

Continuo a achar válida e útil a formulação de 1997 sobre o conceito do que designei de *naturalização de língua*, a saber:

Naturalização é a aceitação por parte de uma comunidade de indígenas de uma língua que lhe é alheia e à qual concedeu estatuto de cidadania. Esta aceitação pressupõe uma adaptação contínua desta língua às novas realidades (indigenização ou nativização), bem como o reconhecimento de que a utilização das formas e significados da nova realidade não-nativa (níveis de realização) serve o seu propósito funcional. (Lopes, 1997: 39)

2 ...the most generation of knowledge occurs at the doctorate level. That is why the minimum qualification for a university today is a doctorate degree...This minimum doctoral qualification should be accompanied by three other absolute requirements. These are: quality research publications, teaching innovations and the ability to attract quality funding. The modern academic lives, breathes and dies by these criteria.

Quando Moçambique se tornou independente em 1975, a língua portuguesa, que anteriormente se revelara pragmática e flexível durante a gesta nacionalista, continuou, no país nascente, a mostrar-se adaptável à realidade moçambicana. É, pois, na altura, *oficialmente* naturalizada, com direito a um novo passaporte.

Os factores sociais e culturais em Moçambique têm requerido o uso de novas palavras e expressões a que chamámos de *moçambicanismos*. Há e haverá sempre um sabor mais ou menos indígena acerca do PM. No nosso imaginário, na nossa escolha de palavras, nas *nuances* de significado que atribuímos a certas palavras, verificaremos sempre que somos diferentes de outros. Mas, embora não haja dúvida de que o PM existe, não é fácil defini-lo linguisticamente. A complexidade da situação moçambicana torna qualquer descrição linguística do PM uma tarefa extremamente árdua, densa e complexa, requerendo sempre, naturalmente, indispensáveis contributos por parte de pesquisas sociológicas, históricas e antropológicas.

Sobre as inovações lexicais do PM, são várias as obras já produzidas por académicos e intelectuais moçambicanos e de outras origens. Contudo, e pese embora a interessante obra de Cavacas (1999) sobre a produção *miacoutiana*, empréstimo que contraio de Bastos e de Brito, gostaria aqui de realçar a abordagem teorizante que estas duas académicas adoptam na sua pesquisa de 2011, com respeito ao elemento da *criatividade* (por vezes, literária):

Centramo-nos, neste trabalho, em alguns aspectos da obra *miacoutiana*, no tocante à criatividade/productividade do sistema lexical da língua portuguesa, resultante da aplicação de estratégias utilizadas pelo escritor no ato da textualização discursiva. Fixamo-nos em aspectos culturais lusófonos presentes em fragmentos de *O beijo da palavrinha* e de *Estórias abensonhadas*, relativamente à incorporação de palavras novas, o que nos leva à confirmação de que com o “velho”, o aprendido, constrói-se o “novo”.

A recriação criativa de palavras na literatura tarda a pegar na comunicação corrente, mas independentemente desse facto, acho que os moçambicanismos novos que surgem na escrita criativa, e respeitando a liberdade particular que o escritor precisa de ter para realizar as suas experiências, devem igualmente integrar os Léxicos de Usos do PM. São parte das

estratégias criativas empregadas por autores moçambicanos que escrevem em Português para criar um ambiente moçambicano na sua escrita, mantendo em mente a audiência. As necessidades artísticas para o uso criativo da língua são tão parte do uso pleno da língua como do seu uso puramente funcional.

São diversos os estudos sobre o PM, de outros níveis que não os de enfoque no Léxico de Usos, realizados por vários linguistas³. Muito embora sejam relevantes essas pesquisas, sou de opinião que é no léxico que as mudanças do PM são mais aceleradas e que a moçambicanidade do Português está, de imediato, mais fixa e visível. Defendo igualmente que os Léxicos de Usos devem incluir o uso imaginativo da língua expresso pelos escritores moçambicanos.

A colocação do novo (palavras novas) construído a partir do velho é interessante, sobretudo numa perspectiva da teoria funcional da comunicação (Lopes, 1987). Transporta-nos para o mundo linguístico checo dos anos sessenta, mundo criador do dinamismo comunicativo, que é o que tonifica a escrita miacoutiana e lhe confere o acento tónico em termos da informação mais relevante que se pretende comunicar. O tema ou informação velha ou dada é o elemento portador do menor grau desse dinamismo comunicativo, sendo o rema ou informação nova, o elemento portador de maior dinamismo. Interessante como o paradigma entre o velho e o novo se constitui em motor do desenvolvimento da escrita e, sobretudo, da escrita criativa, através da incorporação de palavras novas, que são as mais dinâmicas, porque surgem como novidade, sendo detentoras de elevados níveis de imprevisibilidade face ao que é velho, ou menos novo.

É sempre difícil decidir sobre a inclusão ou exclusão de determinada formação — palavra, expressão ou estrutura — num Léxico de Usos do Português Moçambicano (PM)⁴. Por vezes, incluem-se formações que,

3 Destaque para P. Gonçalves com vários trabalhos sobre o PM, sobretudo a nível micro-linguístico.

4 da Silva, R.C. (2009) *Do léxico à possibilidade de campos isotópicos literários*. Tese de Doutoramento (não publicada), Universidade do Porto. Dias, H. (2002) *Minidicionário de Moçambicanismos*. Maputo: Ed. autora. Lopes, A.J, Siteo, S. e Nhamuende, P. (2002) *Moçambicanismos: Para um Léxico do Português Moçambicano*. Maputo: Livraria Universitária. Machungo, I. (2001) *Neologisms in Mozambican Portuguese – a morphosemantic study*. Tese de Doutoramento (não publicada), University of Ghana, Legon. Mendes, I. (2000) *O Léxico no Português de Moçambique (Aspectos Neológicos e Terminológicos)*. Maputo: PROMÉDIA.

apesar de não serem rigorosamente moçambicanismos, são de interesse especial e particular dos moçambicanos. Algumas formações já constam de outros léxicos, glossários ou dicionários, que serviram mesmo de corpus de exclusão; mas essas formações adquiriram novas cargas, incluindo a semântica, na sua evolução para o PM. Ao conjunto deste tipo de formações costuma-se chamar *neologismos dicionarizados*. Por outro lado, os neologismos que não se encontram registados em nenhuma parte, aqueles que se fixam pela primeira vez, são designados por *neologismos não-dicionarizados*.

Mas esta forma tradicional de categorizar levanta-nos algumas interrogações. Como considerar palavras e expressões — p.ex., *a luta/a luta de libertação* — que existem no Português Europeu (PE) ou Português Brasileiro (PB) mas que, sem terem sofrido modificação do sentido original, adquiriram todavia uma certa conotação moçambicana, uma certa ‘aura’ local? Como considerar o caso de palavras dicionarizadas, aparentemente primeiro surgidas em Portugal onde algumas, em certa medida, já são poucos usadas, funcionam, no entanto, em Moçambique com elevada frequência e onde têm um significado já muito específico e uma marca de identificação que se moçambicanizou? Por exemplo, o termo *matabicho* (pequeno-almoço) não será um moçambicanismo? Ou, pelo menos, também um moçambicanismo?

E o que dizer de palavras utilizadas por diferentes línguas, em alguns casos quase de forma universal, como por exemplo, *bazar*, *sipaio*, *apartheid*? Não serão também moçambicanismos? E finalmente, uma palavra como *machibombo* não será um moçambicanismo porque já está registada em dicionários portugueses ou dicionários brasileiros?

Penso que o facto de um termo de uma das variedades diferentes do PE, PB ou PA (Português Angolano) já estar dicionarizado em Portugal, Brasil ou Angola não implica necessariamente que o mesmo tenha perdido o seu estatuto de cidadania, como julgo acontecer com *machibombo*, ou de co-cidadania como creio acontecer com *apartheid* ou com o termo marcadamente localizado como é *bazar* no sentido de ‘mercado’ [não de ‘feira’ como indica o *Novo Aurélio*, muito embora a palavra exista no PM para referir, p.ex., *a feira de pau-preto*]. Sobre esta questão da categorização, existem formações que adquiriram conotações moçambicanas, uma aura moçambicana, por vezes histórica, mas sem particular mudança de sentido. Por exemplo, *quadro* (não apenas no sentido do PE, como em ‘Sindicato dos

Quadros Técnicos da Função Pública'), com o significado no PM de *pessoa com formação técnica e sobretudo política*, ou *a luta (a luta continual)*, formação que é parte do vocabulário internacional de esquerda, mas com específicas associações aos contextos históricos de Moçambique e da África Austral.

O facto de um termo, localmente considerado PM ou percebido como tal, já estar dicionarizado (e assumido) em Portugal, Brasil ou outros países não implica necessariamente que o termo ou expressão tenha perdido o seu estatuto de cidadania ou co-cidadania, como *machimbombo*, *balalaica* (indumentária), etc. Ao atravessarmos a terra de ninguém, deveremos ser criativos para resolver problemas deste tipo, que também tocam no domínio das atitudes.

Substituição de língua

Moçambique é considerado um país multilingue, multicultural, multiétnico, multireligioso e de elevada diversidade linguística média (Lopes, 1999).

No passado, classificava-se o nível de diversidade linguística de um país com base no número de línguas aí faladas. Em tempos mais recentes, passou-se a adoptar o critério de Robinson (1993: 52-5) para o tratamento da diversidade linguística, em que uma hierarquização do grau de diversidade linguística não deve ter por base o número total das línguas num dado país, mas sim a percentagem da população que fala uma língua tomada singularmente. Adicionalmente, o autor criou o conceito de *elevada diversidade linguística*, tendo estabelecido que se trata de casos em que uma percentagem não superior a 50% da população fala a mesma língua.

Em África, continente de 54 países, cerca de metade destes cai nesta classificação. A Costa do Marfim é o país africano de maior diversidade linguística. Tem 75 línguas e o Baule, que é a língua com mais falantes, regista cerca de um milhão e meio de falantes, representando, assim, 13% da população total do país, que é estimada em cerca de doze milhões de habitantes. É, pois, o país do continente com a diversidade linguística mais elevada. Na outra extremidade do continuum temos o Gana, com 73 línguas, que é o país de elevada diversidade linguística mais baixa. A língua com mais falantes, o Akan (sete milhões), representa 46% da população total do Gana (aprox. quinze milhões). Assim, a comparação entre diferentes países revela que o país em que a língua com mais falantes

representar a proporção mais baixa em termos numéricos populacionais é considerado o país com maior diversidade linguística.

Moçambique, onde o Emakhuwa representa 25% da população total, situa-se sensivelmente a meio da tabela dos países com a diversidade linguística mais elevada em África. Podemos, pois, assim, definir Moçambique como um país de elevada diversidade linguística média. Neste contexto, um crescente nível de alfabetização e escolarização não significa que se põe em risco o pluralismo linguístico e a diversidade cultural, como também assume Mateus (2002: 73), e muito menos ainda o pluralismo linguístico oficial, quando este ocorrer no futuro, isto é, quando as línguas bantu e a língua portuguesa forem, um dia, co-línguas oficiais, como sempre defendi. Não vejo razão para antagonismo entre o acto de alfabetizar e escolarizar e o acto de valorizar a tradição oral. Porque é que não seria possível dinamizar concomitantemente as duas dimensões da realidade? A oficialização das línguas bantu seria benéfica para as práticas escritas e para as práticas orais destas línguas. E teríamos, sobretudo, uma solução democrática e equilibrada para a questão linguística. Qualquer que seja a direcção, nunca pode deixar de estar na mesa o papel determinante das línguas africanas, como vem preconizando Ng g wa Thiong’o, sobretudo no seu poderoso ensaio ‘The Language of African Literature’, em que disserta sobre a devastação psicológica e cultural criada pelo domínio e hegemonia das antigas línguas coloniais no seio das elites das classes média e média-alta africanas no pós-colonialismo.

Quanto ao Inglês e como já o afirmei (Lopes, 2013: 141-2), não vejo como esta língua poderia perigar o pluralismo desejado, enquanto registos-chave como, por exemplo, a linguagem da escola, da administração, da justiça e da religião se mantiverem na língua portuguesa ou, como advogo, na língua portuguesa e nas línguas bantu.

Em relação às crianças cidadinas que tendem a ser unilingues enfraquecendo, supostamente, o potencial horizonte de um pluralismo linguístico saudável, acho que tal resulta, sobretudo, do tipo de políticas e práticas adoptadas. Seria desejável que a criança se tornasse bilingue e biliterata numa língua bantu e no Português e que, gradualmente, adquirisse ainda proficiência numa língua estrangeira como é o caso do Inglês, ou também do Francês, dadas as relações de Moçambique particularmente com os países da região do Oceano Índico. Por outro lado, não vejo problema no

facto de um número crescente de crianças urbanas continuar a nascer com o Português como língua materna. O problema com a aceitação deste facto, se realmente existe, localiza-se nas práticas unilingues em contextos multilingues!

Por vezes, o receio da substituição do Português aponta para o caso da Namíbia. Mas, em minha opinião, na Namíbia, onde o Inglês está gradualmente a desalojar o Afrikaans, as duas línguas coexistiram ao longo do tempo como línguas oficiais. Apesar da posição particular que o Inglês ocupou até às primeiras décadas do século XX em Moçambique, muito embora nunca tenham sido usadas lado a lado oficialmente, não consigo imaginar como é que a língua inglesa poderia vir a tomar o lugar da língua portuguesa. Qualquer tentativa de substituição do Português pelo Inglês como meio de comunicação e/ou meio de ensino em Moçambique criaria mais problemas que benefícios ao país. O argumento a favor do uso do Inglês em vez do Português com a justificação de que a nação se comunicaria mais efectivamente através do Inglês com os Estados vizinhos e com o mundo, em geral, é indefensável e é, pelo menos, matéria para debate. É verdade que o Inglês é a *língua franca* da região da Comunidade do Desenvolvimento da África Austral (SADC) e que, sendo a língua mais internacional usada no comércio, tecnologia e intercâmbio académico, se revele importante para o desenvolvimento de Moçambique.

Nos últimos anos, o futuro em Moçambique da língua portuguesa, que também é língua oficial da SADC conjuntamente com o Inglês e Francês, e a possibilidade desta língua ser substituída pelo Inglês têm merecido atenção na imprensa, tanto nacional como internacional (Lopes, 1998^a). Para além disto, a adesão de Moçambique à Commonwealth renovou o interesse por este assunto. Parece que há pessoas que têm dificuldade em compreender como é que uma antiga colónia portuguesa aderiu a uma comunidade *anglófona*. Na essência, afirmam que o território nunca teve laços históricos e culturais com o mundo *anglófono* e receiam que a decisão moçambicana possa, a longo prazo, fazer perigar o papel da língua portuguesa no país. Mas há, naturalmente, várias facetas de natureza histórica, política e linguística que mostram que a influência *anglófona* e a influência do Afrikaans têm raízes antigas em Moçambique.

O trabalho migratório tem sido uma das formas mais constantes das relações interterritoriais na África Austral. Habitantes do território que mais

tarde se veio a chamar *Moçambique* viajavam para trabalhar nos territórios vizinhos, mesmo quando a presença portuguesa estava apenas confinada a alguns estabelecimentos, principalmente na costa⁵. Em meados do século XIX há registo de emigrantes de Moçambique para as colónias inglesas do Cabo e do Natal. A descoberta de diamantes em Kimberley em 1867 e do ouro em Witwatersrand em 1886 resultou numa maior procura da força de trabalho e no posterior recrutamento de trabalhadores emigrados. Na sequência da Conferência de Berlim, realizada em 1884-85, novas unidades territoriais — as colónias europeias — substituíram os Estados africanos independentes existentes e as chefaturas. As campanhas militares em Moçambique conduziram à implantação das primeiras estruturas administrativas coloniais. O governo português facilitou, particularmente, a emigração de trabalhadores do Sul de Moçambique para as colónias inglesas e repúblicas boers. Em 1896 o governo iniciou contactos com a Câmara das Minas, que deram origem a um acordo sobre o sistema de recrutamento da força de trabalho em Moçambique. Na altura da Guerra Anglo-Boer, 1899-1902, havia 80 000 moçambicanos oriundos da região sul a trabalhar no Transvaal. A força de trabalho proveniente do Vale do Zambeze e do Norte de Moçambique também foi exportada não só para o Transvaal, mas também para a Rodésia do Sul (agora Zimbabwe), Rodésia do Norte (agora Zâmbia) e Niassalândia (agora Malawi). Mas a influência britânica em Moçambique também aconteceu através da concessão de vastas áreas de terras pelas autoridades portuguesas, e ainda através da utilização das redes de transporte, em particular as linhas férreas para e do hinterland. O acesso ao oceano para facilitar as ligações do hinterland com o mundo cedo se tornou num pólo de ambição e disputa entre Portugal, o Transvaal e a Inglaterra.

No domínio da língua, as marcas do Inglês são evidentes em todas as línguas faladas em Moçambique, incluindo o Português. Cabral (1975) registou muitas palavras por via do empréstimo e adaptadas do Inglês para as línguas bantu de Moçambique. Por exemplo, adaptações como ‘xipenete’ (Xironga) de ‘pin’; ‘chileti’ (Xichangana) de ‘slate’; ‘sitolo’ (Cicopi) de ‘store’; ‘baseni’ (Cinyanja) de ‘basin’; ‘tia’ (Xitshwa) de

5 No século XIX, estes estabelecimentos localizavam-se principalmente ao longo da costa, como eram os casos da Ilha de Moçambique, Ilhas Quirimbas, Quelimane, Sofala, Inhambane e Lourenço Marques, e no interior como Sena, Tete e Zumbo.

'tea'; 'pukhu' (Emakhuwa) de 'book'; 'picha' (Kiswahili) de 'picture'; 'machese' (Ciyao) de 'matches'; 'boora' (Cinyungwe) de 'to bore'; 'xitimela' (Cisena) de 'steamer'; 'njinje' (Gitonga) de 'change'. E é claro que há bastantes palavras que as línguas bantu receberam por empréstimo da língua portuguesa. Por vezes, registaram-se dois empréstimos, um do Inglês e outro do Português para o mesmo item: 'esokisi' e 'emeya' em Emakhuwa de 'socks' e 'meias', respectivamente; e é também interessante notar, como faz Magaia (1997), a evolução do significado de uma palavra ao longo do tempo: 'steamer' deu origem a 'xitimela' ('comboio'), porque os primeiros comboios eram conduzidos a vapor; 'gas' resultou em 'guesi' (electricidade), porque a primeira iluminação pública ocorreu por meio do gás.

O argumento linguístico pode, pois, também ser utilizado para refutar a ideia de que a língua inglesa não tem tradição em Moçambique. Até mesmo alguns nomes patronímicos fornecem evidência de como o Inglês influenciou o homem moçambicano, que no passado foi mineiro. A origem de nomes como 'Faife' (five), 'Fifitin' (fifteen), 'Siquisse' (six), 'Nayene' (nine), etc., faz-nos tristemente lembrar os dias em que os mineiros raramente eram tratados pelos seus próprios nomes, sendo, sim, chamados pelo número de registo ou por um dígito que designava a função do trabalhador.

No mundo, cerca de duzentos milhões de falantes tornaram a língua portuguesa numa língua pluricêntrica e dinâmica, criando pressões que actuam em todas as direcções no seio do amplo sistema ecológico do Português. A língua portuguesa em Moçambique não é uma parte isolada desse sistema ecológico, em que se estabelecem e se reforçam alianças e relações entre os falantes e o mundo envolvente. O Português é, sim, necessariamente parte de um sistema ecológico complexo, que se amplifica através dos Estados africanos e comunidades que falam a língua portuguesa, e envolve Estados e comunidades da Europa, América e Ásia que também a falam. É, assim, uma língua que mantém falantes sempre acordados e comunicando-se por seu intermédio. Apropriando-me de um idiomatismo samoriano aplicado à cultura, transponho-o, agora, com a devida vénia e a necessária adaptação à língua portuguesa, qualificando esta como um sol que nunca desce.

Morte de língua

A questão do estatuto oficial para as línguas não pode ser ignorada em nenhum estudo de revitalização linguística em África. Uma verdadeira revitalização linguística requer caminhar-se em direcção à solução deste problema, sendo o objectivo último satisfazer as necessidades humanas básicas para o desenvolvimento, que devem incluir o direito dos cidadãos ao uso das suas línguas maternas também em situações oficiais.

As línguas nativas sem estatuto oficial ou sem um estatuto co-oficial num contexto plurilingue são línguas que tendem a desaparecer, que tendem a morrer (Lopes, 2001)! E certamente um eventual desaparecimento de grande parte do património linguístico da humanidade faria desmoronar e tornar sem sentido a existência de qualquer teoria de planificação linguística. No ano de 2000 a Assembleia Municipal de Maputo adoptou por unanimidade o princípio de promoção do Xirhonga, língua importante da capital do país. Foi decidido, então, adoptar-se o Xirhonga como uma das línguas de trabalho, em sessões plenárias e nas comissões, com o objectivo de estimular a participação dos munícipes na vida do município.

O que é que a *promoção* do Xirhonga significa mais especificamente? Significa que um maputense que queira dirigir-se aos órgãos autárquicos na língua xirhonga poderá fazê-lo, assumindo o município os encargos organizativos e orçamentais para disponibilizar intérpretes ou tradutores para a língua xirhonga, que passa a ser também uma língua de trabalho nos diferentes órgãos do Conselho Municipal. Por outro lado, qualquer cidadão falante de outra língua bantu que a queira utilizar no seu contacto com os órgãos autárquicos poderá fazê-lo desde que providencie a necessária interpretação. Este desenvolvimento constituiu uma verdadeira viragem local, com impacto nacional no que diz respeito ao contexto linguístico e social do país. Através do seu uso numa importante instituição oficial, o Xirhonga passou a gozar de maior proeminência na sua região, ficando mais equilibrado o seu estatuto psicológico face ao Xichangana e ao Português. Preservar uma língua, e neste caso o Xirhonga, é realmente uma parte do restabelecimento da confiança e dignidade no conhecimento e capacidades tradicionais no seio da comunidade xirhonga. Infelizmente, e embora pareça haver vontade para o efeito, a experiência não tem conhecido o ritmo de implementação que seria de desejar.

Nas franjas da lusofonia

A promoção do Xirhonga ao nível autárquico é extremamente importante para salvar a língua de possível extinção por ‘atrofiamento’ face ao Português e por ‘diluição’ face ao Xichangana. O Xirhonga e o Xichangana (e ainda o Xitshwa) pertencem ao mesmo grupo linguístico no seio da família bantu, gozando entre si de considerável inteligibilidade mútua. O desenvolvimento desta experiência linguístico-cultural e o potencial alargamento da experiência autárquica de Maputo a outras municipalidades do país revelarão certamente outras questões de natureza diferente e também interessante para a própria teoria da planificação linguística, que se faz e se refaz permanentemente.

Para além do uso do argumento anti-económico para políticas multilingues, assim como para a promoção de línguas minoritárias, como é o caso do Xirhonga, há posições populistas que defendem ser antidemocrático utilizar o dinheiro do cidadão, isto é, o dinheiro dos contribuintes, pago através dos impostos, para financiar produtos culturais que só são susceptíveis de interessar a minorias. Posições deste tipo são, em minha opinião, não defensáveis, porque delas resultam imobilismo e uma certa agressão a valores fundamentais da humanidade. Para além das suas consequências imobilistas, a que Bamgbo (2000: 46) chama de estratégias de evitação — eu preferiria chamar de *política linguística conduzida por uma cultura do silêncio*, em que nada acontece, nem pronunciamento nem implementação—as posições são indefensáveis porque ignoram valores da democracia cultural e da democracia política que são, essencialmente, o pluralismo, a diversidade, a inclusividade e a liberdade fundamental da humanidade, que é a do ser humano poder escolher, como sublinha Melo:

Quanto mais um meio cultural pretender fechar-se sobre si próprio, mais se enfraquece e anula. Por isso se impõe uma política cultural aberta e cosmopolita que tenha como uma das suas prioridades a afirmação internacional dos criadores e a participação dinâmica cultural global. O cosmopolitismo e a abertura internacional são a única forma eficaz de defesa e promoção das práticas culturais locais. (2002: 151)

Ou, ainda a propósito destes valores, como formula S. Whittaker, a partir de Windhoek, numa recente carta (7-13/06/2013) enviada ao Editor do semanário sul-africano *Mail & Guardian*:

O facto é que a elite política da África Austral é constituída por “negros” que são co-gestores do capital. A tragédia de Marikana [zona mineira] revelou que esta elite dirigente actuará como qualquer outra elite. Devemos lembrar-nos das inesquecíveis palavras de Amílcar Cabral: ‘Não queremos nenhuma forma de exploração nos nossos países, nem mesmo por parte de pessoas negras.’⁶

Recordando Neville Alexander, Whittaker prossegue, defendendo que possíveis avanços para o Movimento de Consciência Negra (MCN) (muito embora se interrogue se o MCN ou o nacionalismo africano não serão realmente uma classe-em-si) devem passar pelo debate sobre os conceitos de “classe-em-si” (*class-in-itself*) e “classe-para-si” (*class-for-itself*), associado ao tema do *non-racialism*, que para si:

...proporciona uma saída teórica ao divisionismo da política da identidade pós-modernista. De facto, o ideal do *non-racialism* – por que Alexander lutou arduamente – (...) inclui [no contexto dos debates sul-africanos] toda a humanidade.⁷

Com maior ou menor intensidade luminosa, não é difícil descortinar as franjas que explicam o *status quo* da política linguística moçambicana: 1. o receio de que uma política multilingue oficial prejudique o processo de construção da nação em curso, pondo em causa a unidade nacional; 2. o receio de oficializar línguas que se considera não estarem ainda suficientemente desenvolvidas; e 3. o receio de que uma política oficial multilingue se revele de difícil gestão, incorrendo-se, pois, em cenários dispendiosos.

6 The fact is that the political elite in Southern Africa are ‘black’ people who are co-managers of capital. The Marikana tragedy revealed that this ruling elite will act like any other. We should remind ourselves of the unforgettable words of Amílcar Cabral: ‘We do not want any exploitation in our countries, not even by black people.’

7 ...provides a theoretical escape route from the postmodernist divisiveness of identity politics. In fact, the ideal of nonracialism – for which Alexander struggled very hard – (...) is inclusive of all of humanity.

Não são estranhos tais receios; os receios acompanham-nos a vida inteira. O que fizemos e devemos continuar a fazer foi e deve ser enfrentá-los, superando os perigos e fantasmas que lhes estão subjacentes. O argumento de que a unidade nacional num país multilingue requer uma planificação e política monolíngue é, em minha opinião, um mito, pois que do mesmo modo que a ecologia mostra que a sobrevivência biológica é essencialmente possível através da variedade e multiplicidade de formas, porque é que políticas multilingues oficiais (incluindo o Árabe e as línguas de origem asiática faladas originariamente por moçambicanos) tornariam as nações necessariamente mais vulneráveis e mais facilmente destrutíveis? O argumento de que a introdução de um tipo de política multilingue oficial seria prematura porque as línguas bantu não estão ainda suficientemente desenvolvidas é outro mito. O Kiswahili na Tanzânia e o Afrikaans na África do Sul não eram línguas particularmente desenvolvidas quando adquiriram o estatuto de língua oficial nos seus respectivos países. O Krio na Serra Leoa, que era originariamente uma língua pequena em termos do número de falantes, tornou-se, por via de acções de promoção, uma língua franca grande e desenvolvida. Quanto ao argumento dos custos económicos, ele parece-me também pouco defensável, porque cada língua é igualmente económica para o grupo populacional que a fala. Ou, em suma, socorrendo-me novamente de Alexandre Melo, nas suas reflexões sobre a contiguidade entre as políticas de inclusão e as políticas da diversidade cultural:

A tendência para a diversidade só é prejudicada quando o alargamento da área de oferta de um determinado bem implica o desaparecimento de um outro bem que aquele passa a substituir. Aí, sim, existe não apenas uma diminuição da diversidade mas também uma perda para o património cultural global. (Melo, 2002: 43)

Os antagonismos do mundo global mais não são que contiguidades conflituais, em vez de os vermos como contradições sociais e políticas. Acabamos sempre por regressar a José Craveirinha, de quem me parece oportuno recordar a seguinte passagem de um texto já antigo ('Consciência de raça'), publicado no semanário *O Brado Africano* (6/11/1954), quando se referia ao que considerava ser a ausência de uma cultura de

expressão africana em Moçambique e o que entendia ser necessário fazer, designadamente:

...não abdicar de uma cultura indígena, nem renegar uma corrente europeia, quando de tal enxerto pode surgir uma beneficiação integral na riqueza do ritmo expressional duma forma literária (1954).

E ainda sobre este posicionamento de que a globalização não é o princípio de supressão das diferenças, Craveirinha recorda o grito do poeta Senghor, do Senegal: “Porque não unir as nossas duas claridades a fim de suprimir todas as sombras?” (Craveirinha, 1954)

É óbvio que é impossível conceber e procurar materializar um programa em que todas as línguas bantu e outras sejam contempladas ao mesmo tempo. Se os planificadores não forem realistas e se, acima de tudo, não estiver assegurada a qualidade da planificação, todo e qualquer programa estará, à partida, condenado ao fracasso. Tal como poderia certamente acontecer em outros lugares da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), uma política multilingue para Moçambique teria de ser concebida e implementada de modo sereno, faseado e com funções claras para cada língua ou grupos de línguas. Seria necessário fazer-se uma planificação gradual e cuidadosa, não só por necessidades de comunicação, mas também por motivos que se prendem com a racionalização de recursos. A meu ver, os argumentos-tipo esgrimidos até ao momento ocupam parte considerável da discussão que julgo conduzir-nos em direcção aos contornos de uma *lusofonia* ampla. Naturalmente, são várias as intervenções a este respeito⁸, mas julgo que a perspectiva

8 Baptista, M.M. (2000) *O conceito de lusofonia em Eduardo Lourenço: Para além do multiculturalismo 'pós-humanista'*. Comunicação ao II seminário internacional 'Lusografias', Univ. de Évora, 11/2000. Bastos, N. (org.) (2010) *Língua Portuguesa: Cultura e Identidade Nacional*. São Paulo: IP-PUC-SP; EDUC. Bastos, N. (org.) (2006) *Língua Portuguesa: Reflexões Lusófonas*. São Paulo: EDUC. Cezerilo, L. (2005) *Obra Poética de José Craveirinha e Eduardo White: Utopia e Liberdade no Horizonte do Possível*. Maputo: Imprensa Universitária, UEM. Couto, M. (2010) Luso-aphonies, la lusophonie entre voyages et crimes. In *Et si Obama était africain?* Paris: Chandeigne. de Brito, R. e Bastos, N. (2006) Dimensão semântica e perspectivas do real: Comentários em torno do conceito de lusofonia. In Martins, M. et al. (orgs) (2006). do Rosário, L. (2007) *Lusofonia: Cultura ou ideologia?* Comunicação ao IV simpósio internacional da língua portuguesa, Maputo, 05/2007. Faraco, C.A. (2009) *Lusofonia: Utopia ou quimera? Língua, história e política*. Comunicação ao ROSAE, I congresso

de Bastos e Brito (2011: 145) é a que com mais propriedade trata o que eventualmente poderá constituir um ponto de partida para a definição da noção da lusofonia, a saber:

...a Lusofonia é um espaço simbólico linguístico e, sobretudo, cultural no âmbito da língua portuguesa e das suas variedades que, no plano geo-socio-político, abarca os países que adotam o português como língua materna (Portugal e Brasil) e língua oficial (Angola, Cabo Verde, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau – os *Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP)* – e Timor-Leste. No entanto, não se pode restringir a lusofonia ao que as fronteiras nacionais delimitam. Nesse modo de conceber a lusofonia, há que se considerar as muitas comunidades espalhadas pelo mundo (...). Essa síntese do mundo lusófono – que se procura reunir numa noção de lusofonia – pretende conciliar diversidades e afinidades linguísticas e culturais com a unidade que estrutura o sistema linguístico do português.

Considerando a possibilidade de, no futuro, como defendo e acredito, as políticas linguísticas oficiais deixarem de ser monolíngues, é claro que esse senão da designação dos países africanos, tal como aparece expressa na citação anterior, desaparecerá. Já não haverá mais PALOP! Cessarão referências do tipo ‘Portugal, Brasil e os PALOP’, ao mesmo tempo que os *palopianos* passam a ser os cidadãos que pretenderem que as suas unidades sejam, colectiva ou individualmente! Espera-se o que se deve esperar dos diplomatas. Também são pagos pelos cidadãos para pensar e encontrar caminhos para a solução destes assuntos. Já agora, designações

internacional de Linguística Histórica, Salvador. Fiorin, J.L. (2010) *Língua portuguesa, identidade nacional e lusofonia*. In Bastos (org.) (2010). Gonçalves, P. (2012) *Lusofonia em Moçambique: Com ou sem glotofagia?* Comunicação ao II congresso internacional de Linguística Histórica, São Paulo, 02/2012. Honwana, L.B. (2009) A rica nossa cultura. *Savana*, 10/06/2009. Leite, A.M. (2003) *Literaturas Africanas e Formulações Pós-Coloniais*. Lisboa: Edições Colibri. Lopes, A.J. (2012) A minha concepção a respeito da lusofonia. *Ndhaneta*. Lourenço, E. (1999) *Cultura e Lusofonia ou os Três Anéis: A Nau de Ícaro seguido de Imagem e Miragem da Lusofonia*. Lisboa: Gradiva. Martins, M. (2006) A lusofonia como promessa e o seu equívoco lusocêntrico. In Martins, M. et al. (orgs) (2006) *Comunicação e Lusofonia: Para uma Abordagem Crítica da Cultura e dos Media*. Porto: Campo das Letras. Namburete, E. (2006) Língua e lusofonia: A identidade dos que não falam Português. In Bastos, N. (org.) (2006). Ngomane, N. (2012) Lusofonia: Quem quer ser apagado? *SOL*, 06/01/2012. Noa, F. (2002) *Império, Mito e Miopia*. Lisboa: Editorial Caminho.

como ‘congresso luso-afro-brasileiro’ não têm sentido, nem emprestam dignidade a eventos e realizações dos pesquisadores! Como é que se pode partir de uma especificação singularizada e fazer integrar um espaço continental de mais de mil milhões de pessoas, vivendo em cerca de trinta milhões de quilómetros quadrados? Moçambique, por si só, e não tendo uma superfície muito grande, apesar dos seus quase 3000 km de costa, poderia conter, em si, a França, Inglaterra, Portugal e ainda a Suazilândia!

Numa nota que escrevi há pouco tempo tempo sugeri que na CPLP não existem mulheres timorenses, portuguesas ou angolanas. Nem mulheres europeias, latino-americanas ou africanas. Nem mulher de nenhuma das coordenadas do GPS. A mulher cêpê-elpiana (à falta de melhor termo) já reside na terra de ninguém! Com todos os seus atributos – e insuperavelmente a intuição, dedicação e criatividade, as mulheres da Comunidade deveriam sentar-se à mesa e acordar os traços e contornos do conceito de lusofonia.

É claro que o sentarem-se à mesa já ocorreria depois da travessia para o território da planificação. O problema está na dificuldade da livre circulação à entrada e no território. Não me refiro aos detentores do passaporte vermelho ou de passaporte verde, de quem também se espera o contributo obrigatório e moral para resolver a circulação dos concidadãos que utilizam o passaporte comum, de cor azul, no caso moçambicano. É que estes últimos precisam de passar por uma experiência que o cidadão necessitado do mundo sabe o que representa: precisam do visto. À vista do que tenho observado, não vejo como é que efectivamente se poderá vir a falar de uma Comunidade real e de uma Lusofonia assumida! E estamos muito provavelmente ainda a milhas do *Passaporte do Coração* de que Leite é portadora, tal passageira de livre trânsito a quem nem a estranheza das línguas perturba...percorrendo um caminho que não sabe, porque tudo o que aprendeu não lhe chega... (2002: 46-7).

A nível da Comunidade da África Austral (SADC), em que dos quinze países constituintes, treze têm a língua inglesa como língua oficial ou co-oficial, os moçambicanos circulam livremente sem nenhum visto. Está, inclusivamente, em adiantado processo de construção a fronteira de paragem única (*one-stop border*) entre Ressano Garcia e Komatipoort, exactamente os locais que percorreram este texto. As duas paragens requeridas agora para a amostragem e carimbagem da entrada e saída

transformar-se-ão proximamente numa paragem única. Ironicamente do espaço moçambicano para o angolano é preciso visto e vice-versa. E não vale a pena produzir argumentos atrás de argumentos sobre as dificuldades e complexidades da circulação livre intercontinental no espaço em que se fala Português. Parafraçando o ilustre jornalista Salomão Moyana, os governantes são pagos pelo dinheiro dos cidadãos para pensar e encontrar soluções, não para produzir justificações. A liberdade de circular na grande região da África Austral, incluindo no e através do país mais rico do continente, que é a vizinha África do Sul, não trouxe até aqui quaisquer problemas de fluxos migratórios inesperados ou indesejados de Moçambique para a poderosa nação, situada a pouco mais de 90 km de Maputo. É claro que através da CPLP a economia poderá vir a tornar-se numa locomotiva importante da lusofonia, mas assim acontecendo será infelizmente uma economia órfã, porque não tem consigo a força dos cidadãos, das suas línguas, das suas culturas, o que não será saudável.

Conclusão

Concluo pelo começo. A terra de ninguém.

Renunciando aos direitos senhoriais de propriedade, em direcção ao internacionalismo e cosmopolitismo; superando receios de substituição de uma língua de comunicação mais ampla por outra; entendendo a alquimia das variedades; vencendo exclusões quaisquer que sejam; e contribuindo para que nenhuma língua morra, nem definha, estamos, assim, mais preparados para nos posicionarmos na terra de ninguém, onde a mulher já reside. De malas e bagagens, com todo o simbolismo de transformação de relações que este idiomatismo encerra.

Daí, da terra de ninguém, para a travessia em direcção ao lado da planificação – o da planificação linguística – poder ser tranquila e produtiva não se pode estar condicionado por algo comunitariamente tão excludente que nos põem num documento de viagem. Se assim continuar a ser, vamos atravessando despedidos de alma.

Requer-se estudo e decisão sobre este fenómeno *novo* de uma era tecnológica moderna, cujas ferramentas, no passado, não estavam disponíveis às estruturas do poder formal e do conhecimento. Como sabemos, todo o conhecimento é produzido no âmbito de uma determinada configuração

de circunstâncias sociais, culturais, económicas, políticas e históricas e, por isso, reflecte e reproduz essas condições. Por outro lado, o conhecimento está associado a interesses, visto que a busca do conhecimento representa interesses de determinados indivíduos ou grupos.

Sobre os mitos, deveríamos estudar a sua função sociológica, esses mesmos mitos que apoiam e sustentam uma certa ordem social. Estudar o Português como uma língua internacional e as suas funções sociológicas oferece-nos algumas áreas desafiantes de pesquisa que nos poderão permitir compreender melhor a mensagem em símbolos, como o nacionalismo, internacionalismo e o poder da linguagem.

Interagir com diferentes línguas e culturas e, do mesmo modo, interagir com a mesma língua e diferentes culturas é muito útil porque estas interações fornecem perspectivas diferentes da nossa e nos libertam de preconceitos que, muitas vezes, são condicionados culturalmente. A língua portuguesa nunca foi um problema em Moçambique. Nem a língua inglesa. Neste contexto, é fundamental estudar os processos históricos que moldaram e continuam a moldar os contextos linguísticos, sociais e culturais de Moçambique. O papel complementar do Português e das línguas bantu é bastante bem compreendido e aceite pela sociedade em geral, mas esse papel ainda não foi bem formulado pelos teorizadores. Há que trabalhar mais, o Governo, as universidades e outras agências, porque a planificação linguística permanece inadequada. O Português, que não é essencialmente a língua da agricultura em Moçambique, é todavia a língua de ensino nas faculdades de Agronomia, porque o conhecimento moderno sobre a agricultura está disponível em Português e outras línguas. Esta língua, que não é, essencialmente, a língua do negócio nos *dumbanengues* e *tchungamoios* – os mercados informais – é porém a língua dos cursos de gestão nos institutos moçambicanos. O Português, que é alternado com as línguas bantu em muitas fábricas, é a língua de ensino nas escolas industriais e centros de tecnologia.

No dia 25 de Abril de 1993, munido de dados sobre o tipo de utilização que leitores moçambicanos faziam da Biblioteca dos Serviços Culturais da Embaixada Portuguesa em Maputo, dados esses facultados por José Capela (José Soares Martins, nome de baptismo), à altura, Adido Cultural, mas muito mais do que isso porque a sua trajectória se confunde com a memória da história recente dos dois povos, apresentei uma comunicação ao

simpósio 'Portugal e a Época dos Descobrimentos' na *University of Southern California* em Los Angeles, que se intitulava "The Age of Re-discovery: The Portuguese language in Mozambique" [A Época dos Re-Descobrimentos: A língua portuguesa em Moçambique], de que extraio a seguinte passagem:

O facto de toda a gente estar ansiosa por aprender a desenhar um mapa de convivência, através do re-descobrir um novo papel para a língua portuguesa como língua de unidade entre nações e comunidades e como língua de interação dinâmica em contextos multilingues é um sinal necessário e inescapável da nossa nova Época. E em honra da língua portuguesa do passado, presente e futuro deveríamos erigir o Monumento esquecido. (Lopes, 1995: 85)⁹

E o que é que adicionaria hoje?

Talvez um centro de cultura-museu vivo em cada país da Comunidade em honra da lusofonia para que cidadãos livres, sem visto de entrada, os visitem e neles pensem e debatam o nosso agora e o nosso amanhã.

Finalmente, e sem querer re-editar a Época dos Descobrimentos, agradeço ao Minho a oportunidade de ter descoberto o Moisés e a sua vontade de ler e pensar o mundo, mesmo o país quase invisível a que pertença e de onde venho. Muito obrigado.

Referências

- BAMGBOŞE, A. (2000). *Language and Exclusion: The Consequences of Language Policies in Africa*. Hamburgo: Lit Verlag.
- BASTOS, N. B. e de Brito, R. P. (2011). Mia Couto: 'Somando colorações' no vocabulário da lusofonia. *Matraga* [Revista de Estudos Linguísticos e Literários] 18:28: 143-57.
- BOURDIEU, P. (1986 [1983]). The forms of capital. In J. Richardson (ed.), *Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education* (pp.241-58) [Originalmente publicado em Alemão por Otto Scharz & Co., 1983].

9 The fact that everyone is eager to learn how to draw a map of camaraderie by re-discovering a new role for Portuguese as a language of unity among nations and communities and as a language of dynamic interaction in multilingual contexts is a necessary and inescapable sign of our new Age. And in honour of the Portuguese language past, present and future, the forgotten Monument should be erected.

- CABRAL, A. (1975). *Empréstimos Linguísticos nas Línguas Moçambicanas*. Lourenço Marques: Empresa Moderna.
- CAVACAS, F. (1999). *Mia Couto: Brinciação Vocabular*. Lisboa: Mar Além & Instituto Camões.
- COUTO, M. (1993). Celebrar uma cultura mulata. 'Xipalapala Artes e Letras', ano II, n.º 88, *Notícias*, Maputo, 20/12.
- CRAVEIRINHA, J. (1954). Consciência da raça. *O Brado Africano*, 6/11/54.
- FOUCAULT, M. (1982). The subject and power. *Critical Inquiry* 8 (4): 777-95.
- HONWANA, L.B. (2011). Português: Língua de fazer Moçambique? Palestra convidada ao colóquio "Português em contexto africano multilingue: Em busca de consensos". Maputo: Universidade Eduardo Mondlane.
- JAMES, C. (1993). What is applied linguistics? *International Journal of Applied Linguistics* 3.1: 17-32.
- KAPLAN, R. B. & Baldauf, Jr., R. (1997). *Language Planning: From Theory to Practice*. Clevedon: Multilingual Matters, UK.
- LEITE, A. M. (2002). *Passaporte do Coração*. Lisboa: Quetzal Editores.
- LOPES, A. J. (2013). Língua portuguesa em Moçambique: Timakas, milandos e desafios. *Revista Brasileira [da Academia Brasileira de Letras]* 74: 117-34.
- LOPES, A. J. (2002). O Português como língua segunda em África: Problemáticas de planificação e política linguística. In M.H.Mateus (org.), *Uma Política de Língua para o Português* (pp.15-31). Lisboa: Edições Colibri.
- LOPES, A. J. (2001). Language revitalisation and reversal in Mozambique: The case of Xironga in Maputo. *Current Issues in Language Planning* 2: 2&3: 259-67.
- LOPES, A. J. (1999). The language situation in Mozambique. In R.B. Kaplan e R.B. Baldauf, Jr. (eds), *Language Planning in Malawi, Mozambique and the Philippines* (pp. 86-132). Clevedon: Multilingual Matters, UK.
- LOPES, A. J. (1998a). English in Mozambique: Jogging the collective memory. *Op.Cit.* [Revista da Associação Portuguesa de Estudos Anglo-Americanos] 1: 39-45.
- LOPES, A. J. (1998b). Introdução: Universidade e investigação. In A. J. Lopes (org.) (1998) *Universidade e Investigação: Comunicações de Maputo* (pp.vii-xii). Maputo: Livraria Universitária, UEM.
- LOPES, A. J. (1997). *Política Linguística: Princípios e Problemas/Language Policy: Principles and Problems*. Maputo: Livraria Universitária.
- LOPES, A. J. (1995). The age of re-discovery: The Portuguese language in Mozambique. *Crossroads* [Review of the Symposium on Portuguese Traditions, University of California at Los Angeles, edited by C.Hulet] 4: 83-7.

- LOPES, A. J. (1987). The role of prior language knowledge on target language discourse processing. Versão reduzida in A. Pongweni (ed.) *Second LASU Conference Report* (pp.12-4). Harare: University of Zimbabwe Press.
- MABASSO, E. (2013). Official language, written and customary laws in Mozambican Police Stations. Comunicação apresentada à 11.^a conferência bianual da Associação Internacional de Linguistas Forenses, Cidade do México, 24-7 de Junho de 2013.
- MAGAIA, A. (1997). Anglofilia moçambicana: Uma realidade histórica. *Notícias* 22/2/97.
- MAKGOKA, M.W. (1997). *Mokoko: The Makgoba Affair. A Reflection on Transformation*. Florida Hills: Vivlia Publishers.
- MARTINS, M. de L. (2011). *Crise no Castelo da Cultura: Das Estrelas para os Ecrãs*. Coimbra: Grácio Editor.
- MARTINS, M. L. (2006). A lusofonia como promessa e o seu equívoco lusocêntrico: In Martins, M.; Sousa, H. & Cabecinhas, R. (eds.) *Comunicação e lusofonia: para uma abordagem crítica da cultura e dos media* (pp. 79-87), Porto: Campo das Letras.
- MATEUS, M.H. (2002). *A Face Exposta da Língua Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- MELO, A. (2002). *Globalização Cultural*. Lisboa: Quimera Editores.
- ROBINSON, C.D. (1993). Where linguistic minorities are in the majority: Language dynamics amidst high linguistic diversity. *AILA Review* 10: 52-70.
- SELINKER, L. (1992). *Rediscovering Interlanguage*. Londres: Longman.
- WHITTAKER, S. (2013). Nonracialism must include all humanity. *Mail & Guardian*, 7-13 de Junho, 2013, vol.29, n.º 23: 30, South Africa, Letters to the Editor.

O EDITOR DE LIVROS E A PROMOÇÃO DA CULTURA LUSÓFONA a trajetória de Francisco Alves (1848-1917)

THE EDITOR OF BOOKS AND THE PROMOTION OF LUSOPHONE CULTURE
the trajectory of Francisco Alves (1848-1917)

Aníbal Bragança *

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (NITERÓI – RIO DE JANEIRO)

anibalbraganca@gmail.com

Resumo:

A Livraria Clássica, fundada em 1854, no Rio de Janeiro, pelo português Nicolau António Alves, veio a tornar-se, meio século depois, a maior editora brasileira. Francisco Alves de Oliveira, sobrinho do fundador, chegou ao Brasil em 1863, com 15 anos incompletos. Tio e sobrinho faziam parte de um processo de emigração que levou milhares de jovens minhotos alfabetizados a deixarem sua pátria. Em 1897, Francisco Alves tornou-se proprietário da Clássica, que passou a denominar-se Livraria Francisco Alves. Com uma sólida posição no país, Francisco Alves expandiu seus negócios para a Europa. Adquiriu em Portugal o controle das editoras “Biblioteca de Instrução Profissional” e a “A Editora”, sucessora da David Corazzi. Em 1907, ao assumir parte da editora francesa Aillaud, associou-se a Júlio Monteiro Aillaud. Ambos, a seguir, adquiriram a Livraria Bertrand, de Lisboa. Francisco Alves tornou-se conhecido como “Rei do Livro”. Faleceu em 1917. Legou sua fortuna à Academia Brasileira de Letras.

Palavras-chave: Lusofonia; história do livro; história editorial; Brasil; Portugal.

* Mestre e doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo. Professor Associado da Universidade Federal Fluminense (Niterói-RJ). Nascido em Portugal, vive no Brasil desde 1956. Coordena o Núcleo de Pesquisa Livro e História Editorial, na UFF, tendo organizado o I e o II Seminário Brasileiro Livro e História Editorial (Lihed). Foi Secretário Municipal de Cultura de Niterói, Diretor Científico da Intercom, Coordenador-geral de Pesquisa e Editoração da Fundação Biblioteca Nacional. É sócio benemérito do Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, sócio do Pen Clube do Brasil e membro da Academia Niteroiense de Letras. Autor de *Livraria Ideal, do cordel à bibliofilia*, 2009, e coorganizador de *Impresso no Brasil*, 2010, Prêmio Jabuti de melhor livro do ano na área de Comunicação, em 2011.

Abstract:

The “Livraria Clássica”, founded in 1854, in Rio de Janeiro, by the Portuguese Nicolau António Alves, came to become, half a century later, the Brazil’s largest publishing house. Francisco Alves de Oliveira, nephew of the founder, came to Brazil in 1863, aged 15 years. Uncle and nephew were part of a process of emigration that led thousands of literate young persons from Minho’s Province to leave their homeland. In 1897, Francisco Alves became the owner of the “Livraria Clássica” that has become the “Livraria Francisco Alves”. With a solid position in the country, Francisco Alves expanded their business to Europe. In Portugal he acquired the control of publishing houses “Biblioteca de Instrução Profissional” and “A Editora” (the successor of the “David Corazzi”). In 1907, he acquires part of the French label Aillaud and becomes an associate of Julio Monteiro Aillaud. Then, they both acquired the “Livraria Bertrand”, in Lisbon. Francisco Alves became known as “King of the Book.” He died in 1917. He bequeathed his fortune to the “Academia Brasileira de Letras”.

Keywords: History of the book; publishing history; Brazil; Portugal; Lusophone culture



A presença de livreiros franceses no mercado do livro lusófono se verifica desde antes do terremoto de Lisboa, conforme as pesquisas desenvolvidas, dentre outros, por Fernando Guedes e Manuela Domingos, esta, autora de vários estudos sobre os Bertrand e sua livraria fundada em 1732 na capital portuguesa. Pesquisadores brasileiros, como Tânia Bessone (2002) e Lúcia Bastos (1993), registraram terem essa mesma origem os primeiros livreiros especializados que se instalaram no Rio de Janeiro na última década do século XVIII, alguns vinculados por laços familiares com os patrícios que desenvolviam seus negócios em Lisboa, como Paulo Martin¹. Mas foi somente no século XIX, quando Paris era “considerada a capital mundial das artes e das letras” (Cooper-Richet, 2009: 540), que a cultura francófona tornou-se mais presente no estrangeiro e seus livreiros, diretamente ou por associações, ampliaram seus negócios no exterior.

¹ Ver também: Abreu (2010: 52ss).

Nesse contexto de negócios e trocas interculturais lusófonas se inseriram as trajetórias de Júlio Monteiro Aillaud, luso-francês, e de Francisco Alves de Oliveira, luso-brasileiro, livreiros-editores que marcaram profundamente a história do livro em Portugal e no Brasil, respectivamente, e que, como sócios, desenvolveram atividades durante cerca de dez anos, no início do século XX, em Lisboa, em Paris e no Rio de Janeiro.

Júlio Monteiro Aillaud é descendente, provavelmente bisneto, de Jean-Pierre Aillaud, de Monestier de Briançon, livreiro que se instalou com loja em Coimbra, em 1772, após uma breve experiência em Lisboa, como sócio de João Baptista Reycend, iniciada no ano anterior (Guedes, 1987: 42n; Domingos, 2000: 105-107). A livraria coimbrã prosperou. Com o falecimento do fundador passou à sua filha Maria Cecília. Um incêndio a destruiu em 1821 (Curto *et al.*, 2007: 120). O filho mais novo de Jean-Pierre Aillaud, homônimo do pai, instalou-se como livreiro em Paris, com a firma J.-P. Aillaud, em 1806².

A livraria, cuja firma teve várias denominações, refletindo sua composição societária no período – como Guillard e Aillaud, Va. J.-P. Aillaud, Guillard e Ca., Va. Jean-Pierre Aillaud-Monlon, Aillaud & Cie. – se apresentou também como Libraire Etrangère et Française de Jean Pierre Aillaud (Cooper-Richet, 2009: 543), Livraria Portuguesa de J. P. Aillaud (1838) e Ancienne Libraire Aillaud (1912). Não se pesquisaram ainda suas publicações em francês, mas sabemos que seu primeiro lançamento em língua portuguesa foi a reedição de *Os Lusíadas*, de Luís de Camões, em 1823 (Ramos, 1972: 60).

O levantamento feito pelo pesquisador Vítor Ramos registra que, sem contar os 33 periódicos publicados em português, somam 530 obras (livros e alguns folhetos) as edições lusófonas feitas em França na primeira metade do século XIX. Dessas, noventa e oito foram editadas por J.-P. Aillaud³, às quais se podem acrescentar onze reedições feitas no período. Partindo de 1823 até 1830, foram lançadas nove edições e uma reedição; no período de 1831 a 1840 fizeram-se cinquenta e nove lançamentos, com mais dez

2 Cf. o *Catálogo das Livrarias Aillaud e Bertrand*, de 1914, que indica a data de fundação da livraria parisiense.

3 Cooper-Richet (2009) anota apenas cinquenta e duas edições.

reedições, ritmo que se reduziu no último período, de 1841 a 1850, quando somaram trinta lançamentos.

O interesse no mercado brasileiro revelou-se cedo e levou a Aillaud, em associação com outra editora francesa, Bossange, também voltada para a publicação em língua portuguesa, a instalar uma empresa afiliada no Rio de Janeiro, o que veio a ocorrer, através de associação com o livreiro lusitano Francisco Luís Caldas e Souza, já estabelecido na cidade, na Rua dos Latoeiros (atual Gonçalves Dias). Da representação de Bossange foi encarregado seu ex-empregado Eduard Laemmert, que se deslocou para o Brasil, formando-se assim a firma Souza, Laemmert & Cia. (Berger, 1984: 20), em 1828⁴. Nesse mesmo ano, anunciam-se, pela primeira vez, em 11 de abril, no *Jornal do Commercio*: “Souza, Laemmert & C., sócios de P. P. Aillaud (*sic*) e H. Bossange de Pariz. Na Rua dos Latoeiros, nº 88, vendem obras francesas modernas, de filosofia, administração, artes, ciências, poesias” (Renault, 1969: 75).

O contrato da empresa expirou em 1833, tendo Eduardo Laemmert iniciado, a partir daí, uma trajetória notável como impressor-editor no Brasil. Entretanto, a firma, a partir de então com a denominação Souza & Cia., continuou no mesmo local, seguindo com a representação da Aillaud⁵.

Cooper-Richet afirma que é na década de 1840 que “Aillaud dá ênfase a este segmento específico do mercado do livro” – o dos livros lusófonos –, pois são várias as seções dedicadas aos livros em português, como: “Livros clássicos adotados nas escolas de Portugal e do Brasil”, e que, em 1842, foi publicado um “Catálogo dos livros portugueses e latinos publicados em Pariz par Jean-Pierre Aillaud”, contendo vinte páginas. Saindo do período estudado por Vítor Ramos, a análise feita por Cooper-Richet incluiu o *Catálogo dos livros Portuguezes, Latinos, Francezes, Inglezes*. Paris, em Casa da Va. Jean-Pierre Aillaud-Monlon, de 1860, no qual se registra que a empresa é de “Livreiros de suas Majestades o emperador do Brazil e el Rei de Portugal”. Os catálogos seguintes, nas décadas de 1860 e 1870, aumentam de tamanho, chegando a ter de 50 a 70 páginas, mostrando

4 Cooper-Richet (2009) localizou nos Archives de Paris documento que registra o ato de fundação da sociedade em 6 de abril de 1827.

5 Ramos (1972: 37), em nota, registra o interesse especial da casa pelo mercado brasileiro: “Em 1834, Aillaud anuncia: No Rio de Janeiro, em casa de Sousa & Cia., sem dar o nome de nenhum livreiro português.”

a ampliação do mercado lusófono e a crescente especialização da livraria parisiense nesse segmento. A partir de 1890 a empresa instala uma filial em Lisboa, na Rua do Ouro (Guedes, 1987: 42).

A antiga afiliada da Aillaud no Rio de Janeiro, Livraria Souza & Cia., encerrou suas atividades em 1854, no mesmo endereço (Berger, 1984: 20). Será também nesse ano que Nicolau António Alves, na mesma rua, no número 54 (ao lado da loja que fechou), iniciará as atividades de sua Livraria Clássica. Contava então com 27 anos. Português, chegara ao Rio de Janeiro em 1839, com 12 anos incompletos (Bragança, 2004: 3). Pode-se imaginar que a escolha do local não tenha sido mero acaso, e até supor que Nicolau possa ter aprendido o ofício na livraria de Francisco Souza e já ali tenha tido contato com a Aillaud e suas edições. Mas isso são ainda suposições.

Francisco Alves de Oliveira, sobrinho de Nicolau, chegou ao Rio de Janeiro, no primeiro mês do ano de 1863, com 15 anos incompletos. Tio e sobrinho faziam parte de um processo de emigração que levou milhares de portugueses jovens alfabetizados da província do Minho a partirem para o Brasil, sem a família, com o objetivo de fazer carreira por seu próprio esforço, numa economia de maior dinamismo que a portuguesa (Leite, 2000: 187).

Com ‘carta de chamada’ do tio, Francisco Alves veio para trabalhar na Livraria Clássica. Paralelamente, prosseguiu os estudos no Colégio Vitório (Abreu, 1977: 58-59), situado também na Rua dos Latoeiros, no número 46, mas não há notícia de que tenha conseguido bacharelar-se⁶. Lá, provavelmente, conheceu o professor Theophilo das Neves Leão, secretário da Inspeção Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte, em 1868, que viria a ser um de seus grandes amigos e colaborador desinteressado em sua atividade editorial e livreira.

Francisco Alves, em 18 de agosto de 1868, cinco anos após sua chegada ao Brasil, já havia estabelecido um contrato com seu tio, que lhe dava algum “interesse” na casa⁷. Em 1873, porém, estabeleceu-se por conta própria, com o negócio de livraria, na Rua São José, 126 (depois passou

6 O Colégio Vitório era, em 1867, o segundo estabelecimento particular do sexo masculino em número de alunos. O primeiro era o Colégio Gratuito do Mosteiro de S. Bento.

7 Foi revogado somente em 1882, na cláusula 12 do contrato de formação da sociedade Alves & Cia., sucessora de Nicolau A. Alves.

ao 118), também no centro do Rio de Janeiro⁸. Dessa época, localizamos nos arquivos da editora o rascunho de uma carta manuscrita por Francisco Alves, dirigida aos livreiros-editores parisienses: “Ilmos. Srs. Va. Aillaud, Guillard & Ca. Rua Saint-André des Arts, 47 – Pariz”, em que afirma:

Sei por experiencia propria que a casa de V.Sas. é digna de toda a confiança. Esta experiencia adquiria [sic] eu em casa de meu tio o Sr. Nicolau A. Alves em cuja casa fui empregado durante alguns annos. Fiado, pois, na probidade de V. Sas., remetto junto a presente carta um pedido de livros acompanhado de uma letra do valor de [em branco no rascunho]. Espero que me façam os mesmos abatimentos que têm feito a meu tio. Quanto ás encadernações mantem-n’as [sic] eguaes às que costumam mandar para elle. Não tenho tempo para fazer o calculo da importancia do meu pedido; pode ser que a quantia saccada não seja sufficiente, n’este caso, quando o numero de exemplares pedidos exceder a 6 pode V. Sa. reduzi-lo a metade. Fico descançado quanto à brevidade da remessa por que conto com a actividade V. Sas.

Queiram ter a bondade de me mandar catalogo de livros ainda que seja per-ciso pagalos [sic], e tomar-me uma assignatura da Bibliographie de la France que me deve ser mandada pelo correio com o endereço [sic] a Franco. Alves d’Oliveira, Rua de S. José, 118 / Placa. / Rio de Janeiro. / De V.Sas. / atto. V. S. Cro. / Francisco Alves d’Oliveira.⁹

Essa experiência de Francisco Alves como livreiro independente durou pouco tempo. Em 1877 encerrou a livraria e voltou para Portugal. Segundo o historiador Capistrano de Abreu (1977: 58-59), seu objetivo era visitar em Paris a Exposição Universal de 1878 e correr parte da Europa. Seu retorno ao Brasil se deu para retomar o trabalho na Livraria Clássica, como sócio de “indústria”. Em 1882, já com participação de capital na sociedade, assume a gerência. A empresa passa a ter nova denominação, Alves & Cia. No ano seguinte, aumenta sua participação no capital da empresa e assume

8 Cf. *Almanack Laemmert*, Rio de Janeiro, 1873, 1874 e 1875, que dá a indicação pelo nome do titular.

9 As margens do papel se deterioraram, perdendo-se pequena parte do texto, que inclui o último algarismo do ano da data, que deverá ser 1874 ou 1875, pois nesses anos o registro da loja de Francisco Alves no *Almanack Laemmert* aparece com o endereço indicado.

plenamente sua direção, embora o tio Nicolau Alves mantenha, ainda, a parcela maior de capital (aproximadamente 57%). Em 9 de julho de 1883, Francisco Alves de Oliveira, solicita ao Imperador a cidadania brasileira, que lhe é concedida nesse mesmo ano (Bragança, 2004).

Demorou 16 anos para que Francisco Alves pudesse assumir a plena propriedade da empresa que dirigia, o que ocorreu em 13 de setembro de 1897, quando comprou a parte do tio e foi feito o distrato¹⁰ da firma Alves & Cia., que passou a ter na denominação apenas o nome de seu proprietário: Livraria Clássica, de Francisco Alves, que iria progressivamente ser conhecida apenas como Livraria Alves.

No ano anterior, Francisco Alves tinha instalado filial em São Paulo. Sua inauguração contou com a presença das maiores autoridades do estado e de figuras importantes da intelectualidade brasileira, e também do representante da editora francesa Aillaud, que foi saudado de forma destacada, inclusive na imprensa (Deaecto, 2004; Razzini, 2004). A filial de São Paulo marca o ingresso na sociedade, como sócio minoritário, do então jovem engenheiro Manuel Pacheco Leão, filho de seu dileto amigo Theophilo das Neves Leão.

Em 12 de outubro de 1897, Francisco Alves transferiu a sede da livraria no Rio de Janeiro para a Rua do Ouvidor, 134 (na época chamada de Rua Moreira César). Durante todo esse tempo, as relações de Francisco Alves com a Aillaud se mantiveram e estreitaram. O catálogo da Livraria, de 1895, pouco antes de Francisco Alves ter assumido completamente a propriedade da empresa, ainda Alves & Cia., é encimado pelo título: Casa de Comissões de Guillard, Aillaud & Cia. A parceria de Alves e Aillaud, além das trocas comerciais de livros brasileiros para Paris e franceses para o Brasil, incluía a execução de serviços gráficos na empresa francesa para a produção dos livros da congênera brasileira, inclusive os escolares. A qualidade dos serviços era superior à média alcançada no Brasil, mantendo-se certa tradição iniciada pelos irmãos Garnier. Além disso, a quantidade de edições da Francisco Alves era grande e a tiragem alta para os padrões brasileiros da época, alcançando mais de 20 000 exemplares nos livros didáticos para o nível primário.

10 Escritura registrada no livro 33 de notas, fls. 43 verso, do Cartório do 8.º Ofício de Notas do Rio de Janeiro, de Antonio Herculanô da Costa Brito, em 13 de setembro de 1897.

Após a inauguração da nova sede da matriz, no Rio de Janeiro, Francisco Alves resolveu anexar a empresa que criara em São Paulo. Com a fusão surgiu a Francisco Alves & Cia., em 5 de janeiro de 1903. A denominação de fantasia passará a ser Livraria Francisco Alves. A seguir, abriu uma filial em Belo Horizonte, nova capital do estado de Minas Gerais, e adquiriu mais de uma dezena de livrarias editoras brasileiras, no Rio de Janeiro e São Paulo (Hallewell, 2005: 285), incorporando ao seu catálogo os respectivos fundos editoriais, incluindo o da Laemmert, no qual se destacava o livro *Os Sertões*, de Euclides da Cunha (Bragança, 1997), um dos maiores clássicos da literatura e do pensamento social brasileiros.

Na França, a Aillaud havia tido grande desenvolvimento como editora de dicionários e manuais escolares da língua portuguesa. É ela que publicará os vários dicionários de José da Fonseca e de José Inácio Roquete, desde 1829. Segundo Telmo Verdelho (2002), na fase que chama de “democratização e escolarização do dicionário”, a partir do início do século XIX, houve transferência de sua produção para a França, “procurando provavelmente suprir a ausência de recursos tipográficos suficientes para corresponder em Portugal à crescente solicitação deste gênero de textos”, circunstância, afirma, coincidente com a presença em Paris “de alguns dos mais operosos dicionaristas portugueses”, fazendo surgir os “decisivos modelos de dicionários práticos” de Roquete e José da Fonseca, publicados pela Aillaud. Destaca ainda o *Dicionário da Língua Portuguesa* (1929), de Fonseca, como a “obra mais divulgada da lexicografia parisiense (...), [sendo] referência modelo dos dicionários práticos, escolares” (Mollier, 2008: 134). A editora Aillaud inseriu-se claramente no chamado “século dos dicionários”, quando “os livreiros escolares e universitários foram os primeiros (...) a aproveitar o progresso da alfabetização para aumentar o número de compêndios disponíveis ao público jovem” (*ibidem*).

Além de dicionários, a Aillaud publica, desde o início da década de 1830, vários manuais de ensino da língua portuguesa, dos quais destacamos *Grammatica analytica da lingua portugueza, offerecida à mocidade estudiosa de Portugal e do Brazil*, de Francisco Solano Constancio, em 1831, *Alphabete portuguez. Novo methodo para aprender a ler com muita facilidade e em mui ponto tempo, tanto a letra redonda como a manuscripta*, de J. I. Roquete, em 1836. O ensaio de Batista (2002) inclui um dos sete títulos publicados em português para aprendizado de leitura manuscrita como edição da

Aillaud. Muitas dessas obras foram reeditadas no Brasil pela Francisco Alves. Desde o tempo da Livraria Clássica, de Nicolau Alves, começaram a ser publicados aqui os livros José Inácio Roquete (1801-1870), assim como os José da Fonseca (c. 1788-1866)¹¹. Foram também publicados pela Aillaud, durante a primeira metade do século XIX, livros religiosos, maçônicos – novelas, como *Historia de Simão de Nantua, ou o Mercador de Feiras*, de M. de Jussieu (1830, 1834, 1837 e 1839) –, poesias – *Colecção d'epístolas eroticas e philosophicas* (1834) -, etc. (Ramos, 1972).

Depois de mais de trinta anos sendo um grande parceiro comercial, como cliente e representante no Brasil, em 1907, Francisco Alves iniciou sua expansão para a Europa, adquirindo parte da Aillaud, que era então editora, livraria e tipografia, formando a empresa Aillaud, Alves & Cia. Após firmarem a associação na empresa francesa, Francisco Alves e Júlio Monteiro Aillaud adquiriram, em 1910, a centenária Livraria Bertrand, de Lisboa, formando inicialmente uma nova empresa, a Aillaud, Alves, Bastos & Cia. Fundada em 1732, esta livraria manteve-se nas mãos da família Bertrand até 1876, quando foi vendida para Augusto Saraiva de Carvalho e José Fontana, que formaram a empresa Carvalho & Cia., de curta duração. Em 1880, Carvalho admitiu como sócio Mendonça Cortês, que acabará ficando como único proprietário após o falecimento do primeiro, em 1882. Já então conhecida como “Antiga Casa Bertrand”, seus negócios “definham” e, para evitar seu fechamento, foi vendida a um antigo funcionário, José Bastos, que conseguiu, em poucos anos, dar-lhe grande dinamismo, chegando a ter mais de 1200 títulos em catálogo em 1907 (Guedes, 1987: 41-42). Quando da formação da nova firma, José Bastos foi mantido na sociedade, mas por breve período.

Pouco tempo depois, um dos maiores escritores e jornalistas portugueses, Carlos Malheiro Dias, no prólogo à apresentação crítica do novo livro do escritor brasileiro Olavo Bilac, *Conferências literárias*, editado pela Francisco Alves em 1912, dá um testemunho da importância que percebe na associação entre Aillaud e Francisco Alves para o desenvolvimento da literatura lusófona:

11 Ver: Acervo bibliográfico da Francisco Alves. Disponível em www.uff.br/lihed. Acesso em 25/11/2014.

A interferência dominadora da casa Aillaud e da casa Francisco Alves nos negócios da secular livraria Bertrand ia preparar á produção litteraria portu- gueza um novo período, ampliando-lhe a area de expansão, garantindo-lhe a difusão no mercado brasileiro e realizando pelos únicos meios produtores das relações commerciaes essa hegemonia litteraria entre a America portu- gueza e a metrópole, que nunca passára até hoje, por falta de um afinado instrumento de execução mercantil, de uma aspiração inconceptivel. (Dias, S/D: S/P)

A seguir, o jornalista faz uma apresentação dos editores responsáveis pela transformação então em processo na Livraria Bertrand:

O que é, como administrador, Julio Monteiro Aillaud, muitos em Lisboa o sabem. Elle é a *avis rara* de um editor diplomado e erudito, apaixonado pelas artes, conhecendo o seu *métier* como um profissional, capaz ao mesmo tempo do trabalho beneditino de composição de um dicionario e da tarefa, tão exigente de energias, que representa a administração de um estabelecimento industrial de complexíssima engrenagem, como são as vastas officinas, depó- sitos e escriptorios do *boulevard* Montparnasse, de Paris.

Mas se muitos conhecem Aillaud, raros são os que conhecem Francisco Alves, a quem um escriptor brasileiro chamou “o rei do livro”.

Português de nascimento, esse pequeno grande homem, que tem hoje nas suas mãos laboriosas a maior parte da produção pedagógica e litteraria do Brasil, é o modelo d’essas qualidades de perseverança, de intuitiva inteligência, de integra honradez e de infatigável energia a que o commercio portuguez da America deve sua prosperidade. (...)

Póde sem receio de exagero asseverar-se que, muito mais que todos os frágeis potentados acadêmicos e litterarios, este homem de negocios, amigo generoso de todos os grandes escriptores brasileiros, é a alma activa, inquebrantável, d’essa aspiração de hegemonia litteraria entre as duas nações e que só elle poderá encaminhal-a para a viabilidade (...). (*Ibidem*)

Em 1911, as edições da Francisco Alves em parceria com Aillaud, Alves & Cia, majoritariamente de autores brasileiros e portugueses, já apareciam tendo, na folha de rosto, lado a lado, os créditos a Francisco Alves & Cia. (com sedes no Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte) e a Aillaud,

Alves & Cia. (sem Bastos), com sedes em Paris (Livraria Aillaud) e Lisboa (Livraria Bertrand).

Ressalve-se que a empresa brasileira não se alterou em sua composição societária, mantendo-se em poder de Francisco Alves, com a participação minoritária de Manuel Pacheco Leão. Assim, pode afirmar-se que é, em parte, um equívoco a percepção dessa associação feita por Fernando Guedes, quando afirma que “Júlio Aillaud iria trazer de novo para a Bertrand a dimensão internacional que de certo modo a caracterizara nos seus primórdios, mas agora – e pela primeira vez na história da casa – atravessando o Atlântico e criando tentáculos no Brasil”, chegando a colocar os endereços das livrarias de Francisco Alves no Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte para indicar onde chegavam esses “tentáculos” (Guedes, 1987: 42). Está certo quando percebe a associação como uma nova “dimensão internacional” que a casa passa a ter, simbolizada pela atuação de seus proprietários também na França e no Brasil; mas se há “tentáculos” eles partem do Rio de Janeiro para a Europa e não o contrário. A cabeça das empresas está no Brasil.

Francisco Alves, buscando consolidar sua presença em Portugal, adquiriu também a antiga casa David Corazzi, tradicional editora que mereceu acurado estudo de Manuela Domingos (1985: 21ss), especialmente pela sua iniciativa de criar a coleção “Biblioteca do Povo e das Escolas”, breves folhetos, editados em grandes tiragens e distribuídos por todo o país e então colônias portuguesas, além do Brasil. Em consonância com o que Mollier (2008 & 2010) chama de uma “revolução cultural silenciosa”, esta coleção fez chegar material impresso a áreas pouco afeitas ou recém incorporadas às práticas da cultura letrada, em estratégia de vendas que ia muito além das livrarias, com uma capilaridade que alcançava áreas socioculturais “periféricas” das cidades e também o interior dos países, em pequenas vilas, colocando ao alcance de todos, onde houvesse chegado a imensa fome de saber e a vontade de aprender despertadas pelos “novos tempos”. Ficava assim ao alcance dos olhos e das mãos e, também de seus bolsos, livros de pequeno custo, com breves condensações temáticas de conhecimentos atualizados, que iriam criar oportunidade para transformações nas mentalidades e nas práticas sociais.

Segundo Domingos (1985: 90), em virtude de “agravamento da doença pulmonar”, David Corazzi, em 1888, vendeu a editora, cujo nome de

fantasia era “Empresa Horas Românticas”, a um grupo capitaneado por Justino Guedes, já proprietário de oficinas tipográficas, formando-se então a Companhia Nacional Editora, que posteriormente se transformaria em sociedade anônima com o nome de A Editora (Domingos, 1985: 65-66). Em 1908, Francisco Alves adquiriu o controle da sociedade¹², quando, ainda em Portugal, dá notícia ao sócio Manuel Pacheco Leão¹³, em carta manuscrita, datada de 15/11/1908, onde afirma: “Tenho trabalhado muito aqui pela nossa Casa e creio ter feito um bom negócio com A Editora, porque ficamos com o 1º estabelecimento editorial de Portugal em nossas mãos, como lhe expliquei em minha carta pelo vapor inglês”¹⁴. Embora sem as bases da negociação, este documento epistolar é importante para se conhecer como Francisco Alves percebia sua atuação como empresário e como entendia as razões para o sucesso de sua editora, especialmente em relação com o concorrente direto no Brasil, a Garnier, quando afirma:

Mas minha maior coragem não foi nenhuma destas aqui referidas, mas conservar o preço das edições da casa, feitas e contratadas a câmbio de 27, quando o câmbio deceu [*sic*] a 6 e menos. (...) O grrrrraande [*sic*] Garnier aumentou o preço de alguns livros para quasi do [*sic*] dobro.

Francisco Alves, em depoimentos de contemporâneos, aparece associado à redução dos preços dos livros escolares, à qualidade de acabamento gráfico de suas edições, além de lhe ser reconhecida a honestidade e a prodigalidade com que pagava os direitos autorais (Bragança, 2000).

A aquisição do controle da sociedade anônima A Editora, por Francisco Alves, ainda teria desdobramentos. Segundo Domingos (1985: 66ss), a empresa aparece, em 1912, transformada em “A Editora, Ltda.” e, “nesta fórmula”, pelas mãos de Clarimundo Victor Emilio – conhecido dentista da época e genro de Justino Guedes – (...) desaparece, vendendo todos os fundos editoriais e propriedade literária a Francisco Alves, coproprietário da famosa Bertrand, à data ‘Aillaud, Alves & Cia’”.

12 Deve-se registrar que A Editora detinha os direitos em português da obra de Júlio Verne, um escritor com imenso público também em Portugal e no Brasil, onde passou a ser editado pela Francisco Alves.

13 Ver Bragança, 2004.

14 Esta carta, infelizmente, está perdida.

Refere-se ainda ao *Catálogo* de A Editora, de 1913, já sob o novo controle, onde estão reproduzidas duas cartas comunicando a transação feita em 9/11/1912, indicando inclusive o Cartório onde se registrou o documento de compra e venda.

É ainda Domingos que nos dá testemunho sobre a outra editora adquirida por Francisco Alves em Lisboa, a “Biblioteca de Instrução Profissional”, inserindo-a dentro do mesmo espírito da iniciativa de David Corazzi, com sua Biblioteca do Povo e das Escolas, embora num tempo diferente e tendo como alvo um novo público:

Thomaz Bordallo Pinheiro com um grupo de professores do ensino industrial, técnicos e profissionais de diversos sectores lançou, em 1904, estes *Manuais de Operário* que viriam a ser considerados os melhores do género. Publicando-se, inicialmente, em fascículos – que depois se agrupavam para constituir um volume – a “Biblioteca de Instrução Profissional” veio a abandonar a fórmula em favor da edição em volumes completos (alguns duplos); os preços situavam-se nos 200 réis (ou 400). Saíram, no total, 60 volumes abrangendo uma amplíssima gama de ciências-base: Física, Química, Mecânica, Geometria, etc.; tecnologias, indústrias da alimentação, cerâmica, tecelagem, etc.; construção civil, naval, desenho de máquinas, ornato, modelação, topografia, metalurgia, caldeiras, cimento...; manuais de ofícios como: maquinista, fundidor, serralheiro, piloto, tipógrafo. A este elenco notável não faltou também um vocabulário tecnológico em três línguas.

Grande Prémio na Exposição do Rio de Janeiro de 1908 a colecção teve o mérito de fornecer textos para as escolas industriais e comerciais, exército, marinha, etc., continuando a ação pioneira da BPE nesses domínios, adaptando-se às exigências da formação profissional de quadros técnicos médios que o país requeria. Não concorrente com a BPE, mas herdeira actualizada do seu espírito. (Domingos, 1985)

A aquisição desse fundo editorial, que obteve grande sucesso também no Brasil, está registrada no catálogo de 1913 de A Editora, que o inclui. Tais fundos foram transferidos por Francisco Alves para a nova empresa que formou em sociedade com Júlio Monteiro Aillaud, passando a constituir posteriormente o catálogo da Aillaud, Alves & Cia.

A sociedade durou poucos anos, até 1917, quando precocemente a morte interrompeu o sonho de Francisco Alves. Por testamento e sem herdeiros obrigatórios, Alves deixou toda a sua imensa fortuna, em bens imóveis, títulos e créditos, além de suas empresas no Brasil e na Europa, à Academia Brasileira de Letras. Por causa de diversos questionamentos ao testamento, inclusive os feitos por seus sobrinhos residentes no Brasil, o processo de incorporação desses bens ao patrimônio da instituição foi demorado, e, mais ainda, a busca de uma solução jurídica para a venda dessas empresas, pois havia uma contradição entre a disposição testamental de proibição da venda e os estatutos da ABL, que não lhe permitiam ser proprietária de empresas.

Entretanto, Júlio Monteiro Aillaud prosseguiu com suas atividades à frente das Livrarias Aillaud, em Paris, e Bertrand, em Lisboa. Em reconhecimento à sua atuação, mereceu verbete elogioso na *Grande Enciclopédia Luso-Brasileira* (sem data, vol. I: 679):

AILLAUD, Júlio Monteiro. Editor e publicista português, de origem francesa, que foi um dos mais prestimosos e cultos industriais e comerciantes do ramo, na sua época. Foi o grande animador da famosa Livraria Aillaud & Bertrand, do Chiado, centro intelectual de Lisboa. (...) Tendo freqüentado a Sorbonne, onde obteve o título de bacharel em Letras, foi autor, só ou em colaboração com distintos professores e literatos portugueses, de obras didáticas de mérito, em que o seu nome aparecia reduzido a J. Monteiro.

Júlio Monteiro Aillaud faleceu em Paris, em 1927. Foi sucedido por sua filha Germaine Gabrielle Cecile Aillaud, que formou uma nova sociedade, com João Lopo d'Eça, que durou até 1930, quando Germaine se associou aos livreiros Lellos, do Porto, formando-se, em 1931, a sociedade Aillaud & Lellos, com livraria em Lisboa, na Rua do Carmo; Lopo d'Eça, que ficara com o tradicional ponto da Bertrand, logo perdeu o controle, nesse mesmo ano, para Artur Brandão, sócio da casa desde os tempos de José Bastos. Posteriormente, em 1933, forma-se uma sociedade anônima – Livraria Bertrand S.A.R.L., cujo controle, em 1942, é adquirido pelo livreiro francês Marcel Didier e, sob a sua égide – e gestão do francês George Lucas (1948-1975), segundo Fernando Guedes –, a firma “conheceu o seu máximo desenvolvimento e apogeu, transformando-se na maior

distribuidora de livros e periódicos estrangeiros, abrindo livrarias por todo o país e mantendo a editora a um nível invejável” (Guedes, 1987: 43)¹⁵.

A editora Francisco Alves, ainda como Livraria Clássica, iniciou-se com a publicação de livros escolares. Sob a gestão de Francisco Alves, que lançou as bases modernas da edição escolar no Brasil, publicou mais de 500 títulos, em diversificado catálogo, que, além do livro didático, incluía literatura (publicou muitos autores portugueses, tendo sido mesmo detentor universal dos direitos da obra de Alexandre Herculano), direito, livros técnicos, manuais universitários, culinária, religião, divulgação científica etc.

Entretanto, foi sua dedicação à causa da educação, seu eros pedagógico, que marcou sua atuação, inclusive como autor de vários manuais de ensino de línguas e de um famoso atlas de geografia para o ensino escolar, elaborado com Júlio Monteiro Aillaud. Esta parceria abriu também aos editores novos horizontes para a expansão das literaturas brasileira e portuguesa e da lusofonia.

Francisco Alves recebeu, postumamente, várias homenagens no Brasil. Em 1942, o prefeito do antigo Distrito Federal, Henrique Dodsworth, pela Resolução n. 4, “Resolve criar e instalar à Rua da Passagem, 104, a escola 11-4, que se denominará Francisco Alves”, que existe hoje como “Escola Municipal Francisco Alves”, na Travessa Pepe, n.º 77, em Botafogo, no Rio de Janeiro. Existe, também, no bairro da Tijuca, a Rua Livreiro Francisco Alves.

Em 1954, o centenário da Livraria Francisco Alves foi marcado por grandes comemorações, com muitos registros na imprensa e rasgados elogios ao editor e a seu sucessor, Paulo de Azevedo. Os novos dirigentes publicaram um catálogo com as edições da casa, desde a fundação, que atingiam, sem incluir as reedições, a marca invejável de cerca de 1200 títulos.

Ambos, Júlio Monteiro Aillaud e Francisco Alves tiveram reconhecimento inegável como grandes editores, mas sua importância como mediadores entre culturas e países diferentes, em favor da lusofonia, é ainda um desafio aos pesquisadores, na França, Portugal e Brasil. Este artigo busca despertar esse interesse.

15 Guedes registra que, com a Revolução dos Cravos, em 1974, George Lucas foi forçado a abandonar o Conselho de Administração da Bertrand, tendo regressado a Paris, onde assumiu cargo similar na Casa Larousse.

Referências

- ABREU, C. de (1977). *Correspondência*, v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/Brasília: MEC/INL.
- ABREU, M. (2010). Duzentos anos: os primeiros livros brasileiros. In Bragança, A. & Abreu, M. *Impresso no Brasil. Dois séculos de livros brasileiros* (pp.41-65). São Paulo: Editora da Unesp/Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional.
- BATISTA, A. A. G. (2002). Livros de leitura manuscrita: elementos para a história de um manual escolar. Texto apresentado no encontro do NP Produção Editorial. *XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. Salvador (BA). São Paulo: Intercom.
- BASTOS, L. M. (1993). Comércio de livros e censura de idéias: A actividade dos livreiros franceses no Brasil e a vigilância da Mesa do Desembargo do Paço (1795-1822). *Ler História*, 23 (61-78).
- BERGER, P. (1984). *A tipografia no Rio de Janeiro – Impressores bibliográficos, 1808-1900*. Rio de Janeiro: Cia. Indl. de Papel Pirahy.
- BESSONE, T. (2002). Livreiros. In Vainfas, R. (dir.). *Dicionário do Brasil Imperial (1811-1889)* (pp. 484-487). Rio de Janeiro: Objetiva.
- BRAGANÇA, A. (2004). A Francisco Alves no contexto da formação de uma indústria brasileira do livro. *I Seminário Brasileiro Livro e História Editorial (I Lihed)*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa/UFF. Disponível em: <http://www.lihed.uff.br>. Acesso em 25/11/2014.
- BRAGANÇA, A. (2004). Francisco Alves, uma editora sesquicentenária (1854-2004). Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2004/resumos/R0631-1.pdf>. Acesso em 28/7/2010.
- BRAGANÇA, A. (2001). *Eros pedagógico. A função editor e a função autor*. Tese de doutoramento. Programa de Pós-graduação em Comunicação. Universidade de São Paulo: Escola de Comunicações e Artes.
- BRAGANÇA, A. (2000). A política editorial de Francisco Alves e a profissionalização do escritor no Brasil. In Abreu, M. (org.). *Leitura, história e história da leitura* (pp. 451-476). Campinas: Mercado de Letras
- BRAGANÇA, A. (1997). *Revisões e provas. Notas para a história editorial de Os Sertões de Euclides da Cunha*. São Paulo: USP/Escola de Comunicações e Artes, 1997. Disponível em www.lihed.uff.br. Acesso em 25/11/2014.
- COOPER-RICHET, D. (2009). Paris, capital editorial do mundo lusófono na primeira metade do século XIX?. *Vária História*, Belo Horizonte, vol. 25, n° 42 (539-555).

- CURTO, D. R., Domingos, M. D., Figueiredo, D. & Gonçalves, P. (2007). *As gentes do livro. Lisboa, século XVIII*. Lisboa: Biblioteca Nacional.
- DIAS, C. M. (CMD). As Conferências Literárias de Olavo Bilac (Aillaud, Alves & Ca. Editores. Paris, Rio de Janeiro, Lisboa). Publicado em *Jornal de Lisboa*, não identificado, assim como sua data, constante do “Livro de Recortes” do arquivo da Livraria Francisco Alves.
- DOMINGOS, M. D. (2002). *Bertrand, uma livraria antes do Terramoto*. Lisboa: Biblioteca Nacional.
- DOMINGOS, M. D. (2000). *Livreiros de Setecentos*. Lisboa: Biblioteca Nacional.
- DOMINGOS, M. D. (1985). *Estudos de sociologia da cultura; livros e leitores do século XIX*. Lisboa: Instituto Português de Ensino à Distância.
- GRANDE *Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* (s/d) Lisboa/Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, vol. I.
- GUEDES, F. (1987). *O livro e a leitura em Portugal. Subsídios para a sua história, séculos XVIII-XIX*. Lisboa/São Paulo: Verbo.
- HALLEWELL, L. (2005). *O livro no Brasil. Sua história*. São Paulo: Edusp.
- LEITE, J. da C. (2000). O Brasil e a emigração portuguesa (1855-1914). In Fausto, B., (org.). *Fazer a América. A imigração em massa para a América Latina* (pp. 177-200). São Paulo: Edusp.
- MOLLIER, J.-Y. (2010). *O dinheiro e as letras. História do capitalismo editorial*. São Paulo: Edusp.
- MOLLIER, J.-Y. (2008). *A leitura e seu público no mundo contemporâneo*. Belo Horizonte: Autêntica.
- RAMOS, V. (1972). *A edição de língua portuguesa em França (1800-1850)*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian.
- RENAULT, D. (1969). *O Rio antigo nos anúncios de jornais. 1808-1850*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- SARAIVA, J. A. (1979) *Bertrand – A história de uma editora*. Lisboa: Bertrand.
- VERDELHO, T. (2002). Dicionários portugueses. Breve história. In Nunes, J. H. & Petter, M. (org.). *História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro* (pp. 15-64). São Paulo: Humanitas (FFLCH/US)/Pontes.

SUGESTÕES DE CRITÉRIOS CONVERGENTES PRÉVIOS PARA A FORMAÇÃO E DEFINIÇÃO DE UM CÂNONE LUSÓFONO

SUGGESTIONS OF PREVIOUS CONVERGENT CRITERIA FOR THE FORMATION AND DEFINITION OF A LUSOPHONE CANON

Fernando Cristóvão *

UNIVERSIDADE DE LISBOA / CLEPUL

f.a.cristovao@sapo.pt

Resumo:

Propomos uma breve reflexão sobre os conceitos basilares que convocam a elaboração de um cânone artístico lusófono: “Lusofonia” e “cânone”, por contraposição às teorias comumente aceites de Lusofonia – enquanto aglomerado cultural sob a égide da expressão linguística e literária portuguesa – e cânone – enquanto sinónimo da metodologia de Bloom, predominantemente anglo-saxónica e estética em detrimento dos valores socioculturais. Partindo da problematização desses conceitos, procuramos clarificar os princípios de uma metodologia para a constituição de um cânone literário lusófono, pensando em quem o elabora, na natureza linguística dessas obras, a sua periodização histórica e valores culturais.

Palavras-chave: lusofonia; cânone; metodologia; valores socioculturais.

Abstract:

We propose a brief reflection on the foundational concepts that summon the preparation of a Lusophone artistic canon: “Lusophony” and “canon”, by contrast the commonly accepted theories of Lusophony – as a Portuguese cultural cluster under the aegis of linguistic and literary expression – and canon – as a synonym of Blooms methodology, predominantly Anglo-Saxon and aesthetics at the expense of socio-cultural values. Questioning these concepts, we clarify the principles of a method for the elaboration a Lusophone literary canon, considering who elaborates it, on linguistic nature of these works and its historical and cultural values periodization.

Keywords: Lusophony; canon; Methodology; social-cultural values.

* Professor Catedrático Jubilado da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa de Filologia Românica, desde 1978. Doutor *Honoris Causa* pela Universidade da Ásia Oriental, Macau. Presidente do Instituto de Cultura e Língua Portuguesa (ICALP, atual Instituto Camões, de 1984 a 1989). É membro efetivo da Academia de Ciências, da classe de Letras, em Sociologia e outras Ciências Sociais e Humanas, e membro da Academia Brasileira de Filologia, desde 2005. Vice-Presidente e Coordenador da Secção L3 do Centro de Literaturas de Expressão Portuguesa das Universidades de Lisboa (CLEPUL).

A existência de vários países de diversificadas culturas e situados em vários continentes, organizados em comunidade até com alguma estruturação política, agrupada pelo uso oficial de uma língua comum, o português, a língua do Luso, leva-nos, inevitavelmente, à reflexão sobre a possibilidade e utilidade da organização de um cânone literário, o “cânone lusófono”, regido por princípios e práticas diferentes da tradicional prática elitista do cânone simplesmente estético e clássico, como é, emblematicamente, o *Cânone Ocidental* de Harold Bloom.

Para melhor se entenderem as sugestões que iremos adiantar para a formação de um tal cânone, importa, antes de mais, clarificar o que entendemos por Lusofonia, tal como já o fizemos no nosso *Dicionário Temático da Lusofonia*, editado em 2001, ao desenvolvermos a teoria da sua constituição em três círculos concêntricos (Cristóvão, 2001).

Assim, ao primeiro círculo nuclear pertencem Portugal e os outros sete países que foram suas anteriores colónias, bem como regiões de outros países a que continuamos ligados pelo uso da nossa língua como oficial, histórica ou de património, como nos casos da Galiza, Goa, Macau e outros núcleos históricos espalhados pelo mundo.

Um segundo círculo, mais amplo que este, compreende as línguas e culturas dos oito países de língua oficial portuguesa como património de responsabilidade comum, a conservar e valorizar.

Por último, um terceiro círculo é formado pelas instituições estrangeiras que se interessam pela língua/línguas e cultura/culturas dos países da Lusofonia. E também por Instituições que vão desde departamentos universitários e institutos diversos a simples investigadores ou eruditos.

Situação esta que nos leva a insistir em que a designação de *Lusófono* é feita a partir da utilização do português como língua oficial e não da utilização ou imitação das características culturais próprias da “lusitanidade”, sendo de excluir liminarmente a falsa ou equívoca adjetivação de “expressão portuguesa”, essa sim manifestação de um neocolonialismo que repudiamos como alheio à Lusofonia. Há que ter em conta a definição de “língua oficial” proposta pela Unesco: “língua oficial é a língua utilizada no quadro das diversas atividades oficiais, legislativas, executivas e judiciais”.

Posto isto, já é possível entender a diversidade linguística das obras selecionadas para a formação de um cânone lusófono, em que tanto podem

entrar as obras redigidas na língua oficial como nas suas variantes, tanto os temas das tradições coloniais como os das autóctones.

Assim sendo, há que ter em conta alguns princípios reguladores das escolhas a fazer, de modo a aliar-se a autenticidade à exemplaridade.

Lembre-se, desde já, que tanto a palavra *cânone* como a sua funcionalidade, são de origem religiosa cristã, que estabelecia quais as obras autênticas que constituíam a Bíblia, face às contrafações ou fantasias das obras consideradas apócrifas.

Assim se define o cânone bíblico das Escrituras Sagradas: “Liste officielle des livres considérés par l’Eglise comme inspirés, et qui sont, par suite, règle de vie” (DFC, 1968: 114).

Embora diferente na sua autoridade e fixidez, o cânone literário guarda do sentido original duas características próprias de natureza literária e histórica: o entendimento de que as obras que cataloga têm, na opinião do autor/autores, um carácter de exemplaridade e, simultaneamente, consagram também valores socioculturais, para além dos estéticos.

Deste modo, a elaboração de um cânone de obras especialmente exemplares e significativas, referentes a várias formulações linguísticas, literárias e socioculturais de vários países, como é o caso da Lusofonia, não pode assemelhar-se ao *Cânone Ocidental* de Harold Bloom.

Com efeito, o critério definido pelo notável crítico da Universidade de Yale é demasiado americano, tanto na sua perspetiva crítica como no critério elitista exclusivamente estético, e que releva sobretudo da sua perspetiva cultural. Assim, para Bloom, é a natureza estética da obra que conta acima de tudo, provocando o prazer da leitura, pois “Las angustias más profundas de las literaturas son literárias”, sendo o cânone “un catalogo de libros preceptivos”, até porque a finalidade do cânone, segundo ele, é a de “imponer limites de estebelecer un padron de medida que non é em absoluto politico-moral (...) el verdadeiro arte de la memoria la verdadera base del pensamiento cultural” (Bloom, 1995 [1994]: 25-28 e 45).

Tal como outros, e também nós, não o entendemos assim, sobretudo quando se quer encontrar uma obra de referência exemplar expressiva de países de varias culturas e continentes, em tempo de multiculturalismo.

Assim o têm entendido não poucos críticos, havendo mesmo quem, para além dos critérios e nomes escolhidos, veja como eminentemente dis-

criminatorio o facto de Bloom ter excluído a participação feminina, atitude essa bem contraditória com a tal seleção estética... Assim o entendeu, por exemplo, Fábio Mário da Silva, em tese de Doutoramento recente intitulada *Cânone Literário e Estereótipos Femininos: Casos problemáticos de escritoras portuguesas* (Silva, 2013).

E dentre os críticos, na área brasileira, importa relevar o excelente contributo de Flávio R. Kothe em *Cânone Colonial* (Kothe, 1997), para a elaboração de um cânone lusófono, apesar de algumas reservas que lhe fazemos pela manutenção de preconceitos anticoloniais.

Assim, ocorrem-nos algumas sugestões e interrogações que aqui vamos propor, tendentes à elaboração de um cânone para a Lusofonia:

- a) Em primeiro lugar, a consideração de que são contributos úteis mas demasiado falíveis e subjetivos os projetos feitos por um só autor, por muito culto e experimentado que seja. Entendemos que, no caso de um cânone lusófono, e de outros em situação semelhante, geográfica, linguística, literária, cultural e social, como a da Lusofonia, um projeto de cânone só deve ser elaborado para ter alguma credibilidade e aceitação se recolher o contributo de várias instituições, tais como Universidades, Academias, Associações de Escritores, através dos seus especialistas em variadas matérias. Alguma atenção ainda se deverá prestar à estatística na apresentação do fenómeno qualitativo e quantitativo da edição e da leitura.

A prova disso, da falibilidade de critério diferente, por exemplo, dá-nos o próprio Bloom, ao arrolar no seu cânone os autores portugueses, mencionando como dignos de nele figurarem Camões, António Ferreira (!), Eça de Queiroz, Pessoa, Jorge de Sena, Saramago, Cardoso Pires (!), Sophia, Eugénio de Andrade, ignorando totalmente autores como Vieira, o “imperador da língua portuguesa”, Garrett, que deu plasticidade à língua portuguesa que antes era, segundo Jacinto do Prado Coelho, “fradesca”, Camilo...

- b) No caso lusófono, é particularmente importante a atenção à situação linguística. É que o português é língua oficial de todos, registada nas suas constituições políticas, situação esta que permite a evolução para variedades nacionais, como já aconteceu no Brasil e na Galiza, e está em vias de formação nos outros países lusófonos.

- c) Nesse caminho estão Cabo Verde, Guiné e São Tomé, onde há que ter em conta as interferências dos respetivos crioulos, e estar-se atento à evolução da língua oficial.

No caso específico de Cabo Verde, segundo o linguista Manuel Veiga, o uso do português e da língua materna cabo-verdiana não decorre ainda em situação de bilinguismo (em pé de igualdade), mas na de diglossia (uso em estatuto desigual) (Santos e Casteleiro, 2006: 39-40).

Em Angola e Moçambique caminha-se já, conscientemente, para o contributo de uma variante nacional. Segundo Beatriz Correia Mendes, em Angola tem-se “procurado valorizar as suas línguas, de modo a que se torne, no futuro, um instrumento de comunicação válido a todos os níveis”, e quanto “ao português angolano vai-se afastando frequentemente do português padrão” (Mendes, 1985: 219).

Referindo-se a Moçambique e à generalidade dos países africanos de língua oficial portuguesa, a linguista Perpétua Gonçalves regista que “as inúmeras lacunas de conhecimento sobre o português falado dos diferentes países africanos não nos permitem ainda ter uma visão de conjunto” (Gonçalves, 1996: 219).

Uma primeira conclusão parece óbvia: é imperativo respeitar-se a situação linguística das obras propostas para o possível cânone, sem impedimentos de natureza linguística, porque a unidade não repele, antes integra a variedade.

Há que lembrar, quanto a estas situações a louvável terminologia oficialmente proposta pelos principais linguistas brasileiros – entre eles António Houaiss, Celso Cunha, Celso Luft e outros –, em texto divulgado a todos os professores pelo Ministério da Educação do Brasil, dando a cada situação destas a importância e a dignidade que merecem. Assim, segundo esse documento “a emergência de variedades linguísticas postulou a existência de duas ou mais ‘normas cultas’ dentro de uma mesma ‘língua de cultura’” (Brasil, 1986: 5-6).

Em conclusão, como língua de cultura, o português agrega dentro de si, no presente, três línguas cultas, estando em formação nos países africanos da Lusofonia outras normas cultas.

A escolha das obras para um cânone lusófono não pode, em consequência, ignorar estas realidades linguísticas, tal como não pode ignorar a diversidade das culturas que nelas se exprimem.

No seguimento da atenção às variantes linguísticas, não menor atenção se deve prestar à diversidade das culturas, num tempo em que o multiculturalismo impõe a consideração de situações não só estéticas mas histórico-culturais e sociais próprias e diversas das tradicionais.

Com a revolução operada pelas comunicações de massa, pela atual mobilidade humana que não é só de migração para trabalho mas também pelas mais variadas razões de negócios, turismo, cultura, etc. servidas pela evolução dos transportes, hoje em dia, cada vez mais, no mesmo país, se misturam e convivem, mal ou bem, todas as línguas, todas as culturas, todas as etnias, religiões, em situações às vezes de grande complexidade de que a literatura, naturalmente, também dá conta.

É desta multiplicidade que se deve formar o cânone lusófono, tendo em atenção o que já é consensual a partir da perspectiva de documentos orientadores da Unesco, tais como o da *Declaração Universal dos Direitos Linguísticos*, de Barcelona, de 1999, e a *Declaração Universal da Diversidade Cultural*, de 2001.

- d) Impõe-se também a ordenação das obras segundo periodização da história literária.

Não é suficiente a que só indiretamente fez Bloom (*op. cit.*) repartindo as obras escolhidas pelas idades “teocrática”, “aristocrática”, “democrática”, “caótica”, conceitos estes que, afinal, em si nada de têm de puramente estético...

Parece que a repartição em tempos distintos é justa e útil, mas deve ser entendida, mais concretamente, numa progressão histórica de claro sentido evolutivo. Sentido este que enriquece a leitura, quer pelo significado da evolução dos valores da sua estética e fruição, quer pelo que ajudam a contextualizar, tanto os factos como a sua vivência.

E nesta questão, tanto no caso lusófono como de outras literaturas de vivência colonial comum, há que ter em conta o evitarem-se dois preconceitos maiores em que tem naufragado alguma historiografia literária demasiado patriótica: o preconceito de se inventarem míticas origens para esconder as origens coloniais, como denunciou Flávio R. Kothe no citado *Cânone Colonial* em relação ao Brasil, em especial no que se refere ao mito do indianismo no “processo de inventariar uma imagem ideal, um protótipo da raça: a imagem idealizada do índio e do conquistador luso” (Kothe, 1997: 104), temática essa só elaborada com o Modernismo de 22.

Semelhante atitude xenófoba também ocorreu em alguma outra historiografia literária africana resultante de uma crença arbitrária pós-colonial, que valoriza como autêntico e nacional só quanto foi elaborado depois da independência do país.

- e) Como nas observações anteriores, sempre aqui está suposto o que é aquisição pacífica da teoria literária: que literatura não é só estese mas também conhecimento, evasão, catarse, compromisso... pois também já assim o pressupunham Aristóteles na *Poética* com o entendimento da mimese e da verosimilhança, ou Horácio, com o *prodesse et delectare*.

Não mais é possível hoje fazer da literatura um território de simples fruição, ainda que alguns tenham o direito de o fazer, pois ela é cada vez mais património coletivo no fundo e na forma que a comunicação de massas e o multiculturalismo difundem, e onde a função social tem papel importante senão decisivo para a maioria dos leitores.

Numa cultura nacional ou multinacional, como é o caso da lusófona, é indispensável para a compreensão das razões e fruição da sua identidade que tanto a forma como o conteúdo sejam criteriosamente harmonizados, para que o desnorte do relativismo cultural não crie uma miscelânea confusa, senão contraditória, de informações, pensamentos e sentimentos a caminho da despersonalização e da insensibilidade. Até porque cada vez mais os textos recebem valor da capacidade de receção do leitor e da coletividade.

Uma obra assim composta, como poderá ser a dum Cântone Lusófono, entendemos até que devia ser divulgada na escolaridade geral com o duplo objetivo de formar tanto a identidade nacional como uma estética própria dos países lusófonos. Obra essa de grande utilidade por contribuir igualmente para que o relacionamento entre países lusófonos transforme cada vez mais, como diria Alçada Baptista, os laços em nós.

Referências

- BLOOM, H. (1995 [1994]), *El Cânone Occidental*. Barcelona: Anagrama.
 CRISTÓVÃO, F. et al. (2001), *Dicionário Temático da Lusofonia*, Lisboa: Texto Editores.
 DFC – *Dictionnaire de la foi catholique – Les Mots* (1968) “Canon”. Paris: du Cerf.

- GONÇALVES, Pertétua (1996). *Português de Moçambique: uma variedade em formação*. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, Faculdade de Letras.
- KOTHE, F. R. (1997). *O Cânone Colonial*. Brasília: O. B.
- MENDES, B. C. (1985). *Contributo para o Estudo da Língua Portuguesa em Angola*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Instituto de Linguística.
- MINISTÉRIO da Educação do Brasil (1986). *Diretrizes para o Aperfeiçoamento do Ensino/Aprendizagem da Língua Portuguesa*. Brasília.
- SANTOS, A. F. B. dos & Casteleiro, M. (2006). *O Crioulo e o Português: Sugestões para uma Política do Idioma em Cabo Verde*. Lisboa: Faculdade de Letras.
- SILVA, F. M. da (2013). *Cânone Literário e Estereótipos Femininos: Casos problemáticos de escritoras portuguesas*. Tese de Doutoramento. Évora: Universidade de Évora, IFA.

LÍNGUA E IMAGINÁRIO: UMA QUESTÃO DE COMUNICAÇÃO

LANGUAGE AND IMAGINARY: A MATTER OF COMMUNICATION

Juremir Machado da Silva *

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL /PUCRS
juremir@pucrs.br

Resumo:

Sabe-se que uma língua produz imaginário e depende de imaginários. Uma língua tem uma história, uma trajetória, um “trajeto antropológico”, caso se possa usar um conceito de Gilbert Durand. A língua é sempre uma construção. Ela nos procede, mas podemos ajudar a transformá-la. Pode-se dizer, de certo modo, que a língua só se exprime no imaginário. O que faz a especificidade de uma língua? O que a língua quer dizer com sua diferença? O que significa abdicar de uma língua materna, por exemplo, no espaço da ciência em nome de uma língua franca? Pode-se realmente estabelecer por acordo regras de uso de uma língua consolidada e vivida como realidade?

Palavras-chave: cultura; ideologia; ciência; imaginário

Abstract:

It is known that a language depends and produces imaginary. A language has a history, an ‘anthropological path’, if we can use a concept by Gilbert Durand.

* Doutor em Sociologia pela Sorbonne, Paris V, escritor, historiador, jornalista, radialista e tradutor, é pesquisador 1B do CNPq, coordenador do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da PUCRS e autor, entre outros livros, de *A miséria do jornalismo brasileiro* (Petrópolis: Vozes, 2000), *As Tecnologias do imaginário* (Porto Alegre: Sulina, 2003), *O que pesquisar quer dizer* (Porto Alegre: Sulina, 2010), *História regional da infâmia – O destino dos negros farrapos e outras iniquidades brasileiras, ou como se produzem os imaginários* (Porto Alegre: L&PM, 2010), *Vozes da legalidade: política e imaginário na era do rádio* (Porto Alegre: Sulina, 2011), *Um escritor no fim do mundo: viagem com Michel Houellebecq à Patagônia* (Rio de Janeiro: Record, 2011) e dos romances *Getúlio* (Rio de Janeiro: Record, 2004), *Solo* (Rio de Janeiro: Record, 2008), *1930: águas da revolução* (Rio de Janeiro: Record, 2010) e *A sociedade Midioere – passagem ao hiperespetacular – o fim do direito autoral, do livro e da escrita* (Porto Alegre: Sulina, 2012). Último livro: *Jango, a vida e a morte no exílio* (como foram construídos, com ajuda da mídia, o imaginário favorável ao golpe e as narrativas sobre as suspeitas de assassinato do presidente deposto em 1964). (Porto Alegre: L&PM, 2013).

Language is always a construction. It proceeds us, but we can help to transform it. We can say, somehow, that language is expressed only in the imagination. What makes the specificity of a language? What does language mean with its difference? What does it mean, for instance, to give up on your mother language in the space of science in the name of a lingua franca? Can we really agree on rules for the use of an established language experienced as a reality?

Keywords: culture; ideology; science; imaginary.



1. Mitologia e ideologia¹

Há uma mitologia da língua franca. A língua da ciência seria o inglês. Funcionaria como um esperanto da ciência. Em nome do entendimento universal entre os cientistas, cada nação deveria abrir mão da sua língua em revistas acadêmicas e até, cada vez mais, em salas de aula. O ideal para os defensores dessa língua franca do entendimento científico é a prática permanente do inglês. Quanto mais, melhor. Assim, por que não ter aulas no Brasil diretamente em inglês? Por que não publicar textos científicos, mesmo em revistas brasileiras, diretamente em inglês? Uma perspectiva conciliadora propõe as edições bilíngues. A perspectiva radical defende o inglês puro e simples. Afinal, se o inglês é a língua da ciência, unindo todos os operadores do campo científico, sendo pré-requisito para a entrada nessa esfera, para que preservar ou utilizar as línguas nacionais que isolam?

Em tempos de políticas de internacionalização da pós-graduação, a ideologia do “inglês total” apresenta-se com uma garantia de modernidade e de acesso universal ao conhecimento. Uma revista brasileira, que só tinha edição impressa, pouco antes da explosão do virtual como suporte dominante para publicações universitárias, chegou ao cúmulo de sair inteiramente em inglês. Quem a lia? Brasileiros. Ou algum estrangeiro de passagem pelo Brasil. A distribuição de revistas acadêmicas impressas sempre foi um problema. Muitas, depois de saídas da gráfica, amarelavam em armários, servindo apenas para engordar os currículos dos autores dos seus artigos.

1 Este assunto foi abordado também em “Le mythe de langue franche dans le sciences: une idéologie objectivée”. Paris, revista *Hermès*, CNRS: 2012, n° 65, p. 209-214.

Este artigo quer ser justamente um artigo – autoral, especulativo, argumentativo, marcado pelo olhar particular de quem o escreve, sem legitimação por outros autores, salvo como inspiração formadora, sem “marcas de gênero”, como a citação, com certa liberdade reflexiva e ensaística – para explorar questões em tese a partir de imaginários que cada um percebe, embora nem sempre possa prender numa gaiola conceitual. Importa aqui menos a prova definitiva do que o levantamento de problemas inquietantes, mas voláteis, que estão, como se costuma dizer, no ar do tempo, na atmosfera atual, nas ondas.

Na atmosfera global, ciência rima com inglês, assim como publicidade faz eco ao idioma dominante. Ser moderno é falar inglês. O inglês é “in”. As demais línguas nacionais são “out”. Essa mitologia esconde, como faz parte da natureza mitológica, a sua faceta ideológica. Apresenta-se naturalmente como uma opção de bom senso, irrefutável, útil, racional, compartilhada por todos que buscam um terreno comum, uma língua comum, intercâmbio, comunhão, superação de obstáculos, interface, cruzamento, troca, exposição, composição e uma esfera internacional.

Como se opor a algo tão racional, moderno e útil? Como não se apresentar como antigo diante dessa nova realidade? Com que argumentos defender uma língua nacional? Como escapar da pecha de xenofóbico, nacionalista ultrapassado ou patriota anacrônico ao sustentar que a defesa da língua nacional também é uma obrigação dos cientistas pois é nela que cada um pensa no mais alto grau de desempenho de raciocínio? Como aceitar que numa sala de aula com 28 alunos de um país de língua não inglesa e dois estudantes anglófonos o curso seja dado em inglês? Como enfrentar a ideologia do inglês como língua franca da ciência, da modernidade, dos negócios, do progresso, da diplomacia e do conhecimento?

2. O valor das línguas nacionais

Num passado não muito distante pensava-se, em certo imaginário etéreo, que o alemão era a língua da filosofia. A França, que hoje se bate pela francofonia, não via nada de mal na dominação do francês como língua franca. Os americanos, de modo geral, não se incomodam em ser monoglotas na medida em que o inglês como língua franca garante-lhes comunicabilidade por toda parte. Por que não romper de uma vez por

todas com as línguas nacionais? Por que não adotar definitivamente o inglês como língua oficial de todos os países? O universal na era da globalização: o inglês como língua franca, o dólar como moeda única, a indústria cultural como padrão.

Há algo em cada língua que não pode ser abandonado? Por que mesmo defender a variedade linguística? Costuma-se usar como argumento a importância da diversidade, a riqueza do patrimônio linguístico variado. O fato de existirem muitas línguas seria uma riqueza à disposição da humanidade. O que é mais precioso: uma língua comum ou a diversidade linguística apesar da separação que produz? O que há de irredutível numa língua? Um primeiro argumento seria que os indivíduos, de fato, só conseguem chegar a altos graus de desempenho em suas línguas maternas. Neste caso, não seria melhor, na linha de raciocínio dos defensores de uma língua franca, tornar o inglês língua materna de todo mundo? Noutra perspectiva, cada língua teria graus de expressividade diferentes. Certas coisas só seriam ditas com perfeição em determinadas línguas.

Tudo isso faz parte dos imaginários sobre as línguas. Todas elas são igualmente expressivas. A variedade dos pássaros encanta por existirem muitas espécies. Bastaria uma? Hipótese radical: e se a riqueza do patrimônio linguístico estiver justamente nessa variedade, a ser preservada, inclusive pela ciência, e não no poder específico de expressão de cada língua? E se o valor das línguas nacionais estiver justamente no fato de que elas representam nações – uma ou muitas – com direito a expressarem-se em todos os campos sem precisar se renegar? E se a aceitação de uma língua franca, o inglês ou qualquer outra, significar simplesmente a aceitação da hegemonia da potência econômica de uma época sobre as demais? E se for essa a grande perda, a perda da diferença, da autonomia, da identidade, da singularidade?

E se o exercício da tradução, com suas imprecisões, erros, sua lentidão, seus custos, for a única e bizarra forma de evitar a extinção de algo simbolicamente essencial, a unicidade (não apenas a unidade) das culturas? E se a diversidade for a proteção, através da Babel das línguas, da especificidade? As línguas têm resistido ao colonialismo, ao imperialismo, às ocupações, às guerras, aos missionários, ao cinema de Hollywood, à indústria fonográfica e, mais recentemente, à uniformização da internet com seus credos no idioma básico, o inglês. Resistirão à ideologia da ciên-

cia? Muitos conceitos, no campo científico, não passam de más traduções. Depois de consagrados, nada mais há a fazer.

Cabe resistir a essa nova utopia da língua franca?

3. A modernidade do inglês

As palavras representam situações culturais, encarnaram os imaginários de uma época, renovam-se para dizer o mesmo, para designar o velho como novo. A Escola Superior de Propaganda e Marketing, de Porto Alegre, tem como seu slogan: “Transforme seu negócio em business.” Literalmente: transforme seu negócio em negócio. Significa que o rótulo “negócio” perdeu a sua força.

Semana da “moda” passou a ser “fashion week”.

Todo signo depende do seu contexto cultural, tirando sua importância daquilo que “funciona” em certo momento.

A informática, com a era dos computadores, popularizou um dispositivo em inglês: *mouse*. Quem vê um mouse de computador vê o quê? Quem fala inglês vê um camundongo. Os franceses veem *souris* (ratinho). Os espanhóis veem um “*ratón*”. Os portugueses veem um rato.

E os brasileiros? Por que para os brasileiros rato não é rato quando é mouse? Tem rabo de rato, jeito de rato, desenho de rato, cara de rato, mas não é rato. É mouse. Há certamente quem considere mouse, no sentido da informática, intraduzível. Ratinho não comportaria toda a carga semântica de mouse. É uma ilusão feita de culto à modernidade e de ideologia utilitária cientificista.

Muitas são as possibilidades de acesso ao conhecimento. A ciência, obviamente, trabalha com uma via racional e argumentativa. Às vezes, porém, deveria ser possível recorrer à crônica como processo de descobrimento (descobrir é destapar, desocultar, revelar, fazer emergir, dar à luz, achar, desvelar, tirar o véu). Revela-se aquilo que está diante dos olhos e não se vê.

A crônica que segue, intitulada “(pa)trolar”, publicada no jornal *Correio do Povo*, de Porto Alegre, em 11 de agosto de 2013, foi concebida a partir da reflexão para este artigo. Explora o fascínio exercido pelo inglês. Joga com palavras que exprimem o velho novo.

A informática e a internet trouxeram novos termos. Alguns, como deletar, inúteis. Deletar apaga tanto quanto apagar deletava. Entre todos os países da ONU, excetuando-se os de língua inglesa, diz-se que o Brasil é o único a não chamar ratinho de ratinho, mas de mouse.

– Mouse não é ratinho mesmo?

– É o quê?

– Camundongo?

– E camundongo é o quê?

– Um ratinho que não é bem ratinho.

– É o que então?

– Mouse.

– Os portugueses chamam mouse de ratinho.

– Português não conta. Eles são muito literais.

– Os franceses chamam mouse de souris.

– Francês não conta. Chamam celular de telefone portátil.

– Que tem de mal nisso?

– É ridículo.

– Por quê?

– É antiquado. Rato é rato. Mouse é periférico.

– Mas tem rabo de rato, jeito de rato, tudo de rato...

– Mas não é rato. É mouse.

Há termos mais interessantes. Mas nem tão originais assim. Um que me chama atenção é verbo “trolar” ou “trollar”. Com dois eles fica mais original. Mais perto da origem. Com um só ele fica mais perto das nossas origens: patrolar. Quem “trola”, patola. Os jogos de palavras costumam descobrir (destapar) coisas que nem sempre vemos. Patrolar em francês pode ser ouvido como não “trolar”. Como sabem meus francófilos leitores, “pas” (não se pronuncia o esse), em francês, é uma negação.

– Tem que patrolar – diz o brasileiro.

– Tudo bem, não vou trolar o cara – responde o francês.

O patrolador ou “trolador” é o ‘mala’ da era das redes sociais, o chato da internet. Como me disse um seguidor no twitter, citando Napoleão, o “trolador” é um “ignorante com iniciativa”. Segue o monstro dos olhos turvos, o demônio dos olhos opacos: o senso comum.

– Vou dar no meio desse cara – diz o trolador.

– O que ele fez?

- Disse a.
- Que tem de mal nisso?
- Eu penso b.
- O trolador é persistente. Se precisar, adota dezenas de 'fakes' para "dar no meio" do objeto da sua obsessão.
- Vou dar no meio desse cara.
- De novo?
- Ele disse b.
- Não é o que você pensa?
- Mudei. Agora penso a.
- Ele publica o que você diz?
- Nunca.
- Por que você continua a postar?
- Para provar que ele me censura.
- E que mais?
- Para dar no meio dele.

A diversidade linguística, remetida às origens da humanidade, torna-se um vestígio arqueológico. No presente perpétuo da pós ou da hipermodernidade, o inglês não aceita réplica, não suporta contraditório, gera um novo paradoxo: língua franca da ciência o inglês apresenta-se como uma verdade incontestável, uma verdade absoluta, uma verdade não científica, um artigo de fé.

Uma única citação se impõe por identificação. Guy Debord, em sua tese número 12, disse: "O espetáculo apresenta-se como uma enorme positividade, indiscutível e inacessível. Não diz nada além de o que aparece é bom, o que é bom aparece." O inglês domina a ciência porque é útil e bom. Porque domina, é útil e bom. O resto é falso.

E se fosse possível fazer ciência em todas as línguas, mesmo nas menos faladas? E se fosse possível trazer para as ciências humanas, ainda que marginalmente, outras formas de acesso ao conhecimento, em nome da diferença, ou seja, da singularidade, da universalidade do particular e das particularidades do universal?

Se nada disso fizer sentido, resta uma virada de jogo: este artigo como manifesto, como lamento, grito.

Um manifesto em defesa da diversidade linguística nas ciências. As línguas marginais tratadas como a ararinha azul, todas merecendo ser salvas da extinção.

As línguas são normativas. Trata-se de uma normatividade aberta. Cada usuário ajuda a produzir novas formas, inventando palavras ou alterando regras gramaticais. Toda normatização de cima para baixo esbarra nessa estrutura polissêmica. As ruas costumam ignorar os decretos das autoridades da língua. Mas uma língua é sempre um sistema de hierarquia social. Julga-se o outro pela forma através da qual deforma a dita língua culta.

Somente o usuário comum poderá, quem sabe, salvar a diversidade linguística do poder uniformizador dos acordos ortográficos e da necessidade científica de uma língua franca. Nada conseguirá eliminar a criatividade das ruas ou “deletar” a diversidade semântica, algo que um brasileiro pode comprovar sempre que viaja a Portugal pela TAP. O comandante avisa: “Atenção para a aterragem.”

Aterrar, para um brasileiro, é colocar terra em cima. Felizmente para os portugueses é apenas aterrissar. O descompasso também acontece na partida: “Atenção para a descolagem.” O brasileiro teme uma ruptura, um fracionamento da aeronave. Trata-se somente da decolagem. Essa diversidade tão conhecida sempre provoca vertigens, produz um efeito de deslocamento, descolamento. Sem ela, cada viagem seria uma triste forma de permanecer em casa.

A língua, sem duplo sentido, obscenidade ou pornografia, como o sexo lacaniano, só existe no imaginário, o qual se exprime, mesmo em imagens, como uma língua singular e complexa: fricciona, une, divide, apaixona, fascina, hierarquiza. Será a ciência um modo perverso de extinguir essa rugosidade irreduzível ao uno?

Nunca a diversidade linguística esteve tão a perigo. Nunca esteve tão próxima do fim. Nunca esteve tão exposta, fragilizada, confrontada, desprezada. Ela enfrenta agora a ameaça mais poderosa, a mais legitimada, mais arrogante, mais autossuficiente, mais uniformizadora, mais imperialista e cruel: a ciência.

O que fazer? Render-se? Combater?

Expor-se ao ridículo globalizado numa nova querela de antigos (modernos) contra modernos (hipermodernos)?

Dobrar-se ao imperativo da internacionalização?
 Ou as línguas nacionais ou até mesmo sem nação podem declarar-se
 soberanas, altivas, irreduzíveis, nobres:
 “Yes, we can!”

Referências

- BACHELARD, G. (1988). *A poética do devaneio*. São Paulo: Martins Fontes.
- BERGER, P. & Luckmann, T. (2006). *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes.
- BORGES, J. L. (1974). *Obras completas*. Buenos Aires: Emecê.
- DEBORD, G. (1997). *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- CASTORIADIS, C. (1982). *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- DE FLEUR, M. L. (1971). *Teorias de Comunicação de Massa*. Rio de Janeiro: Zahar.
- DERRIDA, J. (1991). *Margens da filosofia*. Campinas: Papyrus.
- DERRIDA, J. (1979). *Escritura e diferença*. São Paulo: Perspectiva.
- DURAND, G. (2001). *As estruturas antropológicas do imaginário*. São Paulo: Martins Fontes.
- DURAND, G. (1996). *Campos do Imaginário*. Lisboa: Piaget.
- ECO, U. (1985). *Viagem na irrealidade cotidiana*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- FEYERABEND, P. (1977). *Contra o método*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- HEIDEGGER, M. (2002). *Ensaios e conferências*. Petrópolis: Vozes.
- LEGROS, P. et al (org.) (2007). *Sociologia do imaginário*. Porto Alegre: Sulina.
- LYOTARD, J.-F. (1986). *O pós-moderno*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- MAFFESOLI, M. (2008). *O conhecimento comum*. Porto Alegre: Sulina.
- MORIN, E. (1999). *O Método 3: o conhecimento do conhecimento*. Porto Alegre: Sulina.
- MORIN, E. (1989). *Estrelas: mito e sedução no cinema*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- SILVA, J. M. da (2003) *As tecnologias do imaginário*. Porto Alegre: Sulina.

POLÍTICAS LINGUÍSTICAS NO ÂMBITO DA LUSOFONIA

LANGUAGES POLICIES CONCERNING LUSOPHONY

Neusa Barbosa Bastos*

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA, SÃO PAULO
nmbastos@terra.com.br

Resumo:

Objetivamos discutir assunto de extrema importância para um mundo sem fronteiras, com foco na lusofonia, campo arenoso, repleto de opiniões convergentes e divergentes em relação ao seu conceito. Para nós, remete-se ao conjunto de todos os sujeitos que utilizam a Língua Portuguesa e que apresentam aspectos reveladores de uma formação social europeia/portuguesa, fundadora de toda uma cultura que se apresenta mesclada em sua multiculturalidade. Para reflexão desencadeadora das discussões, sugerimos três fragmentos de grandes escritores como Mia Couto (Moçambique), Agualusa (Angola) e Mário de Andrade (Brasil) e, em seguida, opiniões sobre o conceito de lusofonia por três pesquisadores: José Luiz Fiorin (Brasil), Moisés de Lemos Martins (Portugal), Eliseu Mabasso (Moçambique). Salientamos a mescla que passa a existir a partir do momento em que angolanos, brasileiros, moçambicanos e portugueses vivem aspectos da mesma cultura e da mesma língua portuguesas, interferindo nelas e deixando suas marcas numa nova constituição linguística cultural e identitária. Assim, podemos afirmar que somos todos lusófonos com identidades particulares, reforçando a presença da unidade na diversidade.

Palavras-chave: lusofonia; cultura; política linguística; língua portuguesa.

* Titular do Centro de Comunicação e Letras da UPM e do Departamento de Português da PUC/SP. Pós-doutora pela UP/Portugal. Vice-coordenadora do NEL-UPM. Coordenadora do IP-PUC/SP. Consultora e parecerista *ad hoc* de órgãos de fomento nacionais. Atuação na área de Letras – ênfase em Língua Portuguesa, Historiografia Linguística, Lusofonia: cultura e identidade, Análise do Discurso. Autora de artigos em veículos nacionais e internacionais, de capítulos e de livros (os últimos: *Língua Portuguesa: aspectos linguísticos, culturais e identitários*. São Paulo: EDUC – IP-PUC/SP, 2012; *História Entrelaçada 5: estudos sobre a linguagem em materiais didáticos – década de 1950*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Lucerna, 2012).

Abstract:

We aim to discuss a subject of utmost importance for a world without boundaries, focusing the Lusophony, a contentious field full of convergent and diverging opinions related to its concept. In our view, it refers to the group of all individuals who make use of the Portuguese language and that show revealing aspects of a European-Portuguese social formation which is founder of an entire culture mixed in its own multiculturalism. For reflection triggering discussions, we suggest three fragments of great authors such as Mía Couto (Mozambique), Agualusa (Angola) and Mário de Andrade (Brazil) followed by opinions about the concept of Lusophony of three different researchers: José Luiz Fiorin (Brazil), Moisés de Lemos Martins (Portugal), Eliseu Mabasso (Mozambique). We emphasize the mixture that comes into being once Angolans, Brazilians, Mozambicans and Portuguese live aspects of the same culture and of the same Portuguese language in its variations, mutually interfering in one another and leaving their marks in a new linguistic and identity foundation.

Keywords: Lusophony; culture; language policies; Portuguese language.



A custódia da língua portuguesa pertence a cada um dos oito estados, regiões e comunidades que a falam. Muitos falantes nativos e não só orgulham-se, com naturalidade, do facto de o Português no mundo ser reconhecido como língua internacional e em expansão. Mas na verdade, o Português perde o seu estatuto mais localizado, digamos o seu paroquialismo, e adquire a internacionalidade e intercontinentalidade, pela simples razão desta língua não ser propriedade de nenhum estado e povo. Por outro lado, também não cabe ao falante-nativo nenhum direito especial de expressão. (Armando Jorge Lopes – Moçambique)

À cultura do uno, uma cultura logocêntrica, etnocêntrica e imperialista, que assimilava a diferença, destruindo-a, sucedeu a cultura do múltiplo e da participação, a da multiculturalidade, manifesta no surgimento de uma vasta panóplia de países diferentes e multiculturais, fundados na riqueza de muitas línguas, na mistura de muitas etnias e na explosão de uma multiplicidade de narrativas. Também é este o espaço da lusofonia, um espaço plural num contexto pós-colonial

(Moisés de Lemos Martins (2014: 21-22) – Portugal)

Iniciou-se, na Conferência Internacional 'Interfaces da Lusofonia', na Universidade do Minho/Braga/Portugal, em julho de 2013, nossa intervenção sobre assunto tão eletrizante, repleto de opiniões convergentes e divergentes em relação ao conceito lusofonia. Para nós, remete-se ao conjunto de todos os sujeitos que utilizam a Língua Portuguesa e que apresentam aspectos reveladores de uma formação social europeia/portuguesa, fundadora de toda uma cultura que se apresenta mesclada em sua multiculturalidade.

Para reflexão desencadeadora das discussões referentes à política linguística no âmbito da lusofonia, sugerimos três fragmentos. O primeiro, de Mia Couto (2005: 25), salienta a mescla que passa a existir a partir do momento em que brasileiros e moçambicanos vivem aspectos da mesma cultura e da mesma língua portuguesas, interferindo nelas e deixando sua marcas numa nova constituição linguística cultural e identitária:

Os povos moçambicano e brasileiro não apenas partilhavam a mesma língua mas partilhavam aquilo que nessa língua surgia como elemento distintivo do português de Portugal. A realização da língua nos dois casos era marcada pela influência das línguas de matriz bantu que introduziam afinidades entre a nossa variante e a brasileira. Mais fundo, porém trabalhavam marcas de cultura e religião.

O segundo, de José Eduardo Agualusa (2010: 07), destaca o contato linguístico que começa a haver no instante em que brasileiros e angolanos estabelecem relações sociais tanto no Brasil quanto em Angola:

Nos quintais, em Luanda, o quimbundo misturava-se com o português. Também no Brasil o quintal foi durante séculos o lugar onde África reposava do esforço escravo. Ali se contavam histórias, cultuavam ancestrais e orixás, e se festejava a vida.

O terceiro, de Mário de Andrade (in Pinto, 1999: 53), evidencia a formação cultural e linguístico-identitária dos brasileiros que estabeleceram relações sociais com os povos autóctones e com os escravos africanos, influenciando-se mutuamente por meio de seus hábitos e costumes e de

seus ditos em *terra brasilis*. O brasileiro assume, já em fins do século XIX, sua maneira de se expressar:

Já não disse sejamos brasileiros. Eu fui. Eu não falei: Escrevamos brasileiro. Eu escrevi.

Com a convicção de que os brasileiros são, em sua maioria, sabedores de sua condição, produtos de uma formação híbrida, resultado da miscigenação, em meio a um processo cultural intenso, que promoveu a construção de uma identidade brasileira aberta e em constante mudança, visamos a discutir políticas linguísticas traçadas no espaço lusófono.

Alguns conceitos devem ser trazidos para formalizarmos nosso ponto de vista. Primeiramente, trataremos da lusofonia como uma identidade cultural, partilhada por oito países (Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste), conquistados pelo mesmo país expansionista que, num passado distante, agia de acordo com o clima de opinião do período: expandir terras para enriquecer e fortalecer o império. Unidos por um passado comum e por uma língua, os oito países enriqueceram a Língua Portuguesa, tornando-a diversa em cada um dos continentes: europeu, africano, americano e asiático. Dessa diversidade e do reconhecimento da língua como uma, nasce a possibilidade de usarmos o conceito Lusofonia.

Nossa busca apreende as opiniões de alguns especialistas em questões linguísticoculturais, como é o caso de Moisés de Lemos Martins (2006, 2014), José Luiz Fiorin e Eliseu Mabasso (os dois fragmentos dos depoimentos feitos por meio de entrevista escrita para Neusa Bastos e Nancy Arakaki, em 2013) e Regina Brito e Neusa Bastos (2007).

Segundo Moisés de Lemos Martins (2014: 24-25):

A globalização cosmopolita requer, pois, uma globalização multiculturalista, que reúna os povos de áreas geo-culturais alargadas, que promova e respeite as diferenças, dignificando as línguas nacionais. A globalização multiculturalista é feita pela mistura, pela miscigenação de etnias e pela miscigenação de memórias e tradições.

É este o contexto em que se insere a lusofonia como movimento multicultural de povos que falam a mesma língua, o português. A lusofonia, ao invés da

homogeneização empobrecedora e de sentido único, estabelecida pela globalização cosmopolita, tem a virtude do heterogêneo; a sedução de uma rede tecida de fios de várias cores e texturas, uma rede capaz de resistir à redução do diverso a uma unidade artificial.

José Luiz Fiorin apresenta o conceito da seguinte forma:

Lusofonia – um espaço simbólico significativo para seus habitantes, para que seus membros tenham uma identidade lusófona, é preciso, no que diz respeito à língua, que seja um espaço em que todas as variedades linguísticas sejam, respeitosamente, tratadas em pé de igualdade. É necessário que não haja a autoridade “paterna” dos padrões lusitanos. Evidentemente, a lusofonia tem origem em Portugal e isso é preciso reconhecer. No entanto, o que se espera na construção do espaço enunciativo lusófono é a comunidade dos iguais, que têm a mesma origem. Esse é o significado da afirmação de Caetano Veloso.

A língua é minha pátria

E eu não tenho pátria, tenho mátria

E quero frátria (Velô, 1984)

Não se pode esquecer que *pátria* e *pai* são formados da mesma raiz. A eles estava ligada a *potestas*. A lusofonia não será pátria, porque não será um espaço de poder ou de autoridade. Será mátria e será frátria, porque deve ser o espaço dos iguais, que têm a mesma origem. Se assim não for, ela não terá nenhum significado simbólico real, será um espaço do discurso vazio de um jargão político sem sentido. Nesse caso, parafraseando Mário de Andrade, o melhor será esquecer Portugal e ignorar essa tal lusofonia.

Para Eliseu Mabasso:

Posto isto, e tendo em conta o papel desempenhado pelas demais comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo fora na divulgação da cultura e língua portuguesas, a minha visão sobre *lusofonia* é muito mais virtual e de perspectiva e visão futuristas, ultrapassando as fronteiras da CPLP e dos PALOP, a que normalmente é associada. Assim, para mim *lusofonia* seria o conjunto de todos os países onde haja comunidades ou grupos alargados de pessoas que

promovem a língua e cultura portuguesas ou a cultura de qualquer país onde se fala Português. Para finalizar, e dados os contextos mais heterogeneizados que se avizinham com a criação e sofisticação de mais blocos regionais como a SADC, a meu ver, a cultura a ser divulgada poderá não ser necessariamente de nenhum dos países do *Círculo Interior*, desde que o veículo de transmissão e divulgação da mesma seja a língua que nos une: o Português.

Em Bastos e Brito (2007: 17)

... necessidade de estabelecermos um elo de igualdade, num espaço supranacional de língua e cultura, lembrando que a Língua Portuguesa é de todos os aqueles que a falam e que, por isso, existe uma certa identidade entre os povos lusofalantes e as organizações governamentais. Lusofonia, entendida aqui, como um sistema de comunicação linguístico-cultural no âmbito da língua portuguesa e nas suas variantes linguísticas, diatópicas, diastráticas e diafásicas, presentes nos países que adotam o português como língua materna, e mais as numerosas comunidades espalhadas pelo mundo.

De todas as asseverações, podemos extrair um denominador comum: a Lusofonia deve significar um espaço simbólico multicultural em que se utiliza a Língua Portuguesa para efeito de comunicação entre os sujeitos que a falam. Assim, entendemos que a Língua Portuguesa tem a sua origem como língua românica; possui a sua oficialidade em órgãos internacionais (União Europeia, Organização dos Estados Americanos, União Africana e Países Lusófonos) e apresenta sua grandeza por ser a quinta língua mais falada no mundo e a mais falada no hemisfério sul do planeta Terra, com cerca de 250 milhões de falantes.

Um imenso contingente de sujeitos, que, de alguma forma, vivenciam uma situação linguística em que a língua portuguesa representa um elemento cultural de grande importância para a comunicação entre os países de expressão portuguesa, assimilou esse aspecto da cultura totalizadora reagindo de maneiras diferentes em cada um dos países membros da comunidade lusófona.

A presença de uma política e de uma planificação linguísticas é imprescindível e sempre presente na relação uma nação-uma língua. Segundo Calvet (2007), uma política linguística estabelece uma relação imposta

pelo Estado a um determinado povo, o que implica necessariamente uma imposição da língua do dominador ao dominado, situação posta pela nação portuguesa aos seus conquistados, seguida da imposição de uma planificação linguística interveniente sobre a língua imposta às terras africanas, americanas e asiáticas dominadas no século XVI. Os objetivos dessas política e planificação linguísticas estão ligados à:

- promoção da língua;
- criação de programas de revitalização do português em terras recém conquistadas;
- manutenção do *status quo* do dominador;
- garantia da escrituralização em português;
- criação de escolas bilíngues e de legislação específica para a questão das línguas, estando aí atrelada a questão dos direitos e do patrimônio linguístico.

Dessa forma, acompanhando ainda Calvet (2007), afirmamos que a questão da política linguística ultrapassa os limiares da relação primeira entre Língua e Estado e define-se da seguinte forma:

- 1) determinando-se que língua se fala, com que estatuto, onde, quando;
- 2) apontando as maneiras de acesso a ela,
 - seja pelo ensino (jesuítas),
 - seja pelo acesso às publicações (cartinhas e gramáticas),
 - seja pela participação em rituais (rituais da igreja católica).

Por meio das atitudes acima, está se praticando uma política linguística que passa a ser identificada, a partir da necessidade de produzir-se conhecimento. Isso passa a acontecer, primeiramente, de maneira particular, para, depois, instituir-se de forma coletiva, de acordo com Orlandi (1996). Autoridades investidas de poder estabelecem as regras e seguem-nas os sujeitos atuantes na sociedade, os quais interferem na educação do povo de um país. Dessa forma, traçam-se objetivos e instituem-se os parâmetros a serem seguidos. Leis, decretos, portarias, regimentos, regulamentos e materiais didáticos tornam possível a compreensão da forma pela qual se constroem as políticas linguísticas e homogeneizam-se aspectos formais do *como* e o *que* se deve ensinar.

A questão da política linguística leva-nos a afirmar, com Renzo (2012: 66) que se (en)formam sujeitos iguais, compatíveis com um modelo de Estado. Para isso, ligam-se as questões de língua aos instrumentos tecnológicos referentes à linguagem e relacionadas à história do povo que fala. A relação língua e história linguístico-cultural lusófona de cinco séculos aparece representada nos contextos em que se fala a Língua Portuguesa por meio de toda uma gama de variações que, de acordo com Gomes de Matos (2001: 93) são primordialmente estilísticas e caracteristicamente identificadas por meio das designações de variedades coletivas.

Dividem-se as variedades em *supranacionais* (Língua Portuguesa), patrimônio de cerca de duzentos e cinquenta milhões de falantes; *nacionais* (Português de Angola, do Brasil, de Cabo Verde, de Guiné-Bissau, de Moçambique, de Portugal, de São Tomé e Príncipe e de Timor-Leste), variantes adaptadas a cada uma das culturas desses povos americano do sul, africano, asiático, europeu; *regionais* (Português sulista, minhoto etc) expressões características existentes de norte a sul em cada uma das nações; *locais* (Português paulistano, lisboeta etc), padrões fixados de acordo com as características de indivíduos lusófonos que representam diversidade na unidade.

Em cada um dos lugares mencionados, há todo um modo de vida, na concepção eliotiana (in Williams, 2011: 260) em que se incluem na cultura todas as atividades e interesses característicos de um povo: roupas, rituais, instrumentos musicais, ritmos, arquitetura colonial, comidas, como as seguintes – arroz de garoupa angolano; feijoada brasileira; katxupa caboverdiana; siga de carne de porco guineense; peixe grelhado com mucapata moçambicano; alheiras portuguesas; calulu são-tomense; singa de camarões timorense. Uma miscelânea na qual se incluem ainda todas as formas de confecções de artefatos modernos, as maneiras de passear, de gostar de uma praia com areia, ou ainda todas as formas de qualquer manifestação de caráter europeu impregnado nos angolanos, brasileiros, cabo-verdianos, guineenses, moçambicanos, são-tomenses, timorenses. Dentro das categorias esporte, comida e arte, encontram-se os três sentidos eliotianos de cultura: o desenvolvimento de um indivíduo, de um grupo ou classe, ou de toda uma sociedade. Confirma-se a miscelânea, confirma-se a lusofonia.

Ao observarmos, no espaço lusófono, a interface entre gramática e política linguística, percebemos, com Neves (2007: 87), o imbricamento de categorias como dominação linguística e dominação cultural sempre refletido e sempre presente nos discursos de que se revestem as atividades culturais e políticas, a saber:

- (i) interface entre gramática e política linguística;
- (ii) a criação literária e o discurso sobre ela;
- (iii) a produção de estudos (meta)linguísticos (gramáticas, dicionários, ensaios, tratados) bem como sua análise e crítica;
- (iv) a proposição de ações escolares ligadas à língua materna.

Acentue-se que as atividades mencionadas são desenvolvidas pelos brasileiros desde o século XIX, o que aponta para uma situação privilegiada, depois de quase duzentos anos de nossa independência da metrópole portuguesa, no que tange ao estabelecimento de legislação educacional, à produção de rico material metalinguístico, à profusão de textos literários caracterizadores da cultura e da língua brasileira e à eficácia da política linguística adotada pelo governo brasileiro.

Semelhanças entre as culturas dos povos falantes de língua portuguesa há, diferenças também há; no entanto o que nos aproxima são as parencas que nos fazem sentirmo-nos acolhidos pela possibilidade de falarmos a mesma língua, facilitando-nos, assim, o contato com o outro, com quem quero e sei parecer. Em Mía Couto (2013: 201), lemos:

Falo do Brasil sem ter a ingenuidade de romantizar uma nação que é feita de contrastes, de ambivalências, de desigualdades. A minha intenção não é promover uma campanha de simpatia a meu favor, falando de um modo apaixonado do Brasil e dos brasileiros. O que quero dizer é que temos, Moçambique e Brasil, as mesmas doenças e os mesmo remédios, apenas em graus diferentes. E temos a nosso favor sociedades que são plenas de vitalidade e diversidade, sociedades feitas de gente que não tem medo de se tocar, nem tem vergonha de ter corpo. Feitas de gente que ama celebrar a vida como uma festa de rua. Se fôssemos tucanos, a nossa casa teria certamente mais orifício que parede.

Se por um lado, temos uma língua de difícil penetração no universo, diferentemente do inglês que, por ser irradiado por uma potência econômico-financeira, dominou o mundo; por outro lado, temos uma Língua Portuguesa como partícipe de movimentos de integração política, econômica, cultural e educativa, com inserção internacional de acordo com o que mencionamos a seguir: a partir de Portugal, temos a Língua Portuguesa na UE (União Europeia); a partir dos PALOP (Angola, Cabo verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe), temos o Português na UA (União Africana), sendo necessário mencionar que a UA promove o uso de línguas africanas sempre que possível em seus trabalhos oficiais; além disso traz como línguas oficiais o árabe, o francês, o inglês, o espanhol, o português e o suaíli e, a partir do Brasil, temos a nossa Língua Portuguesa no MERCOSUL (Mercado Comum do Sul). Está em tela uma vastidão territorial e linguística, que situa o Português entre as cinco línguas mais faladas no mundo e com representatividade em órgãos importantes como os mencionados acima.

O português do Brasil, por exemplo, pode ser caracterizado como língua transnacional uma vez que se estenderam as investigações no meio acadêmico e científico acerca do Português Língua Estrangeira (Zoppi-Fontana & Diniz, 2008: 91). Isso se deu através da institucionalização e instrumentação do Português Língua Estrangeira (PLE) como nova área de conhecimento, legitimando, no meio acadêmico e científico, uma prática profissional já existente.

No Brasil, o saber metalinguístico foi constituído por gramáticos e linguistas que descreveram a norma linguística brasileira em relação à norma linguística de Portugal, caracterizando, por meio da produção de instrumentos linguísticos da própria língua um lugar institucional legitimado pela comunidade acadêmica que autoriza um saber sobre a língua nacional em todo o espaço lusófono. Institui-se, como já afirmamos, a Língua Portuguesa modalidade brasileira reveladora de uma unidade linguístico-cultural com todas as variedades existentes no território deste país continente. Podemos afirmar que a língua nacional identifica o brasileiro como povo irmanado na diversidade.

Há, naturalmente, reações adversas por parte daqueles que mencionam o desejo de falar uma outra língua, *talvez* o inglês, o que enfatiza o período de hegemonia econômico-cultural dos Estados Unidos da América a partir

da década de 1940, com a língua inglesa alcançando prestígio internacional. Polemizando, podemos destacar que a situação de revolta contra a Língua Portuguesa por parte de alguns brasileiros, uma minoria naturalmente, assenta no fato de o Português ter sido imposto ao território nacional brasileiro em 1500, momento do início da colonização portuguesa. No entanto, quanto à Língua Inglesa, sua entrada não se deu durante uma imposição com fins de expansão e exploração territorial, mas durante uma imposição cultural de forte repercussão, havendo portanto, em ambos os casos, uma imposição linguística que acarretou uma série de políticas linguísticas de implantação e promoção das línguas mencionadas.

Quanto ao PB (Português do Brasil), evidencia-se que a Língua Portuguesa imposta na época da colonização tem sido alterada durante os 513 anos que nos distanciam do século XVI. Nossa língua tem tido inúmeros contatos em diversos momentos, estando já descrita e aceita pela comunidade acadêmica internacional. A política expansionista dos portugueses obteve sucesso, por terem sido tomadas inúmeras medidas acertadas empreendidas pelos governantes. No século XVI, uma política linguística estabelecida pelos produtores de gramáticas do quinhentismo leva-nos a perceber a intenção dos portugueses. Por exemplo: Fernão d’Oliveira, sob a crença de que os estudos aumentem a glória das nações, lembra Grécia e Roma e faz ainda um apelo em favor do esforço pelo ensino da língua portuguesa, em sua *Grammatica da Lingoagem Portuguesa*, de 1536. Afirma ele no “Quarto capítulo” (p. 6):

... quando senhoreavam o Mundo mandaram a todas as gentes a eles sujeitas aprender suas línguas;... porque melhor é que ensinemos a Guiné que sejamos ensinados de Roma, ainda que ela agora tivera toda sua valia e preço.

E foi sendo sistematizada a língua vulgar (da fluidez da oralidade para a fixidez da escrita), com louvores à própria língua e o reforço de que assim como Roma, “senhoreariam” o mundo através da língua. Foi feito e o mundo lusófono se fez. No entanto, no Brasil, surge a Língua Geral, a mais falada na costa brasileira, entendida como língua franca composta por duas modalidades utilizadas pelos missionários jesuítas: a Língua Geral Paulista e a Língua Geral Amazônica. Essa Língua Geral acaba sufocada no século XVIII, pelo Marquês de Pombal que reforçou a

imposição linguística com métodos rígidos e com a expulsão dos jesuítas, adotando uma política firme de condução da oficialidade, da promoção e do ensino da Língua Portuguesa.

Continuam os brasileiros falando português! E assentam-se em uma história repleta de interferências de várias nacionalidades: holandeses, franceses, italianos, espanhóis, alemães, ingleses, japoneses, árabes etc, vindos em momentos diversos, por motivos diversos, mas vindos e interferindo de maneiras diferentes; interferindo na língua, nos hábitos e costumes brasileiros, desenvolvendo linguística e culturalmente os indivíduos, os grupos ou classes, a sociedade como um todo. Atendo-nos a essa questão, lembremos o percurso do Português do Brasil, percurso numa história entrelaçada a diferentes e ricas culturas, como: as fundadoras – portuguesa, indígena e africana e, posteriormente, as demais intervenientes – holandesa, francesa, italiana, espanhola, alemã, inglesa, japonesa etc. Com todas as interferências, o Português vai tomando “feições brasileiras” e passa a ser descrito nessa modalidade na segunda metade do século XX, como afirmamos. Citemos um grande gramático, filólogo e linguista brasileiro, Celso Ferreira da Cunha e um outro também grande gramático, filólogo e linguista português, Luiz Filipe Lindley Cintra. Em conjunto, fizeram uma obra gramatical de referência nos estudos brasileiros, por apontar novos usos constantes no português brasileiro: *Nova Gramática do Português Contemporâneo*¹, lançada pela primeira vez em 1983.

Mais recentemente, surgiram no mercado livreiro do Brasil duas obras que caminham na direção da descrição de uma Língua Portuguesa modalidade brasileira, já reconhecidamente PB (Português do Brasil) ou, ainda, Língua Brasileira, a saber: *Nova Gramática do Português Brasileiro* de Ataliba de Castilho e *Gramática Pedagógica do Português Brasileiro* de Marcos Bagno², com traços de uso das variedades linguísticas do Brasil. Antes dessas obras, havia sido publicada a *Gramática de Usos do Português* de Maria Helena

1 Cunha, C. F. da & Cintra, L. F. L. (1983) *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

2 Castilho, A. (2010) *Nova Gramática do Português Brasileiro*. São Paulo: Contexto.
Bagno, M. (2011) *Gramática Pedagógica do Português Brasileiro*. São Paulo: Parábola.

Moura Neves³, uma gramática funcional que, a partir da observação dos usos realmente ocorrentes no Brasil, apresenta-os sistematizados.

Paralelamente a esses procedimentos já sedimentados no Brasil, pelos seus 191 anos de independência da metrópole, estão sendo implantadas algumas políticas e planificações linguísticas em Moçambique e em Timor. Para exemplificar, citemos duas ações que são de nosso conhecimento: *Moçambicanismos: Para um Léxico de Usos do Português Moçambicano* de Armando Jorge Lopes⁴, moçambicano, linguista, professor e autor de um livro de extrema importância para a configuração de um PM (Português Moçambicano) e *Dicionário de Tétum-Português* (no prelo) de Luiz Costa, timorense, linguista e grande cultor da história e cultura timorenses e da língua tétum.

As ações expostas acima, produção de instrumentos linguísticos, refletem a intenção política de preservação da Língua Portuguesa no espaço lusófono por várias questões tanto de caráter econômico-financeiro, quanto de caráter linguístico-cultural. De acordo com Nunes (2008: 120):

as próprias teorias linguísticas não estão fora do político, embora em alguns casos elas neguem a política. Assim, ao fazer história das ideias linguísticas, estamos lidando com diferentes formas de política linguística que se apresentam nas teorias, nos instrumentos linguísticos, nas instituições, nas formas de autoria.

Distanciamo-nos de nosso colonizador, produzindo um passado histórico e uma identidade para o brasileiro, produzindo conhecimento sobre a língua e por meio dos instrumentos linguísticos construindo uma unidade para ela. Demo-nos tempo para essa construção de uma identidade linguística. Ocorrências no Brasil há mais tempo e, nos demais países, há menos tempo; porém todos têm a noção da necessidade de se trabalhar a Língua Portuguesa com maior ou menor ênfase, para que se não perca o lugar de destaque na classificação por número de falantes, internacionalmente reconhecido.

3 Neves, M. H. de M. (2000). *Gramática de Usos do Português*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

4 Lopes, A. J. (2002). *Moçambicanismos: Para um Léxico de Usos do Português Moçambicano*. Maputo: Livraria Universitária.

Referir-nos-emos a algumas outras ações significativas na direção de políticas linguísticas contemporâneas: primeiramente o Projeto Estrangeirismos – Projeto de Lei número 1676 de 1999, de autoria do então Deputado Aldo Rebelo (PC do B) que tinha o objetivo de proibir o uso de palavras estrangeiras que tivessem equivalência no português e provocou um sentimento nacionalista, que seduziu políticos e jornalistas, numa discussão que promovia ao mesmo tempo os interesses ligados à noção de imutabilidade da língua e os interesses interculturais de preservação das identidades e das diferenças. Do nosso ponto de vista a “convivência” do brasileiro com mosaico de vozes, forma-se a partir dessa interação com o outro, resultando em um *interculturalismo* saudável, no que tange ao cultural e ao ideológico; é portanto inócua a lei mencionada que não obtém sucesso em toda a sua plenitude: vence a mutabilidade da língua!

Em seguida, expomos o discutido Novo Acordo Ortográfico que tem sua base elaborada em 1990 pela Academia das Ciências de Lisboa e pela Academia Brasileira de Letras. Em 2004, os ministros da Educação da CPLP reuniram-se em Fortaleza (Brasil) e propuseram a entrada em vigor do Acordo Ortográfico, mesmo sem a ratificação de todos os membros. Somente em 2012, com a entrada da presidente do Brasil, Dilma Rousseff, a aplicação da lei foi prorrogada por mais três anos (de 31/12/2012 para 31/12/2016). O objetivo do Novo Acordo é a redução das diferenças de grafia entre os sujeitos de Língua Oficial Portuguesa, visando à unidade intercontinental do português, aproximando escritas entre membros da comunidade lusófona (angolanos, brasileiros, cabo-verdianos, guineenses, moçambicanos, portugueses, são-tomenses, timorenses) e a um maior prestígio do português no mundo.

Nossa posição aponta a necessidade da existência de uma política linguística que reforce as dimensões histórica, linguística e cultural de um povo, inserindo-o no mundo globalizado e, principalmente, situando-o como nação dotada de identidade própria.

Para concluirmos, trazemos algumas palavras de Almeida (2004:2):

À mistura estão as pessoas – que são as margens da cultura, e os destinos da Língua revistos por aqueles que a manejam como utensílio cotidiano. Que esta linguagem seja, pois, ferramenta e prazer, veículo seguro mas maleável; que as gerações vindouras nela vejam molde aberto para memória e labor

criativo. Porque bonitas são as Línguas depois de manejadas e celebradas pelas pessoas.

E finalmente, trazemos um sentimento a partir das considerações feitas sobre as políticas linguísticas implementadas em diversos momentos no Brasil, no que tange à questão lusófona: a Língua Portuguesa é parte indissociável do imaginário lusófono, de nós mesmos (brasileiros) que, unidos e separados, nos fazemos iguais e nos fazemos diferentes: somos nós, sendo outros, constantemente. Assim, somos todos lusófonos com identidades particulares, reforçando a presença da unidade na diversidade.

Referências

- AGUALUSA, J. E. (2010). *Milagrário pessoal*. Rio de Janeiro: Língua Geral.
- ALMEIDA, N. de (Ondjaki) (2004). *Outras margens da mesma língua*. Disponível em <http://www.ciberduvidas.com/textos/antologia/10588>. Acesso em 26/5/2013.
- BASTOS, N. M. & Brito, R. H. P de (2007). Lusofonia: políticas linguísticas e questões identitárias. In M. de L. Martins; H. Sousa; & R. Cabecinhas (orgs), *Comunicação e lusofonia. Para uma abordagem crítica da cultura dos media* (pp. 111-122). Porto: Campo das Letras e Universidade do Minho.
- BASTOS, N. M. & Arakaki, N. (2013). *O conceito de lusofonia* (entrevistas escritas a José Luís Fiorin, Armando Jorge Lopes e Eliseu Mabasso).
- CALVET, L-J. (2007). *As políticas linguísticas*. Florianópolis e São Paulo: Ipol/Parábola.
- COUTO, M. (2005). *Pensamentos – textos de opinião* (2.ed.). Lisboa: Caminho.
- COUTO, M. (2013). Repensar o pensamento, redesenhando fronteiras. In C. E. Machado (org.), *Pensar a cultura*. (Série Fronteira do Pensamento, v. 1. Porto Alegre: Arquipélago Editorial.
- FIORIN, J. L. (2010). Língua Portuguesa, identidade nacional e lusofonia. In N. B. Bastos (org.), *Língua Portuguesa – Cultura e identidade nacional*. São Paulo: EDUC – IP-PUC/SP.
- GOMES de Matos, F. (2001). Como explicar variantes de uso no português? Um desafio descritivo-prescritivo. *Confluência – Revista do Instituto de Língua Portuguesa*. 21: 93-96.
- MARTINS, M. L. (2014). Língua Portuguesa, globalização e lusofonia. In N. Bastos (org.), *Língua portuguesa e lusofonia* (pp.15-33). São Paulo, EDUC – IP-PUC.

- MARTINS, M. L. (2006). Lusofonia e luso-tropicalismo. Equívocos e possibilidades de dois conceitos hiper-identitários. In N. Bastos (org.) *Língua portuguesa, reflexões lusófonas* (pp. 49-62). São Paulo, EDUC – IP-PUC.
- NEVES, M. H. de M. (2007). A gramática e suas interfaces. *Revista Alfa*, São Paulo, 51 (1): 81-98. Disponível em: seer.fclar.unesp.br/alfa/article/download/1427/1128. Acesso em 17/5/2013.
- NUNES, J. H. (2008). Uma articulação da análise de discurso com a história das ideias linguísticas. *Letras*, Santa Maria, v. 18, n. 2 (107-124), jul./dez. Disponível em http://w3.ufsm.br/revistalettras/artigos_r37/artigo7.pdf. Acesso em 16/8/2013.
- OLIVEIRA, F. d' (1975 [1536]). *Grammatica da Lingoagem Portuguesa*. Introdução, leitura atualizada e notas por Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- ORLANDI, E. P. (org.) (1996). *Política lingüística na América Latina*. Campinas: Pontes.
- PINTO, E. P. (1990). *A Gramatiquinha de Mário de Andrade: texto e contexto*. São Paulo: Duas Cidades-Secretaria de Estado da Cultura.
- RENZO, A. M. Di. (2012). *O estado, a língua nacional e a construção de políticas linguísticas*. Campinas, SP: Pontes Editores.
- ZOPPI-FONTANA, M. G. & Diniz, L. R. A. (2008). Declinando a língua pelas injunções do mercado: institucionalização do Português Língua Estrangeira (PLE). *Estudos Lingüísticos*, São Paulo, 37 (3): 89-119, set.-dez. Disponível em <http://www.unicamp.br/anuario/2008/IEL/DL/DL-0001.html>. Acesso em 20/5/2013.
- WILLIAMS, R. (2011). *Cultura e sociedade – De Coleridge a Orwell*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes.

TELEVISÃO, POLÍTICA LINGUÍSTICA E DIREITO À INFORMAÇÃO: desafios para o ensino da comunicação em Moçambique

TELEVISION, LANGUAGE POLICY AND RIGHT TO INFORMATION:
challenges for the teaching of communication in Mozambique

Eliseu Mabasso *

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE, FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
mabassoeliseu@hotmail.com; eliseumabasso@gmail.com

Resumo:

A presente comunicação procura debruçar-se sobre uma problemática bastante delicada no quadro do papel preponderante que os órgãos de comunicação social, no caso concreto da televisão, devem desempenhar numa sociedade multilíngue e multicultural como a moçambicana – refiro-me à questão linguística e ao direito à informação que devem ser salvaguardados pelos nossos média. O principal aspecto que pretendo discutir nesta intervenção tem a ver com o facto de muitos compatriotas nossos, passarem à margem de grande parte da informação vital veiculada pelos órgãos de informação televisiva de maior abrangência no país, nomeadamente a Televisão de Moçambique (TVM), a Soico Televisão (STV) e a rede MIRAMAR. Isto deve-se ao facto de esta, em larga medida, ser transmitida através de uma língua que lhes é alheia, ou que não dominam o suficiente. Refiro-me ao Português que, de forma quase exclusiva, predomina nos principais programas das referidas estações televisivas, sem que os moçambicanos falantes de outras línguas beneficiem de um serviço de tradução/interpretação. A solução para este problema passará por um processo de formulação de uma política linguística adequada à

* Professor Auxiliar na Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane, a maior e mais antiga instituição de ensino superior de Moçambique. Fez os seus estudos ao nível de licenciatura e doutoramento em linguística nesta mesma universidade, tendo, antes deste último grau, cursado Mestrado em Letras (Mlitt) na University of Sydney, Austrália. As suas áreas de interesse são a linguística aplicada, com particular enfoque na linguística forense, comunicação translinguística e transcultural, ensino do português e ensino da língua inglesa. Igualmente, tem uma experiência considerável na formação de comunicadores, na Escola Média de Jornalismo e, mais recentemente, na Escola Superior de Jornalismo, ambas localizadas em Maputo. Conta com comunicações apresentadas em vários eventos científicos a nível nacional e internacional das quais algumas já foram publicadas em revistas científicas e jornais de referência. Tem em vista, a breve trecho, a publicação de uma obra colectiva e outra individual.

realidade moçambicana e a um trabalho de sensibilização sobre a importância do uso das línguas moçambicanas na informação.

Palavras-chave: televisão; política linguística; direito à informação; média

Abstract:

The present paper aims at discussing a quite delicate problem related to major role that should be played by the media, particularly the television, in a multilingual and multicultural society such as in Mozambique – I hereby refer to language and the right to information that should be safeguarded by the media. The main subject of my discussion has to do with the fact that the majority of our compatriots have no access to a great deal of the vital information that is broadcasted by the mainstream TV Channels with a larger coverage in the country, namely Televisão de Moçambique (TVM), Soico Televisão (STV) and MIRAMAR. This is due to the fact that, very often, the information is broadcasted in a language that is alien to them or they have low proficiency on it. This is Portuguese which is almost the exclusive language used for broadcasting the main TV programs of the referred channels without providing translation/interpretation services to Mozambicans who are speakers of other languages. The solution for this problem will be driven by a process of formulation of an appropriate language policy which is adequate to the Mozambican context, together with a combined an awareness raising work on the importance of the use of Mozambican languages by the media.

Keywords: television; language policy; right to information; media



Tendo em conta que o objecto a tratar é o das “Políticas da língua”, vou procurar responder referindo-me à questão da política linguística e o direito à informação. O principal aspecto que pretendo discutir na presente intervenção tem a ver com o facto de muitos compatriotas nossos passarem à margem de grande parte da informação vital veiculada pelos órgãos de informação televisiva de maior abrangência no país, nomeadamente a Televisão de Moçambique (TVM), a Soico Televisão (STV) e a Rede de Televisão MIRAMAR em virtude de esta ser maioritariamente transmitida através de uma língua que lhes é alheia. Por outro lado, vezes sem conta, é-lhes privado o direito de expressarem devidamente os seus pontos de vista em relação a determinados assuntos de interesse nacional porque, na maior parte dos

casos, o entrevistador (jornalista ou repórter), nas suas intervenções usa exclusivamente a língua oficial. A escolha da televisão como objeto de estudo está relacionada com o facto de, não obstante grande parte dos moçambicanos ainda não ter acesso a este meio de comunicação principalmente nas zonas rurais, este constituir, sem dúvida nenhuma, um dos instrumentos mais eficientes para aproximar a realidade dos factos à informação veiculada, sendo que, nalguns casos, em tempo real. Trata-se, igualmente, de um meio que permite que as pessoas tenham uma ideia mais realista dos aspectos inerentes ao processo de desenvolvimento do país através da imagem e do som, para além de ter um grande efeito sobre a audiência.

No entanto, o direito à informação é um direito consagrado na Constituição da República (CR), através do seu artigo 48. Por razões relativas ao enfoque que coloco a esta comunicação, irei apenas fazer referência ao n.º 1 do artigo em apreço, que estabelece o seguinte:

Artigo 48

(Liberdades de expressão e Informação)

1. Todos os cidadãos têm direito à liberdade de expressão, liberdade de imprensa, bem como o direito à informação. (Constituição da República, 2004:22)

Do artigo acima, não vou me debruçar sobre a liberdade de imprensa em virtude de se tratar de um assunto que, não sendo menos importante, está fora do domínio da presente intervenção. Olhando para o número em apreço, parece-me estar claro que a CR consagra o direito de as pessoas poderem se expressar livremente e o direito de as pessoas serem informadas. O número em análise é reforçado pela Lei n.º 18/91, Lei de Imprensa, através do seu artigo 3, que estabelece o seguinte:

Artigo 3.º

Direito à informação

1. No âmbito da imprensa, o direito à informação significa a faculdade de cada cidadão se informar e ser informado de factos e opiniões relevantes a nível nacional e internacional bem como o direito de cada cidadão divulgar informação, opiniões e ideias através da imprensa.

2. Nenhum cidadão pode ser prejudicado na sua relação de trabalho em virtude do exercício legítimo do direito à liberdade de expressão do pensamento através da imprensa.¹(Lei 18/91, Lei da Imprensa)

O artigo 48 da CR e o artigo 3.º da Lei de Imprensa salvaguardam, entre outros aspectos, o direito de todos os cidadãos serem informados, expressarem-se livremente através dos órgãos de comunicação social. Ora, tomando em consideração esta última assunção, há uma questão que emerge de imediato: será que o direito de cada moçambicano se informar e ser informado sobre assuntos nacionais e internacionais e o direito à liberdade de expressão por parte dos cidadãos são realmente assegurado tendo em conta a política de língua vigente no nosso país? Por outras palavras, será que o facto de a maior parte, senão mesmo todos os serviços noticiosos e outros programas de relevo passados pelos canais de televisão de maior referência (TVM, STV e MIRAMAR) ser transmitida exclusivamente na língua portuguesa salvaguarda os direitos acima referidos?

É claro que a tentativa de resposta à questão acima vai nos remeter a uma abordagem de nível macroestrutural sobre a questão de política de língua no nosso país. Na verdade, olhando para o panorama linguístico de Moçambique (elevada taxa de analfabetismo e percentagem ínfima de falantes do Português como língua materna), não existe margem para dúvidas de que a maior parte dos nossos compatriotas tem uma língua bantu como sua língua materna. Segundo os dados do último Censo Geral e da População de 2007², os números de que ainda dispomos sobre a situação linguística em Moçambique apontam para apenas 4,8% de pessoas que falam a língua portuguesa como língua materna e pouco mais de 40% dessa população são proficientes na mesma, muito embora o sejam de forma diversificada (Lopes, 2004). Todavia, muito recentemente, Lopes (2013) apresentou uma cifra a título de projecção aos dados do censo de 2007 que coloca em 6% o número de falantes nativos da variedade moçambicana do Português.

Os números acima apresentados contrariam a intenção que se projectava antes e depois da independência nacional, altura em que, por razões

1 Informação obtida em www.portaldogoverno.mz (30.03. 2013)

2 Informação obtida em www.ine.gov.mz (07.04.2013)

estratégicas do próprio regime colonial, as línguas moçambicanas não eram vistas como sendo língua *de facto*, no sentido universal da palavra. Tal estratégia engendrada pelo regime colonial visava fundamentalmente criar um clima de divisão e desunião entre os moçambicanos, através da aplicação de políticas assimilacionistas que menosprezavam a existência da nossa identidade linguístico-cultural, o que lhe permitiria consolidar o seu domínio sobre os nativos. Note-se, porém, que esta prática não foi extensiva às antigas colónias britânicas nas quais, durante a colonização efectiva dos respectivos territórios o regime de então “tolerava” o uso das línguas africanas por parte dos nativos e, em certos casos, chegava mesmo a incentivar a educação em língua materna. No caso vertente de Moçambique, esta realidade estendeu-se até ao período que se seguiu à independência e prevalece até aos nossos dias. Na verdade, o Português goza de um estatuto que a primeira Constituição da então República Popular de Moçambique lhe conferiu logo após a independência nacional em 1975. A referida Constituição secundarizou, assim, as línguas bantu, ao definir que o Português é a única língua usada para fins oficiais. Esta medida, de forma implícita, proíbe o uso das línguas moçambicanas para esse efeito. Para além disso, a língua portuguesa goza de um elevado prestígio acabando por ser a língua que todos anseiam falar, visto que ela constitui porta de entrada para o mercado do emprego. Ademais, o domínio da língua portuguesa identifica-se com uma classe política e economicamente dominante e abre os falantes para o mundo exterior através do acesso à educação superior (Lopes, 1997a, 2004).

Note-se que a própria Constituição da República, na sua versão mais actualizada (2004), não foi muito inovadora no tocante à questão da política linguística no nosso país e à inclusão das línguas moçambicanas em contextos funcionais desencadeados através da língua portuguesa. Claro que este cenário acaba por influir negativamente em qualquer esforço no sentido de criar um ambiente em que a subestimação e estigmatização das nossas línguas sejam minimizadas. É que, na verdade e não de forma surpreendente, a nova versão da CR não estabelece princípios que apontem para uma valorização objectiva das nossas línguas, através, por exemplo, da sua promoção em direcção à oficialização das mesmas. Sobre a questão linguística na República de Moçambique, a versão mais actualizada da CR estabelece o seguinte:

Artigo 9.º

(Línguas Nacionais)

O Estado valoriza as línguas nacionais como património cultural e educacional e promove o desenvolvimento e utilização crescente como línguas veiculares da nossa identidade. (Constituição da República, 2004:7)

Artigo 10.º

(Língua Oficial)

Na República de Moçambique a língua portuguesa é a língua oficial. (Constituição da República, 2004:7)

Ao observar-se e tentar-se interpretar estes dois artigos, deparamos com uma situação em que, por um lado, o papel das línguas bantu não é claramente indicado, remetendo-as para um domínio mais vago que é o do seu papel como veículos de transmissão dos valores culturais e educacionais e, por outro lado, uma indicação explícita de que a única língua oficial é o Português. Esta situação vai contribuir para que se mantenha o *status quo* em relação à opção em termos da política da língua oficial, através da adopção e uso exclusivo do Português, língua da antiga potência colonial.

Toda esta realidade apresentada acima acaba por ter influência na forma como as instituições em geral e alguns órgãos de comunicação social, em particular, com destaque para os canais de televisão, definem as suas “políticas de língua”.

Dilema linguístico na comunicação social?

É indubitável o esforço empreendido por serviços de informação pública tais como a Rádio Moçambique (RM), através da definição de políticas claras que apontam para a valorização das nossas línguas. Aliás, e paradoxalmente, esta realidade encontra a sua génese desde o período colonial, altura em que a chamada “Hora Nativa” era reservada à emissão de conteúdos em línguas locais. Mesmo depois da independência, grande parte dos moçambicanos que não dominam a língua oficial sempre gozou do direito à informação, através dos demais emissores provinciais espalhados ao longo do país, em que a língua local é o veículo de transmissão da mensagem. Aliás, a existência de uma Direção de Emissão em Línguas Nacionais na

RM demonstra a preocupação que esta estação de serviço público tem relativamente à integração de todos os moçambicanos nos processos de desenvolvimento, independentemente do seu domínio ou não da língua oficial. Por razões óbvias, não falarei aqui das Rádios Comunitárias (RC) que desempenham um papel indispensável no processo de dinamização e desenvolvimento ao nível comunitário.

Todavia, o mesmo já não se poderá dizer em relação ao serviço de televisão, tal como tenho estado a referir na presente comunicação. O consumo deste meio de comunicação assume níveis de franca expansão ao nível territorial, dada a emergência de vários outros factores, tais como a expansão da rede eléctrica para pontos mais recônditos do país e o surgimento de pequenos empreendedores virados para o comércio de pequena escala que se dedicam à venda de aparelhos electrónicos, entre outros produtos afins. Por outro lado, é indubitável que a força da televisão supera a de outros tantos meios de informação, pois tem o poder de projectar a imagem da pessoa humana dentro e fora da comunidade em que esta está inserida e de divulgar os seus feitos numa perspectiva transfronteiriça. No caso dos políticos, por exemplo, estes encontram na televisão um meio de se fazerem presentes perante as massas e de lhes fazerem passar a sua mensagem. Em situação de campanha eleitoral, é na televisão que os candidatos desfilam e usam as suas estratégias de marketing político para persuadir o eleitorado através da apresentação dos respectivos manifestos. Aliás, a televisão desfaz a realidade existente entre a verdadeira distância física que separa a classe dirigente em geral e as massas. Há quem diga por aí que “quem busca aparição vai à televisão”, o que quer dizer que quem pretender se projectar na sociedade que procure aparecer com alguma frequência por detrás da pequena tela”.

Inquieta-me, no entanto, o facto de um dos meios de informação de maior impacto e de impacto imediato para os cidadãos, ser o espelho do exemplo do incumprimento do preceituado na CR e na Lei de Imprensa, especificamente no que diz respeito ao direito dos cidadãos poderem ser informados. Não pretendo, de forma nenhuma, pôr em causa o papel de *língua franca* muito bem desempenhado pelo Português em Moçambique, desde o período pré-colonial, permitindo que compatriotas falantes de outras línguas possam encontrar um meio que lhes permita estabelecer a comunicação. Aliás, mesmo no tempo da luta armada de libertação do

país do jugo colonial, foi esta mesma língua portuguesa que permitiu que moçambicanos provenientes de vários pontos do país e incorporados em várias frentes de combate pudessem traçar uma estratégia conjunta para derrotar o inimigo comum. O mesmo papel continua e sempre continuará a ser desencadeado através da língua portuguesa noutras esferas da vida socioeconómica e cultural do país, principalmente porque Moçambique não possui uma língua nacional.

No entanto, se olharmos objectivamente para os demais programas exibidos pelos canais em apreço, com especial realce para os serviços noticiosos e outros programas de verdadeiro impacto nacionais tais como “Ver Moçambique” para o caso da TVM, “Debate da Nação” e “Opinião Pública” exibidos pela STV e “Espaço Público” passado pela MIRAMAR, o uso exclusivo do Português exclui um grande número de compatriotas de acompanhar o desenrolar dos demais factos levados ao ar. Não deixarei de lado as transmissões em directo ou em diferido de sessões ordinárias da nossa Assembleia da República, em que são tomadas decisões importantes, muitas das quais sobre aspectos concretos inerentes à vida de todos nós. Importa referir que, sobre este assunto, Lopes (1997a) já havia sugerido a necessidade de se reservar espaço para programas específicos ao nível dos órgãos de comunicação social, em que, de forma resumida, as principais discussões e decisões tomadas ao nível do nosso maior órgão legislador seriam traduzidas para as diferentes línguas moçambicanas. Desta forma teríamos um número cada vez maior de compatriotas nossos envolvidos nos demais processos de desenvolvimento que o país enfrenta, com a vantagem de poderem surgir até propostas concretas de soluções para a resolução de alguns problemas considerados repletos de complexidade. Tomando por analogia uma das constatações feitas por Bamgbose (1991), o uso de uma língua ou um conjunto de línguas na passagem da mensagem veiculada pelo discurso político contribui em larga escala para a participação massiva dos cidadãos. Por outras palavras, o uso quase exclusivo do Português na massificação da agenda política por parte dos nossos governantes sem a devida tradução da mensagem para demais línguas faladas nativamente por moçambicanos, cria um ambiente de total isolamento para estes o que, consequentemente, os afasta dos demais processos de construção do Estado-nação.

Ora, seria errôneo afirmar que a totalidade dos profissionais de informação afectos às estações televisivas que são objeto da nossa discussão não é sensível a situações criadas pela nossa diversidade linguístico-cultural. Se por via da linha editorial dos respectivos órgãos de estação televisiva a que estão filiados não é possível os jornalistas encontrarem uma indicação objectiva sobre como proceder nos casos em que, por exemplo, se entrevista um cidadão com baixo nível ou sem nenhum nível de proficiência em Português, existem profissionais dignos de louvar pela atenção com que encaram a nossa diversidade linguística. Trata-se de um número bastante restrito de jovens que, conhecendo a língua materna do entrevistado, e apercebendo-se das dificuldades de língua apresentadas por este, recorrem à alternância do código (Português-Bantu-Português) num sentido mais inclinado para, usando os termos avançados por Lopes (1997a), a discriminação positiva. Neste processo, em cada final de trecho de conversa, o jornalista procura resumir as palavras usadas pelo outro interlocutor a partir da sua língua materna para o Português. Um dos casos mais recentes em que um fenómeno semelhante ocorreu, e que pode servir de exemplo para a posteridade, foi aquando das últimas cheias que assolaram Moçambique, sobretudo a zona sul. Num dos Centros de Acomodação criados pelo governo na província de Gaza, o então chamado Centro de Acomodação de Chihaquelane, foi possível ouvir o depoimento de alguns cidadãos através da sua língua materna. Nessa ocasião um jornalista da SOICO Televisão desempenhou o duplo papel de jornalista/intérprete. A interacção com alguns compatriotas aí alojados permitiu que o jornalista colhesse o sentimento real de algumas pessoas face à situação dramática em que se encontravam (e provavelmente ainda se encontram hoje). Paralelamente, vezes sem conta temos assistido a intervenções cobertas por um dos jornalistas jovens da TVM, principalmente no programa “Justiça e Ordem”, sem excluir reportagens de variada natureza, em que aquele, de forma “desinibida”, recolhe os depoimentos das pessoas recorrendo à língua materna dos entrevistados, sempre que se apercebe da dificuldade destes em usar a língua oficial.

Infelizmente, o procedimento acima descrito não é partilhado pela maior parte dos profissionais de comunicação social, em especial os da televisão que, vezes sem conta, tendem a preferir realizar entrevistas com pessoas que tenha “algum” domínio da língua oficial. Ora, é este “algum

domínio” que se torna inquietante, por um lado, do ponto de vista dos direitos linguísticos das pessoas e, por outro lado, do direito de informar e ser informado. O que muitas vezes assistimos são situações em que, bastando apenas o jornalista se aperceber da mínima capacidade de o seu interlocutor formular pequenas ideias, mesmo que sejam, na maior parte dos casos, desconexas e incoerentes e demonstrar conhecimento de algum vocabulário, ficam criadas as condições para a realização da entrevista através da língua oficial. Um dos aspectos mais gritantes é que, em muitos dos casos a que nos referimos, o entrevistador partilha da mesma língua materna com o entrevistado e tem competência suficiente para conduzir a entrevista através desse mesmo código linguístico.

A faca e o queijo nas mãos do poder político

O debate à volta da necessidade de se aprovar uma política de língua que seja inclusiva e que valorize todas as línguas faladas nativamente por moçambicanos (sem excluir o próprio Português e algumas línguas asiáticas faladas nativamente por alguns cidadãos nacionais) já vem de há algum tempo a esta parte sem que acções concretas nesse sentido sejam colocadas à mesa (cf. Lopes, 1997a; 2004). Moçambique é um país de elevada diversidade linguística média, o que pressupõe a inexistência de uma língua moçambicana em condições de reivindicar o estatuto de língua maioritária. Tal cenário permitiria que essa língua fosse, eventualmente, promovida ao estatuto de língua nacional, pelo facto de possuir um número de falantes que se aproxima ou ultrapassa os 50% da população total (cf. Robinson, 1993). Isto significa que, mesmo o emakhwa, língua falada por aproximadamente 27% da população total, estando longe da fasquia dos 50%, não pode reivindicar o estatuto de língua maioritária.

O cenário acima descrito levanta um outro problema, no caso do uso das línguas moçambicanas, especificamente na televisão, para a transmissão de serviços noticiosos e de outros programas de interesse nacional. É que, não tendo o país uma língua moçambicana representativa para todos nós, levanta-se, então, o velho problema da falta de recursos financeiros e humanos (?) para a materialização de um tamanho empreendimento. Na verdade, muitos dos países vizinhos que passam programas de interesse nacional tanto na língua oficial (europeia) como nas línguas locais,

possuem uma língua encarada por todos como símbolo do nacionalismo/identidade. Países como a Suazilândia, Botswana, Tanzânia, entre outros, têm uma língua nacional que, em grande medida, resolve os problemas decorrentes da coabitação de muitas línguas africanas nos seus territórios. Consequentemente, muitos programas de impacto nacional e não só são também apresentados através dessa língua nacional. De igual modo, as outras línguas faladas por minorias têm tido, também, o seu espaço em que temáticas específicas são exibidas pelos canais de televisão.

Entretanto, seria uma tentativa infortuna da parte de qualquer analista pretender encontrar um *álibi* a favor dos detentores do poder político, referindo-se a casos de países como os que foram mencionados acima, para justificar o não uso das nossas línguas nos meios de comunicação televisivos. O caso da África do Sul pode ser representativo de uma realidade em que, não existindo uma língua nacional, foi possível promover para o estatuto de língua oficial nove (9) das línguas locais mais representativas no país. Estas línguas, juntamente com o afrikaans e o inglês, constituem um universo de onze (11) línguas oficializadas naquele país vizinho. Por imperativos dessa decisão política de oficializar esse número de línguas africanas, o seu uso em todos os contextos oficiais, nos quais se incluem as esquadras e tribunais, é permitido. É certo que algumas vozes contestarão a comparação do caso moçambicano com a realidade de um país com uma economia secular e, portanto, com recursos financeiros e humanos à altura dos desafios decorrentes da adopção e coabitação de várias línguas oficiais. Mas quero acreditar que o sucesso de qualquer desafio lançado e que seja de interesse nacional depende inteiramente da vontade daqueles que detêm o poder político.

A grande esperança de estarmos em direcção a tão propalada valorização das nossas línguas e, consequentemente, a sua oficialização, o que consubstanciaria na redução ou eliminação de todas as práticas “anti-bantu” sobretudo na televisão, fica depositada no artigo 9.º da CR. O referido artigo, embora pouco por ser demasiado simplista, pelo menos abre espaço para a implementação de um ensino bilíngue em Moçambique que aliás já está em curso, embora ainda por definir o(s) melhor(es) modelo(s) a seguir. O uso das línguas moçambicanas na educação poderá proporcionar condições suficientes para que as nossas línguas se possam desenvolver e valorizar, pelo menos a médio prazo, e

competir com o Português e outras línguas europeias. Posto isto, e tendo em conta que a formulação de uma política de língua abrangente em Moçambique poderá, infelizmente, continuar a ser um tabu pelo menos a médio prazo (veja-se Lopes, 1997b), afigura-se-me pertinente que se avance para propostas concretas em direcção a definição de políticas claras sobre o uso das línguas moçambicanas nos programas passados pelas principais cadeias de televisão no país, por um lado, e a inclusão das mesmas nos *curricula* das instituições que ensinam a comunicação social em Moçambique.

Papel das instituições de ensino da comunicação social

A inclusão das línguas bantu no sistema de educação não irá para além do 1.º ciclo do ensino primário, independentemente de qualquer modelo que for adoptado. Isto decorre do facto de o uso das línguas maternas na educação ter como um dos objetivos principais facilitar o processo de alfabetização inicial e abrir caminhos em direcção a aprendizagem efectiva do Português. Na verdade, se colocarmos à parte os cursos de licenciatura em ensino de línguas bantu oferecidos pela Faculdade de Letras e Ciências Sociais (FLCS) da Universidade Eduardo Mondlane (UEM), não me parece existirem instituições que tenha pelo menos duas horas/semana reservadas ao ensino de línguas moçambicanas. Assim, proponho que seja introduzida a disciplina de língua bantu pelo menos no 1.º ano de cada curso, onde se colocaria à disposição dos estudantes um conjunto de línguas a serem oferecidas, em função da percepção real do grau de interesse daqueles. Este exercício seria possível em coordenação com instituições como a FLCS, que forma profissionais preparados para levar a cabo esta tarefa.

Sugiro que a frequência da disciplina de língua bantu seja de escolha livre, uma vez que, certamente, existirão estudantes que, tendo já uma proficiência notável de uma língua bantu que até pode ser a sua língua materna, poderão optar por canalizar o tempo reservado para esta disciplina para a realização de outras atividades curriculares. De igual modo, poderá haver estudantes que, mesmo tendo domínio de uma língua bantu, manifestem vontade de aprender adicionalmente uma outra língua bantu.

Papel dos provedores de serviços de televisão

Face ao actual cenário linguístico nacional, e tendo em conta a necessidade de salvaguardar o direito de todos os moçambicanos serem informados e terem acesso às fontes de informação, afigura-se pertinente que medidas de natureza endógena sejam tomadas tendo em vista a materialização deste intento. Por exemplo, as principais estações de televisão podem estabelecer como pré-condição para o recrutamento e afetação de jornalistas no seu quadro, para além do domínio da língua oficial, o conhecimento comprovado da língua falada na região em que cada profissional passará a trabalhar. Este requisito pode ser reforçado através da criação de incentivos salariais concretos para aqueles profissionais que demonstrarem maior empenho no uso dos dois códigos linguísticos em causa. Para além disso, e no caso de regiões do país em que se fala mais de uma língua bantu, seria plausível estimular os profissionais de comunicação a aprenderem pelo menos duas línguas locais, através da fixação de bónus especiais para estimulá-los (veja-se também Mabasso, 2012a).

Estou em crer que o já conhecido problema relacionado com a exiguidade de recursos financeiros poderá ser ultrapassado, uma vez que, na maior parte das circunstâncias, os profissionais visados estarão expostos a um ambiente propício para a aprendizagem natural da(s) língua(s) em causa. O mesmo pode se dizer em relação à necessidade de, no exercício das suas funções, terem de tomar notas na língua bantu. Este problema poderá ser facilmente ultrapassado, uma vez que as bases da escrita nessas línguas terão sido asseguradas durante a sua formação. Relativamente aos profissionais já em exercício, estes poderão beneficiar de pacotes de formação de curta duração virados para a aquisição de bases de escrita, segundo o padrão estabelecido para as línguas bantu ao nível da região austral de África.

Considerações finais

A comunicação social em geral e a televisão em particular desempenham um papel de relevo no processo de desenvolvimento do nosso país. A construção de um verdadeiro Estado-nação em que todos os moçambicanos se sintam parte de todas as áreas de intervenção, passa necessariamente pela partilha por todos da totalidade da informação relacionada com a vida do

nosso país. Por outras palavras, não existe desenvolvimento integrado num contexto em que a informação é privilégio de uma minoria, simplesmente porque o discurso da agenda política nacional é transmitido numa língua que é alheia à maioria. O tratamento cuidado deste assunto reverteria, por exemplo, a actual tendência de muitos compatriotas desconfiarem cada vez mais dos políticos e de todos os planos de desenvolvimento lançados pelo governo, simplesmente porque a realidade, a sua essência e o discurso à sua volta são transmitidos apenas na língua oficial. Para finalizar, importa referir que Moçambique tem todas as condições necessárias e suficientes para salvaguardar os direitos humanos linguísticos de todos os nossos compatriotas e garantir que cada cidadão possa ser informado e dar a informar sobre aspectos pertinentes ao grande desafio que travamos rumo ao desenvolvimento. Em última instância, tudo dependerá, como foi referido acima, da vontade política e de todos os principais intervenientes no processo que, ao fim de tudo, somos todos nós moçambicanos.

Referências

- BAMGBOSE, A. (1991). *Language and the Nation: The Language Question in Sub-Saharan Africa*. Edinburgh: Edinburg University Press.
- Constituição da República* (2004). Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique.
- FIRMINO, G. (1998). Língua e Educação em Moçambique. In C. Stroud & A. Tuzine (eds), *Uso de Línguas Africanas no Ensino: Problemas e perspectivas* (pp. 247-78). Maputo: INDE, Cadernos de Pesquisa 26.
- KITOKO-NSIKU, E. (2007). Dogs' languages or people's languages? The return of Bantu languages to primary schools in Mozambique. *Current Issues in Language Planning* 8 (2): 258-82.
- Lei n.º 18/91 (Lei de Imprensa). Disponível em www.portaldogoverno.gov.mz. Acesso em 30/3/20013.
- LOPES, A.J. (2013). Língua portuguesa em Moçambique: Timakas, milandos e desafios. *Academia Brasileira de Letras* 2-74: 133-150.
- LOPES, A.J. (2004). *A Batalha das Línguas: Perspectivas sobre Linguística Aplicada em Moçambique/The Battle of the Languages: Perspectives on Applied Linguistics in Mozambique*. Maputo: Imprensa Universitária.
- LOPES, A.J. (1997a). *Política Linguística: Princípios e Problemas/Language Policy: Principles and Problems*. Maputo: Livraria Universitária.

- LOPES, A.J. (1997b). Language policy in Mozambique: A taboo? In R.K. Herbert (ed.) *African Linguistics at the Crossroads: Papers from Kwakuseni* (pp. 485-500). Köln: Rüdiger Koppe Verlag.
- MABASSO, E. (2012a). Língua oficial, direito positivo e direito costumeiro nas esquadras de Moçambique: Um caso para a linguística forense. *Revista Científica da Universidade Eduardo Mondlane* 0 (1): 40-61.
- MABASSO, E. (2012b). *A língua portuguesa em contextos multilingues: Desafios colocados pela integração regional na SADC*. Comunicação apresentada ao Seminário Internacional 'Idiomas como Vectores da Integração Regional na SADC'. Gaborone, 15 e 16 de Março.
- ROBINSON, C.D. (1993). Where linguistic minorities are in the majority: Language dynamics amidst high linguistic diversity. *AILA Review* 10: 52-70.

“À MISTURA ESTÃO AS PESSOAS”: LUSOFONIA, POLÍTICA LINGUÍSTICA E INTERNACIONALIZAÇÃO

“IN THE BLENDS ARE THE PEOPLE”: LINGUISTICS POLICIES, LUSOPHONY AND INTERNATIONALIZATION

Regina Pires de Brito *

UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE
rhbrito@mackenzie.br

Resumo:

Tendo como cenário a dimensão, a pluralidade e a complexidade do chamado “espaço da lusofonia”, propomos uma reflexão acerca de concepções de política linguística, procurando focalizar os tópicos “difusão” e “internacionalização” da língua, temas frequentes em discursos oficiais (como no Plano de Ação de Brasília, de 2010, resultante da 1.ª Conferência da Língua Portuguesa no Sistema Mundial, promovida pela CPLP, e em fóruns de organismos como os da AULP e do IILP). Dois argumentos recorrentes são a integração desse espaço para a *mistura das pessoas* (como lembra o angolano Ondjaki) e a inserção da língua no plano global. No entanto, é necessário considerar os inúmeros desafios e dificuldades na formulação e implementação de políticas objetivas, adequadas a cada contexto e eficazes para todos. Como parte disso (tendo em conta, especialmente, experiências em contexto timorense), acredita-se na necessidade de se buscar o fortalecimento e a disseminação do português, ao mesmo tempo que se defende o (re)conhecimento

* Pós-Doutora pela Universidade do Minho, Doutora e Mestre em Linguística pela Universidade de São Paulo. Docente e coordenadora do Núcleo de Estudos Lusófonos do Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Presbiteriana Mackenzie – UPM. Coordenadora de Programas e Projetos da Pró-Reitoria de Extensão da UPM. Pesquisadora Associada do Centro de Estudos das Literaturas de Expressão em Língua Portuguesa da USP e Conselheira do Instituto Nacional de Linguística de Timor-Leste. Coordenadora de projetos de difusão linguística do português junto à Universidade Nacional Timor Lorosa’e em 2004 e 2012. Dentre suas publicações, citam-se: *Sensibilizando para a comunicação em língua portuguesa – uma experiência em Timor-Leste* (Ed. Mackpesquisa); *Conceitos de educação em Paulo Freire* (Ed. Vozes, coautoria) e *Língua e identidade no universo da lusofonia: aspectos de Timor-Leste e Moçambique* (Ed. Terracota). Docente do Programa de Pós-Graduação em Letras e Coordenadora do Núcleo de Estudos Lusófonos do Centro de Comunicação e Letras. Coordenadora de Programas e Projetos – Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, Brasil.

e a legitimação das variedades linguísticas nacionais, valorizando a *unidade* na *diversidade* da lusofonia.

Palavras-chave: lusofonia; política; linguística; difusão linguística; CPLP.

Abstract:

Having in the context the dimension, the plurality and the complexity of the so called “Lusophone space”, we propose a reflection upon the conceptions of linguistics policies, seeking to focus the topics “diffusion” and “internationalization” of the language, mandatory issues in official speeches (such as the “Plano de Ação de Brasília” (Brasília Action Plan), in 2010, result of the “1st Conference on the Portuguese Language in the World System, promoted by the CPLP, or the forums of organisms like the ones from AULP and from IILP. One of the recurrent arguments in those speeches is the integration of that space to the *blend* of people, as said by the Angolan Ondjaki. However, it is necessary to consider the numberless challenges and difficulties in the formulation and implementation of objective policies, suitable to each context and effective to everyone. As part of this (especially at the account of experiences lived in the East Timor context), we believe in the need for seeking the strengthening and the dissemination of the Portuguese Language, as long as we defend the recognition and the legitimation of national linguistic variants, valorizing the *unity* in the diversity of the Lusophony. *Keywords:* Lusophony; linguistic policies; linguistic diffusion; CPLP.



Somados os dados populacionais dos países de língua oficial portuguesa (Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste) mais as comunidades da diáspora estima-se algo em torno de 250 milhões de usuários— total esse que embute, naturalmente, diversos graus de conhecimento, de proficiência e de presença do português nas interações cotidianas. São cerca de trinta mil quilômetros de fronteiras com outras línguas, um dos três únicos idiomas usados em todos os continentes, sendo que nenhum desses oito países tem por limite outro lusófono. Além disso, tem-se verificado, nos últimos anos, o crescimento e a valorização do português no mundo, acompanhando o destaque econômico e cultural de alguns dos países de língua oficial portuguesa.

Ainda no plano geopolítico-econômico, o português é língua administrativa e de trabalho de 27 organizações internacionais e língua oficial em seis (dos 17) blocos econômicos regionais: MERCOSUL – *Mercado Comum do Sul* (Brasil), UE – *União Europeia* (Portugal), ASEAN – *Associação de Nações do Sudeste Asiático* (Timor-Leste), SADC – *Comunidade da África Meridional para o Desenvolvimento* (Angola, Moçambique), CEEAC – *Comunidade Econômica dos Estados da África Central* (Angola e São Tomé e Príncipe), CEDEAO – *Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental* (Cabo Verde e Guiné-Bissau). Por fim, considerando as mídias sociais, o português é o 4.º idioma mais utilizado no Twitter¹, o 5º em usuários na Internet² e o 3.º no Facebook³.

Esse panorama, que situa o português em várias instâncias (dos números tradicionalmente ditos do plano sociogeográfico até dados que a modernidade do plano “geociber” impõe), possibilita a compreensão de suas muitas vias de “internacionalização⁴”, externas e internas. Olhar para o espaço de oficialidade do português permite caracterizá-lo não apenas pela sua expressiva extensão e pelas relações com outras nações não-lusófonas (o que exige políticas de internacionalização externas), mas também por realidades distintas, frequentemente assinaladas pela dimensão, pela condição socioeconômica, pela conjuntura política, pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – fazendo do português uma língua internacional “*no interior de nossas fronteiras*” (Castro, 2010: 67). Neste caso, o português, como língua do ensino, dos meios de comunicação e da administração pública funciona como veicular (internacional?) entre nacionais de línguas maternas várias... Enfim, essa comunidade vive e utiliza, singularmente, uma língua oficial comum, especificamente adjetivada em cada um dos seus múltiplos contextos, validando uma lusofonia dos que *também* falam português.

1 As línguas na internet, OLP, 2012. Disponível em: www.observatorio-lp.sapo.pt/pt/dados-estatisticos/as-linguas-na-internet/as-linguas-no-twitter. Acesso em 22/7/2013.

2 Internet World Users by Language – Top 10 Languages, 2010. Disponível em: www.internetworldstats.com/stats7.htm. Acesso em 22/7/2013.

3 Top 10 Fastest Growing Facebook Languages, 2012. Disponível em: www.socialbakers.com/blog/1064-top-10-fastest-growing-facebook-languages. Acesso em 22/7/2013.

4 Recorrendo a Castro (2010: 65-71), deve-se pensar a internacionalização do português considerando: (1) uma política europeia; (2) uma política global; (3) uma política para o espaço lusofalante; (4) uma política para o espaço nacional.

Para tratar de política lingüística (ou políticas lingüísticas?) nesse multifacetado universo, partimos de uma lusofonia concebida como um espaço simbólico – linguístico, evidentemente, mas, sobretudo, de cultura (Martins, 2006, 2014). Ainda mais: como espaço construído na intersecção de culturas que também se expressam em português; portanto, um espaço *inter(multi, trans)cultural*. Falamos de uma lusofonia cuja identidade se faz numa dinâmica contínua de conhecimento e de reconhecimento identitários, em que distinguimos diferenças e afinidades (Martins, Sousa e Cabecinhas, 2007). Reconhecemos a existência de uma lusofonia que só pode ser legítima se perceber os distintos papéis que a língua portuguesa assume em cada lugar, que se edifica pela evocação de sotaques vários e que, por fim, aponta para uma conceituação livre de desconfortos e complexos que a palavra pode carregar em discursos anacrônicos, ainda por sua identificação com uma centralidade da matriz lusitana em relação aos outros países de língua oficial portuguesa. A lusofonia que faz sentido – pela qual advogamos e capaz de instaurar diálogos entre culturas – tem centros em toda a parte (ou centro nenhum), como, de certo modo, pontuava, por exemplo, o filólogo brasileiro Celso Cunha, na segunda metade do século XX (1964: 34 e 38):

Chega-se assim à evidência de que para a geração atual de brasileiros, de cabo-verdianos, angolanos, etc., o português é uma língua tão própria, exatamente tão própria, como para os portugueses. E, em certos pontos, por razões justificáveis na România Nova, a língua se manteve mais estável do que na antiga Metrópole. [...] *Essa república do português não tem uma capital demarcada. Não está em Lisboa, nem em Coimbra; não está em Brasília, nem no Rio de Janeiro. A capital da língua portuguesa está onde estiver o meridiano da cultura.* (grifos nossos)

Assim, entendemos como única lusofonia viável uma lusofonia simultaneamente pluricêntrica (ou quem sabe “descêntrica”), marcadamente heterogênea, desvinculada de complexos e de representações estereotipadas – ou seja, a lusofonia verdadeira tem de ser *plural*; portanto, temos *lusofonias* – como propõe Mia Couto⁵.

5 Em entrevista ao jornal *O Estado de São Paulo*, de 19 de agosto de 2010, quando da 21.^a Bienal do Livro de São Paulo, ao tratar de Lusofonia, um dos temas daquela Bienal, Mia Couto afirma: “Acho importante questionar a ideia da lusofonia. E perceber que o

Refletir sobre lusofonia(s) é observar as funções que o português desempenha no âmbito de sua oficialidade, na diáspora e na sua representação pelo globo – respeitando especificidades, validando diferenças e considerando as semelhanças que, na verdade, estruturam uma noção de identidade (ou identidades) na(s) lusofonia(s). A esse cenário, juntamos vivências em língua portuguesa. Existências que traduzimos numa perspectiva de interação, de troca, de contatos, de intercâmbio cultural global, de certa habilidade intercultural que contribua para atenuar os desentendimentos entre os homens e para estabelecer pontes entre as diferentes culturas. Essa percepção de interculturalismo, aplicada ao contexto lusófono, faz partir do conhecimento de nós mesmos para aprendermos a “ressignificar” nossas próprias formas de comunicação e, deste modo, criar significados que façam sentido para os outros. Um entendimento adequado de lusofonia exige, por fim, que nos *conheçamos* para nos *reconhecemos* uns nos outros e uns diante dos outros.

Esse movimento da interculturalidade no domínio de uma língua comum, que reúne uma comunidade de lusofalantes é inquietante, obrigando-nos a ver que nossa interação com outros povos de língua oficial portuguesa possibilita partilhar uma língua que representa diferentes visões de mundo, que se entrecruzam e se *intercruzam*, mas que não se devem sufocar. Nesse caso, interessa a convivência da tolerância, a partir da consciência de que, falando uma mesma língua, ela pode ser tantas quantas as realidades que por ela se representam necessitem.

Nesse cenário marcado pela pluralidade, o tema política linguística propicia olhares vários sobre a dimensão, a posição, a expressão e a manutenção de uma dada língua. Pensar em política de língua significa falar de governos, de expansão, de poder, de internacionalização, revestindo a língua também de peso e valor econômicos. Falamos também de difusão, de educação e, sobretudo, de pessoas.

Por tudo isso, de saída, entendemos *política linguística* como “determinação das grandes decisões referentes às relações entre as línguas e a

conceito é plural: existem lusofonias. A ideia da comunidade lusófona é uma construção que corresponde a interesses políticos particulares. Os criadores culturais devem ser capazes de questionar esse modelo único que nos é proposto.” (Disponível em: <http://www.pglingua.org/especiais/espaco-brasil/2722-bienal-de-sao-paulo-discutira-a-lusofonia>. Acesso em 10/6/2013.)

sociedade” (Calvet, 2007: 11), parte de um binômio, ao lado da *planificação* (ou *planejamento*) *linguística*, que é a aplicação, a implementação prática de uma política, ou seja, “a passagem ao ato”, a sua realização concreta. Sobre esse par *política-planificação*, esclarece Lopes (2013: 72-3):

A planificação linguística consiste num conjunto de atividades que visa mudanças linguísticas numa determinada comunidade de falantes, e cuja intenção ao nível das autoridades competentes, assenta na manutenção da ordem civil, na preservação da identidade cultural e no melhoramento da comunicação. A política linguística consiste num corpo de idéias, leis, regulamentos e práticas que visa materializar a pretendida mudança linguística nessa comunidade.

Uma reflexão sobre a necessidade de *pensar* e de *efetivar* (“politicizar e planificar”) mudanças numa comunidade linguística pode partir de vários pontos. Uma abordagem da matéria seria o estudo individualizado das diretrizes determinadas (se houver) em cada país de língua oficial portuguesa. Outra é verificar a inserção dos tópicos *internacionalização e difusão do português*, discutidos em fóruns oficiais e acadêmicos, por conta da necessidade de divulgação, de propagação e de integração (ainda que as razões para isso sejam prioritariamente de ordem ideológica, política e econômica). Nesse campo, sabemos que não é unicamente a questão linguística que se coloca: estão em jogo relações e interesses diversos, além de protocolos de cooperação bi e multilaterais entre esses países.

Mais uma possibilidade de pensar o tema está no exame de discursos oficiais de cada Estado⁶ ou de organismos como a Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa – CPLP⁷. Essa organização intergovernamental reúne os oito países de língua oficial portuguesa e acolhe países com o estatuto de *observadores associados* (como a República da Guiné Equatorial, a República das Ilhas Maurícias, desde 2006, e o Senegal, desde 2008) e várias entidades da Sociedade Civil que assumiram, a partir de 2009, o

6 Ver nesse sentido, a título de exemplo, a análise dos portais governamentais dos países da CPLP realizada por Brito e Bastos (2013).

7 Não cabe aqui qualquer balanço quanto ao papel desempenhado pela CPLP; ocupamo-nos de referenciá-la como uma instituição reconhecida e de cujo material nos valem os adiante.

papel de *observadores consultivos*. Instituída a 17 de julho de 1996⁸, conforme seus Estatutos⁹, a CPLP tem como principais objetivos: “a concertação político-diplomática entre seus Estados-membros, nomeadamente para o reforço da sua presença no cenário internacional”; “a cooperação em todos os domínios, inclusive os da educação, saúde, ciência e tecnologia, defesa, agricultura, administração pública, comunicações, justiça, segurança pública, cultura, desporto e comunicação social”; “a materialização de projetos de promoção e difusão da língua portuguesa”. A estes objetivos ligam-se os *princípios* da CPLP, tais como: a igualdade soberana dos Estados-membros e a não-ingerência nos assuntos internos dos Estados; o respeito pelas diferentes identidades nacionais e pelas suas integridades territoriais; a reciprocidade de tratamento; o “primado da paz, da democracia, do Estado de direito, dos direitos humanos e da justiça social”; a promoção do desenvolvimento e da cooperação¹⁰. Destaca-se, também, o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), organismo da CPLP criado para dedicar-se à promoção da língua portuguesa como língua internacional de projeção global.

Dos vários fóruns que congregam representantes dos oito Estados-membros (EM) da CPLP, referenciamos a *I Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial*, realizada em março de 2010, em Brasília. Da Conferência resultou o *Plano de Ação de Brasília (PAB) para a promoção, a difusão e a projeção da Língua Portuguesa*¹¹, aprovado pela VIII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade, reunida na Cimeira de Luanda, em julho seguinte.

8 Embora instituída nessa data, importante passo para sua formação foi dado em 1989, em uma reunião dos Chefes de Estado e de Governo dos países de língua oficial portuguesa, realizada no Brasil, a convite do então Presidente José Sarney. A ideia primeira era a da criação um Instituto Internacional de Língua Portuguesa visando à promoção e à difusão do português. Antes disso, porém, várias personalidades se manifestaram acerca da necessidade da criação de um organismo dessa natureza.

9 CPLP (1996) “Estatutos”. Disponível em http://www.cplp.org/Files/Filer/cplp/CCEG/IX_CCEG/Estatutos-CPLP.pdf. Acesso em 2/7/2013.

10 CPLP, “Objectivos da CPLP”, 1996 (em <http://www.cplp.org/id-2763.aspx>). Acesso em 20/6/2013.

11 Plano de Ação de Brasília – PAB, 2010. Disponível em http://observatorio-lp.sapo.pt/Content/Files/Plano%20de%20A%C3%A7%C3%A3o%20de%20Bras%C3%ADlia_Mar_2010.pdf. Acesso em 20/5/2013.

Considerando questões como o fortalecimento do ensino do português, sua implantação em organizações internacionais, implementação do acordo ortográfico e a afirmação de sua importância para as diásporas oriundas dos países da CPLP, o “PAB” divide-se em partes, traçando linhas de atuação em torno de seis eixos:

- I. estratégias de implantação da Língua Portuguesa (LP) nas organizações internacionais;
 - a. estratégias de promoção e difusão do ensino de LP (tanto no espaço da CPLP como no seu fortalecimento como língua estrangeira, enfatizando a formação e a capacitação de professores, a edição e a difusão de materiais didáticos e pedagógicos e o reforço da utilização das TIC);
 - b. estado de desenvolvimento do Acordo Ortográfico (urgência da elaboração de um vocabulário comum);
- II. difusão pública da LP (incremento da utilização dos meios de comunicação de massa);
- III. importância da LP nas diásporas (incentivo ao português como língua curricular);
 - a. participação da sociedade civil (valorizando parcerias e o envolvimento dos cidadãos em geral).

O PAB, com visível ênfase às partes I e II, estabelece a necessidade do envolvimento e da “ação concertada e persistente dos Estados-Membros” com vistas à mundialização da LP (enfatizando o que chamamos de internacionalização *externa*). Nesse sentido, o documento assinala a urgência de algumas ações, por exemplo:

- a necessidade de criação de corpo de tradutores, formados e financiados pelos EM, para atuar na Organização das Nações Unidas e em organismos em que o português é língua oficial ou de trabalho, mas nos quais não há utilização efetiva do português;
- o apoio a candidaturas de EM da CPLP para organismos internacionais;
- a retomada de contatos, por exemplo, com Comissão da União Africana para “desenvolver projetos que contribuam para o reforço da presença do português na organização” (p. 3);

- o desenvolvimento de programas de formação educacional integral em LP (ensino de língua, disciplinas acadêmicas e profissionalizantes) para transmissão por meios de comunicação de massa;
- o projeto de uma CPLP-TV e o aprimoramento do *Portal da Língua Portuguesa* da CPLP.

Com o direcionamento sintetizado acima, somos levados a concordar com Correia (2012) ao referir-se ao PAB, destacando que a internacionalização de uma língua se fundamenta em aspectos outros (especialmente, políticos e econômicos) e não nos propriamente linguísticos:

O Plano de Ação de Brasília representa o referencial que baliza a ação da CPLP e de cada um dos seus Estados-membros no domínio da Língua. É um documento que propõe estratégias que encaram e assumem os desafios e as oportunidades da globalização, reconhecendo e manifestando que o peso internacional de um idioma assenta, não tanto em argumentos linguísticos como, acima de tudo, em causas de natureza política, econômica e civilizacional.¹²

No capítulo II (que ocupa a maior parte do documento), destinado a “Estratégias de promoção e difusão do ensino de LP”, há diretrizes para o ensino de LP no espaço da CPLP, focalizando:

- otimização de programas de cooperação de formação docente de LP e em LP, estendido a professores de todas as disciplinas;
- formação de professores de LP para o “conhecimento das especificidades do português, conforme o uso padrão em cada EM;
- incremento de programas de formação na Pós-Graduação para o fortalecimento do ensino universitário;
- desenvolvimento de materiais didáticos e pedagógicos que “atendam às características socioculturais, políticas, econômicas e linguísticas dos EM” (p.5);
- incentivo ao uso das TIC no ensino presencial e a distância, para todos os níveis de educação.

12 Conferência do Embaixador Eugénio Anacoreta Correia, Presidente do Observatório da Língua Portuguesa (OLP), no Seminário “Língua Portuguesa – Afirmção e valor”, realizado no dia 27 de setembro de 2012, em Macau. Disponível em <http://observatorio-lp.sapo.pt/pt/geopolitica/reflexoes/eac-conf-macau>. Acesso em 20/5/2013.

O item 5-i desse capítulo, embora sucinto, trata da necessidade de ações conjuntas para o desenvolvimento e o aperfeiçoamento de currículos que incorporem abordagens de ensino específicas para contextos multilíngues, característico da diversidade linguístico-cultural da esfera lusófona. As recomendações gerais, que poderiam alimentar Políticas e Planificações Linguísticas dos EM, distinguem a urgência de:

- 5.1 considerar o estudo, a preservação e o ensino das línguas nacionais de cada Estado;
- 5.2 compartilhar experiências já existentes em educação bilíngue (escrita de línguas ágrafas, desenvolvimento curricular e elaboração de material didático);
- 5.3 fomentar o intercâmbio de experiências na elaboração de matrizes curriculares e material didático adequado às diferentes situações sociolinguísticas dos EM da CPLP. (PAB, 2010: 6)

A observância e a reflexão desses três itens e das proposições voltadas para o fortalecimento do ensino de Português Língua Estrangeira (também referenciadas no documento), somadas aos outros pontos mencionados, poderiam contribuir para uma Política Linguística mais próxima das necessidades reais. Elementos presentes no PAB auxiliariam a formulação de Políticas e Planificações Linguísticas e Educacionais abertas e acessíveis, de modo a estabelecer conexões entre todos os intervenientes (Mateus, 2010: 73) por parte dos EM e, ainda, favorecer o viés de “internacionalização” da língua.

Também a situação do português língua materna exige ações que, por exemplo, conscientizem os cidadãos de que a língua que fala merece ser enriquecida, valorizada e trabalhada porque é parte do seu construto identitário, dando-lhe ainda o direito de ver reconhecida sua variedade sociocultural ou regional.

Além disso, nos espaços em que a língua portuguesa é oficial mas é igualmente língua segunda (ou terceira), desempenhando um papel de língua veicular e de escolarização, em convivência com as línguas nacionais, a prática necessita de outros elementos. Falamos, por exemplo, da questão linguística em países reconhecidamente multilíngues como Moçambique e Timor-Leste. É fundamental, por isso, na implantação bem

intencionada de qualquer política linguística, considerar a diversidade de contatos linguísticos e o fenômeno da variação linguística, alargando a visão da própria língua (que se materializa na multiplicidade de usos que dela se faz e nas relações que estabelece com as línguas nacionais) e tendo em conta a maleabilidade inerente às línguas vivas.

É o que pensamos do processo de difusão do português em Timor-Leste, do seu *status* de língua oficial e do papel que desempenha como tal e, quem sabe, como integradora num Moçambique de diversas línguas (Brito e Martins, 2004). Nesse caso, referimos como indispensável, por exemplo, a contribuição de linguistas como Armando Jorge Lopes (1997, 2002, 2013), com reflexões e recomendações sobre Política e Planificação Linguística em Moçambique (perfeitamente aplicáveis a outros contextos multilíngues) e com trabalhos descritivos contrastivos sobre o português moçambicano e sua relação com as línguas bantu (termo recomendado pelo autor para as línguas faladas há séculos em Moçambique)¹³. Como referimos em outra ocasião, a diversidade etnolinguística que caracteriza o atual espaço moçambicano precisa considerar o uso das diferentes línguas (locais, português e línguas estrangeiras, nomeadamente o inglês), que indivíduos praticam nas variadas situações de interação comunicativa, reconhecendo os papéis sociais que as línguas portuguesas e autóctones desempenham, como resultado da sua incorporação nas atividades sociais ocorrentes em Moçambique. Tal reconhecimento é importante, uma vez que, como se verifica em Timor-Leste, com o papel desempenhado pela língua tétum, não há uma língua local que sirva como integradora do território. Em Moçambique não existe uma dessas línguas que possa funcionar como língua nacional, pelo menos até o momento (Brito, 2013: 119).

Voltando-nos para Timor-Leste, no contexto asiático, nossas experiências com ações voltadas para a difusão e manutenção do português pautam-se no reconhecimento e na legitimação da variedade do português timorense. Como se sabe, o ano de 2012 celebrou os dez anos de Timor independente; assinalou simbolicamente os 500 anos do primeiro encontro

13 Ainda sobre Moçambique, cabe referir que, já em 1994, Lopes sugeria nova política linguística para o pós-guerra civil, "com o pressuposto de que a promoção das línguas indígenas deveria implicar a aquisição de estatuto de língua oficial (não apenas a sua utilização como expressão de etnicidade) e de que o Português teria de ser promovido como língua de ligação a nível nacional" (Lopes, 1997: 10).

dos timorenses com os portugueses; marcou, também, o centenário da primeira revolta contra a administração colonial (base do nacionalismo timorense). Lembremos, também, que ainda na época colonial, no decorrer da 2ª Grande Guerra, Timor-Leste foi ocupado duas vezes: em 1941, pelo exército australiano e, em 1942, pelo japonês. Trinta anos depois, o território foi invadido pela Indonésia, numa incursão que se prolongou até 1999. Depois do período da Administração Transitória das Nações Unidas, em maio de 2002, o país passou a ser a *República Democrática de Timor-Leste* – desde então, muitas e diferentes ações para a promoção linguística do português vêm sendo propostas por timorenses, com forte apoio e investimentos, especialmente de Portugal e do Brasil, com projetos de várias naturezas (formais, não-formais, religiosas, etc.).

O país apresenta um quadro multilíngue que engloba, além do tétum (língua oficial e nacional), o português (língua oficial) e dezenas de línguas maternas locais. Além disso, devido aos vinte e quatro anos de dominação Indonésia (que representaram a proibição do uso da língua portuguesa e a minimização do emprego do tétum), parte da população (sobretudo os adultos jovens) se expressa em língua indonésia, imposta nesse período. Não se pode, portanto, ignorar que o português não é a língua da maioria da população timorense, podendo ser considerado como a segunda língua (depois do tétum) e, para muitos, a terceira língua, depois da sua língua local e do tétum. No entanto, especialmente no período “pós-1999”, a língua portuguesa tem se mostrado fator relevante no aspecto identitário timorense: um povo de cultura híbrida (cerceado em suas manifestações durante a ocupação indonésia) dialoga com sua realidade multicultural e com as marcas do processo colonial.

Não são poucas as vezes em que a língua portuguesa e os valores culturais têm sido mencionados como capitais para a integração de Timor-Leste na comunidade internacional e como saída para o desenvolvimento da nação independente – como, por exemplo, o discurso de Geoffrey Hull (2000)¹⁴ sobre as relações entre língua, identidade e política educacional proferido no Congresso Nacional Timorense, em 2000 (quando se discutia o estabelecimento das línguas oficiais no país independente), ressaltando o papel do português na constituição identitária timorense e a colabora-

14 Linguista australiano, profundo conhecedor das línguas e cultura da região.

ção que este pode continuar a dar para o fortalecimento e a promoção do tétum.

Na verdade, a função e a necessidade da revitalização da língua portuguesa no país ainda são temas muito discutidos. No país independente, a política oficial abriu-se para associações comunitárias com os demais países de língua portuguesa (como recomendam vários documentos que podem ser encontrados na página oficial da CPLP disponível na internet). Embora não seja consensual, forte tendência compreende o português como elemento capital tanto para a preservação das línguas nacionais, quanto para a salvaguarda da identidade nacional – referência que pode ser encontrada tanto em discursos políticos, quanto em artigos científicos acadêmicos e em depoimentos de populares timorenses (cf. Brito, 2010, 2013a, 2013b). Nas palavras do atual Presidente da República, Taur Matan Ruak:

Do nosso contato com outras culturas e outros povos resultaram coisas positivas. É disso prova o sentimento da nossa identidade nacional, marcado pela fé católica, a língua portuguesa e a forte ligação a valores de cultura universais que unem oito países de quatro continentes, a família CPLP.¹⁵

Do outro lado, também no escopo da cooperação internacional, a questão linguística timorense é abordada com frequência pela comunidade lusófona em geral, conforme destaca o PAB, no item (II, i, 8):

Atender as especificidades e os desafios da língua portuguesa em Timor-Leste e apoiar os esforços de reafirmação da língua portuguesa neste Estado-Membro, nomeadamente no âmbito do Plano Estratégico de Apoio a Timor-Leste. (PAB, 2010: 4)

A manutenção do português, língua de cultura, como língua oficial *de e em* Timor-Leste depende muito do estabelecimento de séria política educacional por parte das autoridades locais, da mobilização e do envolvimento dos vários setores da sociedade timorense, da disposição da população

15 Discurso proferido na comemoração do 13.º aniversário do referendo para a autodeterminação do povo de Timor-Leste – 30 de agosto de 2012. Disponível em www.timor-ruak.blogspot.com.br. Acesso em 30/8/2012.

e também do apoio (em via de mão dupla) dos países lusófonos. Nesse sentido, adverte Mateus (2010: 76):

A presença do português nos países multilíngues tem funções de extrema importância sociocultural, e não se restringe à capacidade de os falantes de línguas nacionais comunicarem com os países estrangeiros. Na realidade, a língua portuguesa é seguramente, nesses cenários, um enriquecimento dos falantes por ficarem a conhecer uma língua além da sua própria. Além disso, o português pode instituir-se como uma ponte entre culturas e línguas, estatuto que só se consegue se os países que partilham a mesma língua, quer como materna quer como veicular, trabalharem em conjunto.

Na perspectiva explicitada por Mira Mateus, como exemplo desse tipo de apoio – um “apoio-intercâmbio” – voltado para a difusão do português em contexto multilíngue, citamos o projeto *Universidades em Timor-Leste – 2004*, que contou com o suporte do Ministério das Relações Exteriores do Brasil e de diversas instâncias governamentais de Timor-Leste e com o financiamento da Infraero (Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária).

Inserido num plano de educação não-formal, de difusão do português voltado especialmente para jovens timorenses, tratou-se de projeto concebido e executado pela associação de docentes de três universidades brasileiras¹⁶ com a reitoria¹⁷ da Universidade Nacional de Timor-Leste (UNTL), levando graduandos brasileiros para ministrar cursos livres de sensibilização de jovens timorenses para a comunicação em língua portuguesa. O fundamento da ação foi a aproximação pela cultura musical e literária: timorenses, de diferentes gerações, manifestaram seu gosto por músicas brasileiras, o que serviu de motivação para a estruturação de um projeto de cooperação que não apenas deixou um contributo aos timorenses, mas fez dessa uma atividade indissociável de aprendizado também para os jovens brasileiros: trabalhando juntos, com sentimento

16 Universidade Presbiteriana Mackenzie, Universidade de São Paulo e Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

17 Na ocasião, a reitoria da UNTL tinha à sua frente o linguista Benjamim de Araújo Cortes-Real, atual Diretor do Instituto Nacional de Linguística de Timor-Leste.

de partilha e solidariedade, aprendemos todos uns com os outros; sobre eles e sobre nós mesmos.

Muitos dos participantes timorenses ainda se correspondem conosco, graças às possibilidades do mundo virtual. Alguns puderam acompanhar, em 2012, o desenvolvimento de iniciativa idealizada pela atual Reitoria¹⁸ da UNTL (em consonância com as diretrizes do PAB), que levou um grupo de 36 docentes lusófonos para atuação junto aos primeiros anos de vários cursos de graduação daquela universidade. Tratou-se de um investimento dos próprios timorenses, em projeto desenhado pela UNTL: docentes visitantes lusófonos ministrando aulas e elaborando material didático em língua portuguesa em interação com docentes timorenses, recebendo a primeira geração de jovens a ingressar na universidade, após a escolarização básica feita em língua portuguesa, no país independente.

A ação foi positiva do ponto de vista didático-pedagógico e da interação entre alunos e professores, embora os docentes tenham enfrentado entraves de ordem financeira. Diversos pontos mereceriam uma reformulação numa nova versão, na qual muitos dos atores precisariam estar mais conscientes da intencionalidade da proposta original. Desejar, planejar, divulgar e sensibilizar para se chegar à concretização são, portanto, desafios inevitáveis para o sucesso de qualquer ação: as palavras propostas precisam de empenho e comprometimento dos indivíduos para ter vida além do papel. Se uma “política de língua aparece invariavelmente ligada ao Estado e sua aplicação constitui uma intervenção direta e voluntária do poder político no domínio da língua” (Calvet, 1999: 155), o desafio, muito além desses indicativos, reside, sobretudo, nas dificuldades de sua implementação: onde, como, por que, para quê e para quem é feita uma política de língua e sua implantação. Ainda mais: a sua efetivação depende, sem qualquer dúvida, da “disposição” e da “vontade” política – sem perder a dimensão de que são as línguas que existem para servir aos homens, e não o inverso.

Neste ponto, retomamos Ondjaki (2004), evocado no título desta exposição:

18 Em 2012, respondia pela reitoria da UNTL o sociólogo Aurélio Guterres.

À mistura estão as pessoas – que são as margens da cultura, e os destinos da Língua revistos por aqueles que a manejam como utensílio cotidiano. Que esta linguagem seja, pois, ferramenta e prazer, veículo seguro mas maleável; que as gerações vindouras nela vejam molde aberto para memória e labor criativo. Porque bonitas são as Línguas depois de manejadas e celebradas pelas pessoas.

Políticas de afirmação, de divulgação, de difusão ou mesmo de internacionalização de uma língua – e, por conseguinte, das muitas culturas por ela representadas – tanto necessitam de empenho e seriedade na sua condução, quanto devem se amoldar aos contextos socioculturais e linguísticos específicos aos quais se aplica. Assim, embora coesa e coerente, uma Política Linguística eficaz, eficiente e adequada deve, sim, indissociada da Planificação, ser flexível e adaptável aos distintos espaços, considerando como centro as pessoas que “estão à mistura” e que ali se fazem; mas precisam, igualmente, do envolvimento e da lisura das pessoas que têm o poder de (e deveriam) *fazer*.

Fica a expectativa de que as políticas (adjetivadas ou não), assentes no princípio da parceria e da responsabilidade compartilhada, se possam pautar numa ética *de* pessoas *para* pessoas. Como vimos, o contato, por exemplo, com o discurso oficial de um organismo internacional como a CPLP revela um imaginário de língua portuguesa quase homogênea nos oito EM, não realçando a complexidade, a maleabilidade e a pluralidade que caracterizam os espaços, as histórias, os sons, as gentes da lusofonia – nas palavras de Martins (2013: 10) “as figuras de lusofonia e de comunidade lusófonas não remetem para um imaginário único. Direccionam, sim, obrigatoriamente, para múltiplos imaginários lusófonos.” Por fim, a experiência que pudemos ter, vinculada a uma proposta de difusão do português em contexto universitário – em que os obstáculos fugiram às questões pedagógicas ou pontualmente linguísticas –, nos fizeram ver, com alguma intensidade, que as pessoas (aquelas responsáveis por qualquer e toda política, PAB e Acordos...) não podem ignorar as *pessoas do afeto da mistura*.

Referências

- BRITO, R.P. de (2013 a). *Língua e identidade no universo da lusofonia. Aspectos de Timor-Leste e Moçambique*. São Paulo: Editora Terracota.
- BRITO, R.P. de (2013 b). Papel do português em Timor-Leste. *Revista de Estudos na Cultura*, 104 (ref. 2011): 79-99.
- BRITO, R.P. de (2010). Moçambique e Timor-Leste: realidade multilíngue e oficialidade lusófona. In M. J. Marçalo, M. C. Lima-Hernandes, & E. Esteves (eds.). *Língua Portuguesa: ultrapassar fronteiras, juntar culturas* (pp.71-92). Évora: Universidade de Évora.
- BRITO, R.P. de, Barbosa, N. (2011). Percepções da lusofonia em portais governamentais. In M. de L. Martins (Dir.), *Anuário Internacional da Comunicação Lusófona* (pp. 105-119). Braga: Grácio Editor.
- BRITO, R.P. de, Martins, M. L. (2004). *Moçambique e Timor-Leste: onde também se fala o português*. III Congresso da Sopcom (Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação). Covilhã: UBI.
- CALVET, L.-J. (1999). *Pour une écologie des langues du monde*. Paris: Plon.
- CALVET, L.-J. (2007). *As políticas linguísticas*. São Paulo: Parábola Editorial: IPOL.
- CASTRO, I. (2010). As políticas linguísticas do português. *Textos seleccionados*. XXV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística (pp. 65-71). Porto: APL.
- CORREIA, E. A. (2012). Seminário “Língua Portuguesa – Afirmação e Valor”, 27 de setembro de 2012, em Macau. Disponível em: <http://observatorio-lp.sapo.pt/pt/geopolitica/reflexoes/eac-conf-macau>. Acesso em 20/5/2013.
- CPLP (Estatutos e Objectivos) (1996). Disponível em <http://www.cplp.org>. Acesso em 2/6/2013.
- CUNHA, C. (1964). *Uma política do idioma*. Rio de Janeiro: S. José.
- HULL, G. (2000). *Timor-Leste – identidade, língua e política educacional*, – Edição bilingue tétum-português. Lisboa: Instituto Camões.
- Internet World Users by Language – *Top 10 Languages, 2010*. Disponível em www.internetworldstats.com/stats7.htm. Acesso em 22/4/2013.
- LOPES, A. J. (2013). *A Batalha das línguas. Perspectivas sobre linguística aplicada em Moçambique* (1.ª ed. 2002). Luanda: Editora das Letras.
- LOPES, A. J. et al (2002). *Moçambicanismos. Para um léxico de usos do Português Moçambicano*. Maputo: Livraria Universitária.
- LOPES, A. J. (1997). *Language Policy: principles and problems*. Maputo: Livraria Universitária (Universidade Eduardo Mondlane).

- MARTINS, M. L. (2014). Língua Portuguesa, globalização e lusofonia. In Bastos, N. (org.). *Língua Portuguesa e Lusofonia* (pp.15-33). São Paulo, EDUC – IP-PUC.
- MARTINS, M. de L. (2013). A lusofonia como imaginário da pluralidade e da diferença (prefácio). In R. P. Brito, *Língua e identidade no universo da lusofonia. Aspectos de Timor-Leste e Moçambique* (pp. 9-14). São Paulo: Editora Terracota.
- MARTINS, M. de L. (2006). Lusofonia e lusotropicalismo. Equívocos e possibilidades de dois conceitos hiper-identitários. In N. B. Bastos, *Língua Portuguesa: reflexões lusófonas* (pp. 49-62). São Paulo: EDUC.
- MARTINS, M. L.; Sousa, H. & Cabecinhas, R. (eds.) (2007). Lusocom: estudo das políticas de comunicação e discursos no espaço lusófono. In Ledo, M. (org.). *Comunicación Local no Espazo Lusófono* (pp. 301-310). Santiago de Compostela: Agacom.
- MATEUS, M. H. M. (2010). Uma política de língua para o português. In *Textos Seleccionados*, XXV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística (pp. 73-78). Porto: APL.
- Observatório da Língua Portuguesa (OLP). *As línguas na internet*, OLP, 2012. Disponível em www.observatorio-lp.sapo.pt/pt/dados-estatisticos/as-linguas-na-internet/as-linguas-no-twitter. Acesso em 22/4/2013.
- ONDJAKI (2004). Outras margens da mesma língua – Conferência “A Língua Portuguesa: Presente e Futuro”. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian (6 e 7 de dezembro), Disponível em <http://www.ciberduvidas.com/antologia.php?rid=726> Acesso em 12/8/2012.
- PAB – Plano de Ação de Brasília para a Promoção, a Difusão e a Projeção da Língua Portuguesa (2010). Disponível em http://iilp.files.wordpress.com/2011/06/plano-de-ac3a7c3a3o-de-brasc3adlia_mar_20101.pdf. Acesso em 8/6/2012.
- RUAK, T. M. (2012). Discurso proferido no 13.º aniversário do Referendo para a autodeterminação do povo de Timor-Leste (30 de agosto de 2012). *Top 10 Fastest Growing Facebook Languages*, 2012. Disponível em www.socialbakers.com/blog/1064-top-10-fastest-growing-facebook-languages. Acesso em 22/4/2013.

LUSOFONIA E GLOBALIZAÇÃO

A possibilidade de refazer utopias

LUSOPHONY AND GLOBALIZATION

The possibility for remaking utopias

José Eduardo Franco *

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA /CLEPUL
joseduardofranco@gmail.com

Resumo:

A “Lusofonia” é um conceito plurissignificativo e encerra um ou vários projetos de posicionamento geoestratégico dos países de língua oficial portuguesa e/ou que têm o português como parte do seu património linguístico. Apesar deste conceito recente significar essencialmente (ou melhor, oficialmente) o projeto político de afirmação de uma comunidade linguística com dimensão importante no jogo de forças das línguas a nível planetário, ele tem atrás de si um determinado ideal de universalidade configurado no quadro da expansão moderna de Portugal como reino cristão europeu. Partindo do debate em torno do(s) conceito(s) e do(s) projeto(s) de Lusofonia, procuraremos perscrutar as suas raízes míticas e utópicas patentes em projetos antigos de reorganização do mundo, nomeadamente o ideal do Quinto Império e as suas metamorfoses no decurso da história das ideias em Portugal. Procuraremos analisar criticamente de que modo alguns elementos do arsenal mítico e utópico de modelo de reorganização, sob égide lusófona, de um mundo globalizado se decalca, reinterpreta e atualiza no projeto de comunidade lusófona e/ou em projetos de mediação global de que a língua portuguesa seria instrumento.

Palavras-chave: Lusofonia, globalização, mito, utopia, metamorfoses.

* Historiador, doutorado pela EHESS (Paris), diretor do Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias da FL da UL. Coordenou projetos de investigação como o *Dicionário Histórico das Ordens*, a *Obra Completa do Padre Manuel Antunes* (14 vols.) e o projeto *Arquivo Secreto do Vaticano* (3 vols.). Da sua bibliografia destacam-se os estudos sobre Vieira, os Jesuítas e o Marquês de Pombal. Dirigiu com Pedro Calafate o projeto luso-brasileiro “Vieira Global” para publicação da *Obra Completa do Padre António Vieira* (30 vols.). Tem em preparação um *Dicionário do Padre António Vieira* e edição da obra seleta deste autor em 12 línguas de grande circulação internacional. Coordena o projeto “Cultura em negativo” para publicação na INCM de um *Dicionário dos Antis* e de uma *História da Cultura Portuguesa em Negativo*.

Abstract:

“Lusophony” is a multi-significant concept, containing one or various geostrategic positioning projects from the countries of official Portuguese language and/or with Portuguese as part of their linguistic patrimony. Although this recent concept signifies essentially (or rather, officially) the political project of a linguistic community affirmation with an important dimension in the languages’ games of power at a planetary level, it has behind it a certain ideal of universality, configured in the frame of Portugal’s modern expansion as a European Christian kingdom. Departing from the discussion around Lusophony concept(s) and project(s), we will try to peer its mythical and utopic roots, exhibited in ancient projects of reorganization of the world, namely the ideal of Fifth Empire and its metamorphosis in the course of Portugal’s History of Ideas. We will seek to critically analyse the way some elements of the mythical and utopic arsenal of a reorganizational model, under Lusophone aegis, of the globalized world are based on, reinterpreted and actualized in the project of a Lusophone community and/or in projects of global mediation, within which the Portuguese language would be an instrument.

Keywords: Lusophony; globalization; myth; utopia; metamorphosis.



As línguas são como as sementes lançadas à terra. São como as plantas: nascem dos cadáveres umas das outras.

Andreas Farmhouse

Mais do que objeto de mera curiosidade histórico-linguística, ou até histórico-cultural, a ideia de lusofonia é hoje tema em que são investidos paixão e interesses, que têm a ver não apenas com aquilo que os países lusófonos são como língua e cultura no passado, mas também, sobretudo, com o presente e com o destino do ‘continente imaterial’ de sonhos e horizontes de futuro que essas nações constituem.

Moisés de Lemos Martins

É fascinante a aventura das línguas.

As línguas são organismos vivos e são, por excelência, metamórficas. As línguas nascem, crescem, modelam-se e modelam, perduram... Muitas desaparecem ou, na maior parte, transmutam-se noutras línguas, sempre

numa permanente demanda da “língua perfeita” (Eco, 1996). Na verdade, as línguas nascem umas das outras. Este é o cartão de identidade de todas as línguas que conhecemos, se atendermos a uma análise na longa duração.

As línguas agarram-se à nossa pele, povoam o nosso sangue, fazem parte de nós, são da nossa carne. Por isso, é custosa toda a mudança que se queira fazer à língua que bebemos com o leite materno. Mudar a língua que aprendemos é como mudar o corpo. Arrancar letras ou acentos das palavras que fomos habituados a marcar com ternura ou com violência na nossa carne é como se nos arrancassem um membro.

As línguas colonizam e são colonizadas. Fazem nascer cultura e nascem das culturas e das mentalidades que dizem e em que são ditas. Modelam e são modeladas. São a expressão de um processo simbiótico contínuo, longo, quase invisível, mas que se vai tornando visível quase sem nos apercebermos (Martins, 2006: 80-81).

A língua é, acima de tudo, uma espécie de ser vivo em permanente transformação. Querer tomar a língua como uma estrutura pura, imobilizada no tempo, intocável, é sofrer de miopia histórica e não entender o caráter dinâmico da língua. As línguas não nascem sequer de um princípio único, resultam de muitos contributos e influências. Querer afirmar a matriz pura de uma língua ou querer garantir a todo o custo a sua alegada pureza constitui uma espécie de fundamentalismo semelhante a quem deseja encontrar na origem das nações uma raça pura, única, imaculada, distinta. Este posicionamento acaba por configurar uma forma de “eugenismo” linguístico.

As línguas são a expressão da humanidade diversa, rica em expressões e possibilidades que interagem e formam a pletera humana que faz a sua grandeza e a sua maior riqueza.

A língua que chamamos “Portuguesa” é da grande família das línguas românicas que foi gerada na erosão da língua latina por via popular, elevando-se depois na modernidade a língua com estatuto autónomo e de comunicação intercontinental.

A língua portuguesa nasceu da matriz latina fundamental, mas a sua pele traz pigmentos terminológicos dos povos que primordialmente aqui habitaram no território que hoje se diz Portugal. Recebeu termos vindos dos fenícios, dos gregos, dos celtas, dos povos bárbaros do Norte e do Centro da Europa. O seu enriquecimento e fortalecimento como língua de

império fez-se no contacto com outros povos e outras línguas com quem entrou em interação, a que Roberto Carneiro designou como uma “permanente dialéctica identitária” (*apud* Costa & Lacerda, 2007: 7 e ver 124 ss.)

Se hoje temos a língua que temos devemos-lo aos contributos de muitos povos e culturas com quem nos relacionámos historicamente como povo, em particular a partir da Época Moderna. Esses povos também são construtores da nossa língua que depois quiseram fazer sua. Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Timor e a velha Galiza são hoje países e nações irmãs que ajudaram a ter a língua universal que temos (Brito, 2013: 51).

A língua portuguesa assumiu, entretanto, o cognome de “lusa” com o sentido de se afirmar como língua universal em contexto de globalização, designando uma comunidade intercontinental de falantes capaz de ombrear com outras importantes comunidades linguísticas do nosso planeta (*Ibidem*: 51).

É certo que a nossa língua, como todas as línguas, transporta consigo memórias de construção e de desconstrução, de domínio e de subjugação. As línguas trazem as marcas dos mitos e das utopias de domínio, mas também os genes de uma reconciliação possível. Pela sua geometria e expressão do fenómeno humano atuante no tempo e na história, as línguas são tanto pontes de encontro, instrumentos de diálogo e de aproximação, como armas de segregação, de domínio e de anulação do outro. A língua é uma arma poderosa: serve para declarar a guerra ou para exprimir sonhos de paz e de amor.

O sentido e o uso que se lhe confere é que orientam a sua agulha em favor ou em desfavor de um projeto de dignificação do humano, na diversidade das suas expressões identitárias.

Esta é cruz da Lusofonia e a arena da sua envolvência polémica: a língua portuguesa afirmou-se como língua de império, foi instrumento de dominação. Foi uma língua colonial. No entanto, não se limitou a colonizar, mas foi também colonizada.

Essa memória iniludível faz parte do património desta nossa língua. Todavia, se queremos fazer dela uma língua de convívio pacífico entre povos irmanados através deste instrumento de comunicação comum urge, sem escamotear o passado mas encarando-o de frente, que consideremos esta língua como tendo sido construída por todos aqueles que a falam (cf.

Burget, 2013: 42-47). Como bem alertou Eduardo Lourenço apontando o único sentido aceitável da construção de uma comunidade lusófona, ou seja, isso mesmo, a construção de “comunidade”:

A lusofonia não é nenhum reino mesmo encartadamente folclórico. É só – e não é pouco, nem simples – aquela esfera de comunhão e de compreensão determinada pelo uso da língua portuguesa com a genealogia que a distingue entre outras línguas românicas e a memória cultural que, consciente ou inconscientemente, a ela se veicula. Neste sentido, é um continente imaterial disperso por vários continentes onde a língua dos cancioneiros de Fernão Lopes, de Gil Vicente, de Bernardino, de Pêro Vaz de Caminha, de João de Barros, de Camões se perpetuou essencialmente na mesma que lhe chamamos ainda portuguesa e outra na modelação que o contacto com novas áreas linguísticas lhe imprimiu ao longo dos séculos. (Lourenço, 1999: 174)

Há que fazer, em corresponsabilidade e sem descurar uma necessária tensão criativa, um permanente exercício político e cultural de desminagem ideológica da língua e dos projetos de dominação que ela pode transportar, se queremos criar uma rede global de países e nações lusófonas onde todos sejam tratados por igual e possam construir juntos uma comunidade coesa e marcada pela unidade da língua e pela riqueza da diversidade de culturas e de outras línguas que devem ser de igual modo preservadas como património imaterial indispensável da humanidade.

Nenhum país pode ser considerado o dono a língua (Martins, 2006). A língua é de quem a fala (cf. Cristóvão: 2008). Indo mais a fundo nesta análise do poder da língua e do poder sobre a língua, poderíamos dizer com a sagacidade magistral de Eduardo Lourenço que “dessa língua, os portugueses são os atuantes primeiros na ordem cronológica, mas isso não lhes dá nenhum privilégio de ‘senhores da língua’, que é sempre senhora de quem a fala” (Lourenço, 1999: 164).

Somos todos condóminos de um mesmo edifício linguístico, com responsabilidades iguais no seu melhoramento e progresso. Assim o pensaram e defenderam grandes linguistas dos quais é bem representativo Lima Sobrinho:

Há que pensar num idioma que não seja monopólio de portugueses e brasileiros (...). Nenhuma nação do mundo pode ter a pretensão pueril de querer ditar normas e usos linguísticos às demais. No caso, o que todas as nações devem fazer é proceder ao conhecimento das diferenças, sempre em busca de uma unidade superior. Até porque a norma culta da língua estará sempre onde houver o desenvolvimento de cultura e civilizações como hoje ninguém ignora. Sem outras palavras, todas as nações do mundo lusofónico falam a mesma língua, mas cada um a seu modo. (Sobrinho, 1989: 16 e 17)

Se as línguas transportam projetos de dominação e de anulação do Outro, também podem transportar utopias de paz e de concórdia, fixar ideais de tolerância e ideais de fraternidade e boa convivência entre os povos (cf. Pinto, Calazans e Franco, 2013).

A língua portuguesa sempre foi veículo de sonhos e de utopias de educação, de cultura nova, mas também de reconciliação da humanidade. Há um património ético, uma constelação de valores pensados, proclamados e fixados na nossa língua que podem ser revisitados, recuperados e potenciados para construir uma comunidade de falantes em função de um futuro que poderemos construir em conjunto. Sintonzamo-nos aqui com Fernando Cristóvão e a sua ideia de Lusofonia como espaço de ecumenismo cultural que vale a pena relevar:

Tem sido importante para todos os países que têm a língua portuguesa como sua língua também, em uso materno ou oficial, a sua integração no mundo lusófono.

Desta vivência em comum, têm-se acumulado durante séculos coloniais valores diversificados de cultura e de ética, favorecendo a construção da Unidade e a aprendizagem da diversidade.

E, precisamente porque a unidade não tem impedido, antes defendido, a diversidade, é que a Lusofonia não significa limitação cultural ou social, antes interiorização e vivência de uma dimensão ecuménica, dimensão esta cada vez mais necessária no nosso tempo.

Ecumenismo que, estando já contido no interior da língua e da cultura portuguesas e reforçado na sua história recente da passagem da Lusitanidade à Lusofonia, importa alargá-lo a todo o espaço lusófono, adotando também os contributos do multilinguismo linguístico e cultural. (Cristóvão, 2012: 23)

Uma nova identidade pode ser erguida com o contributo das diferentes tradições e culturas. Será a comunidade intercontinental de falantes lusófonos necessariamente uma comunidade multi-identitária. Urge, pois, capitalizar esta longa viagem, feita de encontros e desencontros, de povos construtores de uma língua comum, reconhecendo cada um o valor do outro, como bem enuncia Fernando Cristóvão: “A viagem rumo à Lusofonia tem sido longa de séculos, feita de muitas viagens, viajantes, momentos de euforia e disforia, em processo de maturação permanente” (Cristóvão, 2008: 45).

Podemos agora destacar, de forma exemplificativa, tópicos ideográficos de autores emblemáticos da cultura portuguesa (estas marcas encontramos também em todas as culturas que compõem os países lusófonos) que exararam pensamento na nossa língua, perspetivando-a como capaz de construir uma nova universalidade. Este pensamento utópico, e a sua inerente ideografia de um mundo novo, foi enriquecido no contacto com diferentes povos e culturas do mundo, tendo sido veículo de pensamento utópico globalizante em vista da possibilidade-desejo de construção de uma humanidade melhor à luz dos valores e mundividências próprios do seu tempo¹.

Recuemos ao século XVI e à primeira tentativa de codificar gramaticalmente a nossa língua em processo de consolidação como língua de circulação internacional. Fernão de Oliveira, humanista pioneiro e primeiro gramático do português, reconheceu na língua o instrumento por excelência de educação e de criação de uma comunidade mais coesa. Afirmou, pois, a língua como criadora de civilização e garantia de auto-determinação. Assim escreveu na introdução à primeira *Gramática da Língua Portuguesa*, publicada em 1536:

(...) que a possamos ensinar a muitas outras gentes e sempre seremos delas louvados e amados, porque a semelhança é causa do amor, e mais nas línguas; “agora que é tempo e somos senhores (...), porque melhor é que ensinemos a Guiné cá, que sejamos ensinados de Roma. E não desconfiemos da nossa língua, porque os homens fazem a língua, e não a língua os homens. (Oliveira, 2013: 57)

1 De forma mais abrangente, estes marcos de tolerância patentes e ditos em língua portuguesa poderão ser consultados na nossa obra em edição intitulada *Portugal Tolerante* (2013).

Logo na abertura da década seguinte, João de Barros, de cujos filhos Fernão de Oliveira tinha sido preceptor, ressalta, nessa primeira metade do século XVI em que se afirmava já a língua portuguesa como língua de circulação internacional, o poder de perduração do património imaterial, que constitui a língua mais do que os patrimónios materiais, “pois é certo que mais pode durar um bom costume e vocábulo, que um padrão” (Barros, 1540: 58).

À semelhança das grandes línguas, à nossa língua foi destacada logo no tempo da sua grande construção moderna a capacidade de absorção coparticipada de contributos de outras línguas, que fazem do português uma espécie de *corpus* linguístico onde se reflete a cultura de outros povos, conferindo-lhe um selo de pluralismo e de universalidade ainda mais eloquente. Como muito bem apontou Moisés de Lemos Martins, no luminoso prefácio ao livro recente de Regina Pires de Brito sobre *Língua e identidade no universo da Lusofonia*, “as figuras de lusofonia e de comunidade lusófona não remetem para um imaginário único. Direccionam, sim, obrigatoriamente, para múltiplos imaginários lusófonos” (Martins, 2013: 10).

O nosso épico Luís de Camões ergue a portuguesa língua ao estatuto de tradutor do sentimento de um povo engrandecido por gestas cantadas, numa obra que marcou a literatura universal: *Os Lusíadas*. Esta epopeia – acima de tudo uma *epopeia gnosiológica*, ou seja, de (re)conhecimento do mundo –, recobra a contemplação literariamente embevecida perante o conhecimento do mundo permitido pelos portugueses nas viagens marítimas que construíram a primeira globalização:

Vês aqui a grande máquina do Mundo,
Etérea e elemental, que fabricada
Assi foi do Saber, alto e profundo,
Que é sem princípio e meta limitada.
Quem cerca em derredor este rotundo
Globo e sua superfície tão limitada,
É Deus: mas o que é Deus ninguém o entende,
Que a tanto o engenho humano não se estende.
(Camões, X, 80)

Um dos grandes prosadores de seiscentos, António de Sousa de Macedo, destacou este carácter plástico e eclético da nossa língua, que lhe granjeia essa dimensão de universalidade:

(...) es tan copiosa la lengua Portuguesa, que no solamente tiene todas las palabras de las otrasno_s más. Y si otra lengua tiene alguna de las dichas palabras

No mesmo século XVII, o incontornável pregador barroco Padre António Vieira, elevado ao estatuto de Imperador da Língua Portuguesa, compilou materiais proféticos antigos e concebeu uma utopia nova dita em língua portuguesa na primeira universal *História do Futuro* alguma vez ensaiada, conforme classificou o estudioso francês Raymond Cantel (1963).

A língua portuguesa escrita é então elevada a uma perfeição tal que influencia a forma de escrever com uma complexidade como até então nunca fora manejada para construir a utopia mais generosa e universalista alguma vez concebida na Época Moderna. Como considerou José Saramago no seu blogue não muito tempo antes de falecer, “Isto a que chamam o meu estilo assenta na grande admiração e respeito que tenho pela língua que foi falada em Portugal nos séculos XVI e XVII. Abrimos os *Sermões* do Padre António Vieira e verificamos que há em tudo o que escreveu uma língua cheia de sabor e de ritmo, como se isso não fosse exterior à língua, mas lhe fosse intrínseco. Nós não sabemos ao certo como se falava na época, mas sabemos como se escrevia. A língua então era um fluxo ininterrupto. Admitindo que possamos compará-la a um rio, sentimos que é como uma grande massa de água que desliza com peso, com brilho, com ritmo, mesmo que, por vezes, o seu curso seja interrompido por cataratas” (*apud* Cunha, 2012: 107).

O Quinto Império que, segundo Vieira, deveria ser erigido à escala global sob a égide portuguesa não é um império de dominação, à semelhança dos outros impérios, mas um império de paz e de concórdia entre os homens. É um projeto proto-ecuménico que professa um ideal de harmonia para os povos de toda a terra entre si (Vieira, 2013, t. 2, vol. V e VI). Esse ideal de harmonia visava unificar o género humano, agora conhecido globalmente, mas também globalmente perçecionado como fraturado, dividido e em permanente conflito. Vieira sonhava ver o herege,

o gentio e o judeu aliados ao católico, unidas “todas as seitas do mundo, feita a concórdia de uma só fé e religião, em total consonância, e perpétua harmonia, contendo em todas as quatro partes do mundo, até ao fim dele, e confessando alternadamente a muitas vozes, e juntos numa só voz”².

O Quinto Império segundo Vieira e dito em língua portuguesa estabelece uma plataforma cultural integradora e respeitadora, até certo ponto, da cultura do outro. É uma espécie de matriz genética que pode conferir à Lusofonia a depuração necessária de qualquer intento de domínio de um povo sobre outro e abrir caminho para a coparticipação e o entendimento da língua como um bem e um direito de todos, como base de comunicação, de coesão e de concórdia, recusando o imobilismo e aberta à transformação permanente que o passar dos tempo e dos contextos impõe. Vieira concebeu com a sua obra utópica aquilo que Aníbal Pinto de Castro (1997: 201) definiu como a “Cidadania do futuro”.

Na verdade, os mitos e as utopias são a expressão mais identitária de um povo e são a voz mais profunda da sua cultura. Para além da roupagem própria da sua época transportam ideários e desafios íntimos que podemos ver redimensionar-se e ganhar sentidos próprios, e ser construtores de projetos de humanidade nova em cada tempo. Mircea Eliade compreendeu e deu bem a compreender o sentido forte da linguagem dos mitos e das utopias em várias e ainda inspiradoras obras. Revisitemos uma dessas passagens que revolucionaram a nossa percepção crítica dessa forte herança cultural que se consubstancia na criação mítica e utópica dos povos:

Estamos hoje aptos a compreender uma coisa que o século XIX não podia sequer pressentir: que o símbolo, o mito, a imagem, pertencem à substância mesma da vida espiritual, que a gente não pode jamais extirpá-los (...). Os mitos se degradam e os simbolismos se secularizam, mas eles jamais desaparecem, mesmo na mais positiva das civilizações (...). Os símbolos e mitos vêm de longe. Fazem parte do ser humano e é impossível deixar de encontrá-los em toda e qualquer situação existencial do homem no cosmos. (Eliade, 1952: 12)

2 O grande pregador barroco acrescenta um dado curioso neste sermão: “E quem medir geometricamente o mundo verificará que este cabo ou rosto do Ocidente (Portugal) será o local predestinado pelo Supremo Arquiteto” (Vieira, 2010: 221).

Em versão contemporânea, mística, esotérica e simbolista, Fernando Pessoa vai atualizar esta utopia universalista de Vieira na primeira metade do século XX, ampliando-lhe a mesma capacidade integradora e incultoradora depois ter feito a sua famosa confissão de fé linguística no *Livro do Desassossego*, escrito sob o heterónimo de Bernardo Soares: “A minha pátria é a língua portuguesa.” Esta adesão foi primeiramente provocada por um efeito estético perante uma língua que tinha atingido na boca e na pena de um dos seus grandes cultores uma extraordinária complexidade e beleza:

Não choro por nada que a vida traga ou leve. Há porém páginas de prosa que me têm feito chorar. Lembro-me como do que estou vendo, da noite em que, ainda criança li, pela primeira vez, numa selecta, o passo célebre de Vieira sobre Salomão: *Fabricou Salomão um palácio...* E fui lendo até ao fim, trémulo, confuso; depois rompi em lágrimas felizes, como nenhuma felicidade real me fará chorar, como nenhuma tristeza da vida me fará imitar. Aquele movimento hierático da nossa clara língua majestosa, aquele assombro vocálico em que os sons são cores ideais – tudo isso me toldou do instinto como uma grande emoção política. E, disse, chorei: hoje, lembrando, ainda choro... não tenho sentimento nenhum político ou social. Tenho, porém, um sentido, um alto sentido patriótico. Minha pátria é a língua portuguesa. (Pessoa, 1982: 23)

A língua portuguesa e a sua condição plástica, os seus genes universalistas estão intimamente ligados à paleta rática multicolor que é o povo que a fala, um povo em cujas veias corre sangue de todas as raças, nações e religiões (Pessoa, 1986: 12). Portugal e a sua língua são entendidos fundamentalmente como uma “virtualidade” e uma “promessa” ou “possibilidade” de um mundo novo (Pessoa, 1978: 229).

Fernando Pessoa redescobre e plasma como ninguém o poder fecundador e recriador das dimensões míticas da cultura de que a língua é portadora, patente nesta definição poética do mito que nunca é demais retomar:

O mito é o nada que é tudo,
O mesmo sol que abre os céus
É um misto brilhante e mudo.
O corpo morto de Deus.
Vivo e desnudo.

Este, que aqui aportou
Foi por não ser existindo.
Sem existir nos bastou.
Por não ter vindo foi vindo
E nos criou.

Assim a lenda se escorre
Ao entrar na realidade,
E a fecundá-la decorre.
Em baixo, a vida metade.
De nada morre.
(Pessoa, 1943: 19)

A nossa perspetiva visa, pois, destacar e reperspetivar em cada tempo o potencial mítico e utópico que a língua portuguesa colheu nos seus diferentes portos de abrigo e que transporta sempre rumo a um destino que passará necessariamente por uma recriação sucessiva, podendo, como será natural, transformar-se um dia noutra coisa. Como bem aponta Fernando Cristóvão:

A Lusofonia não é, pois, uma recriação artificial decidida por qualquer tratado, é o ponto de chegada de muitas viagens que agora prosseguem para novas etapas, guiadas por uma certa concepção e projeto de unidade e entreadjada. Por isso a Lusofonia é, simultaneamente, utopia criadora e realidade que se constrói todos os dias, formulada à volta do mito do Quinto Império. É que, na esperança e expectativa de um messianismo sebastianista, mergulham as raízes da utopia do Quinto Império, entre o pessimismo do *Tratado da Quinta Monarquia – Felicidades de Portugal Profetizadas*, de Sebastião de Paiva, e o optimismo de Vieira nos *Sermões, História do Futuro, Clavis Prophetarum*. Para Vieira era preciso ‘converter e reformar o Mundo, florescendo mais do que nunca o culto divino, a justiça, a paz e todas as virtudes cristãs’, como preconiza na *História do Futuro*. (Cristóvão, 2008: 61)

Na mesma esteira, mas em ótica tangivelmente mística e vitalista, Agostinho da Silva professa em língua portuguesa o conteúdo utópico do Quinto Império, idealizando o futuro do mundo como uma grande comu-

nidade que repousa na contemplação e se une pelo cruzamento universal das raças fomentado pelos lusófonos. A nova humanidade é a humanidade totalmente miscigenada, o homem novo é todo ele multicolor devedor não de uma só raça, mas de todas as raças fundidas numa só. A Lusofonia, com o seu ideal de comunidade humana é, por excelência, anti-eugenista e antinazista e plenamente inclusiva do humano na máxima diversidade.

A primeira grande etapa a concretizar para estabelecer a “nova infância do mundo” que consiste a criação do Quinto Império passa por restaurar a criança que existe em cada ser humano e coroá-la de imperador. Neste sentido, caracteristicamente evangélico e joaquimita, urge

(...) atendermos ao anúncio de João, aquele cujo Evangelho está nos Pireneus, o anúncio de que depois de Cristo viria a grande consolação do Espírito Santo e podermos admitir, sem a heresia de Joaquim de Flora, a ideia de uma terceira Revelação, a Revelação que os homens não têm querido ou não têm podido entender, de que a criança deve ser o modelo de vida e de que por ela se estabelecerá na terra o Reino do Espírito Santo. (Silva, 1960: 17)

Logo, esta etapa é de carácter espiritual e implica uma *metanoia*, ou seja, uma conversão interior:

Se o primeiro passo dos impérios está no espírito dos homens – e por cá se destroem todas as filosofias materialistas e todos os procedimentos materialistas – muito mais estará este Quinto Império do Espírito Santo, a que iam os portugueses do século XV e a que podem, quando quiserem, ir os portugueses de hoje, o que significa os que hoje no mundo falam e sentem português. (*Ibidem*: 18)

A ideia religiosa do Quinto Império será, deste modo, a religião das crianças, na medida em que será a religião do Espírito Santo. Para que esta nova ordem seja exequível na Terra é de grande urgência criar beleza, através da consagração da matemática e da ciência como poesia.

Numa segunda etapa, “deverá caber à ordem dos homens decididos a instaurar o Quinto Império e tomar conta de tudo o que for organização e administração”; “(...) governar passará a ser uma tarefa de natureza religiosa, moral e litúrgica e não, como hoje, a detenção do poder ou

do emprego apenas". Por fim, todo o labor pensante dos seres humanos deverá orientar-se para a meditação do Espírito Santo e para a instauração do seu reino pneumatológico. Com efeito, a oração será a tarefa fundamental que presidirá à assunção do Quinto Império. Cumprido este percurso de assunção de uma nova era, acontecerá o Quinto Império, onde "nenhum procedimento haverá que não se dirija ao louvor de Deus e ao agradecimento do milagre que somos, do maravilhoso milagre que é a vida" (*ibidem*). No fim de contas, Portugal oferecerá ao mundo "o seu reino de alma humana" continuamente sendo e sempre ansiosa de ser mais e melhor. (*Ibidem*: 18-19)

Mais recentemente, a escritora açoriana Natália Correia viria a atualizar ainda mais as possibilidades integradoras e diferenciadoras da utopia do Quinto Império de matriz lusófona, afirmando que a sua fundação será feita dando primazia aos valores ditos femininos e pelo protagonismo e pelo doce domínio das mulheres. Como escrevemos noutra obra sobre este assunto:

É neste quadro que confere um protagonismo especial à fundação e promoção do culto do Espírito Santo a uma mulher arquetípica da nacionalidade portuguesa, a Rainha Santa Isabel. O que significa colocar na génese dos tempos primordiais do reino de Portugal o fermento feminino que lançaria as sementes da utopia feminina do Quinto Império de fundamento pneumatológico. (Franco e Mourão, 2004: 323)

A idade do espírito feminino será marcada pela horizontalidade, pelas relações sociais e pessoais. Serão abolidas as mediações hierárquicas próprias do dito por Natália como sendo do "machismo" que teria dominado a nossa cultura ocidental. Sob o signo da mulher e da Terceira Idade de Joaquim de Flora emergirá uma nova era que porá fim a todas as opressões e discriminações entre sexos:

É o Pentecostes da humanidade que se coroa a si mesmo, sem mediações, entre as quais o poder pela natureza coactiva não recebe a iluminação do Espírito. E para que este chegue triunfalmente já as mulheres por Ele inspiradas juncam o caminho com as cores da sua cultura de amor e solidariedade. E digo as mulheres porque o Espírito Santo, esse sopro que tudo anima, ânimo dos

humanos é feminino – o *Ruah Qadesch*, do aramaico, do hebreu, das línguas semitas –, a consagração da sacralidade do feminino que a androcracia mosaica escamoteou. Parece-nos, pois, justo concluir que o regresso do pensamento mítico do vitalismo e de outros valores da cultura do feminino que estão a minar a hegemonia do racionalismo, são pressupostos da reanimação pentecostal do espaço sagrado. (*Apud* Franco e Mourão, 2004)

O Quinto Império no feminino é a mais polémica e mais contemporânea metamorfose em língua portuguesa de uma utopia que projeta uma transfiguração da caminhada da humanidade no tempo e na história, acalentando uma reforma que se aproxime de uma certa ideia de perfeitibilidade.

Para concluir

Queremos avocar aqui, para concluir, a reflexão de Manuel Antunes que, na sequência do 25 de Abril, de forma pertinente nos abriu a porta para olharmos a outra dimensão do património veiculado pela nossa língua, capaz de construir uma unidade entre os povos por via da depuração crítica dos mitos negros e das entropias de dominação que invalidariam qualquer projeto de dominação neocolonialista. Faz apelo às virtualidades do trabalho da utopia como necessário para repensar a identidade e reprojeta-lo em horizonte de futuro. Nas palavras de Manuel Antunes (2005: 33),

(...) sem um mínimo de utopia, as sociedades humanas em geral e a sociedade portuguesa em particular ou caem na greve dos braços caídos ou entram pelo labirinto de todos os maquiavelismos e oportunismos ou, mais gravemente ainda, sentam-se à beira-nada, esperando, num desespero tranquilo, a própria morte.

O seu pensamento quase-utópico lançava então as bases para a rentabilização do capital-língua e do capital-cultura, bem patente no *puzzle* multicolor das culturas lusófonas. Reconsidera ainda o seu *modus colonizandus*, isto é, o modo como poderá beneficiar da relação com os outros povos: a língua como veículo da cultura, como expressão de uma maneira de ser, de estar no mundo.

Este pensador jesuíta é um daqueles que, sem dúvida, contribuíram com o seu pensamento para a urgência de repensar, caído o império de África na sequência da Revolução dos Cravos, o papel da língua e desvinculá-la de velhos projetos imperialistas, dando conta de povos e culturas de quatro continentes através da língua e de traços da memória cultural. Esta reflexão inscreve-se muito na linha do que têm defendido autores lusofilistas como Fernando Cristóvão. Este autor e fundador do ICALP propõe, no seu livro *Da lusitanidade à lusofonia*, o conceito de “língua património” como fator unificador fundamental e, até, carateriológico de uma comunidade estratégica de povos e culturas lusófonas, qual materialização da utopia do Quinto Império pela construção de uma comunidade alargada pelo fio da língua. Escreve Fernando Cristóvão, atribuindo um poder unificador e diferenciador à língua, enquanto ponto nodal de identificação cultural e de construção de sentido e de mundividência:

E é na língua, através da sua forma escrita, em especial, que esse património se vai explicitando, encadeando e transmitindo, reforçando a unidade e a coerência. Até porque, como explicam os linguistas, cada língua possui mundividência própria no entendimento da realidade, modelando a percepção da vida e dos acontecimentos, articulando a sua estrutura com formas gramaticais próprias de tipo sintáctico ou morfológico, distinguindo ou ignorando modos de dizer, criando uma coesão entre os que a têm por sua, e marcando uma fronteira em relação aos outros. (Cristóvão, 2008: 69-70)

Em suma, o projeto da construção de uma comunidade lusófona de falantes pode fazer sentido no atual contexto de um mundo globalizado em que a agregação de países e nações em blocos linguísticos constitui de facto um capital estratégico relevante do ponto de vista político e económico a nível internacional e, até mesmo no seu seio, para evitar processos de uniformização mais poderosos vindos de potências dominantes no plano mundial. Mas esta construção, necessariamente metamórfica e com identidades múltiplas sintonizadas pela língua comum, desenha aquilo a que podemos chamar uma supraidentidade agregadora mas não necessariamente mais forte e mais coerente (Sousa & Martins, 2012: 159-177). Moisés Lemos Martins viu com clarividência o sentido do esforço de afirmação de um projeto político e cultural lusófono: “Num tempo

pós-colonial e globalizado, estas opções linguísticas e culturais exprimem a luta pela ordenação simbólica do mundo. O que se joga nessa luta é a divisão da comunidade internacional em áreas culturais” (Martins, 2013: 11). Mas o mesmo estudioso não deixou de diagnosticar lucidamente as fragilidades e limites que temos o dever de não escamotear na apreciação deste exigente projeto, ao observar o seu espartilhamento identitário, simbólico e a sua multipolar arquitetura de afetos e de interesses descendidos (Martins, 2011: 79-83; 2014: 24-27).

Esta consideração da Lusofonia como um projeto com sentido no atual quadro geoestratégico não pode perder de vista o nosso axioma de partida, ou seja, a afirmação da consciência de que a Lusofonia mais tarde ou mais cedo há de dar lugar a outra coisa, a outra ou a outras línguas que hão de brotar do seu cadáver, que procriará mais dia menos dia. Esta consciência é importante para curar a tentação dos fundamentalismos que facilmente nos assaltam sempre que de uma justa e justificada preservação da língua se trate.

Referências

- ANTUNES, M. (2005). *Repensar Portugal*. Lisboa: Multinova.
- ANTUNES, M. (2005-2011). *Obra Completa*, 14 vols. In J. E. Franco (coord.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- BARROS, J. (1540). *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Tip. de Ludovico Rodrigo.
- BRITO, R.P. de (2013). *Língua e identidade no universo da Lusofonia: Aspectos de Timor-Leste e Moçambique*. São Paulo: Terracota.
- BURGET, A. (2103). Nas teias da língua: sobre a conceção da lusofonia em contextos pós-coloniais. *Revista Letras Com Vida*, 5: 42-47.
- CANTEL, R. (1963). *Prophétisme et messianisme dans l'oeuvre de António Vieira*. Paris: Ed. Hispano-Americanas.
- CASTRO, A. P. de (1997) *António Vieira, uma síntese do barroco luso-brasileiro*. Lisboa: Correios.
- COSTA, J. P. O. & Lacerda, T. (2007). *A Interculturalidade na Expansão Portuguesa: Séculos XV-XVIII*. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME).
- CLEMENTE, M. (2008). *Portugal e os portugueses*. Lisboa: Assírio & Alvim.

- COELHO, J. do P. (1969). O nacionalismo utópico de Fernando Pessoa. J. do P. Coelho, *A Letra e o Leitor*. Lisboa: Portugalíia.
- CRISTÓVÃO, F. (dir.) (2012). *Ensaio Lusófonos*. Coimbra: Almedina.
- CRISTÓVÃO, F. (2008). *Da Lusitanidade à Lusofonia*. Coimbra: Almedina.
- CUNHA, M. F. (2012). *Padre António Vieira*. Lisboa: Edições 70.
- DACOSTA, F. (1978). O Português virá a ser uma das grandes línguas universais. *DN*, 1978.06.10 (terceiro caderno, dia das comunidades).
- ECO, U. (1996). *A Procura da Língua Perfeita*. Lisboa: Presença.
- ELIADE, M. (1952). *Images et symboles. Essais sur le symbolisme magico-religieux*. Paris: Galimard.
- FAFE, J. F. (1994). *Está Portugal em Vias de deixar de Existir?*. Porto: A Página.
- FRANCO, J. E. & Mourão, J. A. (2005). *A influência de Joaquim de Flora em Portugal e na Europa*. Lisboa: Roma Editora.
- FRANCO, J. E. & Rico, H. (coords.) (2007). *Padre Manuel Antunes (1918-1985): Interfaces da Cultura Portuguesa e Europeia*. Porto: Campo das Letras.
- LOURENÇO, E. (1999). *A Nau de Ícaro, seguida de imagem e miragem da Lusofonia*. Lisboa: Gradiva.
- MACEDO, A. S. de (1631). *Flores de España, Excelências de Portugal*. Coimbra: Na Oficina de Antonio Simoens Ferreyra.
- MARTINS, G. d'O. (2007). *Portugal: Identidade e Diferença*. Lisboa: Gradiva.
- MARTINS, M. L. (2014). Língua Portuguesa, globalização e lusofonia. In Bastos, N. (org.). *Língua Portuguesa e Lusofonia* (pp. 15-33). São Paulo, EDUC – IP-PUC.
- MARTINS, M. L. (2013). A lusofonia como imaginário da pluralidade e da diferença (prefácio). In R. Brito, *Língua e identidade no universo da lusofonia. Aspectos de Timor-Leste e Moçambique* (pp. 9-14). São Paulo: Terracota.
- MARTINS, M. L. (2011). Globalization and Lusophone world. Implications for Citizenship. In M. Pinto; H. Sousa (orgs.). *Communication and Citizenship: Rethinking crisis and change* (pp. 75-84). Coimbra: Grácio Editor.
- MARTINS, M. L. (2006). A lusofonia como promessa e o seu equívoco lusocêntrico. In Martins, M.; Sousa, H. & Cabecinhas, R. (eds.) *Comunicação e Lusofonia: para uma abordagem crítica da cultura e dos media* (pp. 79-87). Porto: Campo das Letras.
- OLIVEIRA, F. de (2013). *Gramática da Linguagem Portuguesa*. J. E. Franco & J.P. Silvestre (coord, intro e notas). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- PESSOA, F. (1943). *Mensagem*, Lisboa: Ática.
- PESSOA, F. (1978). 'Textos e fragmentos'. In Serrão J. (dir). *Sobre Portugal*. Lisboa: Ática.

- PESSOA, F. (1982). *O Livro do Desassossego*. Lisboa: Ática.
- PESSOA, F. (1986) *Portugal, Sebastianismo e Quinto Império*. Lisboa: Europa-América.
- PINTO, M.; Calazans, C & Franco, J. E. (orgs.) (2013). *Portugal Tolerante*. Lisboa: Sinais de Fogo.
- SILVA, A. (1960). Considerando o Quinto Império. *Tempo Presente*, 17-18: 9-21.
- SOBRINHO, B. L.(1989). *A Língua Portuguesa e a Unidade do Brasil*. São Paulo: Nova Fronteira.
- SOUSA, A. de S. (1737). *Flores de Espanha, Excelencias de Portugal*. Coimbra: António Simões Pereira.
- SOUSA, V. & Martins, M. L. (2012). Da ‘portugalidade’ à lusofonia. In Pinto-Coelho, Z. & Fidalgo, J., *Comunicação e Cultura (I Jornada de Doutorandos em Ciências da Comunicação e Estudos Culturais)* (pp. 159-177). Braga: CECS/UMinho. Disponível em http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs_ebooks/article/view/1343. Acesso em 12/10/2013.
- VIEIRA, A. (1953). ‘História do Futuro’, *Obras Escolhidas*, Vol. II. Lisboa: Sá da Costa.
- VIEIRA, A. (2013). ‘A Chave dos Profetas’, *Obra Completa*, José Eduardo Franco e Pedro Calafate (dir.), Tomo 3, Vols V e VI. Lisboa: Círculo de Leitores.
- VIEIRA, A. (2010). *Sermões*, Vol. I. Lisboa: INCM.

III.PARTE
INTERCULTURALIDADE E
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA HISTÓRIA NACIONAL

Estudos comparativos em contexto lusófono

REPRESENTATIONS OF NATIONAL HISTORY

Comparative studies among Lusophone countries

Rosa Cabecinhas *

CENTRO DE ESTUDOS DE COMUNICAÇÃO E SOCIEDADE, UNIVERSIDADE DO MINHO
cabecinhas@ics.uminho.pt

Resumo:

Neste artigo examinamos os resultados de um inquérito realizado junto de jovens em quatro países de língua oficial portuguesa, situados em continentes diferentes: Angola, Brasil, Portugal e Timor-Leste. Em cada um desses países foram recolhidos dados com vista a examinar as representações sociais da história nacional e as emoções associadas aos acontecimentos considerados mais marcantes.

Os resultados apontam para ambiguidades, ambivalências e contradições nas representações sociais da história que liga os países de língua portuguesa. De um modo geral observa-se um “desencontro” das memórias sobre o passado colonial. Esse desencontro das memórias sobre o “passado comum” é particularmente evidente quando comparamos as memórias históricas dos jovens angolanos e dos jovens portugueses.

Palavras-chave: memória social; representações sociais; colonialismo; lusofonia

Abstract:

In this article we examine the results of a survey conducted among young people in four Portuguese-speaking countries, situated in different continents: Angola, Brazil, Portugal and East Timor. Data were collected in each of these countries in

* Rosa Cabecinhas é Professora Associada no Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho. Foi Diretora-Adjunta do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (2003-2006), Diretora do Mestrado em Ciências da Comunicação (2008-2011) e Diretora do Departamento de Ciências da Comunicação (2011-2013) na mesma Universidade. Tem numerosos artigos publicados em revistas científicas nacionais e internacionais. Entre as suas obras destacam-se os seguintes livros: *Preto e Branco: A naturalização da discriminação racial* (Campo das Letras, 2007), *Comunicação Intercultural: Perspectivas, dilemas e desafios* (com Luís Cunha, Campo das Letras, 2008) e *Narratives and Social Memory: Theoretical and Methodological Approaches* (com Lília Abadia, CECS, 2013).

order to examine the social representations of national history and the emotions associated with the most striking events.

Results show ambiguities, ambivalences and contradictions in the social representations of the “common past” among the Portuguese-speaking countries. In general, results point to fragmented memories about the colonial past. These fragmented memories about the “common past” are particularly evident when comparing the historical memories of Angolans and Portuguese youths.

Keywords: social memory; social representations; colonialism; lusofonia



1. Introdução

Na opinião de Alfredo Margarido (2000), a invenção da lusofonia fez-se através de uma amnésia coletiva em relação à violência que foi exercida sobre os povos que hoje falam português. Nas palavras do autor, “o discurso lusófilo actual limita-se a procurar dissimular, mas não a eliminar, os traços brutais do passado” (2000: 76).

Esta “amnésia coletiva” é também denunciada por Maria Manuel Baptista (2006) ao considerar que se verifica do lado português uma estratégia de “esquecimento ativo” de alguns dos aspetos fundamentais da história que liga os países de língua oficial portuguesa. Para a autora, “a lusofonia sinaliza e encobre em Portugal o lugar do verdadeiramente ‘não-dito’, uma espécie de espaço fantasmático da nossa cultura, apesar de paradoxalmente tanto se utilizar este conceito” (2006: 24).

Por seu turno, Moisés de Lemos Martins (2014: 25-26) alerta-nos para a necessidade de nos mantermos vigilantes e desconstruirmos os diversos equívocos que atravessam o conceito de lusofonia, entre os quais destaca quatro: 1) “os equívocos de uma centralidade portuguesa da lusofonia”; 2) “os equívocos de reconstituição, em contexto pós-colonial, de narrativas do antigo império, hoje com propósitos neo-coloniais, sejam eles conscientes ou inconscientes”; 3) “os equívocos do lusotropicalismo renascente e redivivo, de uma ‘colonização doce’, que hoje tanto pode glorificar o antigo país colonial como exaltar os atuais países independentes”; e 4) “os equívocos de algum discurso pós-colonial, que é a narrativa de uma história do ‘ressentimento’”.

Desfazer estes equívocos sem criar novas simplificações redutoras constitui sem dúvida um enorme desafio para quem pretende analisar criticamente as dinâmicas culturais e identitárias no espaço lusófono, tarefa árdua mas absolutamente essencial para a “descolonização” do pensamento e para um novo e melhor entendimento das relações pós-coloniais em contexto lusófono.

Neste artigo analisamos, de forma comparativa, os resultados de um inquérito por questionário realizado junto de jovens em quatro países de língua oficial portuguesa: Angola, Brasil, Portugal e Timor-Leste. O objetivo deste estudo foi “dar voz” às diversas histórias que há para contar sobre o “passado comum” que liga estes países. Os dados que vamos apresentar foram recolhidos no âmbito de um projeto de investigação transdisciplinar que visa analisar os significados da lusofonia e as narrativas identitárias em contexto lusófono¹.

2. Narrativas identitárias e memória social

As narrativas sobre o passado desempenham um papel fundamental na definição das identidades nacionais e na forma como cada nação perspetiva o seu futuro (Liu e Hilton, 2005). Na opinião de Licata, Klein e Gély (2007), a memória coletiva desempenha importantes funções identitárias, contribuindo para: a definição da identidade do grupo de pertença; a construção de uma distintividade positiva através de comparações favoráveis entre o grupo de pertença e o grupo dos outros, em dimensões consideradas relevantes; a justificação e legitimação de comportamentos do grupo de pertença; e a mobilização para a ação coletiva.

Estudar as narrativas identitárias exige um esforço de articulação entre diferentes áreas disciplinares (*e.g.*, Laszlo, 2003), abordagens metodológicas e níveis de análise (*e.g.*, Baptista, 2009; Martins, 2009).

A identidade social de uma pessoa resulta do reconhecimento da sua pertença a certos grupos sociais e do significado emocional atribuído a essas pertenças (Tajfel, 1972). Na compreensão das dinâmicas identitárias é necessário ter em conta que cada indivíduo pertence simultaneamente

1 “Narrativas Identitárias e Memória Social: a (re)construção da lusofonia em contextos interculturais”. Projeto financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (PTDC/CCI-COM/105100/2008), Feder, Compete: <http://www.lasics.uminho.pt/idnar/>.

a vários grupos sociais, sendo que a saliência das diversas pertenças grupais depende do contexto e do estatuto relativo dos grupos numa dada estrutura social e num dado momento histórico (*e.g.*, Cabecinhas, 2007; Lorenzi-Cioldi, 2002).

O *tempo* e o *espaço* constituem dois quadros de referência fundamentais na análise da memória social, já que é o facto dos membros de determinado grupo estarem juntos num dado espaço e num dado tempo que lhes permite criar laços sociais, partilhar vivências e memórias (Halbwachs, 1925/1994, 1950/1997).

Na nossa perspetiva toda memória é social, uma vez que os nossos pensamentos e sentimentos são construídos através das práticas linguísticas e reificados pelos processos de comunicação humana (Gergen, 1994). A memória social corresponde a um conjunto de representações sociais sobre o passado, que são construídas e partilhadas no seio de um determinado grupo social. As representações sociais são construídas através dos processos de comunicação quotidiana, contribuindo para a perceção de uma realidade comum a um determinado grupo e servindo como guia da ação desse grupo (Moscovici, 1998).

Nesse sentido, a memória social está permanentemente em processo de (re)construção. Esse processo, seletivo e parcial, depende das pertenças e redes sociais dos indivíduos. Reconhecer o carácter social da memória não implica porém pressupor que as memórias sejam uniformes dentro de determinado grupo (nacional, étnico, etc.), uma vez que cada indivíduo recorda factos diferentes em função das suas trajetórias e vivências pessoais.

Outro aspeto importante a salientar é que a memória social não é um terreno neutro. As imagens do passado podem servir tanto para legitimar uma dada ordem social como para contestar ativamente essa ordem. Assim, a memória social pode ser entendida como um “campo de disputa” entre grupos (Cunha, 2006).

A importância da dimensão narrativa na construção da memória social foi salientada por diversos autores. Por exemplo, Connerton (1989/1993) destaca o papel das práticas que representam e projetam a identidade social do grupo, através das quais as histórias circulam e são partilhadas – a *comemoração*, o *ritual* e a *tradição*. As comemorações e os rituais visam garantir que um dado acontecimento não vai ser esquecido pelas gerações futuras. No caso das representações sociais da história nacional, as efemérides (por

exemplo, os feriados nacionais) servem frequentemente como “âncora” para pensar o passado da nação.

3. Representações sociais da história em contexto lusófono: estudos comparativos

A forma como as nações representam a história é fundamental na construção da sua própria identidade. O modo como cada nação interpreta o seu passado determina a forma como se posiciona no presente e as suas estratégias para o futuro. No caso dos países que constituem a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), a adesão a esta comunidade traduz não só reconhecimento de uma longa relação histórica, mas também o desejo da manutenção dessa relação, embora num novo enquadramento, que passa pela preservação do “vínculo histórico” e do “património comum resultantes de uma convivência multissecular” (ver Declaração Constitutiva da CPLP, 1996: www.cplp.org).

Mas que imagens têm os jovens desse “vínculo histórico” e desse “património comum”? Será que esse passado “comum” tem o mesmo significado e suscita as mesmas emoções nos jovens dos diferentes países de língua oficial portuguesa? De que forma os conflitos que opuseram o país colonizador e os países colonizados são recordados pelos jovens de hoje? Estas foram algumas das questões que conduziram o nosso trabalho no âmbito de um projeto mais vasto sobre narrativas identitárias e memória social no espaço lusófono. Do ponto de vista empírico, procedemos a uma triangulação metodológica (Cabecinhas, 2012), que passou pela realização de inquéritos por questionário, entrevistas autobiográficas e grupos focais, assim como a análise de discursos no ciberespaço lusófono. Neste artigo focamo-nos apenas nos resultados obtidos através do inquérito por questionário em quatro países.

O objetivo específico dos estudos que aqui apresentamos é analisar as representações sociais da história construídas pelos jovens em quatro países de língua oficial portuguesa e as emoções associadas a essas representações. Quando nos debruçamos especificamente sobre os grupos nacionais devemos ter em conta que cada grupo é heterogéneo, sendo constituído por uma grande diversidade de indivíduos, com diferentes percursos e experiências de vida e pertencendo a grupos com diferentes

posicionamentos na estrutura social. Neste sentido, o nosso objetivo não é generalizar os resultados destes estudos à população desses países em geral, mas apenas abordar de forma comparativa as representações sociais da história nacional em cada um dos países referidos. O foco nos jovens e não na população em geral deveu-se ao facto de pretendermos estudar as representações de pessoas nascidas após o 25 de Abril de 1974, cuja socialização decorreu em contexto pós-colonial. O facto das amostras serem constituídas exclusivamente por estudantes universitários deveu-se, por um lado, a questões de exequibilidade na aplicação dos questionários em boas condições e, por outro lado, a questões de comparabilidade com os estudos realizados noutros países.

Os dados que vamos apresentar foram recolhidos no Brasil (Salvador da Bahia), Guiné-Bissau (Bissau), Portugal (Braga) e Timor-Leste (Díli). Nos quatro países foram utilizados os mesmos procedimentos de recolha e de tratamento de dados, de modo a permitir análises comparativas. No total foram inquiridos 503 estudantes universitários: 184 angolanos, 105 brasileiros, 118 portugueses e 96 timorenses.

O questionário aplicado nos quatro países estava redigido em português, tendo sido efetuadas pequenas adaptações de linguagem em função do país em causa. No Brasil e em Portugal todos os inquiridos declararam como língua materna o português. Em contrapartida, em Angola verificou-se uma grande diversidade de línguas maternas declaradas pelos inquiridos, entre as quais se destacaram as seguintes: kimbundu (58,2%), umbundu (15,8%), kikongo (13,6%), cockwé (4,9%), português (4,9%). O português foi mencionado como segunda língua pela maior parte dos inquiridos. A grande diversidade de línguas faladas pelos inquiridos é um espelho da situação linguística em Angola: país com uma língua oficial – o português – e várias nacionais como kikongo, kimbundu, cockwé, umbundu, nganguela, oxikwanhama, nhaneka-humbi (sobre a diversidade linguística em Angola, ver Ntondo e Fernandes, 2004).

Em Timor-Leste verificou-se igualmente uma grande diversidade de línguas maternas, entre as quais se destacaram as seguintes: tétum (60%), makasae (8%), mambae (7%), bunak (3%), fataluco (3%), português (3%). A maioria dos participantes timorenses referiu o português como a sua terceira ou quarta língua. A diversidade de línguas faladas pelos inquiridos é reflexo da situação linguística em Timor: país com duas línguas

Tabela 1 – Acontecimentos da História Nacional: percentagens de evocação espontânea

Angola	%	Brasil	%	Portugal	%	Timor Leste	%
Independência de Angola	85,7	Ditadura Militar	72,4	25 Abril 1974	80,5	Massacre de Santa Cruz	78,1
Memorando de Luena/ Dia da paz	70,9	Abolição da escravatura	45,7	Descobrimentos	79,7	20 de Maio de 2002	45,8
Luta armada de libertação nacional	60,4	Independência do Brasil	41,0	Implantação da República	41,5	Referendo 1999	43,8
Massacre Baixa de Kassanje	42,9	Redemocratização	40,0	Adesão à União Europeia	36,4	Setembro negro 1999	39,6
Morte de Jonas Savimbi	20,3	Impedimento Governo Collor	39,0	Salazarismo/Estado Novo	30,0	Guerra Civil 1975	32,3
27 de Maio de 1977	19,2	Eleição Lula da Silva	29,6	Fundação	20,3	Invasão/Ocupação indonésia	31,3
Abolição da escravatura	17,0	Descobrimento do Brasil	27,6	Colonialismo	16,1	Tragédia 4 Dezembro 2002	22,9
Guerra Civil	10,9	Proclamação da República	22,9	Descolonização	16,1	Massacres 1999	18,8
Tráfico de escravos	10,4	Revolta de Canudos	14,3	Restauração	11,0	Massacre Krarás 1983	14,6
Dia do Herói Nacional	9,9	Inconfidência Baiana Inconfidência Mineira	12,9 12,9	Guerra Colonial	10,2	Prémio Nobel da Paz 1996	14,6

Legenda: % = percentagem de evocação espontânea de determinado acontecimento da história nacional;

Impacto = Média de impacto (e desvio-padrão); escala de impacto: 1 = muito negativo; 7 = muito positivo.

Fontes: Cabecinhas (2006); Cabecinhas, Lima e Chaves (2006); Mendes, Silva e Cabecinhas (2010).

oficiais – o português e o tétum – e mais duas ‘línguas de trabalho’ – inglês e língua indonésia – e ainda cerca de uma vintena de outras línguas e dialetos (Esperança, 2001; Hull, 2001; Brito e Martins, 2004).

Os estudantes foram convidados a participar num estudo sobre história, sendo-lhes explicado que o que interessava era a sua *opinião* pessoal sobre a história e não o seu nível de conhecimentos. Seguindo uma adaptação da metodologia desenvolvida por Liu *et al.* (2005), foi pedido aos participantes para listarem os cinco acontecimentos que consideravam mais importantes na história do seu país. Uma vez efetuada a listagem, os participantes deveriam avaliar o impacto (positivo ou negativo) de cada um desses acontecimentos e, posteriormente, indicar as emoções que associavam a cada acontecimento. A evocação de acontecimentos era efetuada de forma completamente livre (não era fornecida qualquer listagem prévia aos participantes para não condicionar as suas respostas). As emoções associadas aos acontecimentos foram também recolhidas de forma aberta. Já o nível de impacto dos acontecimentos foi medido através de uma escala fechada (1 = muito negativo; 7 = muito positivo). A Tabela 1 apresenta as percentagens globais de evocação dos dez acontecimentos mais referidos em cada um dos países assim como o impacto que lhes é atribuído. De salientar ainda que na designação dos acontecimentos foi adotada a terminologia mais frequentemente referida pelos participantes.

Os resultados obtidos nos quatro países vão ser apresentados e discutidos simultaneamente para facilitar uma análise comparativa. Uma vez que os resultados obtidos em cada país já foram apresentados separadamente em artigos anteriores (ver Cabecinhas, 2006; Cabecinhas, Lima e Chaves, 2006; Mendes, Silva e Cabecinhas, 2010), neste artigo vamos focar a nossa atenção nos acontecimentos que dizem respeito à história que “liga” estes países, isto é, uma história que começa com o período dos descobrimentos.

Os acontecimentos que assinalam a independência nacional assumem importância preponderante nos quatro países. A Independência de Angola, proclamada a 11 de novembro de 1975, foi o acontecimento mais mencionado pelos participantes angolanos (85,7%), sendo considerado um dos acontecimentos mais positivos na história da nação ($M=6,70$; $DP=1,05$)²,

2 M =Média; DP =Desvio-padrão. Recordamos que a escala de impacto varia entre 1=muito negativo e 7=muito positivo.

ao qual são associadas emoções positivas, de que se destacam o orgulho e a alegria.

Por seu turno, os participantes brasileiros referiram a independência do Brasil (41%; proclamada a 7 de setembro de 1822) e diversas revoltas contra a colonização portuguesa que se registaram nos séculos XVIII e XIX, com especial destaque para as inconfidências mineira e baiana.

Os participantes portugueses referiram a Fundação do Estado português em 1143 (20,3%) e a Restauração da independência em 1640 (11%; quando Portugal recuperou a independência, após 60 anos de domínio espanhol). Ambos os acontecimentos foram considerados muito positivos pelos participantes ($M=6,75$; $DP=0,43$) e a eles foram associadas emoções positivas.

Por seu turno, os participantes timorenses referiram a [restauração da] independência de Timor-Leste³, ocorrida no dia 20 de maio de 2002 (45,8%), e os acontecimentos que a precederam: o referendo de 1999 (43,8%) e o Prémio Nobel da Paz em 1996 (14,6%), atribuído a Ximenes Belo e a Ramos Horta. A invasão de Timor-Leste pela Indonésia em 1975 (31,3%) e os diversos massacres que ocorreram no território durante a ocupação indonésia foram os acontecimentos considerados mais negativos na história do país. O Massacre de Santa Cruz⁴ foi o acontecimento mais referido pelos inquiridos (78,1%). Embora tratando-se de um dos acontecimentos mais dramáticos da história recente de Timor, alguns inquiridos atribuíram-lhe um impacto positivo, precisamente por ser considerado o

3 A maior parte dos timorenses referiu simplesmente a data do acontecimento '20 de maio de 2002', outros referiram a 'Independência de Timor 2002' e outros a 'Restauração da Independência 2002'. A proclamação da independência de Timor-Leste ocorreu a 28 de novembro de 1975 pela FRETILIN (Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente). No entanto, escassos dias depois o território foi ocupado pelas forças indonésias. A independência só viria a ser restaurada a 20 de maio de 2002.

4 No dia 12 de novembro de 1991 o exército indonésio abriu fogo sobre milhares de manifestantes pacíficos, que se dirigiam ao cemitério de Santa Cruz para homenagear Sebastião Gomes, jovem timorense assassinado duas semanas antes na igreja de Motael. Estima-se que este massacre resultou em cerca de 300 mortos. As filmagens do massacre percorreram o mundo, dando origem à maior campanha de denúncia do genocídio contra o povo de Timor-Leste, aumentando as pressões sobre os principais organismos internacionais com vista à resolução da questão de Timor. Para uma análise do agendamento mediático da causa timorense ver Marques (2005).

acontecimento que despertou a consciência internacional e despoletou uma série de campanhas a favor da autodeterminação do povo timorense, o que veio a permitir a realização do referendo que conduziu à independência de Timor-Leste.

Assim, os inquiridos nos quatro países pensaram a história nacional em função de momentos-chave que assinalam a formação das fronteiras da nação e a sua independência. Neste caso, quanto mais recente foi a conquista dessa independência, como no caso de Angola e Timor-Leste, maior a percentagem de evocação espontânea dos acontecimentos que assinalam essa independência.

Um dos aspetos em que os dados divergem claramente nos quatro países diz respeito aos acontecimentos relacionados com os descobrimentos, o colonialismo e a descolonização.

Os participantes portugueses colocaram os “descobrimientos” como o segundo evento mais importante da história nacional (79,7%), só superado em termos de nomeações espontâneas pelo 25 de Abril de 1974 (80,5%). Sendo um acontecimento bastante remoto, a elevada saliência cognitiva dos descobrimientos deve-se ao facto de este ser constantemente reatualizado nos manuais escolares e nos média, onde é apresentado como o momento mais “glorioso” da história nacional (cf: Miranda, 2002). A maior parte dos participantes portugueses refere genericamente os “Descobrimientos” ou “Descobrimientos portugueses”. Outros referem especificamente a descoberta do caminho marítimo para a Índia ou a descoberta do Brasil. Em qualquer dos casos os descobrimientos foram considerados pelos participantes portugueses de forma consensualmente positiva ($M=6,41$) e suscitaram emoções muito positivas (orgulho, alegria, felicidade e fascínio).

O “descobrimento do Brasil” foi o sétimo evento mais nomeado pelos participantes brasileiros (27,6%) ao pensar na história nacional. Alguns brasileiros referiram a “chegada dos portugueses” (7,6%); no entanto, tal designação traduz mais o momento de chegada dos colonos portugueses e não tanto o descobrimento. A “vinda da família real” portuguesa para o Brasil foi mencionada por 8,6% dos brasileiros e a “colonização portuguesa” por 5,7%. Os participantes brasileiros reportaram emoções ambivalentes face à presença portuguesa: os que mencionaram a “vinda da família real” portuguesa para o Brasil associaram-na a emoções positivas enquanto os que referiram a “colonização portuguesa” declararam emoções

negativas. O “descobrimento do Brasil” suscitou sentimentos ambivalentes da parte dos participantes brasileiros, que indicaram uma mistura de emoções positivas e negativas (deceção, revolta, alegria, admiração).

A “colonização de Angola” foi mencionada por 7,14% dos participantes angolanos e a “chegada dos portugueses” (em 1482) foi mencionada por 6,04%. Em ambos os casos, os participantes angolanos reportaram emoções ambivalentes: os que referiram a “colonização portuguesa” ou a “ocupação portuguesa” reportaram sobretudo emoções negativas enquanto os que referiram a “chegada dos portugueses” reportaram sobretudo emoções positivas. Estes resultados vão ao encontro dos obtidos em outros países africanos de língua oficial portuguesa, sendo que a avaliação da “colonização” é negativa enquanto a da “chegada” ou “descoberta” (conforme as designações adotadas pelos participantes) é considerada neutra ou positiva (cf. Cabecinhas e Évora, 2008; Cabecinhas e Feijó, 2010).

A abolição da escravatura foi o segundo acontecimento mais mencionado pelos participantes brasileiros (45,7%) ao pensar na história do Brasil. Tal poderá dever-se ao facto de os dados terem sido recolhidos no estado da Bahia, estado que regista a maior proporção de população *negra* do Brasil (Cabecinhas *et al.*, 2006). Será importante recolher dados também em outras regiões brasileiras para aferir a significância deste resultado.

A abolição da escravatura foi o sétimo acontecimento mais mencionado pelos participantes angolanos (17,03%) e o tráfico de escravos foi o nono acontecimento mais evocado (10,44%). Estes dois acontecimentos suscitaram emoções diferenciadas nos inquiridos: a abolição da escravatura suscitou sobretudo “alegria” e “felicidade” enquanto o tráfico de escravos suscitou sobretudo “revolta” e “frustração”. Note-se que “a escravatura é um tema incontornável na história de África e de Angola pela duração, amplitude e efeitos nefastos produzidos nas sociedades africanas” (Mendes *et al.*, 2010: 212).

Os acontecimentos relativos ao colonialismo e ao processo de descolonização assumem também um papel importante nas evocações dos participantes portugueses: colonialismo (16,1%), descolonização (16,1%), Guerra Colonial (10,2%). Contrariamente aos “descobrimientos”, cujo impacto na história nacional foi considerado consensualmente positivo ($M=6,41$), o colonialismo foi avaliado negativamente ($M=2,18$) e suscitou emoções negativas. A Guerra Colonial foi mencionada por 10,2% dos

participantes portugueses, tendo sido considerada o acontecimento mais negativo da história nacional ($M=1,27$; $DP=0,45$), suscitando emoções muito negativas, sobretudo revolta e frustração. Por seu turno, a “descolonização” (16,1%) afigura-se como o acontecimento mais polémico, uma vez que as opiniões sobre a sua valência cobriram todo o espectro da escala, desde as mais positivas às mais negativas, o que deu origem a uma média de valência que, embora negativa, pouco se distancia do ponto neutro da escala ($M=3,53$; $DP=2,03$).

A luta armada pela libertação de Angola foi o terceiro acontecimento mais mencionado (60,44%) pelos participantes angolanos. À semelhança do que ocorreu nos estudos realizados na Guiné-Bissau (Cabecinhas e Nhaga, 2008) e em Moçambique (Cabecinhas e Feijó, 2010), os jovens angolanos consideraram a luta armada pela libertação nacional um acontecimento positivo ($M=5,60$; $DP=2,44$). As emoções reportadas em relação a este acontecimento são ambivalentes, embora predominem as emoções positivas: “orgulho” e “alegria”, porque resultou na independência nacional, mas também “revolta” e “tristeza”, porque implicou a perda de muitas vidas.

O quarto acontecimento mais evocado pelos jovens angolanos refere-se ao massacre da Baixa de Kassanje (42,86%), ocorrido no início dos anos sessenta na sequência da sublevação dos camponeses daquela região que trabalhavam na produção de algodão e que eram vítimas da exploração colonial. Devido à recusa em continuarem a trabalhar para a empresa produtora de algodão, estima-se que foram mortos entre cinco a dez mil camponeses, na sequência dos bombardeamentos com *napalm*, fuzilamentos e outros ataques do exército colonial português, como represália (CDIH, 2008: 153-156). A maior parte dos jovens considera este acontecimento como negativo, mas alguns consideraram-no positivo ($M=2,85$; $DP=2,14$). As emoções reportadas em relação a este acontecimento são mistas, variando entre “revolta”, “tristeza” e “alegria”. A tonalidade emocional deste acontecimento depende da “âncora” mental usada pelos participantes: como episódio que exemplifica a violência colonial exercida contra os angolanos ou como episódio que assinala a resistência contra o colonialismo, associado a outros relacionados com o início da luta armada em 1961. Como salientam Mendes *et al.* (2010: 211), “é difícil compreender por que razão este acontecimento pode suscitar alegria mas é provável

que tenha a ver com o reconhecimento da capacidade de resistência e da bravura dos camponeses angolanos contra os colonialistas exploradores. A revolta e a tristeza explicam-se na medida em que se tratou de um acontecimento dramático e sangrento, que traduzia a natureza cruel do colonialismo”.

Alguns participantes angolanos mencionaram ainda outros acontecimentos com conotação muito negativa ligados à ocupação do território angolano: as guerras do *kwata-kwata*, no século XVI (4,40%), que ocorreram entre reinos angolanos com o intuito de capturar escravos para alimentar o negócio escravista (Zau, 2009); o regime de trabalho forçado ou “contrato” (1,1%), que substituiu o regime de escravatura (Zau, 2009). O Dia do Herói Nacional, 17 de setembro, correspondente ao aniversário natalício de Agostinho Neto (1922-1979), que foi o primeiro presidente da república de Angola, tendo proclamado a sua independência, foi o décimo acontecimento mais referido pelos jovens angolanos (9,89%; $M=6,14$) e suscitou nos inquiridos sobretudo “alegria”, o que “pode dever-se à construção social desta personagem como herói nacional, no sentido de representar o orgulho nacional, o patriotismo e o símbolo maior da independência nacional conquistada” (Mendes *et al.*, 2010: 213).

Os participantes timorenses fizeram referência à “colonização portuguesa” (11,5%; 11º lugar no *ranking*) como um dos acontecimentos mais importantes na história nacional. Alguns participantes referiram especificamente a “evangelização de Timor” e a “chegada dos missionários portugueses” (5,2%). Os timorenses avaliam a “colonização portuguesa” de forma negativa ($M=2,3$); no entanto, avaliam de forma muito positiva a “chegada dos missionários portugueses” e a “evangelização portuguesa” ($M=6,8$ em ambos os casos). Assim, constata-se de forma clara uma ambivalência em relação à presença portuguesa no território dependendo da “âncora” que é ativada no contexto particular: a “sobreexploração dos recursos naturais” é avaliada negativamente, mas a “evangelização” é avaliada positivamente.

O 25 de Abril de 1974 foi o acontecimento mais referido pelos participantes portugueses (80,5%), sendo consensualmente considerado positivo ($M=6,58$; $DP=0,88$), por assinalar o fim de uma longa ditadura e a conquista da liberdade. A “Revolução dos Cravos” foi referida por 6,3% dos timorenses, sobretudo por parte de estudantes mais velhos,

frequentando o curso de formação de professores⁵. Enquanto nos portugueses o 25 de Abril suscita emoções consensualmente positivas, para os timorenses suscita emoções ambivalentes. Esta ambivalência verifica-se igualmente na evocação da Guerra de Manufahi (referida por 5,2% dos timorenses), que constitui a mais célebre revolta de timorenses contra a ocupação portuguesa, tendo sido reprimida com “um banho de sangue em 1912” (Mattoso, 2005: 32).

4. Considerações finais

O objetivo principal deste trabalho foi analisar as memórias históricas de jovens de quatro países de língua oficial portuguesa: Angola, Brasil, Portugal e Timor-Leste. Os dados recolhidos apontam para ambiguidades, ambivalências e contradições nas representações sociais da história que liga os países de língua portuguesa. Essas representações possuem elementos de consenso e elementos de conflito entre os grupos, sendo que o “desencontro de memórias” é particularmente evidente quando comparamos as memórias históricas dos jovens angolanos e dos jovens portugueses.

De um modo geral, verificou-se uma focalização no passado muito recente, com a exceção dos “descobrimientos” que obtiveram grande notoriedade, sobretudo junto dos inquiridos portugueses. Os temas predominantes foram de natureza bélica e política – guerras, revoluções, violência, lutas contra o colonialismo e a conquista da independência das nações. Os participantes dos quatro países deram enorme destaque aos momentos que assinalam a formação da nação e as lutas pela independência. Os portugueses referiram a fundação da nação e a restauração da independência face a Espanha. Os brasileiros focalizaram-se na independência do Brasil e nas lutas contra o colonialismo português. Os acontecimentos ligados à conquista da independência são particularmente relevantes para os angolanos e para os timorenses.

Os acontecimentos que marcaram a história da relação entre estes países suscitaram emoções diferenciadas em função do papel desempenhado durante o período colonial, verificando-se uma grande divergência

5 Enquanto a maior dos participantes portugueses evocou o acontecimento referindo a data “25 de Abril de 1974” ou simplesmente “25 de Abril”, os participantes timorenses evocaram a “Revolução dos Cravos”.

na forma como os acontecimentos ligados à colonização foram evocados pelos jovens portugueses e pelos jovens dos países que foram colônias portuguesas. Os participantes portugueses associaram consensualmente emoções positivas aos descobrimentos enquanto nos brasileiros as emoções face a este acontecimento foram mais ambivalentes. O padrão de resultados observado junto dos jovens baianos pode dever-se à ativação cognitiva das “críticas recentes” à colonização portuguesa introduzidas pelos movimentos de afirmação étnica (Vale de Almeida, 2004).

Os participantes portugueses parecem ter efetuado uma dissociação cognitiva entre os “descobrimientos”, aos quais associaram emoções positivas, e a “colonização”, à qual associaram maioritariamente emoções negativas. No entanto, tal não acontece com os jovens brasileiros: o padrão de emoções torna evidente a forte associação entre os “descobrimientos” e “colonização”.

No que respeita à comparação Brasil – Portugal, de uma maneira geral os nossos resultados estão em consonância com os obtidos em estudos realizados por outros investigadores, recorrendo a diferentes métodos de recolha de dados (*e.g.*, Sá *et al.*, 2004; Vala e Saint-Maurice, 2004), nos quais se verificou que os descobrimientos suscitam emoções consensualmente positivas nos portugueses. No entanto, verificaram-se também algumas divergências. Os nossos resultados evidenciaram não uma “idealização da colonização” (cf: Vala e Saint-Maurice, 2004), mas uma “idealização dos descobrimientos”, dos quais são dissociados os efeitos nefastos da colonização. Ao evocarem espontaneamente a “colonização” os participantes portugueses associaram a esta emoções maioritariamente de tonalidade negativa. Já ao evocar os “descobrimientos” associaram orgulho, felicidade e fascínio, focalizando-se no carácter empreendedor e aventureiro das viagens realizadas pelos navegadores portugueses.

Ao evocarem espontaneamente a “colonização” os participantes timorenses associaram-na sobretudo a emoções de tonalidade negativa. Apesar de avaliarem a “colonização portuguesa” de forma negativa, os timorenses avaliam de forma muito positiva a “chegada dos missionários portugueses” e a “evangelização portuguesa”. Assim, constata-se uma ambivalência em relação à presença portuguesa no território dependendo da “âncora” que é ativada no contexto particular: a “colonização” é conotada com explo-

ração dos recursos naturais sendo avaliada negativamente, enquanto a “evangelização” é avaliada positivamente (Cabecinhas, 2006).

As memórias da violência colonial foram especialmente salientes junto dos participantes angolanos, que destacaram sobretudo a escravatura, o tráfico de escravos e os massacres. A luta armada para a libertação nacional e a conquista da independência foram os acontecimentos mais destacados, para além do fim da guerra civil com a assinatura dos acordos de paz em 2002.

Neste trabalho efetuámos apenas comparações em função das pertenças nacionais. A sua continuidade exige o aprofundamento das questões étnicas, regionais e geracionais. Como já referimos, neste estudo participaram apenas jovens universitários, cujos dados não podem ser extrapolados para a população em geral. De facto, alguns estudos efetuados no âmbito deste projeto, recorrendo a outras metodologias e auscultando pessoas de diferentes faixas etárias e diferentes percursos de vida, permitem complementar estes dados e matizar algumas das tendências aqui observadas.

Na interpretação dos dados que foram aqui apresentados não podemos esquecer que estes são o fruto de um determinado momento histórico. Os acontecimentos que faziam parte da agenda mediática no momento da recolha de dados exerceram uma influência preponderante em algumas das memórias evocadas. Por exemplo, em Timor os dados foram recolhidos em novembro, o que poderá ter aumentado a saliência do Massacre de Santa Cruz (12 de novembro de 1991) e com ele a recordação dos outros massacres que marcaram o período de ocupação indonésia. De recordar que nenhuma lista prévia de acontecimentos era dada aos inquiridos, por isso a probabilidade de evocação espontânea foi muito afetada pela recência dos acontecimentos ou pela sua atualização mediática aquando das efemérides e comemorações.

Estes resultados espelham algumas representações hegemónicas sobre a história, que se traduzem em imagens do passado que legitimam a ordem social presente nos diferentes países em que os dados foram recolhidos, mas evidenciam também de forma clara expressões da memória social como um “campo de disputa” entre grupos. As memórias sobre o “passado comum” que liga os países lusófonos são vivenciadas com diferentes tonalidades emocionais e têm significados diferenciados.

Estes estudos são consonantes com um entendimento da memória social como um “campo de disputa” e de luta simbólica entre grupos. De um modo geral, os resultados apontam para um “desencontro” das memórias sobre o passado colonial da parte dos jovens que participaram neste estudo. Os angolanos e os portugueses tendem a apresentar esse passado de modo claramente divergente: enquanto os portugueses evocam os descobrimentos os angolanos evocam a escravatura, o tráfico de escravos e os massacres; ou seja, enquanto uns se focam nas *viagens* os outros salientam os *crimes*. Por seu turno, da parte dos brasileiros e dos timorenses observa-se uma representação ambivalente do passado colonial que oscila entre a alegria da “descoberta” ou “chegada” e a violência da “ocupação”. Tomando de empréstimo a expressão de Mia Couto, globalmente os resultados espelham *LusoAfonias* e demonstram quão desafiante é a construção de uma identidade comum entre os falantes de língua portuguesa. Como salienta Mia Couto (2007), o “passado que nos feriu a todos não pode ser superado apenas com apelos ao esquecimento. Não é de esquecer o passado que necessitamos. Mas de o entender.” Ora, não podemos entender o passado sem auscultar o que significa esse passado para os diversos grupos envolvidos. Escutar as diversas “vozes” e dar a conhecer os diferentes olhares sobre o “passado comum” constitui sem dúvida um grande desafio, desafio esse essencial para promover um novo e melhor entendimento entre os povos que partilham a língua portuguesa.

Referências

- BAPTISTA, M. M. (2006). A Lusofonia não é um jardim. Ou da necessidade de ‘perder o medo às realidades e aos mosquitos’. In M.L. Martins, H. Sousa & R. Cabecinhas (Eds.), *Comunicação e Lusofonia: Para uma abordagem crítica da cultura e dos media* (pp. 23-44). Porto: Campo das Letras.
- BAPTISTA, M.M. (ed.) (2009). *Cultura: Metodologias e investigação*. Lisboa: Ver o Verso Edições.
- BRITO, R. & Martins, M. L. (2004). *Moçambique e Timor-Leste: onde também se fala o português*. III Congresso da Sopcom. Covilhã: UBI.
- CABECINHAS, R. (2006). Identidade e memória social: Estudos comparativos em Portugal e em Timor-Leste (pp.183-214). In M. L. Martins, H. Sousa, & R.

- Cabecinhas, R. (Eds.), *Comunicação e Lusofonia: Para uma abordagem crítica da cultura e dos media*. Porto: Campo das Letras.
- CABECINHAS, R. (2012). Representações identitárias e memória social: Abordagem conceptual e metodológica (pp. 583-604). In Adami, A. & Hohlfehl, A. (Org.), *Lusofonia e interculturalidade*. São Paulo: INTERCOM.
- CABECINHAS, R. & Feijó, J. (2010). Collective Memories of Portuguese Colonial Action in Africa: Representations of the Colonial Past among Mozambicans and Portuguese Youths. *International Journal of Conflict and Violence*, 4 (1): 28-44.
- CABECINHAS, R., & Évora, S. L. (2008). Visões do mundo e da nação: jovens caboverdianos face à história (pp. 2685-2706). In M. L. Martins & M. Pinto (Org.), *Comunicação e Cidadania. Actas do 5º Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação*. Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade.
- CABECINHAS, R. & Nhaga, N. (2008). Memórias coloniais e diálogos pós-coloniais. Guiné-Bissau e Portugal. In R. Cabecinhas & L. Cunha (Eds.), *Comunicação Intercultural: perspectivas, dilemas e desafios* (pp. 109-132). Porto: Campo das Letras.
- CABECINHAS, R., Lima, M. & Chaves, A. (2006). Identidades nacionais e memória social: hegemonia e polémica nas representações sociais da história (pp.67-92). In J. Miranda & M. I. João (Eds.) *Identidades Nacionais em Debate*. Oeiras: Celta. Centro de Documentação e Investigação Histórica do Comité Central do MPLA (2008). *História do MPLA* (Volumes I e II). Luanda: CDIH.
- CONNERTON, P. (1989/1993). *Como as Sociedades Recordam*. Oeiras: Celta.
- COUTO, M. (2007). A língua portuguesa é uma língua pluricêntrica. Intervenção na conferência internacional “O Serviço Público de Rádio e Televisão no Contexto Internacional: A Experiência Portuguesa”. Lisboa: 19 de junho. Disponível <http://observatorio-lp.sapo.pt/pt/lingua-e-cultura/a-lingua-portuguesa-e-uma-lingua-pluricentrica> Acesso a 12 dezembro 2013.
- COUTO, M. (2009). Luso-afonias – A Lusofonia entre viagens e crimes. In M. Couto (2009), *E se Obama Fosse Africano? E outras interinvenções* (pp. 183-198). Lisboa: Caminho.
- CUNHA, L. (2006). *Memória Social em Campo Maior: Usos e percursos da fronteira*. Lisboa: Dom Quixote.
- ESPERANÇA, J.P. (2001). *Estudos de Linguística Timorense*. Aveiro: Sul.
- GERGEN, K. (1994). *Towards Transformation in Social Knowledge*. Londres: SAGE.
- HALBWACHS, M. (1925/1994). *Les Cadres sociaux de la mémoire*. Paris: Albin Michel.
- HALBWACHS, M. (1950/1997). *La mémoire collective*. Paris: Albin Michel.
- HULL, G. (2001). *Identidade, Língua e Política Educacional*. Díli: Instituto Camões.

- LASZLO, J. (2003). History, identity and narratives. In J. Laszlo & W. Wagner (Eds.), *Theories and Controversies in Societal Psychology* (pp. 180-192). Budapest: New Mandate Publishers.
- LICATA, L., Klein, O., & Gély, R. (2007). Mémoire des conflits, conflits de mémoires: une approche psychosociale et philosophique du rôle de la mémoire collective dans les processus de réconciliation intergroupe. *Social Science Information*, 46(4): 563-589.
- LIU, J.H., & Hilton, D. (2005). How the past weighs on the present: Towards a social psychology of histories. *British Journal of Social Psychology*, 44: 537-556.
- LIU, J.H., Goldstein-Hawes, R., Hilton, D.J., Huang, L.L., Gastardo-Conaco, C., Dresler-Hawke, E., et al. (2005). Social representations of events and people in world history across twelve cultures. *Journal of Cross Cultural Psychology*, 36: 171-191.
- LORENZI-CIOLDI, F. (2002). *Les Représentations des groupes dominants et dominés Collections et agrégats*. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble.
- MARGARIDO, A. (2000). *A lusofonia e os lusófonos: Novos mitos portugueses*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.
- MARQUES, R. (2005). *Timor-Leste: o agendamento mediático*. Porto: Porto Editora.
- MARTINS, M. L. (2009). Para um ‘politeísmo metodológico’ nos Estudos Culturais. In M. M. Baptista (Ed.), *Cultura: Metodologias e investigação* (pp. 29-40). Lisboa: Ver o Verso Edições.
- MARTINS, M. L. (2014). Língua Portuguesa, Globalização e Lusofonia. In N. M. Bastos (Org.), *Língua Portuguesa e Lusofonia* (pp.15-33). São Paulo: EDUC – IPPUCSP.
- MARTINS, M.L., Sousa, H., & Cabecinhas, R. (Eds.). (2006). *Comunicação e Lusofonia: Para uma abordagem crítica da cultura e dos media*. Porto: Campo das Letras.
- MATTOSSO, J. (2005). *A Dignidade. Konis Santana e a Resistência Timorense*. Lisboa: Temas e Debates.
- MENDES, J., Silva, E. & Cabecinhas, R. (2010). Memória colectiva e identidade nacional: Jovens angolanos face à História de Angola. *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona*, 8, 206-221.
- MIRANDA, J. C. (2002). *A identidade Nacional. Do mito ao sentido estratégico*. Oeiras: Celta.
- MOSCOVICI, S. (1998). The history and actuality of social representations. In U. Flick (Ed.), *The Psychology of the Social* (pp. 209-247). Cambridge: Cambridge University Press.
- NTONDO, Z. & Fernandes, J. (2004). *Angola. Povos e línguas*, Luanda: Nzila.

- SÁ, C.P., Oliveira, D.O. & Prado, L.A. (2004). As memórias colectivas do descobrimento do Brasil: imagem comum e juízos diferenciados nas populações brasileira. *Psicologia*, XVII (2): 275-291.
- TAJFEL, H. (1972). La catégorisation sociale. In S. Moscovici (ed.) *Introduction à la Psychologie Sociale*, Vol. 1. Paris: Larousse Université.
- VALA, J. & Saint-Maurice, A. (2004). Representações sociais sobre o descobrimento do Brasil: os actores e a colonização. *Psicologia*, XVII (2): 385-404.
- VALE de Almeida, M. (2004). Comemoração, nostalgia imperial e tensão social – o desentendimento Portugal – Brasil: comentário às análises de imprensa. *Psicologia*, XVII (2): 381-384.
- ZAU, F. (2009). *Educação em Angola. Novos trilhos para o desenvolvimento*. Lisboa: Movilivros.

IMPRENSA JORNALÍSTICA DAS COLÔNIAS DE EXPRESSÃO PORTUGUESA: VISÃO DE CONJUNTO

PERIODIC PRESS FROM PORTUGUESE SPEAKING COLONIES:
AN OVERALL VIEW

Antonio Hohlfeldt*

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
hohlfeld@pucrs.br

Resumo:

Existem excelentes obras sobre a imprensa jornalística portuguesa e brasileira, assim como bons trabalhos de referência sobre a imprensa jornalística angolana, moçambicana, cabo-verdiana, goana, madeirense ou açoriana. Contudo, inexistem qualquer obra que busque a unificação destas histórias que, em última análise, são uma única e só história, ainda que com *nuances*. Entende o autor a necessidade de se promover esta aproximação, buscando uma história única, pois as características da imprensa jornalística são semelhantes e grande parte dos acontecimentos igualmente se cruzam. O artigo propõe uma primeira abordagem de conjunto, genérica, mas a partir da qual podem-se fazer estudos mais complexos e de maior profundidade.

Palavras-chave: imprensa lusófona; imprensa das colônias de expressão portuguesa; história do jornalismo; teoria do jornalismo

Abstract:

There are excellent works about the Portuguese and Brazilian newspaper press, and good reference works on the newspaper press from Angola, Mozambique, Cape Verde, Goa, Madeira or the Azores. However, there is no work that seeks the unification of these stories that ultimately are one and only history, despite its nuances. The author felt the need to promote this approach, seeking a unique history, because the characteristics of the periodic press are similar and most of

* Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, de Porto Alegre, Brasil. Presidente da INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (gestão 2011-2014); pesquisador do CNPq; integrante do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

its events intersected. The article proposes a first and generically approach from which more complex and deeper studies could be developed.

Keywords: Lusophone press; press from Portuguese-speaking colonies; history of journalism; journalism theory



Introdução

Não conhecemos obra que, no âmbito da história da imprensa jornalística portuguesa ou brasileira, tenha dado especial atenção às terras que, em África ou Ásia, também receberam a influência de Portugal e que, por decorrência, em algum momento, igualmente experimentaram a imprensa e o jornalismo, ainda nos tempos de colonização. Este estudo está, de certo modo, por ser feito, e a ele passamos a nos dedicar recentemente, instigados e orientados por Salvato Trigo¹. De modo geral, os estudos sobre a imprensa jornalística colonial portuguesa dão destaque apenas ao Brasil (Tengarrinha, 1989). Quanto às histórias da imprensa jornalística brasileira, não fazem qualquer menção à existência de uma imprensa jornalística que, contemporânea a ela, naquele século XIX, e ao longo de boa parte do século XX, desenvolveu-se nas demais antigas colônias de Portugal. E se encontramos histórias individualizadas do jornalismo e da imprensa tais como praticados em Angola, Moçambique, Goa, Cabo Verde, ou em quaisquer outras colônias portuguesas, não se tem, contudo, uma visão de conjunto².

Estas observações as fizemos ainda em fins de 2008 (Hohlfeldt, 2011), quando apresentávamos um primeiro estudo a respeito do tema. Passados

1 Trata-se de projeto de Pós-doutorado, desenvolvido sob o patrocínio da CAPES, entre abril e julho de 2008, junto à Universidade Fernando Pessoa, sob a orientação do Dr. Salvato Trigo. A pesquisa buscou localizar, levantar e analisar os jornais de antigas colônias portuguesas que integram o valioso acervo da Biblioteca Pública Municipal do Porto. Posteriormente, apresentamos e tivemos aprovado projeto de pesquisa no CNPq, no período 2009-2014, que aprofundou o tema. Em consequência, foram propostos subprojetos para alunos de Iniciação Científica à própria PUCRS, CAPES, CNPq e Fapergs.

2 O conceito de jornalismo ou imprensa colonial de expressão portuguesa, buscamos-lo em TRIGO, Salvato – *Introdução à literatura angolana de expressão portuguesa* (Porto: Brasília, 1977), generalizando-o para o nosso estudo.

quase quatro anos, continuamos com a mesma perspectiva, infelizmente, com raras modificações³.

Este trabalho parte daquele primeiro estudo de maiores proporções, que se insere num largo projeto sobre uma história do jornalismo luso-brasileiro, jornalismo que antecede, inclusive, a imprensa. Valemo-nos, para isso, dentre outros autores, do entendimento expresso por Maria Cecília Guirado (2001), que considera “os primeiros relatos do Descobrimento do Brasil como sendo as primeiras reportagens escritas em terra brasileira”. Ela refere o documento de Pêro Vaz de Caminha a respeito da viagem de Pedro Álvares Cabral (1500) e o *Diário da navegação*, de Pêro Lopes de Sousa, sobre a viagem empreendida sob o comando de Martim Afonso de Sousa, seu irmão e primeiro governador do Brasil (1530). Pode-se estender esse conceito aos demais relatos de viagens e de descobertas, tanto quanto àqueles reunidos sob a denominação genérica de *histórias trágico-marítimas* que enfocam naufrágios e fugas de batalhas diante de piratas (Brito, 1998). Há narrativas que antecedem a introdução da imprensa em Portugal, como as *Novas da infelicidade da armada de Sua Majestade que escreveu o Mestre da Sota capitaina*, de 1558. É evidente, contudo, que o advento da imprensa facilitou a circulação deste tipo de informação, mesmo que a Coroa Portuguesa fosse avessa à demasiada publicização das viagens que se faziam sob seus auspícios, graças às disputas com Espanha, num primeiro momento e, posteriormente, com França, Inglaterra ou Países Baixos (Sousa, 2013).

Com a chegada da imprensa, o jornalismo impresso não tardou a se manifestar em Portugal. Os primeiros relatos foram impressos em Portugal, no ano de 1626 sob a forma de carta e com o título de *Relação universal do que succedeo em Portugal, e nas mais províncias do Ocidente e Oriente em Março de 625 até todo Setembro de 626*. O redactor assinou com o pseudônimo de Francisco de Abreu, mas seu nome verdadeiro era Manuel Severim de Faria, clérigo e escritor que, em 1628, faria imprimir outra *Relação do que succedeo em Portugal, e mais províncias do Oriente, e Ocidente, desde Março de*

3 Essas modificações têm a ver com o surgimento de faculdades e universidades nos territórios hoje independentes daquelas antigas colônias, a institucionalização de cursos de Comunicação Social e, sobretudo, de Jornalismo e, por consequência, as atividades de pesquisa acadêmica, de revisão histórica, de análise crítica da realidade contemporânea, etc. Novas gerações de pesquisadores, formados nessas academias, somam-se aos estudos dos pioneiros, que abriram caminhos, mas que se apresentavam sem maiores formalizações, metodologias científicas ou bases documentais.

1626 até Agosto de 1627 – a primeira impressão foi em Lisboa e a segunda em Évora (Sousa *et al.*, 2007).

Nossos estudos

Com o auxílio valioso de alunos de iniciação científica, todo o material por nós trazido da Biblioteca Pública Municipal do Porto foi devidamente digitado, organizado em dois ficheiros – um em ordem alfabética das publicações e outro em ordem cronológica – sempre individualizando cada uma das antigas colônias, juntando-se, então, o fichamento com as imagens recolhidas e digitalizadas. Passamos, depois, à postagem deste material no portal criado no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da PUCRS – o NUPECC – Núcleo de Pesquisas em Ciências da Comunicação, que apresenta, sempre que possível, devidamente digitalizadas, as primeiras edições de cada uma daquelas publicações encontradas no acervo da Biblioteca Pública Municipal do Porto⁴. Hoje, todos esses periódicos encontram-se disponibilizados, pública e gratuitamente, na Internet. Aí se apresenta uma entrada geral e links específicos de cada acervo, que contém, além das imagens digitalizadas, um artigo introdutório a respeito da história da imprensa jornalística das antigas colônias, bem como dados sumários a respeito de cada publicação. O processo ainda não está acabado, pois carece de revisão e de complementos de outros materiais que foram trazidos no formato de cópias reprográficas e que devem ser ainda digitalizados.

Movimento colonial

As conquistas portuguesas desdobraram-se, desde o século XIV, com especial ênfase no reinado de Dom João I, em cujo período viveu o Infante Dom Henrique, nascido a 4 de dezembro de 1394, na cidade do Porto. O Infante participaria das batalhas de Ceuta (em agosto e setembro de 1415),

4 Devemos expressar aqui especiais agradecimentos à Sra. Dra. Carla Souza, responsável pela Biblioteca da Universidade Fernando Pessoa, que facilitou-nos o acesso a livros e documentos presentes nos ricos acervos das bibliotecas portuguesas; e também à Sra. Dra. Marta Rua, Diretora Técnica da Biblioteca Pública Municipal do Porto, sem cujo apoio decidido e decisivo teria sido impossível digitalizar todo este material que, atualmente, procuramos colocar à disposição de eventuais interessados.

a que se seguiria a conquista da Grã Canária, a partir de 1424 (Brandão, 1995). Em 1 de maio de 1460, Diogo Gomes e António da Noli descobrem a ilha de São Tiago, do arquipélago de Cabo Verde (Gonçalves, 1966b); o mesmo Diogo Gomes chega à ilha de Santo Antão, em Cabo Verde, em 17 de janeiro do ano seguinte. Em 5 de agosto de 1483, Diogo Cão atinge a Angra de Santa Maria (mais tarde Benguela, em Angola), estabelecendo aí relações comerciais com o Reino do Congo (Gonçalves, 1964). A 1 de março de 1498, Vasco da Gama desembarca na ilha de Moçambique, onde coloca o padrão de São Jorge (Múrias, 1940). Naquele mesmo ano, Vasco da Gama visita Calecute, no reino de Cananor, a 17 de maio. Enfim, em 22 de abril de 1500, Pedro Álvares Cabral *descobre* o Brasil. As regras básicas estabelecidas pela Coroa para as colônias não são diferentes umas das outras. Isso tem um ponto positivo: a unidade da colonização portuguesa, sob a perspectiva de uma só estratégia e política; mas tem um ponto negativo, motivo para os sucessivos debates que, ao longo dos séculos, vão se desenrolar nas próprias colônias e, às vezes, em Lisboa, junto às Cortes: Portugal trata igualmente aos desiguais, não distinguindo políticas de desenvolvimento diferenciado para as suas colônias, o que lhes vai provocar consideráveis atrasos. Uma dessas políticas era a completa interdição de prelos nas mesmas, realidade que caracterizou a todas, com uma única exceção, a de Goa, na Ásia. O Brasil, por exemplo, só conhecerá a imprensa em 1808, quando a Família Real, por força da invasão de Napoleão Bonaparte e a pressão da Inglaterra, termina por deslocar-se de Lisboa para o Rio de Janeiro. Com isso, cria-se a Imprensa Régia e logo depois o primeiro jornal editado no Brasil, a *Gazeta do Rio de Janeiro*.

Quanto às demais colônias, foi Bernardo Sá Nogueira, Marquês de Sá da Bandeira quem, em 1836, no artigo 13.º do Decreto de 7 de dezembro, determina que se fundem, nas possessões ultramarinas, publicações capazes de transmitir informações legais, comerciais e gerais, necessárias ao público residente nas colônias (Lourenço, 2003). Entendemos que a inversão da antiga política colonial portuguesa, de absoluta interdição do prelo em suas terras, deveu-se, quer aos movimentos liberais do Porto, de 1817, quer ao que se sucedeu, culminando com a independência do Brasil, em 1822. Causa espécie, de qualquer forma, a reversão tão radical da antiga política: da interdição absoluta, ao longo de três séculos, passa-se

ao reconhecimento, e mais – à determinação – para que se crie – oficial, embora – a imprensa em cada uma das então colônias.

Em Angola, a primeira máquina de imprimir foi trazida por Joaquim António de Carvalho Menezes, um filho da terra, em 1842. Enviada para Luanda através de navio, lá não chegou, pois o barco afundou, segundo José de Fontes Pereira, por orientação da metrópole (Gonçalves, 1964: 19). Em 1845, o Governador-Geral, Pedro Alexandrino da Cunha, importa outra prensa, e a partir de 13 de setembro se publica a primeira edição do *Boletim Oficial*.

Em Moçambique, a imprensa se inicia em 1854, também com a criação de um *Boletim Oficial*, que se publica a partir de 13 de maio daquele ano, sob os auspícios do Governador Vasco Guedes de Carvalho e Menezes, que a exaltou: “A imprensa é um dos melhores inventos do espírito humano. Ella tem prestado os mais importantes serviços ao Commercio, á indústria, aos interesses, e á civilização d’uma grande parte dos povos do universo” (Gonçalves e Menezes in Dias, 1957: 45).

Da mesma maneira, em Cabo Verde, o *Boletim Oficial do Governo Geral de Cabo Verde* começa a circular a partir de 24 de agosto de 1842, portanto, ainda antes de Angola. A publicação era formada basicamente por duas grandes editorias, a do “Interior”, dedicada às questões de Portugal, e a do “Exterior”, que recebia notícias advindas dos demais países. A editoria do “Interior”, por seu lado, desdobrava-se entre a *parte oficial* – com documentos do governo – e a *parte não oficial* – que na primeira edição trazia o manifesto do jornal, mas que nas demais edições dedicar-se-ia a temas diversos, como era a prática da *Gazeta de Lisboa* ou da *Gazeta do Rio de Janeiro*. O editor preocupou-se em destacar, naquela primeira e histórica edição, a importância do surgimento da imprensa naquele arquipélago.

Mas foi Goa, na Índia, que antecedeu a todos, pois sua imprensa se iniciara ainda em 1556 (Neves, 1989). Esta imprensa, contudo, dedicou-se exclusivamente à impressão de livros, como as *Conclusiones Philosophicas*, de 1556, ou o *Cathecismo da doutrina christã*, de 1557, de autoria de São Francisco Xavier; imprimiu, ainda, livros de catequese, almanaques e santinhos: tudo material religioso, a que se somariam, depois, livros religiosos hindus, como o *Purana*, de 1654.

Contudo, com a expulsão dos jesuítas de todo o território português a partir de 1750, este processo foi interrompido, sendo retomado apenas

a partir de 22 de dezembro de 1821, antecipando-se mesmo, pois, à decisão real, através da *Gazeta de Goa*, redigido sob a responsabilidade de José Aniceto da Silva (Cunha, 1923: 5). A imprensa jornalística em Goa, assim, começou sem a chancela oficiosa. O *Boletim do Governo do Estado de Goa* circulará apenas em 7 de dezembro de 1837, administrado pelo Secretário de Governo, António Mariano de Azevedo, auxiliado pelo cônego Caetano João Peres e Cláudio Lagrange Monteiro Barbuda (Cunha, 1923: 7).

Goa constituía, com Damão e Diu, a chamada Índia Portuguesa: “Foram ali publicados [neste momento inicial da imprensa jornalística], 7 órgãos da imprensa oficial, 104 de significado informativo, 17 políticos, 13 jornais diários, 23 literários, 15 de interesse científico, 5 sobre Direito, 4 de história e arqueologia e 20 que tratavam de questões religiosas, todos impressos em português, além de outros publicados em português e, simultaneamente, noutros idiomas” (Neves, 1989: 103).

A esta primeira imprensa, *oficiosa*⁵, presente, pois, em todas as colônias, seguir-se-á uma imprensa não oficial, que pode ser assim referenciada: em Angola, segundo Júlio de Castro Lopo (1964: 19), o semanário *A civilização da África portuguesa*, de 6 de dezembro de 1866, de Luanda, abre este novo período. O jornal era editado por Urbano de Castro e Alfredo Mântua, contando já com tipografia própria. Tratava-se de um “semanário dedicado a tratar dos interesses administrativos, econômicos, mercantis, agrícolas e industriais da África portuguesa” (Everdosa, 2001: 25).

O Progresso, de 9 de abril de 1868, inicia o processo em Moçambique, editado a partir da ilha do mesmo nome. O jornal se propunha a ser um “hebdomadário religioso, instrutivo, comercial e agrícola”, mas sofreu a censura já na sua primeira edição; assim se extinguiu, ainda que tenha aberto caminho para outras publicações.

No Cabo Verde, o primeiro jornal não oficial surge em 1 de outubro de 1877 e se chamava *Independente*, por si só mais do que significativo. Tratava-se de um “semanário noticioso, literário e político” (Gonçalves, 1964: 147).

5 Interessante observar que a imprensa *oficiosa*, tal como ocorreu com a *Gazeta do Rio de Janeiro*, não se limitava a publicar os documentos oficiais de governo, mas divulgava informações variadas, inclusive bailes e até mesmo anúncios publicitários, podendo, por isso mesmo, ser considerada como jornal, em sentido mais estrito.

Quanto a Goa, teria sido, segundo António dos Mártires Lopes, o jornal *A Gazeta de Goa*, publicado a partir de 22 de dezembro de 1821, que teria aberto tal processo (Lopes, 1971: 12).

Periodização e pesquisa

Pesquisadores costumam dividir a história da imprensa portuguesa em três períodos, como quer José Tengarrinha; também a imprensa colonial pode ser estudada a partir de três etapas, embora não correlacionadas necessariamente com as da metrópole.

Para Portugal, adota-se a seguinte periodização:

- a) desde a *Gazeta*, de 1641, até a revolução liberal de 1820;
- b) desde 1820 ao terceiro quartel do século XIX, o que corresponde ao surgimento da imprensa enquanto empresa;
- c) desde os últimos vinte e cinco anos do século XIX até os nossos dias. Entendemos que se deve acrescentar pelo menos um novo período posterior ao 25 de Abril de 1974, por tudo o que é apresentado, dentre outros, por Nuno Rocha, em “Os meios de comunicação após a Revolução dos Cravos (1974-1996)”, no âmbito da obra maior de Alejandro Pizarroso Quintero (Rocha in Quintero, 1994) .

Quanto ao jornalismo colonial, há autores que defendem também uma divisão em três períodos, como o faz Júlio Castro Lopo (1964: 19), a propósito do jornalismo angolano. Esta periodização deve, aliás, ser generalizada ao jornalismo das demais colônias, à exceção do Brasil:

- a) imprensa oficial ou *oficiosa*, da data de criação dos respectivos *boletins oficiais* até o surgimento de um jornal que gozasse de maior distanciamento da autoridade política e administrativa da colônia;
- b) imprensa livre, da data de criação desses jornais com maior autonomia até o aparecimento de jornais em que a atividade jornalística fosse considerada, em sentido estrito, como profissionalizada;
- c) imprensa profissional, a partir daquele momento, quando o jornal se torna a referência para a sobrevivência de seu diretor, editor ou redator (em alguns casos, tudo isso ao mesmo tempo) e em que, em geral, o jornal se imprime a partir de uma gráfica própria que também edita outros

periódicos e/ou realiza serviços gráficos para terceiros, garantindo sua independência financeira.

Entendemos que, da mesma forma que em Portugal mas com conseqüências mais amplas, uma história dessa imprensa periódica, escrita nos dias de hoje, deveria considerar um quarto período, vinculado aos acontecimentos posteriores ao 25 de Abril de 1974, porque daí em diante desdobraram-se e se concretizaram os projetos independentistas das colônias, com conseqüências mais do que evidentes.

Também se pode pensar uma história dessa imprensa jornalística a partir de seus responsáveis (editores, proprietários, redatores, etc.). De modo geral, pode-se identificar também fases que se explicam pela história de cada colônia, mas que não são muito diferentes, umas das outras (com exceção do Brasil, pelos motivos do processo histórico vivenciado):

- a) o primeiro jornalismo é concretizado por cidadãos portugueses (brancos), quase sempre funcionários públicos ou comerciantes que defendem seus pontos de vista e interesses mais imediatos, sobretudo político-partidários, quando em épocas eleitorais;
- b) o segundo é realizado por mestiços de cidadãos portugueses com nativas (mulatos): abre caminho para um primeiro sentimento nacionalista, ainda que mais voltado contra a dominação das chamadas *empresas majestáticas* do que propriamente contra a Coroa portuguesa. De modo geral, definem-se como portugueses-africanos;
- c) o terceiro é realizado por nativos, negros, e expressa com veemência o desejo independentista e uma ideologia republicana, sobretudo após 1889, com o advento republicano no Brasil.

O que se conhece da história dessa imprensa jornalística? Quais foram seus nomes referenciais? Que características tinha essa imprensa que dependia, simultaneamente, de leis emanadas desde a metrópole, sofria o controle religioso (ainda que menos presente do que aquele que ocorria no próprio Portugal), enfrentava as autoridades locais (não necessariamente apenas portuguesas, mas também aquelas advindas das já mencionadas companhias majestáticas) e, mesmo assim, persistia em buscar a informação e, sobretudo, veicular a opinião?

A bibliografia é relativamente escassa, inclusive em Portugal, e sobretudo dispersa. Por isso, foi essa a etapa de pesquisa a que nos dedicamos inicialmente. Durante pouco mais de três meses, trabalhamos diariamente no acervo da Biblioteca Pública Municipal do Porto⁶, identificando e lendo esses jornais, alguns dos quais já em sofríveis condições de conservação⁷. Graças a uma cooperação muito decidida da direção da instituição⁸, buscamos cópias digitalizadas de, pelo menos, cada uma das primeiras edições dessas publicações (ou a primeira das disponíveis, porque muitas coleções existem com jornais já em avançado período de publicação e circulação,

6 O projeto, como dissemos, foi proposto pelo Dr. Salvato Trigo, autor de diferentes obras sobre a literatura angolana e que, em anos pretéritos, estudou detidamente esta imprensa, sem chegar a publicar obra mais profunda sobre ela. O acervo da Biblioteca Pública Municipal do Porto é bastante rico quanto a estes jornais, embora bem menos do que se gostaria. O acervo disponível resulta do fato de a Biblioteca do Porto constituir-se em local de depósito legal das publicações portuguesas, ao longo dos séculos XIX e XX, incluídos os jornais. Assim, os periódicos ali reunidos vinham por correios, dirigidos à Biblioteca, segundo se vê no endereçamento da última página de muitos deles, em manuscrito. Foram sendo conservados na medida do possível. São apenas três os títulos disponíveis quanto ao século XIX, mas são exuberantes as coleções do século XX, embora de alguns se tenha apenas um ou pouquíssimos exemplares, e de outros se encontrem coleções quase completas, anos a fio. Alguns apresentam-se com uma periodicidade mínima, obrigados a suspender provisoriamente (o que em geral significou definitivamente) sua circulação, por força da censura, da pressão política ou das dificuldades financeiras (a mais comum das quais o não pagamento das assinaturas ou da própria publicidade). Centramos nossa atenção naqueles periódicos do século XIX disponíveis, a que acrescentamos as observações de historiadores da imprensa dessas nacionalidades, e nos jornais editados nas quatro primeiras décadas do século XX, sobretudo até 1935, devido à intervenção que o Estado Novo, de António de Oliveira Salazar, e sua censura terminaram por exercer sobre tais publicações.

7 Imaginemos o seguinte processo: o papel parte da metrópole, por navio, e é enviado à colônia. Lá, parte dele é destinado à imprensa. Publicado o jornal, pelo menos um exemplar deve ser enviado à Biblioteca do Porto. Evidentemente que o impresso viaja de navio. Imaginemos as condições de ambos os deslocamentos: modo de acondicionamento, maresia, temporais, convivência com outras cargas, etc. É um milagre que ainda disponhamos de tantas e tão diversas coleções desses jornais, devidamente arquivados, ainda que a deterioração do papel – cuja tecnologia de fabricação era, evidentemente, muito mais primitiva – seja o processo natural daquele material tão perecível e tão indefeso.

8 Além dos acervos já mencionados, algum outro material foi mandado buscar à Biblioteca Pública Almeida Garrett, da cidade do Porto; à biblioteca da Universidade do Minho; à Universidade Católica Portuguesa, de Lisboa, e à própria Biblioteca Nacional de Lisboa, a cujas direções devemos, igualmente, agradecimentos, inclusive quanto à consulta e reprodução de livros especializados sobre o tema.

como ocorre, por exemplo, com *O futuro*, de Lourenço Marques, que se encontra apenas a partir de seu quinto ano de existência, ou dos artigos que entendemos serem interessantes para um estudo mais aprofundado, especialmente aqueles que discutiam a função da imprensa e do jornalismo, a perversão da censura e os desafios que a função jornalística provocava para os seus praticantes.

O trabalho buscou registrar:

1. título;
2. características genéticas (Mouillaud, 1997) e suas modificações através do tempo;
3. linha editorial;
4. período de circulação/ período de disponibilidade da coleção;
5. temas abordados;
6. publicidade divulgada;
7. história de alguns jornais e/ou revistas de maior destaque ou longevidade;
8. história de alguns jornalistas e/ou fundadores/diretores de jornais, por seu papel pioneiro ou pela inovação trazida;
9. explicitação do conceito e a missão da imprensa e do jornalismo; o problema do enfrentamento com a censura, fosse ela qual fosse;
10. as principais polêmicas promovidas;
11. relações entre as publicações, sejam da mesma colônia, sejam de colônias diferentes; ou delas com a metrópole; ou delas com o Brasil;
12. a presença do Brasil em suas páginas;
13. quaisquer outras informações julgadas interessantes.

Como dissemos, a bibliografia é escassa e dispersa. No caso de Angola, os textos específicos se devem a Júlio de Castro Lopo, já mencionado. Mas Salvato Trigo tem contribuição significativa, quando estuda a literatura angolana (1977 e 1981), do mesmo modo que Carlos Ervedosa (2001), também já referido, e Francisco Soares (2001). Devem-se lembrar, ainda, A. Borges de Melo (1985) e de maneira mais abrangente, Pires Laranjeira (1995), José Júlio Gonçalves (1964) e Mário António de Oliveira (1961).

No caso de Moçambique, destacam-se menos autores: é o caso do volume coletivo *1.º Centenário da Imprensa em Moçambique* (1954), além de Júlio Gonçalves (1965) e de Raul Neves Dias (1954). De todos eles, contudo, o mais importante é Ilídio Rocha, pela multiplicidade – sendo atualizados a cada novo livro – de estudos a respeito do tema (a maioria dessas publicações aparece sem data; a mais recente é de 2000).

O jornalismo de Goa tem recebido bons estudos, como os de Jaime Rangel (1957), António dos Mártires Lopes (1971) e Sebastião Correia da Silva Leal (1898), Sobre o jornalismo de Cabo Verde, os raríssimos textos são os de A. X. da Silva Pereira (1895), Mimoso Moreira (1941), Bento Levy (1974), Maria Aparecida Santilli (2007) e José Júlio Gonçalves (1966b). Há ainda uma bibliografia abrangente, como a obra de Fernanda Reis (1943) ou de Pedro Wenceslau de Brito Aranha (1885)⁹.

Como o título desse estudo indica, optamos pela referência a uma *imprensa jornalística colonial de expressão portuguesa*, como se disse, na linha seguida por Salvato Trigo a propósito das literaturas africanas, exposta em *Luandino Vieira, o logoteta* (Trigo, 1981). A *imprensa jornalística colonial* tem a ver com toda aquela produção jornalística impressa, realizada nas mais diferentes colônias de Portugal, e neste sentido se incluiria o Brasil, não importando se produzida por autóctones ou por portugueses localizados naqueles locais. Ela é *colonial*, não porque ideologicamente defenda o colonialismo e a colonização, mas porque ela se realiza neste contexto de colonização, traz uma referência espacial, sociocultural e política, mesmo após a concessão da chamada autonomia administrativa e financeira das colônias, que ocorre depois de 1910, quando se estabelece a república em Portugal. Ela já não será mais colonial, contudo, após o 25 de abril de 1974, com a independitização das antigas colônias.

Quanto à *expressão portuguesa*, é porque ela traduz para o idioma português o ponto de vista original do nativo ou daquele ali adaptado, ou com aquela região identificado. Não podemos referir, assim, com esta designação, uma literatura ou imprensa cabo-verdiana expressa em dialeto das ilhas, ou nas diferentes línguas de Angola, Moçambique ou Goa. Ou, ainda, uma imprensa expressa em língua inglesa, quantitativamente

9 Recentemente, publicou-se um belo estudo de Brito Semedo. No ano de 2013, institucionalizou-se uma associação de pesquisadores e editou-se seu primeiro volume de estudos produzidos por seus associados.

interessante. Definimos, deste modo, com clareza o objeto de estudo: a imprensa jornalística produzida nas antigas colônias de Portugal, que se expressou em língua portuguesa, exclusivamente.

Um segundo recorte foi dirigido àquela imprensa que apresentou maior importância em seu desenvolvimento, quais sejam, as de Angola, Moçambique, Cabo Verde e Goa¹⁰. O fato de excluirmos os Açores (que possuem o jornal mais antigo de expressão portuguesa, ainda em circulação), a Madeira ou São Tomé e Guiné-Bissau, além de Macau, deve-se ao fato de estes estudos já estarem bastante bem desenvolvidos, necessitando, contudo, de uma unificação com os demais para que se alcance uma visão de conjunto, o que é, justamente, nosso objetivo concretizar.

Algumas características

As características que, a seguir, pretendemos identificar como *comuns* aos jornais estudados, por extensão, poderão também ser aplicadas em grande parte aos demais jornais da imprensa colonial ou do jornalismo da época, hipótese que estamos buscando confirmar, à medida que desenvolvemos nossos estudos:

1. envio dos exemplares das primeiras edições a um determinado conjunto de habitantes, provavelmente aqueles que constavam como alfabetizados, possuidores de alguma renda e capazes de se interessar por um jornal. A prática era acompanhada de notas naquelas primeiras edições em que se rogava que quem não quisesse assinar o periódico, favor devolvesse-o à redação. Por consequência, a não devolução implicava a aceitação do mesmo e a emissão do boleto de cobrança, *a posteriori*;

2. registro do aparecimento de congêneres, não apenas na própria colônia, quanto nas demais colônias ou metrópole. Isso significa que os jornais de então mantinham um forte intercâmbio, o que se confirma pela observação do ponto seguinte: os jornais noticiavam a suspensão de circulação dos colegas e, por vezes, até a existência de processos (policiais, administrativos ou censuriais), condenações ou absolvições;

10 Goa, e não Índia, porque os jornais em Goa mantiveram-se, em boa parte, editados em português, total ou majoritariamente, enquanto outros jornais indianos foram editados em inglês ou idiomas locais.

3. intenso e contínuo diálogo entre os jornais das colônias e destes com as publicações da metrópole: é comum a citação e transcrição de artigos de uns jornais pelos outros, sejam os coloniais, referindo outros jornais coloniais, sejam os da metrópole, muitas vezes sendo por ela referidos e transcritos também. Dependendo do jornal metropolitano que fizesse a transcrição, certamente o fato seria motivo de orgulho para a publicação colonial;

4. isso implica a constituição de um campo específico de circulação, aquém do círculo de leitores leigos e gerais, ou especializados – mas no campo da política partidária ou dos grupos administrativos, por exemplo –, que a publicação buscava alcançar: pode-se aqui, pois, aplicar o conceito de *campus*, desenvolvido por Pierre Bourdieu (2000). Os jornais se liam entre si e se criticavam. Pode-se mesmo dizer que o jornal que não mantivesse uma constante polêmica com outras publicações era um jornal de menor importância no contexto da imprensa de então;

5. envio obrigatório dos exemplares, para depósito, às bibliotecas do Porto e de Lisboa, advindo daí a possibilidade de se fazer consulta a essas publicações;

6. o lançamento de novos títulos em substituição aos anteriormente suspensos ou proibidos é procedimento comum. Assim, quando um jornal é impedido de circular, imediatamente a instituição editorial lança um novo título; e este novo título assume assinantes, compromissos financeiros e linha editorial do jornal anterior; por vezes, até a numeração é seqüenciada;

7. boa parte dos jornais coloniais, especialmente os de Angola e de Moçambique, é editada por antimonarquistas. Assim, seus editores e/ou diretores são exilados políticos ou funcionários públicos do Judiciário, o que não os livra de novas penalidades impostas pela metrópole;

8. contudo, menos que oposição à condição colonial em si, os jornais das colônias, de modo geral, exercem uma constante crítica às companhias de administração a quem a Metrópole entregava as colônias – as chamadas empresas majestáticas, espécie de empresas terceirizadas pela Coroa portuguesa. Assim, instituições como o Banco Ultramarino Português, a Cia. de Moçambique, a Cia. Nacional de Navegação, dentre outras, são algumas das instituições que mais claramente descontentam as populações coloniais, pela alegada má qualidade de seus serviços. Apesar dos nomes,

elas são todas formadas por capital estrangeiro, especialmente inglês ou alemão. Em consequência, são também as mais visadas pelas publicações. Essa situação se agrava quando da tensão provocada por potências como Inglaterra, França, Alemanha e Bélgica, que pretendem ampliar sua presença no continente africano, ou ao longo da I Grande Guerra;

9. multiplicam-se os períodos de censura ao longo da história desses jornais, na maior parte das vezes por questões absolutamente externas ao próprio contexto colonial; por exemplo, a instalação da república; a tentativa de golpe e reconstituição da monarquia; a I Grande Guerra; críticas às atividades das empresas concessionárias de serviços públicos, etc. Evidentemente, a instituição do Estado Novo se reflete a médio prazo na exigência de uma censura prévia constante, que se expressa através de carimbos ou dizeres impressos: “visado pela censura”, em toda e qualquer publicação. Curiosamente, essa censura não interfere diretamente nas questões locais ou regionais, de modo que falar mal da limpeza da cidade, criticar a companhia de administração, cobrar melhor desempenho dos serviços postais, de modo geral, não são motivo para a intervenção da censura, nem mesmo depois de 1926;

10. a dimensão dos periódicos em geral é a do tabloide, tal como o conhecemos hoje, mas com infinitas variações na sua centimetragem; os jornais em geral circulam com quatro páginas, sendo que a última é dedicada à publicidade (há exceções: alguns jornais de Goa possuem apenas uma folha; alguns jornais de Angola ou Moçambique chegam a oito páginas); de modo geral, os jornais são semanais e definem-se como informativos e noticiosos (embora haja aqueles que sejam políticos e, neste caso, ligam-se claramente a um partido e são em geral fundados pouco antes de uma campanha eleitoral, desaparecendo quase que em seguida);

11. há exigências de registro prévio da publicação, identificação do seu administrador e do seu editor; a partir de um determinado momento, exige-se mesmo um título universitário para o responsável pelo jornal, o que gerará inúmeros problemas para muitas folhas. Poderá ser um engenheiro ou um dentista, mas com titulação universitária, o que era sumamente complexo naquelas distâncias coloniais.

Essas primeiras observações, como dissemos, buscam tão-somente caracterizar alguns pontos em comum às publicações. Evidentemente, o levantamento realizado, e que se encontra ainda em condições interme-

diárias de elaboração, abre caminho para um sem-número de estudos, quer no âmbito daquele trabalho maior de uma história comparada entre a imprensa jornalística lusitana e a brasileira, incluindo-se aí o das ex-colônias portuguesas, quer um estudo específico que reúna todas essas colônias, e que é incompleto, quando existe. Ou, enfim, estudos específicos sobre o jornalismo de cada colônia, hoje nação, com suas características e o detalhamento de cada um de seus jornais, já que o material disponível é, em geral, de caráter histórico, e não analítico. Enfim, abre-se caminho, ainda, para estudos temáticos, sobretudo aqueles que interessam diretamente à teoria e à história do jornalismo, como, por exemplo, a respeito das concepções sobre jornalismo, a função social da imprensa, a resistência à censura, etc., que tais impressos e seus editores apresentavam à sociedade de então. E também, é claro, no desdobramento do projeto, para a história desse jornalismo, após as independências dessas colônias, a partir de 1975.

Como dissemos antes, as dificuldades para a consulta bibliográfica – escassa – são enormes, mas temos tido a sorte de encontrar boa receptividade da parte de outros pesquisadores, tanto no Brasil, ou em Portugal, quanto em países como Moçambique ou Cabo Verde, onde a colaboração entre colegas tem crescido significativamente.

O projeto que temos procurado desenvolver implica atividades conjuntas de profissionais da imprensa ou de pesquisadores, quer em Angola ou Goa, quer em Moçambique ou no Brasil. Na verdade, temos perdido espaços para visitantes inoportunos que buscam as fontes, manipulam-nas a seu talante e pouco permitem de retorno às comunidades de origem de tais publicações. O trabalho associativo que temos buscado, pelo contrário, tem permitido excelente intercâmbio cultural, compreensão e diálogo capaz de levar a uma interpretação flexível dos acontecimentos e, sobretudo, não colonialista.

Se levarmos em conta que a FAMECOS da PUCRS é uma excelente universidade e que recebe bolsistas internacionais em todos os seus semestres e cursos, podemos dizer que a bússola começa a se mexer no sentido de trocarmos informações e as disponibilizarmos entre nós, lendo-nos uns aos outros, o que é fundamental. Mais, lendo-nos com perspectivas de compreensão e disponibilidade, buscando o que nos aproxima, e não o que nos diferencia.

Nós não queremos mais que os *outros* nos estudem, queremos nos estudar nós a nós mesmos. Neste sentido o intercâmbio acadêmico é fundamental. Só assim o conceito de lusofonia, ao mesmo tempo que o de interculturalismo, será fomentado e solidificado: vamos conseguir nos entender melhor na medida em que bem compreendermos os outros. Mais que isso, melhor nos definiremos, na medida em que compreendamos que somos parte de um processo, que formamos uma unidade e uma identidade, ainda que com pequeninas variâncias.

Referências

- ARANHA, P. W. de B. (1885). *Subsídios para a história do jornalismo nas Províncias ultramarinas portuguesas*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- BARROS, E. J. (2004). A imprensa portuguesa em Goa, na Índia. *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona* (pp. 95-108). Lisboa: SOPCOM.
- BOURDIEU, P. (2000). *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- BRANDÃO, F. de C. (1995). *História da expansão portuguesa (1367-1580) – Uma cronologia*. Odivelas: Europress.
- BRITO, B. G. de (1998). *História trágico-marítima*. Rio de Janeiro: Lacerda Editores-Contraponto.
- BRITO-SEMEDO, M. (2006). *A construção da identidade nacional. Análise da imprensa entre 1877 e 1975*. Praia: Instituto da Biblioteca Nacional do Livro.
- CABRERA, A. (Org.) (2011). *Jornais, jornalistas e jornalismo – Séculos XIX-XX*. Lisboa: Horizonte-CIMJ.
- CARVALHO de Menezes, V. G. (1989). Apresentação do Boletim do Governo da Província de Moçambique. In Neves, J. A. das, *História breve da imprensa de língua portuguesa no mundo*. Lisboa: Direcção-Geral da Comunicação Social.
- CHAPARRO, M. C. (2008). *Sotaques d'aquém e d'além mar*. São Paulo: Summus.
- CORREIA, J. M. N. (2011). *Da Cabopress à inforpress AS*. Ramada: ACD Artes Gráficas.
- CUNHA, A. M. da (1923). *A Índia Portuguesa*. Nova Goa: Imprensa Nacional.
- DA Introdução da Tipografia à Passagem de Lourenço Marques a Cidade – Contexto Histórico – 1854-1887 (1954).
- DEVI, V. & Seabra, M. de (1954). *A literatura indo-portuguesa*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.
- DIAS, R. N. (1954). *A imprensa periódica em Moçambique – 1854-1954*. Lourenço Marques: Imprensa Nacional.

- ERVEDOSA, C. (2001). *Roteiro da literatura angolana*. Lisboa: Edições 70.
- ÉVORA, S. L. & Pereira, A. H. (Orgs.) (2013). *As ciências da comunicação em Cabo Verde*. São Paulo: INTERCOM.
- FEIJÓ, J. (2010). *Do passado colonial à independência. Discursos do semanário Savana nas celebrações das datas históricas de Moçambique (1998-2003)*. Maputo: Alcance.
- GONÇALVES, J. J. (1964). *A informação em Angola. Elementos para o seu estudo*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina.
- GONÇALVES, J. J. (1966a). *A informação em Moçambique. Contribuição para o seu estudo*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa.
- GONÇALVES, J. J. (1966b). *A informação na Guiné, em Cabo Verde e em São Tomé e Príncipe*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.
- GRACIAS, J. A. I. (1880). *A imprensa em Goa nos séculos XVI, XVII e XVIII. Apontamentos histórico-bibliográficos*. Nova Goa: Imprensa Nacional.
- GUIRADO, M. C. (2001). *Relatos do descobrimento do Brasil – As primeiras reportagens*. Lisboa: Piaget.
- HOHLFELDT, A. (2009). Imprensa das colônias de expressão portuguesa: Primeira aproximação. *Comunicação e Sociedade*, Ano 30, n.º 51, janeiro-junho de 2009 (135-154). Curitiba, v. 12, n. 2, jul./dez. 2011. São Paulo: INTERCOM.
- HOHLFELDT, A & Amarante, M. I. (Orgs.) (2013). *África: Múltiplos olhares sobre a comunicação*. São Paulo: INTERCOM.
- LARANJEIRA, P. (1995). *Literaturas africanas de expressão portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta.
- LEAL, S. C. S. (1898). *Jornais indo-portugueses. Publicação comemorativa da Exposição da Imprensa realizada em maio de 1898*. Lisboa: Imprensa de Libânio de Silva.
- LEVY, B. (1974). *Em defesa própria. Subsídios para uma história do jornalismo em Cabo Verde*. Sem indicação de editora.
- LOPES, A dos M. (1971). *Imprensa de Goa – Monografia pelo 150.º Aniversário do primeiro jornal de Goa*. Sem indicação de editora.
- LOPO, J. de C. (1964). *Jornalismo de Angola – Subsídios para a sua história*. Luanda: Centro de Informação e Turismo de Angola.
- LOURENÇO, J. P. C. (2003). *A imprensa e a problemática da liberdade de imprensa em Angola: 1866-1923*. Dissertação de Mestrado. Luanda: Instituto Superior de Ciências da Educação, Universidade Agostinho Neto.
- MELO, A. B. de (1986). *A influência do Brasil no jornalismo de Angola*. Nova Iguaçu: Semana Ilustrada Editorial Ltda.
- MOUILLAUD, M. (1997). *O jornal: Da forma ao sentido*. Brasília: Paralelo 15.

- MURIAS, M. (1940). *História breve da colonização portuguesa*. Lisboa: Ática.
- NEVES, J. A. das (1989). *História breve da imprensa de língua portuguesa no mundo*. Lisboa: Direcção-Geral da Comunicação Social.
- NOVAS da Infelicidade da Armada de Sua Majestade que Escreveu o Mestre da Sota Capitania, Biblioteca Nacional de Lisboa, Cx. 2, no. 28, 1558, segundo referência de Maria Cecília Guirado na obra antes mencionada.
- OLIVEIRA, M. A. de (1961). *A sociedade angolana do fim do século XIX e um seu escritor*. Luanda: Editorial NOS.
- 1.º Centenário da Imprensa em Moçambique (1954). *Conferências proferidas no Salão dos Organismos Económicos, em 13 de maio de 1954*. Sem indicação de editora e local.
- QUINTERO, A. P. (1994). *História da imprensa*. Lisboa: Planeta.
- RAFAEL, G. G. & Santos, M. (2001). *Jornais e revistas portuguesas do século XIX*. Lisboa: Biblioteca Nacional.
- RANGEL, J. (1957). *A imprensa em Goa*. Goa, Bastorá: Tipografia Rangel.
- REIS, F. (1943). *O jornalismo colonial na metrópole*. Lisboa: Agência Geral das Colónias.
- ROCHA, I. (2000). *A imprensa de Moçambique*. Lisboa: Livros do Brasil.
- RODRIGUEZ, A. P. & Rocha, N. (1994). História do jornalismo português. In A. P. Quintero, *História da imprensa*. Lisboa: Planeta.
- SANTILLI, M. A. (2007). *Literaturas de língua portuguesa. Cabo Verde. Ilhas do Atlântico: em prosa e verso*. São Paulo: Arte & Ciência.
- SILVA, H. R. da (1992). *Informação portuguesa de Macau*. Macau: Gabinete de Comunicação Social do Governo de Macau.
- SOARES, F. (2001). *Notícia da literatura angolana*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- SOUSA, J. P. (Coord.) (2013). *Estudos sobre o Mercúrio português (1663-1667). Discurso e contexto*. Covilhã: LabCom.
- SOUSA, J. P. (2013). *Jornalismo em Portugal no alvorecer da modernidade*. Porto: Media XXI.
- SOUSA, J. P. (Coord.) (2011). *A Gazeta "da Resauração": Primeiro periódico português. Uma análise do discurso*. Covilhã: LabCom.
- SOUSA, J. P. (Coord.) (2011). *António Rodrigues Sampaio. Jornalista (e) político no Portugal oitocentista*. Covilhã: LabCom.
- SOUSA, J. P.; Pinto, M.; Silva, N.; Silva, G. & Delicato, M. (2007). *A génese do jornalismo lusófono e as relações de Manuel Severim de Faria*. Porto: Universidade Fernando Pessoa.

- TENGARRINHA, J. (1989). *História da imprensa periódica portuguesa*. Lisboa: Caminho.
A terceira edição é de 2013, inteiramente ilustrada e revisada, mas não ampliada. Lisboa: CírculoLeitores.
- TRIGO, S. (1981). *Luandino Vieira, o logoteta*. Porto: Brasília.
- TRIGO, S. (1977). *Introdução à literatura angolana de expressão portuguesa*. Porto: Brasília.

'COMO SEIVA VIVA EM TRONCO FORTE' A Agência Noticiosa Lusitânia e o projeto imperial do Estado Novo 'AS LIVING SAP TO THE OAK' The Lusitânia News and the Imperial project of the Estado Novo

Maria Manuel Baptista *

DEPARTAMENTO E LÍNGUAS E CULTURAS DA UNIVERSIDADE DE AVEIRO E CECS – UNIVERSIDADE DO MINHO
mbaptista@ua.pt

Resumo:

O presente estudo pretende descrever as condições políticas e sociais em que foi criada e se desenvolveu a Lusitânia, uma agência noticiosa portuguesa, destinada a contribuir para o fortalecimento do Império português através da difusão do noticiário colonial na metrópole e deste nas colónias.

Apesar da escassez de estudos existentes e de não ser conhecido o paradeiro dos arquivos da agência, é possível ainda, através de fontes indiretas, avaliar a importância e do papel ideológico desta agência na construção de um Portugal uno do Minho a Timor, como pretendiam o regime e o fundador da agência, Luís Lupi.

Palavras-chave: Lusitânia; Luís Lupi, império português; colonização, salazarismo.

Abstract:

This study aims to describe the political and social conditions in which Lusitania, a Portuguese news agency, was created and developed. This news agency had the main objective to contribute to the strengthening of the Portuguese Empire by dissemination of colonial news in the Portugal and its colonies.

Despite the lack of existing studies and not known the whereabouts of the files of the agency, it is still possible through indirect sources to evaluate the importance of the ideological role of this agency in building a Portugal from Minho to Timor, as intended the regime and the founder of the agency, Luís Lupi.

Keywords: Lusitânia; Luís Lupi; Portuguese Empire; colonization, salazarism.

* Departamento e Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro e CECS- Universidade do Minho. Agregada em Estudos Culturais pela Universidade do Minho e Doutorada em Filosofia da Cultura, pela Universidade de Aveiro, Mestre em Psicologia da Educação pela Universidade de Coimbra e Licenciada em Filosofia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Atualmente dirige, na Universidade de Aveiro, o Programa Doutoral em Estudos Culturais, numa parceria entre as Universidades de Aveiro e do Minho. Os seus interesses de investigação situam-se nas áreas da Filosofia e da Cultura, em Portugal e nos países lusófonos, Comunicação, Psicologia Social e Cultural, Sociologia da Cultura e Turismo Cultural.

Praticamente não estudada até hoje, a agência de notícias Lusitânia funcionou em Portugal, ininterruptamente, durante 30 anos, entre 1944 e 1974. Tinha como objetivo apoiar o Estado Novo na sua ideologia colonial, procurando ajudar a construir, através de uma específica política de comunicação, o Império Português¹. O seu principal mentor foi Luís Caldeira Lupi, que a instalou e dirigiu a partir de um primeiro andar no Largo do Chiado em Lisboa (o mesmo espaço que utilizava a Sociedade de Propaganda de Portugal e o Touring Club de Portugal).

1. As dificuldades na implementação do projeto Lusitânia

Por ser totalmente devotada à apologia do colonialismo português e à propaganda do Turismo em Portugal, autores há (eg. Silva, s/d; Pereira, 1986; Gonçalves, 1963) que hesitam classificá-la como uma verdadeira agência de notícias, mas o facto é que, do ponto de vista do estudo dos mecanismos de construção de um imaginário do Império durante o Estado Novo ela é uma peça essencial. Com efeito, se não conseguiu nunca vender o seu serviço para as agências estrangeiras, conseguiu implantar-se no território metropolitano e ultramarino de forma exclusiva até à criação da sua rival, a Agência Nacional de Informação (ANI), em 1947 e depois até à revolução de 1974, com uma presença no espaço mediático português que não é desprezível, conforme se pode observar pelo quadro seguinte, relativo a 1958:

1 Sobre o salazarismo, escreveu Moisés de Lemos Martins, 1990, *O Olho de Deus no Discurso Salazarista*. E especificamente sobre o imaginário salazarista, escreveu “A Pequena Casa Lusitana e o Mar Imenso”, capítulo do livro *Para uma Inversa Navegação. O Discurso da Identidade* (Martins, 1996: 79-90).

Quadro I. Aproveitamento do serviço da Lusitânia em 1958 (valores absolutos)

Jornal	Nº de notícias aproveitadas	1ª página
O Comércio do Porto	2002	59
Diário da Manhã	1771	131
A Voz	964	122
Jornal de Notícias	928	41
O Século	826	75
Novidades	791	53
Diário do Norte	719	13
Diário de Lisboa	681	23
Diário de Notícias	558	15
Diário Ilustrado	524	23
Diário Popular	362	15
Jornal do Comércio	282	118
total	10544	688

Fonte: Relatório de atividades da Agência Lusitânia de 1958 (Arquivo Salazar Pc-55, cx631, pt34).

Com efeito, já no ano anterior, em 1958, mas referindo-se ao ano transato de 1957, Lupi havia enviado ao Ministro do Ultramar (que por sua vez o reenviou a Salazar) um relatório de atividades do mesmo género onde se afirmava que os jornais nacionais que mais tinham aproveitado o noticiário da Lusitânia foram *O Comércio do Porto*, com 1859 notícias, *O Diário da Manhã*, com 1488 notícias, *A Voz*, com 1130 notícias e *O Século*, com 1004 (com maior grau de aproveitamento destacam-se as notícias provenientes de Luanda, Lourenço Marques, Goa e Funchal). Seguem-se o *Novidades*, com 824 notícias, *Jornal de Notícias*, com 760, *Diário de Notícias*, com 636, *Diário de Lisboa*, com 596, *Diário do Norte*, com 523, *Diário Popular*, com 308, e *Diário Ilustrado*, com 267, num total de 9586 notícias (das quais 1087 foram primeira página).

E se dúvidas ainda persistissem, Lupi (1959) esclarece, nesse mesmo relatório a que tivemos acesso, que a Agência, em 1958, portanto no seu décimo quarto ano de existência, tinha já 16 correspondentes fora do espaço metropolitano (mais dois do que em 1957).

Um outro indicador indireto (pois que não conseguimos até ao presente localizar nem sequer vestígios do Arquivo da Lusitânia) relativo à dimensão e volume do noticiário da Agência encontramos-lo nos Arquivos do Secretariado Nacional de Informação (Censura, Cx 140), onde pudemos ter acesso a um dia completo de emissão noticiosa (sem considerar aqui as notícias enviadas por telefone, curtos telegramas que eram emitidos diariamente, três vezes ao dia). Trata-se do dia 8 de Fevereiro de 1974 em que a Lusitânia produziu para os jornais nacionais 56 telegramas de proveniências diversas: Luanda, Lourenço Marques, Díli, Nampula, Paris, Bissau e Nova Lisboa.

Acresce ainda o facto de Luís Lupi ter utilizado a sua experiência jornalística como correspondente da *Associated Press* e da *Reuters* para dirigir a *Lusitânia*, criando mesmo o primeiro livro de estilo de um órgão de comunicação social português, que se dividia em duas partes: 1. «O que a Lusitânia espera dos seus correspondentes» e 2. «O que a Lusitânia recomenda aos seus redatores» (1957, Abril, 12 PC-42/25)

Com efeito, partilhamos a opinião de Wilton Fonseca (1995: 14-15), que considera que a Lusitânia “(...) [consubstanciou], como nenhum outro órgão de Comunicação Social, as preocupações, as contradições, as hesitações, os problemas e até mesmo as virtudes do regime que terminou com o 25 de Abril”.

Lupi compreendeu melhor do que ninguém (ou pelo menos muito antes de Salazar) a importância de constituir um espaço informativo em língua portuguesa que pudesse, não apenas construir imaginariamente para os povos ultramarinos e continentais a realidade comum do espaço político e administrativo em que viviam, mas sobretudo neutralizar o serviço noticioso de agências estrangeiras que, segundo dizia, penetravam com facilidade nos jornais das colónias, fazendo circular uma outra narrativa internacional a propósito do Império Colonial Português.

No discurso que proferiu na cerimónia de inauguração da Lusitânia sublinhava precisamente esta dimensão fundamental da agência: «dora-vante, todos ou quase todos (e pedimos a Deus que possam ser todos em breve) os portugueses do Ultramar terão diariamente os meios necessários, a possibilidade de viverem, dia a dia, a vida que os seus irmãos da Metrópole vivem – de sentirem com eles as mesmas alegrias, os mesmos anseios, as mesmas desditas, por viverem juntos, e não separados. É isso

que a Lusitânia se propõe realizar, utilizando os meios que a larga visão de Vossa excelência, senhor Professor Marcello Caetano, tornou possível» (cit. in Fonseca, 1985:73)

É por isso que, apesar de ter burilado este projeto de uma Agência Noticiosa portuguesa já na década de 30, cuja propriedade seria a de uma cooperativa de jornais portugueses a constituir, apenas conseguirá implementar parte destas suas ideias com o apoio de Marcelo Caetano e a sua ascensão no governo enquanto Ministro das Colónias (entre 1944 e 1947), e ainda após uma comunicação ao II Congresso da União Nacional, em 1944, sintomaticamente intitulada «Consolidação da Unidade Portuguesa», que não terá merecido grande entusiasmo nem acolhimento.

No entanto, e ainda não contente com a difusão e impacto da Lusitânia, procurou por todos os meios convencer o poder político da necessidade de criar uma Agência Noticiosa Portuguesa de caráter e alcance internacional. Em 13 de janeiro de 1955 chega mesmo a apresentar a sugestão da criação de uma agência noticiosa nacional ao Ministro do Ultramar, Comandante Manuel Maria Sarmiento Rodrigues, que reenvia a proposta a Salazar (Arquivo Salazar, Pt 7, 1955, Janeiro 13 PC 42/7).

Lupi preocupava-se com o modo como a influência política a nível internacional condicionava a distribuição dos noticiários pelas diferentes regiões do globo, excluindo do xadrez internacional a lógica imperial e multicontinental portuguesa. Como refere Fonseca (1985: 37), "(...) enquanto que Portugal Continental estava entregue à Havas, antecessora da France Press, a África Portuguesa, a Índia, Macau e Timor ficavam sob o domínio informativo da Reuter, com algumas influências norte-americanas, na altura não muito significativas (...)". Para além disso, também o Brasil estava sob a influência da Havas.

Um tanto estranhamente Salazar nunca chega a responder à sugestão de Lupi para criar uma agência noticiosa portuguesa. De resto, as relações de Lupi com Salazar e o Estado Novo em geral vêm a revelar-se algo tensas, desde logo com a criação de uma agência rival que também tem o apoio do Estado, mas sobretudo com a diminuição do subsídio estatal que permitia saldar as contas da Lusitânia com a Marconi. Com efeito, desde 56 que o Ministério do Ultramar foi diminuindo o valor do referido subsídio e Lupi vê-se na obrigação de diminuir o volume de notícias diárias, facto

de que se queixa amargamente nos relatórios que desde essa altura envia ao poder político.

De qualquer forma, Lupi, enquanto administrador delegado da Lusitânia procurou manter sempre uma imagem pública de neutralidade face ao poder político nunca confirmando o subsídio que recebia do Ministério do Ultramar, sob a rubrica ‘desenvolvimento da colonização’ (Silva, s/d). A Lusitânia não tinha fins lucrativos, não deveria estar ao serviço de interesses particulares e por isso foi integrada na Sociedade de Propaganda de Portugal, cujo secretário-geral era o próprio Lupi. Apesar de ter sido natural a integração desta Agência no SNI de Ferro, tal não aconteceu dadas as relações tensas que Ferro e Lupi mantinham. Por outro lado, Marcelo Caetano considerava que o organismo de Ferro se tinha burocratizado e não cumpria mais as suas funções, pelo que naturalmente apoiou a pretensão de Lupi para que a Lusitânia tivesse como interlocutor o Ministério das Colónias.

É ainda nos relatórios que produz para esse Ministério, já no ano de 1958, que se refere sistematicamente a um outro constrangimento à atividade da Lusitânia: as dificuldades de comunicação com Angola, Guiné e Índia, bem como para os Açores (apesar de tudo funcionar sem problemas de maior na comunicação com os navios comerciais e militares, para onde diariamente a Lusitânia transmitia o essencial do seu noticiário).

No que respeita aos equipamentos de edição e transmissão, Silva (s/d) descreve-os da seguinte forma: “a Lusitânia trabalhava ainda de uma forma muito primitiva. As notícias continuavam a ser passadas a *stencil* e distribuídas aos subscritores de Lisboa por estafetas que se deslocavam de bicicleta. Para o Funchal e colónias portuguesas no Ultramar, a transmissão do serviço informativo da agência era assegurado pela Marconi. Ao abrigo de um acordo celebrado com a Transportadora Aérea Portuguesa (TAP), a Lusitânia enviava ainda para as colónias ultramarinas um serviço informativo mais completo, que chegava aos jornais já pronto a publicar.”

Quanto aos jornais da metrópole, tudo passava pelo *Grémio da Imprensa Diária* que pagava as avenças dos jornais diretamente à Lusitânia, evitando falhas no pagamento e interrupção do serviço aos seus associados.

2. A Lusitânia ao serviço do projeto imperial português

Foi, então, neste quadro que a Lusitânia de Lupi desenvolveu a sua atividade de agência de notícias, num contexto ideológico, político e comunicacional que o próprio apresenta ao II Congresso da União Nacional em 1944, nos seguintes termos:

Tal como os grandes 'trusts' e os grandes monopólios, e aproveitando as facilidades de comunicação que a ciência e o progresso deram ao Mundo, algumas grandes potências criaram e animaram a atividade das agências noticiosas que se tornaram verdadeiros fatores imperiais. (...) Por essas linhas telefónicas, por esses fantásticos cabos submarinos correu e corre, diariamente como seiva viva em tronco forte até aos mais recônditos rebentos da sua frondosa árvore imperial, um caudal de notícias. Traz e leva, dia a dia, à mesa do primeiro almoço ou ao recanto quente da lareira a última novidade da Pátria ou da Colónia distante ou, simplesmente, o último escandalozinho (tão grato na memória e na saudade da vida quotidiana do homem), duma terra distante e saudosa. E a par disso, a par desse inocente e agradável noticiário, um oceano de notícias corre sobre os oceanos, a toda a hora, levando a todos os pontos do Mundo tudo quanto acontece mas que é visto e contado, como não podia logicamente deixar de ser, na forma mais conveniente aos interesses imperiais que serve. (Lupi, 1973: 99)

E foi exatamente este modelo que Lupi se propôs desenvolver na Lusitânia, intento que 14 anos depois do início de atividade parece ter conseguido plenamente, a avaliar pelos dados constantes do relatório que envia ao Ministro do Ultramar em 1958 (a que já fizemos referência), onde demonstra a utilidade que os jornais portugueses deram ao serviço ultramarino da sua agência noticiosa.

Quadro II. Notícias publicadas nos jornais da Metrópole segundo as suas origens

Origem	Nº de notícias
Luanda	3727
Lourenço Marques	1233
Goa	963
Funchal	879
Beira	843
Horta	296
Bissau	272
Macau	271
Angra do Heroísmo	263
Praia	263
São Tomé	248
Benguela	232
Dili	139
Ponta Delgada	101
Aeroporto de Santa Maria	30
Aeroporto do Sal	24
Diversos Estrangeiros	760
Total	10544

Fonte: Relatório de atividades da Agência Lusitânia de 1958 (Arquivo Salazar Pc-55, cx631, pt34)

Mas em que consistia concretamente o projeto imperial de Lupi e ao qual subordinou durante 30 anos a atividade da Lusitânia?

Para tentarmos esboçar o quadro em que será possível responder a esta questão pretendemos socorrer-nos brevemente, não só da dimensão biográfica de Lupi mas também de um texto que nos parece particularmente elucidativo do que é a mentalidade colonial deste jornalista, publicista, conferencista, correspondente de diversos jornais e agências estrangeiras, homem de negócios (chegou a ser presidente do Conselho Fiscal da Standard Eléctrica em Portugal), político ligado ao Turismo e à promoção de Portugal no estrangeiro, por vezes com uma atividade que

parece oscilar entre a diplomacia internacional e a espionagem (como de resto será acusado, mais tarde, pela PIDE).

Nascido em 1901 em Lisboa, foi com cerca de 3 anos para Lourenço Marques, onde o pai havia sido colocado como chefe dos Caminhos-de-ferro. Estudou no colégio de Lydenburg (Transval Oriental), mas acabou por ser enviado para Inglaterra, onde permaneceu aos cuidados de um amigo da família, Leo Weinthal, proprietário e diretor do jornal *African World* (em 1928 prepara um número especial sobre Angola e Moçambique).

Em 1929, para além de ser correspondente para o *African World*, trabalha na Agência Geral das Colónias e no *Jornal da Europa*. Na AGC recebe os jornais das colónias com semanas de atraso, esforçando-se por fazer um resumo a distribuir pelos jornais, que já pouco o aproveitavam. Acabará por representar a Reuters em Portugal (durante 12 anos) e, mais tarde a Associated Press, vendo os seus textos espalhados por todos os jornais americanos. Será ainda o representante do *Irish Independent*, de Dublin. Foi o responsável pelo Primeiro Congresso Nacional de Turismo (1935) e colaborou com a Sociedade de Geografia, versando assuntos africanos e de política internacional. Para além de numerosos opúsculos, publicou, em 1936, *Achtung! – Uma Civilização Ameaçada*, de pendor fortemente anticomunista.

Foi feito Visconde de Baçaim pelo Papa João XXIII e publicou três volumes de *Memórias* entre 1971 e 73. Faleceu em Madrid em 1977, após ter visto a sua Lusitânia tomada pelos trabalhadores no 25 de Abril de 1974 (tendo vindo a encerrar a sua atividade no ano seguinte).

Ainda no período sidonista, regressa por um breve período a Lourenço Marques e trabalha no *The Lourenço Marques Guardian*. Desde essa altura que se queixa amargamente da falta de uma agência portuguesa fiável que informe as colónias do que se passa na metrópole, pois só as estrangeiras aí chegam. Fervoroso sidonista, toda a sua formação nacionalista se faz a partir ainda do rescaldo das ações de pacificação de Mouzinho de Albuquerque em Moçambique (Pinto, 1994), cujas palavras repete logo nas primeiras páginas das suas *Memórias*: “Para salvarmos Moçambique bastará respeitar três princípios: amar a Pátria sobre todas as coisas; odiar os boers e os ingleses; desconfiar de todos os missionários que não sejam católicos e portugueses” (Lupi, 1971: 18).

Sobre uma outra viagem a África, escreverá, em 1929:

Já se perde na noite dos tempos a lenda da África dos perigos e mistérios, das febres, das feras e do oiro fácil. Os seus mistérios estão desvendados, os perigos foram vencidos, as febres são combatidas pela ciência, as feras raras e o oiro é ganho com trabalho persistente e honesto. A civilização europeia venceu mais um continente e assim a África surge-nos hoje não como espectro assustador e lugar de castigo, mas como terra prometedor, cheia de possibilidades, mesmo para os mais tímidos e fracos. (Lupi, 1929:244)

E acrescenta

A vida em Lourenço Marques difere um pouco da vida as outras cidades coloniais portuguesas e estrangeiras porque é grandemente cosmopolita. Todos levaram para ali um pouco dos seus costumes e dos seus hábitos, das suas qualidades e dos seus defeitos, adaptando-os à vida colonial portuguesa. Depois dos europeus portugueses são os ingleses que formam a colónia mais importante. Para lá levaram os seus clubes, os seus desportos, as suas instituições, sendo agradável notar que estas não mantêm as características rigidamente britânicas que eles costumam apresentar em toda a parte. Depois são os índios, oriundos da Índia inglesa e portuguesa, pitorescos no seu trajar, de camisa de fora e pernas ao léu, cheirando a caril e a noz-moscada e que conseguiram açambarcar o comércio com os indígenas, até mesmo com os europeus; os gregos, com lojas de fruta e, nos quiosques vendendo gelados e jogando impenitentemente aos dados; os chinas, de longa trança e vestidos à europeia, exploram a horticultura e mantêm casas de pasto nas imediações dos quartéis, têm um sumptuoso «Pagode» e um clube republicano. Os índios portugueses católicos formam uma das mais numerosas colónias, ocupando muitos lugares nos serviços públicos e até altas funções na burocracia e magistratura; os italianos exploram hotéis; franceses belgas e alemães ocupam-se no comércio, na indústria, nas empresas de navegação, etc. Os naturais, indígenas civilizados, são excelentes criados de servir e contínuos nas repartições públicas e escritórios comerciais, vestem à europeia com exagerada elegância. Os *zanzibaristas* e *macuas*, pretos maometanos, são típicos pelo seu cofió vermelho de longa borla preta e longa cabia branca. Todos concorrem para o aspeto pitoresco da cidade, com a variedade dos seus hábitos, trajes e línguas e todos parecem viver felizes na terra e sob a liberal e justa administração portuguesa. (*Ibidem*: 247-248)

É exatamente nesta mesma linha que defenderá, numa conferência proferida 20 anos mais tarde, e já com quatro anos de existência da Lusitânia, em 1949, no Rotary Club de Lisboa, intitulada «África para a Europa», que África, por estar aos pés da Europa, é um «continente complemento da Europa, como Deus quis que fosse e os portugueses promoveram» (Lupi, 1949:21).

Referências:

- DIAS, J. (1949). Direcção dos Serviços de Censura. *CasaComum.org*. Disponível em: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_153214. Acesso em 2013/7/3.
- FONSECA, W.(1995). *À Sombra do Poder – A história da Lusitânia 1944-1974*. Lisboa: Edições Memória do Tempo.
- GONÇALVES, J. (1963). *Sociologia da Informação*, Vol. I. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.
- LUPI, L. (1973). *Memórias, Diário de um Inconformista*, Vol. III. Lisboa: Editora Pax.
- LUPI, L. (1971). *Memórias, Diário de um Inconformista*, Vol. I. Lisboa: Editora Pax.
- LUPI, L. (1954). Sem Título. *CasaComum.org*, Disponível em: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_79002. Acesso em maio de 2013.
- LUPI, L. (1950). *A África para a Europa* (Palestra proferida no Rotary Club de Lisboa em 27 de dezembro de 1949), p. 29. Lisboa: ed. Rotary Club de Lisboa.
- LUPI, L. (1929). Lourenço Marques – Cidade que Honra Moçambique e Portugal. *Boletim da Agência Geral das Colónias*, Vol V – 50: 228-238.
- MARTINS, M. L. (1996). *Para uma Inversa Navegação. O Discurso da Identidade*. Porto: Afrontamento.
- MARTINS, M. L. (1990). *O Olho de Deus no Discurso Salazarista*. Porto: Afrontamento.
- PEREIRA, C. (1986). 120 anos de História ao Telex. *Expresso*, 28/3/1986.
- PINTO, A. (1994). *Os Camisas Azuis – Ideologia, elites e movimentos fascistas em Portugal, 1914/45*. Lisboa: Editorial Estampa.
- SILVA, S. (s/d). *Contributo para uma História das Agências Noticiosas Portuguesas*. Disponível em: <http://bocc.ubi.pt/pag/silva-sonia-agencias-noticiosas-portugal.html>. Acesso em abril de 2013.

FLUXOS CULTURAIS ASSIMÉTRICOS E REFLEXÕES COMUNITÁRIAS

ASYMMETRICAL CULTURAL FLOWS AND COMMUNITY REFLECTIONS

Benjamin Abdala Junior *

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
benjaminjr@terra.com.br

Resumo:

Análise da ascensão do comunitarismo cultural, tal como ele se coloca diante da repactualização política internacional originária do *crack* financeiro de 2008. A partir do lócus enunciativo brasileiro, colocam-se dois enlaces principais, do ponto de vista literário e cultural: para os países de língua portuguesa e iberoamericanos. Tais formulações não restringem políticas de cooperação e de solidariedade, pois que, de acordo com o autor, o mundo configura-se cada vez mais como de fronteiras múltiplas e identidades plurais. O texto, a partir dessas configurações, centra-se no comunitarismo cultural dos países de língua portuguesa, levantando questões de ordem política no sentido de problematizar a atual assimetria dos fluxos culturais e as estratégias de administração da diferença para a preservação de hegemonias estabelecidas. Há referência a escritores de Portugal, do Brasil e dos países africanos de língua portuguesa.

Palavras-chave: Administração da diferença; comunitarismo cultural; hibridismo cultural; Ibero-afro-américa.

* É professor titular da FFLCH da Universidade de São Paulo. Pesquisador IA do CNPq, foi coordenador dessa área e membro do Conselho Técnico-Científico do Ensino Superior dessa agência do MEC. Ex-presidente da Associação Brasileira de Literatura Comparada e atual presidente da AFROLIC, foi por duas gestões representante dessa área do conhecimento no CNPq. Membro do Conselho Editorial de várias revistas científicas, foi diretor ou coordenador de séries ou coleções editoriais, entre elas, a *Princípios e Fundamentos* (Editora Ática), *Literatura Comentada* (Editora Abril), *Ponto Futuro* e *Livre Pensar* (Editora SENAC-SP). Entre os mais de quarenta títulos que publicou, situam-se *A escrita neo-realista* (1981); *História social da literatura portuguesa* (1984); *Tempos da Literatura Brasileira* (1985); *Literatura, história e política* (1989); *Fronteiras múltiplas, identidades plurais: um ensaio sobre mestiçagem e hibridismo cultural* (2002); *De vãos e ilhas: literatura e comunitarismos* (2003); *Literaturas de língua portuguesa: marcos e marcas – Portugal* (2007); *Literatura Comparada e reflexões comunitárias, hoje* (2012).

Abstract:

This essay is an analysis of the rise of cultural communitarism, in the face of the new international political pact that is originated by the financial crash of 2008. From Brazilian enunciative locus, there are two main relations from the literary and cultural viewpoint: between Portuguese language countries and Ibero-American countries. Such formulations do not restrict cooperation and solidarity policies, since the world is, according to the author, configured of multiple borders and plural identities. The text brings into focus the cultural communitarism of Portuguese language countries, by formulating political issues in order to problematize the current asymmetrical cultural flows, as well as the strategies of the administration of difference that preserve the established hegemonies. There are references to writers of Portugal, Brazil and African Portuguese language countries.

Keywords: Administration of difference; cultural communitarism; cultural hybridism; Ibero-Afro-America.



As relações comunitárias supranacionais são, hoje, laços de uma sociedade que tende a se organizar em redes. Em relação aos países de língua portuguesa, esses laços lingüístico-culturais formaram-se através de uma experiência histórica comum, associada ao sistema colonial. Os primeiros colonizadores da América Latina vieram da região que os árabes chamaram de Al-Ândalus. Algarve provém de Al-Gharb al-Ândalus (Andaluzia Ocidental), que abrangia o atual Algarve e o baixo Alentejo. A maior parte da população popular de Lisboa, na época dos Descobrimentos era de origem moura. Eram regiões culturalmente híbridas, para onde confluíram muitas culturas da bacia cultural mediterrânica. Alargando as observações, poderíamos afirmar que a bacia mediterrânica, na perspectiva de um campo que se organiza em rede, constitui um nó multívoco, pelos cruzamentos histórico-culturais entre a Europa, África e Ásia. No processo de colonização das Américas, seu repertório híbrido e polissêmico veio a misturar-se ainda mais pelas interações com os povos ameríndios e africanos. Entendemos que esses países ibero-americanos e, mesmo ibero-afro-americanos, reúnem condições, na atualidade, para a constituição de um bloco comunitário, que, ao lado de outros, mais restritos ou abrangentes, poderão vir a reunir condições de colocar limites às assimetrias imperiais dos fluxos culturais.

Temos argumentado que o mundo configura-se cada vez mais como de fronteiras múltiplas e as identidades devem ser vistas no plural (Abdala Junior, 2002). Em termos de aproximações lingüístico-culturais, impõem-se horizontes plurilíngües e reciprocidades em termos de poder simbólico. Em nosso caso, para além das notórias laçadas para os países de língua espanhola, há a variedade e amplitude das redes comunitárias. Num mundo onde o inglês acabou por se constituir numa espécie de língua franca, é necessário que falemos também em português e outros idiomas, inclusive no campo tecnológico. Em termos lingüísticos, não apenas como língua de cultura, mas de ciência.

Muitas redes comunitárias supranacionais têm-se firmado em escala planetária, como os movimentos de gênero, de defesa e promoção dos direitos humanos, da ecologia, etc. Estabelecem-se, assim, campos de interlocução, para além das fronteiras de Estado, constituindo possibilidades de contrapontos à monologia dos fluxos hegemônicos. Tais campos, múltiplos, da vida comunitária supranacional reúnem condições de contribuir para interferir democraticamente na vida social, numa linha onde a particularidade nacional tende a se articular em rede supranacional.

Um mundo misturado, reconfigurações

Neste momento de *crack* do capitalismo financeiro e de reconfigurações de estratégias, parece-nos imprescindível que a crítica assuma uma atitude mais ativa para criar ou redesenhar, com matização mais forte, tendências de cooperação e solidariedade. E, se possível fazer confluir, para a interlocução comunitária, bases para a ação política na forma de blocos. Blocos politicamente mais eficazes para estabelecer contrapontos à monologia da competitividade que tem marcado o processo globalizador e que chegou a seu paroxismo, enquanto ideologia dominante à escala planetária, na situação anterior ao *crack* financeiro.

Entretanto, como diz Riobaldo, personagem de *Grande Sertão: Veredas*, de Guimarães Rosa, o “mundo é muito misturado”, e a personagem fica angustiada pelo fato de que não divisa a possibilidade de pastos bem demarcados. Busca uma racionalidade binária, como se a razão não envolvesse matizações de todo um feixe de possibilidades:

“Careço de que o bom seja bom e o ruim ruim, que dum lado esteja o preto e do outro o branco, que o feio fique bem apartado do bonito e a alegria longe da tristeza! Quero os todos pastos demarcados... Como é que posso com este mundo? A vida é ingrata no macio de si; mas transtraz a esperança mesmo do meio do fel do desespero. Ao que, este mundo é muito misturado...” (Rosa, 1986: 191-192).

De forma correlata, se, da economia ao campo cultural, houve efeitos perversos dos modelos articulatórios do capital financeiro, que flexibilizaram fronteiras para impor a ordem hegemônica, por outro lado, o princípio da contradição fez emergir atitudes reativas e esse enfraquecimento favoreceu o fortalecimento de ações comunitárias, pelas brechas dessa política. Nesta nova situação, que se afigura pós-neoliberal, podemos nos permitir o otimismo desta afirmação: as associações comunitárias tornam-se ainda mais urgentes e envolvem a possibilidade de novas articulações, para além das tradicionais. É de se lembrar a emergência do chamado BRIC – Brasil, Rússia, Índia e China –, bloco agora crescido pela presença da África do Sul, entre outras possibilidades.

Nessa ampliação, em geral, das interlocuções entre países e blocos, abre-se agora a possibilidade de um melhor diálogo, inclusive em relação com setores mais democráticos dos próprios Estados Unidos, na possível reconfiguração da política desse país. Em nível de Estado, evidentemente os Estados Unidos procurarão estabelecer novas bases, para que continuem a preservar as assimetrias no campo das circulações culturais e a promover a aceitação das formulações discursivas que inculcam e naturalizam seus pressupostos particularistas como universais. Na nova configuração internacional que se esboça, em meio à crise, abre-se a possibilidade de uma maior abertura, já que o momento também é de mudança de paradigmas. Isto é, dos escaninhos, em termos de conhecimento, que são as circunscrições pelas quais aprendemos a pensar o mundo.

Cooperação, reciprocidades

Em relação à produção literária, esta cada vez mais exige a compreensão do sentido supranacional dos fluxos culturais, com destaque para o comparatismo literário. Foi decorrência histórica, no Brasil, nos estudos de literatura comparada, a afirmação de um comparatismo que veio das

imposições de nosso processo de colonização. Verificar essas bases tem sido uma forma de nos situar diante dos fluxos inclinados à colonização de nosso imaginário. Trata-se de um comparatismo importante e necessário para o nosso autoconhecimento. Nas atitudes de atores culturais do passado podem ser configuradas linhas que são imprescindíveis para a melhor compreensão de nossa atualidade sociocultural. Entretanto, a restrição a esse comparatismo não nos parece suficiente, em termos político-culturais. Temos proposto uma outra forma de comparatismo, para figurar ao lado desse primeiro, que com ele acaba por se imbricar na prática comparatista. Um comparatismo prospectivo, pautado por relações comunitárias, um comparatismo da solidariedade, da cooperação. Comparar diante de problemáticas que nos envolvem a todos para nos conhecer naquilo que temos de próprio e em comum. Enlaces comparatistas, tendentes a relações de reciprocidade.

É evidente que qualquer novo recorte que implique ações de ordem política poderá fazer emergir novas formas de hegemonia. Mesmo quando nos empolgamos com o estabelecimento de laços de cooperação, é preciso atentar para hábitos culturais arraigados, que incorporam gestos hegemônicos nas relações entre países e regiões, em situações de aparente reciprocidade. Lembramos, para ilustrar, um comentário do crítico cubano Roberto Fernández Retamar (1995), que afirmava gostar de alguns críticos europeus que, de maneira simpática, diziam que o Caribe era o Mediterrâneo americano, mas que ficaria muito mais satisfeito se eles viessem também a dizer, imaginamos, sem constrangimentos, que o Mediterrâneo é que seria o Caribe europeu...

Pós-colonialismos

O processo colonial fixou hábitos, repertórios literários e culturais, que vieram dessa experiência histórica e dos contatos culturais entre povos que até então não se conheciam. Se há hoje toda uma inclinação crítica para mudanças de paradigmas, sejam eles filosóficos ou estéticos, em relação às áreas do conhecimento, entendemos que essa tendência não pode se naturalizar sobre um rótulo genérico de um “pós”, uma redução ao obsoleto de toda uma experiência que se consubstancia no presente. Pior ainda pode ocorrer em relação às instâncias políticas, onde o “pós”,

afeito às condições da mídia e dos produtos moda, procura tudo reduzir a uma tábula rasa, sem passado.

Temos de levar na devida consideração o fato de que a teorização pós-colonial tem discutido convenientemente questões relativas à globalização, aos deslocamentos dos povos e ao processo de americanização do mundo, sob o impacto da mídia e do consumo mercadológico. Em relação às questões político-sociais, entretanto, ela pode tender a inclinações genéricas. São igualmente pós-coloniais quaisquer sociedades marcadas pelo colonialismo, sem maior consideração sobre sua historicidade, nivelando países que se emanciparam no período pós-Segunda Guerra Mundial aos que se emanciparam desde o século XIX. Falar de pós-colonialismo, sem consciência dessas especificidades, implica nivelar uma cultura como a do Canadá, ou da África do Sul, por exemplo, à complexa situação cultural da Índia – ambas ex-colônias britânicas. Só uma análise sociocultural pode revelar de que pós-colonialismo se trata. Essa situação se torna ainda mais complexa, se vinculada – como acontece – à ênfase diaspórica dos estudos pós-coloniais. Coloca-se novamente a necessidade de se considerar de onde fala o crítico e os laços socioculturais que acabam por enredar suas formulações discursivas.

Como se observa na bem humorada, mas irônica observação de Reta-mar, as linhas de construção do imaginário associado a um campo intelectual, enquanto forma, continuam a atuar para além da situação de origem. São atualizadas muitas vezes com marcas do poder simbólico hegemônico, que vem de situações históricas específicas e que não podem ser escamoteadas. O pensamento crítico não pode descartar, através de um prefixo “pós”, cinco séculos de contatos e assimetrias culturais, inclusive o repertório cultural que foi construído. O grande problema, voltando-nos ao conceito de pós-colonialismo, é de que ele pode levar a atenuar o que é fundamental ao ato crítico: uma visão crítica e atuante, capaz de problematizar fatos histórico-culturais que vieram de experiências históricas que têm suas particularidades.

São muitos os pós-colonialismos. Há, por exemplo, o pós-colonialismo do ex-colonizador, que encontramos num romance como *Os cus de judas*, de Lobo Antunes (1979); e, para contrastar, o do ex-colonizado, como em *Mayombe*, de Pepetela (1982). O primeiro vai desconstruir mitos e fazer de sua memória individual um depoimento que se quer história. Pepetela,

numa direção oposta, embala-se por mitos, sem deixar de criticar indivíduos que se querem mitos. Nessa crítica, evidencia posturas etnocêntricas do passado que se reproduzem no presente. Em Lobo Antunes, enfatiza-se a desconstrução dos mitos e a distopia; em Pepetela, na formação de um novo Estado nacional, a construção e a utopia. Há ainda o pós-colonialismo dos colonizadores que permaneceram na metrópole e dos ex-colonizados que migraram. A clara delimitação do chamado locus enunciativo e de sua historicidade é, pois, imprescindível para uma crítica que pretenda afastar-se da generalidade.

Mimetismo cultural e relações de poder

Refletir sobre especificidades nacionais implica situá-las num processo de agenciamentos comunitários que tem um solo histórico e relações de poder simbólico. Temos destacado o sentido político de se discutir literatura no âmbito do comunitarismo ibero-afro-americano, mas – voltamos a insistir – as articulações comunitárias podem ser de muitas ordens e politicamente nos parece importante relevar que o mundo atual é de fronteiras múltiplas e identidades plurais, seja numa perspectiva individual ou nacional. São interações que levam à consideração de um complexo cultural híbrido, interativo, onde a cultura brasileira, por exemplo, é multifacética e se alimenta produtivamente de pedaços de muitas culturas, sem deixar de sofrer os efeitos das assimetrias dos fluxos culturais. Tais considerações, para além das especificidades nacionais, torna necessária a consideração do repertório enfaticamente híbrido de nossa formação cultural. Na apropriação desse repertório, a consciência dessa historicidade e relações de poder que ensejou pode contribuir para o afastamento de produções miméticas, afins da convenção ou do estereótipo. Tal sentido crítico contribui para o desenvolvimento de inclinações abertas à criatividade e que às vezes levam ao questionamento de espartilhos ideológicos e identidades míticas. Foi o que ocorreu, por exemplo, com o poema “Camões: história, coração, linguagem”, de Carlos Drummond de Andrade, escrito numa situação histórica pós-Revolução dos Cravos. Ao se apropriar de imagens e procedimentos poéticos camonianos, ele estabeleceu um diálogo com a historicidade das leituras do poeta português e da nova situação histórica, democrática, de Portugal:

“Dos heróis que cantaste, que restou
senão a melodia do teu canto?
As armas em ferrugem se desfazem,
os barões nos jazigos dizem nada.”

Nessa desideologização das apreensões conservadoras, em especial da época salazarista, sem deixar de seguir imagens e ritmos camonianos, o poeta brasileiro termina por afirmar:

“Luís, homem estranho, que pelo verbo
és, mais que amador, o próprio amor
latejante, esquecido, revoltado,
submisso, renascente, reflorindo
em cem mil corações multiplicado.
És a linguagem. Dor particular
deixa de existir para fazer-se
dor de todos os homens, musical,
na voz de órfico acento, peregrina.”
(*Apud* Abdala Junior, 1993: 62-63)

A identificação no repertório comum não implica, assim, mimetismo. A distância crítica advém não apenas através da perspectiva de um brasileiro, mas sobretudo de quem estabelece suas bases poéticas na persistência de uma mesma linguagem comunitária. Ampliando essas observações, podemos afirmar que é importante do ponto de vista crítico estudar esses diálogos, embutidos – explicitamente ou não – nos repertórios literários, que circulam entre os países de língua portuguesa. Por outro lado, relevar as relações de poder que envolvem essa circulação é uma forma de se afastar da celebração, seja da mimese ou de um pretense sincretismo seja do hibridismo, que desconsidera as relações de poder e encaminha atitudes assimilacionistas tendentes à cultura do colonizador e suas implicações no que tange à cooperação política. Não se pode, entretanto, deixar de considerar devidamente o fato de que a plasticidade da língua literária portuguesa vem desde sua formação nos tempos medievais e só pode ser estudada adequadamente na dinâmica das tendências dos campos intelectuais supranacionais, nos processos de mundialização das culturas hegemônicas.

Aprender (criticamente) com a experiência do outro

Nos tempos de nossa afirmação como estado-nação, um Joaquim Nabuco nos circunscrevia a uma condição subalterna que continua a ter ecos que chegam até nossos dias. É conhecida sua divisão, seu dilema, que é própria do campo intelectual e do sistema literário de seu tempo: quando Nabuco estava no Brasil, sonhava com os monumentos culturais europeus; se estava na Europa, voltava seus olhos para o verde da paisagem brasileira. E também nossa sentimentalidade – uma forma de a intelectualidade pensar o Brasil dos finais do século XIX, questionada a partir das décadas de 20 e 30. É necessário, pois, contextualizar a situação desses intelectuais brasileiros, que contribuíram para a construção de nossa própria imagem, em tempos heroicos de formação de nosso Estado nacional. Como ocorreu com a sociedade colonizada do Rio de Janeiro, na obra de Machado de Assis, escritor que, não obstante, apresenta um quadro superior das tensões dessa sociedade fluminense. Esses hábitos, em formas variantes, persistem (sobrevivência das formas), em processos de comutação, substituindo-se atores e locais, diante de fluxos neocoloniais e imperiais, o que é problemático em face das mudanças do contexto situacional (repactualizações políticas), em que se torna necessário questionar tais assimetrias dos fluxos culturais.

Evidentemente, aprendemos com a experiência do outro. E ainda mais, somos todos misturados. As identidades são sempre plurais. Temos argumentado que o mundo configura-se cada vez mais como de fronteiras múltiplas e as identidades devem ser vistas no plural (Abdala Junior, 2002). Em termos de aproximações linguístico-culturais, impõem-se horizontes plurilíngues e reciprocidades em termos de poder simbólico. Em nosso caso, para além das notórias laçadas para os países de língua portuguesa e espanhola, há a variedade e amplitude das redes comunitárias. Muitas redes comunitárias supranacionais têm-se firmado em escala planetária, como os movimentos de gênero, de defesa e promoção dos direitos humanos, da ecologia, etc. Estabelecem-se, assim, campos de interlocução, para além das fronteiras de estado, constituindo possibilidades de contrapontos à monologia dos fluxos hegemônicos. Tais campos, múltiplos, da vida comunitária supranacional, reúnem condições de contribuir para interferir democraticamente na vida social, numa linha onde a particularidade nacional tende a se articular em rede supranacional.

Não obstante, uma certa hibridização que conflui para uma espécie de plasticização indefinidora de fronteiras, que, na verdade, são configuradas e múltiplas, pode ser estratégia similar à da mestiçagem tendente ao branqueamento das elites brasileiras: mesclagens inclinadas a formulações eurocêntricas. Somos múltiplos e, na verdade, uma visão crítica das implicações políticas desses caracteres (nível individual, nacional, social), verificará que eles se atritam e não deixam de estabelecer hegemonias ou dominâncias. Constituem hábitos naturalizados que em suas linhas articulatórias impregnam os atores sociais, mesmo em situações políticas que poderiam contraditá-los. Hábitos politicamente associados à administração das diferenças, por sua vez inclinada à manutenção da hegemonia. As articulações hegemônicas procuram incorporar as demais, de acordo com estratégias de compromisso que preservem sua posição em relação ao poder simbólico.

À flexibilidade da circulação dos produtos culturais, ao ritmo nômade do capital financeiro, que se articula em rede, sempre reduzindo distâncias por velocidade, sempre desdobrável, parece-nos importante contrapor estratégias contra-hegemônicas, associadas aos comunitarismos supranacionais. Esse processo vertiginoso de standardização dos produtos culturais por parte da economia de mercado não se restringe à standardização de massa. Convém não nos esquecermos de que a hegemonia possui bases amplas, que não deixam de ser mercadológicas, e procura incorporar em suas redes mesmo a contestação de seu próprio sistema. Trata-se da perspectiva da administração da diferença, que temos insistido em apontar. A diferença, dentro desses horizontes, figura como administração política e, além disso, abertura de nichos de mercado. Em sentido correlato, esta incorporação pode contribuir para a dinamização do sistema, tornando-o mais híbrido e multifacetado, sem deixar de preservar hegemonias estabelecidas: mudar para que as coisas continuem estruturalmente as mesmas. Ou, como aparece no livro/filme *O leopardo*, de Giuseppe Tomasi di Lampedusa/Luchino Visconti, quando Fabrizio, príncipe de Salina, personagem do romance, interpretado por Burt Lancaster no cinema: “Se quisermos que tudo fique como está, é preciso que tudo mude” (Lampedusa, 1963: 32). Isto é, a emergência do novo, sob controle político-social das estruturas (econômicas) pré-estabelecidas, que fazem valer sua hegemonia para controlá-lo, domesticá-lo, ao mesmo tempo em que se beneficia de seus influxos para atualizar suas redes numa nova configuração histórica. Colocam-se assim, na atualidade, nas esferas

imperiais do mercado, o que deve ser consumido e as redes de inculcação, desde os chamados “aparelhos ideológicos de estado” (Althusser, 1983). Tudo associado a articulações, que não deixam de ser sistêmicas, inclusive em estratégias de competição, que procuram envolver autores, público e mesmo leitores críticos, que lhes trazem legitimidade através de formulações teóricas e críticas. Sem esquecer, muitas vezes, os chamados “nichos de mercado”, por onde circula a diferença administrada. Estas são as águas da política e pensar politicamente implica realizar essa travessia, sem ser levado pelas correntes mais fortes, provenientes das assimetrias desses fluxos. Afinal, repetimos para concluir, toda a hegemonia é porosa. E cabe aos intelectuais universitários não se restringirem a suas cidadelas e entrar nos fluxos problemáticos das águas da vida sociocultural.

Além da cor da pele

Não há, entretanto, para a crítica empenhada, como fugir dessas tensões, sob pena de fechar o seu campo de reflexões em perspectivas isolacionistas. Impõe-se ao crítico que ele entre nessas águas, cuidando para não perder a direção de seu projeto e ser cooptado pelo aparente nomadismo dos fluxos, que afinal se mostram sempre confluentes para as bases hegemônicas. Esta é uma questão política, que se imbrica em rede com a vida sociocultural. Para tanto, tendo em vista a necessidade de uma atitude prospectiva, conforme temos enfatizado, o crítico não pode se limitar exclusivamente a atitudes de negatividade crítica, embora esta não deixe de ser sempre um seu contraponto imprescindível. Do ponto de vista político, entendemos que fundamentalmente deve se embalar por uma espécie de otimismo crítico, para dar continuidade, sob novas formas, a gestos que vieram do passado, com atores imbuídos da esperança de que a vida social poderia ser melhor do que é. Observe-se, nesse sentido, o seguinte fragmento do poema “Coração em África”, do são-tomense Francisco José Tenreiro, que temos reiteradamente apontado quando discutimos a circulação cultural do campo intelectual do pós-Guerra, tal como ocorreu nos horizontes ibero-afro-americanos e na atmosfera da guerra fria:

(...) de coração em África com as mãos e os pés trambolhos disformes
e deformados como os quadros de Portinari dos estivadores do mar e dos meninos

ranhosos viciados pelas olheiras fundas das gomas de Pomar
vou cogitando na pretidão do mundo que ultrapassa a própria cor da pele
dos homens brancos amarelos negros (...)

Mário Pinto de Andrade & Francisco José Tenreiro (1982: 68)

Tenreiro é um dos atores do campo intelectual dos anos de 1950, para quem “a pretidão do mundo (...) ultrapassa a própria cor da pele dos homens brancos amarelos negros”. Seu poema ilustra não apenas o comunitarismo cultural que se faz pela Ibero-afro-américa. Noutras passagens – é um poema longo –, aponta para atitudes libertárias de personalidades negras da África, Caribe e Estados Unidos.

Os atores de um campo intelectual supranacional – situem-se nas esferas do centro ou nas margens (há as margens dos centros e os centros das margens) – que se pretenderem efetivamente críticos não podem ignorar as relações de pertencimento desses sujeitos. São laços que levam à vida sociocultural e que não podem ser escamoteados, em função da própria objetividade da crítica. Mesmo quando se adote atitudes como se estivessem em situações psicossociais de migrantes, o diálogo não se faz em abstrato, mas com culturas diferentes, provenientes de experiências históricas que têm singularidades e motivações políticas. E estar nos Estados Unidos não é como estar no Brasil ou em qualquer outra parte do planeta, como aparece em certos discursos tendentes à neutralização da diferença e à sublocação do mesmo. Se os óculos críticos advindos dessa circulação cultural podem aguçar a percepção, em função da própria criticidade eles não podem implicar convergências óticas inclinadas à preservação da continuada colonização do imaginário nas regiões ou países situados na periferia do capital.

Práxis, hábitos e resistências das formas

Temos partido do conceito de que o homem, em sua vida sociocultural, se constrói pela práxis, entendida como atividade de sujeitos tomados em suas dimensões individuais e sociais. Há, nessa perspectiva ontocriativa, interações entre pensamento/ação e a construção de objetos, sejam eles relativos ao pensamento ou à matéria física trabalhada. Uma união sujeito/objeto, em movimentos recíprocos, em que estes se afinam ou se

friccionam. Podemos ir ainda mais adiante: essas experiências históricas conformam desenhos articulatórios que são colocados em determinados campos de pensamento e de atividades. Esta tem sido uma forma de operacionalização do conhecimento. Muitas vezes essas delimitações acabam por constituírem escaninhos isolados, como ocorre com os campos disciplinares. Na verdade, essas instâncias se imbricam no plano da realidade e a razão prática concentra os recortes (disciplinares ou interdisciplinares), tendo em vista essa maior operacionalidade.

O sujeito nas interações individuais e coletivas imbrica-se nessas atividades de pensamento/ação. Ao pensar e agir sobre a natureza ele adquire determinados modelos de pensamento/ação. E o que nos parece importante: tais articulações que colocam o homem em relação estreita com a cultura, também se imbricam, de maneira não aleatória. Nessas conjunções articulatórias, há aquelas que são dominantes, associadas a formas de pensamento de grupos que detêm poder, desde o campo econômico ao simbólico, e que acabam por chamarem a si outras articulações da cultura. São modos hegemônicos de pensar a realidade e a hegemonia os leva a procurar estatuir sua legitimidade diante de outras articulações culturais. Evidentemente, embora dominante, toda a hegemonia não deixa de ser porosa, pois está associada a uma práxis que está continuamente em transformação. Ou, como diz o poeta português Carlos de Oliveira, no campo da poesia, em seu poema significativamente intitulado “Lavoisier”:

Na poesia,
natureza variável
das palavras,
nada se perde
ou cria,
tudo se transforma:
cada poema,
no seu perfil
incerto
e caligráfico,
já sonha
outra forma.

Carlos de Oliveira (1992: 223)

Articulações, como as do poema de Carlos de Oliveira, disputam o poder simbólico no campo intelectual. Elas se atualizam através da porosidade do modo dominante de pensar a realidade, articulando-se contra a estaticidade das formas poéticas. O poeta se vale de articulações provenientes do campo científico. Atualiza, na simbolização do texto literário, um modo dinâmico de pensar a realidade onde as formas, inclusive as políticas, devem ser vistas em movimento, em processo. E essa permeabilidade de articulações que migram de um campo para outro nos leva a considerar as imbricações mais gerais, que saem do campo econômico e atinge as esferas políticas, sociais e culturais. Uma articulação hegemônica só provoca impactos nas esferas culturais sob a mediação da sociedade e do Estado. Se nos Estados democráticos atuais há uma relativa autonomia entre essas formas de organização e de poder (não cabe aqui falar em neutralidade), suas conformações formais favorecem a permeabilidade dessas articulações dominantes. Por entre as formas do Estado, são exercidas hegemonias que vêm do campo social e das *formas mentis* dominantes. E também, por serem hegemônicas, elas desenvolvem estratégias de legitimidade e podem acabar por serem naturalizadas, fazendo parte do senso comum. Ou, se nos recorrermos de Terry Eagleton, que, por sua vez, cita Pierre Bourdieu,

Qualquer campo social é necessariamente estruturado por um conjunto de regras não enunciadas para o que pode ser dito ou percebido validamente dentro dele, e essas regras, portanto, operam como um modo do que Bourdieu denomina ‘violência simbólica’. Como a violência simbólica é legítima, geralmente não é reconhecida como violência. Trata-se, como observa Bourdieu em *Outline of a Theory of Practice* (Bourdieu, 1977), ‘a forma suave, invisível da violência, que nunca é reconhecida, a violência de crédito, confiança, obrigação, lealdade pessoal, hospitalidade, presentes, gratidão, piedade’. No campo da educação, por exemplo, a violência simbólica opera não tanto porque o professor fala ‘ideologicamente’ com seus alunos, mas porque o professor é percebido como tendo a posse de uma quantia de ‘capital cultural’ que os estudantes precisam adquirir. (Eagleton, 1997. 142)

Tais observações são extensíveis a todo o campo da vida cultural, inclusive no estabelecimento de um cânone literário, quando são valorizadas aquelas produções estatuídas como de maior valor estético. Evidentemente,

são os padrões hegemônicos que se afirmam. Suas linhas de articulação subordinam as demais, dentro os repertórios que vêm da experiência cultural. E tais formulações se naturalizam em hábitos ou evidências que não solicitam demonstração enquanto um sistema de valores. São evidentemente marcas ideológicas que articulam a vida cotidiana.

Um exemplo eloquente dessas articulações dominantes, como procuramos apontar nestas reflexões, é o modo de pensar/operar a economia dominante no capitalismo financeiro, de onde veio a inclinação para a idéia de desregulamentação, em oposição à regulamentação que pautou as atividades de quando a hegemonia era disputada com o capital industrial. Nas últimas décadas do século XX tornou-se hegemônica essa forma de práxis avessa à regulamentação, até que sobreveio o *crack* de 2008, cujos efeitos vêm até nossos dias. Em consonância com essa práxis, esse modo de articulação do pensamento migrou para outros campos, inclusive o da cultura. Em termos sociais, o sentido de solidariedade em articulações sistêmicas dos tempos da regulamentação foi substituído pelo da competitividade avessa a esse mundo que aspirava a uma espécie de totalização. A competitividade do indivíduo ou das empresas seria a maior aspiração da democracia. A hipertrofia narcísica do indivíduo foi confundida com o próprio humanismo.

Em consequência, o modo de pensar a realidade que veio da esteira do capitalismo industrial entrou em crise. Desregulamentam-se as fronteiras nacionais e os cânones estabelecidos por um processo tendente à retilinearização, não contraditório. Esse modo de pensar a realidade chegou à crítica afinada com as novas conformações hegemônicas, consciente ou inconscientemente, já que tais articulações acabam por serem naturalizadas. E a força do poder simbólico, tendo como base essas articulações dominantes, exerce-se em múltiplos campos, contando para a sua naturalização mídias e instâncias de Estado. Uma inculcação logo tornada senso comum. Um hábito, reiteramos, naturalizado. Evidentemente, nessas circunstâncias, ganha espaço na vida sociocultural a crítica afinada com tais formulações hegemônicas. E falar em sistema passou a ser visto como uma forma passadicha, não afinada com a atualidade, pautada pela flexibilidade e pensamento assistêmico. O sistema passou a ser ideologicamente visto como uma forma fechada de pensamento, avessa às inovações. Tal inclinação, de falsa consciência, não considera, entretanto, a concepção

de sistema aberto, onde as configurações já portam, como no poema de Carlos de Oliveira, os sonhos de sua transformação. Previsivelmente, o *crack* de 2008 veio a causar fissuras nesse modo de pensar a realidade, que, não obstante, permanece hegemônico. Fissuras por enquanto ainda menores do que as ocorridas no outro *crack*, o de 1929, quando após os “anos loucos” das finanças (década de 1920), sucederam políticas reguladoras. Entre elas, a regulamentação econômica de Keynes e a política do *New Deal* de Roosevelt.

O sistema literário nacional (e, vinculado a ele, as formas canônicas) deve ser pensado, entendemos, através dessas articulações em que se imbricam os campos econômicos, políticos e culturais. Ela também se constitui como um campo de disputa de poder simbólico, em que articulações provenientes da práxis social se interconectam, associadas às características da produção, da circulação do livro e da leitura. Estatuem-se, na dinâmica dessas intersecções, critérios de legitimidade, provenientes dos setores hegemônicos ou que a ela aspiram. São articulações em tensão e em processo. Estratégias de manutenção da hegemonia ou de seus questionamentos estão sempre em processo, o que leva a um desenho análogo do conceito de sistema. Como a hegemonia, o sistema analogamente traça um desenho de acordo com essas mudanças. Se se fechar, acompanhando nesse sentido coordenadas hegemônicas que não se atualizam, tenderá a ser questionado. Ele, como a hegemonia, é poroso e recebe os impactos de poder simbólico.

Entendemos que os sistemas estabelecidos, em suas reciclagens e em razão dessas coordenadas hegemônicas, ao se alimentarem das formas do passado, além de não deixarem de tê-las como repertórios culturais, podem ser por elas delimitados, em seus alcances. São experiências históricas consolidadas que resistem. Nessas formas, estão nossos repertórios em todos os campos da práxis, da economia à vida cultural. Em relação à literatura, as formas são igualmente resistentes, sendo sempre apropriadas pelas articulações estruturalmente dominantes no sistema literário, sejam eles provenientes das culturas eruditas ou populares. E como os textos literários pautam-se pela concentração da informação e abertura a múltiplas leituras, favorecem tais apropriações, remotivando-os diante de novas configurações históricas.

Fazem parte do processo de colonização das margens considerações acríicas, dissociadas da situação sociocultural e, sobretudo, da atualidade

histórica. Nesse sentido, o crítico não pode se ater à performance narcisista que seria própria de quem está de passagem, na apologia de um aparente descompromisso, afim do hiper-individualismo que veio da situação anterior ao *crack* financeiro. Ao adotar posturas afins de uma espécie de relativismo nômade, acaba por limitar-se a resvalar-se nos obstáculos, sem manter laços situacionais para além do efêmero do discurso da moda. No fundo, espartilha-se em parâmetros circunscritos, com dimensões pré-estabelecidas. Limitar-se a elas significa restringir-se a cursos monológicos, mesmo que estes possam se erigir como efêmeras passarelas. Uma práxis crítica efetivamente séria não permanecerá restrita a esses enquadramentos discursivos, alheia a outros laços, dialógicos, sobretudo àqueles que levam a um *nó* multidiscursivo, conectado com discursividades que o levam do mundo da cultura ao *chão* político-social. Mesmo o migrante – é de recordar o caso paradigmático de Edward Said – conecta-se através de redes, reside em determinados espaços e vincula-se a malhas sociais definidas.

Referências

- ABDALA Junior, B. (2002). *Fronteiras múltiplas, identidades plurais: um ensaio sobre mestiçagem e hibridismo cultural*. São Paulo: Editora SENAC.
- ABDALA Junior, B. (1993). *Camões – Épica e lírica*. São Paulo: Editora Scipione.
- ALTHUSSER, L. (1983). *Aparelhos ideológicos de estado*. Rio de Janeiro: Graal.
- ANDRADE, M. & Tenreiro, F. L. (1982). *Poesia negra de expressão portuguesa*. Ed. Fac-similar organizada por Manuel Ferreira. Linda-a-Velha: África Ed.
- ANTUNES, A. L. (1979). *Os cus de judas*. Lisboa: Dom Quixote.
- BOURDIEU, P. (1977). *Outline of a Theory of Practice*. Cambridge: Cambridge University Press.
- EAGLETON, T. (1997). *Ideologia*. Uma introdução. São Paulo: Editora Unesp/Editora Boitempo.
- LAMPEDUSA, T. (1963). *O leopardo*. 3. Ed. São Paulo: Difel.
- OLIVEIRA, C. (1992). *Obras de Carlos de Oliveira*. Lisboa: Caminho.
- PEPETELA (1982). *Mayombe*. São Paulo: Ed. Ática.
- RETAMAR, R. F. (1995). *Para el perfil definitivo del hombre*. 2.^a ed. corr. e aum. La Habana: Letras Cubanas.
- ROSA, J. G. (1986). *Grande sertão: veredas*. 29. ed. Rio de Janeiro: José Olympio Ed.

IMAGINÁRIO LUSÓFONO E PORTUGALIDADE NO CONSUMO DE MASSAS EM PORTUGAL

LUSOPHONE AND 'PORTUGALIDADE' IMAGINARIES IN PORTUGUESE MASS CONSUMPTION

Isabel Ferin Cunha *

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
barone.ferin@gmail.com

Resumo:

Este texto visa compreender como os elementos do imaginário lusófono e da portugalidade constituem um cenário de passagem entre espaços de consumo de massas como os centros comerciais. A partir dos conceitos de *lusofonia* (Lourenço, 1975, 1982, 2009; Martins, Sousa & Cabecinhas, 2006; Sousa, 2013) *portugalidade* (Henriques, 1990; Sousa & Martins, 2012; Sousa, 2013) *passagem* (Benjamin, 2000) *vitrina* (Demetresco, 2007) e *viagem* (Urry, 2002), bem como de kitsch (MacDonald, 1971; Greenberg, 1971; Morin, 1975; Baudrillard, 1995), incorporados na arquitetura de três centros comerciais pertencentes ao grupo Sonae Sierra na região da Grande Lisboa. Discute-se, em seguida, as questões de identidade nacional (Lourenço, 1975, 1982, 2009) e a sua presença nesses espaços comerciais. Observa-se também que o planeamento e a construção destes espaços nos meados da década de 90 e início do milénio inserem-se num modelo de desenvolvimento centrado nas grandes construções de infraestruturas, ao abrigo dos quadros comunitários de apoio da União Europeia, que tornaram Portugal um polo de atração para muitos imigrantes advindos não só da Europa do Leste como de outros países lusófonos. Os centros comerciais tiveram como inspiração elementos da lusofonia

* Licenciada em História pela Faculdade de Letras de Lisboa (1974), Mestre (1984) e Doutora (1987) em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo, Brasil e Pós-Doutorada em França (CNRS, 1991). É Professora Associada, com agregação, da FLUC, Universidade de Coimbra. É Investigadora Principal do Centro de Investigação Media e Jornalismo. Coordenou os projetos aprovados pela Fundação Ciência e Tecnologia/Portugal, *Imagens do Feminino na Televisão*, *Televisão e Imagens da Diferença* e *Jornalismo e Actos de Democracia*. Coordenou, de 2003 a 2009, com o apoio do Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME), o Projeto *Media, Imigração e Minorias Étnicas*. Coordenou, de 2006 a 2011, a secção portuguesa do projeto internacional *Observatório de Ficção Ibero-Americano* (OBITEL). Coordena atualmente (2013-2015) o projeto *Cobertura Jornalística da Corrupção Política: uma perspetiva comparada Brasil, Moçambique e Portugal* (2013-2015).

e da portugalidade centrados nas Viagens, quer intercontinentais dos séculos XIV e XV (Centros comerciais Colombo e Vasco da Gama) quer ribeirinhas (Centro Rio Sul, Seixal) num contexto de consumo (Canclini, 1995) e mobilidade (Naficy, 1999; Peters, 1999; Urry, 1995, 2001).

Palavras-chave: identidade portuguesa; identidade lusófona; sociedade de consumo; centros comerciais; comunicação urbana.

Abstract:

This paper aims to understand how the elements of Lusophony and Portugaliness imaginaries constitute a scenario of walkway between spaces of mass consumption such as shopping centers. Based on the concepts of Lusophony (Lawrence 1975, 1982, 2009; Martins, Sousa & Cabecinhas, 2006; Sousa, 2013), Portugaliness (Henriques, 1990; Sousa & Martins, 2012; Sousa, 2013), *passage* (Benjamin, 2000) *vitrina* (Demetresco 2007) and travel (Urry, 2002), as well as *kitsch* (MacDonald, 1971; Greenberg 1971; Morin, 1975; Baudrillard, 1995) embedded in the architecture of three shopping centers belonging to the group Sonae Sierra in the Greater Lisbon area. Then, we discussed the issues of national identity (Lourenço, 1975, 1982, 2009) and their presence in these commercial spaces. We observe also that the planning and construction of these spaces in the mid-nineties and early millennium are part of a development model centered on large infrastructure constructions, under the Community Support Framework of the European Union, which Portugal became a pole of attraction for many immigrants coming from Eastern Europe and other Portuguese Speaking Countries. Shopping centers had as inspiration elements lusophony and portugaliness centered on intercontinental travels in XIV and XV centuries (Shopping Centers Colombo and Vasco da Gama) or on coastal travel (Shopping Center Rio Sul, Seixal, Setúbal) in a context of consumption (Canclini, 1995) and mobility (Naficy, 1999; Peters, 1999; Urry, 1995, 2001).

Keywords: Portuguese identity; Lusophone identity; consumer society; shopping centers; urban communication.



I. Recuperando conceitos: Lusofonia, Portugalidade, passagem e viagem

É recorrente a discussão académica, envolvendo diferentes áreas de conhecimento, sobre os conceitos de Lusofonia e Portugalidade e como eles se manifestam na cultura e no quotidiano dos portugueses. Não querendo entrar na polémica conceptual assumimos neste texto que a lusofonia decorre da situação histórica da formação do império português espalhado

pelos cinco continentes, das relações de domínio e exploração daí advindas, bem como dos contactos culturais e de hibridação que esta relação histórica gerou. A ideia de lusofonia decorre assim hoje de um contexto cultural plural de significados que combina ideologias políticas, relações entre Estados, interesses económicos, elementos culturais e linguísticos no âmbito de países e regiões que têm o português como língua oficial. Complementar a este conceito é o Espaço Lusófono, que no nosso entender se define por um estado mental que — estando imbuído da língua e da presença portuguesa — engloba naturais de países e regiões, não necessariamente de língua oficial portuguesa, mas também as diásporas e aqueles que, de alguma forma, tiveram contacto com aquela(s) herança(s) cultural, falando, ou não, português (Martins, 2006 e 2014; Sousa, 2013). Ainda nesta lógica defendemos que a ideia de Portugalidade está vinculada à identificação de artefactos, materiais e imateriais, assumidos como “verdadeiramente pertencentes à cultura portuguesa” (Henriques, 1990; Martins, Sousa & Cabecinhas, 2006; Sousa & Martins, 2012). Este e os anteriores conceitos radicam na ideologia colonial do Estado Novo e sofreram adaptações em função das circunstâncias e vicissitudes históricas, políticas, económicas e sociais que Portugal tem atravessado.

O imaginário lusófono como portugalidade, na perspetiva aqui abordada, funciona como um constructo coletivo que adquire expressão arquitetónica e decorativa em espaços de consumo de massas como os centros comerciais. Pode-se igualmente evocar que, mais de quarenta anos passados sobre o processo de “descolonização” e o fim do império colonial português, continua a persistir na sociedade portuguesa um pensamento mítico fundador centrado nos imaginários das descobertas e do mundo criado pela lusofonia o qual se expressou de forma oficial na cenografia e na arquitetura que envolveram a Exposição Universal de 1998, Expo’98 (Cahen, 2010).

Na década de 90 e início do milénio que constituíram o auge do “imaginário europeu” em Portugal o recurso ao “imaginário lusófono” tende a valorizar a vantagem da “singularidade da presença portuguesa no mundo”. Num tempo em que não se discutiram as estratégias de execução dos Quadros Comunitários de Apoio e a aplicação de Fundos Estruturais, combinaram-se na arquitetura — um dos fatores que mais-valias intelectuais e simbólicas acumulou, na chamada “política do betão” das décadas de integração na

União Europeia — os referentes que poderiam ser decodificados pelos portugueses, mas também por grande parte dos imigrantes que nos procuravam.

Nesta análise dos três centros comerciais ainda evocamos três conceitos complementares: a ideia de *passagem* (Benjamin, 2000) *vitrina* (Demetresco, 2007) e *viagem* (Urry, 2002). A *passagem* como local de deambulação e experimentação sensorial do consumo surgiu como conceito nos textos de Benjamin sobre a cidade de Paris no século XIX. Na sua observação crítica o autor nota como os parisienses e viajantes ficavam fascinados e extasiados nesses espaços cobertos por tetos de vidro, entre edifícios e ruas, onde as vitrinas exibiam os mais variados, coloridos e inovadores produtos de luxo de então. Descreve ainda estes espaços como “cidades em miniatura”, profusamente decorados e que sendo espaços fechados recebem luz do alto e permitem recriar no seu interior inúmeros percursos de deambulação e de desfrute não só material (através das compras) mas também imaterial (através da visualização e da imaginação). As *vitruinas* (inicialmente *montre*, em francês) são, neste contexto de passagem um elemento da maior importância, pois sendo amplas fachadas de vidro consubstanciam e emolduram objetos condicionando o seu impacto nos potenciais consumidores. A ideia de vitrina, na sua perspectiva funcional e simbólica, é anterior à passagem, pois ela integra-se desde cedo nas paisagens urbanas como fator económico, estético e simbólico. O século XIX acrescentou, através da arquitetura e do crescimento do comércio internacional, novas funções a este elemento de exposição, nomeadamente a de enunciar estilos de vida. Assim, a ideia de *passagem* e de *vitruina* articula-se no sentido de uma maior compreensão do que torna os centros comerciais tão apetecíveis para um tão grande número de consumidores, de idades e origens tão diversificadas, bem como justifica o apelo que têm junto de migrantes, turistas e viajantes. Os mesmos conceitos vêm ainda permitir refletir sobre as deambulações físicas e mentais que estes centros proporcionam e impulsionam.

Urry (2002) desenvolve o conceito de *viagem* no contexto do turismo atual, caracterizando a viagem como uma atividade social associada ao consumo de tempo e espaço disponíveis. Considera ainda que a *viagem* é uma permanência, normalmente planeada, fora do espaço normal de residência, povoada por eventos programados por terceiros que visam captar os viajantes e enredá-los numa espécie de redoma ambiental, onde estão presentes elementos de conforto reconhecidos tais como ar condicionado

em autocarros, hotéis e restaurantes, comidas típicas, *fast food*, etc. O conceito de *viagem* é neste sentido útil na análise dos centros comerciais, não só pela proximidade entre a visita a um centro comercial e a *viagem*, dado que ambas as situações envolvem lazer e programação de tempo, mas sobretudo pelo facto de ambas criarem uma redoma ambiental. Nos centros comerciais que analisaremos a redoma ambiental recorre igualmente ao conforto (ar condicionado, luz natural e artificial, casa de banho múltiplas e amplas, escadas rolantes, praça de alimentação) mas também a cenários identificáveis para nacionais, migrantes e turistas, aquilo que Urry (2002) designa como autenticidade encenada. Através de temas como a água (rio, mar ou oceano) ou de valores (coragem, persistência ou temeridade) o imaginário lusófono e a portugalidade adquirem materialidade na vitrina do consumo. Ao mesmo tempo, esses elementos comuns identitários organizam os espaços físicos e as viagens mentais que articulam o aconchego de uma redoma de consumo, simultaneamente de fantasia e prazer, levando-os a abstrair da insegurança, da desordem e do caos exterior.

II. Centros comerciais: arquitetura e simbologia

A adesão de Portugal à União Europeia, em 1986, trouxe enormes transformações à sociedade portuguesa, não só porque os fundos de coesão injetaram milhões de escudos na economia, provocando a modernização de infraestruturas essenciais e a abertura do mercado interno à concorrência internacional, como também provocou a expansão das classes médias, nomeadamente nas cidades de Lisboa, Porto e Faro.

Sendo estes fenómenos comuns aos países do Sul da Europa que entram na mesma altura, como a Espanha e a Grécia, convém sublinhar que a especificidade portuguesa advém, por um lado, da rapidez “dos saltos” de qualidade realizados e, por outro, de certas incapacidades em superar “deficits estruturais” (Santos, 1993; Barreto, 1996; Viegas & Costa, 1998). As contradições e paradoxos gerados nas mudanças estruturais da sociedade portuguesa, nestas duas décadas, levam diversos sociólogos a referirem-se a sinais de desenvolvimento intermédio num país de *semiperiferia*¹; a uma

1 Santos, B. de Sousa (1990) *O Estado e a Sociedade em Portugal (1974-1988)*, Porto: Afrontamento.

sociedade de *modernidade inacabada* ou *modernidade plural*² ou, ainda, a uma sociedade de *modernidade biface*³. Contudo, é a socióloga Filomena Mónica (1996) quem melhor sintetiza as transformações decorridas sublinhando a velocidade e os ritmos acelerados a que se processaram:

Portugal está em vias de se tornar uma sociedade aberta. O mais importante não é tanto o sentido da evolução, partilhada com outros países, mas o ritmo a que tudo aconteceu. Com a provável exceção de Espanha, nenhum país europeu conseguiu liquidar o campesinato, alterar a taxa de fecundidade, mudar os padrões de consumo, diminuir a natalidade infantil, instaurar o sufrágio universal, transformar as relações Estado-Igreja, criar uma classe média, abrir as fronteiras a pessoas e bens, escolarizar a população, liquidar um império à velocidade com que o fez Portugal. Na economia como nas almas, o país está irreconhecível. (Mónica, 1996: 230)

A cidade de Lisboa é o espaço urbano que ao longo deste período — dos finais da década de 80 aos finais da primeira década do milénio — sofreu maiores alterações, na medida em que se estendeu para além do seu núcleo ribeirinho (em círculos em torno do estuário do Tejo), ocupando espaços vagos e rurais que hoje integram a designada Área Metropolitana de Lisboa. Este espraiar da cidade, de um lado e do outro das margens do Tejo, atualmente ligadas por duas pontes, conta com cerca de dois milhões de habitantes num país de dez milhões. De 2001 a 2011 a população deste território passou de 2,662 milhões de habitantes para 2,822 milhões, sendo que os concelhos mais afastados do centro, como Alcochete, Sesimbra e Montijo, foram aqueles que mais cresceram (INE, 2012). A concentração da população na região de Lisboa e vale do Tejo (Área Metropolitana de Lisboa) tem os seus custos económicos, políticos e sociais, perceptíveis na desertificação das outras regiões do país, na concentração da riqueza e das oportunidades neste perímetro urbano.

2 Machado, F. L. e Costa, A.F. (1998) “Processos de uma modernidade inacabada” In: Viegas, J.M.L. e Costa, A. F. da. *Portugal que modernidade?* Lisboa: Celta, pp.17- 44.

3 Conde, I. (1998) “Contextos, culturas, identidades” In: Viegas, J.M.L. e Costa, A. F. da. *Portugal que modernidade?* Lisboa: Celta, pp. 79-118.

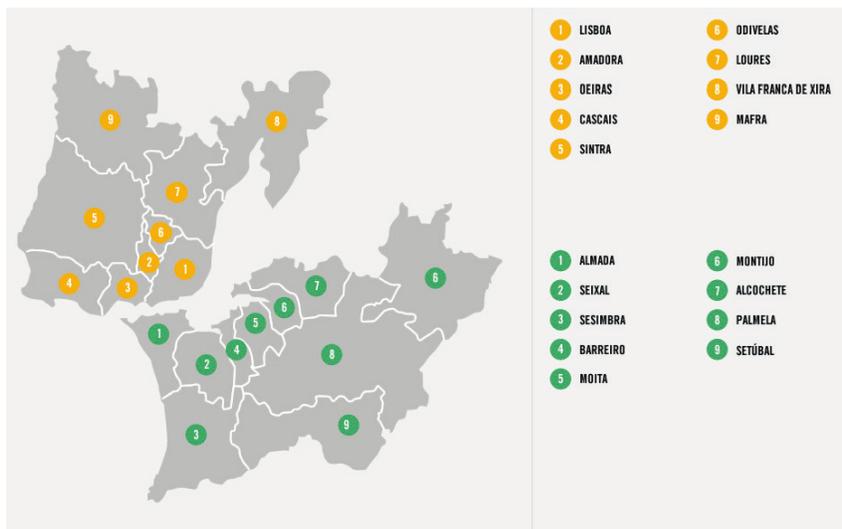


Fig. 1 – Área Metropolitana de Lisboa

Nesta região habitam cerca de 40% dos estrangeiros que procuraram Portugal para se estabelecer, maioritariamente brasileiros e originários de países africanos de língua oficial portuguesa (cabo-verdianos, angolanos, guineenses, são-tomenses), mas também ucranianos, russos, romenos, indianos, paquistaneses e chineses.

Os centros comerciais Colombo (iniciado em 1986 e terminado em setembro de 1997), Vasco da Gama (iniciado em 1997 e terminado em abril de 1999) e Rio Sul (terminado em 2006), são propriedade do grupo português Sanae Sierra⁴. Situados em locais estratégicos de acesso viário, vieram coroar quinze anos de domínio da chamada “política de betão”⁵. O Colombo, pela sua dimensão e situação, tornou-se de imediato um polo de atração e, também, um fator de especulação imobiliária, por se centrar no primeiro eixo rodoviário que circunda a cidade (2.^a circular). A sua

4 Cfr: <http://www.sonaesierra.com/>

5 Designação atribuída por economistas e sociólogos portugueses aos planos de desenvolvimento fomentados pelos “Quadros Comunitários de Apoio e Convergência” financiados desde a década de 90, pela União Europeia.

situação privilegiada, entre os estádios de futebol dos dois maiores clubes portugueses (Sporting e Benfica) e a dez minutos do aeroporto, torna-o rapidamente acessível por automóvel, metropolitano e autocarros.



Fig 2 – O Centro Comercial Colombo em 2002 e em 2011, onde se observam as duas torres gémeas

Fonte: Sonae Sierra (www.sonaesierra.com)

O Vasco da Gama foi construído simultaneamente à recuperação de uma parte importante da área ribeirinha do Tejo que se encontrava poluída por indústrias desativadas, tendo sido aberto ao público aquando da inauguração da Exposição Universal de 1998. A sua situação estratégica — encontra-se ao lado da estação de comboios de alta velocidade e

de suburbanos, denominada Gare do Oriente, construída pelo arquiteto catalão Santiago Calatrava — faz com que concentre uma considerável parte dos movimentos pendulares da cidade, entre o centro e as periferias da área metropolitana. Convém ainda ressaltar que este centro se situa no final de um dos círculos de expansão da cidade, na saída para a ponte Vasco da Gama (terminada em 1997), a cinco minutos do aeroporto e a 15-20 minutos das maiores cidades da margem sul do Tejo.



Fig. 3 – Centro Comercial Vasco da Gama (perspetiva da Torre Sul)
Fonte: Sonae Sierra (www.sonaesierra.com)

O Centro Comercial Rio Sul Shopping, situado no Seixal (Quinta Nova do Rio Judeu, Torre da Marinha), na margem sul do Tejo foi inaugurado em 2006, tendo na sua origem o supermercado Continente do Seixal. O centro situa-se no cruzamento de vias, nomeadamente a rede de acessos à A2 (Lisboa-Sul), a EN10 (Almada-Setúbal) e a EN 378 (Seixal-Sesimbra), que ligam as cidades mais populosas daquela margem do Tejo. Não tendo uma arquitetura exterior tão grandiosa, salienta-se pelos elementos decorativos interiores, nomeadamente o apelo aos temas que evocam a faina piscatória ribeirinha da baía do estuário do Tejo e das salinas, bem como às cores dominantes dos seus barcos (varinos, faluas e cacilheiros) e das casas do Ribatejo e da Lezíria.



Fig.4 – Centro Comercial Rio Sul Shopping
(Seixal, Área Metropolitana de Lisboa)
Fonte: Sonae Sierra (www.sonaesierra.com)

Esta região da Grande Lisboa sofreu um surto imobiliário após a construção da ponte Vasco da Gama e o anúncio feito em 2008 de um novo aeroporto, pelo Governo de então, no campo de tiro de Alcochete, aumentou as expectativas de valorização dos imóveis na região. Tradicionalmente a região do Seixal e todos os restantes concelhos constituem regiões industriais e comerciais, mas também constituem “cidades-dormitório” albergando uma grande percentagem de pessoas que realizam movimentos pendulares de mobilidade relativamente ao centro de Lisboa. Estes concelhos caracterizam-se também por ter uma alta taxa de imigrantes residentes oriundos dos PALOP, nomeadamente no Seixal, o que cria uma dinâmica intercultural na região (Fonseca, 2003).

No sítio da empresa proprietária dos centros comerciais Colombo, Vasco da Gama e Rio Sul, refere-se que todas as edificações têm na base do seu planeamento um conceito fundador, que funciona como ferramenta de criação arquitetónica. Nos dois primeiros casos, a temática desenvolvida declaradamente foi a das viagens intercontinentais, designadas Descobertas, dos séculos XIV e XV. Já o Rio Sul apresenta uma conceção mais local, desenvolvendo o conceito de viagem entre margens do Tejo, a ida e a vinda

dos cacilheiros entre Lisboa e o Seixal, mas também as aventuras diárias das navegações ribeirinhas em busca de sustento na atividade piscatória.

O Colombo é o primeiro centro comercial em Lisboa com uma área de implantação (Ground Level Area) superior a 120 000 m² e cerca de 350 lojas, espalhadas em três andares, tendo como âncora um hipermercado Continente do Grupo Sonae (Fulcher, 1998). O Vasco da Gama, bastante menor, tem um hipermercado do mesmo grupo e ocupa cerca de 49 000 m², onde se situam 167 lojas distribuídas em dois andares. De salientar que estes dois centros tornaram-se, imediatamente após a inauguração das suas atividades, referências turísticas nacionais e internacionais. O Rio Sul é ainda mais pequeno, com 44 465 m² e 137 lojas distribuídas, também, em dois andares.

O centro comercial consubstancia a síntese das atividades consumidoras, propondo *uma amálgama de signos de todas as categorias de bens*, entre os quais os bens culturais de tal forma que um centro comercial é, também, um centro cultural. *A mercadoria culturaliza-se* e os objetos tendem hoje a marcar o ritmo e o tempo da vida, organizados em panóplia ou em coleção, oferecendo-se ao consumo corrente numa perspetiva de totalidade encadeada de significantes (Baudrillard, 1995:18). É neste sentido que o conceito “viagens” que preside à temática fundadora da arquitetura e da organização dos espaços destes centros adquire particular proeminência, na medida em que se articula na arquitetura e nos cenários decorativos diversos aspetos da identidade portuguesa. Como tem escrito repetidamente Eduardo Lourenço (1975, 1982, 2009) as Grandes Viagens, sobretudo as de Vasco da Gama e Álvares Cabral, deram origem a uma mitologia cultural épica, que perpassou a sociedade portuguesa, muito para além do final do império. As Viagens de “Descoberta” e a posse de um Império forjaram uma identidade coletiva orgulhosa dos seus feitos mas simultaneamente temerosa perante “o fardo” das responsabilidades. Este “estado de espírito” é recorrente ao longo dos 500 anos de história após os descobrimentos e leva Lourenço a afirmar que o país, perante o seu *destino*, oscilou sempre entre a euforia e a depressão, entre um dinamismo compulsivo, impulsionado por forças exógenas, e um regresso recalcado aos procedimentos atávicos (Lourenço, 2009: 29).

As décadas de 80 e 90 refletem um dos polos deste ciclo, que identificamos como eufórico, ao abrigo dos impulsos financeiros e económicos

proporcionados pela União Europeia. No entanto, esta metamorfose ou alteração ontológica, como chama Lourenço (2009: 13), não impede as evocações nacionalistas do império e das grandes descobertas, pois são elas que permitem suportar a diferença entre a antiga nação gloriosa e a diminuída realidade presente (*ibidem*: 34), mesmo que impulsionada pelo milagre dos fundos económicos europeus.

O conceito de “Viagens de Descoberta” no Colombo e Vasco da Gama, desenvolvido pela equipa do arquiteto José Quintela da Fonseca, deu origem a duas edificações tematizadas. O Colombo (Fulcher, 1998) organiza-se em torno de três espaços centrais: uma praça monumental, uma galeria e um lago com um jato de água. A Praça Trópico de Câncer constitui o centro do shopping, tem uma cúpula semiesférica metálica e varandins nos três pisos que a circundam, dando origem a várias ruas que, por sua vez, desembocam na porta do Oriente e na porta do Ocidente.



Fig. 5 - Centro Comercial Colombo “Porta do Ocidente”
Fonte: Sona Sierra (www.sonaesierra.com)

A galeria, denominada Av. dos Descobrimentos, é igualmente iluminada por claraboias de vidro e termina em duas praças, a Praça dos Navegantes e a Praça do Novo Mundo. O lago encontra-se num espaço circular de passagem com ligação à galeria e à praça monumental, dando acesso, através de escadas, a lojas e à praça de alimentação, designada até 2006 “Cidade Perdida”.



Fig. 6 – Passagens Centro Comercial Colombo “
Fonte: Sonae Sierra (www. sonaesierra.com)

A planta do Centro Comercial Vasco da Gama obedece às linhas mestras de uma caravela, com duas grandes galerias que circundam um conjunto de lojas interiores e claraboias que iluminam o pavimento em calçada portuguesa. A extremidade do centro, que se encontra virada ao rio e dá acesso ao Parque das Nações, é uma enorme varanda construída em forma de *deck* de navio.



Fig. 7 – Passagens Centro Comercial Vasco da Gama
Fonte: Sonae Sierra (www. sonaesierra.com)

O centro está ligado à Gare Oriente por uma estrutura metálica em forma de entrelaçados, enquanto a galeria subterrânea elíptica, que serve de passagem entre as duas construções, cria a sensação de se estar no porão de uma nau ou no interior de uma baleia gigante. Nos extremos do centro comercial e com acesso exterior localizam-se dois edifícios, com mais de dez andares, cujas coberturas têm a forma de velas.



Fig.8 – Passagem entre o Centro Comercial Vasco da Gama e a Gare do Oriente

Fonte: Não identificada. Consultada em 3 de julho de 2014: https://www.google.com/search?q=gare+do+oriente&espv=210&es_sm=93&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ei=xDjRUuCREce2yAPdwIH4AQ&sqi=2&ved=0CAcQ_AUoAQ&biw=1366&bih=666#facrc=_&imgdli=_&imgrc=zMbUxYx8O4uu9M%253A%3BU_2U83LSJ2-TsM%3Bhttp%25

O Centro Rio Sul tem uma arquitetura menos monumental mas os dois andares são iluminados por cúpulas que estilizam a estrutura dos barcos de pesca artesanais em madeira, enquanto as varandas são suportados por pilares que lembram as vigas que suportam a construção das embarcações. A cúpula da praça de alimentação (bem como a arquitetura do espaço) inspirou-se nas velas das mesmas embarcações, no que é apoiada pelos pilares em forma de mastros e pela decoração de todo o ambiente com motivos fluviais da região.



Fig. 9 – Passagens do Rio Sul Shopping

Fonte: Sona Sierra (www.sonaesierra.com)

III. Autenticidade encenada ou o triunfo da identidade *kitsch*

Os centros comerciais são espaços de consumo que disciplinam o tempo e o espaço do consumo e do lazer. Estão intrinsecamente associados à expansão do capitalismo, à concentração geográfica das atividades económicas e financeiras, bem como ao domínio dos *media* e das novas tecnologias da informação e da comunicação. Não é por acaso que este tipo de infraestrutura surge em Portugal, e apenas na região de Lisboa, e somente na segunda metade dos anos 80. Até então, o país, sem recursos industriais, com uma economia pouco aberta ao exterior, uma classe média sem expressão numérica e meios de comunicação que estavam, maioritariamente, na mão do Estado, não entrara na sociedade de consumo. A partir do início da década de 90 os fluxos regulares de recursos advindos dos apoios da União Europeia, a abertura ao mercado internacional e a privatização dos meios de comunicação criaram condições para o nascimento de classes médias, muito amparadas nas facilidades do crédito fácil e sequiosas de consumo.

Novas profissões e novos estilos de vida elegem os centros comerciais como espaços privilegiados de convívio, lazer e cultura. Os centros comerciais, ilhas de prazer e organização no caos urbano, interagem com a publicidade e os *media*, através dos *outdoors* e dos telões, expõem e divulgam a moda, ditam o gosto, aquilo que é *in* e *out*.

A decoração dos centros Colombo e Vasco da Gama procura valorizar as “viagens das descobertas” no sentido o que é português. As praças e ruas inscrevem-se numa toponímia que faz parte da História ensinada desde os primeiros anos da escola: Trópico de Câncer; Trópico de Capricórnio; Oriente; Ocidente; Equador; Novo Mundo; Navegantes; Nau Santa Maria, Nau Pinta... A esta toponímia associa-se a construção de cenários e a seleção de elementos de decoração que misturam, de forma colorida e exuberante, referências a momentos históricos das grande viagens marítimas mas também a características geográficas dessas regiões distantes. Por exemplo, na Praça dos Navegantes, no Colombo, está pendurado, no teto ao nível do terceiro piso, um conjunto de flâmulas que dão a impressão de uma caravela suspensa, enquanto a praça é circundada por uma galeria com os bustos dos navegadores (Vasco da Gama, Pedro Álvares Cabral, Diogo Cão, Bartolomeu Dias, etc.). As referências à Índia, ao Brasil e a África são facilmente perceptíveis através dos desenhos inscritos na calçada portuguesa que pavimentam os pisos térreos, mas também na vegetação que circunda lagos, fontes e cascatas. O tema Oceano domina a calçada portuguesa do piso térreo do Centro Comercial Vasco da Gama, e os consumidores que espreitam das galerias do primeiro piso têm a sensação de que estão em alto mar.

A fusão das duas imagens — a nacional e a imperial — começou no dia em que os reis de Portugal compareceram no tablado do mundo que os navegadores alargavam com o encarecente e renascente epíteto de “senhores da Guiné, Etiópia, Índia, etc.” (Lourenço, 2009: 42-43)

Acresce ainda que estes cenários podem adquirir uma dimensão de maravilhoso, como acontecia na praça de alimentação do Colombo até 2006, subordinada à subtemática “Cidade Perdida”. Neste espaço, público por excelência, a decoração artificial reconstruía a cidade velha de Goa, na antiga Índia portuguesa, não faltando as citações de ruínas de igrejas e casario português, o grasnar de pássaros exóticos e uma leve brisa (a

ventilação do espaço) que circulava entre aqueles que se sentavam para tomar uma refeição, conversar ou estudar.

Na margem esquerda do Tejo, a decoração e os apelos temáticos à identidade nacional através daquilo que se define por portugalidade são mais modestos. Na praça da alimentação está um barco típico, entre a falua e o varino batizado “Baía do Seixal”, e os mastros que circundam o espaço em conjunto com as claraboias inspiradas em velas, dão a sensação de se estar a navegar pelo Tejo. A maior riqueza simbólica está na decoração e na utilização de elementos e cores locais.

Ao fazermos estas descrições não nos podemos dissociar do conceito *kitsch* que, desde os finais do século XIX, está associado aos estudos sobre a indústria cultural, à discussão sobre a cultura de massa, ao fim da aura (autenticidade) da obra de arte e à prevalência da reprodução mecânica do objeto de arte (Morin, 1975). A palavra é de origem alemã e nos primórdios *kitsch* significava quinquilharia. Posteriormente a palavra incorporou valores abstratos, peso estético, evocações artísticas e literárias, o que lhe conferiu capacidade de expressar sentidos universais. O *kitsch* foi para alguns autores, nomeadamente para Dwigth MacDonald (1971), sinónimo de mau gosto, vulgarização da Alta Cultura, através do mercado e das solicitações de massas incultas, que originaram a Massicultura (Massculture), uma paródia da Alta Cultura (MacDonald, 1971:69-149). Este autor considera que o *kitsch*, na perspetiva do consumo, tem a vantagem de constituir um sistema que pré-digere a cultura para o espectador/público/consumidor, não só lhe poupando esforço (não exige conhecimentos, tempo e referentes profundos) como se oferecendo a um desfrute imediato. Para Greenberg (1971: 187-205) o *kitsch* dirige-se àqueles que, insensíveis aos valores da cultura genuína, estão, não obstante, esfomeados por divertimentos que só a cultura de um certo tipo pode oferecer, nomeadamente os simulacros degenerados e academizados (de fachada) da cultura genuína. Neste contexto, este produto cultural está estritamente vinculado ao processo industrial e ao uso diário das *massas* (Morin, 1975: 14-18), caracterizando-se pelo amontoamento, o exagero, a desproporção, a imitação e a reconversão do novo em velho, através de estratégias de incorporação de *patine* (Baudrillard, 1995). Todos estes elementos *kitsch* por natureza — onde o efeito envelhecimento, *patine*, fora provocado pelo recurso a materiais e a técnicas específicas — procuravam reconstruir

ambientes facilmente reconhecíveis pelas diversas gerações de portugueses: pelos mais velhos, mais de um milhão de portugueses passaram em 16 anos de guerra colonial, entre a Índia e as ex-colónias africanas; pelos mais novos, que hesitavam entre os que identificavam os referentes como pertencentes à História e os que os conheciam dos filmes de Indiana Jones.

Assim, para interpretar, por exemplo, a praça de alimentação do Colombo, anteriormente referida, e a sua função, até meados da primeira década do milénio, é preciso salientar que no meio deste cenário de “Cidade Perdida”, entre tucanos e macacos e ramos da “árvore da vida”, estava instalado um telão gigante (*video wall*) onde eram visualizados excertos de filmes, publicidade a lojas e produtos, bem como publicidade ao centro e fragmentos de notícias do “mundo real”. Todo o cenário era circundado por restaurantes, cafés, bares, lojas de cadeias de alimentação internacionais e multiculturais e oferecia um mobiliário de características indianas (vimes, bambu, palhinha), que misturava o ambiente de cantina industrial e universitária com a hegemonia absoluta das imagens de fluxo exibidas no telão gigante.



Fig. 10 – Centro Comercial Colombo, Praça da alimentação “Cidade perdida” (1997 a 2006)
Fonte: Sonae Sierra (www.sonaesierra.com)

O cenário é compreensível se tivermos em conta que só em 1992/1993 se dá a liberalização do mercado mediático, com o fim do monopólio estatal, e a entrada de Portugal numa sociedade aberta de mercado. Ali-cerçados nos lucros da publicidade e no princípio da concorrência, os dois canais privados (SIC e TVI) inauguraram uma outra forma de fazer televisão, exibindo programas com maior impacto emocional e apelo ao consumo, desvendando um mundo privado até então inimaginável para a maioria da população.

O conceito “viagens” estruturante destes centros comerciais pode assim ser entendido como uma estratégia para estabelecer uma ponte entre dois momentos da sociedade portuguesa, através de elementos reconhecíveis por todas as gerações que acediam num momento preciso, a década de 90, à sociedade do consumo. O *kitsch* — identificável no exagero dos elementos de decoração, nas imitações e utilização de objetos históricos fora do seu contexto, na adjunção de *patine* — torna-se um crucial estratagema de ambientação de uma população que transitava de um imaginário colonial para uma vivência individualista consumista.

Nestas duas décadas não mudamos apenas de estatuto histórico-político, de civilização e de ritos sociais que julgávamos, lamentando-o, característicos de uma sociedade quase marginal em relação aos padrões europeus. Mudá-mos, literalmente falando, e sem quase nos darmos conta disso, de mundo. (Lourenço, 2009: 12)

IV. Processos de comunicação, mobilidade e consumo de espaços

Urry (1995) considera que a cidade é, por si só, uma forma de organização do espaço e do tempo que estrutura o “consumo coletivo” dentro de um sistema capitalista. Este “consumo coletivo” dá-se de diversas maneiras que vão da utilização coletiva de transportes, redes viárias, infraestruturas específicas como escolas e saúde até aos espaços dedicados ao comércio. Os centros comerciais, tal como os centros culturais, e os restantes equipamentos coletivos urbanos têm um papel semelhante na racionalização do acesso ao consumo. Não se desperdiça tempo, tudo o que é necessário e desejável encontra-se no mesmo espaço otimizando-se a possibilidade de despendar dinheiro existente ou tornado mercado futuro, através do crédito.

Ainda segundo Urry (1995), o consumo define-se, contrariamente ao que expôs Baudrillard, não pelo desperdício, não pelo egoísmo individualista e pela futilidade socialmente reprovável, mas por uma prática de integração social, um fator de afirmação de identidade, que tenderá a promover a responsabilidade social e a luta pelos direitos de cidadania. O consumo torna-se uma atividade que preenche “a vida”, e não apenas uma parte da vida, pois envolve um sistema de interpretação e um sistema de assunção de signos e sentidos que perpassa todas as atividades da sociedade: vive-se em prédios ou casas, é-se consumidor de equipamentos públicos e privados; consome-se ruas e arruamentos, dispositivos urbanos de tráfego, transportes coletivos, ruas públicas, objetos, territórios longínquos... Estes consumos de espaços, mantendo as características de distinção e estatuto, encontram-se integrados em processos complexos de comunicação que tendem, nas sociedades ocidentais, à politização. São muitos os movimentos sociais e organizações de cidadãos que exigem informação, qualidade ética e estética sobre produtos e mercadorias procurando indicadores ambientais de sustentabilidade e responsabilidade social.

Do final da década de 80 ao final da primeira década do milénio a sociedade portuguesa viveu uma situação, culturalmente nova, de bem-estar social impulsionado pelo desenvolvimento de infraestruturas (saneamento básico, transportes e comunicações) e pela tendência universalizante de acesso à saúde, educação, habitação e previdência social. À medida que progrediram estes indicadores — tal como aconteceu em outros países europeus — cresceram os rendimentos disponíveis e aumentaram os padrões de consumo. Primeiro, aumentaram os gastos com alimentação, aquecimento e iluminação, seguiram-se o endividamento para a compra de casa e carro próprio, a procura de bens e equipamentos de conforto (como micro-ondas, máquina de lavar roupa, máquina de lavar loiça), demonstrativos de uma demanda reprimida por muitas décadas (Moreno, 1997: 33-34). Por último, vieram as “casas de campo e de praia”, os espetáculos, os bens culturais e as viagens para o estrangeiro. No final do primeiro quinquénio do milénio, as classes médias portuguesas entraram num patamar crítico de endividamento — média de 90% do orçamento disponível das famílias — e as associações de consumidores e o Estado iniciaram campanhas pelo consumo “consciente”, obrigando os bancos a restringirem o crédito e propondo às famílias inadimplentes soluções para

quitar as suas dívidas. A crise que estourou em 2008 e o resgate financeiro vieram alterar radicalmente este quadro, não havendo ainda dados que permitam distinguir as transformações temporárias das definitivas relativamente aos padrões de bem-estar e consumo.

Os centros comerciais participaram destas transformações e, quando foram inaugurados, todo o seu mobiliário apelava abertamente ao consumo, anunciando facilidades de crédito, expondo anúncios publicitários com abordagens diretas e agressivas através de telões e televisores espalhados por corredores e praças. Nos últimos anos as estratégias de comunicação alteraram-se. Os centros comerciais, nomeadamente Colombo, Vasco da Gama e Rio Sul, pertencentes ao Grupo Sonae, reforçam a imagem de preocupação com o ambiente⁶, com as energias renováveis, o desenvolvimento sustentável, a responsabilidade social e a poupança das famílias. As televisões foram recolocadas em locais com menos exposição visual, os produtos publicitados mudaram, com grande ênfase nos dispositivos que incorporam tecnologias de informação⁷ e comunicação, bem como naqueles que publicitam ser “amigos do ambiente”, permitirem poupança e simultaneamente qualidade. Há áreas públicas, nomeadamente as praças principais e as de alimentação, que permitem o acesso à Internet e que têm aparência de pequenos escritórios, ou salas de estar. Cresceram as áreas de diversão para crianças e jovens e espaços de descanso para os seniores. Nas artérias principais dos centros e nas avenidas internas, dispõem-se quiosques e balcões direcionados a turistas, com artesanato e recordações portuguesas e de outros países, como o Brasil, Moçambique ou Índia.

Para Urry (1995, 2002), Peters e Naficy (1999) consumo, cidades e mobilidade são conceitos inseparáveis na modernidade tardia. Se o consumo adquiriu muitas facetas e não é mais possível ser entendido como *gastos inúteis e compulsões irracionais* (Canclini, 1995:51) mas sim, como se referiu anteriormente, dentro de uma perspetiva de direitos e deveres de cidadania e inserção na sociedade, a mobilidade nas cidades é também um

6 Cfr: Portal Ambiente , <http://www.colombo.pt/ambiente.php>

7 O Grupo Sonae tem interesses nas áreas das telecomunicações. A Sonaecom é a *sub-holding* da Sonae para a área das Telecomunicações, Media e Software e Sistemas de Informação (SSI), desenvolvendo um papel ativo na gestão integrada das unidades de negócio que lhe correspondem, identificando e explorando as sinergias existentes e o potencial de crescimento da empresa (<http://www.sonae.pt/>).

conceito que se encontra em fase de grande transformação. Antes de mais porque as cidades são espaços de atração que funcionam como nódulos de redes transnacionais de geografias variáveis com diferentes escalas espaciais e temporais e em constante mutação (Portes, 2006). O conceito clássico da ONU que definia as migrações como fenómenos decorrentes das alterações do local de residência, por um período de pelo menos um ano, para um local relativamente afastado, estendeu-se e abrangeu outros fenómenos (Peters, 1999: 17-41). As migrações são entendidas, hoje, não só na perspetiva de deslocamentos de pessoas para outros países, regiões ou continentes, mas incluem as movimentações entre regiões do mesmo país, as migrações sazonais de trabalhadores qualificados ou não, bem como os deslocamentos diários dentro dos grandes centros urbanos. Para alguns destes autores (Peters, 1999; Naficy, 1999) o conceito de migrações estende-se, ainda, aos territórios virtuais do ciberespaço, que promovem novos ritmos e mobilidades, novos encontros e desencontros, não só entre pessoas e grupos, mas entre estes e objetos virtuais diversos.

Para Peters (1999: 17-19) o conceito de mobilidade — e todos os outros que lhe estão associados — está, historicamente, inscrito no pensamento e na cultura ocidental judaica e cristã. O antigo e o novo testamentos cunharam este conceito a partir das dimensões da diáspora, exílio, viagem e nomadismo, transpondo-as de uma aceção material para um valor abstrato e intelectual. Segundo o mesmo autor, a implosão dos deslocamentos (territoriais e virtuais) nas sociedades globalizadas e a aceleração provocada pelas novas tecnologias da informação e da comunicação conferiram novas aceções a esses conceitos culturais fundadores. A diáspora já não é mais, apenas, uma dispersão provocada pela perda, normalmente traumática, de um espaço territorial de identidade, mas preferencialmente a capacidade de indivíduos — com raízes de identidade mais ou menos comuns — construir laços em dispersão (físicos ou virtuais). O conceito de exílio tende a complementar o de diáspora, não no sentido de banimento compulsivo de um lugar, mas no sentido de afastamento de um locus onde se teve uma experiência plena e cujo retorno se faz pela memória, a imaginação ou a recriação virtual. Neste sentido, o exílio pode tomar novas formas, como o exílio em si mesmo, o exílio na terra em que se nasceu por perda de referentes — por exemplo, quando ruas e bairros são implodidos e as pessoas, normalmente já idosas, perdem a sua “história”; ou quando

acontecem mudanças políticas e sociais profundas, como na ex-URSS — ou o exílio do mundo, por exemplo no sentido místico ou de degradação mental. A viagem é uma outra dimensão da diáspora e do exílio, pois é uma busca solitária de um percurso, de uma finalidade, de uma missão, destino ou plenitude. O objetivo da viagem esgota-se, frequentemente, no percurso da caminhada — pelo mundo físico ou imaterial — naquilo que ela traz de surpresa, mistério, suspense e inquietação. O nomadismo surge neste contexto como forma de deambulação, onde a noção de casa e lar está em qualquer território ou espaço onde se possa e queira estabelecer e reconstruir uma existência.

Estas duas últimas dimensões, viagem e nomadismo, exploradas por diversos autores e em diversas aceções, adquiriram novas espessuras na modernidade globalizada. Sendo conceitos fundados nos sentidos que informaram a ideia de *flâneur* e de *voyeurisme* incorporaram a ideia de “exilados do mundo”, de *out mainstream*, desde os sem-abrigo aos piratas informáticos, aos repórteres de rua e aos mediadores das *street tv*. Estes movimentos têm como bandeira a mobilidade e liberdade de informação, bem como a universalização do acesso a ferramentas que foram privatizadas por grandes empresas comerciais.

Os centros comerciais Colombo, Vasco da Gama e Rio Sul integram-se nestes ritmos e nestas mobilidades. Muitos migrantes citadinos atravessam o rio Tejo, ou deixam os bairros sociais periféricos, para virem trabalhar nas áreas industriais, nos escritórios e nos serviços, fazendo-o por turnos nos centros comerciais. Às cinco e meia da manhã, os trens da periferia e os “cacilheiros” (*ferryboats* que ligam as duas margens do Tejo) despejam na cidade migrantes de todas as proveniências, mas sobretudo africanos dos PALOP e brasileiros. Das seis às oito da manhã, os centros comerciais são habitados por mulheres imigrantes das periferias que limpam os espaços públicos destes centros comerciais. Estas mulheres são arregimentadas por empresas de limpezas, muitas vezes criadas por outros imigrantes e, posteriormente, vendidas a outras multinacionais. Trabalham atualmente com contratos renováveis a três meses, seis meses ou um ano. Das renovações desses contratos dependia, até há poucos anos, a sua estadia em Portugal como trabalhadoras legalizadas. Hoje com a “crise”, dependem desse contrato para sustentar a família. Nesse horário, dão-se também as trocas de

turnos dos vigilantes, alguns aposentados da polícia, outros imigrantes “de confiança”, outros ainda trabalhadores que acumulam vários empregos.

As portas dos centros abrem-se às oito horas, mas apenas aquelas que nos pisos térreos criam espaços de mobilidade entre os diversos transportes públicos: comboios e autocarros, autocarros e metropolitano, comboio e metropolitano. São as passagens que deixam em exposição as vitrinas e as simbologias do imaginário lusófono e da portugalidade. Essas passagens iluminadas, frescas no verão, quentes no inverno, constituem um aconchego para quem passa para trabalhar e, mais tarde, para quem vem passear ou consumir. As primeiras lojas a abrir são as desses corredores urbanos que recriam o centro de uma qualquer vila: a tabacaria, o bar, o correio, a farmácia, o banco, o sapateiro, o tintureiro/limpeza a seco, os ginásios e cabeleireiros... Só mais tarde abrem as lojas de departamentos dos pisos superiores, as *boutiques* de marcas famosas, as lojas de música e cultura. Nestas primeiras horas de abertura, os centros são, alternadamente, “passagens” e “salas de estar”: passagens para quem vai trabalhar, estudar, levar crianças às escolas, fazer ginástica nos *health club*, arranjar o cabelo, para quem está a caminho do aeroporto e procura uma lembrança para levar; salas de estar, para quem está desempregado, aposentado, cuidando de crianças, fazendo horas para um encontro...

No horário de almoço, com todas as lojas de todos os pisos a funcionar, os centros comerciais mudam de fisionomia: por exemplo no Vasco da Gama, chegam a pé, vestidos com os seus fatos completos escuros, homens e mulheres na casa dos trinta/quarenta, todos funcionários das multinacionais circundantes, para almoçar e desfrutar, no *deck* da praça de alimentação, a ilusão de um tempo de lazer. No Colombo, a proximidade das universidades e de um grande hospital particular torna o horário do almoço um espaço de grande convívio. Em ambos os centros, a hora do almoço é também o momento da entrada de turistas que vêm almoçar, orientados pela publicidade dos guias de Lisboa, que anunciam em simultâneo as particularidades arquitetónicas dos centros comerciais Colombo e Vasco da Gama, mas também a sua sofisticação e diversidade, bem como a oferta de produtos típicos portugueses.

Quando o Colombo foi inaugurado, era visitado pelas excursões de turistas que vinham do interior de Portugal, mas também das regiões fronteiriças de Espanha, sendo que aos roteiros tradicionais — Mosteiro

da Batalha, Vila de Óbidos e Santuário de Fátima — fora acrescentado este ponto de interesse. Hoje estas excursões, devido à crise e ao processo de regionalização dos centros comerciais, não são tão frequentes, mas ainda se notam algumas de idosos que continuam a almoçar (de farnel) nas praças e zonas de descanso. Em contrapartida, estes centros comerciais entraram definitivamente no roteiro da estadia em Lisboa, qualquer que seja a nacionalidade dos visitantes, sobretudo para o crescente fluxo de turistas brasileiros e angolanos, que chegam em pequenos grupos, casais, famílias e amigos.

À tarde o ambiente é multicultural. Um olhar de relance, em qualquer dos espaços públicos, permite a apreensão de pessoas de diversas regiões e origens, e também a diversidade de línguas e sotaques de português, não só entre consumidores mas também entre vendedores. Grupos de jovens das escolas, universidades e da periferia instalam-se em espaços públicos, para conversar amontoados em torno de computadores e livros. Senhoras, mães e avós, com carrinhos de bebé passeiam pelos corredores observando as vitrinas. Os turistas concentram-se preferencialmente nos quiosques e lojas de produtos portugueses, mas os angolanos, recentemente chegados à sociedade de consumo, preferem as lojas de desporto de marca, de onde saem com sacos enormes e equipamentos para toda a família. A vigilância aperta à medida que chega a noite. Os guardas não são tão discretos, como eram no início das atividades, na década de 90. Andam aos pares e vigiam as entradas, e podem, evocando a legislação que os protege, proibir a entrada de pessoas com “aspeto não adequado”, o que dá origem a muitas ocorrências policiais e situações de discriminação fundadas na origem étnica. Com o aumento de conflitos entre jovens no interior dos centros comerciais, em torno das áreas de diversão e de alimentação, a vigilância é propositadamente ostensiva e não raras vezes incomodativa, refletindo aquilo que muitos autores têm designado como bunkarização.

À noitinha, o sentido da viagem inverte-se no retorno a casa. Os locais de passagem voltam a suprir necessidades quotidianas de consumo, os cinemas agitam-se com mais e diferentes espectadores, agora menos jovens, menos idosos, menos mulheres, e mais casais e adultos.

Referências

- AUGÉ, M. (1994). *Não-lugares: Introdução a uma antropologia da sobremodernidade*. Lisboa: Bertrand.
- BARRETO, A. (org.) (1996). *A situação social em Portugal, 1960-1995*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
- BAUDRILLARD, J. (1995). *A sociedade do consumo*. Lisboa: Ed. 70.
- BENJAMIN, W. (2000). *Paris, capitale du XIXe siècle*. Paris: Les Editions du cerf.
- CANCLINI, N.G. (1995). *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- CAHEN, M. (2010). Lusitanidade e lusofonia: considerações conceptuais sobre realidades sociais e políticas. *Plural Pluriel – Revue des cultures de langue portugaise*, n.º 7, automne-hiver. Disponível em www.pluralpluriel.org. Acesso em 27/10/2013.
- DEMETRESCO, S. (2007). *Vitrina, Construção de encenações*. São Paulo: Editora Senac.
- FONSECA, L. (2003). Integração de Imigrantes: estratégias e protagonistas. *I Congresso Imigração em Portugal: diversidade, cidadania e integração*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 18-19 de dezembro. Disponível em <http://www.ceg.ul.pt/migrare/events/ICongressoLF.htm>. Acesso em 12/1/2014.
- FULCHER, C.R. (1998). *Criação arquitectónica, versus transformações urbanas: Centro Comercial Colombo*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa: UTL
- GREENBERG, C. (1971). Vanguarda e Kitsch. In D. MacDonald; D. Bell; U. Eco *et al.*, *A Indústria da Cultura*. Lisboa: Ed. Meridiano, pp. 187-205.
- HENRIQUES, R. P. (1990). *António Ferro- Estado e Antologia*. Lisboa: Ed. Alfa.
- LOURENÇO, E. (ed. 1975, 1982, 2009). *O Labirinto da Saudade*. Lisboa: Gradiva.
- MACDONALD, D. (1971). *Massicultura e Medicultura*. In D. Macdonald; D. Bell; U. Eco *et al.*, *A Indústria da Cultura*. Lisboa: Ed. Meridiano, pp. 67-149.
- MARTINS, M. L. (2014). Língua portuguesa, globalização e lusofonia. In Bastos, N. (org.). *Língua Portuguesa e Lusofonia*. São Paulo, EDUC – IP-PUC, (pp.15-33).
- MARTINS, M. (2006). Lusofonia e Lusotropicalismo: equívocos e possibilidades de dois conceitos hiper-identitários. *Visages de l'Amérique Latine*, nº3: 89-96.
- MARTINS, M., Sousa, H. e Cabecinhas, R. (eds.) (2006). *Comunicação e lusofonia: para uma abordagem crítica da cultura e dos media*. Porto: Campo das Letras.
- MÓNICA, M. F. (1996). A evolução dos costumes em Portugal, 1960-1995. In: A. Barreto (org.), *A situação social em Portugal, 1960-1995*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, (pp. 229-237).

- MORIN, E. (1975). *Cultura de Massas no século XX: O espírito do tempo*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária.
- MORENO, C. (1997). O bem-estar social. *Janus*, 97: 32-33.
- NAFICI, H. et al. (1999). *Home, Exile, Homeland: Film, media, and the politics of place*. London: Routledge.
- PETERS, J.D. (1999). Exile, nomadism and diáspora: the stakes of mobility in the western canon. In H. Nafici et al., *Home, Exile, Homeland: Film, media, and the politics of place*. London: Routledge, pp. 17-41.
- PORTES, A. (2006). *Estudos sobre as Migrações Contemporâneas: transnacionalismo, empreendedorismo e a segunda geração*. Lisboa: Fim de Século.
- SANTOS, B. de Sousa (1993). *Pela mão de Alice. O Social e o Político na Pós-Modernidade*. Porto: Afrontamento.
- SOUSA, V. (2013). O conceito de diáspora em tempo de Globalização. A relação entre império, lusofonia e “portugalidade”: um contrassenso?. *Anuário Internacional da Comunicación Lusofona*. Santiago de Compostela: Agacom, pp. 17- 29.
- SOUSA, V. & Martins, M. L. (2012). Da Portugalidade à lusofonia. In Z. Pinto Coelho & J. Fidalgo (eds.), *Sobre Comunicação e Cultura: I Jornadas de Doutorandos em Ciências da Comunicação e Estudos Culturais*. Universidade do Minho: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, pp. 159-177.
- URRY, J. (1995). *Consuming Places*. London: Routledge.
- URRY, J. (2002). *The Tourist Gaze. Leisure and travel in contemporary societies*. London: Sage.
- VIEGAS, J.M.L. & Costa, A. F. da (1998). *Portugal que modernidade?* Lisboa: Celta.

A LUSOFONIA ENQUANTO EXPERIÊNCIA ESTÉTICA

Considerações em torno da existência de um cânone lusófono

LUSOPHONY AS AN AESTHETIC EXPERIENCE

Considerations on the existence of a Lusophone canon

José Carlos Venâncio *

UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR.

INVESTIGADOR DO CENTRO DE ESTUDOS DE COMUNICAÇÃO E SOCIEDADE – UNIVERSIDADE DO MINHO

jcvencancio@sapo.pt

Resumo:

A partir de um conceito alargado de estética, coincidindo com o sentido panteísta que Georg Simmel lhe atribui, discorre-se sobre a presença portuguesa nos trópicos e sobre a constituição, no decorrer do período mercantilista, do que poderá ser considerado como o núcleo duro da lusofonia: o Nordeste brasileiro, o arquipélago de Cabo Verde e as cidades de Luanda e Benguela e respetivos *hinterlands*. Os movimentos modernistas, emergidos nestas regiões, ao relevarem as especificidades culturais de cada uma delas, acabaram por revelar a proximidade antropológica e estética entre as mesmas, transformando essa experiência histórica num importante referente na evocação e na legitimação da lusofonia. Tecem-se, de seguida, algumas considerações sobre as políticas públicas a serem implementadas para o aprofundamento da condição lusófona, assim com também se discute a existência de um cânone lusófono.

Palavras-chave: Lusofonia, estética, mestiçagem, modernismo, pós-colonialismo

* Professor Catedrático da Universidade da Beira Interior; Professor Titular Convidado da Universidade Agostinho Neto. Publicou vários trabalhos sobre Angola, Cabo Verde, Macau e Brasil. Merecem destaque os livros *Literatura e poder na África lusófona* (Lisboa: ICALP 1992), *A economia de Luanda e hinterland no século XVIII. Um estudo de Sociologia Histórica* (Lisboa: Estampa 1996), *Colonialismo, antropologia e lusofonias. Repensando a presença portuguesa nos trópicos* (Lisboa: Vega 1996), *O facto africano. Elementos para uma Sociologia de África* (Lisboa: Vega 2000) e *A dominação colonial. Protagonismos e heranças* (Lisboa: Estampa 2005).

Abstract:

On the basis of a broader concept of aesthetics coinciding with the pantheistic sense Georg Simmel ascribes it, this essay discusses the Portuguese presence in the tropics and the forming, during the mercantilist period, of what can be regarded as the core of the Lusophone world: the Brazilian Northeast, the archipelago of Cape Verde and the cities of Luanda and Benguela and their *hinterlands*. In highlighting the cultural peculiarities of each of those regions, the emergent modernist movements eventually revealed their anthropological and aesthetic closeness, thus transforming that historical experience into a significant referent to evoke and legitimize Lusophony. Thereafter, I proceed to analyse the public politics to be implemented so as to strengthen the Lusophone condition, as well as the existence of a Lusophone canon.

Keywords: Lusophony, aesthetics, *métissage*, modernism, postcolonialism



Introdução

As primeiras aproximações ao conceito de lusofonia deram-se em meados dos anos 80 do século passado. Terá sido provavelmente Fernando Cristóvão, então presidente do Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, a utilizá-lo pela primeira vez. Seguiram-se outros investigadores que, de alguma forma, se debruçavam sobre realidades decorrentes da relação colonial portuguesa. Eram investigadores de áreas como as dos Estudos Africanos (então, como agora, exageradamente centrados no estudo da África de língua portuguesa), estudiosos e críticos das chamadas literaturas africanas de língua portuguesa ou brasileira, como é, aliás, o caso de Fernando Cristóvão.

Não era, e continua a não ser, um conceito inócuo. Sendo uma decorrência da colonização e do colonialismo portugueses, a par de uma aproximação cultural e linguística que, na esmagadora maioria dos casos, não foi voluntária ou pacífica, sobrevivem, naturalmente, ressentimentos e recalcamientos. Afetam estes não apenas os que foram colonizados e guardam mágoas, mas também os antigos colonizadores, mormente aqueles que, parafraseando Amílcar Cabral, não foram capazes de se libertar do espectro da superioridade e/ou dominação que experimentaram a dado

momento nas suas vidas. Se é um conceito controverso, não deixa de ser útil e, mais do que isso, de referir uma realidade que, com todas as fragilidades que lhe possam ser apontadas, traduz uma proximidade humana e cultural tecida em torno da utilização do mesmo idioma.

A evocação que dela se faz tem em conta, na esmagadora maioria das vezes, este sentido, o da herança do império colonial português. Embora seja este o sentido sobre o qual me debrucei no âmbito da conferência *Interfaces da lusofonia* e da mesa-redonda “O cânone lusófono”, por mim coordenada, será importante, para o decurso da argumentação que pretendo desenvolver ao longo do ensaio, recordar outros sentidos, nomeadamente o que estende o conceito à diáspora portuguesa e, nesse encadeamento, às diásporas brasileira, angolana, moçambicana, etc¹. É um sentido que coincide, em parte, com o conceito proposto por Fernando Cristóvão (2005), para quem a lusofonia configura três círculos: ao primeiro pertencem (e protagonizam-na) os oito Estados lusófonos, assim como pequenos territórios que conheceram a colonização ou a presença portuguesa (territórios da Índia, nomeadamente Goa, Damão e Diu), Macau, Casamansa (a sul do Senegal) e, por razão de paridade histórica ou origem comum, a Galiza. Ao segundo círculo pertencem as várias línguas locais com as quais a língua portuguesa se defronta ou dialoga nos espaços nacionais enquadrados pelos Estados lusófonos e, por fim, as instituições, os grupos sociais e as pessoas que, não pertencendo aos países ou às regiões lusófonas, mantêm com a língua portuguesa e as línguas e culturas dos oito países lusófonos “(...)um diálogo de erudição, amizade, simpatia e interesses vários” (Cristóvão, 2005: 655).

Não obstante a importância desta sistematização para um entendimento mais completo do conceito, de que se depreende uma preocupação com a política da língua portuguesa no mundo, não é, propriamente, este o sentido que pretendo explorar no presente ensaio. Cingir-me-ei, por um lado, às realidades sociológicas que enquadram e explicam o uso da língua portuguesa e, por outro, o reflexo desse mesmo uso na configuração de tais realidades. Manter-me-ei, por conseguinte, num registo sociológico, centrado no estudo e na compreensão das dinâmicas sociais e culturais que emergiram das cinzas do império.

1 Os falantes de língua portuguesa imigrados em países terceiros tendem a reunir-se e a identificar-se como lusófonos. É, por exemplo, o que acontece em Macau, conquanto o território não seja propriamente estranho à condição lusófona.

Lusofonização e mestiçagem

Os processos de lusofonização conduziram a aproximações de ordem estética. Consequentemente, é impossível pensar-se a lusofonia como referente identitário fora de um entendimento estético. Estética é, neste propósito, entendida no seu sentido amplo, num sentido próximo do “panteísmo estético” legado por Georg Simmel (cf. Frisby & Featherstone, 1997). Nestas circunstâncias, a lusofonia acaba por funcionar como um filtro na interação que os falantes de língua portuguesa, independentemente da relação que mantêm com este mesmo idioma (língua materna, língua segunda, etc.), estabelecem com o mundo exterior, com a realidade que os rodeia.

Entende-se, desta maneira, que o império colonial, enquanto *constructo* político-jurídico, nem sempre traduz, com a devida plenitude, a presença portuguesa nos trópicos, como Gilberto Freyre, aliás, pôde evidenciar ao longo da sua obra, malgrado as fragilidades da mesma (refiro-me fundamentalmente à influência salazarista) e o negativismo que sobre ela recaiu e de que ainda não se ilibou². Essa presença, sensível em três continentes por um período de, pelo menos, cinco séculos, pautou-se, por razões mais de circunstância histórica do que de uma hipotética tolerância nata dos portugueses, pela miscigenação biocultural e, no rastro desta, pela emergência de culturas e sociedades mestiças ou, como hoje sói dizer-se, híbridas. Este facto foi sobretudo significativo nos primeiros séculos da expansão, caracterizados, no dizer de Immanuel Wallerstein (1980), pela vigência da economia-mundo europeia ou atlântica, a coberto da qual se estabeleceram as colónias europeias nas Américas e, em África e na Ásia, os primeiros embriões da colonização europeia³. Dois desses embriões,

2 Cf., a este respeito, entre outros, Moisés de Lemos Martins (2006, 2014).

3 A partilha, ou melhor, a imposição, por parte dos Estados centrais europeus, da sua divisão de trabalho no espaço atlântico constitui um dos mais significativos elos de união das sociedades e culturas nele envolvidas no espaço atlântico. A emergência desta economia-mundo ter-se-á dado no século XVI e se Portugal e Espanha, enquanto pioneiros da expansão atlântica, desempenharam no início um papel central, em meados do século XVII, ambos os Estados perdem esta posição, assumindo-se como Estados semiperiféricos. No que a Portugal diz especificamente respeito, tal posicionamento torna-se notório, sobretudo após 1640, período em que o país consolidou, à sua maneira e dimensão, o que, para alguns historiadores, vale como II Império, centrado no Atlântico Sul e tendo a exploração das potencialidades económicas oferecidas pelo Brasil como principal motivação.

no que à África diz respeito, são precisamente de iniciativa portuguesa. Refiro-me às ilhas de Cabo Verde e às cidades de Luanda e Benguela e respetivos *hinterlands*. São espaços ou regiões que, a par do Nordeste brasileiro, constituem uma configuração social⁴ que tenho entendido como o *núcleo duro da lusofonia* (Venâncio 1996b, 1998, 2005).

O Nordeste brasileiro [mais a sub-região do litoral, uma faixa de cerca de 50 km para o interior, designada por Darcy Ribeiro (1995: 276 e segs.) por área cultural crioula]⁵ começou por produzir e exportar açúcar. Luanda, Benguela e respetivos *hinterlands* exportavam mão de obra escrava e Cabo Verde, com a ajuda dos “lançados”⁶, servia, por sua vez, de entreposto comercial ao tráfico de escravos efetuado entre a costa ocidental de África e o Brasil, mormente a região do Nordeste. As três regiões, que a dada altura passaram a configurar o que se entende por áreas culturais, partilhavam, assim, entre outras, uma característica que se reveste de particular importância: a dependência do escravo. Valia este como uma das mais preciosas “mercadorias” no comércio, entretanto estabelecido, entre os três continentes. Os escravos serviam de mão de obra na agricultura, no

4 Conceito devido a Norbert Elias, que o entende como um conjunto de interdependências humanas contextualizadas no tempo (e obviamente no espaço), conquanto não fechadas em si. As interdependências podem ser de dois níveis: as que se desenrolam numa relação de face a face (que assumem, por isso, uma dimensão interativa) e as que acontecem num plano macro (a nível da ‘tribo’, da sociedade-estado, da civilização, etc...), em que a ligação se manifesta apenas através da adesão a símbolos comuns. É neste último sentido que utilizo o conceito no presente ensaio, evidenciando, nomeadamente, a proximidade antropológica e histórica entre as regiões ou áreas culturais em apreço durante a vigência do mercantilismo, em termos de história europeia, e do II Império, no que à expansão portuguesa diz respeito.

5 Segundo uma publicação da Fundação Joaquim Nabuco (1982: 23), a região comportará uma área de mais ou menos 1 640 000 km² *i.e.* aproximadamente 1/5 da área total do país, nela estando incluídos os estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Baía, para além do vértice meridional do polígono das secas no estado de Minas Gerais e do território de Fernando Noronha, habitada, na altura, por cerca de 35 milhões de habitantes.

6 Portugueses e descendentes de portugueses que, por livre iniciativa e entregues à sua própria sorte, se dedicavam, na costa ocidental africana, ao comércio de escravos e de produtos locais, num período que se estende do século XVI ao século XIX, *i.e.* durante o período mercantilista e a vigência do sobejamente referido II Império. Usufruíam geralmente das melhores relações com as chefias locais, sendo que, em contrapartida, nem sempre eram bem vistos pelas autoridades portuguesas. Cf. Jean Boulègue (1989).

artesanato e nas atividades domésticas e ainda, no que toca às mulheres, de amantes dos senhores escravocratas e seus auxiliares europeus. Esta inclinação, ou talvez melhor, procura da mulher negra por parte do homem branco contribuiu substancialmente para a emergência da mestiçagem, uma das características que, pelo menos desde Gilberto Freyre, tem sido apontada à presença portuguesa nos trópicos.

Não será apenas uma razão demográfica, neste caso a da raridade de mulheres brancas nos trópicos, que estará na base dessa procura. Terão sido também fatores de ordem erótica, conquanto falocráticos (Macedo, 2013), a determinar tais comportamentos, como, aliás, os registos históricos a respeito deixam antever (cf. Young, 1995: 150 e segs.; Venâncio, 1996a)⁷. Com o advento do colonialismo moderno e da racialização do mundo, tais ímpetus sexuais – o que é, sobretudo, válido para a África e para a Ásia – começaram a ser refreados, desencorajados e, como tal, relegados para as margens (senão para a clandestinidade) dessas sociedades. Passou, pois, a imperar, enquanto propósito ideológico, o branqueamento das mesmas.

Nas regiões que não produziam bens procurados pelos Estados centrais e que, por esta razão, passaram a ter uma existência periférica em relação à divisão de trabalho vigente na economia-mundo europeia ou capitalista, como foi o caso de Cabo Verde, o regramento acima referido foi de menor monta e, em conformidade, o racismo inerente à condição colonial moderna acabou por abater-se sobre essas sociedades de forma mais ténue. Assim é que Gabriel Mariano, escritor e jurista caboverdiano, tenha escrito, num ensaio determinante para o entendimento destas dinâmicas nos espaços de língua portuguesa, que em Cabo Verde se assistiu à “(...) instalação do mestiço em áreas ou classes de preponderância social” (1991: 71).

7 O registo em apreço está inserto num Parecer do Conde de Oeiras (mais tarde Marquês de Pombal) dirigido ao Rei D. José I (AHU, Angola, cx. 43, doc. 11 de 20.11.1760) em que dá conta da preferência dos poucos brancos residentes em Angola, em meados do século XVIII, por mulheres negras: “(...) os poucos Brancos, que existem olham para as Mulheres da Europa com estranheza, como extraordinarias, preferindo por quaze geral abuzo o consorcio das Negras.”

Da história aos enunciados modernistas

A produção açucareira no Nordeste conhece o seu primeiro revés em finais do século XVII com a concorrência do açúcar antilhano. Seguiu-se um período que registou alguma continuidade na produção, mas sem grandes inovações técnicas e organizativas. Apenas o século XIX as trouxe. Foi a substituição da chamada cana crioula pela cana caiana no início do século em referência (Andrade, 1989: 13) e a adaptação da máquina a vapor aos velhos engenhos, até aí movidos por tração animal ou energia hidráulica. A partir da década de 1871/80, estes velhos engenhos bangués são progressivamente substituídos pelos engenhos centrais e pelas usinas, num processo nem sempre pacífico. Trata-se, pois, de transformações impulsionadas pelo mercado internacional, envolvendo um duplo antagonismo: de um lado, a luta dos proprietários dos engenhos bangués contra os engenhos centrais e os usineiros; do outro, a oposição entre estes dois últimos, cabendo a vitória aos usineiros, representantes, muitos deles, de empresas francesas e inglesas (cf. Andrade, 1989: 14). O fim dos engenhos acarretou a queda do “regime de economia patriarcal” e, com essa queda, desvaneceu-se uma das heranças, provavelmente a mais significativa, da colonização portuguesa na região.

Gilberto Freyre, sociólogo e escritor, e José Lins do Rego, romancista, dois dos mais significativos representantes do regionalismo nordestino, testemunharam e descreveram essas transformações, que, levando ao desvanecimento da herança cultural portuguesa, levaram igualmente à descaracterização cultural da região.

O 1º Congresso Regionalista, acontecido em 1926, e o *Manifesto Regionalista* de Gilberto Freyre, lido no congresso e publicado apenas em 1952, são dois importantes marcos do movimento, a que se juntaram outras vezes, como seja a de Manuel Bandeira, agendado ao movimento modernista do Rio de Janeiro, que no poema “Evocação do Recife”, recorda, nostálgico, a sua infância nessa cidade, assim como a casa do avô: “Recife morto, Recife bom, Recife brasileiro/como a casa do meu avô”.

Ainda é polémico o entendimento deste movimento como parte integrante do chamado modernismo brasileiro, sobretudo porque os seus protagonistas não o entenderam como tal, *i.e.*, consideraram-no como um movimento autónomo. E, na verdade, as diferenças entre ambos os

movimentos são assinaláveis. O modernismo, emergido em São Paulo, Rio e Belo Horizonte, foi, sobretudo, um movimento urbano e cosmopolita, com forte pendor nacionalista (veja-se, por exemplo, *Macunaíma* de Mário de Andrade) e, segundo alguns (cf. Almeida 2000: 163), progressista, contrastando, também por esse lado, com o conservadorismo do regionalismo. De qualquer modo, para um melhor entendimento dos argumentos que tenho vindo a desenvolver, vale mencionar que foi este, o regionalismo nordestino, que, num sentido alargado, não deixou de ser também um movimento modernista, que influenciou os modernistas cabo-verdianos e angolanos. E tal deu-se porque os africanos descobriram, a dado momento, que os ambientes sociais descritos pelos escritores nordestinos se assemelhavam aos seus próprios ambientes. Mas nada melhor para explicar tal assunção do que transcrever as palavras de um dos nomes mais sonantes do modernismo cabo-verdiano, Baltasar Lopes:

“Há pouco mais de vinte anos, eu e um grupo reduzido de amigos começámos a pensar no nosso problema, isto é, no problema de Cabo Verde.(...) Ora aconteceu que por aquelas alturas nos caíram nas mãos (...) alguns livros que considerámos essenciais *pro domo nostra*. Na ficção, o José Lins do Rego do *Menino de engenho* e do *Banguê*, o Jorge Amado do *Jubiabá* e do *Mar morto* (...) [e] em poesia foi um ‘alumbramento’ a ‘Evocação do Recife’, de Manuel Bandeira” (Lopes 1956: 5)⁸

Cabo Verde teve um percurso histórico ligeiramente diferente do da região brasileira em apreço. O arquipélago, dadas as suas condições geoclimáticas, não foi propício à produção, com rentabilidade, de nenhum dos produtos agrícolas tropicais procurados pelos mercados europeus. Não conheceu, salvo algumas exceções verificáveis nas ilhas de Santiago e do Fogo, o regime da grande plantação ou da roça. Não partilhando diretamente da divisão de trabalho da economia-mundo europeia, como já foi referido, afastado, pelo menos até meados do século XIX – altura em que a companhia inglesa de navegação *East India* estabeleceu no Porto Grande

8 No que a Angola diz respeito, veja-se o poema de Mário António “Canto de farra”, escrito em 1952 e inserto no volume *Chingujo: Poemas angolanos* (Lisboa, 1963): “Quando li *Jubiabá!* me tornei António Balduino./ Meu primo, que nunca o leu,/Ficou Zeca Camarão./Eh, Zeca!”.

(São Vicente) o primeiro depósito de carvão – das grandes rotas comerciais, o arquipélago transformou-se num cadinho para a proliferação da mestiçagem, com o mulato por pano de fundo, como diz Gabriel Mariano.

Nem mesmo a colonização moderna, i.e., a que perfaz o que, na perspectiva cíclica do império colonial português, é designada por III Império, com início no último quartel do século XIX, alterou substancialmente a posição geoeconómica granjeada durante o II Império, cuja vigência coincidiu, *grosso modo*, com a da economia-mundo atlântica. O arquipélago conhece a partir dessa altura um surto emigratório significativo, de carácter forçado, para África, nomeadamente para as colónias portuguesas. Muitos dos que emigram acabam por desempenhar nesses destinos um papel intermediário entre colonizadores e locais, assumindo cargos administrativos e de gestão de nível médio e, nalguns casos, de nível médio-superior, quer no setor público, quer no privado. As remessas monetárias provenientes da emigração, desta e da que a partir do século XVII se dirigiu para a América, as receitas geradas pelo Porto Grande não se constituíram como fatores de rutura em relação à situação social que remontava aos primeiros séculos da colonização. E é esta realidade, eivada de pobreza e de um esforço de sobrevivência extremo, que os primeiros escritores e poetas modernistas descrevem e enaltecem. O já referido Baltasar Lopes foi coadjuvado, nesse empreendimento, entre outros, pelo poeta Jorge Barbosa e pelo romancista Manuel Lopes. A revista *Claridade*, surgida em 1936, foi o órgão do movimento.

Uma experiência diferente da cabo-verdiana, no que se refere à introdução da monocultura, foi a que Angola viveu. Datam de meados do século XIX as primeiras fazendas de café, instaladas, então, na zona do Cazengo, no *hinterland* de Luanda. Os anos subsequentes assistiram ao alastramento deste tipo de economia agrícola, em muito incentivada pelo Banco Nacional Ultramarino, fundado em 1864⁹. Mais tarde, após a implantação do regime republicano em Portugal e por iniciativa de Norton de Matos, primeiro enquanto governador-geral e depois como alto-comissário, foram muitas terras cedidas a colonos brancos para a instalação de propriedades agrícolas de monocultura. Já nesta altura foi notória a reação, pela escrita, de

9 Sobre o papel deste banco no desenvolvimento da agricultura angolana neste período, mormente junto da Companhia Agrícola do Cazengo e da Nova Companhia de Navegação do Quanza, ver Adelino Torres (1991).

africanos letrados, os chamados nativos¹⁰. Dois nomes merecem especial referência: Custódio Dias Bento de Azevedo, pelos artigos de imprensa e cartas que escreveu¹¹, e o escritor António Assis Júnior, autor de dois panfletos (*Relato dos acontecimentos de Dala Tando e Lucala*, Luanda 1917), onde esclarece que, ao defender os “indígenas” da Quiçama contra as pretensões dos proprietários brancos do Cazengo, em momento algum tivera em mente uma insurreição contra o poder colonial ou contra os europeus.

Estas duas personalidades são representantes do nativismo angolano, movimento que, por sua vez, serviu de prelúdio ao que veio a ser o movimento modernista angolano. À sociedade e à cultura dos nativistas foram os modernistas buscar as referências culturais da Angola que se propunham “descobrir”, para utilizar uma expressão inserta num poema marcante desse movimento intitulado “Vamos descobrir Angola”, da autoria de Maurício de Almeida Gomes.

Modernismos e lusofonia

Os modernismos experimentados nestas três regiões contribuíram decisivamente para a evidência e, de certa maneira, para a legitimação cultural do que hoje é a lusofonia. Ao procurarem a especificidade cultural das respetivas regiões, acabaram por revelar, mesmo que involuntariamente, a herança cultural portuguesa na formação das mesmas. Este facto justifica, aliás, como afirmado no início do ensaio, a consideração das regiões em apreço como o núcleo duro da lusofonia.

A ação modernista, que se inicia primeiramente no Brasil e que depois passa a Cabo Verde e a Angola, não contradisse os nacionalismos emergentes em Cabo Verde e em Angola e já em curso no Brasil. Pelo contrário,

10 Os africanos nesta altura encontravam-se divididos em nativos e indígenas. Enquanto os nativos, pelos seus conhecimentos e pelas suas funções profissionais, eram parte integrante da sociedade colonial ou central, os indígenas, como se depreende do próprio vocábulo, encontravam-se integrados nas sociedades periféricas ou étnicas. De referir, a este propósito, que o chamado “Estatuto do Indígenato” (oficialmente: o Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique), documento que formaliza definitivamente a condição de indígena, data apenas de 1954 (Decreto-lei de 20 de maio).

11 Para um maior conhecimento da atividade deste ativista nativista, cf. o livro de Eugénio Monteiro Ferreira (1989).

incentivou-os e acabou, embora por vias nem sempre coincidentes, por os determinar. Premissas e características do regionalismo nordestino, constantes mormente na obra de Gilberto Freyre, como seja a admissão da mestiçagem como meta-raça do povo brasileiro, acabaram por informar a ideia do Brasil construída pelo Estado Novo (Mesquita, 2012). No que a Cabo Verde se refere, a caboverdianidade é, em grande medida, uma herança do movimento *Claridade* e da assunção da condição de mestiço ou, ainda melhor, da de crioulo (termo que hoje tem, no arquipélago, um valor autoreferencial generalizado) como uma das referências da nacionalidade caboverdiana (Fernandes 2002; Peixeira 2003)¹².

A ideia de angolanidade está presente, mesmo que de forma implícita, nos primeiros enunciados modernistas nos finais dos anos 40 do século XX, devidos, mormente, aos escritores e poetas que integravam o Movimento dos Jovens Intelectuais de Angola, do qual faziam parte o já referido Maurício de Almeida Gomes e aquele que é tido como a figura cimeira do modernismo angolano e um dos grandes poetas de língua portuguesa, Viriato da Cruz. A afinidade ideológica e vivencial entre este movimento e o que viria a desembocar na fundação do MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola) é por demais evidente. Tanto assim é, que são intelectuais afetos ao MPLA, como é o caso de Costa Andrade, os primeiros a formularem o conceito de angolanidade, em função do qual procuraram legitimar, pela cultura, a luta de libertação em prol da independência do país. E, na verdade, dificilmente se pode entender a história do MPLA fora do contexto histórico representado pela região (ou regiões) de Luanda e Benguela e respetivos *hinterlands*, regiões que haviam sido o berço do modernismo. Sobretudo Luanda e o seu *hinterland*

12 A assunção da condição mestiça como particularidade da nação caboverdiana não deixa de levantar alguma polémica. Alguns, como é o caso de Gabriel Fernandes, veem nessa postura um desejo subentendido de branqueamento, de diluição de África, como consta do título do seu livro. Uma outra questão ainda é a que se prende com a rivalidade, muitas vezes velada, entre o Barlavento e o Sotavento, que o mesmo será dizer, entre a cidade da Praia, a capital política do país, e a capital cultural do arquipélago, a cidade do Mindelo. Enquanto nas ilhas do Sotavento prevalece uma maior identificação com a África continental, o mesmo não poderá ser afirmado em relação às ilhas do Barlavento, mormente a São Vicente e à cidade do Mindelo.

próximo (refiro-me, entre outras, às localidades de Catete, Golungo Alto e Calomboloca) desempenharam, a esse respeito, um importante papel¹³.

Outro foco do nacionalismo angolano, protagonizado, desta feita, pela UPA/FNLA (União dos Povos de Angola/Frente Nacional de Libertação de Angola) surgiu, a norte, entre os bakongo, com o reino do Kongo – ou o que dele restava – como pano de fundo. As suas motivações diferiam, nesta medida, das que estiveram na origem da formação do MPLA, estas em muito agendadas à vivência do que Franz-Wilhelm Heimer (1980), sob influência da teoria da dependência, designou por “sociedade central”, referindo-se, então, ao núcleo societal que se formou a partir do exercício do poder colonial.

A lusofonia em ambiente pós-colonial

Mais tarde, numa conjuntura pós-nacionalista e pós-colonial, ao evocar-se a lusofonia, continuam tais experiências societárias, e as interdependências e influências mútuas entretanto geradas, a referenciar, mesmo que involuntariamente, o património histórico e antropológico comum. Tal facto não implica que não subsistam entre as três regiões em apreço diferenças culturais e antropológicas significativas, que se tornam ainda mais significativas se se olhar para o conjunto dos países que integram a lusofonia. Estas diferenças reproduzem, numa escala menor, as geradas pelo sistema capitalista, pelo colonialismo e modernidade europeias a nível mundial, dividindo o mundo entre Norte e Sul, entre Ocidente e Oriente, em suma, entre países pobres e subdesenvolvidos e países ricos e desenvolvidos. O processo de globalização, assente em práticas e ideologias liberais, elevando o mercado como a principal força catalisadora no mundo, não tem, propriamente, colmatado estas diferenças. Os radicalismos religiosos, mormente os islamitas, o radicalismo político central e sul-americano, as altas taxas de desemprego e a revolta da juventude na Europa, entre outras

13 A assunção desta posição não tem propriamente a ver com a polémica em torno da autoria do 4 de Fevereiro, o dia em que nacionalistas angolanos, numa ação coordenada pelo cónego Manuel das Neves, identificado com a UPA (União dos Povos de Angola) atacaram cadeias de Luanda e alguns edifícios públicos emblemáticos do regime, como seja o da Emissora Oficial e o dos Correios. A polémica reside no facto de o MPLA reivindicar a autoria da revolta e a data significar para este partido e para o Estado angolano o início da luta armada em Angola.

muitas manifestações reativas, comprovam-no. A emergência de algumas potências, tais como a China, a Índia, a Coreia do Sul, a África do Sul e o Brasil não conseguiram, até ao momento, provar que o caminho (neo) liberal, que não deixa de patentear um certo ufanismo pela hipotética vitória sobre o então denominado sistema socialista, é o mais acertado para se atingir um maior concerto de interesses na humanidade. A lusofonia enquanto plataforma de entendimento pode, assim, desempenhar um importante papel de aproximação entre povos que usam e que, em termos identitários, se reveem, pelo menos em parte, na língua portuguesa.

Da mesma forma que o núcleo duro da lusofonia se formou a partir da *praxis* quotidiana que representou o uso da língua portuguesa e da valorização que os modernismos dela fizeram, é, sobretudo, pelo lado da cultura, da literatura, da arte, mas também das chamadas indústrias criativas, que essa aproximação se tem processado (cf. Reto, 2013; Bondoso, 2013) e deve, como tal, continuar a ser implementada. Os avanços registados têm sido, porém, fruto de protagonismos vários e a várias dimensões, na medida em que existem diferenças significativas no variado rol de atividades que cabem na designação geral de cultura. Algumas delas, como é o caso das indústrias criativas (telenovelas, arquitetura, *design*, publicidade, etc.), são facilmente dinamizadas pelo mercado, conquanto aqui também se registem discrepâncias entre os campos culturais mais estruturados e os que o não são ou são menos, que devem, por conseguinte, ser colmatadas pela regulação desse mesmo mercado ou pela intervenção de políticas públicas que, de certa maneira, as minimizem. Onde essa intervenção pública é estritamente necessária é nas atividades que não suscitam o interesse dos mercados e que são, por razões que se prendem com a autoestima dos agentes envolvidos (artistas, intelectuais, escritores, jornalistas), de primordial importância na gestação de consensos e equilíbrios. É normal que artistas e escritores de campos artísticos menos estruturados procurem reconhecimento (e mercado) junto dos mais estruturados, que, no caso específico da lusofonia, são o brasileiro e, sobretudo, por eventual herança colonial, o português. Mesmo para os campos intelectuais aparentemente mais autónomos, como é o caso do angolano¹⁴, Portugal e Brasil não dei-

14 Embora o campo artístico e literário angolano apresente fragilidades, desde cedo que a literatura e depois as demais artes fizeram parte da agenda do poder instituído após a independência do país. A União dos Escritores Angolanos foi, por exemplo, fundada

xam de constituir importantes referências para a respetiva criatividade cultural, muitas vezes à revelia do próprio discurso político. Os efeitos da não existência de políticas públicas que possibilitem (através de investimento direto ou apenas incentivando empresas e fundações a fazê-lo) essa aproximação acabam por ser desproporcionados – senão perversos – em relação às causas, por mais justificações que estas tenham, na medida em que potenciam ressentimentos e fantasmas herdados da relação colonial.

Evidentemente que escritores como Mia Couto ou Pepetela ou pintores como Malagantana são reconhecidos e apreciados quer em Portugal, quer no Brasil. Eles representam, porém, uma ínfima parte da produção cultural e artística nesses países. Há muitos outros que não têm encontrado a mesma receptividade e divulgação por parte de editores, galeristas e demais agentes de promoção cultural. Estes acabam, mesmo que inconscientemente, por perpetuar a divisão que os sistemas capitalista e colonial impuseram ao mundo.

Da lusofonia ao cânone lusófono

A *título conclusivo*, dedicarei algumas palavras à questão da existência ou não de um cânone lusófono, tal como ela foi formulada aquando da organização da mesa-redonda dedicada ao tema no âmbito do congresso *Interfaces da Lusofonia*. Se entendermos o conceito de cânone na sua perspectiva mais conservadora, ou seja, enquanto norma estabelecida pelas academias de letras, pelos organismos que tutelam a criatividade artística e cultural dos campos artísticos mais estruturados, diria que não. As diferenças que procurei evidenciar ao longo do ensaio justificam a sua não existência; seria revitalizar a relação colonial, acordar fantasmas do colonialismo. Cada um dos países que hoje integram a lusofonia, não obstante a referida proxi-

um mês após a independência, o que pode ser explicado, por um lado, pela natureza marxista do regime então implantado e, por outro, pelo reconhecido papel que a literatura, a música e as demais artes desempenharam na consciencialização política dos angolanos. Este apoio estatal não se desvaneceu com o advento do regime multipartidário. Apesar de não se poder falar de um contentamento generalizado, apoios consideráveis continuam a ser prestados para o desenvolvimento das artes em geral. São apoios que vêm do governo através do Ministério da Cultura ou, então, de empresas estruturantes como a Sonangol e a ENSA- Seguros de Angola. O Leão de Ouro com que o pavilhão de Angola e o fotógrafo Edson Chagas foram galardoados na Bienal de Veneza 2013 será, porventura, o resultado mais significativo de tal aposta na cultura.

midade cultural e estética, faz o seu próprio caminho e dessa diversidade decorre, precisamente, a riqueza da lusofonia.

Aliás, o entendimento do cânone nestes termos é problemático até dentro do mesmo espaço nacional, como John Guillory (1993) bem equacionou. E aqui vários são, na verdade, os fatores de clivagem a comprová-lo: vão da pertença de classe ao género, passando pela raça/etnia e acabando (diria eu) na periferização a que partes significativas dos territórios nacionais estão, em muitas situações, sujeitos. Por esta razão, Guillory, sob influência de Pierre Bourdieu, entende que a questão do cânone é uma questão de capital cultural e, como tal, deve ser colocada a nível da escola, da formação formal, em suma, da política educacional.

Outrossim é o sentido histórico e sociológico de cânone, dimensão que Harold Bloom, defensor do sentido normativo e formal do conceito, não deixa de aludir no seu livro dedicado ao cânone ocidental. Refiro-me à "(...) relação de um leitor e de um escritor individuais com aquilo que foi preservado de entre tudo o que foi escrito" (Bloom, 1997: 28), situação que se ajusta à intertextualidade que se verificou entre os modernistas e que hoje se repete, num sentido mais alargado, entre escritores, artistas e intelectuais do mundo lusófono.

A referência aos artistas neste contexto tem uma explicação. Ela decorre da ideia de fundo que presidiu à organização da mesa-redonda: que a problemática da existência de um cânone lusófono não se limitasse à literatura, que envolvesse, por conseguinte, outras modalidades artísticas, tais como as artes plásticas, domínio a que, pela sua especificidade, o conceito de cânone só se aplica se o mesmo for entendido num sentido alargado, histórico-sociológico, em suma, num plano de intercâmbio voluntário e difuso de experiências e de vivências estéticas.

Referências

- ALMEIDA, M. V. de (2000). *Um mar da cor da terra. Raça, cultura e política da identidade*. Lisboa: Celta Editora.
- ANDRADE, M. C. de (1989). *História das usinas de açúcar de Pernambuco*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana.
- ANTÓNIO, M. (1963). *Chingufu: Poemas angolanos*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar
- BLOOM, H. (1997 [1994]). *O cânone ocidental*. Lisboa: Temas & Debates.

- BONDOSO, A. (2013). *Lusofonia e CPLP. Desafios na globalização*. Viseu: Edições Esgotadas.
- BOULÈGUE, J. (1989). *Les Luso-africains de Sénégambie. XVè-XIXè siècles*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical.
- CRISTÓVÃO, F. (2005). Lusofonia. In F. Cristóvão; M. A. Amorim & M. L. G. Marques (eds.), *Dicionário Temático da Lusofonia* (pp. 652-56). Lisboa: Texto Editores.
- FERNANDES, G. (2002). *A diluição da África. Uma interpretação da saga identitária cabo-verdiana no panorama político (pós)colonial*. Florianópolis: Editora da UFSC.
- FERREIRA, E. M. (1989). *As ideias de Kimamuenho*. Luanda: União dos Escritores Angolanos.
- FREYRE, G. (1967 [1952]). *Manifesto regionalista*. Recife: Instituto Joaquim Nabuco.
- FRISBY, D. & Featherstone, M. (eds.) (1997). *Simmel on Culture. Selected Writings*, London: SAGE Publications.
- GUILLORY, J. (1993). *Cultural Capital. The problem of literary canon formation*. Chicago e Londres: The University of Chicago Press.
- CATÁLOGO (1982). *O homem do Nordeste*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana.
- HEIMER, F.-W. (1980). *O processo de descolonização em Angola, 1974-1976. Ensaio de sociologia política*. Lisboa: A Regra do Jogo.
- LOPES, B. (1956). *Cabo Verde visto por Gilberto Freyre* (Apontamentos lidos ao microfone da Rádio Barlavento). Praia: Imprensa Nacional.
- MACEDO, M. de L. de S. (2013). *Da diversidade do mundo ao mundo diverso da lusofonia: a reinvenção de uma comunidade geocultural na sociedade em rede*. Dissertação de Doutorado. Braga: Universidade do Minho.
- MARIANO, G. (1991). *Cultura caboverdeana. Ensaios*. Lisboa: Editorial Vega.
- MARTINS, M. L. (2014). Língua Portuguesa, globalização e lusofonia. In N. Bastos (org.), *Língua Portuguesa e Lusofonia* (pp.15-33). São Paulo, EDUC – IP-PUC.
- MARTINS, M. L. (2006). Lusofonia e luso-tropicalismo. Equívocos e possibilidades de dois conceitos hiper-identitários. In N. Bastos (org.) *Língua Portuguesa, Reflexões Lusófonas* (pp. 49-62). São Paulo, EDUC – IP-PUC.
- MESQUITA, G.R. (2012). *O projeto regionalista de Gilberto Freyre e o Estado Novo: da crise do pacto oligárquico à modernização contemporizadora das disparidades regionais do Brasil*. Dissertação de Mestrado. Goiânia: Universidade Federal de Goiás. Disponível em pos-historia.historia.ufg. Acesso em 15/1/2014.)
- PEIXEIRA, L. M. de S. (2003). *Da mestiçagem à caboverdianidade. Registos de uma socio-cultura*. Lisboa: Colibri.

- RETO, L. (Ed.) (2012). *Potencial económico da língua portuguesa*. Alfragide: Texto Editores.
- RIBEIRO, D. (1995). *O povo brasileiro. A formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- TORRES, A. (1991). *O império português. Entre o real e o imaginário*. Lisboa: Escher.
- VENÂNCIO, J.C. (1998). The Region as a Reference for Artistic Creativity: The importance of regional identity for the distinctive attributes of the Lusophone literatures. *Comparative Social Research*, 17 (177-97).
- VENÂNCIO, J.C. (1996 a). *A economia de Luanda e hinterland no século XVIII. Um estudo de Sociologia Histórica*. Lisboa: Editorial Estampa.
- VENÂNCIO, J.C. (1996 b). *Colonialismo, antropologia e lusofonias. Repensando a presença portuguesa nos trópicos*. Lisboa: Vega
- WALLERSTEIN, I. (1980). *The World-System II: Mercantilism and the consolidation of the european world-economy, 1600-1750*. Nova Iorque: Academic Press.
- YOUNG, R. J. C. (2005 [1995]). *Desejo colonial. Hibridismo em teoria, cultura e raça*. São Paulo: Editora Perspectiva.

A MENSAGEM LUSO-TROPICAL DO COLONIALISMO PORTUGUÊS TARDIO: O PAPEL DA PROPAGANDA E DA CENSURA

THE LUSO-TROPICAL MESSAGE OF LATE PORTUGUESE COLONIALISM:
THE ROLE OF PROPAGANDA AND CENSORSHIP

Cláudia Castelo *

CENTRO INTERUNIVERSITÁRIO DE HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS E DA TECNOLOGIA, FACULDADE DE CIÊNCIAS-
UNIVERSIDADE DE LISBOA
cscastelo@fc.ul.pt

Resumo:

Numa genealogia da lusofonia, enquanto conceito político e ideológico, é possível detetar a versão simplificada e nacionalista do luso-tropicalismo, construída durante e pelo Estado Novo português no pós Segunda Guerra Mundial. Esse expediente discursivo serviu a política externa portuguesa e apelou à mobilização interna, em torno da defesa da ‘nação pluricontinental e multirracial do Minho a Timor’, face às crescentes pressões internacionais para a autodeterminação das colónias. Paradoxalmente, foi durante a guerra colonial (1961-74) que a ditadura portuguesa levou mais longe a instrumentalização do ideário luso-tropical. Veiculado pela propaganda, o luso-tropicalismo norteou também as preocupações da censura aos textos sobre o ultramar dos anos 60 ao fim da ditadura, graças às diligências do Gabinete de Negócios Políticos, do Ministério do Ultramar. O facto de não só a propaganda mas também a censura ter conscientemente veiculado uma mensagem luso-tropicalista é um dado novo, que concorre para a compreensão da perenidade da narrativa sobre a excecionalidade da relação de Portugal com os trópicos.

Palavras-chave: censura; colonialismo; Estado Novo português; luso-tropicalismo; propaganda.

* Historiadora, investigadora auxiliar, ao abrigo do Programa Investigador FCT 2013, no Centro Interuniversitário de História das Ciências e da Tecnologia, polo da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, desde janeiro de 2014. Autora de «*O modo português de estar no mundo*»: o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1999) e *Passagens para África: O povoamento de Angola e Moçambique com naturais da metrópole* (2007). Co-organizadora de *Os outros da colonização: Ensaio sobre o colonialismo tardio em Moçambique* (2012). Os seus atuais interesses de pesquisa situam-se na confluência entre a História do Imperialismo, a História da Ciência e a História Oral. Tem em curso um projeto de investigação sobre os envoltimentos imperiais das ciências de campo na era das descobertas.

Abstract:

In the genealogy of lusophony as a political and ideological concept, it is possible to detect a simplified and nationalist version of Luso-tropicalism, built during the Portuguese *Estado Novo* in the post-Second World War. Responding to a growing international pressure towards self-determination of its colonies, this official discursive shift has served Portuguese foreign policy and contributed to internal mobilization around the defense of a 'pluricontinental and multiracial nation from Minho to Timor'. Paradoxically, it was during the colonial war years (1961-74) that the Portuguese dictatorship explored even further the Gilberto Freyre's doctrine. Conveyed by the Portuguese state propaganda, Luso-tropicalist key ideas also have guided the concerns of censorship regarding the mass media coverage of Portuguese overseas provinces affairs, in the 1960s and early 1970s. The fact that not only the propaganda but also the censorship have conveyed a Luso-tropicalist message is a new given and contributes to the understanding of the enduring narrative about the exceptionality of Portuguese relation with the tropics.

Keywords: censorship; late Portuguese empire; luso-tropicalism; propaganda.



A 'tradução' do luso-tropicalismo pelo Estado Novo

O Estado Novo português, nas décadas de 1930 e 1940, rejeitou implicitamente ou abertamente o pensamento do cientista social brasileiro Gilberto Freyre sobre a relação de Portugal com os trópicos, patente nos seus livros *Casa grande & senzala* (1933) e *O mundo que o português criou* (1940). A importância que Freyre conferia à mestiçagem biológica e cultural, à negação do purismo étnico, à herança árabe e africana na gênese do povo português e das sociedades criadas pela colonização lusa não estava em consonância com a ideologia colonial portuguesa daquele período, ainda muito marcada pelo darwinismo social. Mesmo a afirmação de que "Portugal, o Brasil, a África e a Índia Portuguesas, a Madeira, os Açores e Cabo Verde constituem hoje uma unidade [transnacional ou supranacional] de sentimento [no sentido de experiência social dos homens] e de cultura" (Freyre, 2010 [1940]: 25) não agradava ao nacionalismo imperialista dos governantes portugueses. As ideias do escritor brasileiro só após o fim da Segunda Guerra Mundial puderam ser acolhidas mais favoravelmente no

seio do regime salazarista (cf. Alexandre, 1979: 7-8). Cunhado durante o périplo de Gilberto Freyre por “terras portuguesas”, a convite do Governo português, mais concretamente nas conferências que proferiu em Goa em novembro de 1951 e em Coimbra em janeiro de 1952 (Freyre, 1953), o luso-tropicalismo foi uma narrativa muito conveniente para o Estado Novo face ao desencadeamento do processo descolonizador na Ásia e sobretudo em África para justificar com argumentos supostamente científicos a integridade do império. A partir de meados dos anos 50, perante as pressões externas favoráveis à autodeterminação dos territórios não autónomos, verificou-se um esforço sistemático para colocar o luso-tropicalismo ao serviço da política externa portuguesa (Castelo, 1999: 96-101).

Paralelamente, assistiu-se à penetração do luso-tropicalismo no meio académico e científico nacional, nomeadamente no seio do Instituto Superior de Estudos Ultramarinos (ISEU), a antiga Escola Superior Colonial, que preparava quadros para a administração colonial, e do Centro de Estudos Políticos e Sociais (CEPS) da Junta de Investigações do Ultramar (JIU), sucessora da Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais (JIC, 1936-51), organismo diretamente dependente do Ministro do Ultramar, de coordenação da investigação científica e técnico-científica sobre/nas colónias (*ibidem*: 101-107). A adesão de vários académicos portugueses ao luso-tropicalismo não impede, nalguns casos, uma consciência crítica relativamente ao que se passava nas colónias portuguesas. Em relatórios confidenciais – nomeadamente de Orlando Ribeiro (1999 [1956]), Professor de Geografia da Faculdade de Letras de Lisboa e chefe de várias missões de Geografia Física e Humana às colónias criadas no âmbito da JIC/JIU, e de Jorge Dias (Pereira, 2006a, Anexos), Professor de Antropologia do ISEU, investigador e diretor interino do CEPS, chefe da Missão de Estudo das Minorias Étnicas do Ultramar Português criada no âmbito daquele Centro –, emerge a abissal distância que separava a ação colonial da doutrina luso-tropical (cf. Gallo, 1988; Pereira, 2006b). De facto, a colonização portuguesa no século XX, como qualquer outra, assentou em formas mais ou menos explícitas de racismo, gerou conflitos e promoveu a discriminação (vd. p.e.: Castelo, 2007: 283-330).

O processo de apropriação discursiva de uma versão instrumentalizada do luso-tropicalismo, sobretudo ao serviço da política externa, da propaganda e da mobilização interna, é levado ainda mais longe no

período do colonialismo tardio. Paradoxalmente, é depois do início das lutas de libertação nacional nas colónias africanas, que o Estado colonial português se esforça por inculcar o antirracismo nos portugueses e conformar o comportamento dos funcionários administrativos e dos colonos ao ideário luso-tropicalista.

Após o início da guerra em Angola, e com a subida de Adriano Moreira a ministro do Ultramar¹, é promulgado um conjunto de diplomas reformistas, destacando-se a revogação do Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique e conseqüentemente o fim do trabalho forçado, o regulamento de ocupação e concessão de terrenos, a organização das regedorias nas províncias ultramarinas, a criação dos Institutos do Trabalho, Previdência e Ação Social de Angola e de Moçambique, o Código do Trabalho Rural e a criação do Espaço Económico Português de livre circulação de mercadorias, capitais e pessoas.

Toda a retórica usada para justificar a abolição do indigenato está em sintonia com o luso-tropicalismo: a conduta de Portugal desde os tempos da Expansão ter-se-ia pautado pela crença na “igualdade do género humano e [n]a dignidade do homem independentemente da sua cor, raça ou civilização”, bem como pelo “respeito pelas culturas alheias” (Ministério do Ultramar, 1961: 5).

Simultaneamente, coloca-se uma grande ênfase na constituição de sociedades multirraciais no ultramar, através do incremento da fixação de naturais da metrópole (Castelo, 2007: 135). No preâmbulo do decreto de criação das Juntas Provinciais de Povoamento de Angola e Moçambique, que Adriano Moreira fez questão de enviar a Gilberto Freyre uma cópia², é usada uma argumentação nitidamente luso-tropicalista: esclarece-se

1 Adriano Moreira, professor do ISEU e diretor do CEPS, foi subsecretário de Estado da Administração Ultramarina desde 3 de março de 1960, passando a ministro na remodelação governamental de 13 de abril de 1961.

2 Carta de Adriano Moreira para o “Ex.mo Amigo” Gilberto Freyre, datada de Lisboa, 7 de setembro de 1961 (“Creio que terá interesse em conhecer a legislação que consta do Diário do Governo que lhe envio. Chamo a sua atenção para a página 1129. Desculpe não escrever mais longamente, mas o tempo parece escoar-se.”). Correspondência de portugueses para Gilberto Freyre, Arquivo Documental Gilberto Freyre, Fundação Gilberto Freyre, Recife (Brasil). Na p. 1129 Gilberto Freyre é mencionado: “Muito antes de Gilberto Freyre haver analisado o luso-tropicalismo nas suas manifestações dispersas pelo mundo dos trópicos, já outros, geógrafos, historiadores e sociólogos, o haviam advertido,

que os problemas do povoamento “estão na base não só da valorização económico-social de territórios e gentes, como da real elevação destas e a integração com os elementos étnicos alienígenas na pátria comum, naquela harmoniosa comunidade multirracial que tradicionalmente nos temos proposto e esforçado por criar”³. Independentemente das modalidades de povoamento a levar a cabo, “na base da sua concepção estará sempre a realização da vocação ecuménica do povo luso, a traduzir-se na criação de comunidades pluri-raciais plenamente integradas e estáveis, síntese harmónica de valores culturais de variada origem, e de cuja fecundidade na formação de novas civilizações tropicais de singular riqueza se tem apontado o Brasil como o exemplo mais acabado e eloquente”⁴. Afirma-se que a paz, a harmonia e a liberdade dos povos africanos dependem da consolidação “das comunidades multi-raciais que, no decurso da idade moderna, só os povos de raiz peninsular se mostraram capazes de gerar, talvez porque fruto, eles próprios, da confluência e harmoniosa fusão de culturas e etnias de bem diversa origem”⁵.

No contexto das guerras de libertação de Angola, Guiné e Moçambique, os governos coloniais e as Forças Armadas sentiram necessidade de desenvolver iniciativas político-sociais tendentes a granjear apoio entre os colonizados e a reduzir a base de apoio dos movimentos independentistas, bem como a ‘educar’ os colonos nos valores da tolerância racial e dos direitos humanos. Entre os objetivos gerais das campanhas de Ação Psicossocial (Apsic) figurava a promoção do entendimento entre pessoas de diferentes “raças” e de várias religiões, “dentro de princípios de humanidade, justiça e respeito pelos valores tradicionais, numa afirmação constante do conceito de luso-tropicalismo, que nos distingue de outras nações”⁶. Nesse espírito, foram realizadas inúmeras ações, desde promoção

e ainda modernamente escolas diversas da do eminente sociólogo brasileiro o têm posto em relevo.”

3 Decreto n.º 43895, de 6.9.1961, publicado no *Diário do Governo*, 1.ª série, n.º 207, de 6.9.1961, p. 1128.

4 *Idem*, p. 1129.

5 *Idem*, p. 1130.

6 Instruções de APSIC (1970-1971), Conselho Provincial de Acção Psicológica de Moçambique, AHU/MU/GNP/061, cx. 1. Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa (Portugal).

de confraternizações, bailes, sessões de cinema, atividades desportivas, em particular, desafios de futebol⁷.

Num esforço para reter apoios e cativar a opinião pública internacional, Salazar concede várias entrevistas à imprensa estrangeira, nas quais utiliza argumentos inspirados no luso-tropicalismo para justificar a permanência de Portugal em África. À revista *Life*, de Nova Iorque (4 de maio de 1962), acentua o “pendor natural [dos portugueses] para os contactos com outros povos, contactos de que sempre estiveram ausentes quaisquer conceitos de superioridade ou discriminação racial” (Salazar, 1967: 84). Socorrendo-se das teses de Freyre, explica que os portugueses não saberiam estar no mundo de outra maneira, “porque foi num tipo de multirraciedade que, há oito séculos, nos formámos como nação, no termo de diversas invasões, oriundas do Oriente, do Norte e do Sul, isto é, da própria África” (*ibidem*). Em entrevista ao semanário *U. S. News and World Report*, também de Nova Iorque, publicada a 9 de junho de 1962, questionado sobre as diferenças entre a política de Portugal nas suas províncias ultramarinas e a de outras potências coloniais, volta a recorrer às máximas luso-tropicalistas: “diferimos fundamentalmente dos restantes, porque procurámos sempre unir-nos aos povos com quem entrámos em contacto não apenas por laços políticos e económicos mas essencialmente por um intercâmbio cultural e humano no qual lhes demos um pouco da nossa alma e deles absorvemos o que podiam dar-nos” (Salazar, 1967: 125). Não sendo um apologista da miscigenação, antes pelo contrário, Salazar salienta agora à cadeia de jornais *Southam*, do Canadá, em entrevista publicada em dezembro de 1962, que da fusão do português com os “povos descobertos” resultaram as sociedades multirraciais brasileira, goesa e cabo-verdiana e são esses exemplos de capacidade criadora portuguesa que estão prestes a repetir-se em Angola e Moçambique (Salazar, 1967: 156).

7 Nos últimos anos têm sido publicados estudos sobre as interações entre o futebol e o colonialismo português tardio. Por exemplo, Melo e Bittencourt (2013) concluem: “Ao analisar a presença do esporte no *Boletim Geral do Ultramar*, é possível verificar uma clara mobilização da prática no âmbito da política colonial portuguesa, notadamente a partir da década de 1950, algo eminentemente relacionado ao momento delicado pelo qual Portugal passava nos cenários interno e internacional. As representações são claramente embasadas pelo luso-tropicalismo em voga, apontando-se a necessidade de construção de uma unidade, união e identidade imperial.”

Na metrópole, procurou-se igualmente incutir nos portugueses a ideia da benignidade da colonização lusa ou, de forma mais eufemística, “da maneira portuguesa de estar no mundo”. A propaganda – por via da comunicação social oficial e oficiosa e de diversas publicações da Agência Geral do Ultramar – encarregou-se disso, de forma incansável: era urgente moldar o pensamento para conformar a ação, sobretudo dos candidatos a colonos e dos agentes do poder colonial no terreno.

O sucessor de Salazar, Marcelo Caetano, nas suas “Conversas em família” na Radiotelevisão Portuguesa (RTP) várias vezes explicou aos portugueses porque é que Portugal estava vinculado à defesa do ultramar. Se, no passado, usara os argumentos da elevação civilizacional dos povos atrasados de África pelo trabalho (p.e.: Caetano, 1954), enquanto presidente do Conselho de Ministros (1968-74) não teve pejo de recorrer a uma versão nacionalista do luso-tropicalismo. A 5 de março de 1974, a poucas semanas da revolução dos cravos que derrubou a ditadura e abriu caminho à descolonização, num discurso na Assembleia Nacional, Caetano afirmava que a obra dos portugueses em Angola e Moçambique, onde “se caldeiam raças, permutam culturas, se estreitam relações, se aliam esforços”, “representa[va] um positivo contributo para o progresso da Humanidade e da Civilização” (Marcelo Caetano, *apud* Bender, 1980: 25).

Tendo em conta a natureza ditatorial do regime, não é de estranhar que o Estado Novo tenha recorrido ao controlo, censura e manipulação da informação veiculada pelos média da metrópole e das colónias. A conquista da opinião pública era um elemento decisivo na batalha pela sobrevivência e pela integridade da “nação multirracial e pluricontinental portuguesa”. Importa, no entanto, salientar que a gestão da informação para controlo e legitimação dos impérios face ao avanço do anticolonialismo foi uma prática seguida pelos governos democráticos de outras potências imperiais, no contexto do pós-Segunda Guerra Mundial e da Guerra Fria. Carruthers (1995) mostra que, face um sentimento geral na opinião pública britânica de que os impérios eram anacrónicos e às críticas tanto dos Estados Unidos da América como da União Soviética, os governos britânicos sentiram necessidade de justificar junto da opinião pública metropolitana e de audiências internacionais a sua estratégia política e militar de contrainsurreição na Palestina, na Malásia, no Quênia e no Chipre, e fizeram-no através de uma variedade de técnicas de gestão das notícias e de propaganda.

A mensagem luso-tropicalista do império português tardio

A relação do Estado Novo português com os meios de comunicação social face à contestação internacional ao império português e às lutas desencadeadas pelos movimentos independentistas africanos está largamente por explorar. Embora haja estudos sobre a censura à imprensa durante o Estado Novo que abrangem os anos 60 (p.e.: Castanheira, 2009; César, 2012), são raros os trabalhos que abordam especificamente a relação da censura com o tratamento noticioso das guerras coloniais⁸, e inexistente uma análise abrangente do papel dos média na estratégia de contrainsurreição portuguesa. Neste texto, ensaiamos uma primeira aproximação à articulação entre propaganda e censura na construção de uma narrativa identitária comum ao “mundo que o português criou”, ou seja, Portugal e as áreas de colonização portuguesa na América, na África, na Ásia.

O Gabinete de Negócios Políticos (GNP) foi criado em finais de 1959, na Direção-Geral de Administração Política e Civil do Ministério do Ultramar, como órgão com extensas competências no domínio da investigação, estudo e fiscalização das políticas internas e externas relativas às colónias⁹. Na prática não fazia investigação mas análise de informação recebida (das mais variadas fontes, designadamente dos governos coloniais, do Ministério dos Negócios Estrangeiros, do CEPS e de outros organismos da JIU) e disseminação de informação ‘tratada’, numa ótica de orientação da administração colonial e de formação da opinião pública interna e externa. Com um quadro de seis inspectores (três inspectores superiores e três inspetores)¹⁰, maioritariamente ex-alunos do ISEU e vogais e

8 Por exemplo, as teses de mestrado em Ciências da Comunicação, variante de Estudo dos Media e do Jornalismo, defendidas na FCSH-UNL, por Rodrigues (2011) e Torres (2012).

9 Decreto-lei n.º 42671, de 23 de novembro de 1959, publicado no *Diário do Governo*, 1.ª série, n.º 270, da mesma data, p. 1806-1807. Adriano Moreira (2009: 173-174) reclama a autoria do projeto, a pedido do ministro Lopes Alves, e considera que GNP talvez tenha sido “o primeiro gabinete de planeamento político de um ministério”. O seu arquivo, dividido entre o Arquivo Histórico Ultramarino e o Arquivo Histórico Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros (Lisboa, Portugal), revela que funcionou sobretudo como gabinete de gestão da informação. Sobre o GNP, vd. Silva, 2008.

10 O expediente era assegurado por duas repartições e dispunha ainda de arquivo geral e biblioteca (art. 5.º). Tinha um leque de competências muito vasto (art. 4.º, alíneas 1 a 16), sobretudo atendendo à dimensão do quadro de pessoal e tinha um poder efetivo:

colaboradores do CEPS (por exemplo, João da Costa Freitas¹¹, Alexandre Ribeiro da Cunha¹², Amadeu Castilho Soares, Óscar Soares Barata e João Pereira Neto), não é de admirar que o GNP se inspirasse nas conclusões das missões e dos colóquios do CEPS (Barata, 1995: 34). Importa, contudo, perceber que essa ligação não era accidental; colocar os investigadores do CEPS e o conhecimento que produziam ao serviço do GNP foi uma decisão deliberada¹³. A estreita ligação entre o CEPS e o GNP também passou pela incorporação dos arquivos técnicos da Missão de Estudos dos Movimentos Associativos em África (1957-60)¹⁴, chefiada por Joaquim Moreira da Silva Cunha, posteriormente subsecretário de Estado da Administração Ultramarina (1962-65) e ministro do Ultramar (1965-73).

Uma vez que o jornalismo contribui ativamente para a produção, reprodução e naturalização das conceções coletivas sobre a realidade (Mats Ekström, *apud* César, 2012: 66), o GNP empenhou-se em desenvolver ação direta junto da imprensa diária de Lisboa e do Porto elaborando notícias, artigos, comentários e textos de doutrinação permanente e eventual, orga-

podia corresponder-se com todos os serviços de qualquer natureza ou categoria (§ único do art. 6.º).

- 11 João da Costa Freitas, primeiro diretor do GNP, era vogal do CEPS, onde orientava o sector da Mão-de-Obra no Campo da Política Interna, foi subsecretário de Estado da Administração Ultramarina durante o período em que Adriano Moreira foi ministro do Ultramar. Segundo Moreira (2009: 173-174 e 318), era um amigo e o mais notável dos seus colaboradores.
- 12 Tinha sido secretário de Salazar e era vogal do CEPS, onde orientava o sector das Questões Internacionais de Trabalho.
- 13 O GNP recorria a trabalhos impressos e a relatórios inéditos que davam a conhecer as populações colonizadas, a situação política internacional e as ameaças aos “interesses nacionais ultramarinos”. Era publicamente assumido que os numerosos trabalhos do CEPS pretendiam contribuir “para o esclarecimento, sobretudo além-fronteiras, da nossa acção ultramarina” (Portaria n.º 19210, de 30.5.62, que criou o Centro de Estudos de Antropobiologia da JIU, *Diário do Governo*, da mesma data. De igual modo, pesquisas sobre propaganda e política de informação eram particularmente úteis ao GNP. Neste particular, registre-se que José Júlio Gonçalves, bolseiro do CEPS na Universidade Comptense de Madrid, e depois secretário do CEPS e professor no ISCSPU, publicou em 1961 o livro *Técnicas de Propaganda: Elites, quadros e outros estudos*, e em 1963 publicou nos n.º 61 e 64 da coleção «Estudos de Ciências Políticas e Sociais» do próprio CEPS, os livros *Política de informação: Ensaios, e Sociologia da informação*.
- 14 Cf. n.º 2 da portaria n.º 17705, de 30 de abril de 1960, que extinguiu aquela missão, publicada no *Diário do Governo*, 1.ª série, n.º 101, de 30 de abril de 1960, p. 1030.

nizando documentação textual e fotográfica que disponibilizava às redações, preparando conferências, “a fim estabelecer e manter um contacto pessoal [entre o subsecretário da Administração Ultramarina ou o diretor do GNP e os representantes dos jornais] que pode ser de extraordinária importância na orientação dos jornais – [...] facilitando, inclusivamente, a acção deferida à Direcção dos Serviços de Censura à Imprensa”¹⁵.

Como muito bem demonstrou César (2012: 111), “a censura é fundadora do mito e da obra da ditadura, era a sua mensagem”. A “censura e [a] propaganda eram parte do mesmo processo de condicionamento e coerção do espírito e da auto-determinação cognitiva. [...] De forma consciente, racional e calculada, a sua acção visava propagar a política do regime e, assim, assegurar a homogeneidade e o consentimento.” Ainda segundo César (2012: 131), “Todo o aparato concorria para que a censura fosse a mensagem produtora de significados da política do espírito. [...] Estabelecia as relações entre o aparato da coerção e os meios de comunicação social na sua dupla significação quer de exclusão quer de inscrição de temas e factos”. Ou seja, a censura não se limitava a cortar, sonegar ou destruir informação, também moldava a informação ao emitir ‘sugestões’ de edição.

Para uso interno da Direcção dos Serviços de Censura à imprensa, o GNP elaborou um projeto de normas de carácter permanente, em julho de 1960. Segundo esse documento, “o primeiro ponto a ter presente na censura aos textos (noticiário e outras informações, reportagens, artigos e comentários) que se refiram ou tenham relação com o Ultramar, parece dever ser [...] a unidade intrínseca de todos os territórios portugueses, seja qual for o continente em que se encontrem”¹⁶. Assim, deviam evitar-se expressões que revelassem clara ou implicitamente separação entre a metrópole e as províncias ultramarinas (por exemplo: em vez de “Portugal e o Ultramar” ou “Portugal e as suas províncias ultramarinas”, devia escrever-se “Portugal metropolitano e ultramarino” ou “províncias

15 Apontamento n.º 65, do GNP, “Primeiro escalão da acção a desenvolver no sector da informação e opinião pública”, elaborado por Eduardo Freitas da Costa, de 6 de julho de 1960, fl. 5-7. AHU/MU/GNP/158, cx. 1, Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa (Portugal).

16 Apontamento n.º 72, do GNP, “Projecto de normas de carácter permanente para uso interno da Direcção dos Serviços de Censura com relação ao Ultramar”, elaborado por Eduardo da Costa Freitas, de julho de 1960, fl. 1. AHU/MU/GNP/158, cx. 1, Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa (Portugal).

européias e extra-européias de Portugal”); deviam evitar-se referências às províncias ultramarinas como partes separadas do todo nacional (em vez de “as relações do Congo com Angola” ou “da União Sul-Africana com Moçambique”, devia escrever-se as relações do Congo ou da União Sul-Africana com Portugal e havendo necessidade de especificar: “as relações do Congo com Portugal, na sua província de Angola”)¹⁷; não se podia esquecer a posição de Portugal como Estado independente em África, na Ásia e na Oceânia, e não apenas na Europa (Portugal teria de figurar em qualquer enumeração de nações ou de Estados asiáticos ou africanos)¹⁸ e, além de Espanha, Portugal tinha como vizinhos a China, a Indonésia, o Mali, a República da Guiné, o Tanganica ou a 2.ª República do Congo¹⁹.

Outro aspeto fundamental que devia ser tido em conta – segundo as instruções do GNP para a Direção dos Serviços de Censura à imprensa – era a importância da miscigenação na colonização portuguesa e da “formação do ‘homem português’ [...], com todas as suas implicações e consequências de não discriminação e de perfeita convivência racial”. Portanto, não se podia sequer insinuar qualquer distinção entre raças. Do mesmo modo, e embora “a religião católica seja a da maioria da população portuguesa civilizada e constitua um poderoso elemento da nossa tarefa civilizacional”, não se podia atacar ou ofender as religiões islâmica, hindu e budista, sob pena de “magoar muitos compatriotas nossos”²⁰.

Finalmente, no projeto de instruções para a Direção dos Serviços de Censura o GNP chamava a atenção para necessidade de tratar com especial cuidado as matérias em que a posição de Portugal fora da Europa era alvo preferencial de críticas nas tribunas internacionais: a educação, a assimilação e o trabalho forçado²¹.

O GNP mostrou-se atento à importância da fotografia, difundida através dos jornais e sobretudo das revistas ilustradas, como meio de propaganda da presença portuguesa no ultramar e contrapropaganda face ao movimento anticolonial. Num apontamento elaborado por Alexandre

17 Idem, fl. 2.

18 *Ibidem*.

19 Idem, fl. 3.

20 Idem, fl. 4.

21 Idem, fl. 5.

Ribeiro da Cunha, sugere-se a compilação de imagens que representem Portugal em África, que o Gabinete possa disponibilizar aos jornalistas. Imagens que ajudem as opiniões públicas estrangeiras a ver (“pois, como São Tomé, só vendo acreditam”) “a nossa determinação de ficarmos em África porque somos um País africano”²².

As orientações do GNP ecoam na “tentativa de saneamento do racismo do espaço mediático” (Cardão, 2012: 31) e na proliferação de imagens desse desejado multirracismo nas revistas ilustradas, sobretudo no tratamento de acontecimentos da cultura de massas, como o futebol, o Festival RTP da Canção ou o Concurso *Miss* Portugal, e dos seus ícones: Eusébio, Eduardo Nascimento ou Riquita. Cardão (2012: 44) revela que o fotojornalismo se constituiu como um “instrumento central na definição da identidade portuguesa e um modo de tornar visível e interiorizável a singularidade do *mundo português*. A existência de um espaço mediático comum deixou vestígios materiais, escritos e visuais, da alegada exceção portuguesa em várias publicações”.

Numa informação secreta sobre “Informação e formação da opinião pública interna, em matéria ultramarina”²³, Óscar Soares Barata considera que “se impõe esclarecer a grande massa da população metropolitana sobre o significado do Ultramar na vida da Nação, sobre os fundamentos morais e políticos da orientação que se segue em matéria de política ultramarina, no plano nacional e no internacional, sobre as reais características e potencialidade dos territórios para cuja conservação se lhe pedem consideráveis sacrifícios em homens e haveres”. Defende que a brochura é um bom meio informativo para os indivíduos com cursos superiores e médios e estudantes dos anos mais avançados desses cursos. Porém para uma audiência mais vasta o texto deve ser substituído pela imagem – a fotografia ou o gráfico esclarecedor. O cinema, a rádio, a exposição itinerante, o cartaz, o artigo de jornal, a palestra também são meios a privilegiar quando se trata de chegar ao grande público. Em termos de conteúdo, destaca nomeadamente “os métodos tradicionalmente seguidos pelos portugueses no trato com os autóctones, o significado real do pluralismo português”.

22 Apontamento n.º 106-A, do GNP, sem título, de 23 de agosto de 1960, fl. 2-3. AHU/MU/GNP/158, cx. 1, Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa (Portugal).

23 Informação secreta n.º 360, do GNP, de 11 de abril de 1962. AHU/MU/GNP/060/cx. 1, Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa (Portugal).

Segundo Ferreira (2012) a Emissora Nacional de Radiodifusão (EN), a rádio pública, foi instrumentalizada ao longo do conflito colonial como uma verdadeira arma na propagação da mística imperial (nesta fase, eu diria, da mística luso-tropical). Aproveitando-se da sua capacidade de penetração transversal em todas as camadas sociais e regiões do país, e capitalizando a sua liderança nas audiências, o regime manipulou-a como instrumento político de persuasão e construção de um consenso na opinião pública portuguesa em torno da defesa da integridade nacional.

O GNP encarregou-se de elaborar uma rubrica diária para ser transmitida pela EN, preenchida com material de expressão ultramarina, “de comentário às acusações, equívocos e boatos postos a correr pela Imprensa e Rádio mundiais sobre a nossa posição”²⁴. A referida rubrica começou a ser emitida em meados de fevereiro de 1960, indo para o ar todos os dias, exceto às quintas-feiras e aos domingos, no bloco noticioso das 21 horas²⁵. Nos comentários tratavam-se temas do interesse nacional relacionados com os “territórios extra-europeus” de Portugal, por exemplo: o ataque da União Indiana a Goa, o “terrorismo” em Angola, o anticolonialismo da ONU, a influência comunista (URSS e da China) em África, a situação dos países africanos e asiáticos independentes, visitas ministeriais ao ultramar, posições do ministro dos Negócios Estrangeiros português, o povoamento ultramarino, o desenvolvimento económico de Angola, o ensino no ultramar, a comunidade luso-brasileira. Portugal era invariavelmente apresentado como uma nação étnica e culturalmente heterogénea desde a sua formação, dispersa geograficamente por vários continentes. Eram usadas amiúde as palavras *universalismo*, *multirracismo*, *antirracismo*, *pluralismo*, *ecumenismo* a propósito da “maneira portuguesa de ser e de estar no mundo”. Gilberto Freyre (o autor e/ou o seu luso-tropicalismo)

24 Apontamento n.º 65, “Primeiro escalão da acção a desenvolver no sector da informação e opinião pública”, elaborado por Eduardo Freitas da Costa, em 6.7.1960, fl. 9. AHU, MU/GNP/158, cx. 1.

25 Agradeço a Nelson Ribeiro que me indicou a publicação (*Rádio Nacional*) onde podia consultar as grelhas de programação da Emissora Nacional – Lisboa I. A título de curiosidade, reproduzo dois exemplos retirados daquelas grelhas: 9 de janeiro de 1961, segunda-feira, “21.00 – Sinal horário – Noticiário – Boletim meteorológico – Comentário”; 4 de janeiro de 1964, sábado, “21.00 – Sinal horário – Noticiário – Comentário – Crónica de Angola”. A partir de janeiro de 1970 os comentários do GNP passaram a constituir a rubrica Ideias e factos (cf. AHU/MU/GNP/161/cx. 9).

era referência assídua nesses comentários. É o caso do comentário sobre a Comunidade Luso-Brasileira, de que reproduzimos o seguinte excerto:

“O que define, efectivamente, Portugal, o que nos individualiza entre as demais Nações, é aquilo que se tem chamado espírito de missão, quer dizer; afã de levar mais além no espaço o conceito de vida de que se é portador; não o desejo de um Império económico ou terreno, nem sequer de domínio político – mas a vocação irresistível de transmitir a outros a Verdade de que se está possuído. [...]

[...] Portugal só é inteiro quando é mundial – então, verdadeiramente começa a sua vida física; Portugal só atingirá a sua autêntica projecção no Mundo quando ultrapassar o plano nacional – o seu apogeu chegará com a plenitude da Comunidade Luso-Brasileira, com a maturidade do complexo lusotropical. É para isso que hoje caminhamos, é para isso que havemos de trabalhar.”²⁶

Na prática, o objetivo dos comentários, de vincado conteúdo propagandístico, era fazer a ‘pedagogia’, a doutrinação dos portugueses sobre quem eram (enquanto povo), qual a sua missão no mundo e como se deviam comportar. A pretexto de um colóquio que estava a decorrer em Lisboa, ouvia-se na Emissora Nacional:

“[...] é essencial [...] sabermos o que significa ser português e como tem de se traduzir nas realidades político-sociais e no quadro da geografia humana essa condição de português. Ora – porque a questão não estava realmente em causa e todos os portugueses, mesmo inconscientemente, sentiam a presença, nas suas almas, dos elementos que constituem essa fundamentação – não tinha havido até agora, praticamente, a preocupação de investigar os tais elementos por forma sistemática e de procurar com eles elaborar a tal fundamentação como corpo estruturado.

E foi a agressão contra nós, em Angola, que veio chamar violentamente a atenção dos portugueses para a necessidade dessa investigação e dessa elaboração, não apenas como exercício intelectual mas como base prática e consciente de acção. Do bastante que vai já aparecendo sobre o assunto – e é impossível

26 Comentário n.º 263, datado de 5.9.1961, assinado por Eduardo Freitas da Costa, intitulado “Caminhos de grandeza”. AHU, MU/GNP/161, cx. 1.

não destacar os estudos de Gilberto Freyre e o livro apaixonante de Francisco Cunha Leão sobre ‘O enigma português’ – é justo chamar a atenção para o colóquio agora organizado em Lisboa por um grupo de jovens escritores e pensadores sobre o tema geral «O que é o ideal português?»²⁷.

Numa tentativa de contrariar a todo o transe as acusações de racismo e discriminação nas colónias portuguesas, bem como sentimentos de superioridade racial que persistiam entre os colonos, noutra comentário, chega-se a afirmar que os portugueses não são brancos:

“Pois é prezados ouvintes! Nós somos, sem sombra de dúvida, um povo *euro-africano*, acima de tudo. Os descendentes desses cativos africanos – tal prática era ao tempo corrente em todo o Mundo e nomeadamente no seio das sociedades tradicionais africanas – fundiram-se com as gentes portuguesas da época e a vivência desses genes, desses factores de hereditariedade assim obtidos, persiste nos chamados metropolitanos aos quais um incompreensível critério geográfico pretende negar direitos e afinidades em relação à África. Aqueles que nos escutam podem ficar com a certeza de que, entre os Portugueses não há ‘brancos’ no sentido de etnia diferenciada.”²⁸

Num comentário intitulado “O que também desejamos, como nação africana”, criticam-se as “manifestações de protesto [contra o colonialismo português], mesmo quando a sua forma é a de ‘marchas de silêncio’”, argumentando-se que só no “Mundo que os Portugueses criaram” era possível vislumbrar uma atitude de respeito pela dignidade e igualdade de todos os homens²⁹.

Estes comentários são paradigmáticos das intenções do GNP com a sua rubrica radiofónica diária: naturalizar a suposta tolerância racial dos

27 Comentário n.º 201, do GNP, elaborado por Eduardo Freitas da Costa, intitulado “Fundamentação do portuguesismo”, de 21.6.1961. AHU/MU/GNP/161, cx. 1, Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa, Portugal.

28 Comentário n.º 183, do GNP, elaborado por Carlos Maria Alexandrino da Silva, intitulado “A verdadeira sociedade plurirracial: nós, portugueses, não somos ‘brancos’”, de 5.8.1964. AHU/MU/GNP/161, cx. 4, Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa (Portugal).

29 Comentário n.º 90, do GNP, elaborado por José Alberto Pereira Monteiro, de 16.4.1965. AHU/MU/GNP/161/cx. 5, Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa (Portugal).

portugueses entre o público ouvinte da EN, escamoteando as causas e a existência de uma guerra colonial em três frentes.

Ferreira (2012: 203-214) considera que a EN, à semelhança das “rádios oficiosas” controladas pelo Estado, o Rádio Clube Português e a Rádio Renascença, teve “um poder difuso sobre as massas: modestamente manipulador e discretamente persuasivo” no que respeita à guerra colonial. Depois de uma primeira fase de adesão genuína da opinião pública à defesa das colónias, “a EN falhava agora na sua função de garantir o apoio da população”; quando se deu o 25 de Abril de 1974, “O ideário imperialista estava falido no coração dos portugueses”; e a EN “Provou que perdera eficácia ao serviço do regime quando não conseguiu ajudar a mobilizar ninguém para o defender” (Ferreira, 2012: 221-22). Mas será que se pode falar em derrota ideológica da emissora estatal se a imagem que projetou e ajudou a enraizar dos portugueses sobre si próprios, sobre a sua história e sobre o seu lugar no mundo, continuou a ecoar depois da descolonização (exceto eventualmente no breve interregno revolucionário)?

A RTP, cujas emissões regulares tiveram início em 1957, também foi alvo de particular atenção do GNP. Numa informação sobre a colaboração a prestar pelo Ministério do Ultramar na RTP, João Mesquitella defende que não tem razão de existir o programa “Presença do Ultramar” em que se foca quase exclusivamente questões e problemas da “actividade ultramarina”. Em sua opinião, “dado que Portugal constitui um todo”, o ultramar devia ser um tema presente em toda a programação. Salienta “a influência e a penetração que tem nas massas o meio audiovisual [...] muito em particular nas províncias metropolitanas, onde a TV tem uma assistência verdadeiramente sensacional – cerca de um milhão e duzentos mil telespectadores – pelo que, a inclusão nas diversas rubricas de temas e assuntos ultramarinos seria sobejamente benéfico sob todos os pontos de vista”³⁰.

30 Informação n.º 851, do GNP, elaborada por João Mesquitella, de 4.2.1964. AHU/MU/ GNP/162, cx. 10, Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa (Portugal).

Naturalização do luso-tropicalismo e persistência pós-colonial

Neste texto verificámos que o Estado Novo português usou o luso-tropicalismo no âmbito da formação da opinião pública portuguesa nas últimas décadas do império e esforçou-se para que fosse veiculado às audiências internacionais, após a entrada de Portugal na ONU e sobretudo depois do início das lutas de libertação em Angola, na Guiné e em Moçambique.

A construção de uma “vulgata luso-tropicalista” (Léonard, 1997: 223), capaz de legitimar a permanência de Portugal em África não foi só obra da propaganda do Estado Novo mas também do aparelho censório. Os serviços de censura, longe de se limitarem a cortar informação, também se preocuparam em formatar informação. O luso-tropicalismo norteou as preocupações da censura aos textos de imprensa e às emissões radiofónicas sobre o ultramar nos anos 60 e até 1974, graças às diligências do GNP.

Apenas como apontamento para pesquisas futuras, noutras vertentes que não foram aqui tratadas, registamos que há evidência empírica para explorar o papel do GNP naquilo que se configura como uma censura prévia a ensaios sobre as colónias³¹, no controlo e vigilância aos investigadores e jornalistas estrangeiros em trabalho de campo e/ou visita ao ultramar³² e numa estratégia que podemos chamar de contrainformação científica sobre a África “portuguesa” a nível global³³.

Embora até aqui o GNP não tenha sido sequer mencionado nas análises sobre o aparelho político-ideológico do Estado Novo (Azevedo, 1999: 56, *apud* Ferreira, 2012: 95-96), fica demonstrado que esteve, desde finais dos anos 50, entre as mais importantes instituições daquele aparelho,

31 O GNP devia verificar se os manuscritos avaliados podiam ser publicados. Para tal, deviam ser patrióticos e contribuir para a propaganda da ação ultramarina portuguesa. Vd. Informação n.º 494, do GNP, elaborada por Óscar Soares Barata, de 17.9.1962, sobre o livro do jornalista Sardoeira Pinto, *Angola, pedaço lindo de Portugal*. AHU/ MU/GNP/135/cx.37, Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa (Portugal).

32 Para o efeito dispomos de abundante documentação no Arquivo do GNP no Arquivo Histórico Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros (Lisboa, Portugal) relativa a “Visitas, passaportes e vistos” a jornalistas, técnicos e cientistas estrangeiros destinados a Angola, Moçambique e restantes colónias.

33 Veja-se, a este propósito, o artigo de Curto (2013) sobre o “Projecto David”, a resposta orquestrada pelo GNP, como apoio da Fundação Gulbenkian, ao livro de James Duffy, *Portuguese Africa* (1959).

congregando habilmente censura e propaganda, com o objetivo central de inculcar na opinião pública (nacional e internacional) o mito da excecionalidade portuguesa e a adesão à defesa da “nação pluricontinental e multirracial”.

O facto de a censura ter ativamente veiculado uma mensagem luso-tropicalista também é um dado novo, que merece um estudo mais atento e aprofundado. Está ainda por fazer uma pesquisa no arquivo da Direção dos Serviços de Censura (no Arquivo Nacional da Torre do Tombo) que nos permita perceber como as instruções do GNP foram acolhidas e seguidas; se houve tensões, disputas, negociações, entre os dois organismos. Porém, através da consulta da imprensa – outra fonte a explorar de forma sistemática – encontramos reflexos daquelas instruções e sugestões³⁴.

Podemos concluir que os média portugueses, no contexto do colonialismo português tardio, condicionados pelo aparelho político-ideológico do Estado Novo, contribuíram para a difusão no senso comum de uma versão nacionalista e simplificada do pensamento de Gilberto Freyre. Atuaram como dispositivos centrais do processo de naturalização dos principais chavões do luso-tropicalismo, para um certo imaginário sobre uma comunidade de sentimento e de cultura entre Portugal e os espaços de colonização portuguesa, o que teve repercussões a longo prazo. Estudos no âmbito da psicologia social sobre as autorrepresentações dos portugueses (Vala *et al.*, 1999; Valentim, 2011) confirmam a persistência pós-colonial de uma narrativa sobre a excecionalidade da relação de Portugal com os trópicos.

Referências

- ALEXANDRE, V. (1979). *Origens do colonialismo português moderno*. Lisboa: Sá da Costa.
- ALEXANDRE, V. (1999). O império e a ideia de raça (séculos XIX e XX). In J. Vala (ed.) *Novos racismos: Perspectivas comparativas* (pp. 133-144). Lisboa: Celta Editora.

34 César (2012: 239) dá-nos conta que uma nota manuscrita na peça “Aumentaram os preços da gasolina em Angola e Moçambique” chamava “a atenção do sr. Orlando Gonçalves” para a necessidade de substituir “Portugal” por “Metrópole”. De facto a alusão a Portugal pressupunha a identificação de Angola e Moçambique como realidades autónomas e não como partes integrantes de uma nação unida do Minho a Timor, como a censura se encarregou de impor. Da mesma forma, quando o *Notícias da Amadora* escrevia Guiné-Bissau via a designação invariavelmente cortada ou substituída por “provincia ultramarina da Guiné”.

- BARATA, Ó. S. (1995). Adriano Moreira: quarenta anos de docência e acção política. In AAVV, *Estudos de homenagem ao professor Adriano Moreira, 1º Vol.* (pp. 15-120). Lisboa: UTL-ISCS.
- BENDER, G. (1980). *Angola sob o domínio português: mito e realidade*. Lisboa: Sá da Costa Editora.
- CAETANO, M. (1954). *Os Nativos na Economia Africana*. Coimbra: Coimbra Editora.
- CARDÃO, M. (2012). *Fado Tropical: O Luso-tropicalismo na cultura de massas (1960-1974)*. Tese de doutoramento. Lisboa: ISCTE-IUL.
- CARRUTHERS, S. L. (1995). *Winning Hearts and Minds: British Governments, the Media, and the Colonial Counter-Insurgency, 1944-1960*. Leicester: Leicester University Press.
- CASTANHEIRA, J. P. (2009). *O que a censura cortou*. Lisboa: Expresso.
- CASTELO, Cláudia (1999) “O modo português de estar no mundo”: *O Luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa, 1933-1961*, Porto, Afrontamento.
- CASTELO, C. (2007). *Passagens para África: o povoamento de Angola e Moçambique com naturais da metrópole (1920-1974)*. Porto: Afrontamento.
- CÉSAR, O. (2012). *O agir jornalístico face à economia da censura: O caso do Notícias da Amadora*. Tese de doutoramento. Lisboa: ISCTE-IUL.
- CURTO, D. (2013). The Debate on Race Relations in the Portuguese Empire and Charles R. Boxer’s Position. *E-Journal of Portuguese History*, 11, 1. Disponível em: http://www.brown.edu/Departments/Portuguese_Brazilian_Studies/ejph/html/issue21/pdf/v11n1a01.pdf. Acesso em: 2 de dezembro de 2013.
- FERREIRA, C. (2012). *Os media na guerra colonial. A manipulação da Emissora Nacional como altifalante do regime*. Coimbra: Minerva.
- FREYRE, G. (1953). *Um brasileiro em terras portuguesas: Introdução a uma possível Luso-tropicologia, acompanhada de conferências e discursos proferidos em Portugal em terras lusitanas e ex-lusitanas da Ásia, da África e do Atlântico*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- GALLO, D. (1988). *O saber português: Antropologia e colonialismo*. Lisboa: ER-Heptágono.
- LÉONARD, Y. (1997). « Salazarisme et Lusotropicalisme: Histoire d’une Appropriation ». *Lusotopie*, número spécial: *Lusotropicalisme, idéologies coloniales et identités nationales dans les mondes lusophones* (pp. 211-226). CEAN, Karthala.
- MELO, V. A. de, Bittencourt, M. (2013). O esporte na política colonial portuguesa: o Boletim Geral do Ultramar. *Tempo*, 19 (34): 69-80
- MINISTÉRIO do Ultramar (1961). *A legislação de 6 de Setembro de 1961*. Lourenço Marques: Imprensa Nacional de Moçambique.

- MOREIRA, A. (2009). *A espuma do tempo: Memórias do tempo de vésperas*. Coimbra: Almedina.
- PEREIRA, M. (2006 a). *Conhecer para dominar: o desenvolvimento do conhecimento antropológico na política colonial portuguesa em Moçambique, 1926-1959*. Tese de doutoramento. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.
- PEREIRA, R. M. (2006 b). Uma visão colonial do racismo. *Cadernos de Estudos Africanos*, 9-10: 129-140.
- RIBEIRO, O. (1999 [1956]). *Goa em 1956: Relatório ao Governo*. Lisboa: CNCDP.
- RODRIGUES, S. P. (2011). *Guerra Colonial: Que Jornalismo? Como o jornal O Século abordou o início do conflito ultramarino português*. Tese de Mestrado. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- SALAZAR, A. O. (1967). *Entrevistas: 1960-1966*. Coimbra: Coimbra Editora.
- SILVA, C. B. (2008). *Administrando o Império: o Ministério das Colónias/Ultramar (1930-1974)*. Tese de mestrado. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- TORRES, S. M. M. (2012). *A Guerra Colonial na Revista Notícia*. Tese de Mestrado. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- VALA, J.; Brito, R. & Lopes, D. (1999). *Expressões dos racismos em Portugal: Perspectivas psicossociológicas*. Lisboa: ICS.
- VALENTIM, J. P. (2011). Representações sociais do luso-tropicalismo e olhares cruzados entre portugueses e africanos. In M. J. Simões (Coord.), *Imagotipos literários: Processos de (des)configuração na imagologia literária* (pp. 55-75). Coimbra: Centro de Literatura Portuguesa.

UMA TRAVESSIA PELO SERTÃO LUSÓFONO

A CROSSING THROUGH THE LUSOPHONE BACKLANDS

Paulo Bernardo Vaz *

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS / UFMG
paulobvaz@gmail.com

Resumo:

Perigos para a ultrapassagem de obstáculos aparentemente intransponíveis são recorrentes na história da expansão portuguesa, em inúmeras obras literárias e em narrativas mediáticas de nosso cotidiano. Estas reflexões giram em torno das atitudes tomadas pelos sujeitos envolvidos nesses embates, especialmente no mundo lusófono, no qual julgamos encontrar algumas características facilitadoras do enfrentamento de situações-limite, que vão do mais restrito nível individual ao mais amplo nível político. Somos instados a isso por dois autores portugueses, M. Martins e E. Lourenço, cujas reflexões fazem recurso ao brasileiro J. G. Rosa, em cujo sertão aparecem reiteradas travessias, que se dão plenas de incertezas, riscos e perigos. Voltamo-nos para campo mediático para indagar se através da expressão lusófona não poderíamos almejar uma comunicação mais eficaz, em nível mundial. *Palavras-chave:* comunicação lusófona, sertão, travessia.

Abstract:

The Portuguese expansion often shows the dangers of overcoming obstacles that are apparently insurmountable in several literary works and media narratives of everyday life. These reflections revolve around actions taken by the individuals involved in confrontations, especially in the Lusophone world, in which we seem to find characteristics that facilitate coping with extreme situations, ranging from the most limited individual level to the broadest political one. We are provoked to do so by two Portuguese authors, M. Martins and E. Lourenço, who in their thoughts turn to the Brazilian writer J. G. Rosa, whose backlands are full of uncertain, risky and dangerous crossings. Focusing on the media field, we aim to investigate whether we would be able to aspire, on all levels, to a more efficient communication worldwide through the Portuguese way of expression.

Keywords: Lusophone communication, backlands, crossing

* Professor visitante no Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da UFSC, colaborador nos Programas de Pós-Graduação em Comunicação Social da UFMG e em Estudos Culturais da FUMEC. Na UFMG integra o GrisPress, Grupo de Estudos sobre a Cultura do Impresso do GRIS – Grupo de Pesquisa Imagem e Sociabilidade.

Sertão é isto: tudo incerto, tudo certo.
(J.G.Rosa: *Grande Sertão: Veredas*)

Aventurar-se em alto mar

Quem quer passar além do Bojador / Tem que passar além da dor
(Fernando Pessoa: “Mar Português” in *Mensagem*)

Em 1434, navegadores lusitanos avançaram pela costa atlântica da África tentando encontrar um caminho marítimo para o Oriente. Uma citação literária exemplifica o desbravamento do sertão, no caso, sertão oceânico, rompendo perigos e obstáculos considerados intransponíveis. Elaine Sanceau narra a emblemática passagem do Cabo Bojador, no século XV denominado “Cabo do Medo”: “O fim poderia estar distante no tempo e no espaço, enormes provas e fadigas podiam aparecer no caminho (...)” (Sanceau, 2013: 123). Contudo, precisamente naquele tempo e lugar os navegadores se obrigaram a fazer uma travessia que mudou o curso da história. A quem creditar o mérito do grande feito? À bravura e determinação de quinze navegantes que, sob a ordem do comandante Gil Eanes, giraram o timão manobrando a nau em meio ao oceano, negando a existência de monstros marinhos *habitués* nas cartas marítimas coetâneas? O crédito seria dado à pertinácia do infante Dom Henrique que, em Sagres, permanecia às voltas com mapas, instrumentos de estudo e todo o aparato de construção náutica que comandava em nome d’el rei? Decerto deve ser considerado o conjunto de ações preparatórias que traçaram rotas jamais percorridas, permitiram o avanço mar adentro com a transposição de obstáculos em pleno mar. Mas deve ser levada em conta sobretudo a decisão tomada pelo comandante que mandou avançar diante do desconhecido. O que poderia resultar em temeroso e trágico fim de viagem, tornou-se novo princípio. “Com a passagem do cabo Bojador dera-se o primeiro passo na senda que através do mundo havia de levar até a Índia” (*ibid.*: 123).

Desnecessário é lembrar que as grandes viagens dos navegadores lusitanos ao Extremo Oriente, passando pela costa africana e, depois, ao Brasil pela rota transatlântica, propiciaram a ampliação do mundo lusófono, geográfica, étnica, política e culturalmente. Gostaríamos de reforçar o que nos lembra Moisés de Lemos Martins (2013:13) sobre esses avanços,

“colocando-se a questão (...) de uma descoberta noética, também a de uma filosofia da integração, e ainda a de uma ideologia de dominação, enquanto conexões da relação com o mundo diverso”. O conceito de lusofonia, estudado por Lurdes Macedo (2013), na sequência de Martins, Sousa e Cabecinhas (2007), esclarece ainda mais, por ampliar e compreender duas expansões, tanto na história da colonização – através da expansão marítima – como na história pós-colonial – através da navegação *online*. Destacando as atitudes que aqui exemplificaremos como propulsoras de conhecimentos e de desenvolvimento, apontamos para o interessante ponto de vista de Lurdes Macedo (2013) sobre a “diversidade do mundo” relativo “ao mundo diverso” que compomos, nós, lusófonos, desde os tempos pré-coloniais.

Referimo-nos brevemente à história da formação e expansão de Portugal apenas para chamar a atenção para a importância dos aportes de diversos povos, e as consequentes misturas e miscigenações ocorridas naquele universo que é o nosso. De sua rica e longa história, não pinçamos mais do que três datas para destacar os seguintes pontos: 1290, adoção da “língua vulgar”, o galego-português, como língua oficial na extremidade ocidental da Península Ibérica; 1297, definição das fronteiras territoriais de Portugal, até hoje mantidas; e 1434, ultrapassagem do cabo Bojador, abrindo a rota para as Índias.

Chamamos especialmente a atenção para a riqueza do Português, resultante da mescla de variadas línguas trazidas pelos romanos, bárbaros, árabes e judeus, povos que coabitando naquela região permitiram a (trans) formação da língua portuguesa. Não se deve negligenciar o processo de enriquecimento linguístico também proporcionado por distantes povos após os descobrimentos, do mais distante Oriente até a América do Sul passando pela África, integrados em uma comunidade ultramarina cujo poder manteve-se centralizado em Lisboa até inícios do século XIX. Tais riquezas são advindas de encontros e confrontos entre povos tão distantes, étnico-racialmente diferentes, que redundaram na formação da própria lusofonia. Como teriam ocorrido esses entrecruzamentos? Certamente com embates e temerosos enfrentamentos. Perguntamo-nos, entretanto, se desde a Idade Média os portugueses tivessem se mantido isolados em seu próprio território, postos em sossego em suas cidadelas inexpugnáveis,

que limites teria o mundo lusófono no século XXI senão os das fronteiras definidas em 1297?

A despeito do que afirma Moisés de Lemos Martins (2014: 18), que “a expansão marítima ocidental seguiu a lógica da cultura da unidade”¹ excludente, ponderamos que o encontro com os diferentes povos – certamente feito com o intuito de dominação – teria promovido, a longo prazo, uma cultura de mistura. Enxergamos no mundo lusófono, a partir de um ponto de vista pós-colonial, a miscigenação resultante de movimentos de resistência de povos dominados e dominadores. O que mais chama nossa atenção é a riqueza dessa assimilação, depois de vencidas as três etapas no processo de colonização na expansão marítima portuguesa: “descoberta e encontro”, “integração” e “dominação” (*Ibidem*: 18, nota 4).

Martins, convocando Derrida, atenta para a importância do pensamento da diferença na construção de “identidades indefinidas e infinitivas, conformes à nossa condição híbrida e em sociedades multiculturais.” (*ibidem*: 19). Esse pensamento da diferença é fundamental para a compreensão do que Moisés de Lemos Martins chama de

cultura do múltiplo e da participação, a da multiculturalidade, manifesta no surgimento de uma vasta panóplia de países diferentes e multiculturais, fundados na riqueza de muitas línguas, na mistura de muitas etnias e na explosão de uma multiplicidade de narrativas. Também este é o espaço da lusofonia, um espaço plural num contexto pós-colonial. (*Ibidem*: 21-22)

Aqui está uma primeira pista para nossas reflexões sobre decisões às vezes tomadas no escuro ou no lusco-fusco com a indefinição de formas e cores no ambiente; sobre o enfrentamento do desconhecido à nossa frente; sobre a possibilidade do encontro com o diferente, cuja estranheza pode parecer perigosa, mas que também pode exigir a ultrapassagem de fronteiras e o traçado de novas trilhas para ampliação de horizontes.

Voltando nossos olhos para acontecimentos no mundo contemporâneo, podemos observar intolerâncias de graves consequências em torno da ignorância sobre o que se passa do outro lado de nossas próprias pare-

1 Por considerar que “o território, ou melhor, o mundo era uno; a igreja era una; o Estado era um; a família era una; a história era igualmente una, e ainda por cima declinava uma narrativa da salvação; enfim, a verdade era única e eterna” (Martins, 2014: 18).

des. Se em âmbito privado informações particulares são cada vez mais compartilhadas através de redes sociais, em âmbito público, quanto mais desenvolvidas e sofisticadas as tecnologias de informação, maior parece ser a disputa política pelo acesso a segredos de Estados estrangeiros.

Recortamos, em primeiro lugar, o acontecimento de espionagem que recentemente, ao vir à luz, implicou chefes de Estado de várias nações. Em matéria intitulada “A era dos bisbilhoteiros” Antônio Luiz M.C. Costa (2013: 29) diz que sobre essa obsessão do governo norte-americano de espionar tudo e todos

mais nada tem a ver com defesa, luta contra terrorismo ou ‘segurança nacional’. (...) Trata-se de garantir vantagens para o país e suas empresas e compensar em parte seu relativo declínio político e econômico por meio do controle total da informação. Deter os meios para conhecer e frustrar os planos de concorrentes de países rivais ou teoricamente amigos e para recorrer à sabotagem cibernética quando convier.

Sem adentrar nos campos da Ciência Política, História, Ciências Sociais e mesmo da Psicologia, recursos certamente necessários para a obtenção de respostas a questões pertinentes sobre as razões dessa contumaz curiosidade e premência de saber sobre o que se passa e se diz além das próprias fronteiras, trazemos algumas indagações sobre a insuportabilidade desse desconhecimento do que se passa no terreno alheio. Perguntamos se tudo aquilo que ignoramos à nossa volta teria de ser mesmo de nosso domínio, sem o quê sentimo-nos ameaçados? Tudo que não dominamos requer a tomada de ações imediatas, mesmo intempestivas, para o dar-se conta daquilo que não se sabe? O que se desconhece, afinal, representa alguma ameaça para quem ignora?

Em segundo lugar, recortamos um pequeno acontecimento repercutido mundialmente, o da tragédia ocorrida em Washington no dia 3 de outubro de 2013, em consequência do desconhecimento de um fato por policiais. Uma cidadã norte-americana negra foi metralhada no interior de seu carro por seguranças nos arredores da Casa Branca. Na perseguição, milagrosamente, salvou-se a filha pequena da motorista baleada, que também se encontrava no veículo. Na divulgação da notícia deram a entender que os policiais agiram impulsivamente, atirando no carro

por *não saberem* o que estava ocorrendo, pois a confusão teve início com o abalroamento do carro nas grades do palácio presidencial. Na tentativa de ser parada, a motorista saiu em disparada, seguindo-se a perseguição e seu fuzilamento. Só depois de chumbado o veículo, identificaram a vítima, concluindo que ela não era propriamente uma perigosa agressora como *supuseram*, senão uma mãe de família que sofria de problemas mentais. Nas telas dos noticiários internacionais, nós, telespectadores não lemos *The End* de filmes hollywoodianos, mas foi como se lêssemos. Nada mais se indagou, talvez nada mais se devesse falar do que se concluiu ser um *fait divers* resultado da ação intempestiva de policiais em Washington, em vez de grave ameaça terrorista contra a sede do governo norte-americano. Mas disso só se soube *post mortem* da cidadã americana.

Será que estamos em vias de perder todo e qualquer bom senso para, a qualquer custo e em qualquer âmbito, termos o domínio de qualquer situação que tenha a aparência de ser ameaçadora? Não porque a situação, em si, represente algum perigo. Mas porque, por se desconhecer o terreno, o cenário, as personagens que atuam e, sobretudo, as intenções dos atores, a situação possa vir a representar algum perigo para quem está defronte, indivíduo ou Estado. Não haverá mais limites para ações de modo a esclarecer o que não se sabe, ouvir o não-dito, ver o não-mostrado, mesmo que essas ações sejam as mais invasivas e, naturalmente, antiéticas?

Se chamamos a atenção para esses dois acontecimentos circunscritos aos Estados Unidos da América em 2013, é porque muito significam e muito representam neste contexto de (des)conhecimento e (in)consequentes ações em todos os âmbitos. A ocorrência policial em Washington, a despeito de justificativas de reações de segurança antiterroristas após o 11 de setembro, já não tem nenhuma exclusividade geográfica ou histórica na contemporaneidade. Atitudes similares são tomadas por forças policiais em qualquer ambiente urbano do mundo sem que se pautem tais notícias nos telejornais diários noturnos e, ao se tornarem notícias, circunscrevem-se à crônica policial nos jornais locais no dia seguinte. Não se pode afirmar, com certeza, que ações de espionagem de dados como as dos serviços secretos e da NSA, sejam comandadas exclusivamente pelo governo sediado em Washington, considerando-se a existência “da confraria dos ‘Cinco Olhos’ – Estados Unidos, Reino Unido, Canadá, Austrália e Nova Zelândia, que compartilham seus dados e supostamente não espionam uns aos outros”

(CartaCapital, *ibid*: 30). O que estamos chamando de “insuportabilidade” do desconhecido à nossa volta parece se tornar recorrente na contemporaneidade, em todos os lugares. Do nível mais particular em regime privado, ao mais geral em espaço público. Aqui, ali e por todo lugar.

Frente à gravidade de uma situação que tememos estar, hoje, cada vez mais disseminada, os dois acontecimentos recortados nos fazem refletir sobre situações de afrontamento do desconhecido, histórica, geográfica e culturalmente, muito anteriores ao tempo que vivemos, hoje. Voltamo-nos para nossa própria história e cultura lusófonas à cata de situações opostas a este “enfrentamento do desconhecido”. Direccionamos nosso olhar para ações que alteraram o curso da história, que revelaram ser positivamente consequentes. Buscamos exemplos singulares na História, nos quais um ousado enfrentamento de obstáculos e adentramento em mundos desconhecidos permitia atravessá-los, e não destruí-los, para mostrar em seguida a pluralidade dessas situações na literatura, valendo-nos de uma palavra singular da Língua Portuguesa: *Sertão*. Palavra exclusiva do mundo lusófono, de origem etimológica desconhecida (obscura, cf. Dicionário Houaiss), que apareceu em seu léxico no século XV.

Devemos, aqui, trazer dois esclarecimentos. Em primeiro lugar, não reivindicamos que os exemplos trazidos do mundo lusófono apresentem absoluta exclusividade. Apresentamo-los para chamar a atenção para essas atitudes por reconhecê-las, particularmente no Brasil onde vivemos, e no universo lusófono em geral. Também recorreremos ao noticiário da atualidade e às narrativas literárias por ali nos deparar com um cotidiano prenhe de exemplos que ilustram nossa ideia. E, finalmente, se escolhemos um consagrado escritor brasileiro para garimpar em sua obra epígrafes e narrativas é porque sua leitura nos coloca não apenas frente ao sertão, mas nos permite atravessá-lo. Bem mais que geográfico, este sertão é metafísico (Lourenço, 2001: 203). Eis o argumento que muito nos atrai. Eis o que gostaríamos de desenvolver.

Em segundo lugar, esclarecemos que, ao tomar o sertão como paradigma do desconhecido, espaço aberto não percorrido, chamamos a atenção do leitor para a imprescindibilidade de uma atitude que julgamos crucial ao, nele, esbarrarmo: avançar. Avançar para atravessá-lo. Sem avanço não se poderá adquirir conhecimento. Imagine-se o leitor colocado frente ao sertão, estanca na dúvida: parar e retroceder, mantendo a

ignorância ou adentrar o terreno para conhecê-lo? Desta segunda ação resulta a travessia, que, aliás, não tem nenhuma garantia prévia de ser bem empreendida. Contudo, quem não ousar fazê-la permanecerá onde está, inerte. Não se deve esquecer que o desconhecimento do que está à frente exige a tomada de atitudes ousadas, mas cautelosas. Atirar a esmo, no escuro, como se nos defendêssemos de um suposto ataque, pode ser fatal para o outro, defronte, que não tem nenhuma intenção de nos atacar. A ousadia de se fazer a travessia é a ousadia de dar um passo à frente, procurando o conhecimento com os mecanismos disponíveis às vezes naquilo que há de próprio no ser humano: seus sentidos. Mas a aquisição do conhecimento dá-se também através dos dispositivos colocados à disposição do sujeito. Fazer bom uso desses conhecimentos com o melhor uso possível dos meios disponíveis, seria muito almejar?

Uma importante pista para nossas reflexões é apresentada por Moisés de Lemos Martins ao tratar do imaginário em tempo de crise. Em nosso ponto de vista assumir esse imaginário é conscientizar-se de atitudes tomadas na contemporaneidade. Martins (2011: 187-188) nos lembra que

Estas três formas do imaginário, o trágico, o barroco e o grotesco, são dinâmicas e, na pós-modernidade, partilham características semelhantes: em todas elas a vida e o mundo, embora palpantes, são instáveis, ambivalentes, sinuosos, fragmentários, imperfeitos e efêmeros.

Aliás, contrariando a definição histórica de era moderna que tem o século XV como divisor de águas, cogitamos se as ações da expansão marítima lusitana não teriam adiantado seu enquadramento no período barroco em um ou dois séculos. Consideremos as características descritas por Martins (2011). Tendo como parâmetro o imaginário clássico, questionamos se as atitudes dos navegadores teriam sido mesmo “retilíneas” e certas, assumindo “formas lógicas, de premissas claras que concluem o certo e o verdadeiro” (*ibid.*: 189). Custamos a acreditar que os navegadores, nos momentos cruciais de decisões a serem tomadas em alto mar, submeter-se-iam às emoções dramáticas, fazendo do *logos* sua “instância última e soberana de decisão” (*ibid.*). Seus comportamentos estariam mesmo casados com as *formas sublimes* do classicismo renascentista ou se

deixariam governar por barrocas e dramáticas paixões, vivendo perigosamente emoções e sensações na incerteza da viagem em pleno oceano?

Estendemo-nos sobre as atitudes ressituidas daqueles atores renascentistas para melhor focar as ações de nossos atores contemporâneos. Em vista disso, mais uma vez citamos Moisés de Lemos Martins (*ibid.*: 192), com fecho poético de Sophia de Mello Breyner:

A percepção da crise e os sentimentos de perda e de espera são melancólicos, dado terem o sentido trágico de um problema sem solução. Na contemporaneidade, a nossa situação é, pois, de desconforto e mal-estar: os passos por onde vamos a caminho deixaram de poder apoiar-se em ‘rocha, cabo ou cais’ (Sophia Mello Breyner).

Estamos em busca dessas características na contemporaneidade, dedicando-nos a destacar formas que

Na pós-modernidade, o logos é barroco. As formas são exuberantes e confusas, ambivalentes, rugosas, conformes à natureza de um ente híbrido. Predominam na pós-modernidade as linhas curvas do tempo, as suas dobras e as superfícies côncavas, preenchidas por sombras.” “o pathos é trágico. Com efeito, o trágico é então a forma dominante do imaginário, com a existência a ser convertida em sensação, emoção e paixão.” “o ethos é grotesco: inverte a hierarquia de valores, rebaixa os valores tradicionais, fazendo equivaler todas as categorias – impõe o relativismo, ou seja, o ‘politeísmo dos valores’ (Weber), contra o dogmatismo do dever-ser. (...) O ethos é governado pelo pathos (pela sensação, pela emoção e pela paixão). (Grifos op.cit. *ibid.*: 189-190)

Com esta tríade – do trágico, do barroco e do grotesco –, Martins elenca características que reivindicamos nesta abordagem das interfaces da lusofonia. No que diz respeito à nossa razão e aos nossos discursos², podemos falar de exuberância e confusão, ambivalência e rugosidade, encontradas sobretudo na composição discursiva de seres “híbridos”. Nas linhas do tempo vemos sinuosidades e meandros de vai-e-volta que escondem

2 Esclarecemos que o emprego da primeira pessoa do plural indica que o autor deste artigo, mergulhado no oceano aqui descrito, não se furta a essa situação.

dem incertezas nas zonas de sombra ali encantoadas. Como paradigma desse hibridismo discursivo dentre os povos lusófonos queremos apontar, sobretudo para os brasileiros que tanto nos vangloriamos de nossa “miscigenação”³ com características de barroquismo não só no período colonial mas também em sua mais modernas expressões arquitetônicas nas quais pontificou Oscar Niemeyer; o estilo (neo)barroco foi igualmente apontado no cinema novo glauberiano e em outras formas artísticas de grandes nomes das artes plásticas como Artur Bispo do Rosário e da fotografia brasileira, na qual se destaca a obra de Miguel Rio Branco.

Se o rótulo de grotesco pode dar a entender que desqualificamos o lusófono-brasileiro com as mencionadas características barrocas de suas ações trágicas, gostaríamos de afastar mal-entendidos, ressaltando seu *plus*, posto que nelas mais enxergamos qualidades do que defeitos. Julgamos que ações de tais atores, mesmo que improvisadas – que podem ser vistas como irresponsáveis – são consequentes e impregnadas de responsabilidade. Focamos no exemplo dos pequenos erros gramaticais dos discursos improvisados do ex-presidente Lula que sempre ganharam grande repercussão na mídia brasileira. A despeito de seus deslizes verbais em sua fala coloquial, quebrando a liturgia do cargo, Lula acertava. Certamente o ex-presidente o fazia convicto da eficácia de seus discursos junto à escuta visada, a maioria da população brasileira, seus eleitores. Daquela forma erros gramaticais se transformavam em acertos discursivos na exposição do *logos* do, então, chefe da nação. Enfim, ousar correr riscos de errar pode resultar em acertos. Por isso voltamos ao sertão para trazer ilustrações dessa insegurança, que exige coragem para que seja dado o primeiro passo que permita sua travessia.

3 A este propósito, lembramos que em uma investigação feita em nível nacional no final do século XX, geneticistas procederam à análise de grupos sanguíneos dos brasileiros por região. Em Minas Gerais, curiosamente, nossa herança genética indicava a descendência mista de 33% de brancos, 33% de negros e 33% de indígenas. De modo singular, o autor deste artigo, mineiro, mesmo sem acesso a registros de sua ascendência mais distante, relata que ouvia reiteradamente seus avós afirmarem que seus ancestrais eram portugueses brancos, negros e índios.

Aventurar-se pelo sertão

Rasgamos sertão. Só o real. (J.G.Rosa: *Grande Sertão: Veredas*)

Na segunda parte de sua obra *Crise no castelo da cultura: das estrelas para os ecrãs*, ao abordar questões sobre “Acontecimento e Cultura”, Moisés de Lemos Martins menciona as interessantes “metáforas da crise, do risco e do fim”, lembrando que “sobretudo importa-nos a metáfora do perigo, porque de perigo é a situação aonde nos conduziu o projecto da modernidade.” Eis uma terceira importante pista para nossa reflexão sobre determinadas características, que, mesmo não sendo exclusivamente nossas, são encontradas reiteradamente em nosso comportamento e em nossa cultura ao longo da história: seja a de enfrentamento do perigo ante o desconhecido, seja a de atitudes improvisadas que no Brasil são chamadas de “dar um jeitinho”. Esse chamado “jeitinho brasileiro” costuma ser alvo de chacotas e críticas como se mais resultassem de ações impensadas e irresponsáveis do que fossem fruto da criatividade do ator improvisador.

Na composição da vasta obra de João Guimarães Rosa podem ser pinçadas narrativas ilustrativas de situações desafiantes e decisivas passíveis de acontecer desde o *Grande Sertão* às *Veredas*, passando pelos campos *Gerais* para chegar a qualquer ambiente urbano da atualidade. Moisés de Lemos Martins recorre à personagem Riobaldo para ilustrar a ideia da constância do perigo no cotidiano de todo ser humano (2011: 209) que, como lembramos acima, ele acentua a tônica da modernidade.

Vale se debruçar sobre a ideia dos três sertões desenvolvida por Eduardo Lourenço em estudo sobre a literatura brasileira, no qual ele destaca o mesmo clássico J.G.Rosa que “vai converter e transfigurar esses dois (primeiros) sertões, palco da história impossível, e contra-história do Brasil, num terceiro sertão” (Lourenço, 2001:214). Aqui nos atemos às menções literárias, mesmo julgando que, se remetidas estas reflexões às narrativas midiáticas da vida cotidiana, muito enriqueceríamos as discussões no campo da Comunicação Social.

O primeiro sertão a que Lourenço se refere é o de *Os Sertões* de Euclides da Cunha, que “o Brasil acolheu com paradoxal sucesso” pois a imagem lá apresentada foi a primeira que o país, ainda no século XIX teve de si próprio, como sertão. Diz Lourenço (2001: 211) que em *Os Sertões*

Não começou a vera história do povo brasileiro, mas revelou-se sua insignificância e o termo de sua pseudo-história, a qual nem fora capaz de assumir realmente a continuidade de um viver de mais de três séculos num mundo novo, nem de romper com ela, integrando com originalidade o seu novo destino de continente obcecado pelo futuro.

O segundo sertão é aquele composto pelo *corpus* literário brasileiro sobre o qual paira a sombra de Euclides que “por seu formal ou indireto exemplo vai descobrir o Brasil no espelho do Brasil” (*Ibidem*). Este segundo sertão é aquele onde

a cultura brasileira, durante décadas, mais não fará do que ficcionalizar essa ‘sertaneidade’ do mundo brasileiro, a sua realidade (...) do sertão feito de uma pluralidade de sertões, mesmo quando as suas características, quer físicas, quer psicológicas, quer até simbólicas, pouco têm a ver com a paisagem e a vida descritas por Euclides da Cunha. (*Ibid.*: 211)

Lourenço (2001) afirma que J.G.Rosa “descobre a universalidade de um combate (...) que tem como centro cada ser humano e como teatro, o Sertão, assimilado ao mundo inteiro”. O estudioso português indaga, ainda, se não “haveria – há – lugar para um outro Brasil (...) numa ficção que (...) encontrava um filão inesgotável de cenários épicos às avessas” (2011: 214).

Sim, há. Este foi o filão explorado por J.G.Rosa que “vai converter e transfigurar esses dois sertões, palco da história impossível, e contra-história do Brasil, num terceiro sertão.” (*ibid.*: 214), onde podemos reencontrar personagens atuando em paisagens da realidade humano-geográfica brasileira, em cujas narrativas – repetimos e insistimos – estão belos, heroicos e impressionantes exemplos do que faz, ou pode fazer, o homem comum na realidade cotidiana. Esses atores, nós outros – e não apenas os personagens rosianos – somos acometidos de que sentimentos frente ao chamado “sertão” que “está em toda parte”? Temor? Destempero? Pavor? Desespero? Ansiedade? Cagaço? Ou arroubo de coragem devido justamente ao momento crucial do grande temor? O que fazer para romper com a barreira do medo e adentrar este sertão para empreender a (necessária) travessia? Preparos para se empreender o percurso podem ser feitos?

Finalmente alertamos – como vimos fazendo reiteradamente ao longo deste texto – que o grande sertão e seus desafios, mais que brasileiro – como pode ser encontrado em estudos de autores brasileiros e portugueses –, este grande sertão parece-nos lusófono, quando voltamos o olhar para a história de aquém e além-mar iniciada há tantos séculos por lusitanos e continuada por orientais, africanos e ameríndios, todos compondo no século XXI esta variegada e – mesmo considerada econômico-socialmente “pobre” – riquíssima e cada vez mais emergente sociedade lusófona. Tal como lembramos na história da ultrapassagem do Bojador no século XV, na aventura de Riobaldo e seu bando pelo sertão, perguntamos se nos resta encarar o “vão-do-Buraco”⁴ e a partir dele, encetar a travessia pelo Liso do Sussuarão, arriscando nos depararmos com as terríveis doenças temidas pelo seu chefe? Ou deveríamos procurar alternativas para empreender a travessia, “o mais longe – pra lá, pra lá, nos ermos” (J.G. Rosa *apud* Lourenço, *ibid.*: 27), e cruzá-lo, “o que ninguém ainda não tinha feito, a gente se sentia no poder fazer” (*ibid.*: 34)?

Esbarrando-nos nos perigosos e desconhecidos vãos, ouvimos atentos a beleza verbal que J.G.Rosa coloca na boca de Riobaldo no momento decisivo do início da travessia: “Mudei meu coração de posto. E a viagem em nossa noite seguia. Purguei a passagem do medo: grande vão eu atravessava” (*idem*: 101). Purgar a passagem do medo, vida afora, sertão adentro, quando e onde devemos, não apenas encarar o cenário e pisar o terreno, mas também encararmo-nos uns aos outros e tentar ver no outro – por mais esquisitice que inspire por sua diferença – o *copain*, aquele com quem se partilha o pão, o companheiro do bando, cuja comunicação, com o terreno comum da lusofonia, na mesma língua escrita por J.G. Rosa que “atravessa as camadas de falas, os tempos de uma língua que se reinventa (ou que ele pode recriar sem fim) para contar histórias de um passado (...) – e que é simplesmente a língua portuguesa, sem sujeito e com todos os sujeitos.” (Lourenço, 2011: 218). Nossa comunicação lusófona, enfim,

4 O vão dos buracos, acidente geográfico de grande riqueza ambiental situado entre o Parque Nacional Grande Sertão-Veredas e o Parque Nacional Serra das Araras, no Norte de Minas Gerais é descrito por J.G. Rosa como sendo um dos possíveis pontos de partida para fazer-se a travessia do Liso do Sussuarão, área desértica, inóspita, praticamente intransponível, mas um percurso estratégico para que o bando de Riobaldo levasse a melhor na guerra de jagunços que ocorreria no sul da Bahia.

que se quer cada vez mais eficaz, não poderia se tornar cada vez mais facilitada para quem a verbalizasse, escrevesse e dela fizesse o melhor uso? Só querer. Querer e aplicar.

Referências

- ANDRADE, C.D. de (1992). *Poesia e Prosa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar.
- COSTA, A. L. M. C. (2013). *A era dos bisbilhoteiros*. *Carta Capital*, ano XIX, n.773, 11.1: 28-33.
- LOURENÇO, E. (2011). *A nau de Ícaro e Imagem e miragem da lusofonia*. São Paulo: Companhia das Letras.
- MACEDO, L. (2013). *Da diversidade do mundo ao mundo diverso da lusofonia: a reinvenção de uma comunidade geocultural na sociedade em rede*. Tese de doutorado em Ciências da Comunicação, Braga: Universidade do Minho. Disponível em <http://repositorium.sdum.uminho.pt/xmlui/handle/1822/28851>. Acesso em 25/12/2014.
- MARTINS, M. L. (2014). Língua Portuguesa, globalização e lusofonia. In N. Bastos (org.), *Língua Portuguesa e Lusofonia* (pp. 15-33). São Paulo, EDUC – IP-PUC.
- MARTINS, M. L. (2011). *Crise no castelo da Cultura: das estrelas para os ecrãs*. Coimbra: Grácio Editor.
- MARTINS, M. L.; Sousa, H. & Cabecinhas, R. (Eds.) (2007). Lusocom: estudo das políticas de comunicação e discursos no espaço lusófono. In: Ledo, M. (Org.). *Comunicación Local no Espazo Lusófono* (pp. 301-310). Santiago de Compostela: Agacom.
- ROSA, J. G. (1994). *Ficção Completa*. VI e II. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar.
- SANCEAU, E. (2013). *D. Henrique, o Navegador*. Porto: Civilização Editora.

PÓS-COLONIALISMO E O DESAFIO DAS FRONTEIRAS MIDIÁTICAS

As intervenções de Mia Couto, diálogos verbais e escritos

POST-COLONIALISM AND THE CHALLENGE OF MEDIA BOUNDARIES

Mia Couto's interventions, verbal and written dialogues

Vera Lucia Harabagi Hanna *

UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE, SÃO PAULO

verahanna@uol.com.br

Resumo:

Os estudos pós-colonialistas, emergentes da crítica literária e dos estudos culturais advindos do contexto anglo-saxão, vêm reunindo obras ficcionais, fílmicas, televisivas e na web que, ao se tornarem objeto de estudo da sociologia da comunicação contribuem para uma nova feição da organização da historiografia como narrativa para pesquisas de ex-colônias europeias. Valendo-se de um repertório teórico sobre pós-colonialismo, examina-se, dentre os autores 'des-colonizados', o moçambicano Mia Couto. O *corpus*, constituído por orações de sapiência, intervenções, entrevistas, à parte de seus textos ficcionais, representa a realidade, assume-se como um

* Professora Doutora na Área de Historiografia Lingüística do Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. Mestre em Educação, Arte e História da Cultura pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Docente do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Presbiteriana Mackenzie e do Departamento de Línguas Estrangeiras Modernas do Centro de Comunicação e Letras da UPM. Pesquisadora convidada do IP-PUC/SP (Instituto de Pesquisas Lingüísticas “Sedes Sapientiae” – da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo). Pesquisadora do GT Historiografia da Lingüística Brasileira da ANPOLL. Pesquisadora líder no CNPq no âmbito dos Estudos Culturais, no Ensino Língua Estrangeira; participa de outros grupos do CNPq em Interculturalismo e Identidade Lusófona. Líder do Projeto Social da Área Educacional, do Instituto Presbiteriano Mackenzie, Responsabilidade Social e Filantropia, Ensinando Língua Estrangeira como Prática Social: Língua e Cultura. Dedicar-se, também, à área dos Estudos Americanos e foi presidente da ABEA (Associação Brasileira de Estudos Americanos) no período de 2005-2007. Parecerista *ad hoc* de revistas científicas especializadas. Sua produção destaca a publicação de artigos em anais, revistas nacionais e internacionais, assim como capítulos em livros focalizando a relação entre língua e cultura sob a perspectiva de conceitos teóricos vinculados aos Estudos Culturais, tais como a hibridização cultural, o cruzamento de fronteiras, a tradução cultural e as questões identitárias a partir da reflexão em textos de múltiplas linguagens.

marcador histórico-cultural em registros díspares. Evidencia-se a estreita relação existente entre as discussões especulativas e metódicas em busca de teorias (ou de críticas) e o testemunho do renomado escritor africano de língua portuguesa em apreciações contundentes sobre noções de pós-colonialismo, lusofonia, hibridismos, mestiçagens, tradições, história e verdades, memória, tríade temporal.

Palavras-chave: Estudos pós-colonialistas; Estudos Culturais; Mia Couto; ‘interinvenções’

Abstract:

Emerging from literary criticism, post-colonial studies and cultural studies originated from the Anglo-Saxon context have been gathering fictional filmic, television and works that by becoming a study object of the Communication Sociology, contribute to a new feature of History’s organization’s as a narrative to former European colonies. Drawing on a theoretical repertoire of post-colonialism, the Mozambican Mia Couto is examined, among the ‘de-colonized’ authors. The corpus, consisting of prayers of wisdom, speeches, interviews, apart from its fictional texts, represents reality and is assumed as a cultural-historical marker in diverse records. What is highlighted here is the close relationship between speculative and methodical discussions in search of theories (or criticism) and the testimony of the renowned African writer in Portuguese language in blunt assessments of post-colonialism notions of Lusophony, hybridism, miscegenation, traditions, history and truth, memory, temporal triad.

Keywords: Post-colonial Studies; Cultural Studies; Mia Couto; ‘interinvenções’



Certa vez, alguém perguntou a Ben Harper, um famoso músico americano: – Ouvimos dizer que você tem agora um novo baterista na sua banda. Diga uma coisa: ele é negro? E Harper respondeu:

– Não sei, nunca lhe perguntei.

(Mia Couto)

Considerações iniciais

Discussões especulativas e metódicas em busca de referenciais teóricos justapõem-se ao testemunho do renomado escritor africano de língua portuguesa Mia Couto, em apreciações incisivas sobre noções de pós-

-colonialismo, hibridismos, mestiçagens, tradições, tríade temporal, H(h)istória e verdades, memória, tornando-se objeto de investigação do presente estudo. Considere-se, primeiramente, que a história, no discurso pós-colonialista, remete a uma existência legitimada e se constitui como objeto crucial para seus escritores. Questionamentos sobre verdade e criação imaginária e sobre tempo e espaço, assumem papéis essenciais nesse contexto e serão dessa maneira aqui apreciados.

A narratividade histórica que esses elementos compreendem, estrutura as formas da realidade, mas não possui o objetivo de contestar a mensagem da história. Deste modo, vale destacar as palavras de Aschcroft, Griffiths e Tiffin (1995: 356-357) sobre as sérias dificuldades que sociedades pós-coloniais enfrentam em relação à História, justamente pelo motivo de que “[...] não obtiveram grande sucesso ao acesso da própria instituição ‘História’, com suas poderosas regras de inclusão e exclusão”. Para que melhor se apreenda a proposta de se encetar um novo começo para a história pós-colonial, o autor recomenda o conceito de lugar como um palimpsesto – algo escrito, reescrito, superescrito – e dá a medida da importância do significado de, em vez de se retomar histórias atávicas ou nativistas, conceber uma história que deliberadamente tornasse visíveis estratégias e práticas dentro da estrutura da forma narrativa.

Segundo, partindo-se do pressuposto de que qualquer indivíduo só pode se relacionar ou conhecer o mundo ao seu redor através de alguma forma de mediação, entende-se que tais formas não terão sentido antes de serem capturadas pela cultura. Assim, a asserção de Lawrence Grossberg (1997: 259) – “um texto não possui significado, não há limites para o que ele possa denotar. Talvez signifique qualquer coisa que um leitor quiser que ele signifique” – adequa-se ao entendimento de que o desenvolvimento do indivíduo, em relação à construção cultural, deve-se ao significado que empreende ao contexto.

É preciso que se observe que no conceito de subjetividade (o de ser um sujeito), não está implícita a ideia de previsibilidade ou de constância; a capacidade receptiva, a mutabilidade e o dinamismo fazem parte da construção da identidade, do mesmo jeito que acontece a construção do texto. Para uma boa percepção do que será exposto nesta análise, ressalta-se que Carolyn Steedman (1999: 48), ao tratar os textos como documentos culturais, afirma que textos e documentos são eles mesmos

fatos históricos, não apenas repositórios de fatos; usados como representantes de uma realidade histórica ‘real’, são também, instáveis. A história deve ser reconhecida como “a mais impermanente das formas escritas”, explica a pesquisadora, pois será “sempre uma história que durará apenas por um período curto de tempo”.

Junte-se à inquietação que causam os contrapostos História e criação imaginária, a questão do tempo e do espaço – constituintes essenciais nessa discussão. O axioma, a sociedade e os indivíduos constituem-se de tempo, guia essa apresentada à reflexão de Homi Bhabha, em *O Local da Cultura* (2005: 27), sobre o trabalho fronteiriço da cultura que “exige um encontro com ‘o novo’ que não seja parte do continuum de passado e presente”. O passado, sob sua perspectiva, deve ser retomado como causa social. Uma vez renovado, inova e interrompe a atuação do presente. Merecem atenção suas anotações no que diz respeito a habitar um espaço intermédio, ser parte de um tempo revisionário, retornar ao presente para redescrever a contemporaneidade cultural:

O imaginário da distância espacial – viver de algum modo além da fronteira de nossos tempos – dá relevo a diferenças sociais, temporais, que interrompem nossa noção conspiratória da contemporaneidade cultural. O presente não pode mais ser encarado simplesmente como uma ruptura ou um vínculo com o passado e o futuro, não mais uma presença sincrônica: nossa autopresença mais imediata, nossa imagem pública, vem a ser revelada por suas descontinuidades, suas desigualdades, suas minorias. (Bhabha, 2005:23)

Ashcroft (1995: 298) introduz o assunto da complexa relação da língua em sua função como meio de comunicação de poder declarando que “O texto escrito constitui uma situação social”. Ele expõe a etnografia constitutiva dos sistemas de escrita e tenta responder questões do texto escrito como situações sociais, examinando os objetivos da escritura como um processo de cumprimento social entre os participantes. O texto “tem sua existência em algo mais do que simples marcas numa página, nomeadamente nas participações de seres sociais a que chamamos de escritores e leitores” (*id.*). Complementando a ideia de significado do texto, de Grosberg, observe-se a explanação de Ashcroft sobre o significado ser um fato social que existe dentro do discurso da cultura, “e fatos sociais, assim

como estruturas sociais, são realizações sociais; [...] o significado é uma realização social caracterizada pela participação do escritor e do leitor dentro de um ‘evento’ de um discurso particular” (*ib*). A comunicação entre seres humanos é a base e o processo para a evolução da cultura; a língua, como cultura, é uma reserva de memória coletiva das experiências de determinado povo na história, carrega a cultura, que veicula um complexo corpo de valores pelos quais nos percebem e, igualmente, percebemos nosso lugar no mundo (Hanna et al., 2010: 167).

Considerações como as dos estudiosos citados acima, e de outros com quem se dialogará no decorrer desse estudo, como as de Ashcroft, Griffiths, Tiffin, especialistas em Estudos Pós-Colonialistas; Steedman, Barbosa, Nora, Le Goff, Hobsbawm, historiadores; Grossberg, Bhabha, Hall, teóricos dos Estudos Culturais; e Freyre, sociólogo, norteiam o exame que aqui se pretende realizar – a aceitabilidade da relação entre discussões metódicas e os escritos de opinião de Mia Couto.

Busca-se junto aos depoimentos do escritor, a memória coletiva. Acredita-se que esse exercício possa contribuir para um entendimento mais abrangente do sentido do processo de descolonização e das relações problemáticas em tempos de transição, percebidas no hibridismo, na ambivalência, no mimetismo. Provoações de Couto sobre o tema, como se lê a seguir, podem ser um começo:

Afinal, tinha ainda passado pouco tempo da descolonização. E aqui é preciso adequar o sujeito ao verbo. Não foi Portugal que descolonizou os países africanos. A descolonização só pode ser feita pelos próprios colonizados. E nós todos éramos colonizados. Descolonizámo-nos uns aos outros, uns e outros. Tinha, enfim, passado pouco tempo sobre essa ruptura. Era natural que se perguntasse: quem é o padrão desta ideia [lusofonia]? Obviamente, os países africanos não se podem reclamar da lusofonia de igual maneira que os portugueses e os brasileiros. (Couto, 2009: 191-192)

Interinvenções e artigos de opinião

Longe dos cânones da academia, o formato de relato das ‘interinvenções’ sugere uma prática da teoria a partir de observações e experiências vividas. Longe da ficção, trata-se de uma coletânea de artigos de opinião que

fazem emergir no escritor Mia Couto o jornalista que foi durante alguns anos no início da carreira. No novo suporte, passam da intervenção oral para um registro escrito – os livros *Pensatempos* (2005) e *E se Obama fosse Africano?* (2009) –, e favorecem um campo de observação em que a visão polissêmica e a abordagem crítica se sobressaem. Os textos, tais como híbridos de jornalismo e literatura, tais como crônicas, fazem uma ponte entre a realidade percebida e a história construída, suplantam o caráter transitório de uma intervenção oral e oferecem-se como objeto original crítico, de uma realidade vivida pelo narrador, como a que segue:

Durante anos, dei aulas em diferentes faculdades da Universidade Eduardo Mondlane. Os meus colegas professores queixavam-se da progressiva falta de preparação dos estudantes. Eu notava algo que, para mim, era ainda mais grave: uma cada vez maior distanciação desses jovens em relação ao seu próprio país. (Couto, 2005: 9)

Um dos escritores mais citados nos estudos pós-colonialistas das literaturas de expressão portuguesa, Couto criou o neologismo '*interinvenções*' para designar seus textos não-ficcionais que, vistos como verdadeiros chamamentos, poderão ser entendidos como uma prática de reconstituição e elucidação de situações do cotidiano direcionados a um auditório. Quer dirigidos a leitores, quer dirigidos a internautas, em novo suporte textual, as compilações tornam-se mundializadas (Hanna e Brito, 2012). As convocações parecem tornar-se legitimadas, uma vez que são responsabilizadas pelo narrador em primeira pessoa, e, frequentemente, se iniciam por reportar a própria história, por expor dúvidas, arriscar justificativas:

Sou escritor e cientista. Vejo as duas atividades, a escrita e a ciência, como sendo vizinhas e complementares. A ciência vive da inquietação, do desejo de conhecer para além dos limites. A escrita é uma falsa quietude, a capacidade de sentir sem limites. Ambas resultam da recusa das fronteiras, ambas são um passo sonhado para lá do horizonte. A Biologia para mim não é apenas uma disciplina científica mas uma história de encantar, a história da mais antiga epopeia que é a Vida. É isso que eu peço à Ciência: que me faça apaixonar. É o mesmo que eu peço à literatura. (Couto, 2005: 45)

Sem nenhum compromisso aparente com sequências lógicas ou cronológicas, cada ‘capítulo’, em cada um dos livros, dá forma e é formado pelos outros. Interconectam-se e interagem uns com os outros numa relação sinérgica em que o todo é muito mais do que a soma das partes. O formato em que se apresentam as opiniões nas publicações deixa à mostra o papel de testemunha do escritor, de observante social de seu tempo, no sentido de capturar o grande momento da transformação social do país, geram uma experiência de ampliação na capacidade de apreender Moçambique e a África.

Não se pretende aqui qualificar esses textos em quaisquer gêneros literários; no entanto, é preciso destacar traços característicos do jornalismo literário notados em suas interinvenções que muito enriquecem a narrativa, como por exemplo, a imersão na realidade, o cuidado em divulgar dados e informações, a voz autoral, o uso de metáforas, de digressões. Nesse sentido, vale ressaltar o modo semelhante como teóricos, historiadores, jornalistas, escritores tratam a memória num processo transnacional. Passado e presente serão sempre interpretados de maneira particular. Jornalistas e escritores, ou jornalistas-escretores, não rivalizam com historiadores e sociólogos ao transcrever, representar, produzir e, muitas vezes, criar o fato; tornam-se, antes, ‘mediadores da história’. Assim como sucede com o historiador, a forma pessoal em articular as dimensões temporais faz com que passado e presente sejam unidos de maneira original: o lugar, o presente e o sujeito determinam como a história será (re)escrita, “cada presente desvenda uma visão parcial e uma articulação original do passado e do futuro” (Hanna e Bastos, 2012: 25).

A questão da memória em relação à História é objeto de preocupação em grande parte dos textos de Couto, como se observa em excertos retirados de cada um dos livros, nos quais ressalta a dificuldade de os africanos pensarem em si próprios como sujeitos da história:

[...] fomos empobrecidos pela História. Mas nós fizemos parte dessa História, fomos também empobrecidos por nós próprios. A razão dos nossos actuais e futuros fracassos mora também dentro de nós. Mas a força de superarmos a nossa condição histórica também reside dentro de nós. Saberemos como já soubemos antes, conquistar certezas que somos produtores do nosso destino. Teremos mais e mais orgulho sem sermos quem somos: moçambicanos construtores de um tempo e de um lugar onde nascemos todos os dias. (2009: 49-50)

[...] Este é um momento de abismo e desesperanças. Mas pode ser, ao mesmo tempo, um momento de crescimento. Confrontados com nossas mais fundas fragilidades, cabe-nos criar um novo olhar, inventar outras falas, ensaiar outras escritas. Vamos ficando, cada vez mais, a sós com a nossa própria responsabilidade histórica de criar uma outra História. (2008: 22)

Ao se partir do agora para reportar o passado há uma seleção factual dos eventos narrados e interpretados. Completa essa noção a explanação de Marialva Barbosa (2004: 9) que adverte que, “sendo memória a reconstrução do passado, esta depende das escolhas, esquecimentos, deformações que existem na memória do grupo”. A reconstrução impetrada a partir do presente justifica a experiência de alterações.

Sobre esse argumento, Pierre Nora (1993: 9) pondera não ser possível serem usadas memória e história como sinônimos. A memória, segundo ele, está em constante evolução, já que se mantém aberta “à dialética da lembrança e do esquecimento” e está sempre sujeita a usos, manipulações e releituras imprevistas; enquanto a história apresenta uma vocação para o universal, se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas, a memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto:

A história é reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história liberta, e a torna sempre prosaica. A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo.

Justapõem-se as exposições supracitadas às de Couto sobre jornalismo e história, em que este se coloca como ator principal, em intervenção no

Seminário Tambor, em Pemba, de 2004: “Nos anos 80 eu era jornalista.” Justifica que ambas as ocupações, e as experiências vividas com outros da profissão, fizeram-no ponderar sobre a relação com a História, com a verdade:

Podemos perguntar: quando é que este jornalista [um seu colega] se identificou com a verdade? Provavelmente, sempre o fez. O que aconteceu foi que a sua identidade foi sendo desenhada e redesenhada pela própria vida. Aquele homem não deixou nunca de ser atacado pela História. (Couto, 2005: 85-86)

A temática da importância social do escritor que “luta por um mundo mais humano e democratizado” com a verdade dos fatos já estivera presente em “Que África escreve o escritor africano?”, intervenção na cerimônia de atribuição do Prêmio Internacional dos 12 Melhores Romances de África, na Cidade do Cabo, em 2002:

Qual é a responsabilidade do escritor para com a democracia e com os direitos humanos? É toda. Porque o compromisso maior do escritor é com a verdade e com a liberdade. Para combater pela verdade o escritor usa uma inverdade: a literatura. Mas é uma mentira que não mente. O escritor, porém, tem outros compromissos. Uma das obrigações do escritor africano é estar disponível para, em certas circunstâncias, deixar de ser escritor e não se pensar “africano”. (Couto, 2005: 59)

Couto não se arvora o direito de formador de opinião, no entanto, como agente provocador, oferece oportunidade aos leitores para apreenderem a condição de protagonistas, se pertencerem àquela realidade, e de espectadores seduzidos, se estiverem fora dela. De todo modo, além da linearidade da informação, seus textos, tanto quanto os discursos históricos, revelam incertezas e contradições, proporcionam reflexão e se aproximam dos registros de historiadores, sociólogos, jornalistas, realizando o papel de moldar as representações coletivas. Observe-se ainda, do discurso acima, sua inquietação em definir o escritor como alguém que carrega muitos compromissos e diferentes identidades:

Explico-me: o escritor é um ser que deve estar aberto a viajar por outras experiências, outras culturas, outras vidas. Deve estar disponível para se negar a si mesmo. Porque só assim ele viaja entre identidades. E é isso o que um escritor é – um viajante de identidades, um contrabandista de almas. Não há escritor que não partilhe dessa condição: uma criatura de fronteira, alguém que vive junto à janela, essa janela que se abre para os territórios da interioridade. (*id.*:59)

Se houvesse indagações a respeito do objetivo de tais escritos, seria possível lhe conferir pelo menos dois atributos: questionam a realidade social e assinalam habilidade literária particular. Iluminados por essa perspectiva poderão ser observados como relatos sociais, tratam de representação e percepção do cotidiano, do lugar comum das experiências vividas. O entrecruzamento do social e do cultural em seus textos, preliminarmente orais, revela a preocupação com a realidade nacional, os paradoxos político-sociais, as incertezas dos cidadãos moçambicanos quanto à identidade, quanto à língua em que se comunicam, quanto à história que contam.

Os colóquios de Mia Couto podem ser estudados entre a literatura e a crítica e observados como um diálogo, uma negociação, entre textos literários e socioculturais. Conjetura-se, em sua leitura, as implicações e as possíveis funções da ideia de África, em que se podem isolar algumas questões teórico-práticas. A percepção de Homi Bhabha de como se formam os sujeitos nos excedentes da soma das ‘partes’ da diferença e de como as narrativas de subjetividade se focalizam em processos produzidos na articulação das diferenças culturais deve ser assinalada:

O que é teoricamente inovador e politicamente crucial é a necessidade de passar além das narrativas de subjetividades originárias e iniciais e de focalizar aqueles momentos ou processos que são produzidos na articulação de diferenças culturais. Esses “entre-lugares” fornecem o terreno para a elaboração de estratégias de subjetivação – singular ou coletiva – que dão início a novos signos de identidade e postos inovadores de colaboração e contestação, no ato de definir a própria ideia de sociedade. (2005: 20)

Questões como localidade, língua e identidade podem ser percebidas no dia a dia de uma só pessoa por meio das práticas do cotidiano em

narrativas – ao textualizar o cotidiano, subentende-se a noção de que as ações diárias não encerram uma história única, mas existem em múltiplas histórias. Couto medita sobre a noção de práticas individuais e coletivas em entrevista que sucedeu sua participação no evento *Fronteiras do Pensamento*, em 2012, em Porto Alegre, sobre como busca inspiração para seus personagens:

O que me inspira é a vida enquanto produtora de personagens, de desencontros, sobretudo eu escrevo a partir de personagens e esses personagens eu copio no meu cotidiano, na rua, são situações que eu vivo e são esses personagens que depois me ditam histórias. É como se o mais importante não é encontrar pessoas, mas encontrar essas histórias, sendo que essas histórias quem constrói são as pessoas. A vida é assim, não é só a literatura. (Couto, 2012)

A compreensão de que a identidade cultural não é fixa, mas constantemente híbrida, uma vez que “se origina de formações históricas e repertórios culturais de enunciação muito específicos, e que podem constituir um ‘posicionamento’ que chamamos, temporariamente, de identidade” (Hall, 2005: 502), parece ser também preocupação de Couto quando discursa sobre a identidade e a identidade nacional referentes aos jovens moçambicanos.

No texto “A fronteira da cultura”, apresentado na Associação Moçambicana de Economistas (AMECON), em Maputo, em 2003, debruça-se sobre o tema da africanidade ainda não alcançada, ou, como ele prefere defini-la, “uma africanidade mal-entendida”. Inicia a preleção comentando sobre a distanciação dos jovens estudantes moçambicanos em relação ao seu próprio país:

Mas eles não se reconheciam como herdeiros desse patrimônio [as zonas rurais em que viveram seus antepassados]. O país deles era outro. Pior ainda: eles não gostavam desta outra nação. E ainda mais grave: sentiam vergonha de a ela estarem ligados. A verdade é simples: esses jovens estão mais à vontade dentro de um videoclipe de Michael Jackson do que no quintal de um camponês moçambicano. O que se passa, e isso parece inevitável, é que estamos criando cidadanias diversas dentro de Moçambique. (Couto, 2005: 9)

Couto lembra que uma das maiores riquezas do povo moçambicano nasce da “habilidade em trocarmos cultura e produzirmos mestiçagens. Nasce da capacidade de sermos nós, sendo outros” (ibid.: 10), mas duvida que houvesse um diálogo entre diferentes segmentos daquela sociedade naquele momento e impacienta os ouvintes instigando-os a ajuizarem sobre seus “próprios fantasmas”. Naquele dia ele aludia ao tempo, como se a lembrar o truísmo expressado por Le Goff (1996: 203), “apreender a distinção e a relação entre passado e presente é fundamental” – o presente não pode ser confinado a um instante, a um ponto; definir a estrutura do presente é um problema essencial da operação histórica.

Objeto recorrente em inúmeras alocações, repete o ponto de vista de que um dos caminhos para que se alcance uma legitimidade africana estaria no reconhecimento de “nossa própria responsabilidade histórica de criar uma outra História” (2005: 22), e, para tanto, recomenda que é necessário questionar as três dimensões do tempo e evitar “um modo maniqueísta e simplificador com que se redigiu o chamado ‘tempo que passou’” o que, segundo ele, faz persistir a ideia da culpa na interferência exterior:

O tempo trabalhou a nossa alma coletiva por via de três materiais: o passado, o presente e o futuro. Nenhum desses materiais parece estar feito para uso imediato. O passado foi mal embalado e chega-nos deformado, carregado de mitos e preconceitos. O presente vem vestido de roupa emprestada. E o futuro foi encomendado por interesses que nos são alheios. (*id.*:10)

A compreensão da constante e dinâmica interpenetração da tríade temporal e a ideia de que se crie um eterno presente, absoluto e relativo, imutável e fluido ao mesmo tempo, remete ao conceito de “tempo tríbico”, de Gilberto Freyre, em que os três tempos são encarados como tempos sociais. O sociólogo chama de “profecia” a tendência humana para fazer prognósticos, enfatizando que, a essa disposição de espírito, incide o “retrospecto ou a evocação” em busca do tempo perdido, sem que se desprenda da observação da realidade imediata (Hanna, 2009; Hanna & Bastos, 2012). Na citação abaixo, a ideia de tempo tríbico está elucidada:

[..] no sentido de ligar-se mais sistematicamente o tempo futuro ao já vivido e ao vivente, estes como tempos futuros seriam, não improvisos absolutos no

vácuo, porém projeções de tempos já vividos e de tempos viventes. O tempo geral seria, assim, sempre tríplice; sempre plural; sempre composto e complexo; sempre síntese de três vidas coletivas. Nunca singular nem simples. (2001:24)

Questões relativas à história, ao tempo, à africanidade estão diretamente associadas à procura de uma identidade nacional que Couto reitera em infinitas oportunidades. Seus chamamentos reproduzem o aforismo de que as culturas não são entidades estáticas; qualquer cultura nacional se constitui de diferentes grupos sociais. A identidade nacional tem de ser construída através de uma narrativa de nação em que histórias, imagens, símbolos e rituais representam significados compartilhados de nacionalidade (Brito e Martins, 2004). A identidade nacional envolve identificação e representações de experiências partilhadas e da história contada também pelas narrativas, pela literatura, pela cultura popular, pela mídia (Barker, 2004: 132). No fragmento extraído de *Encontros e desencontros – Guimarães Rosa*, intervenção na Universidade de Minas Gerais, BH, em 2007, ele assim o demonstra:

O meu país tem países dentro, profundamente divididos entre universos culturais e sociais variados. Eu mesmo sou a prova desse cruzar de mundo e de tempos. Sou moçambicano, filho de portugueses, vivi o sistema colonial, combati pela independência, vivi mudanças radicais do socialismo ao capitalismo, da revolução à guerra civil. Nasci num tempo de charneira, entre um mundo que nascia e outro que morria. Entre uma pátria que nunca houve e outra que ainda está nascendo. Essa condição de um ser de fronteira marcou-me para sempre. As duas partes de mim exigiam um médium, um tradutor. A poesia veio em meu socorro para criar essa ponte entre dois mundos aparentemente distantes. (2009: 123)

As narrativas de nacionalidade enfatizam as tradições e a continuidade da nação como se fizessem parte da natureza das coisas contíguas a um mito fundador de origem coletiva. As identidades nacionais estão intricadamente conectadas e constituídas pelas variadas formas de comunicação (Barker, 2004: 132). Naquela mesma alocução, Couto continua a revelar seus anseios e dificuldades para partilhar histórias que não poderiam jamais lhe pertencer por inteiro, “Porque eu estava já carregado de Europa, minha

alma já bebera de um pensamento. E os meus mortos residiam num outro chão, longínquo e inacessível” (2009: 124).

Isso dito, torna-se oportuno refletir sobre as tradições inventadas a que se refere Hobsbawn, em *Inventing Traditions* (2000:1). O historiador entende por ‘tradição inventada’, as verdadeiramente ‘criadas’, construídas e formalmente instituídas, assim como aquelas mais difíceis de serem investigadas, que surgem num período limitado de tempo, às vezes coisas de poucos anos, mas que se estabelecem com enorme rapidez. Delas faz parte um conjunto de regras e rituais que procura imprimir certos valores e normas de comportamento que, por meio de repetição, conseguem uma continuidade com relação ao passado, “onde factível, tentam estabelecer a continuidade associada a um passado histórico compatível” (*ibid.*).

Ao pôr em questão as três dimensões do tempo, Couto pondera que o passado chega aos moçambicanos “deformado” e “o presente desagua em nossas vidas de forma incompleta” (2005: 14). Assim como Hobsbawn, ele contesta a forma de Moçambique se assentar em “chavões que à força de serem repetidos, acabaram por não produzir sentido” (2005: 15). Alguns cidadãos partem em corrida nervosa, diz ele, à procura daquilo que chamam identidade, “daquilo que é nosso”, e por essa razão indaga, “o que é verdadeiramente nosso?”. Exemplifica de maneira magistral as ambiguidades que essa busca envolve:

[...] uns acreditam que a capulana é um vestuário originário, tipicamente moçambicano. Fiz por diversas vezes esta pergunta a estudantes universitários: que frutos são os nossos por oposição ao morango, ao pêssego, à maçã? As respostas, outra vez, são curiosas. As pessoas acreditam que são originariamente africanos: o caju, a manga, a goiaba, a papaia. E por aí fora. Ora nenhum desses frutos é nosso, no sentido de ser natural do continente. Outras vezes, sugere-se que a nossa afirmação se faça na base de vegetais usados na nossa culinária. O emblema do tipicamente nacional passa agora para o coco, a mandioca, a batata-doce, o amendoim. Tudo produtos que foram introduzidos em Moçambique e em África. Mas aqui se coloca a questão: essas coisas acabam sendo nossas porque, para além da sua origem, lhes demos a volta e as refabricamos à nossa maneira. A capulana pode ter origem exterior mas é moçambicana pelo modo como a amarramos. E pelo modo como esse pano passou a falar conosco. O coco é indonésio, a mandioca é mais latino-americana

que a Jennifer Lopez, mas o prato que preparamos é nosso porque o fomos caldeando à nossa maneira. (2005:15)

O escritor avalia que os conceitos deveriam ser vistos como ferramentas vitais na procura da moçambicanidade; no entanto, insiste que os chavões repetidos não produzem sentido e admite ter dúvidas da operacionalidade de acepções como “o poder tradicional” e de que maneira poderiam produzir mudanças verdadeiras. Encontram-se as ideias de Couto e Hobsbawn quando o último garante que só se inventam tradições quando a forma legítima e verdadeira se encontra em processo de declínio, ou ainda quando “as tradições inventadas são altamente relevantes no caso de uma inovação histórica comparativamente recente, a ‘nação’ e seus respectivos fenômenos associados: o nacionalismo, o Estado-nação, os símbolos nacionais, a história, [novidades históricas implicam em inovação]” (2000:17).

Considerações finais

Retomando a última citação de Couto “O coco é indonésio, a mandioca é mais latino-americana que a Jennifer Lopez, mas o prato que preparamos é nosso porque o fomos caldeando à nossa maneira” (2005:15), é possível interpretar a escolha do verbo *caldear* num texto em que se fala de “O que somos – um espelho à procura da sua imagem”, como algo não aleatório, já que definido como ‘ligar por miscigenação, hibridação ou integração’ (Houaiss, 2002). Dialogam as duas *interinvenções* em debates teóricos e práticos, em nomenclaturas comuns aos estudos pós-colonialistas. “O nosso continente é o resultado de diversidades e mestiçagens” (2005:60), argumenta, durante discussão em torno da visão restrita e restritiva do significado de autenticidade, e da oposição entre o tradicional e o moderno, uma “falsa contradição”:

Alguns vão garimpando no passado, outros tentam localizar o autenticamente africano na tradição rural. Como se a modernidade que os africanos estão inventando nas zonas urbanas não fosse ela própria igualmente africana. Essa visão restrita e restritiva do que é genuíno é, possivelmente, uma das principais causas para explicar a desconfiança com que é olhada a literatura produzida

em África. A literatura está do lado da modernidade. E nós perdemos “identidade” se atravessamos a fronteira do tradicional: é isso que dizem os preconceitos dos caçadores da virgindade étnica e racial. (*ibid.*)

É nesse contexto que se recorre às ponderações de Ashcroft, segundo o qual “Nem sempre é possível separar teoria e prática na literatura pós-colonial [...], escritores criativos têm oferecido os mais perceptivos e influenciadores relatos da condição pós-colonial” (2003:82). Em seu livro *The Empire Writes Back*, ele garante que a exegese de um texto literário pode ser um dos modos mais determinantes de se constituírem pontos teóricos e críticos. Esses tipos de análises, afirmam Hanna e Brito (2012: 330), “não têm a intenção de totalizar ‘interpretações’, mas de enfatizar leituras significativas que revelam as formações discursivas e as forças ideológicas que o texto abarca”.

O trabalho de ficcionistas, de ‘interinvencionistas’, junto ao de teóricos, pode exprimir uma influência transformadora positiva no sentido de modificar algumas noções do que significa pertencer a determinada cultura, assumir determinada identidade, aceitar falar determinada língua, admitir a coexistência de várias culturas, respeitar as diferenças. A existência fronteira entre literatura e história, com foco na língua e na cultura assume, nos estudos pós-colonialistas, uma importante força de transformação na própria aceção de ambos os termos. A leitura dos textos de Mia Couto assim o demonstram e se prestam, de modo exímio, a concluir este trabalho:

O escritor não é apenas aquele que escreve. É aquele que produz pensamento, aquele que é capaz de engravidar os outros de sentimento e de encantamento. Mais do que isso, o escritor desafia os fundamentos do próprio pensamento. Ele vai mais longe do que desafiar os limites do politicamente correcto. Ele subverte os próprios critérios que definem o que é correcto, ele questiona os limites da razão. Os escritores moçambicanos cumprem hoje um compromisso de ordem ética: pensar este Moçambique e sonhar um outro Moçambique. Correm o risco, como todos os criadores de todos os outros países, de serem devorados por essa mesma pátria que eles ajudaram a libertar. (Couto, 2005: 63)

Referências

- ASHCROFT, B.; Griffiths, G.; & Tiffin, H. (org.) (1995). *The Post-colonial Studies Reader*. London and New York: Routledge.
- ASHCROFT, B. (1995 [1989]). *Constitutive Graphonomy*. In B. Ashcroft; G. Griffiths; & H. Tiffin (org.), *The Post-colonial Studies Reader* (pp. 298-302). London: Routledge.
- BARBOSA, M. (2004). *Jornalistas, "senhores da memória"?* Trabalho apresentado no IV Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom. XXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. PUCRGS. Porto Alegre. Disponível em: <http://www.ccmj.org.br/sites/default/files/BARBOSA%20Marialva.pdf> Acesso em 10/12/2012.
- BARKER, C. (2004). *The SAGE Dictionary of Cultural Studies*. London: SAGE Publications Ltd.
- BHABHA, H. K. (2005). *O local da cultura*. Tradução de Myriam Ávila et al. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- BRITO, R. & Martins, M. L. (2004). *Moçambique e Timor-Leste: onde também se fala o português*. III Congresso da Sopcom, UBI, Covilhã. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1822/1005>. Acesso em: 5/03/2013.
- COUTO, M. (2012). *Do que são feitas as pessoas*. Porto Alegre, RS, Brasil: Fronteiras do Pensamento. Gravado em 11/11/2012. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=90GF6Y7H4os> Acesso em 29/05/2013.
- COUTO, M. (2009). *E se Obama fosse Africano? E outras interinvenções*. Alfragide: Editorial Caminho.
- COUTO, M. (2005). *Pensatemos, textos de opinião*. Alfragide: Editorial Caminho.
- FREYRE, G. (2001). *Além do apenas moderno*. Rio de Janeiro: Topbooks.
- GROSSBERG, L. (1997). *Bringing it all Back Home. Essays on Cultural Studies*. Durham: Duke University Press.
- HALL, S. (2005). *Critical Dialogues in Cultural Studies*. Edited by David Morley and Kuan-Hsing Chen. New York: Routledge.
- HANNA, V.L.H. (2009). As you like it: Machado, o tempo trúbio, as crônicas, o anglicizado. *Revista Todas as Letras M*, volume 11, nº 1. Disponível em: <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/tl/article/view/1989/1427>. Acesso em 5/3/2013.
- HANNA, V. L.H. & Bastos, N. (2012). História do Presente e Historiografia Linguística: implicações. In N. Bastos & D. V. Palma, *História Entrelaçada 5: Estudos sobre a linguagem em materiais didáticos – Década de 1950* (pp. 17-34). São Paulo: EDUC.

- HANNA, V.L.H.; Bastos, N.; & Brito, R.P (2010). Políticas de língua e lusofonia: aspectos culturais e ideológicos. *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona 2010*, Lusofonia e Sociedade em Rede (pp. 159-175). Coimbra: Grácio Editores.
- HANNA, V.L.H. & Brito, R. P. (2012). Sobre Descolonização e Lusofonia: reflexões. In N. Bastos, *Língua Portuguesa: aspectos linguísticos, culturais e identitários* (pp. 329-341). São Paulo: Educ.
- HOSBAWN, E. (2000). Introduction: Inventing Traditions. In E. Hosbawn & T Ranger (ed.), *The Invention of Tradition* (pp. 1-14). Cambridge: Cambridge University Press.
- HOUAISS, A. (2002). *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva.
- LE Goff, J. (1996). *História e memória*. Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).
- NORA, P. (1993). Entre Memória e Historia. A problemática dos lugares. *Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento*, 10 (pp. 7-28), São Paulo: Educ.

LUSOFONIA E INTERCULTURALIDADE PROMESSA E TRAVESSIA

Moisés de Lemos Martins (Coord.)

No atual contexto da globalização, que é uma realidade comandada pelas tecnologias da informação e cuja natureza é eminentemente económico-financeira, os estudos lusófonos impõem, pelo menos, três direções complementares de investigação.

Cingindo-nos a um ponto de vista pós-colonial, podemos interrogar, por um lado, as narrativas lusófonas como construção, a várias vozes, de uma comunidade geocultural transnacional e transcontinental.

Podemos interrogar, igualmente, as políticas da língua e da comunicação como combate simbólico pela afirmação de uma comunidade plural, na diversidade de povos que falam o Português.

E podemos interrogar, ainda, a complexidade do movimento de interpenetração das culturas. Um tal movimento compreende, com gradações diversas, colonialismo, neocolonialismo e pós-colonialismo, na relação entre povos, e traduz, de igual maneira, encontro, assimilação e dominação, na interação entre nós e o outro.

Lusofonia e Interculturalidade. Promessa e Travessia, obra coordenada por Moisés de Lemos Martins, inscreve-se neste campo de investigação dos estudos lusófonos, misturando distintos regimes do olhar, específicos das Ciências Sociais e Humanas, que vão da sócio-antropologia, à psicologia social, à ciência política e às ciências da comunicação, e da linguística, aos estudos literários, à história e às ciências da educação.